

**A BAIKO A DITADURA**

PABLO EMANUEL ROMERO ALMADA

## **A ÁRVORE DE MAIO**

**A Resistência Estudantil e sua Atualidade (Brasil e Portugal)**

Tese de Doutoramento em Democracia no Século XXI, orientada por Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque e Professor Doutor Rui Manuel Bebiano do Nascimento e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção de grau de Doutor.

Setembro, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pablo Emanuel Romero Almada

# A Árvore de Maio

## A Resistência Estudantil e sua Atualidade (Brasil e Portugal)

Tese de Doutoramento em Democracia no Século XXI, apresentada à  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do  
grau de Doutor.

Orientadores: Prof. Doutor Elisio Guerreiro Estanque e Prof. Doutor Rui Manuel Bebiano do Nascimento

Coimbra, 2014

## AGRADECIMENTOS

Conforme o tempo passa e o olhar projeta-se para trás, as recordações e memórias são sentidas como parte de uma rica vivência, de experiências, amizades, deslocamentos e sentimentos que ultrapassam o significado postulado pelas palavras. Devo isso a Coimbra, uma cidade que, por sua tradição e companheirismo, o passado e o presente têm uma vida própria, escondida nas Sé Velha, nas Monumentais, no Mondego. Para o “estrangeiro”, a novidade é a descoberta romântica da viagem e do local ainda não conhecido. Para o acadêmico “social”, o espaço de aprendizado realiza as perspectivas de maior conhecimento e novas percepções. Vivendo por volta de quatro anos em Coimbra, em meio a idas e vindas, o Fado já diz que “segredos dessa cidade, levo comigo pra vida”. Verdade!

Essa rica experiência não teria sido possível caso minha mãe, Mariangela Ferreira de Mello, e minha avó, Lina Fanti Ferreira de Mello, não tivessem me incentivado todo esse tempo, mesmo que as saudades tenham sido imensas. É com elas, pessoas incríveis, que divido em primeiro lugar – e em seu espaço mais especial – os agradecimentos mais sinceros e, principalmente, meu amor. Essa tese é, sobretudo, o produto daquilo que vocês plantaram e cultivaram em mim... eu sou eternamente grato por tudo isso.

Agradeço ao orientador Prof. Dr. Elísio Estanque, que desde 2007 tem acompanhado o trabalho por mim desenvolvido na Universidade de Coimbra e que, no doutoramento, guiou-me por excelentes caminhos. Ao orientador Prof. Dr. Rui Bebiano, por sua atenção singular e por ter em mim despertado um enorme interesse pela história e pela historiografia de Portugal. Essas foram as participações mais fundamentais que se fizeram materializar neste escrito. À Faculdade de Economia, à Faculdade de Letras e ao Centro de Estudos Sociais (CES), espaços que me acolheram durante esse período e, em especial, à Biblioteca Norte Sul (BNS), onde passei algumas manhãs e tardes, frias ou calorosas, observando por suas janelas a vida conimbricense. Agradeço também aos vários locais onde pude, em algum momento, fazer parte dessa pesquisa em Portugal: à Fundação Mário Soares, ao Centro Documental 25 de Abril, e à Biblioteca Nacional da “Torre do Tombo”. Especialmente aos seus funcionários, trabalhadores comprometidos com o cuidado e a organização dessas fontes tão preciosas e que muito me ajudaram na recolha documental.

Do lado brasileiro, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Ricardo Antunes, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP), quem muito me auxiliou nos desdobramentos da parte teórica dessa pesquisa. Ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP e aos seus funcionários, que também colaboraram para que eu tivesse acesso a uma imensa quantidade de documentos e informações. Também agradeço ao Prof. Dr. Giovanni Alves, da UNESP-Marília, por sua atenção e por nossos debates sobre a precariedade do trabalho em Portugal e Brasil, bem como por nossas atividades conjuntas e por proporcionar que o Seminário do Trabalho seja um real espaço de pensamento vivo. Não poderia também passar ao lado a grande contribuição do Prof. Dr. Gonçal Mayos, da Universitat de Barcelona, que também me recebeu com imensa atenção em Barcelona e me auxiliou na tentativa de desdobrar filosoficamente o problema dos *sixties*. Também ao querido amigo Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por ter me recebido sempre muito bem, tanto em Barcelona como em Belo Horizonte, e por ter incentivado minhas leituras de Hegel. Finalmente, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Antônio Alberto Brunetta, do Departamento de Metodologia de Ensino (MEN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela atenta leitura dessa tese e por dividir comigo muito de seu pensamento.

Um especial agradecimento ao Departamento de Sociologia e Ciência Política (DSP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina, onde trabalhei como Professor, durante 2012 e 2013, e onde pude, pela primeira vez, colocar em prática e difundir meu conhecimento para a formação de muitos estudantes, com quem também pude aprender por meio de intensos debates. Em especial, agradeço aos estudantes do curso de Ciências Econômicas, com os quais pude debater e compreender um pouco da realidade econômica atual e dos desafios políticos. Um agradecimento especial também ao Centro Acadêmico Livre de Ciências Econômicas (CALE) e aos estudantes que o constroem diariamente.

Aos amigos e amigas e àqueles que acompanharam minha trajetória durante essa tese, em Portugal e no Brasil. Finalmente, o carinho especial a Fernanda Demarco Frozza, por sua incrível atenção e por seu amor e carinho singular.

A todos(as) sou extremamente grato.



Já fazia um tempo que não suportava mais a cara sabida de Marx sobre sua cama. Uma vez, já a tinha pendurado de cabeça para baixo. Para deixar escorrer o juízo, conforme explicou a um amigo. Olhou Marx nos olhos: “Que sonhos você sonhava, seu velho sabichão, à noite, quero dizer? Será que você era feliz?”

Lenz, Peter Schneider

O futuro está sistematicamente vinculado ao passado.

Eric J. Hobsbawm

## RESUMO

A presente Tese de Doutorado debate o entendimento histórico, político e sociológico sobre o movimento estudantil e suas lutas sociais, do passado recente e do presente, retomando, através da revitalização do marxismo, sua pertinência nos contextos de Brasil e Portugal. Durante a década de 1960, a emergência dos acontecimentos globais do Maio de 1968, nos países desenvolvidos e centrais, tendo um de seus protagonistas o movimento estudantil, foi um movimento de contestação ao imperialismo e ao socialismo vigentes e de suas formas políticas e autoritárias, constituindo-se como um dos marcos da história contemporânea. Por isso, a elaboração teórica das ciências sociais tem tais acontecimentos como background epistemológico, criando um referencial teórico utilizado para compreender as lutas sociais do presente, em sua maioria, formulando a partir de uma simples ruptura causal com o passado. Entretanto, esse debate se dá em torno das noções epistemológicas presentes nas ciências sociais, história e na filosofia, as quais entendem 1968 como o início da pós-modernidade. A partir do debate no campo teórico marxista com a epistemologia de transição paradigmática, percebe-se as tensões epistemológicas originam-se da revisão dos contributos do marxismo perante os acontecimentos, resultando em significativos problemas para as formulações epistemológicas subsequentes, que deixam de lado a formulação ontológica do trabalho em Marx. Ao se retomar essa perspectiva, pode-se verificar que o conflito trabalho e capital permite que as lutas de classe sejam identificadas por conta das determinações políticas. O desdobramento político do movimento estudantil permitiu com que suas ações e manifestações tivessem sentido como parte do confronto entre os estudantes e os governos, em termos de seus desenvolvimentos políticos, especialmente a relação entre as classes médias e as classes trabalhadoras. As reformas universitárias e a necessidade de transformação das estruturas sociais foram as razões que permitiram, num primeiro momento, um desenvolvimento político do movimento estudantil. Em seguida, as manifestações estudantis se fortaleceram e tiveram um importante delineamento no final da Ditadura do Estado Novo de Portugal (1958-1974) e durante a Ditadura Militar do Brasil (1964-1985). A análise procura identificar os principais períodos e acontecimentos demarcados nos dois contextos, bem como, enfatizar que em grande parte do tempo, o conflito entre a resistência estudantil e a violência policial foi o que configurou tal política. Nos dois casos, ressalta-se como nas duas ditaduras a forma autoritária de lidar

com os problemas estudantis se delineou enquanto elemento fundamental de repressão política, principalmente daquela que incidiu sobre as correntes ideológicas de esquerda e desalinhadas com o marxismo soviético e de grupos opositores que atuavam junto ao movimento estudantil. Após esse conturbado período a reorganização do movimento estudantil se deu de forma institucional, procurando reforçar as instituições e organizações estudantis. A participação do movimento estudantil na luta pela democracia revelou, portanto, significativas transformações na relação entre o movimento estudantil e a sociedade, o que resultou, para os anos de democracia, um esmorecimento das mobilizações estudantis. Na atualidade, conforme se percebe a emergência de novas manifestações de protesto, elas apresentam, entre outras coisas, uma crítica à violência da democracia como uma continuidade da violência ditatorial, em um contexto que, demarcado pela precarização do trabalho, se expõem novos delineamentos para as lutas sociais e para a presença dos estudantes nestas. Finalmente, entende-se que a resistência estudantil, atualmente, se efetiva de forma inegavelmente diferente daquela do passado, mas ainda apresenta alguns pontos em comum, os quais devem ser considerados para uma expansão da democracia expressa na luta contra o capital.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil, Movimentos Sociais, Marxismo, Estado Novo Português, Ditadura Militar Brasileira.

## ABSTRACT

This Ph.D. Thesis discusses the historical, political and sociological understanding about the student movement and its participation on social struggles of the recent past and present. It is retaken, through the methodology of revitalizing the ontological Marxism, the relevancy of the debate on the student' resistance in the context of Brazil and Portugal. During the 1960s, the emergence of global events of May 1968 in central and developed countries presents one of its protagonists, the student movement, using by some anti-authoritarianism forms of resistance against the imperialism and soviet socialism, being itself as one of the landmarks in contemporary history. Therefore, the theoretical elaboration of the Social Sciences has such events as epistemological background, providing a theoretical framework to understand the social struggles of present, mostly, formulating from a simple casual break with the past, or as something entirely new. However, this debate sets the epistemological notions of the Social Sciences, History and Philosophy that consider 1968 the opening of Postmodernity. From the Marxist debate with the epistemology of paradigmatic transition, one realizes some epistemological strains arise from the review of the Marxism to events, resulting in substantial problems for the subsequent epistemological formulations, leaving aside the Marx's ontological formulation of labour. When getting back the Marxist perspective, the conflict between work and capital can be seen on identification of the class struggles and its political developments, especially the relation between the middle classes and the working classes. The university reforms and the need for transformation of social structures were the reasons that led, at first, a political development of the student movement. Then, the student demonstrations grew stronger and had a major drawing at the end of the Portuguese Dictatorship (1958-1974) and during all the Brazilian Dictatorship (1964-1985). The analysis seeks to identify the mainly historical periods in both contexts, emphasizing the conflicts between the student resistances against the police crackdown. It is emphasized how the authoritarian way to deal with student problems was the key element of political repression, especially one that focused on the ideological tendencies of left and misaligned with Soviet Marxism and opposing groups who acted with the student movement. After the dictatorship period, the student movements reorganization occurred by institutional form, seeking to strengthen the institutions and student organizations, but losing the political radicalism of the past. At the present

time, as can be seen, the emergence of new protests presents a critique of dictatorial violence that remained in democracy, in a context that, demarcated by the precariousness of work, new designs are exposed to the social struggles with new challenges for the movement student. Finally, it is meant that the student resistance of the present is effectively different from in the past, but with points in common, which should be considered for an expansion of democracy expressed in the struggles against capital.

**Keywords:** Student Movement, Social Movements, Marxism, Portuguese Dictatorship, Brazilian Dictatorship.

## LISTA DE SIGLAS

AAC – ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE COIMBRA	CNBB – COMISSÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
AAEE – ASSOCIAÇÕES ACADÊMICAS ESTUDANTES	COLINA – COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
AAL – ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE LISBOA	CONEB – CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES DE BASE
AC – AGRUPAMENTO COMUNISTA	CONEG – CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS
AEIST - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	CRUSP – CONJUNTO RESIDENCIAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AEL – ARQUIVO EDGARD LEUENROTH	CUF - COMPANHIA UNIÃO FABRIL DA – DIRETÓRIOS ACADÊMICOS
AI – ATO INSTITUCIONAL	DCE – DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES
AIDS – SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA	DI-GB – DISSIDÊNCIA GUANABARA
ALN – ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL	DGS – DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	DOI-CODI – DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES - CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA
ANEL – ALIANÇA NACIONAL DOS ESTUDANTES LIVRE	DOPS – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
AP – AÇÃO POPULAR	DSP – DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
APML – AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA	ENE – ENCONTRO NACIONAL DO ESTUDANTES
ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL	FAP – FRENTE DE AÇÃO POPULAR
BCE – BANCO CENTRAL EUROPEU	FASUBRA – FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO	FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
BNS – BIBLIOTECA NORTE SUL	FPLN – FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
CACH – CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HISTÓRIA	FRELIMO – FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE
CCC – COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS	FUEC – FRENTE UNIVERSITÁRIA DOS ESTUDANTES DO CALABOUÇO
CEB – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE	GERES – GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO
CEE – COMUNIDADE EUROPEIA	GNR – GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE	GP – GAUCHE PROLETÁRIENNE
CERM – CENTRE D’ESTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES	
CES – CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS	
CFH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	
CGT – CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL	
CMLP – COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS	

IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
 ISCEF – INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E FINANÇAS  
 ISCSPU – INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLITICA ULTRAMARINA  
 ISCTE – INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA  
 ISPA – INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA  
 IST – INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO  
 JC – JUVENTUDE COMUNISTA  
 JEC – JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA  
 JS – JUVENTUDE SOCIALISTA  
 JSD – JUVENTUDE SOCIAL-DEMOCRATA  
 JUC – JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA  
 LSN – LEI DE SEGURANÇA NACIONAL  
 MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
 MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 MEN – DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO  
 MIA – MOVIMENTO INTERSINDICAL ANTI-ARROCHO  
 MPLA – MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA  
 MR-8 – MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO  
 MRPP – MOVIMENTO REORGANIZATIVO DO PARTIDO DOS PROLETÁRIOS  
 NATO – NORTH ATLANTIC TREATY ORG.  
 OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
 OBAN – OPERAÇÃO BANDEIRANTE  
 OCMLP – ORGANIZAÇÃO COMUNISTA MARXISTA-LENINISTA PORTUGUESA  
 OLAS – ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOLIDARIEDADE  
 ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS  
 PAIGC – PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE  
 PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
 PCBR – PARTIDO COMUNISTA BR. REVOLUCIONÁRIO  
 PC DO B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
 PCF – PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS  
 PCP – PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
 PCUS – PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA  
 PIDE – POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO  
 PM – POLÍCIA MILITAR  
 POLOP – POLÍTICA OPERÁRIA  
 PORT – PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTISKISTA  
 PRT – PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES  
 PSP – POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
 PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES  
 PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
 RTP – RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL  
 SDS – SOZIALISTISCHER DEUTSCHER STUDENTBUND  
 SPD – SOZIALDEMOKRATISCHE PARTEI DEUTSCHLANDS  
 STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
 TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGAL  
 UBES – UNIÃO BR. DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS  
 UCF-ML – UNION DES COMMUNISTES DE FRANCE MARXISTE-LÉNINISTE  
 UEC – UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS  
 UEC – UNION DES ÉTUDIANTES COMMUNISTES  
 UEE-SP – UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES  
 UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
 UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
 UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
 UJC-ML – UNION DES JEUNESSES COMMUNISTES MARXISTES-LÉNINISTES  
 UME – UNIÃO METROPOLITANA DE ESTUDANTES  
 UMP – UNION POUR UN MOUVEMENT POPULAIRE

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

UNEF – UNION NATIONALE DES ÉTUDIANTS DE  
FRANCE

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS  
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
CAMPINAS

URSS – UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS  
SOVIÉTICAS

USAID – UNITED STATES AGENCY FOR  
INTERNATIONAL DEVELOPMENT

USIS – UNITED STATES INFORMATION SERVICE

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

VAR-PALMARES – VANGUARDA ARMADA  
REVOLUCIONÁRIA PALMARES

VPR - VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### **PARTE I - AS CIÊNCIAS SOCIAIS, O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO**

#### **CAPÍTULO 1: APROXIMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS: PROBLEMAS**

<b>ANALÍTICOS E MÉTODOS DE PESQUISA .....</b>	<b>13</b>
1.1 As Ciências Sociais, o Positivismo e a Transição Paradigmática .....	14
1.2 Transição Paradigmática, Marxismo e Pós-Modernidade.....	21
1.3 Subjetividade e alternativa ontológica .....	28
1.4 Métodos, Objetivos e Hipóteses de Pesquisa .....	33

#### **CAPÍTULO 2: AS CONTINUIDADES DAS DESCONTINUIDADES: 68 E SUA**

<b>ATUALIDADE .....</b>	<b>41</b>
2.1 Do Presente ao passado, “Esqueça 68!” .....	41
2.2 Portugal e Brasil, entre passado e presente .....	50
2.3 Sobre a década memorável.....	53
2.4 O prenúncio do esquecimento .....	61

### **PARTE II - A TEORIA DA PRÁTICA E A PRÁTICA DA TEORIA**

#### **CAPÍTULO 3: A ESTRUTURA SEM O SUJEITO: 68 CONTRA 68 .....** **71** |

3.1 O Estruturalismo e o processo sem sujeito.....	72
3.2 Da cisão teórica e prática ao ajuste de contas .....	78
3.3 O “pensamento 68” e o anti-humanismo.....	86
3.4 Antimarxismo e Nova Subjetividade .....	92

#### **CAPÍTULO 4: OS NOVOS SUJEITOS E O FIM DAS UTOPIAS .....** **99** |

4.1 A Sociedade Unidimensional e a crise na contestação social .....	100
4.2 Os estudantes e a Grande Recusa .....	105
4.3 A utopia dos “novos sujeitos históricos de mudança” .....	109
4.4 A busca pelo “outro”: a <i>New Left</i> .....	119

<b>CAPÍTULO 5: AS DUBITAÇÕES E FRATURAS DO PÓS-68 .....</b>	<b>124</b>
5.1 A racionalidade comunicativa e a perspectiva participativa .....	125
5.2 Os estudantes, a participação e a integração .....	130
5.3 A ação estudantil e os novos movimentos sociais.....	141
5.4 A fratura das lutas sociais.....	154

<b>CAPÍTULO 6: A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CRISE DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....</b>	<b>162</b>
6.1 A ontologia do trabalho e seu desenvolvimento histórico .....	163
6.2 A formulação marxiana das classes sociais.....	174
6.3 Entre as classes médias e a classe trabalhadora .....	183
6.4 Mudanças no processo produtivo e precariedade do trabalho.....	199

### **PARTE III - A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL EM BRASIL E PORTUGAL**

<b>CAPÍTULO 7: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA .....</b>	<b>213</b>
7.1 O Golpe Militar e o recrudescimento da violência.....	213
7.2 Entre dois Congressos, o enfrentamento .....	226
7.3 Entre o declínio político e a reorganização reivindicativa (1969-1974) .....	244
7.4 Os últimos conflitos (1975-1979).....	255
7.5 Da reorganização à mobilização constituinte (1980-1988).....	259

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>267</b>
<b>O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CRISE DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS</b>	<b>267</b>
8.1 A crise econômica e a incapacidade de sustentação do Estado Novo.....	267
8.2 Ofenderam-te, Enluta-te (1962-1965) .....	274
8.3 A revitalização do movimento de contestação e a “Crise de 69” .....	286
8.4 O ápice da violência perante o fim do Estado Novo (1970-1974).....	303

## PARTE IV- A ÁRVORE DE MAIO

<b>CAPÍTULO 9: A REPRESSÃO DO PASSADO E A (IR)REALIZAÇÃO DO PRESENTE .....</b>	<b>322</b>
9.1. A crítica do movimento estudantil do passado e seu presente .....	323
9.2 O direcionamento da repressão e o processo de democratização .....	331
9.3. O precariado em luta .....	337
9.4 O horizonte de expectativas .....	337
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>348</b>
<b>ANEXO I: Protestos Estudantis pelo mundo em 1968, segundo o LeMonde.....</b>	<b>363</b>
<b>ANEXO II: Os estudantes e a greve contra os decretos de 2007 .....</b>	<b>364</b>
<b>ANEXO III: Fluxograma Organizações de Esquerda – Brasil (1961-1973) .....</b>	<b>377</b>
<b>ANEXO IV: Portugal: Crise da Zona Euro (Emprego e Desemprego) .....</b>	<b>378</b>

## INTRODUÇÃO

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e a todas as coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.

(Karl Marx, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”)

Meu ponto de partida é o que se poderia chamar de uma questão marxiana: é possível – e em que medida – o passado impor limitações ao presente? Digo “limitações” referindo-me a uma ação incapaz de ser realizada ou a um trauma do passado, cuja aparência na atualidade resume tanto as disposições concretas enfrentadas nos momentos contemporâneos como as próprias táticas e métodos de se enfrentá-las. Tais limitações podem ser em *stricto sensu*, a fratura nas transformações sociais do presente, mas também indicam alguns caminhos a se seguir que transponham para o passado suas insuficiências. Sabendo que através da análise histórica a compreensão do presente pode se tornar mais suficiente, sua tarefa crítica não pode abdicar dessas reflexões. Ao menos que se abdique de um escopo um tanto inocente, a saber, compreender o presente como uma dinâmica inteiramente nova sem referência aos ocorridos anteriores. Esse *quid pro quo* tão bem analisado pelos historiadores enfatiza quase sempre que a história social do passado produz efeitos no presente. Porém, tais efeitos podem ser escamoteados pela relação entre história e Ciências Sociais, à medida que a segunda procura identificar – até mesmo por conta de suas origens positivistas – sucessivas novidades, muitas vezes deslocadas de um processo histórico mais amplo. Abdicando do positivismo, as Ciências Sociais podem relacionar dialeticamente o passado e o presente, principalmente quando algumas das marcas do primeiro insistem em persistir. Por isso, as continuidades e discontinuidades são o “fator” que guiará de forma mais ampla esse estudo.

Como se tem vindo a debater intensamente na Filosofia, nas Ciências Sociais e na História, o mundo parece ter entrado num momento em que as “grandes narrativas” pararam de produzir um sentido sobre os eventos atuais. A partir dos anos 1990 e com a derrocada do chamado “socialismo real”, o triunfo do capitalismo parece ter reduzido a

História a uma via única neoliberal, pouco comprometida com as reflexões teóricas, entendidas por tradições pragmáticas como carregadas de ideologias e de marcas de autoritarismo. Não obstante, nessa via única a forma predominantemente desejada de sistema político é a Democracia – obviamente diferente do seu sentido da Antiguidade – mas intrinsecamente atrelado ao modelo neoliberal de governação – o que também conduziu a contestação da esquerda, outrora entusiasta da revolução e de ideias revolucionárias, ao paulatino abandono dessas ideias e aceitação da Democracia Representativa. Não haverá aqui a possibilidade de se identificar por completo todas as figurações desses processos, apenas apontar que tais efeitos se espalharam para todos os cantos do mundo. Com isso, e mesmo na contramão, um questionamento continua pertinente perante a constante degradação do ser humano: é possível que os homens conduzam a sua história para além do que está fenomenicamente dado, que tomem para si a história criando novas alternativas, ou as expectativas para novas alternativas estão cada vez mais frustradas por caminhos fechados? Entre alternativas e não alternativas emergem as perspectivas de perplexidade, engendrando uma paralisia crítica nos dias atuais. Essa amorfa perplexidade é a representante direta da “tradição do passado que oprime o presente”. Porém, ela retoma um tema clássico da filosofia: o conflito entre objetividade e subjetividade. O caminho comumente seguido é o de revitalizar a subjetividade, conforme os adjetivos “pós” e “novo” adquirem, em sua plenitude, o gosto de uma realidade insípida.

Mas é visível que mesmo perante tal dilema haja inter-relações que combinam de forma histórica o conhecimento e as disposições sociais, ou seja, os fatos concretos que permitiram tais viragens no pensamento e na prática. Do ponto de vista das Ciências Sociais – ainda em seu “simples tatear”, como diria Kant – esse ponto de viragem praticamente inicia-se ao final dos anos 1960, conforme eclodem inúmeras manifestações sociais por todo o globo, impondo a difícil tarefa de compreensão desses eventos, bem como a mudança de métodos e abordagens teóricas requeridas para tal. A árdua tarefa de relacionar teoria e prática trouxe à luz as insuficiências especulativas da Ciência Positivista e, assim, praticamente se dilaceraram os embates teórico-ideológicos em prol de uma ampla aceitação favorável à retomada da subjetividade enquanto caminho a se seguir. Não interessaria aqui apresentar o desenvolvimento desse processo, mas, apenas, atentar que a “tarefa” de transformação do mundo – aquela que nas *Teses sobre Feuerbach* de Marx

eram o ponto de partida para a ruptura com o materialismo vulgar – ainda está por ser feita, na radicalidade do termo, ou seja, tomando o homem como ponto de partida.

Com base nessa reflexão inicial, é possível então partir-se para apresentar os interesses da presente Tese de Doutorado. Esse texto trata, primeiramente, de uma tentativa de compreensão dos fundamentos sociológicos, políticos e históricos que permitiram ao movimento estudantil uma significativa emergência ao redor do mundo durante os anos 1960 e que tiveram o evento *Mai de 68* como um possível “ápice” de contestação ao capitalismo e do socialismo vigentes e de suas formas políticas e autoritárias, se constituindo como um dos marcos da história contemporânea. Em segundo lugar, e não menos importante, está a necessidade de compreensão dos acontecimentos em dois contextos que normalmente aparecem à margem de considerações mais gerais sobre o período: Brasil e Portugal. O motivo para a análise dos dois países não diz respeito à lusofonia, mas sim alcança questões político-econômicas e culturais: trata-se de demarcar aproximações de um período histórico bastante conturbado, em termos de dois contextos que ainda não foram analisados em conjunto. A partir disso, e já encaminhando um terceiro interesse, se faz necessário entender em que medida esses acontecimentos do passado, demarcados principalmente pelo confronto violento entre estudantes e policiais são um traço de violência que se perpetuou nessas sociedades, mesmo com o fim dos regimes autoritários e com a vigência do período democrático.

Para precisar melhor a questão, será necessário ampliar os pontos anteriores.

Inicie-se pelo primeiro aspecto. Como se faz evidente, grande parte das análises sobre o movimento estudantil se concentram *no* ou *a partir do* ano de 1968, quando eclodiram manifestações estudantis por todo o mundo. O “ano dos estudantes”, assim chamado *a posteriori*, revelava uma intrínseca relação entre fatores globais e locais, mediados pelas políticas nacionais, como a questão da reforma universitária, a necessidade de liberdade democrática e de organização e, finalmente, a perspectiva de que a sociedade capitalista poderia ser colocada em xeque perante as suas próprias insuficiências e/ou por uma ação de classe revolucionária. Em torno desses questionamentos – uns mais evidentes do que outros – as lutas políticas e sociais tiveram um amplo efeito de contestação global, combinados com outros fatos políticos do pós-guerra, dentre eles, a Revolução Cubana, a Revolução Chinesa, os movimentos de libertação nacional em África, a Guerra imperialista do Vietnã, a emergência das ditaduras capitalistas latino-americanas incentivadas e controla-

das pelos Estados Unidos, entre outros fatores de alcance global. Devido a inúmeros eventos, as manifestações estudantis se designaram com algumas peculiaridades. Há em torno dos ocorridos na França (e também nos Estados Unidos e na Alemanha) uma ênfase bastante significativa, trazida pela construção de um “evento-conceito”, o *Maio de 68*, cuja importância se faz explícita através de análises que o consideram uma síntese de acontecimentos globais. Entre eles se pode elencar a disputa de correntes ideológicas de esquerda desalinhadas com a URSS; as insuficiências dos partidos comunistas ocidentais; a inter-relação entre filosofia e ação prática (práxis); a ênfase ideológica no marxismo e o desejo de superação do sistema capitalista (através da referência, ainda que esparsa, à Revolução Francesa); a capacidade emancipatória da arte e os novos sujeitos, entre eles os povos do chamado Terceiro Mundo e os jovens dos países centrais; o surgimento de novos movimentos sociais; e, finalmente, a tomada de outros rumos políticos, que se pronunciariam de forma menos conflitual, e com prognósticos tecnocráticos e democraticamente liberais e/ou neoliberais.

O segundo aspecto de interesse dessa Tese decorre diretamente desse primeiro: qual a relação entre os eventos globais relacionados anteriormente e os ocorridos específicos em Brasil e Portugal? A generalização do chamado “ano dos estudantes” perigosamente aponta para uma visão que considero ser equivocada: a de que os acontecimentos que se dão fora dos países centrais parecem deles efeitos diretos. Deve-se assinalar certos limites intrínsecos a essas considerações, cujos efeitos na teoria social acabam se voltando contra o próprio objeto de pesquisa. Portanto, nesse sentido almeja-se perceber como o movimento estudantil de Brasil e Portugal apresentou dinâmicas, eventos e ocorridos diferentes dos países centrais, mas que podem se aproximar em termos do sentido da contestação realizada. Dito de outra forma, nesses países a contestação aos regimes autoritários fez com que as mobilizações estudantis acabassem sendo protagonistas de conflitos policiais por um tempo muito mais longo do que nos países centrais, mas, evidentemente, com intensidades diferenciadas. Se, por um lado, nesses países as mobilizações estudantis se apresentaram de forma diferenciada dos países centrais, muitas vezes causando a sensação de uma especificidade meramente nacional e interligada pelos aspectos políticos específicos (ditaduras e autoritarismo), por outro lado, a partir dessas particularidades pode-se ver que há uma relação mais ampla que permitiu que os ocorridos nos países ditos não centrais se afluem

com uma devida importância frente ao contexto global, ou seja, evidenciando mais nitidamente as contradições do sistema capitalista vigente.

A partir disso, pode-se perceber em que medida muitas dessas contradições do passado, evidenciadas pelo movimento estudantil, ainda persistem no presente – ainda que deva ser enfatizado que se trata de períodos bastante distintos. Por ora, voltemos ao momento atual.

O ano de 2014 marca o “aniversário” de alguns dos fatos histórico-políticos que permearam a história recente de Brasil e Portugal: é o “desaniversário” de 50 anos do Golpe de 1964, que estabeleceu a Ditadura Militar brasileira; são os 40 anos do *25 de Abril*, momento revolucionário que marcou o fim da Ditadura do Estado Novo português; e são os 30 anos do movimento das “Diretas Já”, marco da abertura democrática brasileira. Isso implica considerar que tais fatos devem ser novamente objeto de análise histórico-sociológica, pois ganham importância no debate público quando esse se direciona para o esclarecimento do tempo passado e para a reflexão do passado no presente.

Em Portugal, o *25 de Abril*, uma das últimas revoluções do Século XX, colocou fim a uma ditadura de mais de 40 anos, a mais longa da Europa, que se manteve sob a manutenção de um território colonial em África. No Brasil, o golpe militar de 1964 trouxe uma ampla derrota aos movimentos democráticos de base, inaugurando uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina. Já o movimento pelas Diretas Já, um movimento parlamentar com apoio social, apontou a derrocada da ditadura militar e trouxe à tona as esperanças de uma democracia. Nos três eventos, que contaram com alguma intervenção do movimento estudantil – em formas e graus diferentes –, a relação entre ditadura e democracia se fez evidente. Mas também, no interior dessa relação se escondem problemas político-econômicos e culturais mais amplos e que marcam, pelo menos em parte, incertezas atuais. Trata-se, nos dois contextos, da tragédia da ditadura e a farsa da democracia, que acabam por guiar determinadas expectativas políticas na atualidade.

Em meio a essas oscilações, uma organização política de resistência aparece na defesa política da democracia, resultando em imensas tensões ao poder ditatorial estabelecido. Pode-se elencar pelo menos três: o movimento operário, o movimento estudantil e setores da chamada sociedade civil organizada. Essas contribuições foram fundamentais para situar os limites dos governos não democráticos, bem como abrir certas fissuras dispostas entre a arbitrariedade oficial e as liberdades políticas, propondo projetos alternativos



de retomada democrática. Dentre os agentes políticos demarcados anteriormente, o estudo irá prosseguir com a análise do movimento estudantil, que imprime as ações e críticas aos governos ditatoriais de Brasil e Portugal.

Nesse sentido, pode-se articular o primeiro com o segundo ponto. A importância da presença dos estudantes nesse campo de disputa política evidentemente não pode ser relativizada a ponto de ser compreendida apenas em termos nacionais, pois surge em consonância a acontecimentos globais. Fato é que esses eventos se inter-relacionam *aparentemente* como sendo um movimento global do *Maio de 1968*. Essa pode ser uma afirmação polêmica e controversa, à medida que este evento pode ser considerado, apenas, como o caso francês, um movimento de jovens estudantes franceses, de classe média, indignados com a sociedade de consumo e com as condições precárias da educação, procurando tornar aquelas manifestações à retomada de uma subjetividade contestatária embasada nas ideologias de experiências políticas socialistas, que, conseqüentemente, se expandem e se desenrolam em outros países, como sinônimo de um efeito direto da rebeldia geracional e que se materializou em seu grau máximo, no *Quartier Latin*, e nas universidades de Sorbonne e Nanterre. Porém, essa imagem ampliada e generalizada pela teoria social teve uma demarcação muito forte na sociologia contemporânea.

Dito isso, a Parte I desse trabalho, *As Ciências Sociais e o Problema Epistemológico*, composta pelo Capítulo 1, tem como objetivo desenvolver os métodos e os problemas analíticos à luz da crítica sobre a epistemologia pós-moderna. O argumento é que os atuais estudos sociológicos, embasados nas noções de transição paradigmática e de ciência pós-moderna vêm a subordinar a ontologia do ser social – bastante definida por Marx e Lukács – em termos de uma teoria do conhecimento, a qual deve operar uma ruptura epistemológica com esses fundamentos a fim de dar prosseguimento a uma compreensão do mundo atual e suas disposições. De certo, tal embasamento cientificista acaba por desconsiderar o poder totalizante do capitalismo, fragmentando-o em partes não coesas e de ênfase às subjetividades. A articulação aqui proposta se dá no sentido de retomar uma unidade dialética entre objetividade e subjetividade, ou seja, recusar as dimensões epistemológicas da ciência e compreender as dimensões humanas. O capítulo terá como objetivo reforçar essa crítica, bem como a fundamentação metodológica da Tese, assentada na refutação da noção de “perda de validade” do marxismo, a qual permite que se reformule a perspectiva ontológica do trabalho e se relacione com as lutas sociais protagonizadas pelo

movimento estudantil. Pode-se dizer que, como hipótese válida, a crítica epistemológica ao *Maió de 1968* revela a necessidade de se repensar como a centralidade dos conflitos sociais deve ser percebida a fim de poder elucidar transformações sociais, e por isso será, ao longo da Tese, revitalizada.

Na Parte II, *A Teoria da Prática e a Prática da Teoria*, o debate se dá em torno da compreensão de como tais acontecimentos permitiram a revisão das teorias marxistas ou de inspiração marxista, mas que acabaram resultando em problemas de abandono da dialética dos processos econômicos, políticos e sociais que poderiam explicitar de forma mais contundente as transformações sociais que estavam ocorrendo naquele momento e que marcariam as décadas posteriores. Pode-se dizer que na transição teórica iniciada pelo estruturalismo de Louis Althusser (ainda que o “rótulo” estruturalista tenha sido por ele criticado) a partir da ebulição social do *Maió de 1968* na França representou uma espécie de “paradigma social” que deveria, pautado por uma leitura textualista e hermenêutica da obra de Marx, e, portanto, de cunho rigorosamente epistemológico, afastar o humanismo (ontológico) característico das obras do jovem Marx. Os efeitos políticos e ideológicos imediatos se desdobraram na crítica acirrada ao socialismo soviético e na valorização do maoísmo como alternativa, o que representou na prática a elucidação de um *posicionamento anti-stalinista do movimento estudantil*. Mas essa ruptura no interior da teoria social se coadunará com outra, realizada pelo Pós-Estruturalismo. Proveniente de uma abordagem posterior ao *Maió de 1968*, a influência de noções como a vontade de poder, o fim da filosofia, a dissolução da noção de verdade, entre outros, possibilitaram que o pensamento de Michel Foucault e de Gilles Deleuze compreendesse, respectivamente, o *Maió* como um momento *antimarxista* e de emergência de uma *nova subjetividade* através de uma mudança social sem ideais revolucionários. O balanço realizado por Foucault e Deleuze caminha, portanto, para uma negação bastante radical ao marxismo, gerando a lacuna explicativa de se entender porque um momento tão ideologizado aparece nas duas reflexões sem ser atribuída a devida importância ideológica. Naturalmente, a lacuna explicativa generaliza a crise ideológica que se dá a partir daquele momento, porém, também transpõe para a teoria social a necessidade de desideologização da ciência, através da emergência da Ciência Pós-Moderna. Adiantando um argumento a ser verificado na análise contextual de Brasil e Portugal, ver-se-á que a importância e a necessidade ideológica continuarão presentes no

movimento estudantil, especialmente no caso brasileiro, e que, portanto, os limites do abandono ideológico devem ser revistos.

Outro efeito das revoltas estudantis na teoria social, e também relacionado ao revisionismo do marxismo, se encontra claramente delineado na teoria crítica de Herbert Marcuse. Com o intuito de revigorar a noção de lutas de classe e de diagnosticar as dimensões ideológicas da sociedade capitalista daquele período, Marcuse identificava que a unidimensionalidade, o fechamento de alternativas possíveis estava posto. Por conta disso, concebia duas situações interligadas: primeiro, que a dimensão artística poderia oferecer um caminho emancipatório; segundo, que a procura dos novos sujeitos conduziria a uma renovação nos movimentos de esquerda, o surgimento da chamada *New Left*, com ênfase nas dimensões culturais. A interpretação, a partir de Marcuse, que as rebeliões estudantis do final da década de 1960 tiveram um caráter abertamente *cultural* é uma das leituras possíveis para interpretação. Entretanto, em crítica a tal concepção é possível aferir que, se por um lado Marcuse está correto no sentido de perceber a dimensão global das manifestações e compreender a renovação da crítica social nos Estados Unidos e na Alemanha, além da crise da ideologia dominante naquelas sociedades, por outro, a generalidade da integração das classes depende do sucesso do modelo de Estado Social, portanto, um aspecto conjuntural daquele momento que pode conduzir, erroneamente, um argumento à sua generalização.

Deve-se considerar que a leitura de Marcuse serviu de ponto de partida para outras perspectivas que englobam a teoria do conhecimento sociológico sobre movimentos sociais. Isso ficará claro nas duas análises mais otimistas perante o sucesso do Estado Social como mediador dos conflitos sociais e, portanto, o argumento de que se estaria passando de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial. Em Habermas, o revisionismo elaborado ao marxismo caminha no sentido de compreender que haveria uma transformação de uma sociedade pautada no trabalho para uma sociedade de interação. O desenvolvimento desse argumento se dá a partir das análises dos eventos encadeados pelo movimento estudantil (alemão) e sua relação com a democracia: entende-se que o objetivo dos estudantes seria o de alargar as conquistas do Estado para todo o globo mas, caso quisessem fazer com que suas reivindicações fossem atendidas, deveriam assumir uma postura mais integrada ao Estado, participativa, abandonando as prerrogativas revolucionárias de outrora. Em suma, tendo em vista uma sociedade tecnocrática, a ação dos estudantes

não poderia ser ideologizada como antes e, por isso, a ação coletiva pautada no trabalho perderia sua função na sociedade comunicativa. A crítica aqui efetivada a Habermas entende que não se poderia afirmar efetivamente o ponto de uma transição social sem elucidar o processo histórico e suas contradições econômicas e políticas.

Seguindo outros elementos, pode-se aferir que as limitações ocorridas no pensamento de Habermas se assemelham com as mesmas colocações de Alain Touraine, no que diz respeito à passagem de movimentos de classe para movimentos sociais. Foi também a partir das rebeliões estudantis francesas de 1968 que o sociólogo formulou o início de sua teoria dos novos movimentos sociais, identificados através de uma crítica ao poder dominante, ao antiautoritarismo, e tendo como ênfase a formação da identidade dos movimentos. Nesse sentido, é possível apontar que, mesmo com o avanço sobre a compreensão da renovação das formas de ação coletiva, a perspectiva de Touraine se limita a colocar uma separação dicotômica entre as lutas estudantis e as lutas operárias. Como irá se argumentar, essa distinção é parcializada, pois entende que o movimento estudantil seria um paradigma de substituição dos movimentos operários. A distinção entre velhos e novos movimentos sociais é significativa nesse debate, mas apenas representa um imperativo teórico do funcionalismo sobre a realidade social. A crítica aqui apresentada procura destrinchar essa limitação, que muitas vezes é ignorada pela teoria social e acaba por considerar uma transição natural da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, designando a perda de importância dos movimentos operários e de trabalhadores.

O argumento subjacente às análises teóricas apresentadas acima pode ser resumido na noção da *perda da centralidade do trabalho* e que, portanto, deve ser revitalizada para se poder compreender a carga histórica das transformações sociais provenientes do *Mai de 1968*. Essa possibilidade resulta na compreensão que retoma as considerações da ontologia do trabalho, no sentido de apontar efetivamente os limites que os teóricos anteriormente apresentados postulam a partir do *Mai de 1968* e que passam muitas vezes a desconsiderar as transformações produtivas do capitalismo e as relações entre a classe trabalhadora e as classes médias. Nesse sentido, elucidar a fundamentação do trabalho na sociedade capitalista e as mudanças classistas que ocorreram nos finais da década de 1960 e início de 1970. Tais transformações são fundamentais porque elas determinam o projeto neoliberal e sua dimensão da precariedade do trabalho.

A Parte III, intitulada *A resistência estudantil e suas especificidades em Brasil e Portugal*, tem como objetivo relacionar o debate mais específico sobre o movimento estudantil do passado recente, a partir das disjunturas operadas do tempo histórico, e que devem ser analisadas em termos de *rupturas e continuidades* geradas na relação entre passado e presente e que conduziram ao seu esquecimento, por parte de seus antigos militantes e por parte da teoria da história que se produziu sobre tais fatos. Em seguida, centro-me a apresentar e debater os ocorridos em Brasil e Portugal, e seu balanço. Tais reflexões servem para observar como uma das dimensões mais fundamentais desse processo acabou sendo escamoteada pela teoria social, a violência do Estado sobre a resistência estudantil. No Brasil, o contexto analisado partirá do Golpe de 1964, demarcando os conflitos entre estudantes e policiais – iniciados pelos protestos contra a reforma universitária – e que se desenrolam pela oposição política ao regime ditatorial. Tais conflitos se acirram a partir do AI5, conforme se desenrola uma perseguição política ainda maior sobre os militantes políticos e estudantes opositores. A tentativa de retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE) se constitui um marco das lutas estudantis nesse período que, embora ainda culmine em momentos de violência, demarcou que as vias para a conquista democrática poderiam ser de fato abertas com a ampla organização dos setores sociais. A partir de 1980, na reorganização institucional brasileira, a UNE volta à ativa, mas já com um projeto político atenuado, de menor impacto político e dando ênfase à sua própria institucionalidade. Mas isso não irá significar uma alteração ou mesmo uma vitória dos estudantes demarcada na Constituição; ao contrário, já desde a constituinte a UNE entende que o projeto de ensino (em todas as suas vertentes e não somente no ensino superior) irá manter a mesma insuficiência da ditadura, ou seja, validar um modelo de ensino privatista em detrimento do ensino público. No caso português, a análise partirá da crise política e econômica do salazarismo do início da década de 1960, conforme se aprofunda o impasse colonial. A partir da Crise de 1962 surge o contexto de fortalecimento da organização estudantil, tendo em vista tanto as mobilizações que estavam ocorrendo nacionalmente como a necessidade de liberdade associativa. Esse será o ponto de partida de uma tensão entre as autoridades governamentais/universitárias e os estudantes, que irá perdurar até a Crise de 1969, quando os estudantes conseguem se organizar de forma mais incisiva contra o modelo de universidade vigente e, de forma mais ampla, em crítica ao salazarismo. Nos quatro anos anteriores ao *25 de Abril*, a violência sobre os estudantes portugueses se acirra, de modo a destrutu-

rar ainda mais o movimento estudantil, e que, mesmo com a abertura democrática, não consegue, em seu todo, manter uma mobilização efetiva nos anos seguintes. Tendo em vista os dois contextos, é possível trazer então aproximações sobre a questão da violência nos dois momentos, argumentando que há sim uma continuidade, ou mesmo, certos efeitos da ditadura nos períodos posteriores, que se delinea através do amplo uso da violência no Brasil e pela dificuldade de mobilização da sociedade portuguesa.

A fim de reforçar esse argumento, a Parte IV, *A Árvore de Maio*, buscará efetivar um balanço possível das questões apresentadas anteriormente, ou seja, compreendendo historicamente os limites do passado sobre o presente, representados na violência, na repressão das manifestações sociais (e estudantis) e a insuficiência do processo de democratização. A partir disso, se faz necessário referenciar em que medida as dimensões da precariedade do trabalho se relacionam diretamente nesse contexto, já que, em grande medida, muitas das atuais manifestações – entre elas a Geração à Rasca e Indignados em Portugal; e as manifestações de Junho de 2013 – tiveram estudantes em sua composição, mas não são exclusivas do movimento estudantil. Isso revela uma notável diferença na composição classista e organizacional na atualidade, ainda que muitas das demandas político-econômicas sejam desdobramentos daquelas do passado. Em termos comparativos é, portanto, possível argumentar que as atuais dificuldades de consolidação democrática são também contradições referentes ao desenvolvimento do capitalismo atual e suas novas configurações que, embora possam ser vislumbradas como uma novidade um tanto quanto “humanista”, na verdade, aprofundam problemas sociais já dispostos anteriormente. A perspectiva comparada, ainda que não seja completamente o foco do debate, exerce um papel fundamental, já que muitos desses problemas não podem ser visualizados apenas como existentes nos Estados, mas sim, concernentes à totalidade objetiva e subjetiva do capital.

**PARTE I**

**AS CIÊNCIAS SOCIAIS, O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO**

## CAPÍTULO 1

### APROXIMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS: PROBLEMAS ANALÍTICOS E MÉTODOS DE PESQUISA

O debate epistemológico nas Ciências Sociais tem apresentado grande vitalidade na composição de determinados objetos de pesquisa e de formas analíticas mais recentes. Esse capítulo procura explorar um pouco desse debate de forma crítica, problematizando e operando a formulação de uma alternativa ontológica ao “objeto” de pesquisa que aqui será desenvolvido. Um entendimento preliminar parte das continuidades de posições positivistas nas Ciências Sociais pautadas por uma transição paradigmática: da Ciência Moderna para a Ciência Pós-Moderna. Nesse sentido, trilhando o caminho ontológico, parece ser compreensível que o referido modelo de Ciência abdica da resolução de problemas atuais, através de um idealismo subjetivo, deslocando o problema de compreensão do capitalismo para a modernidade. O caminho aqui proposto consiste em analisar as inter-relações, as continuidades e descontinuidades e as formas de mediação que surgem e se desenvolvem na sociedade capitalista, as quais permitem compreender as formas de contestação social que tem vindo a operar nas sociedades capitalistas, com o intuito de perceber como se articulam e se fortalecem as lutas sociais, tanto aquelas que compuseram, através de suas particularidades, momentos singulares para as transformações histórico-sociais como também os objetivos alcançados e a composição de lutas sociais mais amplas, que transcendem a estrutura política.

Num segundo momento, uma apresentação das hipóteses, objetivos e métodos de pesquisa se faz necessária, funcionando como guia ao estudo que se seguirá. A justificativa de análise de dois contextos bastante diferenciados, Brasil e Portugal, terá em vista a compreensão de ações políticas tomadas dentro dos espaços nacionais e a sua articulação com a totalidade do sistema capitalista. Assim, será viável aprofundar o entendimento do processo teórico que fez de 1968 um momento de transição de paradigmas sociais, mas que encontra na realidade, de fato, uma ampla limitação para que essa afirmação seja acolhida como razoável. Por isso, trata-se de, no primeiro momento, elaborar uma crítica ontogenoseológica, a partir do marxismo, sobre os paradigmas sociológicos que se desenvolvem sobre a novidade, mas que desconsideraram certas continuidades político-econômicas.



## 1.1 As Ciências Sociais, o Positivismo e a Transição Paradigmática

As formulações iniciais das Ciências Sociais, no Século XIX, basearam-se amplamente nas propostas cognitivas provenientes das Ciências da Natureza, constituindo o positivismo como primeira abordagem dessa ciência emergente e paradigmática (Santos, 1987; 1989; Löwy, 2000). Sob a égide do positivismo, as Ciências Sociais se consolidaram no interior de um “modelo global de racionalidade científica” (Santos, 1987), fundamentando-se numa divisão entre ciência e senso comum. Tal modelo pressupunha a especificidade da ciência em contraposição ao senso comum ou às humanidades, estabelecendo, assim, “princípios epistemológicos” e “regras metodológicas” que pudessem delinear a observação sistemática e rigorosa dos fenômenos naturais e a experimentação, quantificar os resultados, reduzir a complexidade da realidade e deduzir a formulação de leis provenientes da causalidade dos fenômenos empíricos (p. 10-17). Estabelecida no interior de uma forma pré-paradigmática, as Ciências Sociais não desfrutariam de um consenso interno que pudesse estabelecer clarividência em suas regras e preceitos; e, pelo menos, estaria dividida entre dois modelos: o primeiro, um modelo positivista clássico, como o apresentado por Durkheim acerca da observação objetiva e objetivada da realidade social; o segundo, um modelo que procuraria estabelecer métodos próprios e de cunho subjetivo para as Ciências Sociais (Weber, 1986; 2004).

A teoria do conhecimento do primeiro modelo foi postulada através de, pelo menos, três características: a regência de leis naturais independentes da vontade e da ação humana; a assimilação epistêmica da sociedade pela natureza, implicando numa aproximação dos métodos empregados; e a limitação da observação e da explicação causal dos fatos, de forma objetiva e livre de julgamentos de valor. A composição de uma ou mais características supracitadas como orientação da pesquisa social estabeleceria uma *dimensão positivista* (Löwy, 2000: 17-8). No entanto, esse modelo foi, ao longo dos anos, bastante recusado por sua capacidade redutora de encontrar na realidade apenas as “leis sociais” ou pela incapacidade de transpor os limites entre Ciências Sociais e Ciências da Natureza ou ainda por clarificar a insuficiência paradigmática da Ciência Moderna (Santos, 1987). Mesmo assim, esse modelo positivista clássico foi assimilado em grande parte das Ciências Sociais, no sentido de uma comprovação empírica exata dos fenômenos sociais ou mesmo por idealizar que as prenoções poderiam ser afastadas de maneira sistemática.

Evidentemente, Durkheim acreditava numa objetividade que deveria neutralizar os princípios subjetivos, as visões de mundo e expurgar as contradições do conhecimento social, evidenciando uma linearidade do progresso humano no que se refere à necessidade de construção de uma ciência neutra, de acordo com os princípios do Iluminismo (Löwy, 2000). Não se poderia esquecer também que o positivismo clássico se afirma enquanto um instrumento ideológico que concretizaria o desenvolvimento da racionalidade subjacente aos desenvolvimentos do capitalismo industrial do Século XIX, fato que, pelo menos para Durkheim, transparece como lei natural do desenvolvimento social e da realização da burguesia ascendente, não podendo ser mudado pela vontade dos indivíduos.

Ao contrário do paradigma objetivista, Weber era descrente dessa formulação e, ao contrário, via a Ciência subjetivamente, composta pelas visões de mundo dos indivíduos e pela ausência dos julgamentos de valor, a chamada neutralidade axiológica (Weber, 1986). Proveniente do racionalismo historicista, que aparentemente negaria o positivismo e a base objetiva das ciências naturais, a concepção teórica de Weber aproxima-se da teoria positivista no que diz respeito à neutralidade axiológica das ciências sociais, combinando o historicismo e o positivismo em uma base de valores culturais, nacionais e religiosos muitas vezes distintos (Löwy, 2000). O fundamento weberiano de ciência considera-a um procedimento racional, dividindo-a em disciplinas, como garantia de sua especificidade e definindo o sentido de ética para o cientista, como uma espécie de caminho para a objetividade do conhecimento (Weber, 2004). Porém, isso não impediria que se chegasse à objetividade através de leis e fatores hipotéticos para o estudo, a exposição dos fatores históricos e da significação deles, juntamente com o desenvolvimento dos fatos e a avaliação das possibilidades de futuro. Dito de outra maneira, Weber compreende as singularidades históricas e sociais dos fatores culturais, com conceitos menos complexos que permitissem tanto a compreensão dos fenômenos individuais como o afastamento das noções de leis, que limitariam os fatos históricos e culturais. No entanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que Weber centra sua perspectiva na compreensão exclusiva dos fenômenos culturais, os quais preveriam as visões de mundo.

Seriam, então, os valores que determinariam a escolha do objeto de conhecimento à direção da investigação empírica; que selecionariam a importância ou não do que deve ser apresentado; o uso de certos conceitos e suas relações; e, finalmente, os problemas e

questões a serem utilizados na pesquisa social (Löwy, 2000: 36)<sup>1</sup>. Não obstante, a pesquisa pode levar em consideração os critérios subjetivos na relação com os valores, em direção contrária à abordagem positivista, assumindo uma *neutralidade axiológica*, ou seja, a ausência de julgamentos de valor nas respostas científicas<sup>2</sup>, da qual não se poderia nem deduzir os fatos a partir dos valores, nem deduzir os valores a partir dos fatos. O conhecimento objetivo, científico e cultural, estaria preso a premissas subjetivas “pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação [...] com os acontecimentos a que conferimos uma *significação cultural*” (Weber, 1986: 98). Isso equivale a afirmar que a significação cultural pretendida é o resultado de uma objetivação, ou seja, de uma neutralidade axiológica que se estabelece a partir dos valores subjetivos, isto é, de que “apenas as ideias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto de estudo e os limites desse estudo” (p. 100).

As Ciências Sociais, nesse sentido, partiriam de valorações que determinam a investigação, mas cujo resultado seriam respostas *Wert-frei*, ou seja, “submetida a regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta”, pois mesmo que os valores “forja[ra]m nossos instrumentos conceituais [...] a forma de utilizá-los no estudo científico da causalidade é regida por normas gerais” (Löwy, 2000: 37). Isso se daria porque há uma separação dos pressupostos utilizados para a investigação dos resultados alcançados, os quais são, por sua vez, objetivos e aceitáveis universalmente. Ou seja, através da metodologia da neutralidade axiológica, mesmo com o ponto de partida subjetivo, o resultado poderia ser compartilhado em sua generalidade. E os meios para elaborar essa passagem estariam dispostos pelos *tipos ideais*, um caminho para a formulação de hipóteses, alcançado através da “acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grandes quantidades de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos [...] e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento” (Weber, 1986: 106). Os

---

<sup>1</sup> As Ciências Sociais se desenvolveram nesse sentido, pois procuravam não apenas a construção de uma Ciência específica, mas também a consolidação da noção de progresso, como meio para a concretização da racionalidade humana e, também, dos interesses de classe da burguesia ascendente (Löwy, 2000). Essa noção pode ser verificada, por exemplo, em Saint-Simon, ao estabelecer o progresso da mente humana como equivalente ao desenvolvimento benéfico da sociedade industrial (Callinicos, 2011).

<sup>2</sup> De acordo com Löwy (2000: 33-37), em Weber se misturariam as relações de valores (*Wertbeziehung*) com a ausência do julgamento de valores (*Wertfreiheit*), sendo as primeiras de tendência historicista, do relativismo histórico de Dilthey, e as segundas de orientação positivista.

tipos ideais conduziriam a ciência em seu caminho empírico, procurando apreender “os indivíduos históricos ou os seus diversos elementos em conceitos genéticos”, o que resulta, finalmente, no estabelecimento da “plena pureza conceitual” (p. 109). O fato é que essa concepção em muito foi aceita pelos cientistas, como uma garantia metodológica que se contrapunha ao positivismo objetivista – muito bem delineada no jargão acadêmico, de acordo com o qual a Ciência objetiva seria uma falácia. Esse tipo de sustentação metodológica, apesar de aparentemente oposta ao modelo objetivista, se assentaria no trânsito da subjetividade para a objetividade, ou seja, mantendo o sentido positivista.

Deve-se acrescentar que esse modelo científico positivista futuramente entraria em crise por causa de avanços propiciados pela própria Ciência, mas também por descobertas referentes às ciências naturais (Santos, 1987: 2001). Isso levaria ao desafio de superação do paradigma da Ciência Moderna em crise, pois, através dele, estaria emergindo um novo paradigma<sup>3</sup> tanto científico como social, ambos interligados e complementados na dupla ruptura epistemológica, seja de aproximação da ciência com o senso comum, seja de criação de um novo senso comum científico. O diálogo intenso entre a epistemologia, o neopositivismo e o pragmatismo proporia uma revisão paradigmática sobre a ciência moderna e a construção de um paradigma alternativo fundamentado na epistemologia (Santos, 1989). O ponto de partida desse paradigma seria a desdogmatização da ciência<sup>4</sup>, já que a ciência moderna estaria num momento de crise (de degenerescência, consequência de um momento anterior, a crise de crescimento) que incentivaria a reflexão epistemológica. A Ciência Pós-Moderna buscaria então essa desdogmatização, construindo uma hermenêutica crítica da epistemologia, ou seja, uma revisão de problemas – como a epis-

---

<sup>3</sup> Inicialmente, Santos (1989, 2006) compreende que é insuficiente denominar a fase de transição epistemológica pelo termo “pós-moderno”. Porém, nesse termo estaria contida a constatação de que, nessa transição, novos futuros alternativos seriam construídos, no sentido de transpassar as promessas construídas e, logo após, destruídas, pela modernidade (Santos, 2000). Essa formulação que, inicialmente procuraria refletir sobre a Ciência Moderna, acaba por se destrinchar no chamado paradigma social de um conhecimento prudente para uma vida decente (Santos, 2000; 2004), para encontrar sua forma plena sob a denominação de pós-colonialismo, estabelecendo como principal artifício as *epistemologias do sul* (Santos, 2006).

<sup>4</sup> Segundo Santos (1989), três correntes filosóficas caminharam para a desdogmatização da ciência, ou seja, a separação da filosofia da epistemologia e estabelecimento de centralidade da epistemologia: a primeira estipularia que a teoria científica teria sentido filosófico, desenvolvida pelo Positivismo Lógico (Círculo de Viena e Karl Popper); a segunda demarcada pelos avanços na reflexividade, desenvolvida numa crise de degenerescência (E. Mach, Poincaré, Feyerabend, entre outros); a terceira, composta pelo desenvolvimento dos fundamentos últimos da ciência (Heidegger) e viragem para sua prática e composição de virtudes morais e políticas (como pelo pragmatista J. Dewey).

temologia enquanto falsidade, ilusão e problemas nas relações de causa – que teria como sentido o aumento da comunicação entre grupos sociais. A proposta hermenêutica funcionaria como uma “pedagogia de construção de uma epistemologia pragmática” (p. 29) e, através dela, poderia se resgatar as relações – inicialmente separadas – entre ciência e senso comum, efetivando a atitude hermenêutica, a partir da qual se opera um discurso que aproxima o distante, cuja aproximação será efetivada através do diálogo – no sentido de uma comunicação com os outros saberes do mundo –, possibilitando superar dicotomias presentes na ciência. A continuidade dessa ruptura epistemológica pode ser compreendida na transformação e no surgimento de novas questões a serem enfrentadas pelos paradigmas sociais, políticos e culturais da realidade social. Pode-se elencar, com relação aos problemas sociais emergentes e sobre suas mudanças sociais fundantes das relações paradigmáticas, a crise do Estado Providência na Europa e o desenvolvimento de um capitalismo neoliberal, a preocupação com a participação política de novos movimentos sociais e uma teoria defasada da realidade, o que levaria a enfatizar os problemas de matriz econômica, a crise do Estado-Nação, a ênfase no indivíduo e no individualismo crescente, o consenso democrático, a emergência de identidades e quebra de fronteiras, além de uma crise no marxismo enquanto paradigma epistemológico (Santos, 1995). Além disso, a globalização, iniciada nos anos 1990, ofereceria novos desafios para se pensar o global não como um conjunto de fatores separados, mas através de fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais com interligações bastante complexas. Esse processo, portanto, atribui dois sentidos para a globalização: o hegemônico, conduzido pelas dinâmicas econômicas, políticas, jurídicas e institucionais que procuram homogeneizar as diferenças globalmente existentes em torno de um projeto dominante; e, o sentido contra-hegemônico, aquele que procura reestabelecer a pluralidade e segue na criação de alternativas (Santos, 2001).

O fundamento dessas acepções de um paradigma social assenta-se na perspectiva de que a Modernidade foi construída anteriormente ao capitalismo ter se tornado o modo de produção dominante das sociedades (Santos, 2001). Logo, a construção da Modernidade esteve pautada em dois pilares, o da *regulação* e o da *emancipação*. O primeiro estabeleceria o princípio do *Estado*, como uma obrigação política verticalizada entre cidadãos e Estado; o princípio do *Mercado*, como uma obrigação política horizontal, individualista e antagônica entre os parceiros; e o princípio da *Comunidade*, uma obrigação também horizontal e solidária, estabelecida entre os membros das comunidades e associações. O

segundo se remeteria a três lógicas de racionalidade, definidas por Weber, a saber: a *racionalidade estético-expressiva* das artes e da literatura; a *racionalidade cognitivo-instrumental* da ciência e tecnologia; e a *racionalidade moral-prática* da ética e do direito (p. 47-48). Ao longo do desenvolvimento da Modernidade, o desenvolvimento desses dois pilares deveria se dar de forma harmoniosa, estabelecendo a “completa racionalização da vida cotidiana e individual” (p. 48). Porém, no que tange à compreensão do problema da emancipação, essas concepções enfatizam que a emancipação havia se tornado regulação e que, por isso, as alternativas dispostas anteriormente perderiam sua validade, ou mesmo não deveriam ser vistas enquanto reais alternativas. No entanto, por conta dessas transformações, novos temas transversais e novas capacidades analíticas deveriam ser exploradas na pesquisa social (Santos, 2005). A ênfase no direito, por exemplo, conjugaria tanto a noção de que o Direito moderno estaria em crise, como sua crise da regulação permitiria que se estimasse o quanto o direito poderia ser emancipatório, na medida em que se estabeleceriam práticas cosmopolitas do direito em contraposição ao fascismo social emergente (Santos, 2003).

A centralidade das racionalidades, descrita anteriormente, configura um problema de longa data. Se levar-se em conta que a perspectiva emancipatória se funda nos pilares das racionalidades definidas por Weber, deve-se também levar em consideração que seu modelo de ciência positivista, a da neutralidade axiológica, depuraria todo e qualquer desvio para compor, objetivamente, essas racionalidades. A dicotomia entre regulação e emancipação configura-se apenas como artífice de uma modernidade cultural, já afastando, previamente, o capitalismo de seu escopo.

Todavia, sabe-se que essa subsunção do capitalismo à modernidade é algo complicado, pois a categoria *modernidade* revelaria uma tendência ideológica de “esquecer a dimensão sócio-histórica, a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida” e isso faria com que “as especificidades socioeconômicas [sejam] ofuscadas ou deixadas em segundo plano, para que a formação histórica descrita [...] possa adquirir um caráter paradoxalmente atemporal em direção ao futuro, por causa de sua contraposição [...] ao passado mais ou menos distante” (Mészáros, 2004: 70). Ou seja, ao se considerar a modernidade anteriormente ao capitalismo, se estaria trabalhando com a noção a-histórica de que haveria um movimento de auto-realização – das promessas cumpridas e não cumpridas – que, por oposição, se configuraria como um avanço positivo perante os desdobramentos do

mundo tradicional, culpabilizando a dimensão abstrata pelo sucesso ou fracasso, independentemente das relações concretas e materiais, já bastante evidenciadas por Marx. Esse talvez seja o principal ponto de articulação existente entre as teorias da Modernidade e o ocultamento das relações capitalistas em seu interior, fato que se contenta no próprio desenvolvimento de uma “transição paradigmática” das Ciências, com o sentido de tornar o capitalismo apenas uma cultura, tão necessária ao desenvolvimento da Modernidade a quando de sua transição. Além disso, poderia inferir que a “transição” se apresenta de forma transcendental ou partiria de uma relação de “crescimento” e “degenerescência” intrínseca ao campo científico, sem levar em consideração as dimensões sociais existentes para a derrocada da ciência positivista.

Um balanço mais crítico da “transição” paradigmática apresentada anteriormente – e ainda insuficiente – deve levar em consideração os seguintes aspectos: a proposta hermenêutica centraliza-se na linguagem em geral e na linguagem científica especificamente, um imperativo categórico que tem como objetivo estabelecer a ciência como uma força produtiva – senão a força produtiva que ganharia destaque nessa transição; o desenvolvimento dos dois “pilares” – emancipação e regulação – não pode ser considerado harmonioso, mas deve ser visto apenas numa perspectiva a-histórica, livrando-lhes de qualquer dialética; em muito há um paradoxo quase irresoluto entre a confiança na Ciência Moderna, enquanto promessa emancipatória da Modernidade, e sua *real* capacidade de emancipar, tendo em vista sua vinculação cada vez menos inegável, como os meios e instrumentos dominantes do capitalismo. Outro questionamento que cabe aqui, refere-se, naturalmente, ao “objeto” de estudo dessa tese: não foram as racionalidades weberianas que estiveram em voga em meados do Século XX, quando uma ampla gama de movimentos contestatários – entre eles o movimento estudantil – se apresentou questionando o *modus operandi* das sociedades ocidentais, o imperialismo sobre os países da periferia, as viragens do capitalismo monopolista e seus modos de produção, etc. Ao contrário, o que estava em jogo era uma disputa marcada pelo marxismo e suas inúmeras vertentes ideológicas que, apesar de enormes diferenças, colocavam como objeto de sua prática e crítica a sociedade capitalista contemporânea, sua forma e essência material. Não se tratou de uma crítica ao abstracionismo da racionalidade, mas uma crítica direcionada ao modo de produção capitalista e de reprodução do capital. Essa dimensão que inicialmente foi apropriada pela Ciência Social crítica aca-

bou sendo deixada de lado – por inúmeros fatores que não poderão ser aqui ressaltados –, dissolvida no âmbito das considerações abstratas da Modernidade.

Com essa brevíssima revisão, é possível afirmar que, marcada pelo diálogo com o positivismo, com o neopositivismo e com uma relação paradoxal com a chamada pós-modernidade, a transição paradigmática traz tanto um enfoque na Ciência como nas novas práticas sociais. Essa perspectiva, centralizada na epistemologia, aparentemente oferece argumentos para novos questionamentos sociais, constatados através de uma mudança de época. Entretanto, mesmo refutando sua ambígua relação com a pós-modernidade, as formulações concernentes à pesquisa social e impulsionadas pela “transição paradigmática” se inserem no conjunto de formulações denominadas de “agenda pós-moderna”. Elas partem da constatação de que não haveria soluções dentro da Modernidade para os problemas criados por ela própria (Meiksin-Wood, 1996). Um caminho epistemológico possível seria o de analisar mais profundamente os fundamentos ideológicos dessa transição paradigmática e, conseqüentemente, suas relações com a teoria formulada por Marx.

## **1.2 Transição Paradigmática, Marxismo e Pós-Modernidade**

A relação conflituosa entre marxismo e pós-modernidade parece ser um dos problemas mais significativos da teoria sociológica atual. Faz-se necessário, portanto, um breve balanço que procure explorar as relações entre a proposta de transição paradigmática e o marxismo. Isso acabaria por determinar tanto a análise epistemológica como os princípios metodológicos da pesquisa social, assim como os rumos a serem seguidos pela presente pesquisa, no que diz respeito à necessidade da compreensão dos manifestos estudantis no pós-guerra e aos resultados disso na atualidade - uma continuidade descontinuada – cujos efeitos mais proeminentes podem ser sentidos também na teoria social e em sua proposta crítica<sup>5</sup>.

Um importante questionamento sobre essa relação elaborado por Santos (1995) procuraria perceber de que maneira o marxismo poderia se relacionar com a “transição paradigmática” para a Ciência Pós-Moderna e, com isso, “distinguir as áreas ou dimensões

---

<sup>5</sup> Sobre esse debate, entre marxismo e pós-modernidade, as referências principais estão explícitas em Harvey (1989), Meiksin-Wood (1996); Mészáros (2001; 2004).



em que [o marxismo] continua atual, e eventualmente mais atual do que nunca, daquelas em que está desatualizado e deve, por isso, ser profundamente revisto se não mesmo abandonado” (Santos, 1995: 12). O argumento central utilizado afirma que as formulações teóricas de Marx estariam interligadas com a Modernidade, sendo ambos os processos incompletos. A análise procura, inicialmente, proceder a um balanço do marxismo em quatro momentos históricos<sup>6</sup>, concluindo que o marxismo seria problemático à Modernidade, mas que pouco contribuiria para a transição paradigmática da Ciência Moderna<sup>7</sup>. O argumento se fundamenta na seguinte conclusão:

---

<sup>6</sup> O *primeiro momento* (anos 1890 a 1920) foi marcado pela recepção do marxismo nas ciências sociais, sua influência no movimento socialista e, conseqüentemente, duas cisões: a primeira, de caráter político e revisionista (Bernstein); a segunda, de caráter epistemológico (austromarxistas, neokantianos e o positivismo de Ernst Mach). Santos conclui que houvera uma transformação do marxismo numa ciência positiva, o que deixaria de lado “seu potencial revolucionário”, bem como “as raízes do marxismo eram hegelianas e faziam dele uma filosofia crítica, uma filosofia da práxis, mais virada para a construção de uma visão libertadora e emancipadora do mundo do que para uma análise unilateral e objetiva da sociedade capitalista” (p. 27). O *segundo momento* (anos 1930 e 1940) teria sido um período negativo, marcado pelo capitalismo imperialista, pelo fascismo e pelo stalinismo, sobrevivendo apenas o austromarxismo e a Escola de Frankfurt. No *terceiro momento* (anos 1950 e 1960), houve um renascimento do marxismo seguido por uma profunda crise que o “desmancharia no ar” – demarcando-o por alguns fatos: a Revolução Cubana, o Movimento Estudantil europeu, as (social) democracias europeias, a Revolução Chinesa (que operou uma cisão no movimento comunista mundial), o pós-colonialismo (que contradisse Marx em relação à formação de classes das colônias), a Teoria da Dependência na América Latina, além da Escola de Frankfurt e do estruturalismo francês. Ademais, Santos considera que se tratou de um período de “solidez do marxismo que de algum modo virou contra ele próprio e o desfez no ar”, cuja dissolução foi ocasionada pela discrepância entre debates teóricos e o movimento socialista (sobretudo uma crise da classe trabalhadora), pela descoberta das “virtualidades dos regimes democráticos europeus e partidos socialistas que preferiam a gestão do capitalismo à transformação capitalista”, enfatizando profundas alterações entre o momento que Marx havia proferido sua análise com o daquele momento, resultando num abandono à referência ao marxismo, da qual “**as suas teorias só com profundas revisões teriam alguma utilidade analítica no presente**” (p. 29-30). O *quarto* período (década de 1980) seria o momento em que “a solidez e a radicalidade do capitalismo” desfez o marxismo “com grande facilidade e para sempre”, na medida em que inúmeros fatores políticos – como a ascensão dos partidos conservadores na Europa e Estados Unidos; isolamento dos partidos comunistas e descaracterização dos partidos socialistas; transnacionalização da economia e sujeição dos países periféricos e semiperiféricos ao capitalismo multinacional, ao Banco Mundial e ao FMI; a consagração do neoliberalismo; o fortalecimento das culturas de massa, do individualismo, o privatismo e o consumismo e a incapacidade de se pensar uma sociedade alternativa ao capitalismo; a queda de alguns regimes políticos socialistas e o colapso dos regimes comunistas do Leste da Europa - transformaram o marxismo em um “anacronismo”. As revisões do marxismo elaboradas nesse período – teoria regulacionista, análise de classes, neoinstitucionalismo, as transformações culturais do capitalismo e as avaliações do movimento comunista – desenvolveram o chamado neomarxismo, cujos traços fundamentais seriam o antideterminismo, o antirreduccionismo e o processualismo. No entanto, essas revisões não serviram para impedir a desfeita completa do marxismo, restando saber se essa seria por completa ou não, mas que, de todo modo, contribuiriam para a “perda de validade” do marxismo.

<sup>7</sup> A exposição aqui elaborada dialoga diretamente com dois artigos: “O Resgate da Epistemologia”, de João Arriscado Nunes (2008), o qual apresenta os pontos fundamentais da teoria sociológica de Boaventura de Sousa Santos; e “De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos”, de José Paulo Netto (2004), o qual aponta críticas e problemas internos ao pensamento epistemológico de Boaventura de Sousa Santos. A pers-

Marx demonstrou uma fê incondicional na ciência moderna e no progresso e na racionalidade que ela podia gerar. Pensou [...] que o governo e a evolução da sociedade podiam estar sujeitos a leis tão rigorosas quanto as que [...] regem a natureza, numa antecipação de sonho, mais tarde articulado pelo positivismo da ciência unificada (p. 35).

Através de um estreito entendimento entre a tradição marxista e o positivismo (objetivista); ao vincular a ciência crítica do capitalismo à modernidade, com o argumento de que a “fê” na ciência apenas possibilitou a Marx perceber as “leis” que regem a natureza; e ao estabelecer que a consolidação de um momento posterior ao capitalismo – socialismo ou comunismo – seria inevitável para o processo civilizatório da humanidade, a “perda de validade do marxismo” parece ser inevitável. Essa proposição pode ser analisada em par com outra, que estipularia que “o erro de Marx foi pensar que o capitalismo, por via do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, possibilitaria ou mesmo tornaria necessária a transição para o socialismo”. Em contraposição, “entregue a si próprio, o capitalismo não transita para mais nada senão para mais capitalismo” (p. 243). A consequência exata desse panorama seria a de que “a equação automática entre progresso tecnológico e o progresso social desradicaliza a proposta emancipatória de Marx e torna-a [...] perversamente gêmea da regulação capitalista”.

Tendo em vista essas duas proposições, a conclusão parcial que pode ser retirada dessas considerações é a recomendação de abandonar as teorias de Marx, à medida que elas conteriam um positivismo lógico, que relaciona linearmente o progresso tecnológico ao progresso social e, por contiguidade, a passagem da sociedade capitalista para o socialismo. Além disso, seria esse mesmo positivismo que colocaria em causa algumas das principais dificuldades da “transição paradigmática pós-moderna”, a qual somente poderia ser feita, por um lado, através de uma recusa indiscriminada do positivismo e, por outro, postulando a atitude hermenêutica como base para a mudança de paradigmas. Como a ciência marxista em seu todo seria permeada por essa separação, logo, a teoria de Marx perderia sua validade.

---

pectiva de escolha de diálogo entre esses textos – que aqui não será feita diretamente – tenta, por conseguinte, trazer uma contribuição para a revisão de pontos “dados como certos”, mas que numa análise mais minuciosa resultam em sérios problemas para a teoria sociológica. Ao meu ver, o resgate da ontologia do ser social, assim como o fez Lukács (2012b) é o ponto de partida que encabeça a divergência fundamental dessa questão.

Porém, se a análise de Marx seria positivista, a transição paradigmática se pauta na concepção de uma racionalidade Moderna irrealizável e que deveria ser substituída por uma pluralidade de racionalidades, fato já problematizado por Marx (2006: 104), quando afirma que:

A razão humana, que é tudo menos pura, não possuindo uma visão completa das coisas, encontra a cada passo novos problemas a resolver. Cada nova tese que descobre na razão absoluta e que é a negação da primeira tese torna-se para ela uma síntese, que muito ingenuamente é aceita como solução do problema em causa. É por isso que essa razão se debate com contradições sempre novas, até que, não encontrando já contradições, compreende que todas as suas teses e sínteses não passam de hipóteses contraditórias.

A transição paradigmática revelaria uma solução sem tocar nas próprias contradições entre Ciência e sociedade, ou melhor, ignorando-as com vistas a assumir uma insuficiência da teoria do conhecimento anterior, com proposta de renovação em termos de uma nova teoria do conhecimento que tomaria como secundário o desenvolvimento contraditório das relações históricas, pois “a ciência produzida pelo movimento histórico, e a ele se associando com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e torna-se revolucionária” (p. 111). E, evidentemente, Marx não concordaria com a transição paradigmática, justamente por ser uma composição produzida pela “comunidade científica”, que se colocaria acima do real movimento histórico, assim como as várias escolas que sucessivamente surgiram na economia política do Século XIX.

Outro ponto que também chama atenção é que, ao confrontar a transição paradigmática com o marxismo, haveria um campo em aberto de crítica, do segundo ao primeiro. Como já dito, a transição paradigmática se fundamenta na “agenda pós-moderna”, ou seja, em um hibridismo teórico, o qual afirmaria que “todas as antigas verdades e ideologias perderam a sua relevância” e que, conseqüentemente, “parece que o verdadeiro divisor de águas ocorreu em algum ponto dos anos 60, ou mesmo em 1989, com o colapso do muro de Berlim” (Meiksin-Wood, 1996: 120). Operando uma rasura na história, “o senso pós-moderno de novidade de época depende de se ignorar ou negar uma realidade histórica avassaladora: que todas as rupturas do Século XX se unificaram num todo histórico particular pela lógica e pelas contradições do capitalismo” (p. 121), implicando em relacionar não uma novidade histórica completamente diferente, mas a continuidade da mesma perplexidade já estabelecida anteriormente. A agenda pós-moderna, *grosso modo*, se estabeleceria com a adição de algumas temáticas novas, como a fragmentação do poder, opressão,

identidade e ênfase no discurso, operando uma negação da história pautada no pessimismo político. Sua versão à esquerda, que englobaria, do pós-estruturalismo, o pós-marxismo, entre outras vertentes pós, enfatizaria as seguintes temáticas:

Ênfase na linguagem, na cultura e no "discurso" (com o argumento de que a linguagem é tudo o que podemos conhecer sobre o mundo e de que não temos acesso a nenhuma outra realidade), em detrimento das preocupações "economicistas" tradicionais da esquerda e das velhas preocupações da economia política; rejeição do conhecimento "totalizante" e dos valores "universalistas" (incluindo as concepções ocidentais de "racionalidade", as ideias gerais de igualdade, liberais ou socialistas, e a concepção marxista da emancipação humana geral), em benefício da ênfase na "diferença", em identidades particulares diversas como gênero, raça, etnicidade, sexualidade e em várias opressões e lutas particulares e separadas; insistência na natureza fluida e fragmentada do eu humano (o "sujeito descentrado"), que toma nossas identidades de tal modo variáveis, incertas e frágeis, que é difícil ver como podemos desenvolver o tipo de consciência capaz de formar a base para a solidariedade e a ação coletiva fundadas numa "identidade" social comum (como a classe), numa experiência e em interesses comuns - uma exaltação do "marginal" -; e repúdio das "grandes narrativas", tais como as ideias ocidentais de progresso, incluindo as teorias marxistas da história (p. 123).

Nesse caso, a recusa epistemológica do marxismo, em sua perda de validade, claramente acaba por romper com a análise da causalidade e da feição totalizante do capitalismo, procurando estabelecer uma centralidade epistemológica, distinta de uma crítica ao capitalismo, assumindo uma postura conivente com o "capitalismo global, segmentado, consumista e imóvel" (p. 125). Emerge, assim, uma dualidade entre o discurso pós-moderno, que enfatiza a noção da pluralidade e de fragmentação, com o marxismo, cuja análise crítica é elaborada sobre a prática totalizante e totalizável do sistema capitalista.

Outro ponto a se elencar é que, na década de 1960, o marxismo encontrou seu vigor com os acontecimentos sociais, dentre eles, as revoltas e manifestações estudantis, o que permite analisar como esses fatos se relacionaram diretamente com a teoria marxista. No que consistiria então o declínio resultante? O método até então afirmado, centralizado na epistemologia, entende que o marxismo não se diferenciaria do positivismo e que, com uma proposta desradicalizada, cometeria os mesmos erros das teorias positivistas. No entanto, a característica positivista se assemelha à descrição dogmática que os partidos comunistas impuseram a partir dos anos 1920, ou muito daquilo que se apresentou nas escolas estruturalistas, principalmente por Louis Althusser e sua "ruptura epistemológica",

também criada a partir de Bachelard<sup>8</sup>. Contra esse sentido, em muito se trabalhou para a desdogmatização do marxismo oficial, da ampliação da noção de Estado e da formação de classes, bem como em prol da apresentação de uma crítica contundente ao socialismo soviético e, provavelmente, dois intelectuais marxistas, à contracorrência do marxismo oficial, foram responsáveis por isso: Antônio Gramsci e György Lukács. A revigoração do marxismo aparentemente não poderia ser dada de forma epistemológica, pois deveria considerar uma relação de todo histórico, com limites mais alargados e não a negação da história baseada em um pessimismo político. Um efeito disso seria considerar as resistências sociais fragmentadas, das quais apenas o enfoque em novos saberes poderia dar conta da fragmentação, sem que esses saberes fossem vistos como rivais ou em disputa. Consciente ou inconscientemente, essa recusa dos princípios do marxismo é, por consequência, um mote para a recusa ideológica de problemas centrais colocados pela obra de Marx e por grande parte da tradição marxista. A ausência de uma “análise objetiva da sociedade capitalista”, como afirmado – mesmo ciente de que os trabalhos do *jovem* Marx continham uma teoria da emancipação social consolidada na crítica da economia política de sua *matu- ridade*, que se desenvolve sobremaneira pelo processo de formação e de crítica porme- norizada ao capital -, parece conter uma sub-reptícia convicção de que os trânsitos da ciência autônoma se pautariam na negação das ideologias, ou mesmo, num sentido atribuído ao pragmatismo, que toda filosofia se transformaria em dogmatização. A seguinte passagem identifica a relação da análise da sociedade capitalista – e o desenvolvimento das forças produtivas a seu modo – e a emancipação:

Essas diferentes condições, que apareceram primeiro como condições da autoati- vidade e, mais tarde, como entraves a ela, formam ao longo de todo o desenvol- vimento histórico uma sequência concatenada de formas de intercâmbio, que se tornou um entrave; é colocada uma nova forma, que corresponde às forças pro- dutivas mais desenvolvidas e, com isso, ao avançado modo de autoatividade dos indivíduos; uma forma que, *à son tour*, torna-se novamente um entrave e é, então, substituída por outra. Dado que essas condições, em cada fase, correspon- dem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo a história das forças produtivas em desenvolvimento e que foram

---

<sup>8</sup> Sobre a questão do estruturalismo marxista, desenvolverei, mais a frente (Capítulo 3), suas implicações mediante os manifestos dos movimentos estudantis e operários de finais da década de 1960, procurando considerar o fato de que, naquela época, o marxismo acadêmico e estruturalista (diferente do marxismo “oficial” soviético) estava em voga em muitas academias e no pensamento científico, fazendo com que houvesse uma reverberação disso no mundo estudantil, em alguns lugares havendo uma influência maior do que em outros.

recebidas por cada nova geração e, desse modo, é a história do desenvolvimento dos próprios indivíduos (Marx, 2010: 68).

No entanto, deve-se levar em conta que a transição paradigmática apresentada anteriormente não se fundamenta por completo na pós-modernidade, justamente por tratar problemas ou soluções modernas que não se realizaram e causaram, na atualidade, uma ausência de “soluções modernas”, ou mesmo porque a noção de pós-modernidade faz uma auto-referência à modernidade ocidental, ocultando “a violência matricial”, o colonialismo (Santos, 2006: 25). Não obstante, a consolidação de uma problemática pós-colonial teria o objetivo de solucionar esse problema, elencando, a partir dos estudos coloniais, as “relações desiguais entre o Norte e o Sul”, onde predominariam as formas de violência mantidas pelo colonialismo e suas estruturas de poder e de saber. Por isso, haveria uma espécie de programa teórico fundamentado na “pluralidade de processos coletivos articulados”, na proposição de “utopias realistas”, na reinvenção da emancipação social, no otimismo trágico, a pluralidade de éticas a partir de “baixo”, na auto-reflexividade, por uma “ação rebelde” pautada em “subjetividades transgressivas”, na mestiçagem ou hibridiz das relações de poder (p. 27). Mesmo assim, ainda haveriam concepções partilhadas com a pós-modernidade (contemplativa): a crítica ao universalismo e à unilateralidade da história, totalidades e metanarrativas; centralidade das pluralidades, heterogeneidades, periferias; epistemologia construtivista, entre outros.

O que ocorre então é que, embora haja um avanço para uma crítica pós-colonial, os mesmos e problemáticos elementos que fundamentam a “agenda pós” são mantidos, sobretudo os que dizem respeito à rasura com a história e às análises causais. Um resultado explícito, portanto, seria o de negar as perspectivas anticapitalistas, pois elas se confrontariam com questões totalizantes e uma análise centralizada no poder, portanto, se faria insuficiente. Restaria uma questão: seria possível fazer uma crítica ao capitalismo através de uma vertente pós-colonial ou pós-moderna de oposição? Se essas vertentes se centram nas críticas aos modelos ocidentais de racionalidade, estariam elas submetendo o capitalismo a ser um projeto – mais ou menos exitoso – da modernidade<sup>9</sup> e que, porventura, seria

---

<sup>9</sup> A modernidade, no sentido anteriormente abordado, é a *modernidade cultural*, assim como Weber (ética protestante) já bem havia definido, um tipo ideal que não admite contradições, nem mesmo entende o capitalismo enquanto um sistema totalizador – no Norte e no Sul, no Centro e na Periferia, para os detentores e

inegável afirmar que todo o mundo hoje está inserido em um sistema capitalista que gera relações de desigualdade, de poder, de exclusão e de exploração. Mas isso poderia ser visto através de uma relação histórico-causal que enfatizasse, principalmente, o *modo de ser* do capitalismo, ou seja, sua dialética intrínseca. Ainda que a pós-modernidade de oposição ou o pós-colonialismo não se trate de um modelo “clássico” de pós-modernidade contemplativa, os mesmos problemas se mantêm. E junto com eles, a recusa, a partir do entendimento restrito, das análises de Marx enquanto “metanarrativas” da modernidade, fato que serviria para afastar as prerrogativas stalinistas e positivistas do marxismo do século XX, mas que correria o risco de reduzir e naturalizar o capitalismo como consequência positiva e positivada da Modernidade. Portanto, para se analisar a crítica anticapitalista dos anos 1960, através do movimento estudantil e sua persistência na atualidade, os caminhos a serem seguidos devem ser outros.

Assim, ao que tudo indica, a negação anteriormente vista não parece ser suficiente para introduzir qualquer problema no interior da teoria de Marx. Há, de certo, uma separação entre o desenvolvimento dialético da sociedade capitalista e a capacidade de criação de alternativas emancipatórias, o que, de fato, não confere com a filosofia marxiana. Cabe ressaltar também a tradição científica da Marx, contida na metodologia de análise crítica da economia política, que enuncia o poder crítico de desmistificação da Mercadoria e da ontologia humana constituída no trabalho, através de uma violenta crítica ao capitalismo. É, então, por um caminho ontológico que irá se prosseguir metodologicamente.

### 1.3 Subjetividade e alternativa ontológica

Ainda que as considerações sobre a “transição paradigmática” pareçam, em seu todo, construídas univocamente, seu contraste com a filosofia marxista se coloca como um ponto fundamental de divergência. A compreensão do marxismo como *paradigma* em crise e como *parte* dessa crise é proveniente de dois fatores: um *científico*, concernente à noção do marxismo enquanto Ciência da História – da filosofia de Louis Althusser e do Estruturalismo Francês; e outro *político*, por conta dos regimes políticos e autoritários, em

---

não detentores de poder – mas, sim, como uma parte epistemológica da cultura ocidental dotada de um sentido unívoco. Para uma crítica mais aprofundada dessa questão ver Mészáros (2011).

várias partes do mundo, influenciados pelo marxismo e por sua derrocada ao final dos anos 1980, que o descredita enquanto teoria política. Quanto a esses dois aspectos, parece ser evidente, pelo menos numa primeira aproximação, que o *Maió de 68* tenha colocado em crise o Estruturalismo na França, também efetuando uma crítica à ordem estabelecida pelos regimes socialistas alinhados à URSS. Pelo menos essas duas referências são mantidas como cerne do pensamento marxista por parte da transição paradigmática. Porém, seria possível afirmar que todo o pensamento de Marx não tenha sobrevivido a essa prova?

Deve-se, porém, perceber que *O Capital* em muito foi interpretado de modo objetivista e determinista para justificar determinados regimes políticos ou posições reacionárias, mas os *Grundrisse* revelavam um enfoque objetivo e um subjetivo, interligados por um complexo método dialético, que apontaria para uma prática política revolucionária (Negri, 2000). Além disso, as críticas elaboradas por Marx revelavam o “método geral da orientação apologética do pensamento burguês” associada à crença no progresso, que desenvolveu na ciência um ecletismo pautado na negação das contradições da vida, ou seja, incapaz de perceber as contradições dialéticas do capitalismo e assentada em um idealismo subjetivista (Lukács, 2010: 55-60). Não seria obtuso observar que, mesmo rompendo com as alternativas objetivistas e positivistas, a transição paradigmática e a “agenda pós” manteriam, em seu sentido mais essencial, o idealismo subjetivista, refutando a relação dialética entre objetividade e subjetividade e desarmando a crítica social de sua criticidade.

A ênfase na questão do método em Marx parece ser, de fato, algo decisivo e, decerto, ignorado, porque nele estaria uma imbricação de relações sociais e históricas e sua referência à ontologia. As análises provenientes do filósofo húngaro György Lukács e de um de seus seguidores, István Mészáros, trouxeram uma revigoração do marxismo, fato que já havia começado anteriormente, quando Lukács (2012a) apontou contundentes críticas ao modelo do marxismo oficial stalinista, implementadas pelos partidos oficiais, com fortes trações de dogmatismo e de anti-historicismo. Em sua obra de maturidade, a *Ontologia do Ser Social*, Lukács desenvolveu o caminho ontológico para a revitalização da emancipação social do marxismo, contrapondo-se radicalmente às perspectivas epistemológicas que praticamente dominaram a ciência durante o Século XX, por dentro e por fora do marxismo. A principal força dessa análise teórica estaria no objetivo de situar de modo concreto as estruturas e as mudanças estruturais do processo histórico-ontológico, através do método de Marx. A concepção do marxismo como ontologia do ser social opõe-se ao



historicismo subjetivista que dissolve as objetivações humanas em sua gênese social imediata, e às versões estruturalistas, que substituem a dimensão ontológico-social por um epistemologismo formalista e anti-histórico (Coutinho & Konder, 2008).

Desde o início de sua obra, Lukács se confrontou com a subjetividade de forma a compreender uma pretensão de objetividade, desenvolvendo, primeiramente, uma dialética entre um postulado moral e as instituições, compreendido na insistente tentativa de descobrir as relações de mediação que se assentam em torno das relações imediatas, articulando a totalidade e a especificidade em uma unidade (Lukács, 2012a; Mészáros, 2013). Suas categorias dialéticas centrais, totalidade e mediação, se encontram intimamente inter-relacionadas, assim como no método de Marx, que privilegiaria o “ponto de vista da totalidade” ao invés do “ponto de vista do indivíduo”, sendo que o objetivo seria a compreensão de como as classes sociais representam a totalidade, cujos problemas não são meramente particulares, mas uma determinação do todo sobre as partes. Porém, essa totalidade somente poderia ser compreendida por intermédio das mediações, pois “a totalidade social existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos [...] se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo” (Mészáros, 2013: 58). A noção de classes, no sistema capitalista, seria uma dessas mediações, que canalizaria, por conta de sua ação, a realidade social e a transformação da realidade; caberia, então, ao proletariado, como “sujeito do pensamento da sociedade”, e à sua consciência de classe, sua ética ou unidade entre teoria e prática ou ainda “o ponto em que a necessidade econômica de sua luta emancipadora se transforma dialeticamente em liberdade”, tanto o reconhecimento de seu posicionamento na sociedade, como o combate ao capitalismo (Lukács, 2012a: 125-129). Mas, se, nesse aspecto, Lukács havia resolvido, parcialmente, o problema entre objetividade e subjetividade, *grosso modo*, a ênfase messiânica no papel histórico dos sujeitos sociais parece ter sido também uma marca impressa ao marxismo ocidental (Estanque & Aldeia, 2011), além dos problemas acerca do Sujeito-Objeto idêntico (Mészáros, 2002), que não poderão aqui ser analisados.

No entanto, a própria autocrítica de Lukács à sua abordagem anteriormente descrita revelou que a atribuição messiânica da práxis do proletariado não prescindia de um substrato material (Lukács, 2012a). A perspectiva centralizada no trabalho, enquanto protoforma do ser social, surgiu não apenas como alternativa a esse problema, mas também

como uma solução que poderia ser colocada ao marxismo como tentativa de resgate emancipatório. Para tanto, primeiramente, seria necessário recorrer a uma análise crítica da ciência produzida até então e à sua incapacidade de compreensão e enfrentamento dos problemas do capitalismo (Lukács, 2012b). O neopositivismo, corrente dominante da filosofia do século XX, em suas várias formas, quase sempre definiu uma prioridade metodológica que se realizava na manipulação crescente da sociedade pela ciência. Além disso, compreendeu a práxis em um sentido imediato, não se orientando para a realidade existente, mas apenas aperfeiçoando seu método, que muito pouco ampliaria os conhecimentos ontológicos, ao contrário da teoria do conhecimento de Marx, que se ancoraria nesses fundamentos. Ao longo dos anos, a associação entre o conhecimento linguístico e a matematização da ciência acabaram por trazer um panorama para a ciência, “cuja mais profunda tendência consiste em ignorar [...] tudo aquilo que não pode encontrar expressão adequada na linguagem da ciência por ela semanticamente depurada”, resultando na “negação da totalidade das ciências, de suas inter-relações, da complementação recíproca de resultados, generalização dos métodos e das conquistas científicas [sugerindo] um espelhamento adequado da realidade em si, uma imagem de mundo” (p. 51). A ênfase epistemológica do neopositivismo também se apresentou no pragmatismo clássico, com estreitas conexões com a religiosidade moderna, na avaliação das teorias sob a condição de doutrinas e na teoria da verdade, desvinculadas de quaisquer relações de mediação. Além disso, a tendência antiontológica da filosofia contemporânea, combinada com a neutralidade das concepções de mundo, implementando uma filosofia que se exime de respostas aos problemas reais, combinaram heranças do idealismo subjetivo, onde a “concretude, que se apresenta como uma efetividade dada é concebida como produto da subjetividade cognoscente” (p. 54), revelando que o “em-si” seria inalcançável.

O idealismo subjetivista presente nas formulações contemporâneas da ciência se opõe à tentativa marxista de explicação da realidade social, por se deter em uma epistemologia que desconsideraria a ontologia e sua concretude. Assim, o “neopositivismo incorpora [...] a lógica matemática em sua linguagem e amplia [...] o fenômeno neutro [...] conferindo-lhe uma aparência de objetividade sem, contudo, romper com o ponto de partida idealista subjetivo do antigo positivismo – das sensações, dos elementos” (p. 55).

Uma regulação linguística da ciência teria como consequência uma negação das teorias (entendidas como dogmatismo) e um estreitamento do conceito de práxis. Ao contrário,

Toda práxis está diretamente orientada para a consecução de uma finalidade concreta determinada. Para tanto, deve ser conhecida a verdadeira constituição dos objetos que servem de meio para tal posição de finalidade, pertencendo à dita constituição também as relações, as possíveis consequências, etc. Por isso, a práxis está inseparavelmente ligada ao conhecimento; por isso, o trabalho é [...] fonte originária, modelo geral, também da atividade teórica humana. Os mal-entendidos começam somente onde emerge a categoria de imediaticidade, se então recebe um exame rigoroso ou se é negligenciada. Todo trabalho é concreto e, por essa razão, orientado para uma conexão concreta, limitada, objetiva. Todo conhecimento que seja um pressuposto imprescindível de tal trabalho pode [...] ser inteiramente realizado, mesmo quando está voltado exclusivamente para observações, relações, etc. imediatas, o que pode ter como consequência [...] o fato de se revelar incompleto ou até mesmo falso, não correspondente à realidade, sem por isso impedir a efetiva consecução da finalidade concretamente posta ou, pelo menos, sem perturbá-la dentro de certos limites (Lukács, 2012b: 56).

Assim, levando em conta a práxis e o conhecimento obtido através dela, pode-se retomar a ontologia, fissurando o caminho epistemológico e balizando o método de compreensão da realidade, percebendo-se, assim, conexões entre teoria e prática, entre a realidade mediata e a realidade imediata. A problematização teórica tem como fundamento a compreensão da realidade, mas também enfrenta o limite de reduzir certas determinações e determinidades reais a apenas sínteses de pensamento. Marx, ao longo de sua obra de juventude, se depara com esse problema ao avaliar criticamente não apenas a filosofia idealista alemã – de Feuerbach e Hegel – como também a economia política clássica inglesa. Ao inverter a perspectiva de que as ideias determinavam o mundo, Marx assentou sua análise nas contradições da realidade, não apenas no sentido de uma compreensão epistemológica, mas no sentido de uma formulação ontológica da concretude do ser social, que se funda através do trabalho. Naturalmente, essas formulações, por mais precisas que fossem, não eram meramente formulações conceituais, mas sim “enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas” (Lukács, 2012: 281). A crítica às compreensões de uma lógica gnosiológica provenientes da filosofia kantiana – a qual, poderia se dizer, comete um “ontologicídio”, no sentido de impor a condição incondicional de incompreensão da coisa-em-si (*die sache Selbst*) – e tão presentes em Hegel, implica em considerar que a realidade social é uma “síntese de múltiplas determinações” (Marx, 2011: 54) e que, por isso, somente poderia ser apreendida em uma “exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (Lukács, 2012: 285). Com esse ponto de

partida – que para muitos pode parecer absurdo, incompreensível ou “eurocêntrico” – poderia se verificar que o trabalho não apenas seria uma categoria formulada idealmente ou conceitualmente, como também uma forma do homem colocar a natureza em movimento, que não deve ser desconsiderada e separada da incorporação que o ser social faz da natureza.

No entanto, o que deve ser ressaltado nesse momento é que, para a análise pretendida, a concretude deve ser tratada como central. Porém, isso não significa que a pesquisa deva seguir por um caminho empirista ou descritivista. Ao contrário, seria necessário fundamentar, compreender e formular conexões dos fatos, seja com a teoria social, na tentativa de revisão, seja com a atuação prática dos seres na vida cotidiana. Por isso, a totalidade do ser social, notadamente através do movimento de suas conexões reais, deve ocupar um espaço privilegiado, ao invés de subordiná-los às percepções empíricas, racionalistas e epistemológicas, apreendendo-as “em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de aproximação possível” (p. 297). Do contrário, mesmo com uma visão alargada de Ciência, estaria excluindo o papel fundamental que a filosofia tem para capturar “elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo”. Por isso, o empirismo se faz um tanto fracassado, porque deixaria de lado essas dinâmicas e, por outro lado, a fundamentação da cotidianidade não é diferente da experiência vivida, mas, sim, o ser social em seu cotidiano.

#### **1.4 Métodos, Objetivos e Hipóteses de Pesquisa**

No que respeita à metodologia, ela depende tanto das formas de interpretação do mundo, de suas crises, de seus processos de transformação social, bem como das capacidades subjetivas dos pesquisadores em atribuir um enfoque coerente ao seu objeto de pesquisa. A construção metodológica, como não poderia deixar de ser, passa por esses dilemas e limitações, na medida em que a compreensão de método enquanto uma técnica é uma limitação por excelência para a pesquisa social. Dessa forma, o ponto de partida metodológico deve levar em consideração uma negação, a de que “os instrumentos e métodos de análise nunca podem ser radicalmente neutros em relação ao seu objeto” (Mészáros, 2008: 25), ou seja, que a falácia da neutralidade da pesquisa social deve ser conside-

rada e, como ponto de partida, poderá se configurar num “instrumental” bastante significativo.

Por isso, a metodologia aqui seguida procuraria compreender a realidade objetiva, sem determinar previamente os procedimentos metodológicos, mas guiada pelo “modo próprio de ser”, o qual se desenvolve através da relação entre a concretude, a teoria e, novamente, a concretude; numa articulação entre o singular, o particular e o universal; e entre a totalidade, a historicidade e a práxis – “categorias fundamentais na configuração dos caminhos para a efetuação do conhecimento” (Tonet, 2013: 112-114). Além disso, as determinações recíprocas que aparecem na realidade são históricas e sociais, não sendo possível abdicá-las de uma análise de pormenores, de formas de desenvolvimento e conexões íntimas, no sentido de se apoderar da matéria e se aproximar da totalidade, tendo em vista que “nada pode ser compreendido de modo isolado” (p. 116), possibilitando a compreensão dos processos sociais que estão na gênese das especificidades. Essas definições permitem que, para se apropriar da essência desses processos, faz-se necessária uma crítica que objetive dissolver a imediatidade dos dados e encontrar as mediações que se originam dos fatos, através da compreensão do processo real, a “lógica que os organiza” (p. 118-9). Ou seja, capturar a lógica desses processos, suas conexões e, a partir dela, efetuar uma abstração razoável, pois nela estaria contido o caráter ontológico da operação lógica. Um adendo importante quanto a isso é que muito do que se foi analisado sobre 68, foi construído como um conjunto de abstrações, mas que, muitas vezes, não se delineiam por um caráter ontológico: algumas delas não emergem do próprio objeto, são fruto de um caráter subjetivo, o que implica em cindir a totalidade, as mediações e as particularidades. Ao se pretender tomar o objeto em sua totalidade, não se poderia ter a pretensão de seu esgotamento, mas compreender sua integralidade faz parte do próprio processo de pesquisa, através da captura de determinações e estruturas fundamentais, o que lhe garante uma certa identidade. Finalmente, o confronto da teoria com ela mesma (*prova ontoteórica*), e o confronto dela com os fatos (*prova ontoprática*), permite que os fatos sejam desdobrados através de seus processos históricos e sociais, o que é radicalmente diferente de confrontar os simples fatos com a teoria.

As reflexões anteriores podem ser acentuadas perante a apresentação da problemática de 1968: o “ano dos estudantes” chamou atenção pela peculiaridade das formas de manifestações globais, com fissões nas estruturas sociais das sociedades centrais; na crise

do socialismo soviético e na emergência do chamado Terceiro Mundo; combinados com transformações sociais sentidas nas universidades, nas fábricas, em espaços sociais diversos; e ainda, impulsionado por mobilizações que se pautavam por ideologias próximas ou com alguma influência do marxismo, como articulador e impulsionador de uma consciência crítica, do engajamento social e de perspectivas revolucionárias. Um questionamento bastante contundente seria o de tentar perceber em que medida haveria uma inter-relação entre a estrutura social, o despertar desses movimentos e a teoria social. Como já referenciado, se num primeiro momento a teoria social – o estruturalismo althusseriano e a teoria crítica marcusiana – acaba sendo afetada diretamente pelos ocorridos de 1968, num segundo momento, a teoria social ulterior – o pós-estruturalismo, a teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine e a teoria da ação comunicativa de Habermas – tomam como ponto de partida a *neutralidade axiológica*, a noção de *fim das ideologias* e uma necessidade de *construção factual que subsumiria as causalidades objetivas às problemáticas subjetivas do discurso*, a considerar, no sentido pragmático, toda filosofia uma ideologia e, conseqüentemente, uma metanarrativa que se encontraria fora de moda ou mesmo insuficiente para lidar com a aparente pluralidade do mundo contemporâneo. Mas os ocorridos dos anos 1960 podem revelar essa insuficiência, porque muito dessas considerações parecem ser conseqüências de uma visão politicamente pessimista sobre aqueles acontecimentos ou, por outro lado, podem revelar que hoje a teoria social, que se diz emancipatória – a emancipação dos sujeitos –, desconsideraria os fatores objetivos da estrutura social que opera totalizações a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua relação mais intrínseca, o capital, assim como já elaborado por Marx. Portanto, se faz necessário, em primeiro lugar, compreender de forma mais minuciosa alguns desses pontos de partida teóricos que podem se sobrepor ao objeto de pesquisa em questão.

Em suma, parece haver aqui um *quid pro quo* metodológico e epistemológico, de forma que os grandes temas enunciados pelas teorias acima referenciadas parecem designar muito bem os ocorridos daquele período. Ao contrário, o que deve-se apresentar criticamente é como algumas dessas teorias acabam por falhar, enquanto que outras utilizam-se da possibilidade de revisão do marxismo perante a necessidade de explicação daqueles acontecimentos para, então, se desprenderem de sua criticidade. Ademais, tal tarefa pode ter algum sucesso conforme se perspectiva a análise de “casos” marginalizados ou que não foram considerados importantes, ou até mesmo, estimados como reflexos e/ou

“ecos” dos acontecimentos que ganharam mais destaque. Por isso, a Parte III do presente estudo terá como objetivo abordar os momentos em que, através dos casos de Brasil e Portugal, marca-se a participação do movimento estudantil no desenvolvimento da contestação social. Em vários momentos, iniciados entre 1958 e 1963, é possível delinear-se que o movimento estudantil irá começar a ganhar importância, que seguirá por momentos de mais ou menos intensidade até o final dos dois regimes ditatoriais, em 1974/75 (Portugal) e 1985 (Brasil). Porém, ao lançar luz a esses problemas, pode-se perceber tanto como as formas de contestação social perante os Estados ganharam em muitos momentos contornos semelhantes, como que acabam por representar um movimento histórico de *continuidades nas descontinuidades*.

Dito isso, os objetivos gerais da tese aqui proposta serão os seguintes:

Em *primeiro lugar*, a exploração sistemática do pensamento sociológico que esteve influenciado – ora simultâneo, ora resultante ou implícito – pelos manifestos e efervescências sociais que emergiram nos anos 1960 através do movimento estudantil. Essa análise teórica deve contemplar alguns pontos de revisão desses acontecimentos, mas também procurar compreender *como* a teoria social, especialmente as análises que dialogam com o marxismo, mutuamente compreenderam esses fenômenos e/ou foram por eles influenciados. Dito de outra forma, parece haver certas imbricações teóricas e práticas das quais se desenvolveram alguns marcos analíticos, mas que também revelam certas insuficiências. Há, nesse sentido, pelo menos cinco dessas matrizes explicativas que adquiriram grande importância: (i) a perspectiva da crítica anti-stalinista e de ênfase estrutural, visualizada a partir do pensamento de Louis Althusser; (ii) a transposição do pensamento estruturalista à crítica da ausência do sujeito, mas de tonalidade anti-humanista, realizada pelo pós-estruturalismo de Michel Foucault e Gilles Deleuze; (iii) a necessidade de procura e renovação dos sujeitos emancipatórios relativa à crítica da sociedade unidimensional, como visto pela teoria crítica de Herbert Marcuse; (iv) a perspectiva de deslocamento do problema das classes sociais para os movimentos sociais, também contemplando a dimensão de novos sujeitos, como descrito por Alain Touraine; e, finalmente, (v) a perspectiva de integração e de participação que surgiria após as consequências políticas daquele período e sua referência ao sucesso econômico do Estado de Bem Estar, como apontado por Jürgen Habermas. A exploração mais cautelosa das matrizes teóricas referidas serve para que se observe como irá se desenvolver um imbricamento entre a análise dos ocorri-

dos do *Mai de 1968* na teoria social e que, por isso, muitas das questões e temas da sociologia contemporânea passam a ser vistas a partir de uma influência de 1968. Entretanto, esse ponto de partida também acaba se confundindo com a materialidade dos acontecimentos quando, por exemplo, tenta-se analisar contextos que não estiveram no cerne de reflexão dessa teoria.

*Em segundo lugar*, se faz necessário reconectar a teoria social a partir do próprio déficit, que os acontecimentos de 1968 parecem colocar em evidência. Dito de outra forma, esses cinco escopos teóricos partem e/ou aceitam e/ou não se pronunciam a respeito do caráter ontológico do trabalho como estabelecido pelo jovem Marx. Esse fundamento é decisivo para a compreensão dialética da inter-relação social e histórica que se coloca como pano de fundo dos acontecimentos. É no resgate da centralidade do trabalho que se consegue perceber não mais um evento singular, mas um processo histórico encadeado com transformações diretamente relacionadas às classes sociais. Assim, se num primeiro momento parece haver a emergência de uma nova disposição classista, as classes médias, a negação desse aparente rearranjo se dará conforme as novas e contraditórias características produtivas do capitalismo irão se revelar em seu processo real.

*Em terceiro lugar*, a elaboração de um “recorte” do objeto ou, melhor dizendo, da análise de suas particularidades, pode ser organizada através dos casos de Brasil e Portugal, procurando compreender a importância que as mobilizações estudantis tiveram perante os regimes ditatoriais. Uma definição temporal mais precisa deve levar em consideração os seguintes pontos:

- Os fatores estruturais concernentes às duas sociedades no período imediatamente anterior e posterior aos ocorridos. No caso brasileiro, o recorte temporal varia entre 1964 e 1985, período de maior atividade dos movimentos estudantis na organização da oposição à ditadura militar. No caso português, esse recorte já se faz um pouco mais curto, entre 1958 e 1977, mas também tendo em vista a rearticulação do movimento após o *25 de Abril*;

- O desenvolvimento lógico que deveio dos fatos, correspondente à percepção dos temas e problemas apresentados pelo conjunto geral dos movimentos estudantis do período das décadas de 1960 e 1970, tendo em vista elucidar os conflitos estudantis e sua inter-relação com os conflitos de classe mais amplos, observando o período inicial de conquista democrática como marco de compreensão do resultado desses processos.



- Apresentar como o conflito dos movimentos com as ditaduras acabam por deixar marcas, que aparecem como ressonância nos momentos atuais.

Normalmente, uma possível saída para tal questão seria a articulação dos dois casos através da compreensão da causalidade dos acontecimentos com a conquista posterior da democracia e, na atualidade, em relação à crise econômica global. Porém, há dois problemas de diferente grau nessa questão. Primeiramente, os contextos não se assemelham diretamente em seus simples fatos, mas apenas podem ser relacionados sob o ponto de vista da relação entre totalidade, mediações e particularidades; caso contrário, surgirão problemas de escalas – como a quantidade de atividade dos movimentos estudantis nos dois países, comparações entre suas conquistas e/ou derrotas, qualidade da intervenção dos agentes envolvidos, etc. Ao contrário de uma comparação transnacional, o desdobramento das particularidades de ambos os contextos somente pode ser articulado conforme suas mediações e imediações e na totalidade dos processos sócio-históricos. Caso contrário, a simultaneidade e unidade entre particularidade e totalidade romper-se-ão, sofrendo uma hierarquização – primeiro o microssocial, depois o macro – e fraturando os processos concretos determinantes. Segundo, como grande parte das análises comparativas teve em seu centro os processos históricos ocorridos nos países centrais – ao contrário das análises desses movimentos nos países periféricos, onde se preferiu uma compreensão mais limitada ao nacional e não comparativa – o elo mais comum encontrado é o da influência dos movimentos estudantis nos processos políticos de ampliação de democracia formal desses países. Porém, ao se analisar países periféricos, a própria compreensão de periferia somente pode ser utilizada numa visão global, percebendo as relações de subordinação destes países aos centrais. Dessa forma, não se trataria apenas de perceber as inter-relações entre esses movimentos e o contexto político-econômico nacional, mas, sim, como essa contestação nacional é parte componente da contestação global, o que irá trazer novas conexões e estruturas que se manifestam local ou nacionalmente, interligadas dialeticamente com a totalidade do ser social. A consideração desses dois pontos é, portanto, imprescindível para uma releitura dos manifestos e revoltas estudantis dos anos 1960 em Brasil e Portugal, tanto pela ausência de algum estudo entre os dois países, mas também porque há *continuidades de descontinuidades* que podem tanto ser sentidas no Sul global quanto passarem despercebidas nos países centrais, podendo ainda serem diferentes no interior do primeiro espaço. Com isso, se evita uma generalização de que o processo sócio-histórico (de demo-

cratização) é o mesmo<sup>10</sup>, mas que suas consequências são diferenciadas no interior dos países. Ao contrário, pode-se argumentar que, apesar de uma consequência formal semelhante, as mediações emanadas da totalidade do sistema capitalista foram diferentes: isso fica claro quando se percebe que muitas das lutas e mobilizações estudantis brasileiras estiveram relacionadas com o forte domínio imperialista dos Estados Unidos na América Latina e de suas estreitas relações com a Ditadura Militar; e que, da parte de Portugal, se fez referência à questão do colonialismo – da dependência da “metrópole” de suas “colônias” – mantida através do Regime Salazarista. Essas especificidades estruturais também afastam a compreensão de uma influência direta dos manifestos estudantis, principalmente os ocorridos na França, Alemanha e Estados Unidos, sobre Brasil e Portugal, com a ressalva já referida no objetivo anterior, de que os ocorridos naqueles países muitas vezes serviram como norte teórico para a compreensão dos fatos para além de suas fronteiras.

*O quarto objetivo* geral é o de compreender em que medida os manifestos estudantis dos anos 1960 encontram algum “eco” na atualidade, sobretudo no que diz respeito às recentes manifestações ocorridas entre os anos de 2010 e 2013 em ambos os países. Ainda que haja diferenças contextuais – em Portugal, manifestações como a da “Geração à Rasca”, dos “Indignados”, dentre outras, contaram com a presença massiva de estudantes, especialmente universitários; no Brasil, inicialmente a partir de 2007, o movimento estudantil revitalizou algumas de suas bandeiras, mas, nos manifestos de Junho-Julho de 2013, esteve presente como organizador de determinados protestos e compondo o conjunto de participantes –, o que se pode perceber, previamente, é que mesmo não havendo uma identificação de “exclusividade”, um movimento apenas estudantil, muitas das práticas e questões reivindicadas não são novidades: elas já estiveram presentes historicamente, mas, naturalmente, de outra forma. Isso não significa que a pesquisa se guie por um imperativo moral de realização de um “novo” *Maio de 68*, mas sim que há uma imbricação dialética entre passado e presente, pois muitos dos problemas já levantados no passado ou foram negligenciados e mantidos, ou as soluções resultaram em novos problemas.

---

<sup>10</sup> Sobre essa questão, ver a noção do marco histórico de “terceira onda de democratização” (Santos & Avritzer, 2003), ocorrida em países do Sul como Brasil e Portugal após os anos 1970.

Dito de outra forma e procurando lançar uma *hipótese geral* ao estudo: tomando como ponto de partida as manifestações políticas e sociais que eclodiram nos anos 1960, globalmente e especialmente em Brasil e Portugal, seria possível compreendê-las enquanto “guias” das ações políticas extraparlamentares e críticas dos momentos atuais? Assim, evidenciar os processos sócio-históricos subjacentes é o caminho a ser percorrido. Vinculando a essa hipótese, a percepção das particularidades revelaria as categorias de mediação: os objetivos da luta política, a forma de encadeamento dos movimentos, a presença de uma luta anticapitalista local e sua articulação global, as alternativas encontradas para tais problemas no sentido de realização de uma luta emancipatória. Além disso, é de se tentar perceber como algumas formulações da teoria social se desdobraram em determinados caminhos, os quais, muitas vezes, acabaram por perderem a relação de unidade na sociedade capitalista contemporânea. Um exemplo disso pode ser verificado nas fraturas que ocorreram nas interpretações da teoria marxista que, se não compreendida em seu aspecto ontológico, corre o risco de ser vista como um “paradigma” sem validade, abrindo caminhos obtusos que tendem a alguns dos problemas já apresentados anteriormente. Porém, é preciso deixar claro que isso não implica necessariamente que se faça uma recusa de alguns desses pressupostos. Pelo contrário, é neles e em suas definições e proposições que se assente uma luz para melhor compreensão global desses movimentos, mas, também, dos próprios limites que foram estabelecidos ao longo dos anos. Isso resulta com clareza em reanálises teóricas que valorizem a *práxis social*<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Em termos práticos, inicialmente, será necessário uma ampla e aprofundada revisão bibliográfica, com o objetivo de identificar os principais debates que incidem neste tema, não descurando, também, os que se processam em seu redor. Além disso, a investigação se pauta no levantamento de documentos do período, realizada em arquivos e em bibliotecas. Também foi utilizada a técnica de pesquisa de *survey* aplicada aos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) em 2007 (ver **Anexo II**), no sentido de reforçar os aspectos empíricos e perceber também questões emergentes quanto à atuação e posicionamento político dos estudantes universitários brasileiros.

## CAPÍTULO 2

### AS CONTINUIDADES DAS DESCONTINUIDADES: 68 E SUA ATUALIDADE

O objetivo do presente capítulo é apresentar a relação entre passado e presente, com referência ao movimento estudantil e sua pertinência de análise em Brasil e Portugal. Como ponto de partida, é preciso compreender porque a discussão sobre o *Maios de 1968* reapareceu nos últimos anos, por parte de polêmicas políticas e interpretações de intelectuais, que se basearam em mudanças culturais e políticas. O ponto de partida para a discussão está na questão do resgate da memória longínqua do movimento estudantil e a compreensão de sua importância na crítica histórica e sociológica, não apenas desse período, mas também na sua influência posterior. Assim, pretende-se lançar o debate sobre a necessidade de releitura e de um balanço histórico desses conturbados anos, com o intuito de compreender algumas das dinâmicas da política e da democracia na contemporaneidade e postular algumas bases para a elaboração na possibilidade de comparação contextual. Dentre os elementos que se pode apresentar nesse debate está a importância dos fatos perante o início da crise e a compreensão de seu momento atual, conjuntamente com as relações geopolíticas de disputa de poder e as transformações econômicas imperialistas entre Europa, Estados Unidos, América Latina e África. Além disso, tais questões estão diretamente relacionadas com a crise do modelo de Estado Providência, que começa a ser edificado naquele momento. Por outro lado, evidencia-se que há a necessidade de compreender os limites das análises teóricas realizadas no passado, no sentido de trazer para a reflexão outros contextos que, apesar de diferentes, estão muito próximos em termos da existência de regimes autoritários.

#### 2.1 Do Presente ao passado, “Esqueça 68!”

É significativo lembrar uma polêmica recente que se estabeleceu entre 2007 e 2008, na comemoração de 40 anos dos acontecimentos de *Maios de 68* e que revitalizou a perspectiva de se pensar um paralelo entre o passado e o presente, ainda que mantidas suas devidas proporções. No debate da eleição presidencial francesa daquele ano, Nicolas Sarkozy, quando enfrentava a candidata socialista Ségolène Royal, evocou, em seu comício

em Bercy de 29 de abril, o *Maio de 68* como responsável por implantar uma característica tácita: o cinismo introduzido na sociedade e na política a partir daqueles tempos. O discurso do hoje ex-Première francês significaria, em bons termos, afastar a possível herança de uma geração passada e, em alguma medida, ainda presente na campanha de sua adversária. O ataque do líder centrista da *Union pour un Mouvement Populaire* (UMP) era enfático: “Maio de 68 nos impusera o relativismo intelectual e moral. Os herdeiros de Maio de 68 haviam impingido a ideia de que tudo se equivalia, de que não existia diferença entre o bem e o mal”, completando com a afirmação de que “havia proclamado que tudo era permitido, que a autoridade estava morta”. A polêmica estabelecida naquele momento se assentava no *slogan* eleitoral *Trabalhar mais para ganhar mais*, cercada do “ultraindividualismo”, da “generalização das políticas neoliberais de produção” e do “aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores” (Bianchi & Braga, 2008). Com o recebimento do choque por parte daqueles que haviam participado das lutas daquele ano, André e Raphael Glucksmann (2008) responderam, no tom de sua discordância política parcial (mais entre eles do que à *Sarko*), à acusação de que Sarkozy não havia entendido a herança de 68, a mesma que trouxe a França aos dias atuais e não decretou o seu retrocesso político e social. Divergências geracionais à parte, pai e filho tentaram reanimar um debate que estaria por acontecer mais cedo ou mais tarde: a avaliação de 68 na política atual. Essa avaliação já havia começado anteriormente, por exemplo, em Berman (2007), ao se analisar a trajetória de Joska Fischer, militante político no final dos anos 1960 e início de 1970, momento em que agrediu um policial nas ruas de Frankfurt em 1973 e em sua subida ao poder como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-Chanceler, na composição política entre o *Bündnis 90/Die Grünen* na coalisão com o *Sozialdemokratische Partei Deutschland* (SPD), no governo do Première Gerhard Schröder. Ao se efetivar o julgamento ideológico de alguns dos baluartes revolucionários de França e da Alemanha – mostrando suas contradições antes e depois da chegada ao poder – a comemoração daqueles quarenta anos estaria por vir no reavivamento da memória e na ênfase na herança negativa.

Consoante à “comemoração” dos quarenta anos de 68, revoltas juvenis eclodiram em 2008 no sul da Europa, como as da Grécia, que novamente poderiam ser vistas em um paralelo entre o passado e o presente. Com isso, alguns *68tistas* vieram a público para afastar o “fantasma” que “rondava a Europa”, de certa maneira, negatizando os aconteci-

mentos do passado. Daniel Cohn-Bendit procurou atribuir a noção de *revolta* e não de revolução aos acontecimentos do passado, enfatizando as transformações sociais nesses quarenta anos: “Esqueça 68! É passado. Entretanto, isso não significa que o passado está morto; ao contrário, está enterrado sob 40 toneladas [...] e mudou o mundo desde então” (Fougier, 2008: 125). E, quando questionado sobre uma possível comparação de 2008 com 1968, também foi bastante enfático: “a sociedade hoje não tem nada a ver com a de 40, 45 anos atrás. Ela é muito mais aberta, mas tem outros problemas”, pois, “em 68, não se conhecia o desemprego, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a degradação climática, ou a perversidade da globalização. Éramos uma geração que dizia: ‘O mundo nos pertence, somos capazes de governar nossas vidas e o planeta de forma diferente’”. Na perspectiva do antigo militante, o mundo na atualidade “é assustador, é uma sociedade que está ansiosa, uma sociedade em que se tem um outro tipo de sofrimento. O ano de 68 participou da conquista da liberdade, da autonomia. Hoje em dia, nós queremos conquistar segurança. Comparar as duas épocas parece enganoso” (Cohn-Bendit, 2008). Se, para Cohn-Bendit, a comparação é praticamente impossível e enganosa, da mesma percepção também compartilhou Dubet (2009), novamente em referência aos protestos de jovens e estudantes na Grécia, pois, para o *68tista*, “o Maio de 68 foi [levado a cabo por] uma juventude que estava numa situação económica extremamente favorável [...], que [se] beneficiou do sistema de formação educativa e que [...] tinha uma crítica cultural que acabou por mudar a sociedade onde estavam”. Na atualidade, portanto, a situação se faria bastante diferente:

Os jovens de hoje não entram na sociedade, ponto. A comparação com o Maio de 68 não é muito fundamentada, porque a situação é inversa. O Maio de 68 representa a crença, o otimismo, a crítica da sociedade. Aqui, encontramos sobretudo o pessimismo, o desemprego e a dificuldade em integrar a sociedade.

A eloquência dos dois antigos estudantes parece ser unívoca no que toca à necessidade de afastamento do presente ao passado, em referência aos limites estruturais da sociedade do passado e às novas disposições globais do presente. Para além de um possível trauma pessoal, de militantes que no passado foram vistos como utópicos e destoantes da ordem vigente, seria importante questionar quais os fatores que levaram a um afastamento do passado e de assimilação de uma – tão próxima a Sarkozy – postura “presentista”. Novamente, Cohn-Bendit (2012) apontou outra possibilidade para o afastamento: “Em 68,

queria a transformação da sociedade por processo revolucionário, mas isso só é possível dentro das instituições democráticas”, completando que o *Maio* “foi uma resposta à sociedade dos anos 60 e hoje enfrentamos outros problemas. Não é culpa do *Maio de 68* se os jovens são indisciplinados ou se há distúrbios nas periferias das grandes cidades. *Maio de 68* se tornou hoje um mito e todo mundo tenta instrumentalizá-lo”.

Quanto ao balanço dos dois militantes, a separação entre uma sociedade fechada e uma sociedade aberta repleta de novos problemas, entre o otimismo e o pessimismo, entre a militância e a institucionalidade política, parece tender para querer deixar o passado quieto e afastado. Entretanto, devido à grande ressonância, se poderia indagar se *68* foi enterrado por completo na história ou o porquê desse “fantasma” ainda se fazer presente. Quais teriam sido os fatores que resultaram no profundo pessimismo no balanço do passado? Na crise política e econômica global, iniciada em 2008, haveriam particularidades bastante demarcadas nos países do Sul da Europa, como refere Dubet (2009):

O problema que se coloca atualmente nos países do Sul da Europa - Grécia, França, Itália, Espanha, Portugal [...] é que os jovens têm taxas de desemprego muito elevadas, bem mais elevadas do que noutros países, porque o sistema universitário produz mais diplomados do que os empregos que existem [...] Creio que entrámos num ciclo em que as revoltas dos jovens vão crescer [...]. Países do Sul da Europa têm problemas comparáveis: taxas de desemprego de 25 ou 30 por cento, um grande número de estudantes com excesso de qualificações para os empregos que ocupam, o sentimento de que são maltratados em comparação com os outros [grupos sociais] [...] Existem todas as condições objetivas para uma revolta dos jovens [...]. As condições são quase sempre as mesmas: é quase sempre a violência policial que desencadeia este género de violência.

Condições econômicas e de trabalho precárias, qualificação universitária sem conversão em empregabilidade, desemprego crescente para as classes trabalhadoras e a tendência de não resolução de problemas políticos ou o uso da força policial na contenção dos movimentos sociais parecem compor os problemas conjunturais e estruturais que se revelam naqueles países. Por outro lado, além das especificidades nacionais e temporais entre o passado e o presente, no final dos anos 1960 havia uma anunciada crise econômica, que já sinalizava os desafios ao Estado Providência, no que diz respeito às conquistas efetivadas pelas classes trabalhadoras no período pós-guerra. Porém, essa crise econômica ainda era muito difícil de ser sentida em 1968, e iria se anunciar na década seguinte, pela crise do Petróleo e pelas “políticas deflacionárias concertadas”, que provocaram nos países do G7 aumentos significativos de desemprego (Eatwell, 1996: 25-26). Na atualidade, o

baixo crescimento econômico, a dificuldade de geração de empregos e a expansão dos trabalhos precários e da situação de precariedade dos trabalhadores, juntamente com o agravamento da crise financeira nos Estados Unidos e o deslocamento das cadeias produtivas, levaram os países do Sul da Europa à bancarrota, obrigando-os a contrair empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Central Europeu (BCE). Como explica Toussaint (2011), esses empréstimos são

créditos outorgados sob condições que implicam a violação de direitos econômicos e sociais da população do país, em contradição com convenções assinadas pelo país com instituições como a Organização Internacional do Trabalho [...] ou sobre os princípios de contratação coletiva que foram postos em questão por tal condicionalidade.

No que concerne a essa nova dimensão da crise econômica, é possível observar como, diferentemente dos anos 1970, se coloca em risco e se limita a democracia e a soberania dos países, efetivando um contrato leonino: “[as dívidas] ocorreram num contexto de chantagem dos mercados financeiros e o país não tem alternativa a não ser aceitar as condições da *troika*. As duas partes do contrato têm de ter total autonomia de vontade”.

Se o ambiente econômico-político e social da Europa do Sul é pessimista, a renovação da contestação social encontrou fôlego, recentemente, fora dos países europeus. Um novo ciclo de protestos que seria inaugurado na Tunísia, com a Primavera Árabe, em 2010, traria forte suspense aos europeus. Se, num primeiro momento, a derrubada de governos ditatoriais, guiada pelo slogan *Al-Sha'b yurid isquat al-nizam!*<sup>12</sup> e recebida de forma bastante apreensiva pelos Estado Unidos (Ali, 2011), se espalhava em gritos pelas ruas, significando a possibilidade da construção de uma alternativa democrática para países do Norte Africano como Tunísia, Argélia, Jordânia, Egito, Iêmen e Líbia, elementos como a permanência das guerras civis, as instabilidades de governos e os golpes militares parecem ter assumido a negação da euforia do primeiro momento. No entanto, na Europa do Sul, com o agravamento da crise da zona euro, a resposta dos movimentos sociais permitiu com que protestos – que já ocorriam na Grécia desde 2007 – agora alcançassem Espanha, Portugal e Itália. Do outro lado do Atlântico, o estouro da bolha imobiliária e a crise do setor

---

<sup>12</sup> “As pessoas querem derrubar o regime!”.



financeiro norte-americano também enfrentaram protestos por parte dos novos movimentos *Occupy*.

É notável que a crise econômica e política da atualidade se comporta de forma diferente daquela de finais da década de 1960. Mas e seus manifestos? É de se questionar se haveria algumnexo entre o passado e o presente, se a diferenciação entre otimismo e pessimismo não teria um momento para seu acontecimento, ou se o momento atual exige um completo desprendimento do passado para o entendimento de suas especificidades. Esse é um questionamento que permanecerá subjacente a este escrito, mas que certamente norteia algumas das reflexões aqui elaboradas. A pergunta, portanto, é bastante evidente: porque “evocar” alguma relação com as lutas sociais do passado recente em que o *Maiode 1968* é, decerto, uma referência? O aspecto ideológico torna-se evidente: operar um escamoteamento das lutas sociais do passado para, se assim o for, tentar deslegitimar as lutas do presente. E nesse sentido, conforme é necessário fazer uma menção geral às lutas do passado, a delimitação do movimento estudantil se dá no sentido de compreender como esse movimento contribuiu para a formulação de uma alternativa emancipatória, no seu passado e presente. Não é preciso compreender tão somente o caráter revolucionário do movimento ou qualquer centralidade como “sujeito revolucionário”; também não é intuito enfatizar um passado glorioso e um presente sinuoso. Apenas procura-se observar como, desde o final dos anos 1960, os movimentos estudantis brasileiros e portugueses procuraram trazer perspectivas que podem ser consideradas como emancipatórias através de sua ação política coletiva e da sua organização – e isso pode ser visto através da participação efetivada pelos estudantes para a consolidação democrática nos dois países. O interesse para isso é romper com uma das barreiras já descritas anteriormente: a de que, após a década de 1960, o movimento estudantil praticamente se silenciou mundialmente, tendo apenas “aparições esporádicas” nos anos 1980, 1990 e 2000. A análise das transformações em seu interior, bem como das aparições pontuais, podem servir de mote analítico para se compreender quais caminhos trouxeram da crítica anticapitalista do passado aos dias atuais.

Ao longo da história, a formação dos movimentos estudantis se definiu *lato sensu*, por uma organização de jovens – universitários ou secundaristas – que, interessados em participar mais ativamente do ambiente estudantil, se organizavam em grupos com objetivos políticos, sejam eles internos ao ambiente da universidade, sejam eles externos e refe-

renciados no contexto político nacional ou internacional. Essa não é uma definição estritamente precisa ou que procura encerrar qualquer tipo de debate sobre o que é ou não movimento estudantil, mas justamente se coloca como seu contrário: um ponto de partida para se compreender não o movimento em si em uma definição estritamente sociológica, mas as suas capacidades de articulação política e de mobilização. A observação da trajetória de resistência do movimento estudantil na contemporaneidade e nas sociedades ocidentais não pode escapar de um questionamento razoável: considerando que a vida estudantil é transitória, é possível pensar em um legado ou mesmo em termos de “movimento” como algo que perdura na história? Levando-se em consideração que haveria uma ausência de memória do movimento (Boren, 2001), um esquecimento em relação aos seus feitos e disjunções mais próximas da memória individual de seus participantes, como entender que as trajetórias de resistência contribuíram para ganhos coletivos, como, por exemplo, para as disposições democráticas a partir da segunda metade do Século XX e a elucidação de perspectivas para os manifestos do Século XXI? Em contrapartida à memória individual dos participantes do movimento, a relação entre ativismo, resistência estudantil e universidade já se reconfigura há séculos, pois “desde o nascimento da universidade, atos de resistência estudantil e rebelião tiveram impactos profundos nas estruturas políticas e na história de muitos países; hoje, a ação estudantil continua a ter efeitos diretos em instituições educacionais e nas políticas nacional e internacional” e sua contribuição mais evidente parece estar tanto nas reformas educacionais de âmbito local e nacional como nas estruturas nacionais da política (p. 3) e, não seria exagerado afirmar, no âmbito da política global.

Assim, desde o Século XI, quando iniciada a criação das primeiras universidades<sup>13</sup> – Bolonha (1088), Paris (1125), Oxford (1167), Salamanca (1218), Coimbra (1290) –, delinearam-se vários conflitos dos quais os estudantes foram protagonistas. No Período Medieval, o conflito entre a cidade e a universidade causou protestos formais contra a regulação imposta na vida social estudantil. Na Renascença, com o crescimento do poder e da influência clerical nas sociedades europeias, estudantes e intelectuais participavam ativamente de debates teológicos e de movimentos políticos decisivos para a formação dos

---

<sup>13</sup> Em Latim, *Universitas* significa o todo e revela a vocação universalista para a construção do conhecimento.

Estados Nacionais. No período Iluminista, a expansão do ensino básico e das universidades acarretou o início de organizações e corporações próprias de estudantes denominadas de *Burchenschaften* ou *Studentenverbindung*, iniciadas em Jena (1815), e influenciou estruturas semelhantes na Polônia e a ação militante de Augusto Blanqui nas Revoluções de 1848 na França, em oposição à Monarquia. Nos Estados Unidos, entre 1765 e 1860, revoltas estudantis também estiveram presentes em várias universidades, como Columbia, Carolina do Norte, Yale, Geórgia, Virgínia, cujos movimentos eram contrários às regras comportamentais impostas aos estudantes e, posteriormente, na organização do movimento antiescravocrata do Século XIX. Obviamente, essas demonstrações de protesto não se restringiram apenas à Europa ou aos Estados Unidos.

Já no início do Século XX, os estudantes latino-americanos se destacaram pelo Manifesto de Córdoba (1918), ocorrido na Argentina, que estabeleceu uma crítica fundamental ao *status quo* dominante naquelas universidades, defendendo a Autonomia Universitária e a implementação de um modelo de “universidade pública, laica e democrática”, com maior autonomia de gestão para estudantes e professores, com independência face à Igreja e ao Estado e aberta aos problemas de sua época, o que influenciou outros movimentos estudantis em toda a América Latina. Foi também através de Córdoba que se estabeleceu um papel militante dos estudantes nas políticas nacionais, cuja experiência demonstrou que demandas acadêmicas e atividades políticas mais gerais seriam complementares, ainda que competitivas. No período mais recente, parece ser imprescindível mencionar a ampla contestação estudantil ocorrida em inúmeros países nos anos 1960<sup>14</sup>. As diferentes características dessas revoltas permitiram que as mesmas tivessem uma relevância para o desenvolvimento das ações em seus respectivos países (Cockburn & Blackburn, 1969). Da mesma forma, pode-se perceber, por vias de um estudo comparado, perspectivas analíticas que ultrapassam o próprio âmbito local e nacional (Lipset, 1972; Katsiaficas, 1987; De Groot, 1998; Boren, 2001). As contribuições desses movimentos forneceram não apenas instrumentais para análise do desenvolvimento do radicalismo e das utopias, mas também de imagens e representações globais; revisões ou de novas perspecti-

---

<sup>14</sup> De acordo com a bibliografia consultada, os manifestos estudantis nos anos 1960 ocorreram nos seguintes países: Estados Unidos; França, Alemanha Ocidental, Holanda, Checoslováquia, Turquia, Itália, Espanha, Portugal, Polônia, Sérvia, Irlanda, Inglaterra; República Dominicana, Venezuela, Equador, Colômbia, Bolívia, Panamá, Peru, Cuba, México e Brasil; Coreia do Sul, Japão, China, Indonésia, Paquistão; África do Sul, Senegal, Etiópia, Congo (ver **Anexo I**).

vas teóricas; novas probabilidades de análise para as ações coletivas, para as disposições políticas e explosões sociais, culturais e de forte crítica aos princípios democráticos e econômicos vigentes.

No entanto, ao que toca esta pesquisa, em Brasil e Portugal, é possível afirmar que o movimento estudantil posterior aos anos 1960 ainda pode ser entendido da mesma forma, ou seja, através de sua contestação e revolta, ou, por outro lado, as especificidades contextuais tornariam o movimento estudantil diferente daquele do “ano dos estudantes”? Para isso, entendo que, ao longo das últimas décadas, o movimento estudantil, pelo menos nos países supracitados, veio a ganhar outras perspectivas menos conflitivas e mais institucionais na tentativa de se afirmar cada vez mais como uma organização institucionalizada. Isso não significaria, portanto, que o movimento ou o seu radicalismo se desfez; ele, porém, adquiriu outros contornos. Como apontado anteriormente, mediante transformações da política e da economia, os movimentos estudantis têm se restringido às universidades, mas podem estar presentes em importantes momentos, conduzindo certos manifestos. E aqui se aponta-se alguns para cada país: em Portugal, durante os anos 1990, nas greves contra as propinas e, na atualidade, nos enfrentamentos contra a crise, compondo movimentos contra a austeridade e a crise europeia; no Brasil, ao final dos anos 1980, nas campanhas pelas direitas já e nas manifestações de Impeachment do ex-Presidente Fernando Collor, os “cara-pintadas”, em 1992 e, a partir de 2007, a resistência do movimento estudantil da USP pela democracia institucional e sua criminalização.

Os aspectos acima referidos se configurariam não apenas para demonstrar a importância do movimento estudantil ao longo das últimas décadas, mas também para que seja possível perceber como as mesmas “estratégias de integração” foram impostas como uma necessidade de se abandonar a perspectiva anticapitalista inaugurada nos anos 1960. Por isso, nos tempos atuais, pensar o movimento estudantil não significaria pensá-lo como um movimento social autônomo, mas, antes, enquanto uma organização de estudantes que, para se apresentar como movimento social, depende de sua articulação com outros movimentos sociais, conseguindo, assim, a implementação de críticas sociais para além do *establishment*.

## 2.2 Portugal e Brasil, entre passado e presente

Verifique-se, agora, outra problematização. Seria possível, para além da observação entre passado e presente, observá-la do ponto de vista de dois contextos *a priori* distintos, no caso de Brasil e Portugal? Como é sabido, os anos 1960 foram também significativos para esses países, no tocante a manifestos de jovens e estudantes contra seus regimes políticos. Ainda que numa intensidade diferenciada em ambos os países, a carga política contestatária não superou quantitativamente os acontecimentos franceses, alemães ou norte-americanos, mas demarcou um período rico em contestações. No momento atual, as expectativas de contestação social conduzidas por jovens e estudantes também se fez presente nos dois países. Mas, de acordo com essas similitudes, o que restou da crítica dos anos 1960 e qual o teor disso na época presente?

Por pelo menos duas vezes seguidas, os estudantes portugueses se contrapuseram às relações políticas do regime Salazarista. Primeiramente, em Lisboa, na chamada *Crise de 62*, quando houve a suspensão do Dia do Estudante. Depois, com a *Crise de 69*, em cujo momento os estudantes universitários, dessa vez majoritariamente da Universidade de Coimbra, reivindicaram a abertura democrática das universidades. Porventura, tratava-se de um período de transformações e intensas rupturas com padrões econômicos, políticos e culturais estabelecidos e desejados pela ditadura. Nos anos 1970, a mobilização de estudantes universitários no período *pré-25 de Abril* também foi marcante, articulando organizações de esquerda e a militância contrária à Guerra Colonial, sabendo que muitos dos jovens poderiam ser incorporados involuntariamente às tropas militares.

Com as conquistas do *25 de Abril* e com a crescente aproximação de Portugal ao espaço político e econômico da Europa Ocidental, o movimento estudantil parece ter se restringido ao associativismo e a uma forma mais social-democrata de condução da política estudantil. No entanto, essa patente condição de enfraquecimento contestatário não eliminou possibilidades de manifestações ao longo das décadas de 1990, no chamado *Movimento contra as Propinas*, e de 2000, na oposição ao Processo de Bolonha, tratado que, ao ser instituído, resultou na unificação do modelo de ensino europeu. Porém, devido a essas especificidades, na atualidade, o movimento estudantil parece ter perdido sua força intrínseca, através da crescente indiferença dos estudantes com a política local e nacional

(Estanque & Bebiano, 2007), porém, aparentemente, não deixa de compor outras manifestações, sobretudo as mais recentes da crise portuguesa.

É de se considerar também que, devido à crise econômica dos últimos anos e com as influências internacionais de revitalização da contestação, outros movimentos contestatários têm surgido, como no caso da *Geração à Rasca* e dos *Indignados*, proporcionando um relativo revigoreamento da contestação social no Sul da Europa. Numa primeira aproximação, parece ser notável que se, nos anos 1960 era exigida democracia sob um regime ditatorial, os conflitos dos anos 1990 se centralizaram no problema do neoliberalismo e os dos anos 2000 se convergiam para a crise do modelo neoliberal. Porém, como perceber, para além de certas rupturas entre os períodos, as continuidades dessas ações políticas? Em grande medida, a questão da democracia parece se fazer central, conforme se desdobram os entendimentos das perspectivas sobre o atual estado da sociedade portuguesa. É possível perceber e elencar as transformações que o sentido de democracia ganhou ao longo dos anos, do ponto de vista dos sujeitos contestatários? Se, voltando a Cohn-Bendit, os anos 1960 tinham em vista a liberdade e a autonomia, possivelmente como sinônimos de democracia, como interpretar, atualmente, as aspirações contidas na mesma palavra? Seria essa palavra ainda cabível? Ou o que há, de fato, por trás dela?

Vivendo a maior crise econômica de sua história, Portugal não tem conseguido um entendimento satisfatório de suas forças políticas para a efetivação de uma alternativa aos planos de austeridade impostos pelo FMI e aceitos por sua liderança política e institucional, que causarão enormes problemas sociais e de dívida externa para os próximos anos. A efetividade da democracia, vinculada aos interesses econômicos nacionais e internacionais, não tem vindo a sustentar muitas expectativas para o futuro e, pelo contrário, tem vindo a dilapidar as perspectivas políticas alternativas que emergem no presente. Por consequência, torna a crítica efetivada no passado como uma “peça de museu” da qual, tal como no polêmico diagnóstico de Sarkozy, apenas conseguiu a impotência de suas forças políticas. Se o período dos Governos Provisórios (1974-1976) demonstrou uma forte vitalidade para os movimentos sociais e operários, os anos posteriores trouxeram apenas a impressão de que a utopia vivida se findava. As consequências econômicas e políticas do *25 de Abril*, momento do irrevogável e improlongável fim do regime Salazarista/Marcelista, ao que tudo indica, transformaram-se num obstáculo concreto para as aspirações sociais, principalmente por não conseguirem vislumbrar alternativas para uma

democracia real que transcende as promessas político-partidárias. No entanto, é possível apontar uma semelhança entre o passado e o presente: a aspiração pela democracia efetiva, com vistas de ruptura com as mazelas criadas pelo regime econômico capitalista. O surgimento de movimentos de protesto como a *Geração à Rasca*, em 2010, bem como os protestos do movimento estudantil e das centrais sindicais ou ainda dos movimentos *Indignados*, entre outros aglutinadores, parecem ser mais do que um simples sintoma dos acontecimentos europeus e mundiais, mas ganham uma *singularidade* para além do contexto nacional: a luta por uma democracia não pode ser feita sem o questionamento do sistema capitalista e de suas formas de exploração.

No Brasil, em 1968, setores estudantis e de trabalhadores ganhavam as ruas e confrontavam fortemente a Ditadura Militar iniciada em 1964. Nesse caso, a violência do regime é um fator de destaque desde seu início, perseguindo incansavelmente opositores e militantes políticos, principalmente aqueles que operavam na clandestinidade. A marca violenta da ditadura – que pode ser aproximada com os de outros regimes ditatoriais da América Latina – persistiu até pelo menos 1979, quando a articulação de um forte movimento social pela Anistia dos presos políticos, bem como a reorganização do movimento operário em 1978/79, de outros setores próximos às alas progressistas da Igreja Católica e de organizações sindicais e estudantis esmiuçaram as incapacidades de sustentação daquele governo. Com uma intensa mobilização, mesmo que com o intuito de fortalecimento de um movimento associativo/representativo, nos anos 1990, o movimento dos “caras pintadas” conseguiu um forte impacto para a derrubada do Governo Collor, permitindo rearticular, no interior da sociedade, movimentos sociais, centrais sindicais e grupos opositores que iriam marcar a resistência ao projeto neoliberal em curso.

Entretanto, as próprias sinuosidades da democracia tornaram o movimento estudantil (bem como o sindical e muitos movimentos sociais) um tanto mais próximo do governo a partir de 2002 – data da eleição de Lula – como mais longe de levarem adiante suas reivindicações históricas, o que resultou no desafio de uma profunda rearticulação dos movimentos anteriormente opositores e até mesmo na fragmentação de muitos setores políticos anteriormente ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) ou próximos ao partido. Vivenciando um período de crescimento econômico e com a possibilidade de aumento de empregos e de melhorias na situação de exclusão social – sobretudo no que diz respeito à educação – o movimento estudantil tem ganhado um caráter distinto do passado e se tor-

nado mais residual, o que não evitou protestos como os de 2007 na Universidade de São Paulo, ou mesmo as mobilizações contrárias às novas reformas universitárias (Almada, 2009). É de se referir que, no caso da USP, um dos movimentos mais ativos da atualidade – que marcou em 2007, 2009 e 2013 ocupações de sua Reitoria –, é imprescindível observar as questões acerca da democracia que o movimento tem vindo a levantar. Por isso, questiona-se: em quê a democracia falada pelos movimentos estudantis no presente é diferente da democracia desejada no passado?

Seria o caso, então, de observar-se uma peculiar sinuosidade do caso brasileiro no que se refere aos seus principais personagens políticos. Lula, antigo líder sindical do ABC Paulista nas Greves de 1978/79, foi sucedido por Dilma Rousseff, ex-militante de esquerda nos anos 1970, com passagem esporádica pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). No entanto, no governo de Lula, o ex-líder estudantil José Dirceu, na época Ministro da Casa Civil, foi acusado de participação no Mensalão (2003-2005), um dos maiores crimes políticos da história do país, sendo condenado na vigência do governo de Dilma Rousseff em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – praticamente solapando as expectativas de uma política ética de seu partido. Seria o julgamento, no sentido mais literário do termo, de uma geração? Ou então teria razão Sarkozy, insistindo no cinismo político introduzido naquele período? Essa certamente não é uma dúvida que se pretende ser esclarecida neste trabalho, mas aqui fica, em aberto, a ironia da história: o presente não é explicável em sua totalidade pelo passado, mas o passado certamente contém elementos fundamentais e singulares para a sua compreensão.

Portanto, com base nessas prerrogativas, é possível delimitar as perspectivas iniciais que esse trabalho seguirá: a análise das ideologias (político-teóricas) em consonância com as práticas do movimento estudantil, paralelamente nos contextos de Brasil e Portugal, sempre resguardando suas proporções e especificidades, mas procurando construir uma possibilidade de compreensão sociológica sobre a democracia atual, bem como seus limites e os desafios para a concretização da emancipação social.

### **2.3 Sobre a década memorável**

Parece ser inegável que a bibliografia e as formas de abordagem sobre os anos 1960 sejam tão imensas que seria necessário um desmedido esforço analítico para se cata-



logar e analisar todas elas. Nesse excerto, será abordada apenas uma minúscula parte desses estudos, para apontar alguns problemas e motes analíticos preliminares. Como objetivo desse trabalho, coloca-se o desafio de vislumbrar algumas perspectivas que possam ser úteis para analisar, como já dito, continuidades e rupturas dos processos políticos e dos manifestos iniciados naquela época. Uma das primeiras noções teóricas que chamam a atenção para uma abordagem historiográfica é a necessidade de criar uma temporalização e uma espacialização. A denominação anos 1960 é bastante vaga e pode incluir facilmente uma mistura de referências econômicas, políticas, sociais e culturais. Entretanto, é com base nessas factuais, muitas vezes contrapostas e descontínuas, que se procura dar uma forma de coesão analítica aos míticos “anos 1960”.

Essa coesão é um objeto de disputa por parte da teoria social e da historiografia, colocando o dilema de sua naturalização ou de sua recusa. Da mesma forma, a percepção espacial também se inter-relaciona, operando certas rupturas em concepções geopolíticas ou mesmo criando certas ficções de lugares ideais, dos quais a história parece ser feita com maior intensidade e consciência do que em outros lugares. Não seria exagerado referir, assim como na mitologia grega de Homero, que essa “caixa” continha males e o desfortuno, que não apenas foram sentidos naquele momento, mas porquanto muitos perduram até a atualidade, restando sempre, de sobreaviso, a esperança. Na memória do passado recente, os anos 1960 se defrontam com essa complexidade e, por isso, podem ser gerados alguns motes analíticos para conseguir o que serão pontos de partida para a abordagem de tal questão.

Inicialmente, é preciso considerar que, ao longo dos anos, mudanças significativas sobre os conceitos explicativos dos anos 1960 surgiram com diversas interpretações. Os estudos surgidos logo após os acontecimentos formulariam conceitos acerca de uma *permissividade dos jovens*, ou seja, uma associação entre “afluência, permissividade e protesto”, dos quais “jovens de classe média começaram a ridicularizar os símbolos de seu privilégio de classe e a rejeitar algumas das marcas do benefício social concedido a eles” (Stephens, 1998: 14). Essas teorias, ainda do final dos anos 1960, seriam seguidas por outras abordagens teóricas construídas nos anos 1970, com enfoque na *observação participante*, através de estudos de relatos de viagens e com bibliografias pessoais: “em contraste às interpretações de protesto jovem onde os jovens operam como categoria sociológica – um problema social que é uma preocupante parte dos dias de hoje – esses estudos aproxi-

mavam a contracultura como um exótico e estranho outro” (p. 16-17). Nos anos 1980, muitos novos trabalhos vieram com o objetivo de resgatar os ocorridos para estabelecerem uma compreensão da “quietude” e da “dissidência” que se passava naquele momento, através de “antologias, ficções, representações fotográficas, exposições das lembranças *sixties*”, entre outros, marcando, por assim dizer, a “morte da narrativa dos *sixties*”. Desses estudos, poderia-se assinalar três características marcantes: a) os *sixties* como imagem-espelho dos anos 1980; b) como sentimento de perplexidade sobre a rapidez com que desapareciam as promessas da década anterior; e c) preocupados em narrar eventos e experiências (desde a *New Left* aos ativistas da contracultura) que teriam chegado, naqueles dias, com a morte do radicalismo dos *sixties*.

No tocante a essa tipificação de estudos exemplificada acima, é importante perceber que ambos naturalizam uma ideia bastante simples: a noção temporal de que os anos 1960 seriam preenchidos por características comuns, sobretudo culturais, com início, meio e, principalmente, um fim demarcado com precisão. Essa noção ainda permissiva ao senso comum se verificou em trabalhos posteriores, como norteadora das próprias delimitações objetivas dos processos em curso. A periodização foi algo recorrente nessas análises, servindo como uma das primeiras impressões acerca de compreensão espaço-temporal. Nos anos 1980, Fredric Jameson foi um dos primeiros a operacionalizar a periodização, entendendo que, para uma abordagem significativa dos anos 1960, dever-se-ia considerar “a história da filosofia, a teoria e a prática políticas revolucionárias, a produção cultural e os ciclos econômicos (e isso num contexto limitado basicamente aos Estados Unidos, à França e ao Terceiro Mundo)”, atribuindo o mesmo peso à base e à superestrutura, num esquema de “homologias” e de “paralelismo lógico”, o que não permitiria simplesmente abandonar a historiografia, mas, sim, “elaborar o *conceito* de história” (Jameson, 1992: 82). A proposta do autor recai em considerar a *periodização dos anos 60*, iniciada nos conflitos de descolonização do chamado Terceiro Mundo (colônias francesas e britânicas na África), muito mais do que na emergência de uma contracultura no Primeiro Mundo, ou seja, colocando como homólogas as narrativas classistas do Primeiro e não classistas do Terceiro Mundo. É com base nessas transformações emergentes que se poderia pensar em possíveis influências político-culturais surgidas entre 1954 (início da articulação desses movimentos e da incorporação discursiva da descolonização pelo Primeiro Mundo) e 1957 (Independência de Gana) presentes nos movimentos negros e pelos direitos civis nos Estados Uni-

dos, bem como na emergência de “novos sujeitos na história”, aqueles que anteriormente eram considerados como nativos. O final dessa periodização recai entre 1972-1974, tendo como referência a crise mundial, que “põe um ponto-final à expansão econômica e à prosperidade características do pós-guerra em geral e dos anos 60 em particular” (p. 121). Seria, portanto, de se questionar se a noção apresentada por Jameson não cairia numa indefinição entre um ponto de partida político-cultural e um ponto de chegada econômico. Ao compreender as teses de Mandel, Jameson afirma justamente o contrário, tendendo para a explicitação da problemática econômica (sem cair num vulgar economicismo), pois “o capitalismo tardio em geral (e o dos anos 1960 em particular) constitui um processo em que as últimas zonas remanescentes (internas e externas) de pré-capitalismo – os últimos vestígios de natureza que sobreviveram ao capitalismo clássico são finalmente eliminados: a saber, o Terceiro Mundo e o inconsciente”; considerando, finalmente, que “os anos 60 terão sido então o momentoso período de transformação em que essa reestruturação sistêmica se fez em escala global” (p. 124). Com isso, Jameson abre um imenso e controverso caminho a ser explorado, porque atribui parcialmente uma independência da cultura sobre as outras superestruturas sociais e, portanto, desrespeita a proposta da homologia.

No entanto, esses pontos de partida e de chegada descritos por Jameson não são de forma alguma consensuais para aqueles que se depararam com a mesma questão. O historiador inglês Arthur Marwick (1998) argumenta, em razão de uma perspectiva historiográfica social e cultural, uma imbricação entre a ênfase cultural e o recorte da temporalidade dos *sixties*. Nesse sentido, os *sixties* são apresentados a partir de uma explicação “fatorializada”, sendo eles: fatores *estruturais* (geográficos, demográficos, econômicos, tecnológicos e geracionais, como, por exemplo, o Baby Boom); *ideológicos* (emergência do feminismo, crise e renovação do marxismo/estruturalismo, fundação de departamentos de sociologia nas universidades europeias); *políticos* (sistema de governação, justiça, policiamento, voto, educação, organização religiosa, organização da classe trabalhadora, família); *eventos* (Guerra do Vietnam, a crise econômica convergindo na Crise do Petróleo de 1973); *fatores humanos* (que estiveram presentes num momento em que políticos, presidentes e primeiros ministros exercem grande influência sobre a população, fator que também impulsionou o direcionamento dos protestos públicos, da cultura popular e das artes a levarem em conta esses indivíduos); e, finalmente, *convergências e continuidades* culturais (a expansão da cultura norte-americana, a expressão econômica da Europa, as novas ideo-

logias de direitos civis, os desafios à família e às autoridades estabelecidas, o *Free Speech*, as inovações tecnológicas e o nascimento do *rock'n roll*). Marcando o início em 1958-59 com o crescimento de poder dos jovens e com comportamentos particulares a eles associados, bem como por mudanças nas relações familiares e novos padrões de comportamento sexual, esse ponto de partida configuraria que a “expansão econômica começou nos anos 50, mas os benefícios sociais vieram nos anos 1960” (p. 8). Os “long sixties” terminariam em 1973-74, por conta não apenas do início da crise do petróleo em 1973 – como considera Hobsbawm – mas, sim, porque é em 1974 que as pessoas começariam a sentir esses efeitos, bem como ocorreria com a retirada das tropas americanas de Saigon, o que daria uma certa vitória ao movimento antiguerra. A ênfase em uma revolução cultural, nesse caso, se daria por conta de um conjunto de fatores improváveis de serem determinados por uma causa específica, mas que enfatizariam a “contracultura” como o aspecto revolucionário mais evidente nesse arcabouço.

A consolidação desse mote analítico oferece uma considerável perspectiva de período histórico, que pode ser percebida em contextos tanto de países ditos de capitalismo avançado quanto dos chamados de Terceiro Mundo<sup>15</sup>. No entanto, essa abordagem parece ser problemática no tocante à percepção dos aspectos dessas transformações culturais pelo viés da contracultura, o que desconsideraria a politização no interior das universidades ou mesmo dos embates ideológicos da esquerda mundial, sobretudo em seu alinhamento ou não com as posições soviéticas e as experiências revolucionárias anticoloniais que estavam ocorrendo em África, Ásia e América Latina desde o final da década anterior. Faz-se necessário, portanto, visualizar a alternativa de compreender as especificidades do movimento político, ao invés de impor uma generalidade cultural eurocêntrica e bastante imprecisa. Nos Estados Unidos, local onde se parece ser de maior destaque a importância da contracultura e a sua relação com o movimento estudantil parecem ter maior destaque, haveria sim uma separação entre estudantes politizados (em sua maioria de esquerda) e os *beats*, que eram marginais no meio estudantil, mas que cresciam nas universidades sem, no entanto, delas participarem ou de suas ações políticas – *o que não implica que houvesse um*

---

<sup>15</sup> No caso do Brasil, poder-se-ia observar isso através do início dos movimentos populares de base no Governo João Goulart e do fim previsto pela institucionalização do AI-5, já no governo militar de Costa e Silva. No caso de Portugal, poderíamos perceber a crise de 1962, iniciada com a proibição do associativismo estudantil de 1956, o momento de início e o *25 de Abril* como o momento de fim.

*trânsito entre eles* –, justamente porque os segundos eram orientados pela negação da política e não estavam empenhados em desafiar as regras da sociedade e os detentores de poder (Harman, 1998). Da mesma forma, Altbach & Peterson (1971: 13), ainda sobre o contexto americano, enfatizam que “o movimento estudantil organizado não era parte de qualquer tipo de ‘contracultura’ ou efeito similar. Os grupos políticos radicais sentiam que a necessidade básica era uma mudança nas relações de poder da sociedade e reforma social”.

Ao se contrastar as duas posições, podem ser feitas algumas considerações acerca da proposta de periodização. Enquanto Jameson procura se afastar de um ponto de partida eurocêntrico, Marwick argumenta em seu favor, tomando como ponto de partida a contracultura do Primeiro Mundo. No entanto, o próprio argumento cultural parece sair de sua órbita, na medida em que ambos observam a crise econômica como fim de tudo isso e, portanto, estabelecem uma leve impressão de que as efervescências culturais não seriam mais possíveis após isso. Por outro lado, é necessário também levar em conta as considerações sobre a própria noção de periodização histórica estabelecida pelos autores, concordando com a afirmação de Cardina (2010: 27), que afirma que “estes exercícios de delimitação temporal são úteis na medida em que se encontram agregados à definição das trações de especificidade dos anos sessenta, entendida como uma era de inovação e mudança”, mas que, por outro lado, “a tentativa de encontrar uma barreira temporal exclusiva é relativamente estéril. [...] [As periodizações] tendem a ligar os marcos iniciais ou finais do período a acontecimentos simbólicos cuja exemplaridade nem sempre é consensual ou extrapolável para diferentes contextos geográficos”. Se o ponto de vista da periodização pode cair nesse engodo de limitação tempo-espacial de certos acontecimentos, é evidente que essa metodologia também não aponta a dialética de transformação histórica da realidade e serve muito mais para mistificar do que para esclarecer os fatos.

Além da problemática da periodização, parece ser notável que a exploração do argumento explicativo da década de 1960, com base na teoria dos *sixties*, se faz insuficiente por sobrevalorizar a dimensão cultural e simbólica do movimento. Um exemplo disso são as considerações sobre a linguagem de protesto antidisciplinar (Stephens, 1998), enfatizando o simbólico e a estética, também de um ponto de vista eurocêntrico. Para a autora,

A linguagem de uma política antidisciplinar que se orgulhava de não ter objetivos, nenhuma ideologia, nenhum partido e nenhuma lista de reivindicações foi expressa e entendida por uma série de movimentos *sixties*. Isso pode ser ouvido alto e claro em uma variedade de ações, como na levitação do Pentágono, as viagens para a Índia, marchar em manifestações segurando cartazes que, ao invés de um slogan, tinha um pedaço de fruta representando-os, jogando dinheiro no chão da Bolsa de Valores de New York, nomeando um porco para o presidente dos EUA, ou vestindo um uniforme completo de guerrilha com um brinquedo M-16 ao cantar “OM” num tribunal de Chicago (p. 23).

Parece ser evidente que a descrição acima se limita a uma situação específica do contexto norte-americano, mas que também se coloca fora do espaço de politização das universidades, e não pode ser generalizada em contextos onde se deu um embate mais violento, como em França, México e Brasil. No entanto, é de se considerar que a contextualização do problema dessa forma permite lançar uma diferente perspectiva sobre a relação entre os *sixties* e o que resultou de seu protesto político, através de uma conexão alternativa entre a política contemporânea e o passado, em torno da negação dos símbolos disciplinares. Essa mediação entre a política e a estética enfatiza o pragmatismo e o realismo, com o objetivo de compreender as mudanças políticas e a inauguração de uma *pós-modernidade*. Essa compreensão contrasta com as posições acerca da “morte dos *sixties*”, elaboradas nos anos 1980. No entanto, ao alertar para as raízes da pós-modernidade, Stephens recai no enfoque sobre a contracultura, permitindo sua generalização e o deslocamento da problemática de uma crise econômica para uma crise estética, marcada pela negação do marxismo, o fim das metanarrativas e da possibilidade de rupturas revolucionárias. No tocante a essas considerações, pode-se observar criticamente que está se naturalizando uma estratégia política mais ampla como uma insuficiência do próprio movimento ou dando ênfase a uma perspectiva simbólica sobre a realidade dos acontecimentos e, por consequência, negando a dimensão material. O contraste da memória excessivamente cultural com as fissuras sociais, políticas e econômicas acaba por compreender os eventos *sixties* como uma época de efervescência culturalmente positiva e sob a égide do desenvolvimento econômico e de sua resistência, o *protesto antidisciplinar*. O que está sendo colocado em jogo é a ênfase de que a resistência se apresentou apenas como uma resistência de contracultura, enfatizando a resistência à aceitação de normatizações disciplinares, sobretudo por parte dos Híppies, atribuindo como ao *mercado* o foco de resistência. Esse é, por exemplo, o mesmo problema/desafio que Baudrillard (1996) postula ao *Maió de 68*, compreendendo a resistência do movimento estudantil francês através de uma mudança na

ênfase da produção para a reprodução: ou seja, estariam sendo feitas transformações do capitalismo apenas do ponto de vista do fetichismo da mercadoria, um aspecto fundamental, mas consequencial em Marx - já que a mercadoria sempre existiu como fonte de troca; na sociedade capitalista a lógica da troca de mercadorias se expande para todos os domínios da vida -, e não do ponto de vista da abertura de espaço para a produção, agora em áreas geopoliticamente estratégicas e excluídas historicamente.

No entanto, visitadas essas perspectivas culturais, parece ser difícil não concordar que, com esse período de transe e de crises, criou-se um passado que ainda permanece presente, com convicções, mudanças, perplexidades e ensaios de outros caminhos (Bebiano, 2003). No entanto, a referência mais abstrata a esse momento, a percepção de um *sintoma*, do qual as causas reais dificilmente podem ser compreendidas numa relação simples de causa e efeito, é discutível, mas certamente esboçam a sensação de que estariam em curso diversas transformações. Entende-se aqui que a pertinência das transformações do passado no presente pode ser vista através de um outro olhar, argumentando que não se tratou apenas de aprimorar novos símbolos daquele momento (e talvez somente naquele momento), mas que também foram articuladas formas de resistência, presentes em práticas que existiram quase que globalmente. O interesse é saber quais eram os motivos para essa resistência. Certamente não se poderia esquecer que, por trás dessa irônica apropriação simbólico-cultural, haveria um problema mais amplo, a formação de uma resistência global ao capitalismo e o solapamento político das estratégias ensaiadas nesses anos. No entanto, cabe refazer a pergunta: seriam esses fatores culturais singulares os únicos meios que permitissem pensar os *sixties* sob uma perspectiva mais alargada? Por que tanto fascínio pela contracultura, se ela própria parece ser atualmente residual? O argumento para isso é que essas abordagens reduzem as transformações econômico-político-culturais a manifestações meramente culturais e tornam os anos 1960 um grande mar de culturas desconexas e de espaço de surgimento da pós-modernidade. A proposta aqui pretendida é de reconexão entre o cultural, o político e o econômico, ao invés de uma improvável “fatorialização”. Ao contrário de um ponto de partida que considerava as transformações do Terceiro Mundo, como visualizava Jameson, é visível que os pontos de partida eurocêntricos/culturais sejam os mais comuns. Um deles, e certamente o mais difundido, é a questão da juventude que, acertadamente, Bourdieu entendeu como uma “palavra”, que representa relações de poder,

diferenças de status, procurando dar coesão ao sentido geracional desse termo (Bourdieu, 2001).

Por conceberem os anos 1960 como um período de intensa prosperidade econômica e cultural, essas abordagens criam a sensação de que os ocorridos foram otimistas para a perspectiva dos jovens e do capitalismo, criando a impressão de que, depois de 1960, nada mais seria possível. Visto isso, e à guisa de conclusão dessas considerações, é possível afirmar: 1) o enfoque cultural estrito desconsidera que os anos 1960 não foram anos apenas de prosperidade econômica, mas também de início de uma crise econômica que irá se aprofundar na década posterior; e 2) a periodização irá colocar uma *disputa entre o passado e o presente*, não permitindo que possa se pensar transformações de quaisquer heranças *sixties*, já que a própria narrativa retrospectiva tem imputado sua morte. Por fim, o argumento aqui seguido procurará demonstrar que o mesmo modelo econômico-político que estava entrando em crise na Europa e nos Estados Unidos era o modelo que, ideologicamente, deveria ser exportado para a África, Ásia e América Latina, guardadas suas devidas proporções, mas com o avanço de uma ideologia política do consenso e da aceitação da abdicação revolucionária do período anterior.

#### **2.4 O prenúncio do esquecimento**

É evidente que os “Golden Age” representaram um intenso crescimento econômico dos países avançados sem precedentes na história e que, por consequência, trouxeram a esses países crescimento, emprego e aumento do poder de compra (Sassoon, 2010: 191). Em meio a uma aparente prosperidade econômica da Europa e dos Estados Unidos, com baixas taxas de desemprego e de mortalidade, os partidos socialistas conseguiram importantes vitórias no Norte Europeu ou mesmo fizeram parte de coligações centristas na Europa Ocidental, com programas voltados para as políticas de pleno emprego e para o fortalecimento da democracia institucional. A possibilidade do alinhamento entre capitalismo, socialismo e democracia parecia alterar o quadro político no sentido de pacificar as relações de classe (Schumpeter, 1961), o que seria feito a partir da aliança entre crescimento e segurança e por meio da dispersão dos conflitos através do controle salarial por parte do Estado (Offe, 1986).



Essas *aparentes* prosperidade econômica e segurança política possibilitaram também uma ampla diferenciação cultural, marcada especialmente pela precoce entrada dos *baby-boomers* nas universidades e no mercado de trabalho, um fenômeno nunca antes visto (Judt, 2005; Marwick, 1998). Novas disposições de estilo, de comportamento (a revolução sexual, libertação feminina e a adoção de símbolos do rock'n roll), permitiram que as visões sobre o mundo fossem ampliadas pela perspectiva geracional: “cada geração vê o mundo como novo”, mas a “geração dos *Sixties* via o mundo como novo e jovem” (Judt, 2005: 453). Por isso, do ponto de vista cultural, novas perspectivas otimistas se inter-relacionavam diretamente no cotidiano daqueles jovens: a própria perspectiva de geração consolidou isso, na medida em que, num sentido amplo, significa atribuir um conjunto de comportamentos, de características psicológicas e de sociabilidades que pode fazer sentido em alguns contextos, mas não pode ser generalizado. No entanto, é sensível que haja uma ênfase nos aspectos geracionais, os quais parecem ser impossíveis de se repetir ou mesmo que transformam os ocorridos do presente em espectros de impossibilidades práticas: as gerações do presente não fariam igual as gerações do passado, mesmo porque a noção de geração se transformou.

Nesse sentido, e numa perspectiva mais analítica, *não* se poderia estabelecer por completo que todo esse período tenha sido de intensa prosperidade econômica, política e cultural. Do ponto de vista produtivo, ou seja, da relação entre trabalho e capital, os sucessos anteriormente identificados acabariam por conter dialeticamente as incapacidades do fordismo e do keynesianismo, as quais inflamariam as contradições internas do capitalismo, sobretudo no período entre 1965 e 1979, com um aumento da inflação, deflação, recessão e estagnação da produção: “alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970” (Harvey, 1989: 163). No que diz respeito à lógica sistêmica do capitalismo, essas mesmas transformações políticas e econômicas foram sentidas em outros espaços do globo, mesmo que sob condições políticas distintas. O caso dos regimes ditatoriais do sul da Europa – Portugal, Espanha e Grécia – revela que os interesses imperialistas, com avanços da hegemonia mundial norte-americana, as modificações nas classes dominantes (industrialização, dependência ao capital estrangeiro dos processos de modernização, fragmentações das burguesias nacionais, etc.) e as redefinições das classes trabalhadoras e populares, eram fatores fundamentais para se perceber como estariam operando as transformações capitalistas na “periferia” da

Europa (Poulantzas, 1976). O mesmo pode valer para a compreensão econômica e política dos regimes ditatoriais da América Latina, em especial no Brasil, Argentina e Chile, já que tais transformações se asseguram por um sistema político autoritário, que irá afetar principalmente as classes trabalhadoras, com o exercício arbitrário do poder pelas classes dominantes e avanços significativos do capital internacional<sup>16</sup>.

Contudo, a grande quantidade de mudanças – econômicas, políticas, culturais e sociais – trouxeram problemas a longo prazo para a pesquisa nesse campo, as quais se apresentam como um primeiro obstáculo para compreensão das manifestações sociais ocorridas. É de se considerar, por exemplo, alguns estudos mais recentes que alertaram para o fato de que a dimensão do esquecimento histórico se sobressaiu como síntese dos ocorridos (Cardoso, 2001; Ross, 2002; Reynolds, 2007), ao contrário de uma percepção mais econômica e política dessas transformações. Tais argumentos servem de contraste entre a aparente prosperidade econômica do passado e as consequências no presente, quando remetidos às lutas sociais subjacentes.

Ao entender que “a questão do esquecimento e da memória constitui-se como problemática central para a interpretação dos acontecimentos de 68”, Cardoso (2001: 149) demonstra que tal esquecimento é proveniente de três fontes: “de um passado que não se torna passado”; da “interdição” do passado; e do “esquecimento como método mesmo de sobrevivência social e individual nos *tempos de violência*”. A normalização, nesse sentido, é imputada politicamente de formas diferenciadas: na França, com De Gaulle, com sua vitória nas eleições trazendo perspectivas de recuperação econômica; nos Estados Unidos, por conta dos assassinatos de John Kennedy e Martin Luther King; no México, por conta da realização das olimpíadas após o massacre estudantil; na Tchecoslováquia, pela ocupação das tropas do Pacto de Varsóvia; e no Brasil, por conta da repressão, do AI-5 e do “milagre econômico”<sup>17</sup>. Segundo essa análise, esses acontecimentos propiciaram uma “neutralização moral” de um passado ainda presente, mas refeito ao longo dos anos, como forma de cicatrização dos acontecimentos. Como consequência, fundamentou-se uma

---

<sup>16</sup> E assim, a Teoria da Dependência, ao apontar o argumento de que o desenvolvimento interno dos países da América Latina deveria ocorrer com o auxílio do capital internacional associado (Cardoso & Faletto, 1976), certamente se constituiu como um dos principais instrumentos ideológicos para assegurar o sucesso dos avanços capitalistas no interior dos aparatos políticos institucionais no continente.

<sup>17</sup> No mesmo sentido apontado pela autora, pode-se ter a mesma referência no caso de Portugal, inicialmente, pelo próprio aspecto ideológico de normalização das universidades a partir de 1970 (Ver § 8.4).

letargia ao passado para a diluição da memória coletiva, um processo de “exorcismo” do passado. Essas considerações permitem perceber como as relações político-ideológicas se impuseram sobre os acontecimentos e trouxeram uma negatividade ao passado, novamente contrastada com a aparente segurança de âmbito político e da prosperidade econômica desejada.

Ross (2002), por sua vez, parece ir além da relação entre a memória e a política, encadeando, em suas reflexões, aspectos conjunturais e ideológicos. Em primeiro lugar, ela alerta que o excesso de estudos sobre 68, no caso da França, tem servido para favorecer o esquecimento e a incompreensão dos efeitos do passado no presente. O argumento utilizado é o de que, mesmo com a conhecida importância histórica, há uma maleabilidade entre os fatos que permite que certas visões dominantes sobre o movimento componham representações diferenciadas dos reais acontecimentos e que, por isso, favoreceram uma maior ênfase nos aspectos culturais daquele momento. Segundo a autora:

No final de 1970, ex-esquerdistas, muitos deles ex-maoístas, tinham avançado uma imagem de Maio como o ponto de origem de uma revolução puramente espiritual ou "cultural" – uma "revolução cultural" ideologicamente muito distante da Revolução Cultural na China que outrora preenchia seus pensamentos. Com base nessa interpretação, Maio agora tinha de ser prolepticamente remodelado no prenúncio da década de 1980 - um presente caracterizado pelo retorno ao "individual," o triunfo das democracias de mercado, e uma atendente lógica ligando democracia necessariamente ao mercado, e a defesa dos direitos humanos [...] O Maio, em outras palavras, contribuiu para a criação de uma era infinita e eterna onde até mesmo a ideia de descontinuidade e mudança histórica foi evacuada, com a única exceção da descontinuidade que distingue este atual presente indefinido do individual do passado agora definitivamente arcaico que permitiu a possibilidade de descontinuidade e mudança histórica e nem mesmo sabia das ocorrências de tais mudanças. Completamente desterritorializado, o Maio torna-se uma etapa do capitalismo que nega quaisquer fases históricas seguintes. Ao dar à luz uma pós-modernidade suave e sem fraturas, a geração de 68 tinha, com efeito, se tornado a última geração (p. 182-183).

Essas aporias da memória se apresentam em diversos estudos, nos quais a ênfase do caráter cultural dos ocorridos de *Maio* se sobrepõe aos ocorridos políticos (transformações no Estado) e econômicos (aparente prosperidade seguida de uma crise mundial). Mas seria possível reestabelecer uma abrangência investigativa que considerasse a dialética entre as transformações políticas e culturais no interior da organicidade do sistema capitalista, conjuntamente com as dimensões ideológicas que favorecem ao esquecimento? Não se trata, portanto, de se reestabelecer essas conexões no ponto de partida dos *sixties* e de seu trágico final, mas, sim, de compreender *como* e *por que* fica evidente, a

partir do final dessa década, a insustentabilidade de se pensar apenas no sentido unívoco do fim de uma “revolução cultural” ou a contracultura de matriz eurocêntrica, sem que, com isso, sejam compreendidas as transformações sociais na perspectiva da totalidade orgânica, questionando como as ideologias, construídas pelas narrativas retrospectivas, tomaram o lugar dos acontecimentos, permitindo, então, essa problemática maleabilidade.

O deslocamento do problema pode ser evidenciado pelo “apelo” que Bihr (1998: 10) faz para recordar a pertinência totalizante do *capital* e de como as transformações estruturais são fundamentais para se compreender não a emergência de um novo sujeito, mas o modo de ser da crise capitalista:

Lembrem-se! Naquele momento, a ordem social desenvolvida pelo modelo ocidental do capitalismo se debatia não só contra a revolta de uma parte do proletariado, constituída sobretudo por jovens e imigrantes, que não estavam mais dispostos a “perder a sua vida para ganhá-la”, mas também contra outros movimentos sociais – ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas -, que contestavam o conjunto da organização do modo de vida capitalista. Foi esse conjunto de movimentos que a crise econômica freou e definitivamente rompeu. Jamais será suficientemente denunciado o **papel disciplinar dessa crise**, com seus coletivos de trabalho e de vida dispersos ao sabor das reestruturações econômicas, com seu fluxo crescente de desempregados, de trabalhadores perdendo a estabilidade, de “novos pobres”, [...] tudo para maior benefício de nosso soberano, o capital (grifo do autor).

Essas considerações permitem pensar que a revolta sobre o modo de vida capitalista nos países centrais não estava apenas restrita à França ou aos países capitalistas centrais, mas que se tratava de uma contestação de um modelo que já estava sendo expandido globalmente, com sua perspectiva disciplinar da sociedade, impondo a derrota das perspectivas abertas por todo o mundo na última década. Evidentemente que era nos países centrais que a promessa do crescimento econômico, do pleno emprego, do sistema político democrático e estável já tinha sido testada. E era nesses países que, a partir dos anos 1970, a “contrarrevolução” para efetivar uma “estratégia de integração”<sup>18</sup> do movimento operário

---

<sup>18</sup> Bihr (1998: 44-45) define essa estratégia de integração mediante três elementos: a) a negociação coletiva imposta ao movimento operário (partidos, sindicatos, associações), como “modo de solução dos conflitos de classe, tanto à sua base proletária quanto à classe dominante”, criando diferentes “instâncias de comando”; b) que as organizações se instituíssem diante dos capitalistas individuais e da classe capitalista, como “mediações obrigatórias em sua relação com o proletariado”, adquirindo assim “legitimidade como mediadoras e reconhecimento de seu papel pelos diversos protagonistas”; e, finalmente, c) a progressiva integração “aos aparelhos de dominação do capital sobre o proletariado e sobre toda a sociedade, das empresas ao Estado, e que assim se tornassem “verdadeiros gestores do processo global de reprodução do capital”.

ao sistema capitalista a todo custo (contando com a participação ativa de muitos dos antigos militantes políticos) – com vias de romper com os movimentos políticos do passado e sob a égide de regras e normas impostas pelo capitalismo – deveria ser efetivada para que, assim, pudesse ser exportada, como sinônimo de progresso, sem enfrentar as resistências locais já articuladas. Há um conjunto de intenções políticas que estão por trás dessa questão, e que apontam para a “normalização” como algo involuntário após a tão conturbada década. Mas a sensação de normalidade se estende no mesmo período no qual a crise do capitalismo se afunila e começa a ser sentida no cotidiano. A negação, como aponta Ross, das fases seguintes do capitalismo por parte de muitos de seus antigos participantes intelectuais, militantes políticos e/ou sindicais, é o que trouxe a aparente segurança de uma normalização da vida. Os colapsos econômicos sob a égide do neoliberalismo de Thatcher/Reagan sublinhariam o *There's no Alternative* para as ideologias do passado e para a continuidade das mobilizações políticas através de garantias fictícias do mercado e da gestão de segurança do Estado – mas tudo sob uma normalidade aparente. Essa é, portanto, uma lacuna aberta pelos estudos estritamente culturais e que, ao se afastarem de uma relação entre estrutura e superestrutura – não que aqui se busque a ideia de determinação, mas de “reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1981: 52) – acabaram por desconsiderar as mudanças e os efeitos dos processos econômicos posteriores ao *Maio* e, favorecerem o seu esquecimento.

Nesse sentido, Ross (2002) vê como problemáticas as noções que enfatizariam o “espírito 68” como momento de inauguração do individualismo contemporâneo e de privatização existencial. A necessidade de adaptações e de construção de consensos (majoritariamente políticos) enfatiza 1968 não como uma ruptura, mas como um momento de realização das promessas da Modernidade e de afirmação do capitalismo tardio – visão bastante presente em Luc Ferry e Alain Renaut (ver § 3.3), em consonância com Gilles Lipovetski e Alain Minc – e de necessidade de autorregulação (as falas de Cohn-Bendit, assinaladas anteriormente, parecem refletir um pouco desse embate com o passado). Dito de outra forma, os efeitos desejados parecem ter se transformado justamente no contrário do que se era esperado:

Se os atores alcançaram, embora vagamente, na orla de volta para a sua própria narrativa, "a astúcia da História" está lá para varrer o chão de debaixo deles. Os resultados de suas ações foram exatamente o oposto do que você queria! [...]. Você pensou que estava agindo em conflito contra o capitalismo, mas pela

vitória de uma “astúcia da História” anarquista, seus esforços foram um (se não o) passo fundamental na realização da síntese pacífica de todas as relações sociais (econômico, político e cultural), sob a égide do mercado. Se você não tivesse agido em tudo [...] a modernização capitalista teria ainda assegurado os resultados [...] que vemos ao nosso redor hoje (p. 184-185).

Seria então possível que uma ação intencional que visasse uma determinada finalidade tivesse se convertido em uma outra finalidade totalmente diferente? Esse é um questionamento ao qual a teoria da ação de Weber dificilmente poderia oferecer uma resposta plausível. Entretanto, Stephens (1998) argumenta que a quebra no modelo revolucionário de mudança política – a falha no radicalismo dos *sixties* – levou a um fim das possibilidades de transformação social para o futuro. Porém, o quanto disso provém das próprias impossibilidades dos movimentos dos anos 1960 ou o quanto disso provém das impossibilidades “imputadas” àqueles movimentos? A complexidade disso irá cair, certamente, num aspecto ideológico: *qual o interesse ideológico para esse esquecimento?*

Os movimentos classistas que surgiram na década de 1960 possuíam uma perspectiva emancipatória, de engajamento político (que também pode estar presente na estratégia de desengajamento político de alguns movimentos da contracultura) e de superação das mazelas causadas pelo capitalismo. Isso tende para articulação da *crítica artística* com a *crítica social*, como desenvolveram Boltanski & Chiapello (1999), mas a limitação dessa perspectiva é não só o pragmatismo como também a estreiteza atribuída às duas formas de crítica em separado. Mas a forma anticapitalista aponta não para a crítica romântica da modernidade (Löwy & Sayre, 1992), e sim para uma crítica que irá para além do capitalismo e de seu núcleo-base, o capital (Mészáros, 2002). No entanto, é nas teorias do antes e do depois que se estabelecerá uma tendenciosa negação da generalidade do marxismo para, assim, assentar as incertezas da Pós-Modernidade como uma forma de pensamento idêntica aos interesses do capital, como um resultado inconsequente dos manifestos dos anos 1960. Essa perspectiva permitirá que as décadas posteriores, como a dos anos 1980, não sejam uma fictícia oposição aos anos 1960, mas, antes, a preparação de um terreno de aparentes consensos políticos, de afirmação da política institucional como única via possível, de normalidade aparentemente controlada, de pensamento único e, finalmente, de controle mais rígido do capital sobre a política e sobre as subjetividades. Todas essas dimensões estiveram presentes nos anos 1960, mas foram solapadas por 40 anos de neoliberalismo, implicando, na atualidade, numa crise de alternativas (Santos, 2006). No entan-

to, voltam as experiências ocorridas fora da Europa e Estados Unidos, como a Primavera Árabe, ou mesmo os manifestos de rua no Brasil de 2013, que tiveram importância e reflexos diretos nesses locais.

Os casos de Portugal e Brasil, com isso, parecem estar abrangidos por essas considerações, apontando para uma dupla negação da crítica dos anos 1960. Em Portugal, o *25 de Abril*, mesmo que dentro de um imaginário revolucionário, negou as perspectivas democráticas abertas nos anos 1960, ainda que afirmasse a insustentável derrota do Salazarismo: primeiramente, sob o discurso do socialismo, a política foi dominada por partidos não completamente democráticos que implementaram o modelo do Estado de Bem Estar Social já em declínio na Europa e, num segundo momento, vinculou o país às políticas neoliberais da União Europeia e aprofundou, a longo prazo, sua dependência econômica e política do centro de decisão, cada vez mais controlado pelo mercado financeiro. No Brasil, a primeira negação veio com o AI-5, impondo o silêncio ao amplo movimento social que se organizava desde os anos 1950, através da repressão; a segunda negação veio por meio da própria abertura democrática, que significou não apenas um fortalecimento institucional, mas a abertura para o neoliberalismo dos anos 1990 e 2000. Em suma, a partir desses aspectos reside a dupla negação histórico-dialética das aspirações dos movimentos classistas da década de 1960: o movimento é visto, pelas forças políticas, como algo que se deveria controlar e de que não deve restar quaisquer dúvidas de que algo semelhante volte a ocorrer. As novas teorias sociais emergentes, de matriz funcionalista e estrutural-funcionalista (ver § 5.2; § 5.3) deveriam fornecer um arcabouço que permitisse compreender mais naturalmente o mundo em seu tempo e se adaptar aos novos tempos da política em sua face técnico-científica. O esquecimento, do ponto de vista conjuntural e global, deve levar isso em consideração, pois ele se coaduna com a ampliação do controle subjetivo. O resultado disso é que, para além do movimento político e social sofrer uma “contrarrevolução” prática, de reorganização e maior tutela dos movimentos estudantis e operários, ainda as aspirações anticapitalistas sofreram também uma derrota no plano teórico: a emergência da Pós-Modernidade que, como se pode ver, ignora as transformações econômicas e políticas em termos de transições de paradigmas (científicos, mas também sociais) e surgimento de “novas” subjetividades (ver § 1.3). Portanto, com vias de concretização de um pensamento único e de uma prática social cada vez mais regrada e normativa – e o presente dos movimentos sociais talvez tenha clara essa perspectiva adversa, impondo o dile-

ma da necessidade de adaptação *versus* a não aceitação dessa situação – no que concerne aos desenvolvimentos preliminares dessa Tese, deve-se questionar: quais as transformações ideológicas que permitiram que o quadro do horizonte de expectativas fosse encurtado ou mesmo que aparecesse praticamente ausente nos tempos atuais?



## **PARTE II**

### **A TEORIA DA PRÁTICA E A PRÁTICA DA TEORIA**

## CAPÍTULO 3

### A ESTRUTURA SEM O SUJEITO: 68 CONTRA 68

Na Parte II serão elencados alguns dos debates fundamentais sobre a teoria e a prática e a influência da teoria sobre as considerações posteriores e análises sociológicas referentes às transformações sociais que estiveram subjacentes ao *Maio de 1968*. Com vias de desenvolver as colocações acima apresentadas, observar-se-á, primeiramente, os embates ideológicos que se deram no campo das teorias Pré-68 e Pós-68 para entender as rupturas elaboradas e, para assim, perceber e evidenciar as perspectivas de abandono da primazia das transformações histórico-dialéticas das relações econômico-políticas que imputaram uma fratura na memória. O primeiro debate terá como objeto o marxismo e seus desenvolvimentos por parte de Althusser e Marcuse; o segundo debate dará especial atenção tanto às teorias pós-estruturalistas quanto às das sociedades pós-industriais. Nesse momento, é possível demonstrar a maneira pela qual esses debates compreenderam em especial o movimento estudantil (em sua generalidade em França, Alemanha e Estados Unidos). Por fim, essa revisão se faz necessária à medida que tenta compreender a gênese da predominância cultural dos estudos acerca dos movimentos classistas da década de 1960, apresentando os elementos que conduziram a crise do marxismo e o surgimento da Pós-Modernidade teórica.

A compreensão teórica dos acontecimentos de 1968 conduziu o pensamento sociológico por caminhos sinuosos de rupturas e novas análises, tendo como fulcro as orientações do pensamento marxista. Nesse momento, procura-se compreender o surgimento do *anti-humanismo* que irá ser trilhado por autores próximos ao estruturalismo como Louis Althusser, e pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze, no tocante à interpretação que esses autores fazem dos manifestos estudantis de 1968 (restritos ao caso francês) mas que também acabam por conduzir as Ciências Sociais em suas reflexões. O argumento que será demonstrado é o de que há um efeito recíproco entre as mobilizações sociais e políticas e a teoria social, demarcando a centralidade do pensamento científico em detrimento das perspectivas ideológicas. Como consequência, houve o deslocamento da compreensão da concretude daqueles movimentos para uma dissociação entre estruturas e sujeitos.

Como se sabe, o estruturalismo ganhou bastante terreno ao final dos anos 1960, inicialmente com base no estruturalismo de Althusser e, posteriormente, através das compreensões cuja centralidade estaria no poder, de Michel Foucault e Gilles Deleuze. A influência dessas teorias no chamado “pensamento 68”, de cunho conservador e idealista, é evidente, e com elas emergiu também uma descrença nas ideologias críticas daquele período, quando muitos teóricos apostaram numa crítica de transição, da Modernidade para a Pós-Modernidade, um momento em que as ideologias do passado não seriam mais possíveis. Nesse sentido, é necessária a reflexão acerca da relação entre teoria e prática, na medida em que há, usualmente, uma sobreposição da teoria sobre os acontecimentos, e isso remete tanto a uma teoria que desconsideraria os impasses ideológicos dos movimentos sociais, como imputaria a posição de que os movimentos deveriam abdicar de suas prerrogativas ideológicas, num momento em que a Ciência e o poder ganhariam cada vez mais terreno nas sociedades contemporâneas. Trata-se, portanto, de tentar perceber em que medida os manifestos estudantis de finais da década de 1960 resultaram na constituição de uma teoria da pós-modernidade, a qual nega os próprios acontecimentos e as perspectivas ideológicas e subjetivas daqueles “atores” para, então, construir uma teoria pautada no refluxo das ações práticas e materiais.

### **3.1 O Estruturalismo e o processo sem sujeito**

O ponto de partida a ser debatido aqui está diretamente relacionado, portanto, com a proposta de uma nova forma de leitura da obra de Marx, a partir dos estudos de Althusser & Balibar (1974), que abriram uma ampla possibilidade discursiva sobre os escritos do filósofo alemão. Tal empreendimento valoriza um textualismo intrínseco aos textos de Marx, deixando de lado, em um primeiro momento, a capacidade de compreensão da realidade social em questão. Por isso, conforme se dá essa apresentação textualista (no sentido de uma leitura filosófica de *O Capital*), o sujeito é colocado em questão de modo a ser compreendido de uma nova forma: “Contentemos-nos com afirmar que o sujeito tem ocupado, no novo terreno, seu novo lugar, ou seja, que o sujeito tem sido instalado, mesmo sem se dar conta, nesse novo terreno, para poder dirigir sobre o invisível anterior o olhar instruído que fará visível esse invisível” (p. 33). Esse reenquadramento significa a diluição e a preconização – ambas elaboradas pela Filosofia Moderna – do sujeito, seguido por sua

realocação no interior das estruturas sociais, fato que romperia com os princípios de possibilidade revolucionária do proletariado, assim como apresentado no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, sobretudo na redução da política de transição a uma simples “ditadura do proletariado”. Por consequência, se estabeleceria a ideia da determinação econômica em última instância, ou seja, uma determinação estrutural que deixaria o sujeito em um segundo plano e daria uma autonomia das estruturas sobre os sujeitos – o que pode ser traduzido como um patente economicismo. Essa perspectiva pode ser criticada no sentido de perceber que “a ‘leitura’ de *O Capital* foi realizada sob a égide da perspectiva do anti-humanismo teórico”, tendo como fundamento a “descentração do homem”, na qual “o sujeito é impossível de ser encontrado” e, por consequência, o processo histórico é transformado em um “processo sem sujeito” (Vaisman, 2006: 249-250).

Isso se torna mais evidente ao analisar-se as premissas acerca do modo de produção como “principal objeto de análise [...] [em que] o próprio Marx designa nessa exposição o conceito do modo de produção capitalista como o objeto teórico de *O Capital*”, o que acaba por renegar a importância do trabalhador como peça fundante e indispensável de todo esse processo (p. 228). Se, dessa forma, o modo de produção teria sua ênfase de “última instância”, parece ser indiscutível que as forças produtivas se tornariam subordinadas também a essa lógica:

A análise marxista das “forças produtivas [...] está sistematicamente inscrita na definição de um modo de produção, na medida em que não é uma simples enumeração ou descrição dos aspectos “técnicos” da produção ou de seus “recursos”, senão uma definição de uma forma de variação das relações sociais “técnicas” de produção [...]. Este efeito de ruptura é característico da fundação de uma ciência nova que constitui seu objeto e define um domínio que ocupavam diferentes disciplinas e, por conseguinte, que ignoravam completamente. No domínio do materialismo histórico, como disciplina teórica científica, a análise das forças produtivas não aparece como um aspecto prévio técnico ou geográfico, expoente das condições ou das bases sobre as quais pode edificar uma estrutura “social” de práticas humanas como limitação essencial, mas exterior, imposta à história; é, pelo contrário, interior a definição da estrutura social de um modo de produção (nenhuma definição de “modo de produção” pode ser considerada satisfatória se não envolve a definição das forças produtivas que lhe são típicas); por isso, transforma completamente o sentido do social. [...] Assim, no caso de Marx também podemos dizer que *o sujeito do desenvolvimento não é outra coisa que o que se define pela sucessão das formas de organização do trabalho e dos deslocamentos que experimenta. O que reflete exatamente o caráter teórico e não empírico da constituição de seu objeto*” (p. 269-70).

No tocante a essa questão, está implícita a rejeição ao humanismo marxiano, a grande ênfase na periodização dos modos de produção, conjuntamente com a subordinação

das forças produtivas aos modos de produção (estrutura), atribuindo o estatuto de “relações sociais técnicas de produção”, não mais compreendendo a relação dialética entre as forças produtivas (*Produktionskrafte*), composta pelos trabalhadores/forças de trabalho e pela tecnologia, e as relações de produção (*Produktionshandells*), composta pela propriedade, pelo domínio efetivado pela burguesia industrial no capitalismo e suas formas sociais, que também se pautam em meios de produção (*Produktionsmittel*) e meios de troca (*Verkehrsmittel*) (Marx, 2008: 41-6). Com efeito, o estruturalismo de Althusser operou uma autonomização da técnica e deixou de lado o trabalhador enquanto parte constitutiva das forças de trabalho. Para que essa rejeição fosse completa, seria preciso fundar uma “nova ciência”, o *materialismo histórico*, apoiado numa ruptura (epistemológica) que separaria a ciência e a filosofia (ideologia) e, portanto, se estabeleceria através de (i) uma dissociação das forças produtivas da história, seguida por (ii) uma vinculação das forças produtivas à estrutura social, ou seja, uma ligação entre o modo de produção e as forças produtivas; resultando em (iii) uma separação arbitrária no interior da estrutura (Meios de Produção + Forças Produtivas, a última entendida estritamente enquanto *técnica*). Surge então um problema, sobre a ausência do trabalho, perdido na concepção de forças produtivas estritamente entendidas como técnica. O homem aparece não mais como produtor, mas como portador (*träger*) daquilo que ele mesmo produziu na forma de mercadoria, e, dessa forma, subordinando apenas a ser parte da superestrutura que, dissociada da história, levaria às últimas consequências a determinação proveniente dos modos de produção. O sujeito do desenvolvimento não seria mais o próprio homem e sua atividade de labor (que faz a história, ainda que de forma inconsciente), mas as *sucessões dos modos de produção determinados por períodos históricos*. Em virtude disso, se eliminaríamos as possibilidades de transformação da história por parte dos homens. Por isso, a consequência dessa “leitura” anti-humanista é o engessamento do indivíduo pela estrutura, e, conseqüentemente um problema ontológico, ou seja, a redução das formas sociais de individualidade a suportes das estruturas e a redução da subjetividade individual a posições subjetivas do social (Vaisman, 2006). O indivíduo torna-se circunstancial, falsamente separado da estrutura e da história, desaparecendo em meio à complexa estrutura determinada pelos modos de produção.

O problema também se enuncia na epistemologização presente no método de *leitura sintomática*, a capacidade de se ler para além do dito, “descobrir o não-descoberto”,

num exercício de criar uma “resposta sem pergunta”, o que evidenciaria uma espécie de “eficácia da estrutura sobre seus elementos”, rompendo com antigos conceitos da filosofia e abrindo espaço para uma nova ciência do “não dito” (Althusser & Balibar, 1974: 34). Ou seja, há aqui a tentativa de entender “uma carência conceitual não descoberta senão, pelo contrário, consagrada como não-carência e proclamada como plena [que] pode, em certas circunstâncias, obstaculizar seriamente o desenvolvimento de uma ciência ou de algumas de suas ramificações” (p. 35). Se a ciência convencional deixaria certos “silêncios em seus discursos”, a leitura sintomática viria a cumprir os objetivos textuais e atribuir uma capacidade psicanalítica e discursiva à interpretação textual de Marx. Evidentemente, essa ruptura textualista abriria espaço para uma nova filosofia, a filosofia althusseriana, e para uma nova ruptura, a *ruptura epistemológica*.

Os fundamentos dessa ruptura epistemológica encontram o seu ponto de partida na distinção entre Filosofia e Ciência, bem como na necessidade de ruptura com o senso comum, procurando estabelecer maior racionalidade para a investigação científica (Bachelard, 2006). Outro fundamento está na noção de periodização do trabalho de Marx, uma demarcação entre o *jovem Marx*, cujo trabalho seria pré-marxista e idealista, fomentando interpretações da filosofia do homem e do humanismo, em oposição ao *Marx da maturidade*, cujo trabalho apresentaria uma ciência da história e uma filosofia marxista, afastando-se do humanismo anterior – este último, restrito aos estudos de *O Capital* (Merleau-Ponty, 1995)<sup>19</sup>. O trabalho teórico de Althusser seguiria por demonstrar uma “ruptura epistemológica na história do pensamento de Marx, uma diferença básica entre uma problemática ideológica dos primeiros trabalhos, de uma problemática científica de *O Capital*” (Althusser, 2005: 13). Logo, opera-se a separação entre ciência e ideologia, afirmando

---

<sup>19</sup> Mészáros (2004: 420-421) atribui essa periodização problemática para a interpretação de Marx como proveniente das análises de *As aventuras da Dialética* de Merleau-Ponty, o qual estabelece uma oposição entre o Jovem Marx filosófico e o Marx do socialismo científico, no sentido de uma leitura filosófica de Marx. Na visão de Mészáros, tal perspectiva afasta o marxismo de seus seguidores e esvazia a sua estrutura conceitual; e que, por fim, conduz erroneamente ao “Marx que nunca existiu”, o do pré-1850, mas sem questionar a arbitrariedade dessa construção periódica, cuja função não seria mais do que ideológica.

a importância de aproximação com o estruturalismo, o qual também trabalharia com diferenciações categoriais e binomiais no interior de seu conjunto analítico (Althusser, s/d)<sup>20</sup>.

O trabalho de Althusser parece ter seu método intrínseco de genialidade do autor, porém, trata-se do campo de uma problemática textual, que afastaria Marx de si mesmo, ou seja, das formulações ontológicas de sua juventude, de cariz lógica hegeliana e materialista de Feuerbach, compreendendo o marxismo apenas como uma ciência que deveria afastar os pressupostos ideológicos de seu interior. Trata-se, portanto, da tentativa de estabelecer um critério de cientificidade no interior das comunidades científicas e, com isso, trazer métodos modernos da ciência, uma posição que beira o pragmatismo (Levine, 2003), mas diferente daquilo que fora proposto originalmente por Marx<sup>21</sup>. Essa posição bachelardiana em Althusser o ligaria diretamente à consideração de um critério de origem científica no marxismo, o qual postularia que “todas as ciências têm começos identificáveis”, “momentos de quebra de formas pré-científicas de pensamento” e que, por consequência, “todas as ciências nascem em rupturas epistemológicas”, diferenciando-se do critério positivista de estabelecimento da ciência, ou seja, de que “a ciência avança quando novos domínios são de alguma forma incluídos nas restrições de um método científico geral” (p. 94). A teoria da prática althusseriana colocar-se-ia em oposição à ciência enquanto uma mera abstração, mas de forma a estabelecer uma ruptura completa com a antropologia hegeliana e planejando uma posição política, herdeira de Lênin e Mao. Essa proposta cumpriu o papel de deslocar o problema da realidade social para o interior da teoria marxista, ou seja, interpretou a questão de Marx como um problema muito mais próximo de seu referencial teórico do que daquilo que propunha como prática. Por isso, o marxismo de

---

<sup>20</sup> A separação proposta por Althusser tem como base a leitura de *A Ideologia Alemã*, onde as *Teses sobre Feuerbach* marcariam os limites dessa ruptura, que determinaria “duas disciplinas teóricas distintas”, uma teoria da história, ou seja, o materialismo histórico, e uma nova filosofia, ou seja, o materialismo dialético. Como objetivo, Althusser procuraria apresentar uma periodização do trabalho de Marx, a fim de afastar a possível confusão entre ciência e filosofia, e, por assim dizer, delinear e distinguir um período ideológico de um período científico. A divisão apresentada então é a seguinte: a) primeiros trabalhos: da dissertação doutoral aos Manuscritos de 1844; b) os trabalhos de ruptura, compreendidos pelos trabalhos de 1845 a 1857, ou seja, *A ideologia Alemã* e as *Teses sobre Feuerbach*, seguidos pelos trabalhos de transição, que introduziram uma nova problemática (científica) em seus trabalhos; c) a partir da publicação do primeiro volume de *O Capital* (1857), denominado como os trabalhos da maturidade de Marx (Althusser, 2005: 33-35).

<sup>21</sup> Ainda sobre a questão da cientificidade, vale lembrar que a disputa do estatuto científico do marxismo esteve pautada por uma perspectiva “lógico-gnoseo-epistêmico”, da qual a obra de Marx se *afastaria* do epistemologismo, por conta de uma “própria arquitetura reflexiva” (Chasin, 1995).

Althusser, por compreender que os escritos de juventude de Marx continham um “humanismo racionalista liberal” (Ferry & Renaut, 1990: 22), e mediante a necessidade de fundar uma *ciência marxista*, acabou por se fundamentar como marxismo anti-humanista, um marxismo sem sujeito (Althusser, 2003).

Porém, o humanismo vislumbrado no jovem Marx não seria o ideário do socialismo de face humana, preconizado pelos dirigentes soviéticos e compartilhado pela maioria dos Partidos Comunistas ocidentais, que sacralizava os dirigentes soviéticos e estabelecia o stalinismo (em sua formulação de marxismo-leninismo) como forma política unicamente possível para a condução das aspirações comunistas. O humanismo do jovem Marx não era também a “filosofia da prática científica”, como desejava Althusser, entendendo que a única forma de intervenção nos partidos comunistas seria através da teoria, operando uma desconexão entre a teoria e a prática e atribuindo um estatuto de “sujeito” às forças produtivas científicas. Pelo contrário, o jovem Marx formulava ontologicamente que a realidade imediata é o germe daquilo que irá se desenvolver no futuro, e assim, se faz necessária a apropriação “real da essência humana pelo homem e para o homem”, superando a cisão entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero (Löwy, 2002: 143). Nesse sentido, surgiria um “humanismo positivo” que iria para além do comunismo e colmataria a “negação da negação” através da negação da propriedade privada, ainda não realizada, mas em prospecto de se realizar (p. 144). Afinal, o comunismo – diferentemente daquilo que se difundia de parte dos soviéticos e como fora naturalizado por Althusser – não seria um fim em si mesmo, um fim da história, senão uma passagem para se atingir uma forma de sociedade humana que não colocasse como pressuposto a negação do homem. Conforme separa Filosofia e Ciência, Althusser se incumbiu de retirar da filosofia sua potencialidade, cindindo-a com a *práxis* e não permitindo que sua realização fosse a “advertência vital acerca da potencialidade positiva para superar o seu fracasso” (Mészáros, 2011: 97). Por isso, o empreendimento do jovem Marx deve ser considerado quanto ao embate entre Filosofia e Ciência, ao invés de ser descartado como uma forma pré-científica, como faz Althusser<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Mészáros (2011: 107) é taxativo quanto aos méritos de Marx em conseguir fazer da filosofia “uma força sócio-histórica concreta, e definir sua função como integrante e necessária para o sucesso da luta pela emancipação (...). Filosofia que surge em momento particular da história a partir de uma práxis social determinada.



Conforme a reformulação althusseriana do marxismo se faz arriscada por conduzir um feroz ataque da ciência contra a ideologia, foram sendo naturalizadas premissas que conduziram a rupturas epistemológicas carregadas de uma “ideologia do novo cientificismo neopositivista”; e, portanto, os seguidores de Althusser ficaram presos por um “discurso *anti-ideológico* dominante, atrás de rupturas imaginárias”, naturalizando acriticamente os pressupostos do cientificismo neopositivista que, seguindo o “tema em moda do *fim da ideologia*”, se opuseram “conceitos científicos” e “conceitos ideológicos” (Mészáros, 2004: 257-8). Com uma ampla disputa no meio científico, a “nova ciência marxista” que estava sendo fundada se deparou, logo no início, com a provação de sua eficácia.

### 3.2 Da cisão teórica e prática ao ajuste de contas

Entre os anos de 1967 e 1968 o estruturalismo e o marxismo irão se confrontar para conseguir algum tipo de conciliação, tendo como campo de batalha tanto algumas revistas especializadas na área e a própria direção do Partido Comunista Francês (PCF). Iniciado em 1964 através da publicação do artigo de Lucien Sebag – *Marxisme et Structuralisme*, onde o jovem filósofo, à maneira de Lévi-Strauss, defende o uso da ideia de estrutura apenas como um “conceito puramente metodológico e não especulativo” e critica o economicismo do marxismo dominante (ou seja, do PCF alinhado com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) –, o debate entre marxismo e estruturalismo está aportado no direcionamento científico de acordo com o qual o “novo” marxismo teria de “estudar a realidade objetiva, principalmente econômica” (Dosse, 2007: 119-120). Com esse amplo campo colocado em debate, o PCF visualizou as principais questões e polêmicas referentes à aproximação entre marxismo e estruturalismo, mas não conseguiu evitar o estreitamento de relações entre essas duas perspectivas sociológicas:

Ao passo que a corrente marxista oficial, a do PCF, tenta construir uma muralha de resistência ao estruturalismo, as fissuras dessa corrente multiplicam-se, pois, com aqueles que preferiram encampar a orientação estruturalista para renovar o marxismo, como os althusserianos, e aqueles que vão aderir ao estruturalismo para sair do marxismo. Esse confronto, que vai revelar numerosos pontos comuns entre as duas orientações, vai também ligar os seus destinos: num pri-

---

Uma filosofia que – em conformidade com a unidade entre teoria e prática – contribui de maneira vital para o desdobramento e a realização completa das potencialidades inerentes a essa práxis emancipatória”.

meio tempo, de 1967-1968, um destino vitorioso, que vai rapidamente soçobrar num declínio que afetará tanto o estruturalismo quanto o marxismo (p. 131).

O PCF iniciava um debate mais profundo com o marxismo-estruturalismo em 1966, notando a efervescência teórica nas Ciências Humanas e com fins de sustentar sua influência sobre os intelectuais e conter sua hemorragia desde o XXº Congresso do PCUS de 1956, mas, também, no intuito de afirmar certos ganhos políticos da esquerda francesa nas eleições de 1964. O conflito entre as duas perspectivas começou a ser demarcado pelo encontro do Partido Comunista Francês, em Argenteuil, em 1966, onde Althusser apresentou suas teses acerca do “anti-humanismo teórico”. Althusser apresentava um diagnóstico da crise, do dogmatismo, denunciava o culto da personalidade e a violação da legalidade socialista após o XXº Congresso, necessitando, assim, de uma redefinição da filosofia marxista como “epistemologia geral” e do “marxismo histórico como ciência das formações sociais indispensáveis à estratégia de classe dos movimentos obreiros revolucionários” (Capdevielle & Ray, 2008: 58).

O diálogo entre comunistas e a teoria althusseriana-estruturalista era apenas incipiente e ainda iria se prorrogar em outros colóquios entre abril de 1968 e 1970, organizados por centros de pesquisa e revistas<sup>23</sup>. No ano seguinte, o PCF dedicou uma edição de sua revista *La Pensée* ao tema do estruturalismo e marxismo<sup>24</sup>. Na *Nouvelle Critique*, por sua vez, através de debates sobre a obra estrutural-linguística de Noam Chomsky e com a *Ecole des Annales*, abre-se uma perspectiva, para a última, enquanto uma via intermediária para a aceitação dos debates entre o estruturalismo e os movimentos que as alicerçam; mas também, no conjunto da obra, alerta-se para a temática comum, da filosofia de Heidegger, da psicanálise de Lacan e do estruturalismo de Lévi-Strauss e de Althusser, ou seja, “o afastamento do sentido vivenciado e a dissolução do homem” (Dosse, 2007: 130). O sentido político dessa controvérsia era mais profundo do que apenas o seu sentido

---

<sup>23</sup> As principais iniciativas do PCF concernem ao Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas (CERM), a revista *La Nouvelle Critique* e a *Les Lettres Françaises*, bem como o Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares de Vaugirard e a revista *Tel Quel*. Para além do debate do PCF, outros grupos também promoveram debates nessa direção, como o grupo marxista da revista *Raison Presente*, em 1970, com debates de François Chatelet, Henri Lefebvre e Michel Foucault (Dosse, 2007).

<sup>24</sup> Nessa edição, o jovem filósofo Lucien Seve, como voz do partido, recusava a divisão entre o “método estrutural (científico)” e a “ideologia estruturalista”, da qual o conjunto da obra “mostra a que ponto o PCF leva a sério o desafio lançado pelo estruturalismo ao marxismo e quer responder-lhe” (p. 128-9).

teórico, na medida em que as posições althusserianas procuravam afastar o partido político de sua faceta ideológica e o estabelecer como um instrumento de formulação teórica mais eficaz do que aquilo que estava se desenvolvendo, ou seja, a faceta humanista do comunismo stalinista. Também, desafiava o PCF a se desenvolver com posições de esquerda anti-stalinistas, através de uma formação teórica mais ampla, o partido da teoria. Foi nesse sentido que a corrente maoísta de estudantes da UEC-FR foi um “modelo” para a crítica que Althusser estava fazendo contra o stalinismo do PCUS, ganhando a aprovação de sua prática como “embrião de um futuro revolucionário:

Como a conjuntura teria, enquanto os althusserianos na UEC estavam agrupando para suas batalhas finais com o PCF, estudantes chineses, desafiando o partido (soviético) de estado e sacudindo a tutela do próprio partido chinês e do estado, começaram a “perceber a tese marxista” avançando na “contradição e sobre determinação”. Numa revolução “de e para as massas”, eles carregavam as lutas de classe na instância relativamente autônoma na qual o PCUS tinha falhado para “liberar as iniciativas de massa”, “a superestrutura ideológica”. Althusser prontamente concluiu que as massas chinesas estavam praticando a esquerda anti-stalinista da qual seu marxismo ofereceu a teoria. Mas se eles confirmavam aquela teoria em um sentido, eles expunham, de outro, a ideologia minada de dentro: a China fornecia a viva refutação da noção que são os portadores da teoria que fazem a história. Isto foi, claramente, as massas, fazendo o que era claramente uma revolução ideológica; que foi mais, indicações eram que eles estavam fazendo história sem os benefícios de qualquer vanguarda, que eram a classe operária sem exceção. Então, com todos esses eventos, corria o mito althusseriano da revolução cultural chinesa, anti-stalinista, não em palavras, mas em ações (Goshgarian, 2003: xxxv).

A admiração de Althusser pelo momento revolucionário chinês parecia ser bastante positiva para os estudantes franceses ligados às correntes maoístas e péssima para o comitê central do PCF. Com essa teoria colocada em prática, que recusaria o stalinismo em prol de uma prática revolucionária, fundada na contradição e na sobredeterminação, Althusser se afastava da compreensão de que a estrutura social seria mais importante que as lutas de classe e a prática teórica daquelas “massas”. Essa crítica permitia que houvesse a criação de uma alternativa à sólida organização burocratizada dos PCs que estariam reduzindo, freando e controlando os movimentos revolucionários. O caminho que se apontava para os PCs soviético, francês e italiano, nesse caso, parecia ser o mesmo, ou seja, de que eram partidos reformistas e revisionistas; que cada vez mais se tornavam sociais democratas; que haviam cessado de ser revolucionários; e que sua forma dogmática estava sendo posta em cheque, porque assumiam posições predominantemente dogmáticas.

Com o trabalho teórico de Althusser ganhando cada vez mais destaque nas universidades, muitos estudantes próximos ao filósofo operaram um importante papel em Argenteuil, com a formação da *Union de la Jeunesse Communiste Marxiste-Léniniste* (UJC-ML), que durou até 1968 – depois se deflagrando na *Union Communiste Française – Marxiste-Léniniste* (UCF) a partir de 1969 (Cardina, 2011). Um de seus dirigentes, Robert Linhart, escrevia *Faut-il réviser la théorie marxiste-léniniste? Le marxisme n'est pas un humanisme*, em cuja reflexão procurava efetivar uma revisão da teoria marxista-leninista com o objetivo de negar o humanismo marxista e criar uma cisão pró-maoísta na esquerda, propondo formulações que criassem uma maior aproximação entre estudantes e trabalhadores, com o trabalho em fábricas dos primeiros, o que chamou de *l'établissement*, cuja missão seria criar redes de contato entre os militantes e os trabalhadores para tencionar os aparelhos sindicais, a *Confédération Générale Du Travail* (CGT) e o PCF (Linhart, 1978; Capdevielle & Ray, 2008; Cardina, 2011). Apesar de um papel secundário nos acontecimentos do Maio francês, o grupo ganhou maior notoriedade com a atuação mantida com a *Gauche Prolétarienne* (GP), bem como pelo prestígio alcançado na *École Normale Supérieure*, onde Althusser lecionava. O quartel comunista francês procurou controlar tal influência sobre a *Union des Étudiants Communistes* (UEC), onde a UJC-ML ganhava cada vez mais força, acirrando o confronto interno e limitando a agenda de desestalinização do PCF (Goshgarian, 2003).

Porém, o diálogo entre as teorias de Althusser não ficaria restrito à França. No Brasil e em Portugal houve, ainda que residualmente, alguma influência do discurso teórico althusseriano na militância política, significativamente a partir de 1968. Gorender (1987: 77-78) reflete sobre essa influência política no Brasil que estava sendo assimilada por militantes políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

O Estruturalismo de Althusser declarou a questão do humanismo um falso problema para o marxismo, uma vez que o homem inexistia. Eliminou a subjetividade em favor do objetivismo absoluto, do qual fez o pedestal para um novo formalismo com aparência cientificista. O marxismo nada tinha a ver com ideologia. Era ciência e somente ciência. A ciência da luta de classes e da revolução. Stalin começava a ser reabilitado e Mao Tse-Tung resplandecia. A novidade althusseriana foi recebida com entusiasmo pela intelectualidade esquerdista brasileira, que procurava no marxismo um dispositivo produtor de certas incontrovérsias. Nos anos 70, o estruturalismo apareceu inteiramente como escolástica e floresceu nos meios universitários brasileiros, adaptado à censura ditatorial pela eliminação de qualquer elemento revolucionário.

Em Portugal, a origem de grupos da esquerda maoísta que demonstravam o interesse de formação do *établissement* esteve presente em grupos cindidos a partir do Partido Comunista Português (PCP), como a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), em 1972 (Accornero, 2009). Tal organização entendia que os estudantes deveriam abandonar seus estudos e trabalhar em fábricas, auxiliando na construção de Comitês Operários e tendo como imaginário ideológico o exemplo chinês (Cardina, 2011). Além disso, por ocasião do *25 de Abril*, Althusser e o dramaturgo Luiz Francisco Rebello trocaram correspondências, geradas a partir da visita do filósofo francês em 1975, sobre o processo revolucionário que estava ocorrendo em Portugal, onde aparece a denúncia sobre o imperialismo e a tentativa, do PCP, de instaurar o fracasso revolucionário (Althusser & Rebello, 1976).

Com base nesses debates teóricos e ideológicos referidos acima, é necessário apresentar os elementos que Althusser formulará para o desenvolvimento e crítica do stalinismo, para a renovação do marxismo no campo das Ciências Sociais e, finalmente, para seu distanciamento com o estruturalismo. Em um primeiro momento, na entrevista concedida para o diário *La Unitá* do Partido Comunista Italiano (PCI) em janeiro de 1968, intitulada Filosofia: Arma da Revolução, o filósofo irá expor algumas das principais polêmicas acerca de sua obra e, em especial, questões referentes a seus desenvolvimentos teóricos (ruptura epistemológica, separação entre Filosofia e Ciência, a releitura de *O Capital* de Marx, entre outras). No entanto, logo de início, apresenta uma exposição que se coaduna com o debate iniciado em Argenteuil e com suas posições acerca da China:

Uma posição de classe proletária é mais do que um mero "instinto de classe" proletário. É a consciência e a prática que estão de acordo com a realidade objetiva da luta de classe proletária. O instinto de classe é subjetivo e espontâneo. A posição de classe é objetiva e racional. Para atingir as posturas de classe proletárias, o instinto de classe dos proletários necessita apenas ser educado; o instinto de classe dos pequeno-burgueses (e, logo, dos intelectuais) necessita, por outro lado, ser revolucionado. Essa educação e essa revolução são, em última análise, determinadas pela luta de classe proletária conduzida desde a base pelos princípios da teoria marxista-leninista. Como diz o Manifesto Comunista, o conhecimento dessa teoria pode ajudar certos intelectuais a atingirem posições da classe operária (Althusser & Balibar, 1974: 6).

Consciência e prática comporiam o arcabouço propício para a objetividade das lutas de classe, onde nasce a ação política. Para além dessa questão, há a referência do posicionamento dos intelectuais, ditos como pequeno-burgueses, que refletiria a própria

capacidade dessa “classe em si” de se juntar aos movimentos da classe operária e dela fazerem parte, caso seu “instinto” seja revolucionado. Por outro lado, a saída para os proletários seria fomentada pela educação. Se era necessária a emergência de uma filosofia que fosse a construção teórica do partido, é no campo das lutas de classe que ela se renovaria, praticamente independentemente do partido. Trata-se de uma constatação a partir da qual Althusser segue a profundidade do problema político da crítica ao stalinismo e permite que haja um movimento dialético de afirmação das lutas de classe em direção de sua negação estrutural. Uma das tarefas filosóficas necessárias e possíveis partiria da ruptura com o economicismo (tecnocracia) e com o idealismo ético (humanismo), cuja “forma filosófica dessa visão de mundo é o neopositivismo e [sua] variante peculiar às Ciências Humanas é a ideologia chamada estruturalismo” (p. 8). Há, portanto, uma tentativa de resgate da dialética, do movimento das estruturas, para que não mais uma estrutura política se mantenha dominante – ainda que, de forma geral, essa perspectiva teórica continue abdicando da dimensão do sujeito social.

Esse seria o “efeito chinês” sobre a filosofia de Althusser que, nesse momento, comprovaria na prática sua eficácia. Conforme se processam essas alterações, não há apenas um destaque exclusivo para a estrutura social, mas, as lutas de classe passam a estar na centralidade dos processos sociais. Trata-se, portanto, de uma ruptura com o “estruturalismo”. É com vias de romper com esse primeiro estruturalismo que Althusser irá operar sua segunda consideração, negando e se afastando da “ideologia” do estruturalismo:

De fato, resulta que, salvo raras exceções [...], nossa interpretação de Marx foi julgada, quase sempre, graças à moda reinante, como “estruturalista”. Contudo, o que foi dado em chamar “estruturalismo” é, tomado em sua generalidade e nos temas que fazem dele uma “moda” filosófica, uma ideologia formalista da combinatória que explora (e, portanto, compromete) certo número de progressos técnicos reais que se dão dentro de algumas ciências. Marx empregou o conceito de “estrutura” muito antes que nossos “estruturalistas”. Mas a teoria de Marx não pode ser reduzida, de nenhuma maneira, a uma combinatória formalista. O marxismo não é um “estruturalismo” (p. 3-4).

Se o próprio Althusser, considerado como um dos principais expoentes do estruturalismo, acaba por refutá-lo enquanto “moda” teórica, a origem do confronto, que permitiu críticas contra o stalinismo, é proveniente de um duplo combate: teórico e político. A influência nos meios estudantis, seja no debate universitário, como nos próprios movimentos estudantis, é algo bastante significativo. Parte da academia francesa de filosofia debatia

constantemente as teses de Althusser e era inevitável que os estudantes maoístas da UEC continuassem a ganhar território contra os trotskistas e anarquistas. Agora mais próximo de Mao e de Lênin, Althusser dedicou uma obra a esse último, debatendo contra a separação entre a filosofia e a prática – revisitando os estudos de Lênin que denunciavam os empirio-criticistas e a origem epistemológica dessa separação –, e a favor da prática da filosofia de Marx (materialismo dialético) em sua via leninista (Althusser, 1971). A refundação ocorre em termos de procurar uma “revolução marxista-leninista na filosofia”, rejeitando a concepção idealista da filosofia como interpretação do mundo desvinculada de sua posição de classe e oferecendo elementos teóricos para a adesão de uma posição de classe proletária na filosofia (materialismo), o que permitiria inaugurar um novo materialismo e uma nova prática revolucionária da filosofia, assentada na divisão de classes (Althusser & Balibar, 1974: 109). É, portanto, entre 1968 e 1969 que a teoria althusseriana começa a ganhar maior importância, através de um novo desafio, a releitura de Lênin e de sua crítica antipositivismo, o que poderia também ser compreendido como um alerta, à luz dos fatos, da imensa crise que os partidos comunistas estariam por fomentar. A intenção dessa leitura da totalidade dos trabalhos filosóficos de Marx e Lênin se daria no sentido de dar maior embasamento teórico para os partidos políticos em ruptura com o dogmatismo stalinista.

Por isso, a importância de Althusser, pelo menos nesse momento, parece ser inegável para a compreensão da participação dos estudantes comunistas em meio ao *Maião de 1968* na França, bem como para a análise do desalinhamento dos estudantes face às posições soviéticas e às rupturas contrárias ao modelo do humanismo soviético que estavam ocorrendo nos Partidos Comunistas, como em Portugal e no Brasil. A mesma contestação aos PCs e seu stalinismo, feita com base na leitura althusseriana, também iria se dar na Argentina, por exemplo, o que demonstra a força adquirida por essa leitura, que ganhou ainda maior vigor no embate entre o marxismo stalinista e o marxismo acadêmico (Dosse, 2007). Entretanto, mesmo com interesses semelhantes entre os estudantes e a teoria althusseriana, isso não livrou a teoria de uma profunda crise nos anos seguintes – assunto que já foge das perspectivas aqui trabalhadas.

O essencial é reforçar que tanto Althusser como outros teóricos (ver em § 4.1 e 4.2 o caso de Herbert Marcuse) foram significativos para impor uma perspectiva crítica à hegemonia stalinista. Não obstante, a identificação de Althusser enquanto um dos precursores do chamado “marxismo ocidental” também é patente, já que suas prerrogativas

vêm a impor uma nova ciência e filosofia. Em suma, é a partir da releitura de Marx que se possibilitou um debate teórico acirrado e uma prática diferenciada. Isso suscita algumas questões a serem colocadas, tanto sobre o pensamento de Althusser como em relação ao pensamento de Marx, ou seja, trata-se de colocar a seguinte questão: haveria alguma alternativa ao humanismo ou o anti-humanismo seria uma negação ao pensamento de Marx e de suas concepções acerca da emancipação humana? Se, em seu sentido mais político, as considerações de Althusser parecem ser coerentes ao rejeitarem o conjuntural “humanismo soviético”, essas mesmas ponderações parecem desconsiderar que as possibilidades de emancipação foram analisadas por Marx, não de uma forma epistemológica, mas, sim, com base na essência humana, ou seja, retomando as palavras de Lukács, pela “ontologia do ser social”. Esse é um problema que a atualidade da teoria marxista está tentando resolver, sobretudo propondo sucessivas reconsiderações sobre Marx e a questão da “ruptura epistemológica” – que se seguiu de Althusser até as teorias mais recentes da Pós-Modernidade (ver § 1.2).

O importante é que esses vários debates não podem ser recusados através de um viés ideológico antimarxista. Sua atualidade reside na capacidade de tecer uma análise sobre a realidade social que vá para além da mera constatação dos fatos empíricos e que se coadune com a perspectiva emancipatória. E, nesse sentido, ainda que a teoria althusseriana comprove seu fracasso epistemológico, foi vigorosa sua capacidade de crítica ao comunismo soviético, ainda que, por vezes, mostrou-se insuficiente. O marxismo-leninismo sino-soviético foi um dos principais ganhadores da batalha ideológica da esquerda contra as forças comunistas tradicionais, impulsionando influências mais gerais sobre a esquerda mundial. O meio estudantil francês se rende em peso ao proclamar um 68 antissoviético. Na medida em que há uma abertura para a aproximação entre o marxismo ocidental e o marxismo dos Partidos Comunistas – fato que até então era praticamente impensável, já que os PCs mantinham rígidos desde o cotidiano de seus militantes até suas estruturas amplamente burocratizadas –, a revigoração do marxismo pareceria estar em vias de se concretizar: pelo menos na França, e por um pequeno período de tempo, essa foi uma impressão válida.

No entanto, as renovações partidárias irão acontecer muito mais na prática conflitual através da emergência do movimento de 68, quando se torna necessária uma aproximação política entre um “velho” movimento operário stalinizado pelas estruturas buro-



cratizadas partidárias e um “novo” movimento social, encabeçado pelos estudantes universitários: o conflito entre o marxismo stalinista e o marxismo ocidental estaria instalado. Mas o local desse conflito não poderia ser outro senão o das universidades, criando uma ligeira vantagem para o marxismo ocidental. E essa é apenas uma faceta das várias que compõem esse prisma. Observe-se, então, ainda no campo teórico, as composições elaboradas acerca do estruturalismo para a fuga do marxismo althusseriano e a criação do “movimento sem sujeito”.

### **3.3 O “pensamento 68” e o anti-humanismo**

A partir dos problemas gerados, parece ser inegável, no contexto do pensamento político e filosófico francês, que as filosofias de Nietzsche e Heidegger desempenharam um papel imprescindível para a construção das teorias “pós” 68, bem como seguem no cerne das perspectivas subjetivas e antimarxistas que darão origem à Pós-Modernidade. A ruptura dos dois filósofos se dá, em especial, com relação à noção de desenvolvimento dialético da história, principalmente o do sistema hegeliano, inegável ápice da Modernidade, demarcando uma época na qual “o Absoluto alcança a consciência de si mesmo através da ação dos sujeitos finitos” (Callinicos, 2011: 147), ou seja, efetivando uma ampla crítica à modernidade. No campo filosófico, Hegel operou certas distinções da modernidade – a vida religiosa, o Estado e a sociedade civil, além da ciência, a moralidade e a arte – delineando o princípio de subjetividade, ou seja, uma “estrutura de auto-relação”, identificada com o absoluto e o desenvolvimento histórico da humanidade (o desenvolvimento dialético do espírito), permitindo que a ação dos sujeitos finitos encontrasse a consciência no absoluto (consciência filosófica). Isso implicaria em considerar que a Razão iria para além da consciência dos indivíduos particulares, apresentando um movimento inacabado (Habermas, 1998). No entanto, é em Nietzsche (e posteriormente em Heidegger) que a modernidade e a filosofia hegeliana encontram suas principais antinomias e, por consequência, a influência sobre a Pós-Modernidade é manifesta.

Seguindo essa argumentação, é imprescindível considerar pelo menos quatro argumentos recorrentes no debate entre a Modernidade e a Pós-Modernidade, provenientes da filosofia nietzschiana (Callinicos, 2011: 149-150). O primeiro trata da desconstrução histórica do sujeito individual, entendida como uma ficção que não prescinde de uma uni-

dade, mas sim de impulsos inconscientes e conflitivos. O segundo se inscreve através do conceito nietzschiano de vontade de poder, enfatizando uma natureza plural do “eu” como uma instância de caráter múltiplo e heterogêneo da realidade, descentralizando o poder e entendendo que haveria uma luta perpétua contra a dominação, modificando, através dos resultados dessa luta, as relações constitutivas fundamentais da realidade e a identidade das partes dessas relações. O terceiro argumento se baseia em delinear como a concepção de vontade de poder opera na história humana, ou seja, perceber, através de um contexto específico, os conflitos (políticos, militares, as transformações sociais e econômicas, as revoluções morais e estéticas) e como esses conflitos podem gerar formas de dominação. Por fim, o quarto e último argumento recorrente se refere ao pensamento: identificado como a racionalidade científica moderna, ele é uma “variável” da vontade de poder, implicando em um perspectivismo que considera todo pensamento como um ponto de vista, uma interpretação. Através desses quatro argumentos é possível considerar uma capacidade de ruptura com a racionalidade científica moderna e desviar o olhar para o poder, assim como tão bem o fez Foucault. No entanto, e de maneira nietzschiana, a filosofia deveria ser substituída pela arte, pois seria nela que a vontade de poder mais emana. É, portanto, perceptível que, novamente, haveria uma centralidade do esteticismo, o mundo considerado como “obra de arte”, onde o homem cria a si mesmo (como em Nietzsche faz em *Ecce Homo* e como Marcuse faz ao entender a emancipação estética – ver § 4.3). Faz-se necessário, portanto, perceber como o poder ganha destaque – antes ocupada, na ciência positivista, pela racionalidade científica moderna (e que, como se viu, em Althusser estava relacionada com as lutas de classe):

Nietzsche deve o seu conceito de modernidade, desenvolvido numa perspectiva de teoria do poder, a uma crítica desmascaradora da razão que se coloca a si própria fora do horizonte da razão. Esta crítica dispõe de uma certa sugestividade, pois apela, pelo menos implicitamente, a padrões bebidos nas experiências fundamentais da modernidade estética. [...] Daí que as desocultações da teoria do poder se enredem no dilema de uma crítica autorreferencial, tornada total, da razão. [...] Por um lado, Nietzsche sugere a possibilidade de uma contemplação artística do mundo realizada com meios científicos, mas numa atitude antimetafísica, antirromântica, pessimista e céptica. [...] Por outro lado, [afirma] a possibilidade de uma crítica da metafísica que desenterre as raízes do pensamento metafísico, sem contudo renunciar a si própria enquanto filosofia (Habermas, 1998: 101).

Através dessa perspectiva crítica, pode-se compreender – para além das minúcias e dos impasses do pensamento filosófico – como essas questões (a centralidade da vontade

de poder, o perspectivismo, a crítica à metafísica e o abandono da filosofia), de significativa influência nietzschiana, operam rupturas com a Modernidade e com a sua centralidade do sujeito, apanágio do pensamento moderno. Esse sujeito, portanto, deveria ser constantemente recriado, a partir do que seriam as semelhanças entre o homem e a obra de arte. Através disso, o anti-humanismo encontra um amplo caminho em aberto, não mais necessitando de grilhões filosóficos e metafísicos. É, por isso, que no pós-estruturalismo essa perspectiva anti-humanista ganhará mais destaque (ver § 3.4).

O anti-humanismo se caracterizaria principalmente pela composição de três abordagens, a princípio, bastante distintas, mas presentes na generalidade dos filósofos pós-estruturalistas. Os enfoques sobre a morte do homem, de Michel Foucault, a ilusão da autonomia do sujeito, em Lacan, e a reconstrução do humanismo e pela eliminação da Metafísica, por Derrida, afirmariam, de forma geral, que o humanismo defendido pela filosofia moderna, “embora aparentemente emancipador e defensor da dignidade humana, não teria feito mais do que se transformar em seu contrário para tornar-se o cúmplice, ou mesmo, a causa da opressão” (Ferry & Renaut, 1985: xxv)<sup>25</sup>. Isso significaria dizer que a filosofia moderna – e em especial a filosofia hegeliana – não seria mais examinada em seu aspecto dialético, mas, ao contrário de seu princípio metodológico, seria apenas considerada como negatividade: a negatividade que constata a impossibilidade de retrocesso, de tempo e espaço, após as experiências dos regimes totalitários – e isso, em Heidegger, parece ser evidente. Em suma, o chamado “pensamento 68” continha uma repetição “hiperbólica” dos mesmos problemas antimetafísicos e anti-humanistas já desenvolvidos por Nietzsche. Seriam, assim, quatro os temas<sup>26</sup> que repetem as considerações nietzschianas anti-humanistas.

O *tema do fim da filosofia* é fundamentado através da constatação de que a tradição filosófica, de Platão a Hegel, se esgotava. Seria possível constatar que o marxismo althusseriano tem uma importância singular para essa noção, já que separaria a filosofia de seu discurso científico sobre a filosofia, dando maior ênfase à linguagem e à desconstrução. Por outro lado, a genealogia de Nietzsche e de Heidegger, que influencia Der-

---

<sup>25</sup> Essa temática foi trabalhada exaustivamente nos escritos da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1995). Numa perspectiva mais contemporânea, Mayos (2006) enfatiza a razão de ferro weberiana como componente constitutivo da modernidade e encapsulador do homem.

<sup>26</sup> Esses temas são apresentados por Ferry & Renaut (1985) através da metodologia weberiana dos tipos ideais. Sobre os problemas já referidos por essas formas metodológicas, ver § 1.1.

rida, declararia o fim da metafísica através de uma desconstrução da história da filosofia, entendendo-a mais como um problema do que como uma possível solução.

O *paradigma da genealogia*, segunda temática apresentada, deveria então definir a atividade filosófica com base na genealogia nietzschiana. Para Foucault (2003: 17), a genealogia nietzschiana teria como fundamento romper a pesquisa da origem (*Ursprung*), porque “procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si”, e completa afirmando que empreender esse tipo de pesquisa “é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”. Já em outro momento, a noção de genealogia referida pode ser ampliada de forma prática, proporcionando novos desafios para as ciências:

Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. Nesta atividade, que se pode chamar genealógica, não se trata de modo algum, de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e de desclassificar o especulativismo para lhe opor, em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático. Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo, que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns [...] (p. 171).

Complementando essa questão, é observado que a ciência deveria se centralizar não mais no “o que”, mas no “quem”<sup>27</sup> e, ao questionar a possibilidade do saber absoluto hegeliano, permitiria que a interpretação assumisse um lugar privilegiado na filosofia. Essa segunda temática é, por consequência, a ressonância metodológica de como opera a vontade de poder; e os trabalhos metodológicos de Foucault são sua evidência mais conhecida.

A *dissolução da ideia da verdade*, terceira temática, seria uma consequência da lógica da genealogia de Nietzsche, colocando em causa a ideia de verdade como referente e assumindo o posicionamento de aletheia ou de desvelamento, que é inseparável do ato de velar. Nesse caso, as correntes marxistas estruturalistas hesitaram em aceitar essa ruptura por completo, oscilando entre as duas formas de verdade. Por consequência, é essa também uma ressonância da ruptura com a racionalidade científica moderna em Nietzsche, sendo

---

<sup>27</sup> Esse deslocamento pode ser entendido como o deslocamento do objeto para o sujeito. Žižek (2009: 243) observa que, na obra *Adieu a Emmanuel Lévinas*, Derrida “tenta dissociar a decisão dos usuais predicados metafísicos (autonomia, consciência, atividade, soberania) e pensar isso como “a decisão do outro em mim”.

para isso necessário considerar o perspectivismo e a descentralização da noção de verdade, já também trabalhada em Foucault, sobretudo em sua concepção de saber-poder.

A *historicização das categorias e fim de toda referência ao universal*, último tipo ideal apresentado, teria como finalidade um retorno do discurso à concretude histórica de suas condições de produção. Em outras palavras, procurar-se-ia romper com as universalidades representadas pelo pensamento racionalista e historicista de Hegel e afirmando um historicismo intrinsecamente ligado ao tempo, mas sem que houvesse uma relação de causalidade. Trata-se, aqui, da desconstrução histórica do sujeito individual, tão presente em Deleuze, Lacan e Derrida ou, ainda, no “último” Althusser<sup>28</sup>.

Apresentados os quatro tipos ideais, é notável a heterogeneidade e o hibridismo teórico nessas construções. No entanto, e através das considerações tecidas anteriormente (Ferry & Renaut, 1990; Habermas, 1998; Callinicos, 2011), pode-se entender que o tema do fim da filosofia não é apenas um tipo ideal que se encarna no pensamento 68, mas, pelo contrário, ele é a meta-temática nietzschiana que encadeia todas as outras perspectivas pós-estruturalistas. Isso é observável porque nenhum outro tipo ideal acima apresentado se sustentaria independentemente, caso esse fim fosse apenas um aspecto isolado. Mas as consequências parecem ser claras: a radical ruptura com a filosofia do absoluto hegeliano levaria, por consequência, ao estabelecimento de uma “crítica radical à subjetividade”, exposta na noção da “morte do homem”. As considerações tecidas através dos tipos ideais apontam uma generalidade de anti-humanismo, desconsiderando que o principal ataque feito não é apenas a Hegel, mas a Marx – algo que fora iniciado no primeiro Althusser, como apresentado no capítulo anterior, e que terminaria por sua aproximação de Marx a Spinoza. Por outro lado, trazem à luz a consideração de que esse modelo de filosofia pós-68, ou pós-moderna, rompe com as tradições da filosofia cartesiana e com o idealismo alemão. Como consequência, e concordando parcialmente com os autores, tratou-se de uma hiper-

---

<sup>28</sup> Em especial, sobre esse último ponto, as teses *ante mortem* de Althusser sobre o Materialismo de Encontro ou materialismo aleatório são bastante apoiadas nesse princípio heideggeriano, sobretudo ao negar a causalidade em nome da contingência, ou seja, do *clinamen*: “Mas *esta consumação do fato* é somente um puro efeito da contingência, dado que depende do encontro aleatório dos átomos como consequência do desvio, do *clinamen*. Antes da consumação do fato, antes do mundo, há somente não-consumação do fato, o não-mundo, que é somente existência irreal dos átomos. O que se torna a filosofia nestas circunstâncias? Ela não é mais o enunciado da Razão e da origem das coisas, mas a teoria de sua contingência e o reconhecimento do fato, do *fato* da contingência, do fato da submissão da necessidade à contingência e do fato das formas que “dão forma” aos efeitos do encontro” (Althusser, 2005: 9).

bolização dos temas da filosofia alemã, promovendo uma radicalização da volatilidade do sujeito, com o objetivo de trazer novos contornos ao pensamento filosófico alemão.

Por hora, procurar-se-á avaliar os aspectos acerca das interpretações correntes de *Maio* – já que o movimento político de 68 apresentou diversas formas de interpretação posteriores – e isso resultou num imenso desafio para a pesquisa historiográfica, sociológica e filosófica. Uma análise da imensa quantidade de escritos sobre o tema é um árduo desafio, com relação ao qual a pesquisa aqui proposta não objetiva alcançar uma totalidade da tarefa. No tocante às interpretações de 68, há pelo menos oito modelos de interpretação, a saber: (i) *Maio de 68* como uma “conspiração”; (ii) como uma “crise das universidades”; (iii) como um “surto de rebeldia adolescente”; (iv) como “crise de civilização”; (v) como um “novo tipo de conflito de classe”; (vi) como um “conflito social de tipo tradicional”; (vii) como “crise política”; e (viii) como uma “cadeia de efeitos circunstanciais”. No que se refere ao posicionamento dos autores, os pontos de vista mencionados acima apresentam alguns problemas no que diz respeito a serem ao seu cunho estritamente empírico, possibilitando apenas deslocar o olhar para as condições, para, então, tecer as considerações. Nesse sentido, é proposta uma forma de avaliação acerca da interpretação desse movimento:

A orientação que propomos aqui [...] [é que] no processo de análise de um movimento histórico, o que é considerado como uma derrubada ou mesmo uma revolução, o principal problema para o intérprete é determinar o quanto de importância e qual o estatuto dado ao ponto de vista dos participantes no evento. Eles sempre se definem mais ou menos pela convicção de que eles estão “fazendo história”, que eles estão abrindo um futuro radicalmente novo através de suas ações. A dificuldade é determinar, retrospectivamente, até que ponto essa convicção continuou a se corresponder com a realidade factual. Diferentes tipos de interpretações inevitavelmente irão aparecer, dependendo se (1) o intérprete defende o ponto de vista dos participantes, portanto, encontrando o significado que o episódio reside no que eles mesmos pretendem, ou (2) o intérprete considera o ponto de vista dos participantes ilusório ou equivocado, caso em que ele irá considerar que eles estavam fazendo história sem conhecer a história que eles estavam fazendo, enganados de muitas formas pela racionalidade do trabalho da história, o que não é fundamentado no projeto consciente de análise de qualquer sujeito particular (Ferry & Renaut, 1990: 38).

As duas perspectivas interpretativas descritas acima se relacionam com uma definição do sujeito histórico, valorizando o ponto de vista dos participantes e, por consequência, definindo-os como sujeitos ou negando-os de forma a atribuir um sentido lógico da história, independentemente de seus participantes. Nesse sentido, o “pensamento 68”, como descrito, parece atribuir muito mais importância à primeira característica do que à

segunda, mas, no entanto, é de se questionar se esse objetivo de fato foi alcançado. Para isso, é importante levar em consideração algumas das análises pós-estruturalistas sobre o 68 francês.

### 3.4 Antimarxismo e Nova Subjetividade

O pós-estruturalismo, enquanto vertente teórica surgida no prosseguimento de 1968, foi uma das alternativas ao declínio do pensamento estruturalista que teve uma ressonância direta nos ocorridos políticos de 1968. Callinicos (2011) observa que haveria duas correntes que demarcam o pós-estruturalismo: a primeira seria uma corrente textualista proveniente dos escritos de Jacques Derrida e a segunda teria como categoria-chave a relação entre “saber-poder” de Foucault, também seguida por Gilles Deleuze.

No caso de Jacques Derrida, sua perspectiva textualista parte de um “logocentrismo” que tomaria a palavra sonora como primária e desvalorizaria a escrita em relação ao discurso oral, atribuindo a similitude entre linguagem e uma estrutura diferenciada do mundo exterior e, por assim dizer, o complemento da expressão escrita depende de uma interpretação da palavra dita, ou seja, a língua se torna uma espécie de “operação” linguística que apenas depende da relação de equivalência entre sujeito e objeto, entre significante e significado, entre texto e interpretação (Ong, 1982). Nesse sentido, é característica dos textualistas a pouca preocupação com as continuidades históricas, bem como a desconstrução do sentido textual. Uma crítica que pode ser levantada ao textualismo é a sua primazia do estético em detrimento do conteúdo, o que conduziria o trato da filosofia e da ciência simplesmente como gêneros literários, consolidando uma estetização da linguagem. Isso significa dizer que “a prática da desconstrução nega aos textos teóricos seu aparente conteúdo cognoscitivo, reduzindo-os a um conjunto de recursos teóricos, e fazendo desaparecer toda diferença entre eles e os textos explicitamente literários” (Callinicos, 2011: 158).

Como se faz visível, o *Mao* Francês teve sua dimensão textual expressa através dos grafites dos muros, desde palavras de ordem até as mais refinadas ironias, proclamando: *À bas la charogne stalinienne, À bas la société de consummation, L'alcool tue. Prenez du L.S.D., Camarades, lynchons Séguyl, Je participe. Tu participes. Il participe. Nous participons. Vous participez. Ils profitent, Je suis marxiste, tendance Groucho, Écrivez partout!* Mas seria essa a perspectiva que explicaria esse momento apenas como uma

liberdade de expressão textual? Ainda que os escritos fossem uma das características marcantes de 68, como pensar aquele movimento para além de suas palavras? É justamente procurando defender essa perspectiva que Derrida (2003: 49), anos mais tarde, observa que o papel crítico da universidade seria um papel de desconstrução e a garantia de uma autonomia da liberdade de expressão, devendo ser “simbolicamente protegida por uma espécie de imunidade absoluta, como se seu centro fosse inviolável”. De forma geral, a esteticização da linguagem no *Maio* Francês parece ser evidente e, portanto, à medida que essa estética se realiza, a universidade também ganharia um “papel” de incondicionalidade, se colocando acima de suas possibilidades objetivas.

Por outro lado, identificando a vertente pós-estruturalista ancorada na relação “saber-poder”, Foucault se destaca por descentralizar o poder do Estado e percebê-lo de uma forma fragmentada na sociedade: ou seja, os micropoderes. A ruptura de Foucault se dá justamente com Althusser e sua teoria estruturalista dos aparelhos ideológicos do Estado, em que o Estado centralizaria o poder sobre “instituições distintas e especializadas” para, com isso, estabelecer o controle sobre a reprodução social, o que se daria através de uma relação com o imaginário dos homens, prescrevendo práticas materiais por rituais presentes nos atos materiais dos sujeitos (Althusser & Balibar, 1974). Para Foucault, as instituições operariam transformações significativas no âmbito individual, centralizando-se em *processos de subjetivação*, no súbito exercício de poder sobre os indivíduos e na criação de “corpos dóceis” através de um poder disciplinar, redimensionando o controle institucional para a vida dos indivíduos (Foucault, 1999: 2003). Ao aprofundar essa visão, através das dicotomias de “saber-poder” e do foco no exercício de poder, Foucault atribui uma centralidade ao poder, tomando para sua filosofia a concepção de “vontade de poder”, empreendida por Nietzsche. Não parece exagerado lembrar que, nas escadas da Universidade de Nanterre, onde Foucault ministrava suas aulas, havia alguns escritos sobre o poder e seu “exercício”, os quais se remetiam diretamente à descentralização/centralização do poder no Estado: *Tout pouvoir abuse. Le pouvoir absolu abuse absolument*. Ao que tudo indica, a perspectiva de Foucault teria como objetivo preencher uma possível lacuna no pensamento estruturalista marxista, ou seja, observar as relações de poder para além de sua centralização, o traspasso sobre o corpo do indivíduo. No entanto, essa perspectiva atinge justamente a ideia de totalidade das relações sociais, pois, segundo Deleuze, “é o poder que opera totalizações” (Foucault, 2003: 71).



Em 1975, quando Michel Foucault foi questionado acerca das implicações de uma “política do corpo”, sua resposta clarifica a sua perspectiva teórica, e desloca a problemática da ação revolucionária para o problema do corpo, no sentido de perceber como, nas sociedades capitalistas, o poder exercido sobre o corpo foi subjugado em proveito da consciência e dos ideais. Segundo o filósofo:

Pode-se dizer que o que aconteceu a partir de 68 – e provavelmente, aquilo que o preparou – era profundamente antimarxista. Como é que os movimentos revolucionários europeus vão poder se libertar do “efeito-Marx”, das instituições próprias ao Marxismo dos séculos XIX e XX? Era esta a orientação desse movimento. Neste questionamento da identidade marxismo = processo revolucionário, identidade que constituía uma espécie de dogma, o corpo é uma das peças importantes, senão essenciais (Foucault, 2003: 147).

É de se questionar o que seria esse “antimarxismo” apresentado por Foucault senão um argumento retórico e ideológico que se nutre por aquilo mesmo que apresentou o autor enquanto crítica: a identidade entre marxismo (proximamente ao soviético) e processo revolucionário. Essa associação criaria a perspectiva generalizante de que todo processo revolucionário é ideologicamente marxista, englobando todos os aspectos do marxismo. Em outras palavras, e ainda segundo Foucault, a negação teria seu viés teórico e prático cindido e, ao se estabelecer, 68 estaria rompendo com o marxismo, sua ênfase seria ideológica e não filosófica, ou seja, tomaria a parte pelo todo, o que não seria suficiente para a elucubração da negação de Marx. A tradução desse aspecto ideológico é justamente o antimarxismo, na medida em que o pós-estruturalismo não poderia se afirmar como teoria se não rompesse com a articulação orgânica – entre sujeito e objeto – característica da filosofia marxiana. Nesse sentido, o deslocamento da problemática e dos conflitos sociais – baseados em questões de classes sociais – para o poder gera um abismo entre a teoria e a prática, além de uma confusão entre as possibilidades de negação do estruturalismo com o marxismo. Essa perspectiva aparenta ser muito mais ideológica do que real e, por consequência, observa o *Maio de 1968* como uma síntese de acontecimentos globais, desconsiderando as especificidades do caso francês.

Em síntese, para Foucault, os acontecimentos de 68 seriam antimarxistas, sobretudo por dois aspectos: (i) o movimento procurou se libertar da vinculação teórica entre processo revolucionário e marxismo, característico de um período onde os processos revolucionários do século XX se remetiam diretamente a uma aplicação direta do marxi-

smo como forma para alcançar o socialismo e o comunismo; e, (ii) ao se criticar as experiências socialistas e comunistas, apontaria-se para um desalinhamento com a URSS. No entanto, Foucault não percebe algo mais sutil, ou seja, não nota que o movimento 68 como um todo (ou seja, sob a perspectiva de que os ocorridos na França são apenas uma parte e não uma síntese) compôs uma crítica ao capitalismo – proveniente, por sinal, pelo fato de que Marx extensamente denunciou a exploração capitalista em sua obra – e somente poderia ser composto ao se perceber que o *Maió* Francês foi muito menos uma síntese dos acontecimentos do que parte deles. Essa restrição acaba tendo uma consequência bastante importante, seja para o marxismo científico, seja para o marxismo político (no caso, essa divisão faz sentido aos estruturalistas): isto é, a constatação de que 68 foi contra o marxismo e não contra o capitalismo, bem como crítico ao modelo político e econômico da URSS. Essa polêmica acaba por subalternizar a teoria marxista, promovendo uma dissociação entre processo revolucionário e marxismo, ao mesmo tempo em que negaria a capacidade explicativa do segundo, fato que é aprofundado seja pela crise do althusserianismo, seja pela incapacidade de partidos políticos e sindicatos se rearranjarem para maior efetividade nas lutas sociais. Foucault toma a parte pelo todo e nela fundamenta sua teoria de ruptura que, ao passar despercebida pela teoria social, acaba por abrir um fosso entre teoria e prática, desconsiderando por completo a filosofia da práxis.

Sobre essa questão, inicia-se a ruptura com a totalidade unívoca e a dialética da histórica. Deleuze & Guattari (1996) aprofundam essa visão ao afirmarem que o mundo torna-se esquizofrênico, assumindo uma posição de diluição quase por completa da relação entre significante e significado, do espaço e do tempo, numa sociedade cada vez menos dotada de causalidade e sim, rizomática, desterritorializada, deslocada, ou seja, como um corpo-sem-órgãos. Aqui reside a impossibilidade de se apreender por completo o capitalismo global e a cultura, reduzindo todas as relações sociais existentes à máxima do poder e do desejo de seus corpos, como marca das concepções pós-estruturalistas. Seguindo a mesma linha de Foucault, de negação das perspectivas revolucionárias de *Maió de 68*, Deleuze & Guattari (1984) reavaliaram o evento, apresentando a perspectiva da inauguração de uma *nouvelle subjectivité*, nesse caso, não pautada intensamente pelo poder, mas sim pelo devir:

E mesmo os fenômenos históricos que nós evocávamos acompanharam-se de determinismo ou de causalidades, mesmo sendo de uma outra natureza. Maio de

68 é mais a ordem de um evento puro, livre de toda causalidade normal ou normativa. São histórias de uma “sucessão de instabilidades de flutuações amplificadas”. Havia muitas agitações, de gesticulações, de palavras, de besteiras, de ilusões em 68, mas isto não é o que conta. O que importa, é que foi um fenômeno de clarividência, como se uma sociedade visse tudo de repente aquilo que continha de intolerável e visse também a possibilidade de outra coisa. É um fenômeno coletivo sobre a forma: “O possível, senão eu sufoco”. A possibilidade não preexistia, ela é criada pelo evento. É uma questão de vida. O evento cria uma nova existência, ele produz uma nova subjetividade (novas relações com os corpos, tempo da sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho).

Mas, assim como colocam os autores, poderia ser o *Maio de 1968* um fenômeno irreduzível, puro e livre de causalidades? Ou, por outro lado, essa perspectiva atribui uma hipervalorização do momento em detrimento do seu contexto? Seria então o caso de se afastar radicalmente desse período ou de entendê-lo enquanto uma abertura para um novo plano, seja teórico ou político ou social? Parece ser evidente que as considerações de Deleuze e Guattari se fazem importantes no sentido de garantir uma especificidade – que não pode ser negada – desse período. Mas, suas implicações teóricas, acerca de uma Nova Subjetividade, parecem conter dois aspectos essenciais, que podem ser ampliados ao Pós-Estruturalismo: (i) o **antimarxismo**, proveniente de uma leitura Nietzscheana da história, rompendo por completo com as causalidades históricas (à medida que procura romper com o determinismo); o que resultaria em (ii), o estabelecimento de uma **nova subjetividade** como aspecto que deveria se realizar no futuro, enquanto devir. A mesma ideia está presente em *L'Abécédaire de Gilles Deleuze* em suas análises sobre a esquerda francesa – no verbete G, de *Gauche* – observando como 1968 foi fundamental para o desenvolvimento posterior do conceito de “devir” em sua filosofia:

Maio de 68 é a intrusão do devir. Quiseram atribuir este fato ao reino do imaginário. Não é nada imaginário, é uma baforada de realidade em seu estado mais puro. De repente, chega a realidade. E as pessoas não entenderam e perguntavam: “O que é isso?” Finalmente, gente real. As pessoas em sua realidade. Foi prodigioso! O que eram as pessoas em sua realidade? Era o devir. Podia haver alguns devires ruins. É claro que alguns historiadores não entenderam bem, pois acredito tanto na diferença entre História e devir. Foi um devir revolucionário, sem futuro de revolução. Alguns podem zombar disso. Ou zombam depois que passou. O que tomou as pessoas foram fenômenos de puro devir. Mesmo os devires-animal, mesmo os devires-criança, mesmo os devires-mulher dos homens, mesmo os devires-homem das mulheres... Tudo isso faz parte de uma área tão particular na qual estamos desde o início de nossas questões. O que é exatamente um devir? É a intrusão do devir em Maio de 1968.

Para Deleuze o *Maio de 68* foi responsável pela “intrusão do devir”, ou seja, pela constatação de que aquelas manifestações eram fruto do real e não do imaginado, referindo-se à perspectiva do “devir revolucionário” sem a perspectiva futura de revolução. Se isso parece inegável, por se colocar na oposição radical ao estruturalismo althusseriano, os problemas criados por essa concepção historiográfica parecem apostar na ruptura por completo das causalidades históricas e argumentar que o *Maio* criou um aspecto de um devir para além de suas reais possibilidades. O afastamento das prerrogativas revolucionárias tem seu fundamento apenas epistemológico, fraturando a realidade dos acontecimentos, e, por isso, o *Maio de 68* somente poderia ser visto pela ótica da novidade. No entanto, essa mesma realidade apresentada parece se reificar por não ter na origem uma causalidade que pudesse ser explicada pelas dinâmicas de conflito e de desigualdades. Logo, o *Maio de 1968* passa a ser mitificado pela própria teoria que o criou: se não há causalidades e a História se realiza em seu devir, as próprias irredutibilidades de 1968 o reduzem a uma singularidade complexa, que muito mais o mitificam do que o explicam. Com o aspecto de *mito*, 1968 passa a ser um ideal de um passado irrevisitável, irrealizado (já que ele seria “sem futuro de revolução”) e que, dificilmente poderia conter elementos que afigurassem uma continuidade histórica, seja dos manifestos ou dos interesses políticos que impulsionaram aqueles manifestos.

Naturalmente, esse mito não se configura apenas com aspectos teóricos ideológicos. Com base na problemática teórica apontada acima, faz-se necessário uma abordagem mais direta da questão da subjetividade desdobrada nos anos 1960 e suas representações que reduzem perigosamente os desenvolvimentos sociais e seus conflitos a uma *retórica puramente subjetiva*, ou seja, uma apreciação possivelmente proveniente de uma dissociação entre o objetivo e o subjetivo, causando uma relativização pautada na perspectiva de fim da história, ou mais precisamente, no fim das ideologias.

Como visto, o estruturalismo e o pós-estruturalismo tiveram uma influência significativa nos ocorridos do *Maio* francês e em sua análise posterior. As temáticas de desalinamento dos grupos de estudantes comunistas com o PCF e com o Comitê Central soviético, a formação da UJCML e a proposição de um marxismo não-humanista – primeiramente alinhado ao estruturalismo, depois rompendo com seu prognóstico e a formulação de um programa pós-estruturalista assentado no devir e na (nova) subjetividade – são marcos inegáveis para a compreensão da relação entre a prática do movimento e as suas influ-

ências na teoria social e na filosofia. Ao apresentar-se algumas das análises acerca do pós-estruturalismo de Derrida, Foucault e Deleuze sobre 68, a evidência do sujeito se opõe ao próprio movimento: como dizer que 68 não teve uma referência mesmo que abstrata acerca dos acontecimentos que povoaram o mundo naquele momento (guerras imperiais, movimentos de libertação nacionais pós-coloniais, crítica ao comunismo soviético, conquista de direitos de raça e gênero, declínio e revitalização de regimes políticos ditatoriais)? Como negar que as ações políticas de 68 não colocariam em disputa os significados e as práticas de uma sociedade caracteristicamente marcada pela opressão capitalista? E, portanto, ao se estabelecer como uma “crítica radical à subjetividade” moderna, 68 estaria necessariamente criando uma nova subjetividade? Ou isso estaria restrito a uma imaginação estritamente teórica, não condizente com as realidades do movimento? Em que medida as análises sobre 68 conduziram, não a uma reviravolta na filosofia, mas a uma mistificação dos aspectos humanísticos – e portanto, um retrocesso do ponto de vista da emancipação social – revitalizada nas perspectivas pós-estruturais (e pós-industriais), formando assim o núcleo comum da pós-modernidade?

Entre continuidades e rupturas é que se pode colocar a questão da importância histórica de 1968 e seu momento posterior, o “pós-68”, ou seja, um momento marcado pela crise do pensamento crítico; pela reorganização de classes sociais (emergência das classes médias) nos países centrais e periféricos; pela consolidação da atual geopolítica, fim do colonialismo e da libertação nacional de vários países (em especial em África e Ásia); pela emergência e monopólio dos setores financeiros da economia mundial; e pela crise do Estado de Bem Estar Social e sua forma de governo, a democracia liberal. Outras questões, nesse mesmo âmbito, permanecem e podem ser levantadas. Tratar-se-ia da ruptura com um lugar comum, revolucionário por excelência (França)? Seria possível, através da descentralização desse movimento, conduzir uma análise que compreendesse as diversas formas em que o movimento revolucionário se desdobrou para além das fronteiras europeias e dos países centrais do sistema capitalista? Quais seriam as “inaugurações” que esse movimento apresentou? A pós-modernidade, enquanto pensamento vigente e dominante – tanto cientificamente, como legitimador de uma crise do pensamento crítico – representa a estagnação das lutas sociais, a aceitação de “consensos” econômicos unilaterais, ou mesmo, uma nova forma ideológica de controle? Seria ela, por outro lado, um momento do pensamento que

abre novos caminhos para as transformações sociais e para a retomada da emancipação social?

## CAPÍTULO 4

### OS NOVOS SUJEITOS E O FIM DAS UTOPIAS

Nos debates anteriormente apresentados, a crise das ideologias conduzidas pelo estruturalismo e pelo pós-estruturalismo se coaduna com outra face tanto quanto negativa: o fim das utopias. A negação dos Partidos Comunistas oficiais foi, em larga escala, um ponto de combinação entre grande parte dos manifestos de 1968 (pelo menos nos países ocidentais centrais), conduzindo também a uma negação de possíveis alternativas ao capitalismo, ou postulando alternativas que se fizeram insuficientes. Nesses meandros, surge a prerrogativa da crise das utopias baseadas no socialismo/comunismo. O filósofo alemão Herbert Marcuse trabalhou sobre esse problema e constatou que restariam poucas alternativas para a superação da sociedade capitalista, após o desenvolvimento de seus moldes “unidimensionais”. Por outro lado, perspectivava o surgimento de novos sujeitos emancipatórios, descentralizando a relação histórica da classe trabalhadora com a transformação social. Por conta dessa temática – próxima ao pós-estruturalismo na descentralização das ações políticas dos trabalhadores e crescente ganho de poderio contestatário dos estudantes – Marcuse torna-se uma das principais influências da chamada *New Left*, na Europa e nos Estados Unidos.

Nesse sentido, procura-se evidenciar esse debate, à medida que os novos caminhos trilhados pela *New Left* se opunham aos antigos grupos de esquerda, na procura de uma composição mais heterogênea de seus atores sociais. A viragem teórica, operada pelo deslocamento da centralidade da classe trabalhadora, principalmente europeia, para novos sujeitos que surgiram no chamado Terceiro Mundo trouxe uma abertura positiva para a renovação das formas de ação política. Entretanto, correu o risco de visualizar os novos sujeitos através de fatores conjunturais que, embora corretos, não abarcam a totalidade dos problemas surgentes, a saber, a continuidade de um domínio imperialista. A fratura teórica e prática que perpassa essas considerações é a da interpretação dos sujeitos sem sua inter-relação dialética com a estrutural global da sociedade capitalista. Mas é através dessa insuficiência que também se pode perceber outro fator presente: partes do movimento contestatário estudantil não apenas gostaria de estreitar seus laços com a classe operária europeia, mas construir ações conjuntas mais amplas globalmente.

#### 4.1 A Sociedade Unidimensional e a crise na contestação social

Sendo um dos mais importantes teóricos da incorretamente denominada Escola de Frankfurt<sup>29</sup>, Marcuse debateu com a prática revolucionária, ativista e política dos anos 1960 através de suas obras (Marcuse, 1973: 1975). A operação de atualização do marxismo – à luz das realidades do capitalismo avançado e dos contributos teóricos de Heidegger e Freud – ofereceu uma visão diferenciada dos sujeitos revolucionários. Em suas considerações, pode-se dizer que os jovens, imigrantes e todos aqueles à margem do sistema capitalista central, ocupariam um papel de destaque, em meio ao exacerbado crescimento das sociedades industriais avançadas e o desvelo das mais vastas formas de dominação. Sua crítica também se direciona ao totalitarismo (e em especial o totalitarismo soviético), como um sistema de dominação que se fundamentaria em ideologias que utilizavam da racionalidade institucional e tecnológica para a completa dominação, marcada por elementos de mecanização, negação da manifestação individual, com intuito de desenvolver uma sociedade planejada racionalmente em todos os seus pormenores<sup>30</sup>.

Para se entender as análises sobre a sociedade unidimensional se faz importante retomar as análises filosóficas de Marcuse (2004) sobre Hegel. A História teria como fundamento a dialética, que revelaria a racionalidade humana, em termos de leis, tendências e significações: a Razão seria o “soberano do mundo”, sem qualquer finalidade definida, existindo por si só, demonstrando a História *nos e pelos* fatos e abdicando de quaisquer leis da História. A marca das teorias filosóficas do Século XIX estaria na adoção da concepção

---

<sup>29</sup> Escola de Frankfurt compreenderia os autores do *Institut für Sozialforschung*, mas não se restringe a eles. Também pode ser considerado o grupo de filósofos que procuram resgatar a Teoria Crítica.

<sup>30</sup> São esses os fundamentos que compõem a *sociedade unidimensional*, em que emergem novas formas de controle, enquanto ideologia, resultando na perda do sentido lógico e dos conteúdos tradicionais de direitos e liberdades: a cultura como até então era conhecida acabou por ser substituída por uma cultura produtiva e irracional. Marcuse operou através do seu *Zeitdiagnose* uma das mais evidentes, mas também profundas denúncias do pensamento de Marx. A *Kulturkritik* marxiana sofreria então de uma falta de conexão dialética entre a componente teórica e a componente prática, resultando assim, um distanciamento prático e a criação de uma ineficácia revolucionária. A *Kulturkritik* marcuseriana é pautada na polarização (sofrimento e aspiração) e não na mediação. Sua crítica está na descoberta dos sinais de mudança vividos no choque de potencialidades e de esquemas que asfixiam, “fundindo a experiência incômoda dessas tensões em gritos, em protestos de mal-estar vivido e em aspirações que a revolução tecnológica liberta” (Fromm, Miller, & Marcuse, 1969: 25) dando a sensação de Marcuse mais como profeta do que teórico. Mas, é através da compreensão da Filosofia da História hegeliana que Marcuse aponta o fundamento da construção da racionalidade iluminista e o movimento dialético da história, apontando também que a expressão tecnológica viria a se impor sobre o homem.



de História como *progresso*, elucidada pela passagem do Antigo Regime para os Estados Nacionais e para a Modernidade Iluminista, com a ascensão da burguesia e seu projeto iluminista, interpretando “os fatos históricos como sinais que indicavam o homem em direção da razão” (p. 197). Nesse sentido, Marcuse demonstra que a racionalidade iluminista estaria assentada no progresso humano que visava atingir um estágio superior da humanidade através da Razão. A Filosofia da História de Hegel, assim como lida por Marcuse, apresentaria uma tese central, a de que a realização do homem ocorre na história, através do espírito (em termos idealistas), porém guiada pela Razão como o princípio dessa realização, fato que irá permanecer na tradição da filosofia crítica e na sociologia marxiana. O *motor da história* seria o movimento e o caminho de desenvolvimento do qual a Razão seguiria para o esclarecimento humano, conforme se daria o desenvolvimento universal do racionalismo. A história universal (*Weltgeschichte*) seria a história do espírito do mundo (*Weltgeist*) e do desenvolvimento de sua potencialidade: a história seria *unívoca e dialética*, por princípio<sup>31</sup>. Esse fundamento da História estabeleceria o Estado como universal e representação do movimento efetivo da História, pois em Hegel, o Estado Moderno seria a celebração da liberdade Iluminista e a plenitude do espírito humano, concretizando sua tarefa universal de conquista de um estágio racional superior. Para a filosofia especulativa, “a fase superior, entretanto, será finalmente alcançada; cada obstáculo no caminho da liberdade é superável pelos esforços de uma humanidade consciente” (p. 200). Para Hegel, a “fase superior” determinaria o princípio universal da História, cuja lei fundamental se desenrola no progresso autoconsciente da liberdade, atingindo o estágio da consciência filosófica. A determinação aqui contida trata da plenitude estabelecida pelo Homem, em que o sujeito da história seria o Espírito do Mundo. A inversão materialista operada por Marx, que colocaria as relações humanas no centro da história, ao invés do espírito, manteria o movimento dialético da negação e superação, assegurando a racionalidade no *motor da história*, a luta de classes<sup>32</sup>. Essa constatação inicial permeará as obras de Marcuse.

---

<sup>31</sup> Como se pode perceber na passagem acima, a leitura hegeliana de Marcuse estaria permeada por uma leitura da ciência do Século XIX, o positivismo, ao estabelecer, principalmente, um caminho de desenvolvimento para a razão.

<sup>32</sup> Novamente, parece haver uma leitura um tanto suspeita da simplista inversão entre idealismo e materialismo elaborada por Marx e apresentada por Marcuse. Essa “inversão epistemológica”, da forma apresentada,

Nesse sentido, é importante perceber como os aspectos concernentes à racionalidade prosseguem nas análises da sociedade unidimensional (Marcuse, 1973). Resultante dos acertos políticos e econômicos do período Pós-Guerra e por conta da aceitação do Estado enquanto “desenvolvimento superior da racionalidade”, a sociedade unidimensional teria como fundamento a intensa racionalização dos processos da vida cotidiana, resultando na rasura e integração das dimensões da vida privada e pública. Para esse efeito, a classe trabalhadora, outrora considerada como única capaz de promover tal mudança, teria sido integrada aos mecanismos do Estado, impossibilitando a realização de seu papel historicamente atribuído. O que se deveria buscar seria uma nova dimensão, a dimensão de crítica cultural, de recusa do Establishment e com ênfase no imaginário. Apesar disso, os novos caminhos para a superação da sociedade repressiva se encontrariam fechados por conta dos mecanismos de racionalidade do sistema, o “padrão de pensamento unidimensional”, quando “as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo” (p. 32). O pensamento unidimensional seria então promovido pelos elaboradores da política e pelos meios de comunicação em massa, formulando uma lógica totalitária tanto dos regimes capitalistas como dos comunistas, que restringiriam a liberdade dos indivíduos e “transforma[ndo] o progresso científico e técnico em instrumento de dominação” (p. 35). O progresso, como construído historicamente, não pode ser considerado neutro, pois ele contém, em termos positivistas, a possibilidade de melhora da condição humana, em termos de *status quo*, desafiando toda a transcendência humana. Novamente, destaca-se a preocupação da tecnologia enquanto força produtiva, que acabaria por reduzir a racionalidade a uma racionalidade técnica, falsamente neutra.

---

se contrapõe às descobertas de Marx (2004), onde se fundamentaria, a partir da crítica à economia política clássica, uma formulação ontológica sobre o trabalho. Nesse sentido, Marcuse consideraria a dialética hegeliana como acabada e não como uma forma “simples” de dialética, assim como a considerava Marx; desconsideraria a conexão da crítica da filosofia especulativa com o materialismo contemplativo; desconsideraria também que Marx trouxe uma significação concreta, uma “forma de existência” para as categorias abstratamente tratadas na filosofia especulativa hegeliana – principalmente, o desenvolvimento da Razão não se mantém enquanto categoria proveniente da concretude apontando seu esgotamento (Mészáros, 2008). Por isso, seria talvez simplório demais considerar a relação de Marx com a filosofia hegeliana como apenas uma inversão epistemológica sem compreender que tratava-se da composição de uma complexa “ontologia da politicidade”, de uma crítica ontológica à filosofia especulativa e uma crítica à economia política (Chasin, 1998).

Enquanto muitos assimilam a tendência de consumação da racionalidade tecnológica, outros, os setores mais avançados da sociedade industrial, se esforçam para conter essa tendência no seio das instituições estabelecidas. Assim, com uma dominação do homem e da natureza cada vez mais eficaz, se valendo da utilização de novos recursos, seria possível a revelação de uma irracionalidade, cujo resultado poderia ser a barbárie. A dominação disfarçada de afluência e liberdade se estenderia a todas as esferas da vida pública e privada, integrando a oposição autêntica e absorvendo as alternativas. A tecnologia, como modo de produção que utiliza a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções, teria, na forma de organizar e modificar as relações sociais, a reprodução fiel da manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes; ou seja, assumindo-se como um verdadeiro instrumento de controle e dominação. E isso ocorre pela organização do aparato industrial voltado para a satisfação das necessidades crescentes dos indivíduos, explorando com êxito a produtividade de mercadorias e serviços. Provém disso atitudes e hábitos prescritos, que mobilizam a sociedade em seu todo, com a promessa utópica do ócio, do entretenimento e de lazer organizados. A sociedade moderna sustentada pelo aparato tecnológico se tornaria totalitária<sup>33</sup>, ao exigir dos indivíduos a aceitação de seus princípios e instituições, como legítimo objetivo de aumento da produtividade para a satisfação das necessidades. O sistema de vida eficaz e aparentemente conveniente postularia ao indivíduo a aceitação de suas instruções para ser bem sucedido, subordinando a espontaneidade a uma sabedoria anônima preordenada. A dominação funcionaria então como a administração total das necessidades e prazeres, escravizando o homem no trabalho e no lazer, preenchendo o tempo livre dos indivíduos com programações dirigidas, fabricando uma humanidade apta a consumir objetos inúteis, cuja obsolescência é desejada e programada.

Por conta desses motivos, a administração da sociedade unidimensional se encarregaria de gerar o bem-estar, de Leste a Oeste, através de uma racionalidade tecnológica imposta pelas instituições, por seus dispositivos e pela organização das indústrias. O sucesso individual estaria em se adaptar a esse aparato, reduzindo e praticamente eliminando qualquer autonomia humana de pensamento para uma direção oposta. O estabelecimento

---

<sup>33</sup> O sentido da expressão "totalitária" utilizado por Marcuse (1973) não caracteriza um sistema terrorista de governo, mas define o sistema específico de produção e distribuição em massa, que existe em razão da manipulação do poder inerente à tecnologia.

de um sistema de controle, de produção e de consumo padronizado foram os principais elementos que se criaram para impedir a “autonomia da razão”, desenvolvendo valores – aparentes e infundados – cujo objetivo é a manutenção e funcionamento do aparato industrial, não satisfazendo as necessidades humanas – objetivas e, portanto, reais<sup>34</sup>.

Marcuse questiona como o homem pode criar condições de liberdade se, por fim, ele acaba por se identificar com a sociedade tecnológica. Se a libertação depende da consciência de servidão, o surgimento desta consciência acaba sendo impedido pela predominância das necessidades falsas e das satisfações repressivas do próprio indivíduo, como a sublimação repressiva do Eros (Marcuse, 1975). O ideal seria a substituição das necessidades falsas e o abandono da satisfação repressiva, ainda que isso pareça estar no campo da utopia. Quando se analisa as possibilidades de escolha sobre ampla variedade de mercadorias e serviços – o que aparentemente representaria a liberdade de escolha – ela somente pode estar presente na forma da liberdade de escolha sobre elementos que mantêm o controle social da vida, determinando previamente o grau de liberdade do indivíduo. A sociedade da tecnologia, por sua produção e distribuição massificada, invadiu o espaço privado do indivíduo, eximindo-o do desfrute de sua liberdade em plenitude. Esse fenômeno é uma *mimese* da representação da personificação da Razão para os interesses de outros grupos sociais, elaborado e controlado, em seu todo, pelo modelo tecnológico. A racionalidade tecnológica constitui a etapa mais progressiva da alienação do indivíduo, a da perda completa de sua individualidade e da racionalidade crítica, pois a alienação torna-se inteiramente objetiva. Por isso, o padrão de pensamento e comportamento unidimensionais implica na redefinição de ideias, aspirações e objetivos nos termos da racionalidade do sistema. Entretanto, quanto mais a tecnologia cria as condições para pacificação, mais a mente e o corpo do homem são organizados contra essa alternativa. É a contradição interna desta civilização: *o elemento irracional de sua racionalidade*.

Portanto, a sociedade industrial acaba sendo organizada para a dominação do homem e da natureza, para utilização eficaz de seus recursos. Torna-se irracional quando o êxito desses esforços cria novas dimensões de realização humana, ou seja, esforços

---

<sup>34</sup> A distinção entre as necessidades falsas e as necessidades verdadeiras é um exemplo dessa antinomia. As **necessidades falsas** são determinadas por forças externas, sobre as quais o indivíduo não possui controle algum, são produtos de uma sociedade totalitária, repressora dos pensamentos e comportamentos humanos. Por outro lado, as **necessidades verdadeiras** representam a realização de todas as necessidades vitais, reais e objetivas do ser humano, como o alimento, roupa, teto (Marcuse, 1973).

intensos para conter tal tendência no seio destas instituições. Além disso, a dominação estende-se a todas as esferas da vida pública e privada, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas. A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o melhor veículo de dominação, criando um universo totalitário, no qual a sociedade, a natureza, o corpo e a mente mantêm-se num estado de permanente mobilização para defesa desse universo. A sociedade unidimensional altera a relação entre o racional e o irracional, contrastando-se com aspectos fantásticos e insanos de sua irracionalidade intrínseca, fazendo com que “o reino do irracional torne-se o lar do realmente racional” (p. 210).

#### **4.2 Os estudantes e a Grande Recusa**

Sob o frescor dos acontecimentos, em 25 de Março de 1969, Marcuse (1974) fez algumas reflexões junto aos estudantes canadenses no Aeroporto de Vancouver. Reafirmando a pertinência de seu diagnóstico sobre a sociedade unidimensional, realizado anos antes, constatava uma paralisia da crítica, que criou uma sociedade sem oposição e homogeneizada. A permissão de mera integração do indivíduo ao sistema estabelecido teria a finalidade de aceitação da produtividade do trabalho e do crescimento do nível de vida possível no sistema capitalista. Evitando quaisquer generalizações, Marcuse via exceções nesse panorama, que não se repetiria em “países capitalistas menos desenvolvidos”, como na França e Itália, pelo motivo de haver uma tradição política sindical ainda ativa, contando com a colaboração ativa do movimento estudantil e de poucos grupos da classe operária (p. 8). Por isso, a sociedade unidimensional ofereceria a “inoculação nos indivíduos das exigências do sistema social estabelecido”, fazendo com que a satisfação perpetue o crescimento de suas estruturas de dominação, obscurecendo o conflito e o contraste.

Se faz significativo apontar que os aspectos unidimensionais se desenvolveriam concretamente, através do monopólio e da manipulação das informações, da aceitação ou negação do *Establishment*, do crescente poderio das superpotências americana e soviética. Porém, seria possível, nesse cenário de tamanha adversidade, oferecer algum tipo de alternativa para essa sociedade unidimensional? Marcuse observa que existiriam várias forças de resistência articuladas no chamado Terceiro Mundo e operariam grande influência em várias localidades, sobretudo, através de uma ampla resistência contra a Guerra do Vietnã,

ou mesmo através do sucesso revolucionário de Cuba. Além disso, já seria possível vislumbrar algumas incertezas econômicas, uma crise monetária, o crescimento da inflação, a produção de “inutilidades”, além de “uma nova oposição radical dentro do superpoder [...] com novos objetivos, novos valores, novas regras” (p. 16). Assim, dois fatores unificariam essa oposição: uma composição heterodoxa, “não originária das classes trabalhadoras mas da intelligentsia da classe média e especialmente dos estudantes”, conjuntamente a novos “alicerces e objetivos” (p. 18).

Aqui se delineia um aspecto principal: qual seria a força real dos estudantes perante essa estrutura social unidimensional? A forte influência conjuntural permitiria se pensar que as alternativas estariam sendo construídas, levando-se em consideração, tanto os aspectos de qualificação educacional, quanto da articulação de objetivos das lutas sociais. Aos estudantes, um papel privilegiado poderia ser atribuído, conforme as estruturas sociais do Estado Providência admitiam que houvesse uma mobilidade ascendente através da aquisição de títulos escolares. Mas esse ponto parece ser bastante controverso, por não levar em consideração a restrição – previamente unidimensional – de como se poderia ser estudante ou intelligentsia ou classe média, como aponta Chauvel (2002: 68-69):

As gerações nascidas no decorrer dos anos sessenta vão, inclusive, ser confrontadas com uma situação radicalmente nova, a saber uma multiplicação por dois da proporção de diplomados do ensino superior e uma multiplicação por dois da proporção de filhos de quadros médios e superiores e das profissões intermediárias. A estrutura social na qual virão a entrar certamente não desfrutará da multiplicação de vagas no seio das categorias médias e superiores que permitiria um *status quo* do valor dos títulos escolares e das oportunidades de promoção.

Com efeito, esse contraste evidencia que em muito Marcuse deixa de lado os aspectos de formação estrutural das classes sociais nesse período. Considerando-se que haveria uma centralidade de ação dos estudantes, seria preciso compreender em que medida e através de quais transformações estruturais a classe média haveria aparecido com a força emancipatória atribuída, principalmente, num momento em que as universidades ainda eram bastante elitizadas. Como não há essa referência, a própria alternativa fornecida por Marcuse acaba também por naturalizar esse elitismo, mesmo porque, seu agente social emancipatório não é completamente identificado, ou mesmo por considerar a elite revolucionária (Mészáros, 2004). Por outro lado, considerando-se que o progresso tecnológico e sua mediação pelo Estado, amplamente criticados por Marcuse, também ofereceriam uma

positividade produtiva, operada por um sistema capitalista organizado, que controlaria suas crises cíclicas e que manteria altos padrões de vivência para a classe trabalhadora permanecendo imobilizada (Mattick, 1972).

A complementaridade do aspecto anterior se dá em compreender as características dos movimentos, ou seus objetivos: os estudantes teriam como alvo a grande dominação exercida na sociedade unidimensional, mas suas lutas não apareceriam de forma homogênea, pois haveria uma grande quantidade de questões que estavam sendo colocadas em xeque, em várias partes do mundo. Porém, Marcuse não percebe uma unidade dessas lutas no contexto nacional. Fato é que, sem perceber essa unidade, sua crítica fica vulnerável ao propor uma forma de emancipação social, por determinados sujeitos, articulados pela ação política, mas não necessariamente articulados pela estrutura econômica e com referência às crises sociais provenientes dessa estrutura, como aponta Mattick (1972: 99):

Não pode haver dúvida que em qualquer crise social de grandes camadas da população, que geralmente não contaram com a classe trabalhadora, vão, entretanto, lado a lado com a última em oposição à classe dominante. Mesmo agora, quando os trabalhadores ainda estão bastante apáticos, estudantes, intelectuais e outros membros da nova classe média não proprietária exibem consideráveis interesses políticos em questões aparentemente isoladas, como a guerra, desarmamento, direitos civis e assim por diante. Mas esses protestos continuam sem efeito até que eles possam ser combinados com o poder político real, que pode ser produzido apenas pela população trabalhadora.

Porém, Marcuse procura explicar essa situação se centrando na paralisia da crítica – ou seja, em termos abstratos – e atribuindo grande ênfase na *dimensão estética*, que conservaria a “liberdade de expressão que permite ao escritor e ao artista chamar os homens e as coisas por seus nomes – dar nome ao que seria de outro modo inominável” (Marcuse, 1973: 216). Haveria então, uma pequena possibilidade de saída emancipatória, estabelecida pela dimensão estética e pela arte, mas que logo se colocaria imune à integração:

Como um rito ou não, a arte contém a racionalidade de negação. Em suas condições avançadas, ela é a Grande Recusa – o protesto contra o que é. As maneiras pelas quais o homem e as coisas são levados a se apresentar, cantar, soar e falar são maneiras de refutar, interromper e recriar sua existência real. Mas essas formas de negação rendem tributo à sociedade antagônica a que estão ligadas. Separado da esfera de trabalho na qual a sociedade reproduz a si mesma e sua miséria, o mundo da arte que elas criam permanece, com toda a sua verdade, um privilégio e uma ilusão (p. 75).

Surge então uma separação entre a concretude do trabalho e a imaginação artística como alternativa. Por isso, a dimensão estética teria seu princípio de recusa, porque mesmo estando integrada, seria nela que se conservaria a imaginação, que a sociedade forçou a “experimentar em novos terrenos, nos quais as imagens são traduzidas em aptidões e projetos históricos” (p. 229). No entanto, não estaria essa imaginação corrompida pela sociedade unidimensional e seu vício tecnológico? A resposta positiva implica na recriação da imaginação: “Libertar a imaginação de modo que lhe possam ser dados todos os seus meios de expressão pressupõe a repressão de muito do que é agora livre e que perpetua uma sociedade repressiva”. Portanto, a saída esteticista afirmada por Marcuse teria como fundamento a permanência da imaginação, contra os aspectos da vida tecnicista e unidimensional que estavam sendo desenvolvidos. Seria através da imaginação que se poderia enfrentar os problemas postulados pela sociedade unidimensional, negando a administração à qual os indivíduos estiveram designados, e que lhes mutilava a liberdade e a satisfação, propondo uma nova forma de luta diferente da luta anteriormente existente e já neutralizada:

Mas a luta pela solução ultrapassou as formas tradicionais. As tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional de protesto - torna-o talvez até mesmo perigoso porque preserva a ilusão de soberania popular. Essa ilusão contém alguma verdade: "o povo", anteriormente o fermento da transformação social, "mudou" para se tornar o fermento da coesão social. Aí, e não na redistribuição da riqueza e igualação das classes sociais, está a nova estratificação característica da sociedade industrial desenvolvida (p. 234).

Portanto, Marcuse, concretizando o projeto de teoria crítica – o qual observa na sociedade existente as possibilidades ainda não concretizadas de realização do futuro – percebe que a realidade impossibilitaria a crítica social da mesma forma que estava sendo feita, pois a noção de “povo” responsável pela transformação social estaria cada vez mais, comprometido com o *status quo* e não mais com a efetividade dessa tarefa. Essa conclusão em pouco se diferencia das conclusões apresentadas pelos estruturalistas e pós-estruturalistas, ao contrário, se fundamenta na concepção de autonomização das relações técnicas e nas perspectivas atomizadas da emancipação social, centralizada em torno de “novos sujeitos”. Mas então, caberia perceber que a insuficiência das novas possibilidades para o processo de emancipação social – a chamada “Grande Recusa”, a recusa absoluta do



sistema de vida estabelecido – deveria se apresentar liderada por outros sujeitos revolucionários e não os tradicionais:

Contudo, por baixo da base conservadora popular está o substrato dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não empregáveis. Eles existem fora do processo democrático, sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade de pôr fim às condições e instituições toleráveis. Assim, sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não o seja. Sua oposição atinge o sistema de fora para dentro, não sendo, portanto, decidida pelo sistema, é uma força elementar que viola as regras do jogo e, ao fazê-lo, revela-o como um jogo trapaceado. Quando eles se reúnem e saem às ruas, sem armas, sem proteção para reivindicar os mais primitivos direitos civis, sabem que enfrentam cães, pedras e bombas, cadeia, campos de concentração e até morte. Sua forma está por trás de toda manifestação política para as vítimas da lei e da ordem. O fato de eles começarem a recusar a jogar o jogo pode ser o fato que marca o começo do fim de um período (ss.).

Resta, então, compreender quais seriam concretamente os sujeitos aos quais Marcuse se refere. Teriam então uma fundamentação histórica ou conjuntural? Seriam já conhecidos na realidade concreta? Quais seriam os movimentos teóricos a serem realizados para englobar esses novos sujeitos? Procurar-se-á dar uma fundamentação a essas questões.

#### **4.3 A utopia dos “novos sujeitos históricos de mudança”**

Em 14 de fevereiro de 1969, Theodor Adorno, em Frankfurt, escrevia para Herbert Marcuse, em San Diego, convidando-o para uma conferência e relatando a seguinte situação:

Um grupo da SDS liderado por Krahl ocupava uma sala no Instituto e se recusou a sair, apesar de três pedidos. Nós tivemos que chamar a polícia, que então prendeu todos aqueles que encontraram no quarto; a situação é terrível em si, mas Friedeburg, Habermas e eu estávamos lá, por acaso, e fomos capazes de se proteger contra o uso da força física. Agora, há um monte de lamentação, embora Krahl só tenha organizado toda a façanha para ser levado em custódia, e, assim, manter unida a desintegração do grupo Frankfurt SDS grupo – que ele tem de fato alcançado no mesmo período. A propaganda está apresentando coisas inteiramente de trás para frente, como se fôssemos nós que forçamos as medidas repressivas, e não os estudantes que gritaram para nós que devemos fechar nossas armadilhas e não dizer nada sobre o que aconteceu. Este é apenas para colocá-lo a par, em caso de rumores [...] (Adorno & Marcuse, 1999: 124).

Marcuse, em 5 de abril, respondia com um tom amistoso aos estudantes, mas condenando as atitudes tomadas por seus colegas em Frankfurt:

Acredito que se eu aceitar o convite do Instituto sem também falar com os estudantes, vou me identificar com (ou vou ser identificado com) uma posição que eu não compartilho politicamente. [...] [S]e a alternativa for polícia ou estudantes de esquerda, então eu estou com os estudantes – com uma exceção importante, ou seja, se a minha vida está ameaçada ou se a violência é contra a minha pessoa e meus amigos, o que é uma ameaça grave. Ocupação de salas (além do meu próprio apartamento) sem essa ameaça de violência não seria uma razão para chamar a polícia. Gostaria de tê-los deixados sentados lá e deixado para alguém chamar a polícia. Eu ainda acredito que a nossa causa (que não é só nossa) é melhor absorvida pelos estudantes rebeldes do que pela polícia, e, aqui na Califórnia, me demonstram quase diariamente [...]. Você me conhece bem o suficiente para saber que eu rejeito a tradução imediata da teoria à práxis tão enfaticamente quanto você. Mas eu acredito que há situações, momentos, em que a teoria é empurrada ainda mais pela práxis – situações e momentos em que a teoria, de que é mantida separada da práxis, torna-se infiel a si mesmo. Nós não podemos desconsiderar o fato de que esses alunos são influenciados por nós [...] – tenho orgulho disso [...]. E os meios que eles utilizam para traduzir a teoria em atividade? Sabemos (e eles sabem) que a situação não é de um revolucionário, nem mesmo de um pré-revolucionário. Mas essa mesma situação é tão terrível, tão sufocante e degradante, que a rebelião contra isso força uma reação biológica, fisiológica: [...] é preciso deixar um pouco de ar dentro. E este ar fresco que não é de um "fascismo de esquerda" (contradictio in adjecto!). É o ar que nós (pelo menos eu) também quero respirar algum dia, e certamente não é o ar do estabelecimento. Eu discuto coisas com os estudantes e ataco eles se, na minha opinião, eles estão sendo estúpidos, tirando vantagens de um lado, mas eu provavelmente não chamaria em meu auxílio a pior e mais terrível arma contra os males. E me desesperaria comigo (nós) se eu (nós) pudéssemos parecer estar do lado de um mundo que apoia o assassinato em massa no Vietnã, ou não diz nada sobre isso, e que torna um inferno todas as esferas que estão fora do alcance do seu poder repressivo (p. 125).

A resposta de Marcuse, em seu tom cordial, mas discordante de Adorno, condena o uso da violência policial na situação de ocupação da universidade e coloca em evidência a dificuldade de se compreender o movimento estudantil naquele contexto desvinculado de sua relação de solidariedade internacional, como movimento revolucionário que estava ocorrendo. O uso da repressão policial, para Marcuse, trataria o caso fora dos limites permitidos do diálogo político, com o uso das armas inimigas. Adorno, por sua vez, acreditava que o movimento estudantil alemão, dialeticamente, “se converteria em fascismo” (p. 132), citando ocorridos de vaia ao embaixador de Israel em Frankfurt, o que significariam para ele, traços de antissemitismo. Os argumentos contra a “criminalização” empenhada por seus colegas frankfurtianos procurariam valorizar a forma que o movimento estudantil, de forma geral e não apenas restrito ao contexto norte-americano, conduziram as lutas sociais para além de um contexto nacional e estabelecimento de uma solidariedade internacional.

Marcuse apoiava os estudantes, acreditando que eles teriam a perspectiva de “efetivar uma intervenção social”, pois “o alvo é agora um protesto contra o capitalismo, que corta as raízes da existência, contra seus capangas no Terceiro Mundo, sua cultura e moralidade”.

É de se considerar, portanto, a noção de que o movimento estudantil se formaria como um catalizador das lutas sociais:

O movimento estudantil nos Estados Unidos tem, de fato, intervindo efetivamente como apenas um *catalizador*: no desenvolvimento da consciência política, na agitação nos guetos, na radical alienação pelo sistema de camadas que foram anteriormente integradas, e, mais importante, na mobilização de novos círculos da população contra o imperialismo americano (realmente, eu não vejo razão para ser alérgico ao uso deste conceito). Tudo isso pode não contar muito, mas não há situação revolucionária nos países industrializados mais avançados, e o nível de integração simplesmente delimita novas, muitas não-ortodoxas, formas de oposição radical (p. 133).

Os estudantes norte-americanos se mobilizaram após 1964 de várias formas, principalmente, criando comitês de mobilização contra a guerra do Vietnã, que cresceram significativamente nos campus a partir de 1966, havendo também intervenções contra o Partido Democrata e em apoio aos *Black Panthers* (Harman, 1998). Na Alemanha, desde os ocorridos da morte de Breno Ohnesorg, em 1967, o movimento estudantil ganhava contornos cada vez mais anti-imperialistas e solidários com os países do Terceiro Mundo (Brown, 2009). Esse seria o papel *catalizador* referido acima, ou seja, a criação de uma mobilização nacional – no interior de uma sociedade unidimensional – mas que estaria voltado para compreender como certas contradições globais se apresentavam nos contextos nacionais, ou mesmo, mobilizar a sociedade para maior abertura política e para a formulação de reivindicações que comporiam a chamada “oposição radical”.

Esse rico contexto é desafiador para o movimento estudantil, à medida que se fortaleceria para a procura de uma conexão entre a teoria e a prática, procurando superar os desafios acerca dos limites da integração impostos pela sociedade capitalista:

O movimento estudantil hoje está procurando desesperadamente uma teoria e uma prática. Está procurando formas de organização que possam corresponder e contradizer a sociedade capitalista tardia. Ele está dividido em si mesmo, infiltrado por provocadores ou por aqueles que objetivamente promovem a causa da provocação [...]. Tenho lutado publicamente contra o slogan “destrua a universidade” que eu vejo como um ato suicida. Eu acredito que isto está precisamente numa situação como essa que é nossa tarefa de ajudar o movimento, teoricamente, bem como em defendê-lo conta a repressão e a denúncia (Adorno & Marcuse, 1999: 133).

Aqui se abre uma perspectiva que poderia ser aproveitada pela teoria social, explicando razoavelmente os desafios que estavam sendo gestados no interior das sociedades. Marcuse procura formular teoricamente essas perspectivas, compondo então uma centralidade das forças estudantis no combate às forças técnicas da sociedade, das quais a universidade passaria a integrar e, portanto, o slogan “destrua a universidade” teria sentido nesse contexto. Evidentemente, o caminho para a construção de uma teoria vinculada à prática fundamenta-se na relação direta com os eventos políticos, que por sua vez, suscitavam revisões teóricas ou mesmo novos questionamentos. Uma forma de expressão, referente ao posicionamento político, seriam as tentativas de romper os limites do possível, tanto do lado capitalista quanto do lado socialista:

Possibilidades utópicas são inerentes nas forças técnicas e tecnológicas do capitalismo avançado e socialismo: a utilização racional destas forças em escala global acabaria com a pobreza e a escassez dentro de um futuro muito próximo. Mas agora sabemos que nem a seu uso racional, nem - e isto é decisivo - seu controle coletivo pelos produtores imediatos (os trabalhadores) poderia por si só eliminar a dominação e exploração: a burocracia do welfare-state ainda seria um estado de repressão que iria continuar mesmo em uma segunda fase do socialismo quando cada um deles é recebido de acordo com as suas necessidades (Marcuse, 2000: 4).

Faz-se, portanto, necessário fazer aqui uma separação: primeiro, se as sociedades industriais avançadas estavam cada vez mais fechadas e impediam as possibilidades utópicas, porque os movimentos estudantis estavam conseguindo efetivar suas mobilizações – sem aqui entrar no mérito de seus ganhos efetivos ou não – nessas sociedades? Certamente, o argumento de Marcuse da sociedade unidimensional direcionaria para uma centralidade da estética, da arte e da imaginação, mas que, também, a longo prazo estaria integrada. Logo, a resignação delimitaria por completo as atividades revolucionárias e utópicas, no melhor estilo frankfurtiano. Por outro lado, parece ser bem absurdo que a solidariedade entre países do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo fosse aceita tão passivamente pelas forças do Terceiro, na medida em que seus alvos políticos anticoloniais e anti-imperialistas também eram afetados mediante os confrontos ocorridos nas sociedades capitalistas centrais, pois se intensificava o uso da força policial e militar, como uma tentativa desesperada de manutenção do poder. A Ofensiva Tet e o uso de bombas de napalm aterrorizavam a todos, sobretudo aqueles que viam perplexamente os acontecimentos. Fato é que a

ofensiva política se construía e contava com o espaço das universidades para sua organização.

Entretanto, é no mínimo dúbio que Marcuse, da mesma forma que apoiaria os estudantes e conseqüentemente visualizava um movimento de ruptura, era descrente com a própria ruptura que estimava. É nessa ambivalência que se coloca a noção de utopia marcuseana, que irá se desenrolar através de “uma prática política que atinge as raízes do confinamento e contentamento na infraestrutura do homem, uma prática política de metódico desengajamento e recusa do Establishment, visando uma radical transvalorização de valores” (p. 6). Nesse sentido, não importaria a origem de classe desses movimentos, se vistos como revoltas de classe média, mas sim, importaria apenas que eles estariam à frente da rejeição das regras do jogo. Porém, essa transgressão caberia, como já dito, às artes – e Marcuse anima os estudantes da *École des Beux Arts* de Paris com isso – como uma mediação razoável que permitisse essa transgressão e que nela pudesse revelar a *negatividade* da qual “a arte dessublimadora e a antiarte de hoje “antecipariam” um estágio onde a capacidade de produção da sociedade pode ser semelhante à capacidade criativa da arte e a construção de um mundo de arte semelhante à reconstrução do mundo real” (p. 48). Desse modo, Marcuse desloca o problema da contradição postulada entre a unidimensionalidade e a utopia para o campo da arte, assumindo assim, a estética, o primado da utopia, o que também poderia ser vislumbrado através da luta pelo Eros, como luta política (Marcuse, 1975)<sup>35</sup>.

Mas, estranhamente, Marcuse se confronta com a própria realidade que ele conhecia do movimento e a mesma que era ponto de partida de sua análise para uma compreensão alargada entre Primeiro e Terceiro mundo e a tentativa de articulação global das forças de resistência. A noção de arte que é utilizada aqui é uma noção que se restringe claramente à arte ocidental da Modernidade, criada com os mesmos mecanismos e formas de pensamento do Establishment que deveriam ser negadas para a superação do mesmo Establishment. O projeto de emancipação almejado conduzia, em seu limite, à mesma

---

<sup>35</sup> É necessário considerar que a dimensão repressiva tem um caráter psicológico, derivado de seus debates no campo da psicanálise, onde evidenciava que o projeto civilizatório teria como condição a sublimação do Eros pela repressão e a proposta de redefinição da razão pelo Eros (Marcuse, 1975). É nesse sentido que o Eros pode ser considerado como uma força produtiva que predisponha de condições para a emancipação, como critério de civilização possível. A integração na sociedade capitalista do pós-guerra não leva em conta esse caráter psicanalítico da razão e, por isso, deixa o caminho aberto para a transformação subjetiva.

incapacidade de emancipação prometida pelas forças técnicas da sociedade unidimensional. Santos (1995: 212) desaprova essa concepção, na medida em que “a solução proposta por Marcuse, a da emancipação pelo Eros, é pouco convincente, sobretudo porque se propõe sustentar uma negatividade pós-social (e pós-capitalista) por via de uma regressão naturalista ao pré-social”, e que a razão tecnológica “conduz inelutavelmente ao sacrifício da subjetividade individual na medida em que é incapaz de satisfazer todas as necessidades psíquicas e somáticas do indivíduo e de desenvolver em pleno as capacidades emocionais deste”. Isso significaria considerar que as imposições unidimensionais encontrariam na subjetividade, na arte, na estética e no Eros os elementos de sua oposição<sup>36</sup>. Essa formulação estética também é problematizada por Mészáros (2004), que enfatiza que o imperativo categórico utilizado por Marcuse, ou seja, de uma explicação assentada nos pressupostos instintivos e nas reações biológicas, das quais se permitiria compreender a emancipação pela arte, consideram o indivíduo isoladamente e resigna a classe trabalhadora em sua situação *a-histórica* de integração.

Porém, é a partir dessas considerações que Marcuse opera um deslocamento de centralidade da classe operária para novos sujeitos históricos:

É sem sentido dizer que a oposição da classe média está recolocando o proletariado como uma classe revolucionária e o lumpemproletariado está se tornando uma força política radical. O que está acontecendo é a formação ainda relativamente pequena e fraca (ainda desorganizada) de grupos que, por virtude de sua consciência e necessidade, funcionam como potenciais catalizadores de rebelião contra a maioria das quais, por sua origem de classe, eles pertencem. Neste sentido, a intelligentsia militante tem, de fato, se soltado das classes médias e a população do gueto da classe trabalhadora organizada. Mas pela que forma eles não pensam e agem em um vácuo: a sua consciência e os seus objetivos tornam-se representantes dos mais reais interesses dos oprimidos. Como contra a dominação de classe e interesses nacionais que suprimem os interesses comuns, a revolta contra as velhas sociedades é verdadeiramente internacional: emerge de uma nova e espontânea solidariedade. Esta luta está muito longe do ideal de humanismo e humanitas; é a luta pela vida – vida, não como mestres e não como escravos, mas como homem e mulher (Marcuse, 2000: 51-52).

---

<sup>36</sup> A filmografia contemporânea e de releitura de 1968, *The Dreamers*, de Bernardo Bertolucci (2003), remete à formação de um triângulo amoroso e experiências sexuais e de descoberta psicológica como contraponto dos acontecimentos revolucionários, até o momento em que os três estudantes são obrigados a sair de seu apartamento em Paris e tomar as ruas junto à multidão. Em grande medida, a descoberta subjetiva dos três estudantes se desenvolve não como uma descoberta cultural e subjetivamente positiva para eles, mas, no tocante aos acontecimentos gerais, eles não fazem parte deles, apresentando um posicionamento apolítico quando a própria participação política estudantil, mas esteticamente apurada no quesito de cinematografia e revelando a forma do sujeito Pós-Moderno deslocado de relações estruturais mais determinantes.

De forma geral, Marcuse aponta que outras classes sociais, que outrora não apresentavam um caráter revolucionário, estariam a expandir essa dimensão, juntamente com as populações do gueto. O aspecto revolucionário no interior da sociedade capitalista avançada haveria se deslocado, “da classe trabalhadora industrial organizada para minorias militantes”, através de desenvolvimentos internos, que justificariam uma teoria sobre esse desvio. Essas transformações colocariam novas perspectivas de mudança que alterariam a base tradicional de mobilização, e a formação de uma nova base, “novos sujeitos históricos de mudança, respondendo a novas condições objetivas, com necessidades qualitativamente diferentes e novas aspirações”, que reanalisariam os conceitos de democracia parlamentar e de transformações revolucionárias (p. 52-3).

Porém, Marcuse não irá negar a importância das classes sociais, nem da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas avançadas, mas a efetividade de sua ação de transformação passaria a depender dos “catalizadores”, que não estavam em seu interior, como os movimentos estudantis, já que, pelo seu diagnóstico, a classe trabalhadora seria objetivamente uma classe “em si” e não uma classe “para si”, dependendo, portanto, de sua radicalização subjetiva. A passagem para a radicalização política da classe trabalhadora, a seu ver, dependeria de um enfraquecimento da coesão social, diferentemente da estabilidade econômica que estava acontecendo nos países centrais.

Além disso, deve-se considerar que a própria composição da classe trabalhadora estaria mudando, com o declínio dos trabalhadores manuais e com o aumento do número e da importância dos *white-collars*, técnicos, engenheiros e especialistas, operando tanto uma divisão no interior da classe trabalhadora, quanto uma diminuição gradual de sua função no processo de produção. Os novos grupos que comporiam essa “nova classe”, regularmente compondo processos intelectuais de trabalho, teriam interesses diferentes da antiga classe trabalhadora, estando “bem integrados e bem recompensados”, pois estariam promovendo o progresso da técnica, mas que, por outro lado, apenas uma “revolução contra a tecnocracia” faria sentido, subjugando a técnica aos objetivos concretos dos homens (p. 55-6)<sup>37</sup>. O panorama que se estabelecia, não seria um panorama revolucionário, mas um

---

<sup>37</sup> Essa mesma reflexão, a de que a nova classe trabalhadora estaria integrada, também se apresenta em outros momentos em sua obra (Marcuse, 1981: 19-20). Porém, nesse momento, Marcuse observa que da mesma forma que se ampliaria o conceito de trabalho produtivo, também estariam se ampliando as formas de exploração, porque ampliariam a competição entre os trabalhadores e que a sociedade do consumo, nada

panorama em que a forma disposta pelo sistema capitalista estaria conduzindo uma situação pré-revolucionária.

Por conta dessa constatação, Marcuse analisa que os estudantes e trabalhadores teriam interesse para a rejeição da sociedade existente. No entanto, caberia aos estudantes se perceberem em sua ação política, revitalizando o conflito de classes, o que resultaria em saírem à frente em muitas das mobilizações ocorridas. Seriam eles que perceberiam, através do ganho de benefícios pela estrutura da sociedade industrial avançada, que teriam interesses comuns de classe. De outra forma, o processo produtivo aumentaria a necessidade de ampliação da classe trabalhadora, e assim os estudantes fariam parte dela, de uma “nova classe trabalhadora”, visto que a reação dos estudantes procuraria confrontar essa situação.

Finalmente, Marcuse chega a uma concepção do movimento estudantil e de seus interesses, que parecem contemplar em muito suas percepções anteriores, também abrindo caminho para uma análise mais ampla – entre o imediato e o longo prazo, entre a negação do capitalismo e do socialismo, por uma estratégia diferenciada de luta política:

O "movimento estudantil" - o próprio termo já é ideológico e depreciativo – esconde o fato que setores bastante importantes da velha intelectualidade e da população não-estudante tomam parte ativa no movimento. Ele proclama objetivos muito diferentes e aspirações; as exigências mais gerais para as reformas educacionais são apenas a expressão imediata de objetivos mais amplos e mais fundamentais. A mais decisiva diferença é entre a oposição nos países socialistas e capitalistas. O primeiro aceita a estrutura socialista da sociedade, mas protesta contra o regime autoritário repressivo do Estado e da burocracia do partido; enquanto, nos países capitalistas, a parte (aparentemente aumentada) militante do movimento é anticapitalista: socialista ou anarquista. De novo, dentro da órbita capitalista, a rebelião contra fascismo e ditaduras militares (em Espanha, nos países latino-americanos) tem uma estratégia e diferentes alvos de rebelião nos

---

mais seria do que a sociedade que intensifica o seu processo de produção, tornando cada vez mais difícil separar o trabalho manual do trabalho não manual. As satisfações proporcionadas pelo sistema capitalista, conseqüentemente, teriam seus próprios limites no crescimento econômico proporcionado naquele momento. Visto isso, a concepção de Marcuse parece ser bastante coerente em seu diagnóstico sobre as transformações sociais que estavam imperando naquele momento. Porém, tendo como base algumas indagações filosóficas de Mészáros (2004), sobre o uso do imperativo categórico quanto à possibilidade emancipatória da arte, poderia se questionar em que medida também a *integração* não seria um imperativo categórico que, quando percebida como característica da classe trabalhadora “tradicional”, também não conduziria à uma apropriação equivocada de uma percepção restrita da integração como mecanismo de repressão vigente nas sociedades capitalistas centrais, sob a égide do sucesso econômico do Estado de Bem Estar Social? Nesse momento, Marcuse (1981: 31-32) não relaciona a estética com a emancipação, mas acentua que a luta contra a repressão efetivada pela tecnocracia, presente na democracia burguesa, em sua fase “democrático-constitucional”, teria como fundamento a capacidade de oferecer uma luta contra o fascismo emergente e, provavelmente, criar condições para uma ruptura revolucionária.



países democráticos. E não se deve nunca esquecer aquela rebelião estudante que foi fundamental em perpetuar o mais desprezível assassinato em massa do mundo contemporâneo: o massacre de centenas de milhares de “comunistas” na Indonésia (Marcuse, 2000: 59-60).

Assim sendo, o movimento estudantil não poderia ser reduzido apenas às mobilizações de estudantes, contando com outros setores em sua composição, o que evitaria o reducionismo de considerar “apenas estudantes” em sua composição. Porém, nesse momento, é de se pensar a articulação entre as demandas imediatas e as demandas políticas que estavam ocorrendo, o que fortaleceu em muito as capacidades de lutas dos estudantes para efetivar uma oposição política<sup>38</sup>. Outro aspecto que chama atenção aqui é que não se poderia generalizar que o movimento estudantil apresentaria uma posição apenas estritamente compreendida nos limites dos Estados capitalistas e suas democracias<sup>39</sup>.

O duplo direcionamento, a oposição ao capitalismo e ao socialismo, revelaria a abrangência global de mobilização através da percepção do contexto nacional, que na maioria das vezes, conduziu a uma violenta relação entre os Estados e os movimentos oposicionistas, compostos por estudantes. Aqui se faz necessário também pensar o movimento estudantil nos países socialistas. Casos como a Primavera de Praga, quando os estudantes da Checoslováquia confrontaram-se com a militarização soviética, em defesa dos projetos de Dubcek para a democratização do país e contra a stalinização crescente imputada pelo

---

<sup>38</sup> No caso do Brasil, (Capítulo 7), fica claro que a partir das demandas de reforma universitária, o movimento conseguiu se organizar politicamente para efetivar uma oposição à Ditadura Militar. Porém, conforme incide a repressão política sobre as direções estudantis, operando sua desestruturação, o movimento procura se articular não mais na oposição política, mobilizando-se em torno das demandas mais imediatas, a questão do financiamento do ensino superior, a reforma universitária e a “ameaça” de ensino pago. Mais à frente (Capítulo 8), sobre o caso de Portugal, há algumas diferenças quanto a isso, já que há uma ampla mobilização estudantil, pelo menos desde o início da década de 1960 e a reforma universitária proposta, somente virá a público em 1970.

<sup>39</sup> Santos (2006: 375), apoiando-se em Habermas e Claus Offe, afirma que o movimento estudantil deu origem a uma crise de legitimidade advinda do “questionamento radical do conteúdo tanto social como democrático do contrato social subjacente aos Estados sociais-democráticos dos países centrais após o fim da Segunda Guerra”, e que essa contestação foi possível “porque a democracia não conseguia cumprir a sua promessa de construção de sociedades livres e iguais”. Ainda que bastante questionável, deve-se considerar o fato de que as mobilizações do movimento estudantil não foram restritas aos países democráticos ocidentais, nem apenas tinham intuito de garantir maiores direitos para a social-democracia, o que se coadunaria com uma visão eurocêntrica. Ao contrário, mobilizações como a Primavera de Praga, revelaram uma aceitação da estrutura comunista, mas, da mesma forma, direcionavam a esse modelo sua crítica, numa perspectiva *para a* democratização antiautoritária e antiburocrática das estruturas estatais, ou seja, buscavam a desestalinização da Checoslováquia, o que é radicalmente diferente das demandas da social-democracia e que significaria, por outro lado, uma fusão entre democracia e socialismo, no sentido de promover a liberdade de imprensa, a descentralização econômica e a centralidade do humanismo em oposição à rigidez das estruturas.

Kremlin, refletem que mesmo por conta do comunismo, essa situação não garantiria formas mais humanas de vida, nem mesmo conseguiriam consolidar a liberdade nascente e almejada. O processo de “normalização” exigido pela URSS, aceito num segundo momento por Dubcek, se baseava na censura da imprensa, demissão de líderes partidários e reestabelecimento do controle soviético das forças armadas e polícia, revelou que o controle autoritário persistiria na Checoslováquia, agravando as relações entre o Estado e a sociedade, e permitindo também que os estudantes ganhassem “uma inesperada resposta favorável de um grande número de trabalhadores” (Harman, 1998: 122-123), criando condições para a dura repressão efetivada pelos soviéticos, em nome da manutenção do autoritarismo das estruturas comunistas e em oposição ao “socialismo de face humana”. O confronto influenciou decisivamente os Partidos Comunistas ocidentais, que não mais poderiam se espelhar nas experiências do mundo soviético:

Foi uma lição que até mesmo os Partidos Comunistas Ocidentais não podiam ignorar completamente. Líderes que tinham aplaudido quando os tanques foram para Budapeste, em 1956, publicaram declarações de protesto contra a invasão da Checoslováquia. Seus motivos eram muitas vezes duvidosos. Eles queriam escapar do naufrágio do navio do "movimento comunista mundial" e desfrutar um futuro agradável no terreno das respeitáveis políticas parlamentares. Mas suas ações mostraram que as velhas certezas stalinistas estavam perdendo seu rumo. Isso foi importante: ajudou a conduzir os jovens recém-ativistas politicamente conscientes em todo o mundo pelos acontecimentos de 1968 para procurar em outro lugar as inspirações revolucionárias (Harman, 1998: 124).

Marcuse tem bastante razão em perceber que os movimentos estudantis conduziram a uma crítica ao comunismo soviético e ao capitalismo ocidental, assim como demonstravam os estudantes de Praga. No entanto, como se faz necessário perceber, Marcuse não foi o “chefe” ou ideólogo de uma revolução juvenil como muito se crê. Em uma entrevista cedida ao jornal francês *Express*, o filósofo comentava sobre seu apoio ao movimento, mas também comentava sobre a influência de suas ideias:

Estou profundamente comprometido com o movimento dos "estudantes raivosos", mas eu certamente não sou o seu porta-voz. É a imprensa e a publicidade que me deram este título e me transformaram em um pedaço de mercadoria bastante vendável. Particularmente, oponho-me à justaposição de meu nome e fotografia com as de Che Guevara, Debray, Rudi Dutschke, etc., porque esses homens realmente arriscaram e estão arriscando suas vidas na batalha por uma sociedade mais humana, ao passo que eu participo dessa batalha somente através de minhas palavras e minhas ideias. É uma diferença fundamental (Marcuse, 2005: 100).

Embora houvesse grande ressonância de suas ideias em parte dos movimentos estudantis, como na França, Estados Unidos e Alemanha, elas apenas *convergem* com algumas das constatações dos próprios movimentos. A partir de *One-dimensional Man* se percebe quais os limites que as sociedades estariam alcançando em torno de seus projetos alternativos; porém, mesmo herdeiro do pessimismo frankfurtiano, Marcuse buscava romper, ainda que utopicamente, os déficits com que esse pensamento se depararia na compreensão da sociedade daquele momento.

#### **4.4 A busca pelo “outro”: a *New Left***

Ainda, se faz necessário aludir que o pensamento de Marcuse é influenciado *por* e influente *na* emergente *New Left*, por conta de suas formulações acerca dos “novos sujeitos históricos de mudança”. Conforme se vincula a noção de que os movimentos estudantis estariam se desalinhando das questões eurocêntricas capitalistas, haveria a valorização de novas experiências que estavam se dando nos países do Sul global. Esse deslocamento é o ponto de partida para se perceber a emergência de um novo movimento na esquerda ocidental. Se muitas das reivindicações de 1968 fracassaram, especialmente o projeto de democratização das universidades, houve, por conseguinte, a abertura de novas dimensões políticas, como “novos espaços, onde se necessitava de novas ideias e práticas”, ou mesmo, novas sensibilidades para com a política (Eley, 2000: 419).

Na raiz desse problema se encontrariam pelo menos duas oposições táticas que marcariam as tomadas de posição para os movimentos de esquerda e de oposição não alinhados aos soviéticos. A primeira oposição, bastante presente na Europa Ocidental, se daria entre a oposição extraparlamentar *versus* oposição parlamentar. Do lado da oposição extraparlamentar, a cisão se aprofundaria entre luta armada *versus* luta pacífica, o que poderia implicar ou não em aproximações entre a vertente parlamentar e a tática pacífica. Contudo, os movimentos de cunho trotskista, maoísta ou mesmo a adoção de “táticas armadas” acabaram tendo uma vida curta em muitos lugares. Na Alemanha e na Itália, o cunho de um movimento por autonomia preencheu bastante desses espaços, com práticas que buscavam a desalienação da vida cotidiana, sua descolonização e a busca de possibilidades de uma democracia mais horizontal, mas resultou também numa intensificação das lutas anticapitalistas (Katsiaficas, 2006). Como irá se verificar, os movimentos da

esquerda mais radicais prefiguraram no Brasil de maneira ativa até 1972, e, em Portugal até pouco tempo depois do *25 de Abril*. Mas, em ambos os casos, a luta por dentro das instituições acabou por direcionar grande parte das mobilizações sociais, sobretudo naquilo que concerne às conquistas e consolidação da democracia. Questões ligadas à sociedade civil, “educação, trabalho social, assistência à saúde, legislação, funcionalismo público, profissões, sindicatos”, que proporião, paulatinamente, a derrubada da força e da resistência do Estado (Eley, 2000: 419) foram ancoradas como pautas de reivindicações desse movimento de esquerda, deslocando a generalidade das lutas sociais anteriores às questões da política imediata: a conquista da democracia, o fortalecimento das instituições, a ampliação dos processos democráticos eleitorais e participativos. A oposição extraparlamentar, *grosso modo*, abdicou da ação direta, da organização comunitária, da aproximação entre política e vida cotidiana, ou mesmo, da crítica às diferenciações de gênero, elaboradas pelos movimentos feministas. As vias eleitorais conseguiram o reestabelecimento da socialdemocracia, assentada no desalinhamento no interior da esquerda, a separação entre a “velha” esquerda, alinhada do Partido Comunista Soviético e com força política entre as lideranças sindicais, de uma “nova esquerda”, mais voltada às novas experiências no campo da política<sup>40</sup>, fator significativo que demarcará novas sensibilidades e caminhos a serem trilhados.

Com origem oficial nos Estados Unidos, a partir dos movimentos de luta por direitos civis, a *New Left* conseguiu um significativo apoio de vários setores civis e políticos, principalmente por conta dos *Black Panthers*, ou pela solidariedade com o Vietnã e contra o imperialismo norte-americano, ou mesmo no sentido da consolidação dos direitos civis, ampliando a noção de esquerda anteriormente utilizada. O marco de surgimento europeu, os manifestos de 1968, apresentaram várias similitudes com as ideias norte-americanas, em especial, a crítica à sociedade de consumo e o deslocamento dos sujeitos tradicionais ou a busca da concretude dos novos sujeitos sociais que pudessem implementar um papel de constante mobilização política e, assim, dar rumos aos novos caminhos iniciados pela esquerda. Para Marcuse (1981), esse movimento político havia surgido num momento de contrarrevolução e, principalmente, tendo como pano de fundo as transforma-

---

<sup>40</sup> Num registro bastante amplo, a nova esquerda na Europa se demarcou principalmente a partir do *Maião* Francês, quando, nas manifestações de 13 de maio uniram Georges Seguy, chefe da CGT francesa e o líder estudantil Daniel Cohn-Bendit, que representavam, unidos, a velha e a nova esquerda francesa.

ções da sociedade unidimensional, que deslocariam a participação da classe trabalhadora no movimento político, para a participação de outros grupos que até então não estariam contemplados nas mobilizações da esquerda mundial. Nesse sentido, a nova esquerda buscava apreender as transformações culturais que estavam ocorrendo, porém enfatizaria as suas mobilizações políticas em torno dos intelectuais e não em torno da classe trabalhadora, o que resultaria num isolamento, mas também num projeto de negação da cultura do capitalismo avançado. A centralidade dessa nova esquerda, ao contrário dos antigos setores, seria cultural e não econômico-política.

O movimento da *New Left* surge através da Grande Recusa, uma visão qualitativamente diferente da sociedade, criando, por um lado, a possibilidade de observar o movimento através da solidariedade internacional, porém, por outro, responsável por desconectar as lutas sociais de seu todo (Katsiaficas, 1987). Uma definição apropriada sobre esse movimento político teria que levar em conta os “grupos políticos que estão situados à esquerda dos tradicionais partidos comunistas; eles não possuem ainda uma nova forma de organização, estão sem uma base e estão isolados da classe trabalhadora” (Marcuse, 2005: 183). Os interesses políticos desses grupos permeiam o antiautoritarismo e a redefinição do conceito de revolução, trazendo para a discussão novas formas de liberdade e potencialidades para a superação do capitalismo avançado, com mudanças significativas na economia política, nos modos de produção, nas instituições, e, as novas necessidades e seu preenchimento. Ainda de início restritos aos Estados Unidos, alimentava-se a esperança de que esses movimentos congregavam em seu interior visões que pudessem colocar em xeque tanto o capitalismo unidimensional como o aparato burocrático soviético, denunciando a forma pela qual esses sistemas estariam se impondo, através da forte dominação autoritária. A viragem mostra-se como uma *revolução cultural*:

O movimento tomou a forma, então, de uma revolução cultural, desde o começo; ele concebeu a revolução do Século XX, como aquela em que, não só as demandas políticas e econômicas, mas também radicalmente outros desejos e esperanças seriam articulados: o desejo para um novo senso moral, para um ambiente mais humano, para uma completa "emancipação dos sentidos" (Marx), em outras palavras, uma libertação dos sentidos desde a compulsão para perceber as pessoas e as coisas apenas como objetos de troca. "Poder para a imaginação!" A *New Left* estava preocupado com a emancipação da imaginação das restrições da razão instrumental. Ao contrário de uma aliança entre realismo e conformismo, as forças da *New Left* criaram o slogan: “seja realista, peça o impossível”. Isso é o que a forte componente estética do movimento originou: a arte foi vista como uma força produtiva emancipatória, como as experiências de outra (e imediatamente reprimida) realidade (Marcuse, 2005: 184).

A contradição entre a realidade e o impossível faria com que se assumisse uma postura oscilante, entre o realismo, a estética e a utopia. Outrossim, a base cultural estabelecida veio a reduzir as determinações econômico-políticas em termos de aspectos culturais. Porém, novamente aqui entra o problema de tomar a emancipação apenas pela estética, de forma a não perceber as restrições tangentes. Se a *New Left* pudesse ser reduzida ao ponto que Marcuse a entende, então sua forma de ação estaria restrita aos países centrais, pois a dimensão artística desenvolvida, o discurso da Modernidade Cultural, seria o próprio fator ideológico de consolidação epistemológica e de imposição cultural. Mas, não é se voltando ao caminho ontológico de Marx que Marcuse consegue a resolução desse impasse, mas sim, entendendo que a *New Left* precisaria encontrar o seu sujeito social – e, nesse sentido, sua teoria parece se valer de um apriorismo da “imaginação” sobre a prática, conforme os sujeitos já previamente idealizados necessitariam apenas de ser encontrados. A preocupação com os excluídos, com os “outros”, teria o intuito de compreender esses “novos sujeitos” que, através das lutas sociais, se articulariam contra o sistema capitalista, sobretudo, fora do espaço dos países centrais. O caminho da imaginação transcenderia as fronteiras políticas e sociais, no sentido de reestabelecer a utopia das reais possibilidades revolucionárias desse período. Se deveria levar em consideração, como afirma Marcuse (2005), que a noção de revolução empregada foi diferente daquela de décadas anteriores, por se basear na preocupação com o “Terceiro Mundo”, por se basear no comunitarismo, na autonomia e na liberdade individual, e, por almejar uma sociedade internacional descentralizada das instituições políticas e econômicas e procurando novas formas de harmonia com a natureza, disposta através de um amálgama cultural, que uniria esses fatores. Em grande medida, isso congregou muitas das aspirações sociais em voga naquele momento, por se apoiar em valores de solidariedade internacional, inter-racial e na rejeição de valores da classe média (como acumulação de riqueza e poder) e, principalmente, por tentar reconstruir a vida cotidiana, através de uma maior sensibilidade cognitiva.

Porém, a grande contradição existente não foi absorvida pela teoria. No Sul global, o que estava sendo articulado era uma forma de revolução contra o imperialismo, e, portanto, concernente à exploração econômica das grandes potências. A ressonância do pensamento de Lênin sobre o imperialismo, que considerava-o não apenas como “etapa

superior do capitalismo”, mas sim, como fator que não poderia ser combatido unitariamente, sem referência ao desenvolvimento histórico e dialético do capitalismo, pois a dependência entre os Estados levaria a uma fase de desenvolvimento desigual e combinado, juntamente com os antagonismos imperialistas e as lutas pelo domínio colonial (Bambirra & Santos, 1980; Lênin, 2011). Essa perspectiva ficou bastante clara nas considerações de Che Guevara no encontro da I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OLAS), a chamada Tricontinental, ocorrida em 1966 em Havana, quando o líder revolucionário latino-americano evocou a união dos povos dos três continentes contra o imperialismo, evidenciando os vários tipos de imperialismo que incidiam sobre esses continentes, as lutas armadas dos povos locais, valorizando as lutas que colocassem em xeque “todo o aparato imperialista” (Guevara, 1966). Os movimentos anticoloniais de libertação nacional evidenciariam as lutas pela gradual libertação dos povos, mas apenas um movimento forte, contra o domínio imperialista dos Estados Unidos poderia ser vitorioso, porque atacaria o cerne político econômico dos problemas do capitalismo daquele momento. Sumariamente, por mais que esse movimento terceiro-mundista estivesse se organizando, ele compunha uma demanda cuja sensibilidade para uma solidariedade internacional não o alcançaria. A *New Left*, em sua perspectiva europeia e norte-americana, se definia pela solidariedade internacional, pela perspectiva dos novos sujeitos, pela ruptura com o comunismo soviético e pela crítica ao capitalismo, que se aproximava da crítica de Marcuse à sociedade unidimensional. Questões como o autogoverno e a crítica à repressão no mundo capitalista, o encontro de novos agentes emancipadores e o enfoque da revolução cultural marcaram um efeito de contágio, o “eros effect”, demarcando a existência de movimentos globais e quando “novas formas de poder emergiram em oposição à ordem estabelecida e novas visões do significado de liberdade foram formuladas na ação de milhões de pessoas” (Katsiaficas, 1987: 6). Marcuse teve algum sucesso em trilhar esse caminho, pois a percepção dos empecilhos alienantes do cotidiano, as chamadas mediações ou a denominada sociedade unidimensional, apesar de não terem sido suficientemente abordadas por Marcuse, compuseram, em larga escala, as críticas dos movimentos sociais. No sentido marcusiano, a *New Left* proporia uma nova cognição epistêmica da sociedade – especialmente, do indivíduo – sobre o mundo, mas não uma saída emancipatória ontológica.

## CAPÍTULO 5

### AS DUBITAÇÕES E FRATURAS DO PÓS-68

Se anteriormente foi possível demonstrar a relação dialética entre teoria e prática relacionada ao momento imediatamente anterior e posterior aos acontecimentos – focalizando as perspectivas do estruturalismo, do pós-estruturalismo e da teoria da sociedade unidimensional, que oscilaram entre o pessimismo e o otimismo, entre a renovação e as lacunas resultantes – o presente capítulo iniciará uma discussão sobre as sobreposições da teoria sobre a prática. A busca constante de novos aspectos analíticos das Ciências Sociais, imediatamente associadas com as renovações do marxismo, acabou por trazer novas formulações embasadas nos ocorridos de 68. É importante frisar que o conjunto dessas teorias pós-industriais teve uma grande importância na teoria social, sobretudo na análise das questões sobre o trabalho e sua centralidade. Quanto a esse movimento, seria possível apontar duas vertentes que se responsabilizaram por isso: as teorias da ação comunicativa embasadas no pensamento de Jürgen Habermas; e as teorias dos novos movimentos sociais, através do pensamento de Alain Touraine.

A linha condutora dessa análise será a de perceber como os balanços posteriores a 68 trouxeram, na tentativa de oferecer uma nova compreensão dos acontecimentos, a negação dos mesmos, muitas vezes consolidando a *tábula rasa* do pensamento sócio-historiográfico, que, segundo a ironia de Eagleton (2003: 20), faz com que qualquer coisa acontecida antes de 1980 seja considerada como “história antiga”. Pode-se dizer, *a priori*, que essa teoria está profundamente enraizada na análise dos fatos ocorridos em países centrais, e mesmo com uma sensibilidade para ampliação da abrangência, pouco diz respeito a países periféricos, com raras exceções. Por outro lado, criaram uma fictícia oposição entre o “velho” e o “novo”, da qual, a pesquisa social empreendida apenas deveria apontar as atuais dinâmicas de identidade da sociedade, praticamente desconsiderando sua gênese. Essa apresentação coloca em questão algumas das assertivas que deram origem à pós-modernidade, questionando seus fundamentos científicos ou apenas fundamentos ideológicos, ou seja, se as rasuras teóricas elaboradas afastam por completo o positivismo científico da modernidade ou se o afirmam com uma nova roupagem, mas cuja essência se faz através de um forte ataque aos pressupostos de lutas de classe que conduziram os aconte-



cimentos. Por isso, faz sentido considerar que na origem desse problema estaria um desencanto produzido pelas sequelas de 1968, combinadas com as oportunidades de um estilo de vida “sobrecomunista” oferecido pelo capitalismo aos estratos medianos (classes médias) a partir da era Regan-Tatcher (Callinicos, 2011: 45), ou seja, em concordância com o consenso neoliberal, pautado no ataque aos movimentos operários e estudantis que haviam se manifestado anteriormente.

Num primeiro momento, o destaque para a racionalidade comunicativa e para o fim da centralidade do trabalho será essencial para se perceber como o “pós” 68 se afirmou como o principal escopo de análise de movimentos sociais. Num segundo momento, parece claro que a prosperidade econômica dos anos 1960, contraposta com a crise econômica dos anos seguintes, e a apatia de mudança ocorrida na década de 1980 conduziram massivamente à interpretação de que tudo não havia passado de uma utopia mal resolvida. Os dois deslocamentos se coadunam com a percepção, já lançada anteriormente, de ocultamento dos problemas estruturais e ênfase na questão das novas subjetividades, pautadas na crise da noção *procedimental da razão* e uma viragem à ação comunicativa.

### **5.1 A racionalidade comunicativa e a perspectiva participativa**

É imprescindível considerar a importância que as análises de Habermas operam na sociologia e na filosofia contemporânea, por isso, não seria possível fazer aqui um estudo mais pormenorizado de seu pensamento. Serão, assim, considerados dois aspectos que complementam: as considerações sobre as transformações sociais, de uma sociedade pautada no trabalho para uma sociedade pautada na interação; e sua análise sobre o movimento estudantil alemão e norte-americano. Muitos estudos atentaram para a importância de seus argumentos sobre a ruptura com a centralidade do trabalho, da substituição de uma teoria do valor por uma teoria comunicativa e dos fundamentos legais da democracia deliberativa (Antunes, 2003, 2008; Mészáros, 2004; Callinicos, 2006, 2011). No entanto, o presente momento ampliará o debate sobre as mobilizações sociais e a perspectiva centrada na participação, ou seja, de que os movimentos estudantis e operários que se manifestaram anteriormente deveriam abandonar as formas de contestação para assumirem uma posição *participativa*.

O ponto de partida de Habermas é, assim como o de Marcuse, a tentativa de revisão hegeliana da obra de Marx, considerando que na filosofia ética hegeliana não haveria apenas uma dialética centrada no trabalho, mas uma racionalidade comunicativa, em muito ignorada por Marx e que, por isso, apareceria subordinada à racionalidade instrumental do trabalho (Habermas, 2001). O trabalho, por assim dizer, não garantiria por completo a efetividade da interação (o sistema) na sociedade, pelo contrário, “a progressiva racionalização do trabalho está agarrada uma massa de representações históricas do desejo humano” (p. 42). Quanto ao argumento aqui apresentado trata-se do início da procura de um estatuto para a racionalidade comunicativa, pois a racionalidade do trabalho não explicaria por completo o desenvolvimento da interação social, pois em determinadas situações (como a da fome e da miséria), “não existe uma conexão evolutiva automática entre trabalho e interação”. A não articulação dialética entre trabalho e interação resultaria em uma incerteza sobre a emancipação, a incerteza de que ela seria apenas possível através do trabalho.

Essas considerações filosóficas são encadeadas pela constatação de que a substituição do trabalho por máquinas – como aparentemente poderia se delinear naquele momento, o que não garantiria a emancipação – afirmaria um deslocamento do foco da produção para as forças produtivas técnicas<sup>41</sup>. Ou seja, a técnica exerceria um papel fundamental nesse processo. Com o intuito de apresentar uma nova compreensão da técnica e da racionalização das sociedades de capitalismo avançado, Habermas problematiza em Marcuse suas considerações sobre uma “nova técnica” presente na estrutura do trabalho, identificada em termos de substituição da técnica existente por uma nova, um novo enquadramento institucional, não afetando as forças produtivas e apresentando apenas modificações dos valores regulatórios. Ao discordar da análise de Marcuse, Habermas procura reformular o conceito de racionalização de Weber, ao considerar a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, uma mudança institucional que deveria

---

<sup>41</sup> Aqui, nesse sentido pode-se apontar que, por caminhos completamente opostos, Althusser e Habermas parecem se deparar com uma mesma problemática: o lugar da técnica na sociedade capitalista. Althusser utiliza das categorias marxistas e observa um destaque para as “relações sociais técnicas de produção” nas forças produtivas e *desconsidera* o trabalho (Capítulo 2). Em Habermas, por sua vez, técnica passa a ser sinônimo de forças produtivas e *invalida* as considerações sobre o trabalho, justamente porque *desconsidera* a noção de trabalho enquanto atividade vital e necessária do ser humano (Capítulo 1) e, assim como Weber, a designa apenas como uma atividade *estritamente* racional, criando uma impossibilidade normativa de emancipação e se opondo radicalmente a Marx.

conduzir ao marco da ação racional teleológica. Ou seja, o *trabalho*, descrito como normas técnicas, qualificação, aprendizagem e aumento das forças produtivas, deveria ser substituído por outro “paradigma”, de enquadramento institucional, a interação simbólica mediada, ou *ação comunicativa*, identificado pelas normas sociais, pela internalização de papéis, pela emancipação e pela individuação<sup>42</sup>.

Porém, o que atribui fundamento a essa passagem de um modo produtivo tradicional para um modo produtivo moderno e complexo, do trabalho à interação? Segundo o filósofo, trata-se de uma *evolução social*, na qual “as sociedades tradicionais só existem enquanto a evolução dos subsistemas da ação racional dirigida a fins se mantém *dentro dos limites da eficácia legitimadora das tradições culturais*” e que, portanto, “isto origina uma *superioridade* do marco institucional” (p. 62). Em outras palavras, não se trata de um desenvolvimento historicamente assentado em suas contradições, mas de um curso natural dos acontecimentos, cuja evolução da institucionalização das técnicas, os assim chamados subsistemas da ação racional, apontariam para “o mecanismo da história evolutiva da espécie”.

Essas considerações são claramente problemáticas. No entanto, assim como em Weber e seu “desencantamento do mundo”, não haveria uma mediação histórica convincente para essa afirmação e, por conseguinte, mistificaríamos e deixariamos de lado o processo histórico contraditório e subjacente, aceitando uma espécie de historicismo interpolado com uma teoria do conhecimento positiva (Löwy, 2000). O ponto de partida seria de dupla funcionalidade, de crítica e apologia da racionalidade, a qual, pelo curso dos acontecimentos, se desenvolveria o segundo aspecto. A mudança institucional parte dessa dicotomia e consolida outros aspectos dicotômicos (comunidade e sociedade, dominação tradicional e dominação burocrática, ordem e classe, etc.), bem como as coaduna com as orientações alternativas de valor de Talcott Parsons, como síntese de um processo histórico, para então extrair um resultado da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. A lacuna se apresenta quanto ao processo histórico, por conta do desdobramento transcendental da razão, ou seja, é a-histórico e não admite contradição, como em Kant e inscrito nos valores de legitimidade cultural, no destino da época e no desencantamento do mun-

---

<sup>42</sup> Para maiores detalhes, ver quadro sistematizador em Habermas (2001: 59).

do que obedeceria à racionalização e à institucionalização legitimadora, permitindo uma coesão social racionalizadora, como em Weber.

Para afirmar esse ponto de vista, Habermas (2001) irá empreender um projeto de crítica à teoria do valor-trabalho<sup>43</sup> que, nesse momento, é contrastada por duas *tendências evolutivas*, na passagem do Século XIX para o XX, que caracterizam o capitalismo liberal: a atividade intervencionista do Estado que asseguraria a credibilidade do sistema; e a crescente interdependência de investigação técnica, que tornou as ciências na “primeira força produtiva” (p. 68). A evolução do Estado deveria ser compreendida por meio da estabilidade do desenvolvimento econômico que permitiu que se alcançasse uma prosperidade econômica e de dominação da democracia formal (assim como em Bobbio), que garantiria a segurança social e as oportunidades de promoção pessoal, prevenindo-se dos riscos do crescimento e, por conta disso, ganhariam o consentimento das massas. A política, portanto, seria deslocada da “realização dos fins práticos” para a “resolução de questões técnicas”, ou seja, deveria se despolarizar para alcançar maior efetividade no intervencionismo estatal e, para isso, era necessário estar pautada na “cientificação da técnica” – segundo aspecto da dupla evolução (p. 70-2). É nela que se encontra a absorção pelos subsistemas da ação proveniente do trabalho, com vias a desenvolver uma aspiração tecnocrática, da qual a articulação linguística da ação comunicativa presume a interiorização das normas sociais para que sua efetividade se consolide no desenvolvimento da técnica, ou seja, através de um “comportamento adaptativo” (p. 76).

Por conta dessas transformações, os conceitos de luta de classes e de ideologia não poderiam ser utilizados, porque a regulação do capitalismo pacificaria as lutas de classe e proporia uma nova ideologia, uma *consciência tecnocrática*. A base é, portanto, considerar que as oposições de classe, na medida de seu apaziguamento e ampliação da classe assalariada, refletiria agora disputas entre *grupos de privilégios* (grupos privilegiados e sub-privilegiados), resultando no abandono da antiga ideologia e a assunção de uma nova.

---

<sup>43</sup> O delineamento mais complexo dessa crítica está em Habermas (1989), em especial no excerto *VII- Concluding reflections : from Parsons via Weber to Marx*; e em *2. Marx and the Thesis of internal colonization*. Para maiores elementos críticos acerca das considerações de Habermas, ver Antunes (2002); Callinicos (2011); e Mészáros [1989] (2004).

O núcleo ideológico desta consciência é a *eliminação da diferença entre práxis e técnica* - um reflexo, mas não o conceito, da nova constelação que se estabelece entre o marco institucional desprovido de poder e os sistemas autonomizados da ação racional dirigida a fins. A nova ideologia viola assim um interesse [...] que é inerente a uma das duas condições fundamentais da nossa existência cultural: a linguagem ou, mais exatamente, a forma da socialização e individualização determinada pela comunicação mediante a linguagem comum. Este interesse estende-se tanto à manutenção de uma intersubjetividade da compreensão como ao estabelecimento de uma comunicação liberta da dominação. A consciência tecnocrática faz desaparecer este interesse prático por detrás do interesse pela ampliação do nosso poder de disposição técnica. A reflexão que a nova ideologia desafia deve, pois, remontar atrás de um interesse de classes historicamente determinado e trazer à luz o complexo de interesses que como tal caracteriza uma espécie, que a si mesma se constitui (p. 82).

O que está patente aqui é que se fossem eliminadas as diferenças entre a prática e a técnica, o resultado seria a despolitização do marco institucional (prática) e a autonomização dos subsistemas gerados pela técnica. Esse quadro permite que a linguagem seja articulada comumente, compreendendo e se livrando da dominação. O resultado, o abandono da prática e ampliação da disposição técnica, rompe com a práxis característica das lutas de classe. Mas quais as garantias para a passagem se efetivar? No que consiste a libertação sobre a dominação e o poder das instituições? Certamente essa resposta – que não poderá ser dada aqui por completo – remete-se ao fundamento intersubjetivo da esfera pública (desenvolvida *a posteriori* na obra de Habermas), conforme a luta por interesses de classe passa a ser dada pela discussão da efetividade do interesse técnico<sup>44</sup>. Por isso, ao invés dos antigos conflitos de classe, os novos conflitos – conflitos que já emergem no interior do Estado tecnocrático - “só pode[m] surgir onde a sociedade tardo-capitalista tem de imunizar-se por meio da despolitização das massas da população contra a impugnação de sua ideologia tecnocrática de fundo”, um novo espaço político, ou seja, no “sistema de opiniões públicas administrado pelos meios de comunicação” (p. 89). Esses conflitos, por conseguinte, não seriam lutas de classe no sentido atribuído por Marx, mas sim, conflitos de interação dados num plano meramente comunicativo.

---

<sup>44</sup> Se essa proposição não for absurda, o abandono deliberado de um interesse de classe nada mais seria do que um resultado de um consenso de que, os meios encontrados pelas Democracias Liberais para o controle econômico e legitimidade de seu poder político seriam, portanto, eficazes. Com isso, Habermas cria condições para que houvesse uma assimilação da nova forma de Estado, a qual não permitiria o descenso pausado nos interesses de classe, ao invés de, no mínimo, apontar os limites desse modelo formal e procedimental exigido pela Democracia Liberal. E aqui coaduna-se o principal ponto que será utilizado na crítica habermasiana ao movimento estudantil: por não haver compreendido essa transformação, o movimento deveria abandonar sua forma de manifestação para, assim, assumir uma posição ideológica consoante com o novo Estado.

## 5.2 Os estudantes, a participação e a integração

Tendo como personagem principal os estudantes, o conflito anteriormente apresentado é considerado em torno de três perspectivas: (i) o grupo de estudantes em protesto é um grupo privilegiado proveniente das camadas burguesas da sociedade, por isso, seus interesses não surgem de uma posição social imediata; (ii) a orientação do Estado Social prevê a derrocada dos valores burgueses, mas caso os estudantes se dedicassem à formação profissional, as compensações podem ser promissoras e, no caso dos estudantes de ciências humanas, seus trabalhos estariam imunes à consciência tecnocrática; (iii) os protestos não se constituem contra as “categorias disponíveis” de compensação social, mas sim, contra a própria compensação, e isso revelaria que não se trata de um movimento que quer fazer rupturas com a autoridade dos pais, mas um movimento de burgueses e pequeno-burgueses em decadência, que protestam e não compreendem que o indivíduo não é mais determinado pelo trabalho (Habermas, 1971). Do ponto de vista da ação comunicativa, parece ser certo que os protestos estudantis daquele momento, justamente pela forma como foram concebidos, não fariam qualquer sentido.

Habermas analisa os ocorridos de 68 como uma crise da democratização das universidades, em que estas devem ser consideradas como um espaço de criação de uma tecnologia avançada na produção industrial e no trabalho social, exercendo o papel de qualificar novas gerações e expandir a reprodução da educação, para além da reprodução do conhecimento técnico, mas também presente no cerne de sua produção. O que está em jogo aqui é compreender a relação entre as universidades e o processo econômico; um caminho um pouco mais complexo e real do que o visto pelos pós-estruturalistas.

A relação entre a universidade e o processo econômico estaria, portanto, interligada através de três aspectos fundamentais: a produção e socialização do processo produtivo; a transmissão de conhecimento e desenvolvimento da tradição cultural; e o desenvolvimento da consciência política estudantil. No entanto, as transformações econômicas sofridas no período posterior à Segunda Guerra impuseram novos dilemas às universidades: seria possível a universidade manter, em sua nova institucionalização, sua tradição de formação separada de um mercado do saber? Quais seriam os novos desafios para essas instituições mediante uma crise política e a emergência de um mercado aberto e diferenciado? Habermas aponta que, à medida que a universidade estivesse em consonância

com o mercado educacional, sua volta ao passado – manter suas tradições – seria impossível, à medida que se expande a empresa de conhecimento universitário. Sendo assim, se a universidade fosse preparada para se adaptar às transformações da sociedade pós-industrial, deveria então estar em consonância com a auto-orientação e com o autoentendimento do estudante e do espaço público, colocando à prova sua influência na ação comunicativa.

Nesse sentido, o movimento estudantil estaria sendo colocado perante o desafio de compreender e se mobilizar mediante as questões políticas daquele período, no sentido de desejar algum esclarecimento político sobre a vinculação entre o mercado e o saber universitário. Trata-se, portanto, de compreender qual o sentido daquelas alterações, o sentido daquela *Reforma Universitária* – ocorrida tanto na Alemanha e na França, bem como no Brasil e em Portugal, entre os anos de 1967 a 1969 – da qual as nuances ainda pareciam desconhecidas.

Em sua origem, a universidade foi, segundo Habermas, “inserida na sociedade democrática numa determinada extensão política de autoentendimento tradicional”, o que implicou em manter a noção de autonomia como fundamento do autogoverno universitário, impedindo que a universidade consolidasse um projeto de reforma universitária próprio e de motivação espontânea (Habermas, 1971: 5). A manutenção ilusória da autonomia universitária significaria um retrocesso dentro dos próprios princípios universitários. No contexto das sociedades democráticas, a modernização das universidades se faria inevitável, negando uma universidade tradicional e autônoma de princípios de mercado, pois seu autoentendimento e autogoverno já não mais seriam possíveis. A reforma universitária pretendida não mais poderia deixar as universidades separadas da sociedade. Com isso, a democratização da universidade (em termos de sua reforma e rompimento com a autonomia universitária) seria positiva, porque possibilitaria uma afinidade entre a empresa de conhecimento universitário e a forma política democrática de tomada de decisão. Na universidade tradicional, a lógica de separação entre o saber teórico e o saber prático sugeriria uma separação instrumental entre a política – usualmente presente apenas como objeto científico – e a prática, fato que no interior das sociedades democráticas não poderia aparecer desvinculado. Esse argumento representa uma transformação bastante significativa no

que toca ao papel das universidades naquele momento<sup>45</sup>. Com a ampliação do debate político nas universidades, poder-se-ia ampliar a ação comunicativa para a tomada de decisão, onde o consenso estabeleceria um importante papel para o prolongamento do debate político. Por conta disso, o papel da universidade seria redimensionado para uma maior aproximação com o debate público na sociedade, estreitando os caminhos entre os especialistas e o público em geral. Assumindo dimensões da prática reflexiva da ciência, a filosofia passaria então a servir como fundamento para o redimensionamento da ética profissional, operando uma significativa aproximação entre a universidade e a prática profissional, com o objetivo de ampliar a consciência da discussão. O resultado seria a motivação da universidade como instituição científica e de organização social.

Por isso, a participação estudantil deveria ser considerada através de sua dimensão de conscientização e de politização da ciência, *aprimorando a razão comunicativa*, ou seja, permitindo que houvesse maior participação dos estudantes no processo de pesquisa, como “autorreflexão da ciência” (p. 9). As transformações da racionalidade universitária deveriam, sem serem confundidas com as proibições metodológicas, estabelecer uma racionalidade compreensiva, articulando a teoria e a prática; o que não significaria, por consequência, dividir as universidades entre aquelas que almejam a especialização profissional e aquelas que almejam a politização externa.

O que Habermas coloca em questão é saber se a comunidade universitária estaria apta a debater a política atual, legitimada com os mesmos princípios que definem a “forma democrática” de tomada de decisão, através de uma “racionalização das decisões de tal forma que elas podem ser feitas dependendo de chegar em um consenso através da discussão livre de dominação” (p. 10). Esse seria, portanto, o princípio a ser defendido e legitimado pelas universidades. Com isso, ao se questionar o processo de tomada de decisão,

---

<sup>45</sup> Quando analisado mais profundamente, esse argumento de Habermas cai num dualismo: primeiro, que sua análise sobre a política se remete apenas à forma institucional de política nas universidades, no caso, na análise científica da política; segundo, que, historicamente, o movimento estudantil sempre foi um dos carrochefe da politização no interior das universidades (Ver Boren, 2003), mas dificilmente se consolidaria como uma estrutura estável nas universidades, procurando sempre um caráter mais informal para sua prática. Nesse sentido, a existência da Associação Acadêmica de Coimbra parece ser uma exceção, na medida em que sua estrutura formalizada desde os anos XX, não pode ser considerada de forma informal. Por outro lado, no caso do Brasil, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes, fundada em 1938, estaria colocada fora da universidade, apesar de sua abrangência como, por muito tempo, única estrutura formal de organização estudantil. Nesse sentido, as considerações de Habermas parecem desconsiderar que a política realizada pelo movimento estudantil esteve, em especial nos anos 1960, frutífera e informalmente presente nas universidades, diminuindo as distâncias entre teoria e prática apresentadas.



ele deveria ser distinguido em duas proposições analíticas: a) a discussão de propostas e justificação; b) a decisão que precede a argumentação. A articulação desses dois procedimentos (em um sentido quase *procedimentalista*) levaria os membros da universidade a tornarem clara a distinção entre a argumentação e a demonstração dos argumentos. A universidade, não como uma empresa de saber, mas como empresa crítica de saber, poderia, concomitantemente, juntar as demandas estudantis por sua democratização e aproximar-se da tomada de decisão política. Essa proposta, que se pode chamar de *participativa*, portanto, deveria ter como base a formação de comissões conjuntas, entre professores e alunos, com debate sobre a política universitária e informando o público sobre seus resultados.

O movimento estudantil de 68, como entendido pelo filósofo, não teria compreendido a passagem para a racionalidade comunicativa, o que permitiria a Habermas operar uma profunda crítica àqueles estudantes. A politização estudantil pretendida não poderia ser exercida da forma que estava ocorrendo, mas sob outras três condições: (i) o autoentendimento dos estudantes como futura elite do país, responsáveis pelo processo de modernização; (ii) a universidade assumindo o papel de agente de mudança social, na medida em que também os estudantes não estariam ainda aptos para exercer os papéis de significância política; e, por fim, (iii) considerando que os velhos padrões sociais são os mesmos que definem a vida dos estudantes e que, portanto, haveria uma conexão entre as experiências adolescentes desenvolvimentistas e as mudanças na estrutura social. No entanto, em suas observações, percebe que nenhuma das características do movimento coadunar-se-ia com as características das sociedades avançadas e que, portanto, nesse caso, as expectativas dos estudantes conseqüentemente se frustrariam. As profundas mudanças de geração afastavam radicalmente esses estudantes das memórias do período nazista, das incertezas sobre a estabilidade econômica e a pobreza: era uma geração que havia nascido na democracia de massa do Estado Social e do capitalismo organizado, se beneficiando do desenvolvimento industrializado da sociedade. Nesse caso, parece haver uma descontinuidade geracional, entre o passado de um capitalismo desregulado e sua viragem.

O protesto estudantil alemão (numa análise que pode ser estendida para os Estados Unidos), desse ponto de vista, assumiria a forma de provocação, indo além das regras legitimadas do jogo político democrático. Por isso, mesmo que as palavras de ordem do movimento estudantil, como por exemplo, *free speech*, *knowledge factory* ou *student*

*power*<sup>46</sup>, evidenciassem o descontentamento, as transformações sociais e políticas não poderiam ser dessa forma compreendidas, justamente porque esses próprios estudantes eram um produto dela:

Participantes em protestos estudantis são quase exclusivamente jovens burgueses – crianças brancas de classe média – que não representam a classe trabalhadora, ou negros, ou os países subdesenvolvidos, mas que querem agir por eles e em seu nome. [...] Esses estudantes não entendem a si mesmos como intelectuais que renunciam à sua classe social e se colocam como uma vanguarda à frente da opressão e exploração. Eles entendem não um estoque de direitos institucionalizados nas constituições burguesas, para eles não há dúvidas de que o sistema estabelecido poderia eventualmente integrar até mesmo aqueles grupos não ainda integrados hoje – isso é, de fato, precisamente o que se teme. As realizações do passado aparecem para esses estudantes como modelos de integração, que tem absorvido só muito eficazmente todas as forças opositoras. Então nós somos confrontados aqui com a primeira revolta burguesa contra os princípios da sociedade burguesa que está funcionando quase com sucesso de acordo com seus próprios padrões. O que está em questão não é a produtividade do sistema e eficiência, mas sim a forma que as realizações do sistema têm sido sentidas na própria vida e tem tornado independente as necessidades das pessoas que vivem nele (p. 28).

O argumento de Habermas aponta que os estudantes possuíam uma noção alargada da constituição, que deveria ser aplicada a todos os cidadãos, a todos os indivíduos e não apenas aos burgueses. O que os estudantes almejavam não era apenas a garantia de direitos aos burgueses, mas a todos os indivíduos da sociedade. Isso implica que os movimentos estudantis não precisariam ser oriundos das classes trabalhadoras para reivindicarem os direitos por elas, eles aproveitam de sua posição privilegiada para fazerem isso. A constituição, que nasce como fruto da luta da burguesia para a conquista do Estado é vislumbrada pelos estudantes, enquanto burgueses, no sentido do alargamento destes para todas as classes sociais. Por isso, segundo essa visão, a solidariedade estudantil com a guerra do Vietnã tem como fundamento a crítica ao projeto de modernidade e à falsidade dos elementos emancipatórios propostos:

---

<sup>46</sup> São três os significados atribuídos a essas palavras de ordem. *Free Speech* designava a reação contra a proibição do debate político na Frei Universität, gerada principalmente a partir de uma politização da Verband Deutscher Studentenschaften (VDS) que associava automaticamente os estudantes como membros e apontava que o problema da universidade não pode ser separado da sociedade como um todo. *Knowledge Factory* era uma expressão que designava o mal que poderia ocorrer com a expansão das universidades sem mudanças estruturais, com a ampliação de cursos destinados à reprodução e maior regulação de professores e estudantes. *Student Power*, por sua vez, designava um programa alternativo de democratização das universidades, da qual os estudantes queriam obter o poder de decisão conjunta em todos os corpos do autogoverno (Habermas, 1969; Harman, 1998).

Com base em uma fundamental falta de simpatia com a reprodução insensata de virtudes agora supérfluas e sacrifícios, a nova geração tem desenvolvido uma particular sensibilidade para a inverdade de legitimações vigentes. Indignação contra o duplo padrão de moralidade da velha geração é, naturalmente, repetida em cada geração. Mas os protestos de hoje dirigidos contra uma sociedade que emprestou os ideais de emancipação do século XVIII, a força de normas constitucionais e acumulou o potencial para a sua realização - enquanto não tenha abolido a fome no mundo de potencial abundância, enquanto aumentou a diferença entre nações industriais e desenvolvidas, exportando miséria e violência militar juntamente com a higiene das massas. Este é o significado simbólico que a intervenção americana na guerra civil vietnamita tem tomado na atualidade aos olhos não somente de muitos estudantes americanos, mas de muitos estudantes alemães também (p. 25).

Habermas valoriza a solidariedade dos estudantes alemães para com os ocorridos no Vietnã, mas enfatiza a crítica que estava sendo operada nas sociedades ocidentais. No entanto, mesmo com essa ressalva, o movimento estudantil parece estar deslocado das reais alterações que estariam sendo vislumbradas na sociedade: a passagem para uma racionalidade comunicativa, a qual exigia um posicionamento participativo dos estudantes perante as transformações da universidade e para se atingir maior debate político no interior da universidade, um debate despolitizado das antigas ideologias, não havia sido realizado. Portanto, há aqui uma profunda contradição nesse ponto de vista: se por um lado, válida a crítica estudantil acerca da universidade e a tensão para com os direitos sociais, por outro, com o entendimento de um modelo mais adequado para a efetividade da luta estudantil, o modelo participativo, aponta uma saída de despolitização do movimento para assumir um quadro mais técnico da política, que imporá aos estudantes o abandono dos radicais manifestos e a aceitação de que a passagem da sociedade industrial (fundamentada pelo trabalho) para a sociedade pós-industrial (fundamentada na comunicação) seria uma consequência e os estudantes apenas poderiam se adequar a isso, pois já estariam sendo previamente beneficiados. No entanto, esse posicionamento comunicativo-participativo exige um tratamento mais apurado e crítico.

A proposta *participativa* de Habermas aponta para uma saída de construção de movimentos que tencionassem a democracia através das bases construídas nas próprias universidades e que incentivasse a participação para a discussão dos problemas políticos nesse interior. O sentido para essa ação seria o de operar um pacto entre o poder público e a comunidade universitária, praticamente criando condições propícias para que as demandas universitárias se tornassem realidade. Aproximativamente, como modelo dessa proposta, seguramente o *Port Huron Statement*, criado pelos estudantes universitários de

Michigan, nos Estados Unidos nos anos de 1960 – cuja presença do militante Arnold Kaufman foi decisiva – parece ser um dos primeiros momentos em que a universidade foi pensada em termos de uma *democracia participativa* e, por isso, poderia ser uma ilustração prática do modelo participativo, um contraponto à radicalização dos jovens alemães.

Da forma que vigorou em Michigan, os estudantes pediam a participação nas estruturas da universidade e em outros locais de governo, “criticando os pontos de vista antiparticipativos de seus professores” e atraindo o enfoque para a universidade “sobre as quais os estudantes radicais insistiram e algumas vezes asseguraram uma democratização parcial, envolvendo estudantes na tomada de decisão no nível das aulas, bem como em comitês e coisas semelhantes como políticas curriculares e de graduação” (Cunningham, 2009: 140). Essa proposta seguia a tendência de democratizar outros locais externos à universidade, como o trabalho, a família, a mídia, a vizinhança, as escolas pré-universitárias e creches, além da tomada de decisão sobre questões de meio ambiente, procurando atingir sistemas políticos mais amplos, com vistas para a democratização. Do ponto de vista prático, essa proposta parece consolidar, anos antes da análise de Habermas, um pouco de como os estudantes deveriam enfrentar os novos problemas concernentes à ampliação de uma democracia de base, com ampla participação de vários setores universitários. Além disso, é importante frisar que esse modelo conserva algumas das características observadas por Habermas, sobretudo, sua capacidade de estabelecer um consenso através do discurso e do intenso debate, ao invés da radicalização do movimento.

Parece ser necessário fazer algumas ponderações quanto à possibilidade de estabelecer um modelo participativo de universidade e sua relação com a *ação comunicativa*, a *redução da distância entre universidade e mercado*, e a questão da *superação das lutas estudantis e operárias no modelo de sociedade integrada*. O efeito dessa crítica está novamente em perceber que Habermas apenas considera o espaço do subsistema econômico como autônomo e, portanto, submeteria os outros subsistemas a ele, devendo então, todas as aspirações sociais naturalizarem o mercado e conceberem uma forma “positivista acrítica” de politização social (Callinicos, 2006: 35).

Porém, seria possível considerar que o espaço das universidades seria um espaço hábil para se tencionar a democracia para as sociedades, ou, por outro lado, seriam as universidades apenas um espaço de politização, cabendo assim aos próprios estudantes decidir se seu projeto político seria um projeto de crítica ao mercado ou de aceitação a ele; ou se,

de outra forma, o vínculo de crítica ao mercado dos estudantes e dos trabalhadores não se fundiria numa crítica econômica e política que procurasse a superação do sistema capitalista, independentemente das benesses conseguidas e “prometidas” desigualmente pelo modelo de Estado de Bem Estar Social? Para se almejar uma construção de uma resposta nesse sentido, é preciso então avaliar outros limites da proposta habermasiana de democracia participativa.

O *primeiro* está nas próprias formulações teóricas de Habermas no que diz respeito à ação comunicativa: ao se substituir a alegada razão instrumental da universidade tradicional pela racionalidade comunicativa da universidade inserida nas sociedades democráticas contemporâneas, não estaria a universidade – fundada no processo da Modernidade – fadada ao fracasso? A formulação da ação comunicativa de Habermas, através da negação do trabalho está pautada numa base de racionalidade que desconsidera a existência humana e resulta, portanto, em uma “metaética kantiana”, na qual se privilegiam “as normas e os deveres em detrimento de outras formas de vida ética, como as virtudes” (Calinicos, 2011: 234) e que apenas revela que a concepção estritamente instrumental do trabalho não é a mesma levada a cabo por Marx (2004), a da alienação e do estranhamento. Habermas (1985) não parte da coletividade para definir o indivíduo, mas define o indivíduo para definir a coletividade; por isso, *o trabalho está totalmente demarcado em nível institucional do sistema: ele considera o trabalho de uma forma muito mais descritiva e sistêmica e não com uma carga histórica fundamental e processual*. Ainda assim, Habermas considera que a relação do trabalho assalariado neutraliza a performance dos produtores dos contextos do mundo, da vida e suas ações, que manteria a empresa capitalista. A noção de trabalho abstrato, ou seja, da monetarização da força de trabalho, é apropriada como uma mercadoria e alienada do contexto da vida dos produtores. Nesse sentido, entende-se a alienação apenas como uma forma de externalização positiva, oposta ao caráter dialético, onde a negatividade do trabalho opera não apenas a criação de valor para outrem, mas a própria criação do homem (Marx, 2004: Antunes, 2003: 2008). O resultado dessa avaliação acaba por priorizar as relações de produção, mas numa percepção que observa o trabalho como um sistema e como normatividade, sem conceber a concepção emancipatória. Visto dessa forma, é preciso observar em que medida a ação comunicativa teria efeitos para a emancipação. A orientação para o consenso comunicativo só poderia ser levada a cabo caso se explicassem as transições econômicas, sociais e políticas “reais”

e não as postulasse como um mal necessário do qual os movimentos sociais, preocupados com as problemáticas do trabalho deveriam se adaptar à “evolução” dessa sociedade. Portanto, o que fez com que essa transição fosse possível?

Mészáros (2004: 193) aprofunda essa mesma crítica ao delinear:

Visto que Habermas não indicou determinações sociais específicas e que as mais óbvias – ou seja, as determinações de classe existentes – desapareceram sem deixar traço, permanecia um profundo mistério: o que poderia transformar aqueles “membros de um sistema social” em uma força “coletiva” coerente, capaz de interpretar de modo vinculante suas necessidades, a não ser seu “conhecimento adequado” – isto é, sua aceitação cega – das “condições limitadoras e dos imperativos funcionais” de sua sociedade? E, evidentemente, as condições limitadoras e os imperativos funcionais da sociedade se aplicam, por definição, a todos os seus membros. Assim, o “como?” desta “teoria crítica” anti-ideológica era definido *a priori* pela suposição circular de que as “condições limitadoras e imperativos funcionais” seriam as premissas orientadoras da interpretação coletivamente vinculante das necessidades dos indivíduos. E os critérios de adequação para a interpretação correta de suas necessidades pelos “membros de um sistema social”, em tal mundo circularmente consensual, seria o reconhecimento dos imperativos funcionais inevitáveis do seu mundo.

Ao enfatizar, como já apresentado antes, uma evolução natural da sociedade para um modelo comunicativo, Habermas acaba por despossuir sua teoria crítica de criticidade, ou seja, de apontar, de fato, quais as transformações que permitiriam que a sociedade do labor fosse substituída pela sociedade da comunicação. E esse modelo, nada mais seria do que a ampliação de um imperativo categórico, o qual, como bem aponta Mészáros, implicaria em uma fictícia adequação das premissas comunicativas e desconsideração das lutas de classe. Por isso, parece ser inevitável concordar que a crítica de Habermas ao movimento estudantil, estendida ao movimento operário, se faz tendenciosamente ideológica: procura solapar as especificidades anticapitalistas daquele movimento (traduzidas na linguagem específica do movimento como antiautoritário) através de uma proposição de que os estudantes deveriam abandonar seus anseios – mesmo que provenientes de uma possível crítica burguesa à sociedade burguesa – para que, caso queiram se assumir como agentes emancipatórios reais, encontrem consensos discursivos por dentro das instituições e não na crítica externa. O que está por trás dessa questão é a consideração habermasiana que a teoria do valor-trabalho de Marx não presumia que o Estado pudesse apaziguar os conflitos de classe e, portanto, se faz ineficaz. Habermas (1985) desconsidera a teoria da *mais-valia* de Marx, porque a monetarização da Força de Trabalho torna-se base de relações de classe, num duplo caráter de mercadoria. Na teoria da mais-valia o duplo caráter da

mercadoria só existe em sua aparência, quando através da forma dinheiro procura igualar duas mercadorias que são diferentes em relação à quantidade de trabalho – que é inestimável, impossível de se calcular racionalmente. A teoria da mais-valia justamente serve para desmistificar essa relação direta, afirmando que por trás dessa teoria simples de valor, há a mais-valia. Habermas não escapa desse mecanismo teórico analisado por Marx e, por isso, parte categoricamente por afirmar que apenas estão fundamentados em mercadoria, e não em trabalho (Antunes, 2003). Ou seja, parte de uma certa autonomização da mercadoria sobre o trabalho, a qual não pode ser comprovada na realidade. Isso justifica, em grande medida, o abandono habermasiano da perspectiva de conflitos de classe.

O *segundo* ponto a ser analisado, a saber, a relação da universidade com o mercado, deve ser visto numa perspectiva crítica que problematize essa simbiose. Em que medida a transição de um modelo de sociedade pautada no trabalho para uma sociedade pautada na comunicação favoreceria a continuidade da universidade enquanto um espaço produtor de conhecimento crítico? Assim visto como “necessário” por Habermas, a abdição da universidade tradicional não a faria submetida à lógica do mercado? A perspectiva habermasiana é tanto *tecnicista* como *utópica*. *Tecnicista*, na medida em que o conjunto de procedimentos participativos não enfatizaria qualquer permanência de um pensamento crítico da universidade quando essa fosse contrastada com o mercado, e muito pelo contrário, priorizaria a formação de técnicos. *Utópica*, porque deslocaria para a universidade, além da função habitual de ser um *locus* produtor de ciência, a necessidade de debate político-institucional – o que poderia afirmar uma conseqüente promiscuidade entre o trabalho teórico e o trabalho prático-político, sem que isso resultasse, em seu contrário, um maior engajamento da universidade. Portanto, a centralidade na ação comunicativa afirmaria uma estreita relação entre *decision-making* e *policy-making*, assumindo uma posição positivista da universidade e desconsiderando-a como produtora e veiculadora de conhecimento. No entanto, qual universidade vive de consenso e qual esse consenso? A resposta, só poderia ser uma: o mercado.

Ao se investigar mais a fundo essa proposta, surge uma nova problemática: a universidade, que Habermas toma como base, a universidade alemã radicalizada em seu contexto, tanto por parte da SDS alemã e seus líderes, em especial Rudi Dutschke, como pela base teórica proveniente da Escola de Frankfurt e de Herbert Marcuse, *assumiam que a classe trabalhadora teria diminuído sua significância*, assumindo que o sistema capitalista

estaria fechado e sem qualquer possibilidade de “negação concreta” (Harman, 1988: 44). O movimento estudantil alemão, visto como “movimento antiautoritário” não previa uma derrocada do capitalismo, mas sim a luta contra sua face autoritária presente também no socialismo soviético (Dutschke, 1969). No entanto, os efeitos disso para a universidade alemã foram vários, em especial, uma crescente politização da consciência estudantil, mas, por outro lado, resultaram na despolitização do meio fabril alemão e na aparência de que os estudantes poderiam conduzir seus protestos para a esfera institucional, sem nela elaborar uma crítica do estreitamento entre mercado e poder político.

Como é sabido, o movimento estudantil dos anos 1960 não é consensual e inclui, sobretudo em organizações nacionais, tanto disputas de classe como disputas de posições políticas, sejam identificadas com as várias direitas ou as várias esquerdas. Não seria um absurdo formular que o consenso, defendido por Habermas, não é outra coisa senão um imperativo categórico, um ato moral cuja finalidade é a preservação do modelo de Estado de Bem Estar Social e de seus agentes de comunicação:

Naturalmente, os “agentes emancipatórios” engajados na produção de tal “consenso verdadeiro” só poderiam ser da elite privilegiada – os vários *experts* e auto nomeados especialistas em comunicação – que continuaria “por tempo suficiente” seu discurso ideal (enquanto outros estariam trabalhando por tempo também suficiente para seu benefício), de modo a conhecer e transcender (isto é dissolver e “explicar satisfatoriamente”, no espírito da filosofia linguística) as diferenças identificadas. Mais importante ainda, o universo social em que essa comunicação ideal e geradora de consensos poderia ser eficaz teria de ser *de início* um mundo essencialmente *livre de conflitos*, tornando assim, *totalmente redundante* o trabalho de nossos “falantes ideais”. Se os antagonismos sociais persistissem no mundo real, além dos muros artificiais da “comunidade ideal de comunicação”, então, por mais tempo que nossos competentes comunicadores ficassem argumentando entre si, não é provável que conseguissem algo, exceto a demonstração de sua própria *impotência* (Mészáros, 2004: 194).

Há também o revés dessa questão, que deve ser avaliado. Ao considerar os estudantes como elite privilegiada, seriam eles que teriam o papel fundamental de serem os “novos agentes de comunicação” na sociedade. Ainda que os poucos estudantes ativos politicamente no movimento estudantil pudessem negar os ilusórios benefícios do Estado de Bem Estar Social, o exercício político de muitos daqueles revolucionários irá se delinear na política na década seguinte. Mas, longe de terem conseguido um discurso político consensual com mediação das universidades, muitos desses novos agentes seguiram carreiras políticas em partidos políticos. Nesse sentido, Berman (2007), que criticava aquela



geração de 1968, como profundamente idealista, ganha um novo sentido: não por abandonos de certezas pessoais essas figuras se destacaram na política, mas porque a ideologia dominante exigiu isso para que a crítica de 68 morresse aos poucos no interior do “sistema” e covardemente submetida ao mercado, sem dele poder se livrar autonomamente.

É de se questionar agora, em *terceiro* lugar, no que consiste a validade da separação entre as lutas estudantis e as lutas operárias nos anos 1960, a principal controvérsia que há nessa análise e, em especial, o caráter de classe dessas mobilizações. É necessário salientar que não se pode estabelecer uma *generalização* – embasada no modelo político e ideológico alemão – como regra para os conflitos daquele momento, onde o Estado de Bem Estar Social praticamente solapava os anseios da classe trabalhadora, oferecendo benefícios que poderiam ser a longo prazo, mas que também poderiam se esvanecer. Se, na Alemanha, o debate ideológico opunha estudantes e operários, em outros países essa oposição é extremamente problemática, como na França. Uma análise que incorra sobre as prerrogativas habermasianas acima descritas, deve levar isso em consideração, procurando desfazer essa generalização.

Resta então a compreensão de outro ponto, na sequência do apresentado: os caminhos que os movimentos estudantis tomaram. E, para tanto, vale analisar a relação disso com a abordagem das teorias dos “novos” movimentos sociais.

### **5.3 A ação estudantil e os novos movimentos sociais**

Se no momento anterior foram apresentados os argumentos em torno da passagem filosófica da racionalidade instrumental para a racionalidade comunicativa e os posicionamentos que isso implicaria para o movimento estudantil dos países desenvolvidos, aqui apresenta-se essa mudança do ponto de vista dos sujeitos sociais. A passagem das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais aportou também a questão da mudança no caráter das demandas reivindicativas: das demandas materiais para as chamadas demandas imateriais. Em torno dessa questão, novamente as considerações sobre os ocorridos do *Maio de 68* são fundamentais: seria naquele momento que, não apenas na França, mas na Europa e nos Estados Unidos, estariam sendo operadas transformações no caráter produtivo que teriam uma implicação direta sobre os sujeitos sociais. Mediante a ascensão e o declínio das reivindicações da classe trabalhadora, se postularia a emergência dos

movimentos sociais, ou novos movimentos sociais em oposição aos movimentos operários anteriores, os quais teriam a função de continuar as lutas sociais, mas diferentemente do passado. Um dos pensamentos mais significativos sobre isso é o de Alain Touraine (1968, 1971) e sua sociologia da ação.

Diferentemente dos pós-estruturalistas ou mesmo dos “frankfurtianos”, a Sociologia da Ação de Alain Touraine compartilhava com Saint-Simon a concepção de que o “conhecimento científico se converteria na base do poder social e os antagonismos de classe desapareceriam” (Callinicos, 2011: 145). Esse seria o ponto de apoio para observar o surgimento de novas sociedades denominadas pós-industriais (para se referir ao tipo de industrialização combinada com formas socialistas), tecnocráticas (como referência ao tipo de poder) ou, preferencialmente, sociedades programadas (como referência à natureza do trabalho e da ação econômica) (Touraine, 1971: 1985). Nelas estaria contida a identificação de um avanço na organização racional do trabalho e da economia, bem como a improbabilidade de que os conflitos sociais anteriores ainda conservassem a mesma forma classista anterior. Se a sociedade industrial poderia ser definida como “aquela onde o investimento serve sobretudo para transformar a organização do trabalho”, cuja organização precedente “não atingia mais do que o nível do fabrico e, portanto, as relações dos trabalhadores entre eles”, e cuja principal característica seria a “transformação dos meios de produção”; a *sociedade pós-industrial* seria definida pela “inovação, pela capacidade de inventar novos produtos a partir de investimentos científicos e tecnológicos”, além da gestão, ou seja, “a capacidade de fazer funcionar sistemas complexos de organização e de decisão”, na qual “o investimento produz bens simbólicos, que modificam os valores, as necessidades, as representações, mais ainda do que bens materiais ou mesmo serviços”, em suma, “na sociedade pós-industrial, o conjunto do sistema econômico é o objeto de uma intervenção na sociedade sobre si mesma” (Touraine, 1985, 150-1). Portanto, falar em sociedade pós-industrial seria o mesmo que falar em sociedade programada, já que o foco seria a própria ação da sociedade sobre ela mesma, possibilitando a sucessão dos níveis de historicidade: do industrial para o pós-industrial.

O argumento de Touraine, para tanto, é o de perceber como, cada vez mais, as sociedades se encontravam integradas por mecanismos de controle do trabalho e de vinculação ao consumo, criando o desafio sociológico de analisar como os fatores de produção se expandem para todos os domínios da vida – passando pela educação, pelo consumo e

pela informação – operando uma integração nas forças de produção. A dominação passa a ser o fundamento da integração social e da manipulação cultural, englobando as formas de participação dos sujeitos – seja na produção, seja no consumo – o que revela uma orientação para o poder político centrada na alienação<sup>47</sup>. Por isso, seria praticamente impossível se pensar os conflitos de classe da mesma forma que nas sociedades industriais: “os conflitos que se formam nesta sociedade não são da mesma natureza que na sociedade anterior”, porque, “opõem menos o capital ao trabalho do que os aparelhos de decisão econômica e política àqueles que são submetidos a uma participação dependente” (Touraine, 1971: 13). Nesse sentido, o conflito social pós-industrial proporia um combate à alienação, de forma a estimular o “reconhecimento do conflito social que se interpõe entre os atores e os valores culturais” (p. 14). A disputa no novo modelo social teria como centralidade a cultura, pois ela seria entendida como “um desafio, um conjunto de recursos e de modelos que os atores sociais procuram gerir, controlar, de que se apropriam ou cuja transformação em organização social negociam entre si” (Touraine, 1985: 24). A conflitualidade seria deslocada para o controle dos meios de reprodução culturais, pois se consideraria que ocorreram transformações significativas do ponto de vista do conflito de classes, e assim, a classe operária já não mais seria um *ator histórico*, porque os conflitos sociais que se apresentariam no advento pós-industrial se situariam cada vez mais no espaço do consumo, da reprodução, e não no da produção<sup>48</sup>.

Assim como Marcuse e Habermas, Touraine compartilha da posição de que as mudanças operadas nas sociedades programadas tem relações diretas com as novas disposições sobre o conhecimento e a universidade. A universidade não estaria imune aos novos arranjos do conhecimento e integração às forças produtivas e, por isso, teria um papel pri-

---

<sup>47</sup> Touraine (1971: 13) entende que a análise da exploração econômica deveria ser substituída pela análise da alienação, na medida em que a última é uma relação social e não uma relação estritamente econômica: “O homem alienado é aquele cuja única relação com as orientações sociais e culturais da sua sociedade é a que reconhece a classe dirigente como compatível com a manutenção de seu domínio. A alienação é, portanto, a redução do conflito social por meio duma participação dependente. Os comportamentos do homem alienado só tem sentido se considerados como a contrapartida dos interesses de quem o aliena. Oferecer aos trabalhadores a participação na organização de uma empresa, quando não são senhores das próprias decisões econômicas, reduz-se à sua alienação, se eles não considerarem essa participação uma posição estratégica no conflito com os dirigentes da empresa. Nossa sociedade é uma sociedade de alienação não por reduzir à miséria ou por impor sujeições policiais, mas por seduzir, manipular e integrar”.

<sup>48</sup> As considerações apresentadas por Touraine são percebidas quase que exclusivamente através do contexto dos ocorridos em França e, por isso, apontar-se-á, ao meio do Capítulo, o que poderá ser generalizado, como tendência ou não, para outros contextos.

vilegiado para a contestação social nesse novo desenho social. Tendo como base a forma vigente de reestruturação das universidades, não mais seria possível considerar um relativo isolamento da universidade com a sociedade – como no passado, através da “defesa da ordem social e das heranças culturais” (Touraine, 1971: 16). A inserção junto ao processo produtivo é o que possibilitaria o surgimento de novos conflitos sociais: “A universidade é o lugar privilegiado de formação de novas lutas sociais, porque os entraves sociais são menos fortes do que em qualquer outro campo, porque o movimento das ideias precede a organização das lutas políticas, porque a função social do conhecimento é um problema geral” (p. 18).

Através dessas considerações são percebidas as transformações nas relações entre a ciência e a produção, entre a tecnocracia social e a capacidade de resistência praticada no interior das universidades. Os conflitos sociais dos quais a universidade agora se arroga de sua existência teriam uma nova especificidade: as lutas sociais do passado (das sociedades industriais) estariam sendo substituídas por conflitos de nova ordem, “revoltas culturais” e cuja posição seria “mais no domínio do consumo do que no da produção” (p. 24). Esses são alguns dos pontos de partida para a teoria dos novos movimentos sociais. Procurar-se-á observar quais são essas transformações, cuja apreciação do *Maio de 68* na França faz jus aos conceitos de Touraine, mas que, também, da mesma forma que em Habermas, criam um problema de interpretação para a concretude das lutas subsequentes.

É importante ter em vista que a especificidade do *Maio* francês se deu por uma conjunção entre o movimento estudantil e o movimento operário, criando um conflito entre um sindicalismo cada vez mais institucionalizado e próximo das decisões e do poder e, por um movimento estudantil, composto por setores “economicamente mais avançados” (p. 23), o que permitiria renovar e inovar na crítica e na radicalidade. É no âmbito dos novos conflitos sociais que o movimento estudantil aparece como um *novo movimento social*, conforme as transformações sociais e culturais, definindo seus adversários e apontando não apenas para um sentido único de sua finalidade:

O movimento estudantil é de fato um movimento social, quer dizer, uma ação conduzida por grupos sociais particulares para tomarem o controle da mudança social. Os seus objetivos e o seu sentido são políticos e devem compreender-se, não a partir da consciência dos atores, nem mesmo a partir da crise da organização universitária, mas a partir dos conflitos e contradições da sociedade, do seu sistema social e político. [...] Os acontecimentos não obedecem a um único tipo

de explicação: anomia, revolta e revolução confundem os efeitos no mesmo campo cronológico e geográfico (p. 103).

Isso significaria dizer que o movimento estudantil, como observado por Touraine, seria uma espécie de *primeiro movimento social*, do qual mais claramente se poderia visualizar as formas de atuação e a elaboração de reivindicações sociais para além das reivindicações classistas imediatamente precedentes. A novidade, portanto, seria a de que os movimentos sociais se apresentam na tentativa de disputa para maior participação nos bens sociais, muito mais do que pela disputa pela transformação social<sup>49</sup>. Haveriam, portanto, duas fases de sua postulação dos movimentos estudantis diante das novas considerações: (i) os *aspectos* do movimento, como a crise universitária, a rigidez institucional, a antitecnocracia e a revolta cultural; e (ii) a *dinâmica* do movimento, como a formação e crise de um movimento de massa.

Sobre os aspectos do movimento, Touraine enfatiza, em primeiro lugar, a *crise universitária*. Ela teria como ponto de partida a compreensão das dificuldades próprias do sistema universitário para se modernizar perante as transformações sociais em voga, sobretudo, as necessidades impostas à universidade e o estreitamento de suas relações com o mercado. A renovação institucional universitária estaria sendo desafiada por parte da assimilação democrática e pela própria tradição burocrática, à qual a universidade, vinculada ao Estado, estaria submetida. O complemento para a efetividade dessa renovação está na ascensão social permitida pelo Estado de Bem Estar Social, que redimensionaria o papel da universidade para além do corporativismo e da burocracia. Esse aspecto não se coaduna com a questão da rigidez institucional do modelo anterior, porque as universidades não concordariam com as propostas de alteração institucional, e por isso o movimento estudantil as defronta. A proposta de reformas universitárias procuraria assim dar conta desse problema para instituir alterações parciais, mas visando a necessidade de formação segundo as necessidades do crescimento econômico. Essa dificuldade de maleabilizar a rigidez universitária impossibilitaria que se assumisse a institucionalização das práticas pretendidas pelos estudantes, à medida que a reforma universitária deveria ter um lado dúbio: “permitir iniciativas e limitar as explosões” (p. 108), ou seja, deveria ter como finalidade última, conter

---

<sup>49</sup> Uma formulação semelhante se encontra em Holloway (2002).

aquelas demandas de ruptura na rigidez das universidades e, mais amplamente, do poder institucionalizado.

Em segundo lugar, Touraine procura questionar a característica mais proeminente do movimento estudantil, ou seja, sua capacidade de ser um *movimento antitecnocrático*. Diferentemente de Habermas, Touraine não via o movimento estudantil como antiautoritário, mas sim como antitecnocrático, percebendo – agora de forma muito próxima a Habermas – que as recentes transformações econômicas trariam o conhecimento como uma “força essencial de reprodução”, enfatizando a crescente importância do progresso tecnológico, dos métodos de gestão e da investigação como um novo papel designado para a universidade: “o novo papel da universidade não pode separar-se, portanto, duma transformação econômica mais geral” (p. 109), pois o ensino tradicional em nada garantiria as expectativas de colocação no mercado de trabalho e, naquela conjuntura, os separariam. A universidade, caso desejasse manter seu poderio perante o Estado, deveria se adaptar a essas transformações, rompendo com o modelo anterior de qualificação desvinculada do mercado de trabalho. No entanto, essa conjunção entre conhecimento, crescimento econômico e garantias do poder político, levaria à afirmação de uma tecnocracia, que seria o poder “exercido em nome dos interesses dos aparelhos de produção e de decisão, políticos e econômicos, que visam o crescimento e o poderio”, e, dessa forma “consideram a sociedade apenas como conjunto de meios sociais que devem ser utilizados para atingir o crescimento econômico”. O conhecimento, ao ser subordinado à tecnocracia, causaria uma resistência no interior dos espaços de produção de conhecimento, como centros de investigação, universidades ou indústrias e empresas de informação, o que traria uma perspectiva mais atuante às lutas iniciadas nesses espaços. Porém, é preciso questionar se, de fato, os movimentos estudantis se enquadrariam por completo na perspectiva de uma contraposição à sociedade programada; ou se, por outro lado, a simbiose entre *conhecimento-crescimento-poder* não é uma generalização e uma perspectiva que se apontava para o sucesso integral da sociedade programada para além dos espaços de capitalismo dito avançado, o que revela a insuficiência na sua própria concepção.

Ademais, a transição entre sociedades e o “meio do caminho” atribuído ao movimento estudantil, pelo menos em âmbito teórico, implicaria em questionar a relação entre os estudantes e a classe operária. Na França, segundo Touraine, essa aproximação se daria por especificidades culturais, como “a tradição das lutas sociais, a fraca integração social

da classe operária, marcada pelo autoritarismo patronal, a fraqueza dos sindicatos e a força do partido comunista” (p. 111). Assim, tratando essa questão como uma especificidade local, não haveria uma possível abrangência a ser considerada em outros contextos, como Estados Unidos, Tchecoslováquia ou Brasil e México, por exemplo; mas que, mesmo nesse aspecto cultural especificamente francês, não se consolidou uma ação conjunta de estudantes e trabalhadores. Essa posição se faz polêmica e passível de ser questionada. O argumento de Touraine é reforçado no sentido de afirmar um deslocamento dos interesses de ação sindical para questões mais privadas e, portanto, apontando um vazio para a ação do sindicalismo, que “já não está no centro dos movimentos de transformação social” (p. 113). Portanto, seria possível se pensar que a aliança entre o movimento estudantil e movimento operário de fato se constituiu, ou se tratou de uma utopia, ou de uma especificidade local? Touraine não reconhece qualquer possibilidade concreta de efetivação dessa relação pelos dois motivos descritos acima: a *centralidade dos movimentos estudantis como movimentos sociais*, representantes de um novo período pós-industrial; e, pelo *enfraquecimento sistemático dos movimentos sindicais* da época, o que retiraria a centralidade de luta da classe operária, mas que não significaria, pelo menos imediatamente, o desaparecimento da sociedade de classes – já que ela foi responsável pelos conflitos da sociedade programada.

Mas de acordo com essa perspectiva, ainda seria possível considerar o movimento estudantil um movimento revolucionário? A resposta afirmativa se daria no sentido de elucidar que o movimento estudantil conjugaria três elementos capazes de apontar uma inadaptação do sistema institucional para com as demandas de conflito de classes: a *decomposição da universidade*, a *incapacidade do sistema institucional de controlar as mudanças ocorridas* e a *formação de um movimento social em um sistema econômico profundamente alterado*. No encadeamento dessas três perspectivas está a base das classes sociais e suas defesas institucionais, o que resultou na proteção das antigas classes e na luta contra as novas formas de dominação. É, portanto, possível compreender que uma oposição entre modernidade tecnológica e a conservação da dominação de classe resultariam num empecilho a ser combatido por tais movimentos. Porém, seriam os estudantes, definidos como “principais atores” desse processo, já que eles atacariam “diretamente os centros do poder, sem ser refreados pela defesa de interesses econômicos e pela luta no seio de organizações fortemente estruturadas” (p. 115).

A revolta criada pelos estudantes, nesse sentido, vai além das disposições clásticas do período anterior, já que a própria sociedade não mais seria configurada por uma oposição econômica, mas sim, por novas identidades individuais e coletivas que resultariam em uma nova forma de revolta, uma *revolta cultural*, ou seja, de apropriação dos meios culturais e impulsão para uma forma diferenciada de identidade:

Essa sociedade científica é também uma sociedade selvagem e tudo o que resiste à integração social e ao manejo cultural explode com uma força particular na juventude, que ainda não está comprometida na rede de obrigações das grandes organizações e nas pressões do nível de vida. A importância da revolta cultural, portanto, é simultaneamente o fato dum movimento ainda utópico, pré-político, e um fenômeno central e durável estar ligado à natureza de novas opressões sociais (p. 118).

Em suma, Touraine chama a atenção para o fato de que as novas opressões sociais seriam um fundamento para a entrada de novos atores sociais, sendo um deles, o movimento estudantil. Mas, tendo isso em vista, poderia se postular que a ruptura com os movimentos do passado encontra aqui mais um elemento fundamental, a formação de identidades politicamente mais imprevisíveis do que aquelas do passado? Essa inter-relação entre integração e identidades, ainda que sejam úteis para o nível de observação estritamente empírico, acabam estranhamente por fraturar a coletividade para uma estreiteza cultural cujo fundamento tomaria a forma do movimento por seu conteúdo, ou, dito de outra maneira, sujeitaria a amplitude da crítica econômico-política subjacente à adequação das identidades por seus objetivos. A implicação de uma necessidade de centralização das ações por parte dos movimentos estudantis é uma característica que Touraine afirma como capacidade de fortalecimento do movimento a longo prazo e sua possível manutenção. Mas seria apenas a forma “movimento estudantil” suficiente para conter tal centralidade?

As especificidades apontadas ao movimento francês despontam para sua rápida formação como movimento social e político, no tocante à expansão de suas ações, no sentido de levar “a reivindicação estudantil muito para além do domínio das reformas universitárias” (p. 119). O diálogo e as aproximações com grupos revolucionários, partidos políticos e sindicatos, trouxeram maiores perspectivas de ação, ampliando o movimento e



permitindo uma postura ativa contra o enraizamento do poder<sup>50</sup>. Contudo, pelas considerações de Touraine, o movimento francês se faria revolucionário porque “aliou a afirmação de novas forças sociais e políticas à luta contra antigas blocagens institucionais”, de forma a lutar “contra a nova sociedade atacando o antigo regime e, em especial, antigas formas de autoridade e de decisão” (p. 121). Essa perspectiva estreita as relações entre a ruptura com o passado e a necessidade de construção de outras lutas sociais no presente. Porém, o aspecto de ruptura se localiza principalmente na compreensão de continuidades da situação social do passado. Isso fez com que o movimento fosse colocado perante o dilema de imputar novas formas de ação coletiva contrárias ao poder, a autoridade, ao engessamento institucional universitário, efetivando tanto um combate político como ensaiando uma possível aproximação com outros movimentos sociais, o que poderia garantir sua continuidade. Touraine, portanto, afirma essa importância:

O movimento de Maio agravou a crise do Estado e das suas instituições, mas desencadeou também importantes mudanças sociais. O movimento social encontra-se obrigado a definir-se mais diretamente pela sua própria natureza, pela dos adversários sociais e pelos seus objetivos de transformação global, do que pela luta contra modelos de autoridade e de organização, mais ligados a uma sociedade pré-industrial ou à sociedade moderna burguesa do que às modernas formas de poder econômico e social (p. 129).

No entanto, embora houvesse uma alteração das práticas, é reconhecido que o movimento permaneceria em sua natureza ligado aos conflitos do passado, da sociedade industrial. Isso significaria apontar que o conflito entre o movimento estudantil e o Estado permaneceria em termos de relações de classe para a definição de seus objetivos políticos. Um novo conjunto de relações – natureza, adversários, objetivos – constituiriam então uma possibilidade de análise concreta que fundamentaria o novo modelo de sociedade pós-industrial, centralizado nas formas de poder. Mas em que medida esse “dever ser” se contrapõe à realidade do próprio movimento? Aqui há um paradoxo a ser explorado.

Se, admitindo que o movimento é algo pretensa e inteiramente novo na sociedade, por quê há setores importantes desse movimento que elucubraram posicionamentos mais próximos do conflito contra a “sociedade moderna burguesa”, ou seja, mais próximos do

---

<sup>50</sup> Não necessariamente essa seria uma especificidade do movimento na França, mas se coaduna com a noção de “catalisador” de lutas sociais, como havia sido dito por Marcuse.

movimento operário, do que denunciando as “novas formas de poder”? Pois isso é o que parece ficar claro nas atitudes políticas de muitas das correntes vanguardistas do movimento estudantil, para além *no e para além do* contexto francês. Porém, em que medida o pressuposto que conduz essa análise – a transição de uma sociedade industrial para a pós-industrial - poderia ser generalizada para outros contextos, pressupondo uma transição inevitável entre “duas” formas de relações de produção sob o mesmo modo de produção capitalista? Seria então essa possível indefinição “historicista”, de passagem entre dois modelos culturais, que tornaria o movimento oscilante, não permitindo a definição do movimento para além de seu contexto especificamente nacional?

Se faz importante questionar qual o estatuto para essas novas opressões das sociedades programadas às quais o movimento estudantil parece tender a não se “modernizar”. Segundo as considerações acima, ainda que o movimento estudantil seja referido através de um conteúdo possivelmente revolucionário, as transformações impostas na sociedade parecem deixá-lo sem um rumo e, por consequência, sua crítica se diluiria naturalmente com o passar dos anos e com a emergência dos movimentos sociais. Fato esse que, segundo Touraine, se dá por *empecilhos internos* – como por exemplo, a transformação do movimento estudantil em um movimento de professores de filosofia, ou mesmo, por não conseguir estabelecer uma segura junção com os movimentos operários (o que é visto, nessa análise, como uma peculiaridade do contexto francês), ou mesmo, por ainda ter em vista reivindicações de uma sociedade industrial – e não por transformações estruturais e por oposições de projetos ideológicos imperativos.

É nesse ponto que reside a problemática de Touraine, semelhante às problemáticas anteriormente levantadas, ou seja, de que os movimentos classistas, provenientes da sociedade industrial, dariam espaço para outros tipos de movimentos sociais, agora na reivindicação por demandas simbólicas e pós-materiais e que, portanto, o movimento estudantil abriria caminho para novos movimentos sociais, que viriam na substituição do movimento operário, já tão fraquejado em seu conflito contra o Estado, e agora integrado à posição política dominante por conta do crescimento econômico. Há alguns elementos que poderiam comprovar isso, como no caso o crescimento de movimentos ambientalistas (Touraine, 1985). No entanto, seria necessário questionar qual a base de transformação social em que essas mudanças – de uma sociedade de classes para uma sociedade de “atores” – se apoiam.

Novamente, tem-se o mesmo problema já apontado anteriormente, ou seja, dos prognósticos otimistas do desenvolvimento econômico na Europa e a recusa de uma permanência das lutas de classe, desconsiderando as contradições estruturais em nível global produzidas por esse modelo de expansão do capitalismo. Ou seja, não haveria quaisquer contradições entre o modelo anterior e o modelo posterior, pelo contrário, essa transição seria natural e necessária, baseada na positividade da história, como aponta o autor:

A condição proletária, **numa sociedade em vias de enriquecimento e de institucionalização dos conflitos do trabalho**, já não pode ser o tema central dos debates sociais. Em compensação, o controle da informação, a autonomia das coletividades locais, a liberdade e a “desestatização” das instituições universitárias, a adaptação do trabalho à mão-de obra e uma verdadeira política dos rendimentos, constituem os objetivos em volta dos quais podem organizar-se, e se organizam os movimentos sociais. Pode mesmo enunciar-se a hipótese de que os problemas sociais mais “sensíveis” são aqueles em que a tecnocracia, os consumidores e os profissionais se encontram mais diretamente face a face, quer dizer, os postos pelo ensino, pela saúde pública e pela organização do espaço social. [...] É o estudo do controle do equipamento econômico e social que permite definir as forças sociais em presença, e que auxilia também a prever a formação de novos movimentos sociais nas sociedades definidas, simultaneamente pela programação econômica e pelas crescentes exigências do consumo privado (Touraine, 1971: 81-82) (grifo do autor).

A premissa epistemológica de Touraine é, portanto, o sucesso de desenvolvimento econômico e o controle, por parte do Estado, do conflito entre capital e trabalho, uma passagem cristalizada entre dois modelos de sociedade, sem a compreensão dos antagonismo das transformações sociais existentes. A contraposição entre essa forma positiva de transição das relações de produção, portanto, recai muito próximo ao problema do evolucionismo – já apontado em Habermas – mas com algumas especificidades. Se Touraine (1985) rebate a “naturalização” da passagem entre a sociedade industrial à sociedade pós-industrial, ou seja, a estreita compreensão entre progresso e modernização elaborada pela sociologia clássica (sistêmica e funcionalista)<sup>51</sup>, Touraine busca justamente o contrário dessa perspectiva, uma ruptura com o funcionalismo sistêmico para ressaltar a importância

---

<sup>51</sup> Para Touraine (1985), a Sociologia Clássica define atores apenas como favoráveis ou contra o progresso, sendo eles ou ocultados pelo progresso; ou ocultados pelo determinismo econômico. Sua crítica à sociologia funcionalista atua no sentido de apontar que aquela elimina a ação, substitui os atores coletivos por categorias, e define seus níveis e estratos de atuação pela participação social, configurando, portanto, três princípios válidos da Sociologia Clássica: 1) a fusão do Tipo de Sociedade e sentido da história na ideia de sociedade moderna; 2) identificando o sistema social com o Estado-nacional, o que daria lugar central às instituições; e, 3) substituindo os atores sociais por conjuntos estáticos, relacionando a participação social e a lógica do funcionamento da sociedade civil.

do ator. Mas seria então possível que o conceito de ator adquirisse tal abrangência para substituir o conceito de classes? É importante contextualizar que o debate proposto é com a sociologia funcionalista, que em muito pouco consideraria o conceito de classe, e, por se tratar de um problema ainda maior, as classes são consideradas em paralelo com os novos atores, os movimentos sociais.

O *objeto* chamado movimentos sociais não poderia ser definido sem a escolha de um modo geral de análise da *vida social*, onde os  *fatos* chamados movimentos sociais são construídos. Os estudos empíricos, nesse caso, perderiam a dimensão daquilo que se fala e apenas tangenciariam a explicação dos comportamentos coletivos, ou seja, dos conflitos que empreendem um esforço de defesa, de reconstrução e adaptação de um elemento estranho ao sistema social, valor, norma, autoridade. Se os conflitos são analisados como mecanismos de modificações de decisões, fatores de mudança e forças políticas, eles se constituiriam como uma forma de luta. Os movimentos sociais comporiam um momento no qual as ações conflituais transformam as relações de dominação exercidas sobre os *principais recursos culturais*. Nesse sentido, as ações coletivas se definem mais por um esforço de *controlar a mudança* e orientar o futuro do que por uma vontade de conservação ou de retorno ao passado. Os comportamentos coletivos estariam afastados da consciência dos atores, pois se referem ao funcionamento do sistema social e não das representações ou dos projetos dos atores; portanto, são *comportamentos heteronômicos*, orientados por imposições econômicas ou políticas externas, ou com provocação externa. Para tanto, os movimentos sociais insistem nos mecanismos de luta como mudanças e, assim, colocam em causa o papel social de um *agente principal*, à medida que não se definem globalmente.

A definição de movimentos sociais, de acordo com os delineamentos anteriores, se faz um desafio para a compreensão da sociologia da ação. Nela, primeiramente, se procura perceber que conflitos são respostas a certas situações, enquanto que as lutas são iniciativas de ação; sendo que um movimento social não seria uma resposta de uma situação social, mas “o resultado do conflito entre movimentos sociais que lutam pelo controle dos modelos culturais, da historicidade”, e que, portanto, constitui “uma ação conflitual [...] transformadas em formas de organização social, definidas tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social” (p. 101-2). Isso significa que os movimentos sociais não teriam necessariamente uma origem de classes, apenas uma origem no que se designa como “conflito”, em ruptura com um “princípio meta-social”, “a ideia de uma con-

tradição entre sociedade e natureza”, e assim “torna-se necessário conceber as classes como atores colocados não em contradições, mas em conflitos” (p. 104). Por isso, em sua definição de movimentos sociais, Touraine irá enfatizar a *conflitualidade* e não as contradições:

O Movimento Social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado.

No entanto, a noção de movimento social não é, *aparentemente*, separada às classes, porque enquanto se entenderia as classes como uma situação (o posicionamento de classes), o movimento social é a ação, a *ação do sujeito* na historicidade cultural, valorizando não as contradições, mas os conflitos. Pautando-se na contraposição à sociologia clássica, onde classe e consciência de classe estariam interligadas, a sociologia da ação distingue a consciência e a classe, reforçando que haveria uma presença do movimento social logo que houvesse conflitos de apropriação cultural, operando uma tradução do movimento social em ação política. E, nesse caso, se poderia delinear que os movimentos sociais são agentes de conflitos estruturais, ou seja, culturais de um sistema social, ao comportar uma dimensão social e não um modelo cultural em si mesmo. Por último, faz-se importante compreender a importância do movimento feminista dos anos 1960, que se opôs ao tradicionalismo cultural, mas também, a presença de *movimentos sócio-históricos*, presentes na passagem de um tipo de sociedade a outra, como, no caso, poderia ser compreendido o movimento estudantil. De acordo com essas considerações, a sociedade programada não seria mais uma sociedade de luta de classes, e sim, um meio preenchido de conflitos culturais, na busca por identidades.

Essa é uma inovação proveniente da perspectiva do sociólogo francês em consonância com os ocorridos do *Maio de 68*, enfatizando a identidade como o centro da disputa dos bens e dos meios culturais. A identidade, portanto, deveria ser colocada de duas formas: uma *identidade defensiva* e uma *identidade ofensiva*.

A primeira seria uma garantia metasocial da ordem, a defesa da pertença a uma comunidade, definida por valores ou por um atributo natural ou histórico, que também pode ser referida como força infrasocial natural, ou um apelo contra os papéis sociais, a

vida, a liberdade, a criatividade. O Estado, por sua vez, também delimitaria as identidades defensivas contra os papéis sociais, para impor a ideia de uma unidade superior a todas as particularidades e capacidades, a chamada identidade do Estado nação. Por contraste, há também a possibilidade de formação de uma *identidade ofensiva*, uma reivindicação da capacidade de ação e de mudança, definida em termos de escolha, característica que os movimentos sociais buscam consolidar, como no caso do movimento estudantil. No entanto, é na passagem de uma identidade defensiva para uma identidade ofensiva que se pode colocar as ameaças sofridas pelos atores, dissociando diferentes domínios de sua ação e introduzindo uma distância entre a base expressiva da ação e sua organização instrumental ou a sua estratégia política. Assim, nunca se poderia identificar um movimento social apenas através das reivindicações de identidade; por outro lado, na organização do movimento operário não se poderia também afirmar que a classe operária estaria conscientemente organizada, e sim que sua organização pretendia a defesa de sua condição social (principalmente representada pelos ganhos políticos, econômicos e sociais obtidos no pós-guerra) e garantida por sua ação coletiva. Para os movimentos sociais, em contraposição, a identidade tanto pode dar nova vida à ação coletiva, como pode encerrá-la, além de ter em seu horizonte uma noção de identidade que não pode se opor à participação social e ao exercício de papéis sociais.

#### **5.4 A fratura das lutas sociais**

Visto isso, aponta-se, em síntese, alguns dos problemas que a teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine e sua análise dos movimentos estudantis podem gerar.

Em primeiro lugar, é necessário questionar a validade da *separação entre as lutas estudantis e as lutas operárias* no *Mai de 1968*, a principal controvérsia que há nessa análise e, em especial, o caráter de classe dessas mobilizações. É preciso salientar que, em contraposição a essa separação das lutas sociais, observa-se que o crescimento do movimento estudantil francês, em termos de suas mobilizações, aumentou significativamente após a busca dos estudantes para uma associação com os trabalhadores fabris e com professores secundaristas (Eley, 2000). A crescente adesão de grupos maoístas, em sua maioria da *Union des Jeunesses Communistes Marxistes-Léninistes* (UJC-ML), ligada ao PCF, e de correntes de filiação trotskista, como a *Jeunesse Communiste Révolutionnaire* (JCR),

bem como a intensificação de levantes estudantis em outros países da Europa como Espanha, Itália e Polônia, Alemanha, Grã-Bretanha, e o aumento da militância na Bélgica e na Suécia também serviram de exemplo para a organização parisiense. No entanto, a construção de um quadro ampliado de oposição à Guerra do Vietnam e outras questões políticas mundiais foi o elemento que unificou, em um primeiro momento, estudantes e trabalhadores, com maior destaque para os conflitos encadeados pelos estudantes<sup>52</sup>: a primeira forma de tensão foi entre governo e estudantes. Num segundo momento, com a redução da intensidade das mobilizações estudantis, iniciou-se uma mobilização de trabalhadores sem precedentes na Europa, cuja disposição grevista passa dos estudantes para os operários, resultando em 10 milhões de operários em greve na França. Aparentemente é essa a junção de trabalhadores e estudantes que é estabelecida pelo movimento, tornando-o símbolo da história contemporânea, como marco revolucionário e político:

Dois movimentos se juntavam. Os estudantes transformaram as universidades em locais de experimentação eufórica, dismantelando hierarquias, democratizando processos administrativos, definindo currículos. Os famosos lemas, cartazes e pichações começam a aparecer: “A imaginação no poder”, “Os pesadelos deles são nossos sonhos”, “Transforme seus desejos em realidade”, “A revolução é o êxtase da história”. O teatro Odéon abrigou um círculo permanente de debates ininterruptos: “Como a Assembleia Nacional se tornou um teatro burguês, todos os teatros burgueses deveriam se transformar em assembleias nacionais”. Na École de Beaux-Arts, os estudantes criaram o Ateliers Populaire, uma fonte diária de cartazes produzidos coletivamente, uma fábrica de gesto revolucionário. Mas os trabalhadores também afirmavam sua ação. Inspirados pelo exemplo dos estudantes, sua audácia tomou de surpresa não somente os empregadores e o governo, mas também os sindicatos. Em Nantes, a ação na Sud Avia-

---

<sup>52</sup> Em sua análise, Eley (2005) aponta que seguindo com inúmeros confrontos diários, os estudantes ganharam o significativo apoio da população parisiense. Em seu interior, facções de extrema-esquerda competiram pela liderança do movimento, mas o Movimento 22 de Março, que buscava a soberania e a participação das bases, acabou por ser mais aglutinador, através da formação de coalizão em comitês de ação locais, composta pela UNEF, e por Jacques Sauvageot, Alain Geismar e Daniel Cohn-Bendit. Já que o governo francês não se posicionou perante os acontecimentos, os estudantes ocuparam o Quartier Latin e fizeram barricadas – método de resistência que na França está associado, sobretudo, aos momentos heroicos dos levantes populares e à Revolução Francesa. Com isso, a polícia ataca pela noite, ferindo muitos estudantes e retirando as barricadas. Mediante essa situação, Cohn-Bendit convocou uma greve geral pelo rádio, sendo hostilizado pessoalmente e fazendo com que o movimento também fosse amplamente criticado pelo PCF, que denunciava a extrema esquerda e chamava os estudantes inimigos do PCF de pseudo-revolucionários. Mediante o sucesso da convocatória de greve, os comunistas se juntaram às ações, juntamente com a CGT, que combinou, já sem muita escapatória, uma greve de protesto com outros sindicatos para o dia 13 de maio. Assim, a central sindical, vendo que não poderia conter o conflito certo entre os estudantes e o governo, acaba por apoiar os estudantes, fazendo com que “Georges Séguy, chefe da CGT, foi forçado a incluir Cohn-Bendit na primeira fila, unindo publicamente a velha e a nova esquerda” (p. 401). O movimento prosseguiu por se assumir como antigaulista e, por essa oposição, o Ministro da Educação Georges Pompidou retirou a polícia e reabriu a Sorbonne, enquanto que os estudantes liberaram o Quartier Latin.

tion galvanizou um movimento geral de greve, que culminou na tomada da prefeitura pelo comitê central dos trabalhadores, camponeses e estudantes em greve no dia 27 de maio, afastando o prefeito e o chefe de polícia (p. 401-402).

Portanto, se num primeiro momento a revolta francesa se centralizou na mobilização estudantil, num segundo momento, a revolta foi liderada pelo movimento dos trabalhadores que, ao contrário do que Touraine visualizou, não haviam perdido por completo sua capacidade combativa, nem o movimento sindical havia se tornado um instrumento meramente institucional de representação dos trabalhadores. A ressonância desses acontecimentos foi patente na Itália, Bélgica, Grécia, Grã-Bretanha, Espanha e Portugal, animando as oposições principalmente aos regimes ditatoriais – embora no caso português os movimentos de libertação nacional tenham influenciado tanto quanto ou mais os acontecimentos para a derrocada do Salazarismo.

Reiterando os argumentos acima, a separação entre os movimentos pode ser contestada, de acordo com os “fortes vínculos entre as greves operárias e a agitação estudantil” na França, o que levaria a considerar que não se trataria de um processo de passagem para uma sociedade pós-industrial, mas uma *renovação da condição proletária* (Braga & Bianchi, 2008). Por isso, não seria possível aceitar considerações que desvalorizariam a condição dos trabalhadores para então valorizar as transformações no ensino superior sem compreender mais a fundo as transformações históricas advindas.

O argumento de fundo, que oporia a sociedade industrial à sociedade pós-industrial e também a melhoria das condições econômicas e a renovação da condição operária, se encontra na constatação de que uma revolução técnico-científica, “baseada nas técnicas de automação industrial” em curso naquele momento desvincularia os trabalhadores de uma centralidade produtiva, para assunção desse papel por parte de técnicos e engenheiros, ou seja, deslocando a problemática da centralidade da produção fabril para os laboratórios científicos – ou seja, da classe trabalhadora para as chamadas *classes médias* –, ainda que não se pudesse considerar que toda a mão-de-obra presente seria qualificada (Laloire, 1967)<sup>53</sup>. O desprezo pela “existência de contingentes de mão-de-obra desqua-

---

<sup>53</sup> Laloire (1967: 377-8) aponta que “Serge Mallet (...) apoia Alain Touraine, quando afirma: “o operário cessa de sentir-se tal, ao sair da fábrica”. Alain Touraine acrescenta que presentemente é menos na sua condição de produtor do que na sua condição de consumidor que o operário define as suas reivindicações: tende assim a associar a ideia de salário justo, não já ao seu esforço ou ao preço do produto do seu trabalho, mas ao custo de vida. Com Alain Touraine, Serge Mallet constata que a classe operária perde desta sorte algumas das



cada presente mesmo em indústrias de capital intensivo” e, por isso, o aumento da educação e da qualificação superior, não significaria uma relação direta de substituição do proletariado industrial por trabalhadores técnico-científicos, nem mesmo que os últimos seriam por completo a força motriz da produção nessa “revolução” (Braga & Bianchi, 2008: 30). Touraine observa que essa “nova” centralidade técnico-científica seria o ponto que marcaria a passagem do industrial para o pós-industrial e, além disso, não observa a problemática industrial senão pelos olhos racionalizadores da empresa e seu ganho de poder econômico como um corpo homogêneo e não um espaço de lutas de classe.

No entanto, esse debate entre a centralidade da classe operária ou a centralidade de novos grupos técnico-científicos no processo produtivo, a chamada *nova classe média*, deve ser contextualizado em vistas de considerar se as alterações no modelo educacional ofereceriam mesmo essa “nova” condição de classe técnico-científica ou, se pelo contrário, aprofundariam a condição proletária. Faz-se imprescindível verificar que as universidades tradicionais haviam sido substituídas por “fábricas de produção de conhecimento científico”, criando uma espécie de “ruptura simbólica” entre a “velha classe trabalhadora fordista” e seus filhos; a primeira, “amplamente desajustada frente às transformações da empresa”, os segundos, inclinados para as “profissões gerenciais” que gerariam expectativas de progresso individual “sistematicamente frustradas por sua inserção subordinada ao novo universo produtivo” (p. 31-2). Porém, ao contrário das perspectivas vigentes, que apontavam para a tendência do desaparecimento dos trabalhadores, “a explosão universitária [...] foi fruto da combinação de alargamento simultâneo da oferta e da procura de força de trabalho intelectualmente qualificado com mudanças sociais relacionadas aos esforços individualizados por promoção social” (ss). E, assim, seguiria uma tendência contrária à mudan-

---

características exteriores que havia adquirido no seu processo de formação histórica. “Os bairros operários desaparecem pouco a pouco dos subúrbios vermelhos, surgindo em seu lugar os edifícios em regime de copropriedade em que o ajustador qualificado vive ao lado do representante de comércio, do engenheiro e do quadro médio da Administração”. O questionamento de Laloire em relação à Touraine e Mallet é justamente que, mesmo levando em consideração um aumento da qualidade de vida da classe trabalhadora, nos moldes de um *American Way of Life*, seria suficiente esse quadro para se estabelecer que há condições de igualdades entre trabalhadores e burgueses? Sua crítica considera que esse quadro parece ser “ligeiramente falseado” e que “talvez seja essa uma visão finalmente superficial e simplista das coisas”, já que em termos de acesso à cultura e a bens de consumo pode ter havido uma modificação, mas no que concerne ao modo de vida, as famílias operárias são profundamente marcadas pela condição operária, que não se transformou tão radicalmente como os autores apontavam. CF: Laloire, M. *Que é o mínimo vital? In: Análise Social*, Vol. V, n.19, 1967: 373-382.

ça pós-industrial e sua revolução técnico-científica, uma tendência *crescente e global de proletarização do trabalho intelectual*.

Por esses argumentos, se pode compreender que, à contracorrente de Touraine, a separação entre lutas estudantis e lutas operárias é nada mais do que uma ficção acordada em termos de uma insuficiência da percepção histórica das próprias transformações do processo produtivo capitalista, fundamentada no otimismo do crescimento econômico que os países centrais viviam. De outra forma, a proletarização crescente geraria uma confusão em termos de observar essa nova disposição da classe trabalhadora mediante qualificação educacional, como um desenvolvimento linear da história e, principalmente, pelo surgimento de uma nova classe média, ao invés da análise das novas disposições da classe trabalhadora perante o início de ruptura com o compromisso fordista.

Em segundo lugar, parece ser necessário problematizar a noção de *historicidade*, que aparece em Touraine de várias maneiras<sup>54</sup>, mas que, em sua generalidade, designam a finalidade de conquista de um movimento social. Essa posição é clarificada em sua definição de movimentos sociais, ou seja, “atores, opostos um ao outro (*sic*) por relações de dominação e de conflito, [que] têm as mesmas orientações culturais e lutam precisamente pela gestão cultural dessa cultura e das atividades que ela produz” (Touraine, 1985: 25). Visto isso, é possível afirmar concretamente que esses “atores” tenham as mesmas orientações culturais *de fato* para que então construam sua ação coletiva? O que garante que, mesmo partindo de uma oposição de dominação e conflito – o que pode ser visto em termos supra-estruturais – tais atores se constituam por um norte em comum? Ou, por outro lado, em que medida essa generalidade deriva de um relativismo cultural, o qual denota uma homogeneidade interna dos movimentos, unidos para determinado “bem comum”, mesmo que esse aspecto homogêneo forje as próprias capacidades dos movimentos? Seria ainda possível afirmar que a ação para a “gestão cultural” é uma derivação de uma neu-

---

<sup>54</sup> Segundo Touraine, a historicidade é postulada como a capacidade de uma sociedade produzir sua existência e seu sentido (autoprodução); como orientação cultural; como desenvolvimento da Razão; como o simples “fazer história”; como maior disputa entre o controle dos meios de comunicação e orientação para a reprodução; como capacidade de demarcar a produção dos meios culturais; como “conjunto de modelos culturais, cognitivos, econômicos, éticos, pelos quais uma coletividade constrói as suas relações com o meio ambiente (...) produzindo um “estado de natureza” (Touraine, 1985: 67). Essas várias definições, ainda que apontem para a mudança de orientação da produção para a reprodução, são dadas numa *separação entre as ações e as relações* – o que no plano teórico viria a suprir os déficits da sociologia funcionalista que subordina as ações aos sistemas sociais – resultando na separação entre sociologia da ação e filosofia da história, ou seja, na ação concreta dos atores e das leis socialmente predispostas.

tralidade axiológica – a consideração weberiana da separação do mundo em esferas regidas por lógicas e racionalidades próprias e autônomas que se entrecruzam – empreendida com vias de uma condução norteadora da ação coletiva?

O questionamento acerca da ação para a conquista da historicidade se estreita em termos de duas perspectivas teóricas nada contrapostas: as escolhas orientadas por valores por parte dos movimentos sociais compartilham de uma *dimensão positivista* para o sentido da ação; e de um *historicismo relativista*, assegurando uma especificidade temporal aos encargos culturais, sociais e políticos, e permitindo uma crítica cultural do capitalismo, romântica e conservadora (Löwy, 1996). Isso significa dizer que os movimentos sociais que lutam contra aqueles que estão no centro das relações de dominação seriam vistos pela pesquisa social através de valores homogêneos, desconsiderando o “condicionamento histórico e social do pensamento, [...] as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo” (p. 99). Assim, o foco da sociologia da ação para um “bem comum” pode debater as concorrências internas que permitam ganhos, perdas, mudanças de objetivos, mas, o próprio recorte historicista apenas permite que a cultura seja um “meio” abstrato e poroso, que os movimentos sociais devem conhecer para que consigam efetivar suas ações. À medida que não se problematiza o condicionamento histórico e as ideologias (sejam as dos próprios pesquisadores como dos movimentos sociais), se assume uma suposição axiológica “neutra” da pesquisa social que somente poderia, por parte dos movimentos sociais, se vincular no campo “neutro” da cultura para buscar tal transformação social.

Assim, epistemologicamente Touraine compartilha da *neutralidade axiológica*, mesmo que problematizando o positivismo das sociologias funcionalistas e procurando aproximar Marx de Weber. Sua aposta na sociologia da ação desvincula a sociologia da filosofia e, por assim dizer, compactua com os próprios primórdios dessa ciência, seu projeto de ser uma “empresa de despolarização (naturalização) do social e como antídoto à luta de classes”, bem como, desconsidera que a sociologia crítica de Marx é, antes de tudo, uma “antissociologia”, já que a “investigação sociológica pode produzir informações úteis, mas o conjunto delas não constitui um pensamento e as informações factuais não constituem um saber” (Bensaïd, 1999: 47). Touraine compactua com a concepção weberiana de que a ação social é “uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento”

(Weber, 1993: 399), permitindo uma compreensão racionalizante ou afetiva dos fatos, apenas no interior das lógicas racionalizantes das esferas sociais. A valoração da ação se remete diretamente aos problemas do positivismo na determinação da *neutralidade axiológica* – que não se restringem à forma de fazer ciência, mas à Filosofia da Ciência – impondo a percepção de uma universalidade dos valores culturais compartilhados (Löwy, 1996).

O *historicismo* de Touraine resguarda essa mesma posição, o que impede uma explicação razoável sobre a *transição* entre a sociedade *industrial* e a sociedade *pós-industrial*, e a designa como uma determinação não-explicativa, e não propensa, de forma heurística, a observar a transição histórica e contraditória dos modos de produção. Exatamente por isso, Touraine não pensa *como* os movimentos sociais são formados e o que os leva a se organizarem em torno de uma bandeira política/cultural para se manifestarem. Sua construção apenas mostra agentes já constituídos e sua ação social é neutra, o que causa, entretanto, um problema de indefinição dos “sujeitos” constituintes do movimento social (afinal, *qual a classe dos movimentos sociais?*), à medida que seria preciso recorrer a uma dedução praticamente inerte daquele que seriam os motivos para a reunião em movimento social<sup>55</sup>.

Sobre o movimento estudantil e sua “forma” de movimento social, esse questionamento coloca em causa o *por quê* do desequilíbrio entre a explicação de origem das rebeliões estudantis em 68 e as suas consequências. Além disso, também se poderia indagar os motivos que levam à desvalorização do conteúdo do modelo anterior da universidade, o qual enfrentava problemas classistas e ideológicos clarividentes e amplamente reconhecidos. A passagem da universidade industrial para a universidade dita pós-

---

<sup>55</sup> Klaus Eder (1993), por exemplo, ao buscar compreender a relação entre classes e ação coletiva, questiona o que faria com que centenas de indivíduos se transformarem numa coletividade. Sua resposta indica que a textura cultural, ou seja, a agregação de identidade, conhecimento e valores, tanto no contexto internalizado pelos atores, como no externalizado por eles, seria a responsável. Seria esse espaço que permitiria com que houvesse uma representação cultural suficiente para a comunicação entre as pessoas e para a própria reprodução dessas culturas; bem como, que através dessa textura se organizassem discursos que motivam os atores a agir juntos, prevalecendo as motivações coletivas sobre as motivações individuais. Sua crítica, por exemplo, à noção de ator, entendida como uma reificação de classes, é uma contraposição à massiva ênfase que Touraine atribui aos atores, evidenciando que, ao se considerar em demasia os atores, a ação vista por esse viés se sobrepõe à ação de classe. No entanto, mesmo com essa objeção, Eder compartilha com Touraine e Weber a mesma prerrogativa de redução da ação política a uma ação cultural, contida em um meio cultural neutro *a priori*, separando três lógicas distintas, a cultural, a estrutural e econômica (as classes, consideradas como um posicionamento) e a política (ação coletiva).

industrial é um fato enfrentado diretamente pelo movimento estudantil, não apenas na França, mas em grande parte das sociedades ocidentais – passagem quase sempre vislumbrada como a “benéfica” e “necessária” *modernização* das universidades e que, justamente por seu caráter contraditório, enfrentou múltiplas resistências por parte de setores mais organizados e ativos politicamente.

Por fim, é preciso referir que as duas problemáticas acima apresentadas consideram que, mediante a oposição entre classes e movimentos sociais, os movimentos estudantis tendem a ser considerados como movimentos sociais – já que, para Touraine, estariam na passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, se identificando mais com a segunda. No entanto, esse argumento é problemático porque separa as lutas dos trabalhadores com a dos estudantes e atribui uma equivocada centralidade à luta estudantil. Por isso, a pesquisa social, ciente dessa insuficiência explicativa, pode se encaminhar para perceber tais conexões, bem como construir um arcabouço que não crie uma oposição entre movimentos sociais e classes sociais, na medida em que, só fará sentido caso a análise dos movimentos sociais seja observada em termos de uma *disposição conflitiva e classista*.

Contudo, é preciso assinalar que Touraine, assim como Habermas, não percebem que o argumento de *sociedade de integração é ideologicamente favorável à imposição de um programa de derrota aos movimentos sociais operários* – bem como aos movimentos estudantis, aos movimentos feministas e todos aqueles que se manifestaram contrários à imposição de uma sociedade pós-industrial – e celebra o pacto de que novos movimentos sociais, como no caso os movimentos ambientais, deveriam estar desvinculados das lutas sociais contra o capital. Finalmente, tais perspectivas caminham para uma única saída, *o fim da centralidade do trabalho*, a qual deverá ser então revista na próxima parte, bem como sua relação com as mobilizações que emergem nos anos 1960 e a imposição de sua derrota global nas décadas seguintes.

## CAPÍTULO 6

### A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CRISE DA SOCIEDADE CAPITALISTA

A partir das reformulações do marxismo e da capacidade interpretativa colocada à prova perante os acontecimentos do *Maio de 1968*, como apresentada anteriormente, se fez necessário entender quais os limites analíticos e filosóficos que colocaram à prova tais teorias. A partir disso, deve-se ter em mente que a própria teoria social também não escapou de seus efeitos mais amplos, demarcando uma viragem teórica que, como foi apresentado, encontrará ressonâncias na produção da teoria crítica das décadas seguintes. Entretanto, tais direções irão se mostrar deveras sinuosas conforme acabam se direcionando para um hibridismo e um ecletismo que tornam os ocorridos de *Maio* sobrevalorizados em seu sentido epistemológico a partir de seu sentido histórico e social. Ou, dito de outra forma: o *Maio de 1968* ocupará um lugar de destaque nas preocupações teóricas de filósofos como Louis Althusser, Michel Foucault (em seu debate com Gilles Deleuze), Herbert Marcuse, Alain Touraine e, até, de forma mais sutil, em Jürgen Habermas. Estes autores, que apresentam um rico debate com Marx e com o marxismo, em muito teceram explicações ou referências que procurassem trazer uma análise das manifestações estudantis daquele momento e a compreensão, de forma mais alargada, dos rumos do marxismo. Entretanto, as perspectivas enunciadas por esses teóricos devem ser vistas com certa desconfiança, já que contam com significativos limites, sobre os quais é possível fazer alguns apontamentos. Tal tarefa, de debate com a filosofia marxista e com a filosofia política se faz necessária conforme alguns dos limites teóricos podem ser transpostos como realidade do passado, ou seja, os apontamentos e a depuração desses limites podem resultar úteis tanto para a revitalização da teoria marxista como para um entendimento mais significativo dos movimentos estudantis ao limitar as interpretações alheias aos ocorridos. Entretanto, a necessidade do debate com tais filósofos ocorre porque eles atribuem, cada um à sua maneira, um sentido dialético de afirmação e de negação do *Maio de 1968*.

No entanto, e por outro lado, muito do afastamento ao marxismo clássico que essas teorias engendram acabam por se distanciar de um núcleo central do pensamento marxiano: a noção de *trabalho*. Embora a crítica sociológica relacione-se às interpretações

historicistas, é em termos da conceituação filosófica operada por Marx que se pode compreender como o trabalho é *protoforma do ser social*; isso quer dizer que, ao se olhar para o trabalho como o conceito teórico e prático ausente nas concepções anteriores, compreende-se como o objeto de pesquisa em questão pode ser empiricamente estudado em termos historiográficos. Isso possibilita também que haja o resgate da ontologia do ser social, trabalhada por Marx a partir dos escritos de juventude. Conforme se aborda essa problemática em seu início, é possível observar-se como as noções de trabalho, produção e classes sociais continuam mais atuais do que nunca e, por sua vez, em termos teóricos precisam ser esclarecidos, a fins de compor a crítica às teorias sociais apresentadas na Parte II. Nesse sentido o argumento a ser utilizado aqui procura explicitar como as transformações da sociedade capitalista ganham sentido a partir do trabalho – apontando certos limites às noções de fim do trabalho já anteriormente sintetizadas. Por isso, esse argumento é o cerne do tema geral da Tese, porque pensar a relação histórica entre ação estudantil e as transformações produtivas revela não apenas questões referentes às classes sociais, como também, colocam em evidência como a luta de classes do passado foi representada, não apenas pelas atitudes de rebeldia dos estudantes franceses ou de seus congêneres alemães e norte-americanos. O que aqui se pretende argumentar, portanto, é que há uma *crise estrutural do capital* que se inicia naquele momento e que permite que mudanças significativas no trabalho e no sistema produtivo constituam o horizonte mais alargado, ao qual as transformações sociais sentidas e reclamadas pelos estudantes irão confluír. Por conseguinte, a crise estrutural do capitalismo irá aparecer mais amplamente na análise de um período histórico mais alargado, cuja demarcação temporal dos anos 1960 parece ser suficiente. Como um momento de crise, seus efeitos serão sentidos efetivamente na política e manifestados nas fissões e ebulições sociais. Finalmente é essa crise estrutural que aparecerá na sociedade atual, em seu efeito de *precariedade do trabalho e do trabalhador*, a qual pode ser sentida na atual forma de ser do capitalismo.

## **6.1 A ontologia do trabalho e seu desenvolvimento histórico**

Formulada pela primeira vez nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a conceituação filosófica de Marx do homem enquanto “ser genérico”, questionava o processo de alienação e estranhamento do trabalho humano. Nela, o homem, enquanto produtor, não

se reconhece naquilo que fora produzido por si, e o produto desse processo não mais pertenceria àquele que o produziu. O Homem é tido como “ser genérico”, não somente porque tem o gênero humano como objeto, mas porque é um ser “universal”<sup>56</sup>, logo, um ser livre, e o trabalho é a sua prisão, já que nele não se contém apenas a sua realização, mas a alienação daquilo que seria o seu produto. Essa mesma relação diferencia o homem do animal, pois é através da sua universalidade que se pode ampliar o âmbito da natureza em que vive; e não somente isso, mas também sendo parte da natureza. Não obstante, essa relação entre o homem, enquanto “ser genérico”, e a natureza, se dá através de sua atividade, o *trabalho*, podendo-a modificar conforme sua atividade laboral e sua consciência. O que torna o homem consciente em sua relação com a natureza é o trabalho: “a atividade vital consciente distingue, imediatamente o homem, da atividade vital animal. Justamente, e somente por isso, é ele um ser genérico” (Marx, 2004: 42). A consciência é o elemento mediador dessa relação entre o “ser genérico” e a natureza, já que “apenas por ser consciente, é único objeto, ou seja, é a sua própria vida por ele, é um ser genérico” (ss).

Essa concepção filosófica do Homem torna-o universalmente idêntico enquanto “ser”, cuja atividade, qualquer que seja e em qualquer âmbito, seria o trabalho alienado (*Entäußerung*), uma *externalização positivada do ser na coisa e ineliminável*, porque cria o próprio homem e os prospectos de sua sociabilidade, o que lhe garante exercer sua liberdade e manter-se livre. No mesmo ato de criação, o trabalho se apresenta em sua negatividade, ou seja, *a dimensão de que o homem cria algo hostil a si mesmo (Entfremdung)*, e que esse produto não irá pertencer àquele que o criou; e, por consequência, irá ser representada através das formas históricas de produção e reprodução. O trabalho estranhado na sociedade capitalista seria não apenas a alienação da atividade humana, porque seu produto seria expropriado por um outrem (na sociedade capitalista, o capitalista), que compraria a força de trabalho humana (em um mercado, através de uma relação jurídica, de igualdade, entre tantas outras mercadorias), pagando-lhe as jornadas de trabalho e apropriando-se da produção daquele, resultando numa historicidade ao modo de produção humana<sup>57</sup>. Por ser ontológico, o trabalho está na generalidade dos seres humanos, e se encontra ancorado na natureza orgânica, o que permite o nascimento do ser social, sendo assim, um ato cons-

---

<sup>56</sup> Essa consideração difere radicalmente da racionalidade ocidental enquanto universal que a filosofia de Kant deixou bastante explícita, por sua ênfase epistemológica e perda da compreensão da ontologia.

<sup>57</sup> Para uma melhor compreensão da questão, ver Mészáros (1970), Ranieri (2001), e Antunes (2003).



ciente que dispõe de um meio e um fim para se concretizar. A “fundamentação ontológica da prática do ser social” seria, portanto, composta por dois atos heterogêneos, a saber: “a mais precisa reflexão possível da realidade em questão” e a “posição de subjunção de cadeias usuais [...] indispensáveis para a realização da posição teleológica” e que, ao se realizarem, fundamentam o “complexo específico de trabalho existente” (Lukács, 1980: 24). Por isso, para a realização do trabalho pelo homem é necessário não apenas uma reflexão sobre a realidade, mas também encontrar as causalidades que implicam nessa realização teleológica, que afirmam o trabalho como âncora da natureza orgânica e, por isso, adquire sua importância como *protoforma do ser social*.

Através dessa formulação ontológica, o trabalho social consubstancia a relação do homem com a natureza e sua produção – seja a produção do homem sobre a natureza, seja sua própria reprodução<sup>58</sup> – da qual, a própria disposição dos homens não pode ser vista como isolada<sup>59</sup>, pois isso acarretaria em observar o homem através de um “ideal cuja existência estaria no passado” (Marx, 2011: 40). No limiar das transformações da sociedade feudal do Século XVI e seu desenvolvimento pleno no século XVIII, o capitalismo industrial, se alcançou um alto grau de desenvolvimento das relações sociais, pelo menos na Europa, o que produziu a ideia de indivíduos isolados, das quais “as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior (*äußerliche Notwendigkeit*)”. São essas necessidades exteriores –

---

<sup>58</sup> Marx (2010: 32-33), em contraposição ao materialismo de Feuerbach e da filosofia alemã isenta de pressupostos, considera que o pressuposto é a própria vida material dos indivíduos, ou seja, “os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”: “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material (...). O segundo (...) é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (...) A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar”. Isso significa afirmar que o aumento das necessidades criaria novas relações sociais e que esses três aspectos não são distintos, mas sim coexistem dialeticamente na história. A produção da vida no trabalho aparece como uma relação social dupla, uma relação natural e uma relação social, criando, assim, um novo modo de produção ou força produtiva, que condiciona o estado social e a história da humanidade, o que resulta na história das indústrias e das trocas.

<sup>59</sup> Essa perspectiva de isolamento é vista como ponto de partida pelos teóricos da Economia Política Clássica, como Smith e Ricardo. Na Filosofia Política, é Rousseau aquele que imprime a ideia de que o fundamento da sociedade civil, a “sociedade nascente”, é a época mais feliz da humanidade, a qual não constitui sociedade política, os engajamentos mútuos e deveres de solidariedade. Para ele, é na sociedade nascente que se tem o estado de guerra, que implica na origem da sociedade civil e das leis. O isolamento que se encontra o homem no seu Estado de Natureza o impede de entrar em conflito, e para que haja o Estado de guerra e para que a sociedade civil coloque termo a tudo isso, é necessária uma aproximação das quais o homem negue previamente a sua forma de viver, uniforme e solitária, prescrita pela natureza.

características do capitalismo – que *confrontam* a produção das necessidades naturais dos indivíduos – não podendo ser tomadas como leis naturais, mas como a simples condição para sobrevivência e existência da coletividade de indivíduos<sup>60</sup> – e que conduzem a uma individuação. Dito de outra forma, é nesse período que a produção vista como individual passa a representar a forma de satisfação das necessidades. Portanto, são essas necessidades exteriores que assumem a forma do modo de produção capitalista, já que “quando se fala em produção, sempre se está falando de produção de um determinado estágio do desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (p. 41). Marx atenta para a inexistência de uma produção individual já que o homem – bem como sua atividade –, não pode ser concebido fora ou isolado da sociedade, pois, “o ser humano é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade” ; mas, é somente por meio de sua coletividade que se permite conceber a produção e as formas históricas que a engendram.

A produção é, portanto, a “produção dos indivíduos sociais”, objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, que deve ser tratada como a produção em “*uma* determinada época histórica”, a qual não está apenas restrita a determinada época, mas se concatena com as épocas precedentes, em termos de suas rupturas e continuidades possíveis:

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, determinações em comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindindo em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Essa afirmação praticamente resolve o problema, já apresentado no Capítulo 1.2. do presente estudo, quando se questiona a associação do pensamento de Marx com a Ciência Moderna e o progresso, pois justamente Marx *coloca em xeque* as necessidades exteriores criadas pelo capitalismo, bem como seus modos de produção – a ciência, o progresso e a racionalidade – se opondo radicalmente a essas novas formas que afastariam o homem da coletividade e afirmariam a individualidade, ou as leis naturais, como ponto de partida fictício.

<sup>61</sup> Ao afirmar que humanidade e natureza (sujeito e objeto) seriam os mesmos, a meu ver, Marx não estaria naturalizando a concepção hegeliana de sujeito-objeto idêntico, que mais tarde esteve presente em Lukács

A forma da produção, na sociedade capitalista, não seria o único padrão de produção existente, porém é nela que sua existência ganha a aparência de naturalidade atemporal, como se fosse a única existente historicamente ou subordinando a ela as formas do passado, como estágios anteriores e menos desenvolvidos. Contudo, se faz possível observar uma relação histórica entre o presente e o passado. O primado da produção, que cristaliza o trabalho passado, ao mesmo tempo em que o desconecta de uma relação do trabalho concebido historicamente, permite que não haja “produção possível sem trabalho passado, acumulado”; e, caso isso fosse intencionalmente desconsiderado, o capital tornasse “uma relação natural, universal e eterna”<sup>62</sup>. Ao se desconsiderar essa relação, portanto, se deixaria de lado “precisamente o que é específico, o que transforma o instrumento de produção, o trabalho acumulado em capital” (ss.). A fim de aprimorar uma negação do sensível e do abstrato, a produção somente pode ser considerada como um “ramo particular da produção”, em relação com sua totalidade, procurando identificar formas gerais e formas particulares da produção. Por assim dizer, a produção não é um ente abstrato, nem apenas uma dimensão particular, mas uma síntese do particular, “certo corpo social, sujeito social que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção”. Em síntese, não adiantaria compreender a produção como um aspecto particular sem sua relação com a totalidade, não obstante, apenas seu presente; pelo contrário, suas *relações* particulares e gerais, seu passado e presente, o trabalho em desenvolvimento histórico e dialético.

Como observado, na sociedade burguesa “são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas”, mas esse desenvolvimento histórico tem como base o fato “de que a última forma considera as formas precedentes como etapas até si mesma, e as concebe sempre unilateralmente [...] [e

---

(2012a), o que poderia conduzir a uma assimilação da sociedade pela natureza como no positivismo clássico. Pelo contrário, como se afirma anteriormente, as determinações da produção devem ser *precisamente* separadas, para que não se tome essa unidade como a totalidade do processo, mas sim como aparência da síntese desse processo, ou seja, negando o sensível, e enfatizando as componentes concretas dessa *atividade*, ou seja, enquanto materialidade histórica.

<sup>62</sup> O limite histórico das análises anteriormente apresentadas – de Althusser, Marcuse, Habermas e Touraine – remete-se, sobretudo, ao ponto de tornar a continuidade das relações provenientes da produção, algo novo e pretensamente desconectado da história, ou estruturalmente limitado, ou subjetivamente desconexo.

que] raramente critica[m] a si mesma[s]”<sup>63</sup> com exceção de momentos de crise ou de decadência (p. 58-59), onde o presente não se identifica com o passado. Nesse sentido, deve-se considerar, em primeiro lugar, que a produção é “a apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade” e que, portanto, irá estabelecer, a seus moldes, as formas de propriedade que a acompanham, assim como “suas próprias formas de direito, formas de governo” (p. 43), ou seja, suas derivações *jurídico-políticas*. Ao contrário da filosofia política clássica, que separa a produção de sua forma político-jurídica (o Estado), Marx entende que são justamente as condições estabelecidas pelo primado da produção que geram as condições para as formas jurídico-políticas.

Estabelecidas essas condições, consolida-se também a dominação de classes na sociedade, ou seja, criando um “poder social, derivado de sua riqueza, [que] tem sua expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso” (Marx, 2010: 42). A partir disso, da mesma forma que a produção na sociedade capitalista, o Estado moderno não poderia ser considerado como uma forma inteiramente nova ou deslocado das formas produtivas. Ao contrário, ele tem em suas determinações históricas e seguramente o atrofiamiento de formas produtivas precedentes, e que *não* podem ser resumidas na determinação da sociedade civil ao Estado. Contudo, é inegável que, no entorno de uma compreensão histórica da sociedade, as categorias econômicas se sucedam historicamente e que, na sociedade capitalista, essa sucessão apareça apenas como formas desconectadas da produção da vida imediata, a “base real da história”, a qual implica num estabelecimento de relações com a natureza e dos indivíduos entre eles (ss.). Essa separação, vislumbrada pelo olhar do presente sobre o passado – dos processos econômicos do presente sobre os do passado – em grande medida ressaltam a irreversibilidade ontológica da substância, em sua aparência de significância temporal, mas que, com o passar do tempo, também fundamentou as prerrogativas do neokantismo, do positivismo e do neopositivismo, fraturando a

---

<sup>63</sup> A forma pretensamente “etapista” aqui apresentada, não significa que Marx visualizava esse processo dialético de desenvolvimento histórico como etapas a serem seguidas, assim como muito se falou no marxismo vulgar. Pelo contrário, a análise comumente feita, nos moldes da economia política clássica, de modo retrospecto e seguramente inserida em determinado molde (atual) de desenvolvimento, observa o desenvolvimento precedente como etapas, ou seja, sem conseguir identificar plenamente todos os elementos particulares que comporiam a totalidade. A possibilidade vislumbrada de “crítica a si mesma” é o que garante que se rompa com a visão etapista e, justamente, se considere a gênese desse processo, como descrito anteriormente.

compreensão da totalidade do ser social (Lukács, 2012). Por isso, se tomarmos o processo de trabalho, ou seja, a atividade teleológica do trabalho, ou ainda, o *próprio trabalho*, seu objeto e seu *instrumental*<sup>64</sup>, “o trabalho [que] consome produtos para criar produtos, ou [que] utiliza-se de produtos como meios de produção de produtos” (Marx, 2010: 43), significaria apontar as novas necessidades externas sobre aquelas necessidades primeiras, na procura de sua supressão e da criação de novas necessidades. A sociedade capitalista se fundamenta nessa forma de produção, através da atividade vital humana, que não tem seu cerne não apenas delimitado nesse modo de sociedade, nem é nela que o produto do trabalho irá ganhar forma histórica. Na sociedade capitalista, esse produto resultante do trabalho do trabalhador irá ser estranhado e apropriado pela classe burguesa, bem como, dele se segue a formação de classes através da produção de valor com base no trabalho e na criação da mercadoria, na circulação de mercadorias e na reprodução global da produção.

É necessário considerar que, após e concomitantemente ao processo de produção, o seu produto contém uma relação estável, ou seja, seu valor de uso, determinado por sua utilidade, o qual “não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis” (Marx, 2002: 58). Essa relação se difere de outra, qualitativamente instável, porque se relaciona com valores de uso diferentes, “na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” e isso faz com que “[ponham-se] de lado os valores de uso das mercadorias quando se trata da relação de troca entre eles” (ss). Através desse processo, desaparece-se o valor de uso contido no produto, bem como, evidencia-se o valor de troca, ou o valor das mercadorias. A diferenciação entre valor-de-uso e valor-de-troca, ou seja, o “duplo ponto de vista, da qualidade e da quantidade”, evidencia a capacidade de realização do trabalho do trabalhador em uma forma alienada, a mercadoria, cujo valor de troca se assume como *contradictio in adjecto*. O tempo de trabalho seria, portanto, a grandeza de valor de uso assumida pela mercadoria, o que permite que se equi-

---

<sup>64</sup> Marx (2002: 212-218) articula ontologicamente, ao mesmo tempo em que separa metodologicamente o processo de trabalho, constituído pelo próprio trabalho, ou seja, a atividade direcionada para o fim de modificação da natureza e de sua realização; o objeto de trabalho, a saber, a matéria que aplica-se ao trabalho, encontrada na natureza e os meios e instrumentais de trabalho, o qual “insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto”. Esse processo de trabalho irá atingir cada vez maiores níveis de desenvolvimento, e que são chaves para a distinção de *como* se faz em “diferentes épocas econômicas”. Esse desenvolvimento, ao ser observado do ponto de vista do processo de trabalho, observa-o como *trabalho produtivo*, porque considera que o próprio trabalho, o objeto e o instrumental de trabalho são os meios possíveis para a produção. Esse produto, em sua primeira forma final, pode além de forma final, ser a matéria-prima para outro processo, a criação de *novas necessidades* (Marx, 2010).

pare os valores das mercadorias (trabalho abstrato) em relação ao tempo de trabalho necessário para a produção. A divisão social do trabalho<sup>65</sup> é a condição para a produção de mercadorias na sociedade capitalista e é nela que se fundamenta o valor adquirido pelas mercadorias, através da equivalência de valores de trabalho humano, pois todo trabalho é “dispêndio de força humana de trabalho [...] e nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias”, mas, em contraposição, o trabalho é “dispêndio de força humana de trabalho [...] para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso” (p. 68). Portanto, por baixo do valor-de-troca, juntamente com o valor-de-uso está o produto do trabalho metamorfoseado em “forma-mercadoria”, inseparável do produto do trabalho.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (p. 94).

Por isso, conforme se considera o trabalho na sociedade capitalista, ele aparece em sua “forma” de mercadoria e não em sua essência enquanto criação para a satisfação de suas necessidades vitais. São as necessidades externas que se realizam na sociedade capitalista e, por meio delas é que suas relações se tornam mais complexas. O trabalho,

---

<sup>65</sup> Novamente, em Marx (2010), a divisão do trabalho aparecia como a divisão entre trabalho material e trabalho espiritual, materializada na propriedade privada, sendo que ela é sempre afirmada e suprassumida; e seria dela que derivariam tanto a contradição de classes como as ideias dominantes que são seguidas e impostas pelas classes dominantes. Na sociedade burguesa ou sociedade capitalista, a *indústria* é a forma de divisão social do trabalho que se impõe – em contraposição às corporações de artesãos e a manufatura dos períodos precedentes. Nela o trabalho aparece como propriedade privada como síntese do processo de produção; o Estado assume inicialmente medidas alfandegárias e em seguida o protecionismo para a indústria nacional para oferecer maior concentração de capital, universalização da concorrência, criação de meios de comunicação e o mercado mundial, submetendo a si o comércio e a centralização de capital. Notavelmente, ao contrário daquilo que foi apresentado no Capítulo 3.1. pela linha estruturalista, essa é a mesma formulação que Marx utiliza em *O Capital*, explicando o processo econômico para aí então observar o processo no âmbito superestrutural, o que significaria que, numa leitura mais atenta de *A Ideologia...* e *O Capital*, não haveria uma determinação positiva entre estrutura e superestrutura – como se poderia deduzir na primeira obra – mas sim, uma imensa complexidade do processo de produção, sua circulação e reprodução.

enquanto mercadoria, não deve ser reduzido apenas a essa forma, mas sim, visualizado conjuntamente a uma relação de exploração, que separa o produtor do possuidor de mercadorias e que atribui ao processo de trabalho sua especificidade na sociedade capitalista.

O processo de produção assume-se “essencialmente [como] produção de mais-valia, isto é, processo de objetivação de trabalho não pago”, separando o processo de trabalho (quanto a si mesmo) e o processo de valorização, sendo, o último, a “valorização do valor” (Marx, 1984: 57-8). A valorização é gerada a partir do trabalho real e de sua intensidade, em primeiro lugar; mas também, como *sobre-produto*, que aparece como trabalho socialmente necessário, mas que, na verdade, é o trabalho adicional que aparece do ponto de vista da mercadoria, como trabalho necessário<sup>66</sup>. Nesse processo capitalista de apropriação do trabalho, tal aparece subsumido ao capital através de um “equivalente” salarial pago pelo capitalista, o que implica na exploração do trabalho alheio. Ou seja, primeiramente, enquanto *subsunção formal do trabalho no capital*, que designa a coerção para a extração de sobre-trabalho, “pelo prolongamento do tempo de trabalho”, ou seja, pelo aumento da jornada de trabalho; a mais-valia retirada nesse processo é a *mais-valia absoluta*, porque se empenha em designar, formalmente, uma relação, a qual pode ser vista na quantidade de trabalhadores dirigidos por um capitalista, mas que resulta num mínimo rendimento para a relação capitalista, ou seja, nessas situações, o capital desempenha certas funções subordinadas, mas que ainda não são as funções dominantes desse sistema.

Concomitantemente, o modo de produção *especificamente* capitalista aparece como *subsunção real do trabalho no capital* em sua forma de *mais-valia relativa*, a qual implica considerar que o seu valor é o “tempo de trabalho socialmente necessário que se objetivou no produto; estimulado pelo fato de que, por conseguinte, o valor individual do seu produto é mais baixo do que o valor social e de que [...] pode ser vendido acima de seu valor individual” (p. 92). Essa relação aparece como sendo mais racional, com maior uti-

---

<sup>66</sup> Essa diferenciação acarreta em considerar que há um trabalho objetivado e um trabalho a ser objetivado, ou em suas palavras: “O trabalho contido nos meios de produção é um quantum determinado de trabalho social geral e, portanto, é representado por certa grandeza de valor e soma de dinheiro adicional. O trabalho contido já nos meios de produção é o mesmo que o trabalho recém-acrescentado. Só se distinguem por o primeiro estar objetivado e valores de uso e o outro se achar implicado no processo dessa objetivação; um é passado, o outro é presente; um está morto, e o outro vivo; um está objetivado no pretérito perfeito, o outro está-se objetivando no presente” (p. 60). Disso, se poderia afirmar que o trabalho objetivado é o trabalho vivo mais o trabalho morto, e é no interior desse processo, na medida em que o trabalho objetivado se apropria do trabalho vivo que “o trabalho se transforma em capital” (ss).

lização científica e tecnológica do que a anterior, aparece em sua sequência e pode ser um meio para a implementação da primeira. Especificamente:

As forças produtivas do trabalho diretamente social, socializado (coletivizado) por via da cooperação, da divisão do trabalho no interior da oficina, da aplicação da maquinaria e, em geral, da transformação do processo produtivo em aplicação consciente das ciências naturais, mecânica, química, etc., e da tecnologia, etc., com determinados objetivos, assim como os trabalhos em grande escala que a tudo isto correspondem [...]; este desenvolvimento da força produtiva do trabalho objetivado, por oposição à atividade laboral mais ou menos isolada dos indivíduos dispersos, etc., e com ele, a aplicação da ciência – esse produto geral do desenvolvimento social – ao processo imediato de produção; tudo isso se apresenta como força produtiva do capital, e não como força produtiva do trabalho, ou apenas como força produtiva do trabalho na medida em que este é idêntico ao capital e, em todo o caso, não como força produtiva nem do operário individual nem dos operários combinados no processo de produção (ss.).

Nesse momento, a fim de não se alongar mais nessa explicação, cabe apontar que se trata de certas relações constituintes do capitalismo, que devem ser consideradas nas explicações, a fim de se obter uma gênese do desdobramento histórico do capitalismo. A grande maioria dos apontamentos desse capítulo, e sua retomada de Marx, apontam o que se poderia ver enquanto uma recusa de muitos dos pontos apresentados na primeira parte, mais especificamente, sobre as teorias sobre o fim do trabalho e perda da centralidade do trabalho. Notadamente, o que está se falando é que o trabalho, em sua generalidade, é um elemento histórico que implica no desenvolvimento humano e que, o trabalho na sociedade capitalista é também presente da mesma forma que não o é – pelos motivos descritos acima – restando ser analisado de acordo com a sociohistoricidade de seu processo. Por essas considerações, deve-se elucidar que as sociedades sempre transitam para uma “direção de mudança”, expressada qualitativamente na mudança de seus complexos específicos e que não estabelece, por consequência, uma direção específica – essa é uma recusa que cabe ressaltar, sobretudo em crítica às vinculações do marxismo com o determinismo e o positivismo (Lukács, 2012b)<sup>67</sup>. Porém, por sua vez, considerações sobre o fim do trabalho – como as apresentadas por Habermas e Touraine –, que parecem ter sido elaboradas com o intuito de um princípio explicativo sociologicamente assentado sobre o pensamento marxiano, na verdade, naufragam sobre um entendimento grosseiro e explicativo de apenas uma parte do problema.

---

<sup>67</sup> Para outros esclarecimentos acerca da vinculação entre marxismo e positivismo ver Bensaïd (1999).



Cabe aqui, apenas mais uma consideração, sobre a história, evitando leituras positivistas, no sentido de indagar se a história teria uma finalidade objetiva concreta ou se isso remeteria apenas a uma aparência. A história é a substância das sociedades, pois a essência humana é histórica; e, por isso, a história é a “história da explicitação da essência humana sem se identificar com esse processo” (Heller, 2011: 12-13). Mas essa substância não pode ser considerada homogênea, e sim, heterogênea, na medida em que ela mantém a heterogeneidade das estruturas sociais e de seus complexos, bem como a continuidade de seus valores. Nesse sentido, o tempo histórico assume a “irreversibilidade dos acontecimentos sociais”, sendo que o tempo ontológico não se alteraria, apenas a aceleração das estruturas sociais<sup>68</sup>. Para tanto, deve-se considerar a primazia da forma humana e a sua transformação em produção – fato que, nas relações econômicas capitalistas a produção é tornada fetichismo, identificando diretamente as forças produtivas com a tecnologia e considerando-as como autônomas (Lukács, 2012b). Adquirindo uma formulação ontológica, o valor pode ser compreendido em sua objetividade social, como “expressão resultante de relações e situações sociais” (Heller, 2011: 16). O valor é um acúmulo de riquezas, que pode tanto propiciar condições de acumulação de riqueza material para alguns ou para a generalidade humana, como também desigualdades socioeconômicas.

Essas considerações resultam na explicação do trabalho como *por teleológico*, em que a história não pode ser considerada como inscrita em seu fim. Ela se consubstancia não em uma racionalidade entre meios e fins, mas nas próprias ações do homem, que podem realizar ou não tal horizonte de expectativas históricas, as quais existem enquanto tarefas propostas e que, enquanto “propostas”, suscitam a capacidade de realização delas pelos homens.

---

<sup>68</sup> Em grande medida, essa questão encontra-se diretamente em diálogo com a tese braudeliana da aceleração da história, quando ambivalências e multiplicidades da história e o encurtamento do tempo, por conta de inúmeros motivos da aceleração, surgem no debate das mudanças das estruturas sociais a partir dos anos 1945 (Jeanneney, 2001). No entanto, *grosso modo*, a predominância de uma visão epistêmica, que tomaria a parte pelo todo, entendendo que o estreitamento do progresso tecnológico seria indispensável para uma real mudança de todo o corpo social, faz com que “a ordem dos fatos e a ordem das representações se misturam sempre intimamente, ao ponto de serem inseparáveis” (p. 31). Isso aponta, ao contrário da perspectiva ontológica, para uma vinculação entre a aceleração da estrutura social e do tempo, fato que pode ser repensado através dos limites da representação (estruturas) e da real contextualização dos fatos (tempo, homem).

## 6.2 A formulação marxiana das classes sociais

A definição de trabalho produtivo condiz com as capacidades do trabalho em gerar mais-valia, ou seja, de autovalorizar o capital. Porém, há de se considerar que a análise de Marx resultou em alguns problemas de interpretação, no que concerne à renciação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Esse problema esteve explícito para as concepções de classes sociais, em procurar identificar as classes produtivas e as classes não-produtivas do sistema capitalista, bem como está patente no surgimento das questões acerca das classes médias (apresentada no próximo excerto). No tocante a esse conjunto de problemas, parece ser evidente que muitas das análises mais recentes, das principalmente nos preceitos pós-industriais, atribuíram a Marx uma incapacidade de compreensão dos meandros existentes entre as classes sociais, concordando que haveria um processo de polarização de classes, que deixaria de fora a compreensão das classes médias (Wright, 1989; Estanque, 2012). O ponto de partida para tal seria o processo descrito em Marx & Engels (1998), onde a presença de duas classes *em-si*, as camadas médias e a pequena burguesia<sup>69</sup>, presentes no Século XIX, *apareceria na tendência para o desaparecimento ou para a proletarização*, notadamente no que diz respeito às transformações e complexificações das relações de produção do capitalismo industrial surgente, onde se fundamentariam as classes *para-si*<sup>70</sup>. A negação dessas classes evidenciava o processo de polarização, porém, também enfatizava como o trabalho assalariado estaria crescendo e o capital se monopolizando.

Lukács (2012a), tomando a distinção de classes através da mediação (hegeliana) da consciência, se propôs a distinguir as formas de consciência das classes *em-si*, ou seja,

---

<sup>69</sup> Seria necessário, em primeiro lugar, fazer uma diferenciação entre os estratos medianos da sociedade (*Mittelstände*), que “combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias” no sentido de sua manutenção de posição perante o processo produtivo anterior, através de uma posição política conservadora e reacionária (Marx, 1998: 49); e a pequena-burguesia (*Kleinbürgerschaft*), que seria uma classe intermediária, mas complementar da sociedade burguesa, correndo o risco de serem “constantemente atirados para a concorrência com os proletariados” e que, com o desenvolvimento industrial “desaparecerão por completo como parte autônoma da sociedade moderna e serão substituídos no comércio, na manufatura, na agricultura por capatazes e criados” (p. 61-2).

<sup>70</sup> Porém, o critério utilizado naquele momento era de cunho ideológico e político e pretendia forjar – como na construção arquitetônica do *Manifesto* – uma aproximação entre proletariados e os comunistas, cujo contexto seria reforçar o combate ao nascente capitalismo industrial alemão. Com poucas pretensões teóricas, Marx e Engels operavam numa simples distinção entre burguesia, enquanto detentoras das relações de produção, e o proletariado, enquanto classe que se apresentaria desprovida dos meios de produção.

para as classes provenientes da época pré-capitalista (campesinato, classes médias, pequena-burguesia), das classes *para-si* (a burguesia e o proletariado), específicas do capitalismo. Para as classes provenientes da organização pré-capitalista, sua consciência de classe não influenciaria os acontecimentos históricos porque nas épocas pré-capitalistas os conflitos de classe não se transpareceriam, o que não significa que eles não estivessem predispostos. Os elementos econômicos aparecem de forma pouco diferenciada de elementos políticos e culturais. Não obstante, seu argumento é que a consciência de classe se desenvolve nas sociedades capitalistas, através do crescimento da relação de dominação da burguesia. Nas sociedades estamentais, “a consciência do próprio status, como fator histórico real, mascara a consciência de classe, impede que esta última possa mesmo se manifestar” (p. 167). A mudança do pré-capitalismo ao capitalismo fez com que as classes se percebessem de forma consciente e, portanto, empreendessem uma “luta ideológica pela consciência”, revelando o fundamento das lutas de classes. A burguesia e o proletariado, classes sociais inseridas nas relações de produção e que as divide, comporiam os agentes dessa luta. Os camponeses e a pequena burguesia, vestígios dos momentos pré-capitalistas, acabam por recuar em sua consciência porque não se relacionariam com a totalidade social determinada pelas relações de produção.

Em um sentido epistêmico-metodológico, a polarização serviu para se compreender, estrategicamente, a relação entre *classe-em-si* e *classe-para-si*, bem como a disposição da consciência nelas contida. Caracterizada através do posicionamento e da consciência dessas classes diante do processo produtivo, em muito foi considerada uma base segura que pudesse compreender a luta de classes e sua consciência. Porém, por haver uma intrínseca relação entre “classe para si” e consciência, revelada possivelmente na ação política revolucionária, sua não confirmação prática a fez cair em descrédito. A propósito, a não confirmação imediata desses prospectos e, principalmente, por conta da continuidade e renovação das classes médias, surgiram inúmeros argumentos contrários a essa análise, em sua maioria relacionando direta e meramente classes sociais e ação política.

Na falta de um enquadramento mais preciso (ou mesmo pela surpresa histórica), muitas das efervescências sociais ocorridas nos países centrais a partir da década de 1960, ou suas novas disposições, foram consideradas como movimentos de classe média (Parkin, 1967; Habermas, 1971; Touraine, 1971; Eder, 1993; Della Porta & Diani, 2006) evidenciando um novo radicalismo, o qual a teoria não contemplaria. As análises acerca das *classes*

*médias*, que se apresentavam em crescimento na metade do Século XX nos países centrais, colocaram em evidência as novas configurações sociais, marcadas pelo crescimento dos *white collars*, trabalhadores especializados da gerência e gestão administrativa, seja do Estado, seja das empresas capitalistas (Mills, 1976). Em contraposição, como normalmente atribuído ao marxismo, a questão de classes médias *aparece* como em trânsito para uma polarização de classes entre burguesia e proletariado, o que não contemplaria o fenômeno de emergência dos estratos medianos, bem como uma indefinição entre a relação produtiva ou improdutiva dessas classes. Pretende-se, aqui, tratar um pouco dessas questões, no sentido de um diálogo implícito com as interpretações apresentadas anteriormente, apontando alguns caminhos para se compreender as manifestações estudantis dos anos 1960 e do momento posterior, como problemas de *lutas de classe*. Portanto, faz-se necessário, novamente, retomar as análises acerca da disposição de classes no sistema capitalista, procurando alguns motes analíticos para o esclarecimento desse problema.

As classes sociais se revelam no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista articulado no interior de três processos: *o processo de produção, o processo de circulação e o processo de reprodução global do capital*. Essas revelações são demasiado complexas e fundamentadas em uma determinação de conceitos (produtivo e improdutivo, mais-valia e lucro, produção e circulação), cuja tendência é o concreto articulado em sua totalidade (Bensaïd, 1999). Em muitos momentos, podem ser traduzidas em termos de “determinações formais que decorrem ora do primado da economia (plano contra mercado), ora do primado do político (“ditadura do proletariado”), ora de uma sociologia aproximativa (“o Estado operário”) (p. 143-144). A compreensão das classes não poderia ser percebida em termos de definições e classificações estáticas, e sim, em termos de um “sistema de relações estruturado pela luta”, mas que também não são redutíveis apenas à produção, nem à mera soma de indivíduos, mas compõem uma totalidade relacional, evidenciando que “não há classe senão na relação conflitual com outras classes” (p. 148)<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Essa percepção praticamente coloca em xeque todas as possibilidades de se pensar o marxismo enquanto um conjunto de dados meramente sociológico. Ao contrário, “a investigação sociológica pode produzir informações úteis, mas o conjunto delas não constitui um pensamento e as informações factuais não constituem um saber” (Bensaïd, 1999, ss.), ou seja, é preciso enfatizar que as exposições “antissociológicas” de Marx são a negação fundamental de um conhecimento fenomênico gerado através das particularidades do empírico, cujo resultado seria um relativismo epistemológico. Isso permitiu, basicamente que fosse adotado, em especial pela sociologia das classes sociais, o caminho inverso da proposta de Marx, ou seja, “criticando as determinações inacabadas da totalidade dialética em nome das categorias metafísicas da percepção empí-

Dito isso, se faz necessário apontar alguns desses momentos na *produção*, ou seja, na forma da divisão entre *trabalho necessário* e *trabalho excedente*. Primeiramente, na aquisição da *mais-valia absoluta na subsunção formal*, onde o conflito de classes aparece na disputa pela redução da jornada de trabalho, dividindo o tempo entre trabalho necessário e trabalho excedente. Em um segundo momento, *aparece* na aquisição da *mais-valia relativa na subsunção real*, ou seja, no conflito de classe na manufatura, através do domínio do trabalho parcelar e ruptura com a hereditariedade dos ofícios. Em um terceiro momento, aparece na combinação dos *dois* processos anteriores, ou como aparência de uma “lei geral da acumulação capitalista”. O último movimento pode ser observado em dois termos. O primeiro, através de como o conflito de classe aparece na relação antagônica de exploração, implicando o aumento da força produtiva social do trabalho que se impõe ao trabalhador individual, e que cria meios de dominação e exploração do trabalhador, tornando-o parcial e acessório da máquina ao destruir o conteúdo do trabalho. Nesse momento, a ciência é incorporada como processo autônomo ao trabalho desfigurando o trabalho do trabalhador. O segundo, conforme se complexificam as relações de produção capitalista, o proletário acaba por considerar como “leis da natureza” as relações emergentes desse processo de trabalho, cuja consequência é romper com a resistência do trabalhador, mantida sobre a lei de oferta e procura (da economia clássica) e pelo “equivalente” (formal) salarial, resultando numa situação em que o próprio trabalhador fica “abandonado” a essas leis fictícias, resultando a mutilação física e mental, a submissão que reproduz o afastamento aparente do Estado da ordem produtiva, e que, por isso, desfaz a percepção do trabalhador enquanto “sujeito mítico” (p. 153-155).

Essa relação se desenvolve na *circulação*, cujas metamorfoses da produção revelam um aprofundamento da separação do trabalhador dos seus meios de produção, aparecendo-os assim, pela posse de sua força de trabalho, como mercadoria sob a propriedade de outrem (realizada ou a ser realizada), comprada no mercado indistintamente às outras mercadorias. Essa separação se apresenta na relação de compra e venda da força de

---

rica” (ss.). Essas observações, que se enquadram no escopo pretendido pelo *neomarxismo*, acabaram por desconsiderar a importância do método que o próprio Marx fundamentara: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (Marx, 2011: 54).

trabalho, supondo ser o capitalista o comprador, e o trabalhador o vendedor, finalizando-se numa relação de assalariamento ao último. Somente através de um desenvolvimento do capitalismo que se pode compreender essa relação, onde, na circulação do capital, se teria a apropriação do produto excedente do trabalhador, assim como a exploração através de uma relação salarial. Trata-se, nesse momento, de uma “negociação conflitual [compra e venda] da força de trabalho enquanto mercadoria” (p. 157), mas que, de forma alguma, elimina a exploração do trabalho concebida anteriormente, ao contrário, a aprofunda, apesar do constituinte salarial aparecer enquanto mediação, ou seja, apenas formalmente. A separação, portanto, divide o comprador e o vendedor da força de trabalho, estabelecendo uma nova relação de conflito, a do trabalho produtivo e do trabalho indiretamente produtivo (p. 155-158)<sup>72</sup>.

Num terceiro momento, na *reprodução global*, as classes assumem sua determinação através da “combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não-productividade do trabalho na circulação, da distribuição de renda” (p. 158-9). Parece ser decisivo afirmar que, tanto os assalariados da função pública, como os trabalhadores da circulação, “que trazem valor excedente ao seu empregador e são submetidos a condições de exploração comparáveis às que suportam os trabalhadores da produção” (p. 159), igualmente são, na reprodução, incorporados como classe trabalhadora. O trabalho produtivo também pode ser referido através do trabalho imaterial (intelectual) que tanto produz mercadorias quanto gera capital para outrem no ato de produzir, como no caso dos professores:

Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados [...]. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário [...] [que] permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo (Marx, 1987: 404).

---

<sup>72</sup> Marx (1984) define que o trabalho produtivo é justamente o trabalho que tem por fim a produção direta de mais-valia, ou seja, que se realiza no produto, na mercadoria; trabalhador produtivo é aquele que executa um trabalho produtivo, que valoriza o capital, ou seja, que o “processo de trabalho seja igual ao processo de consumo produtivo de capacidade de trabalho” (p. 110). Por sua vez, o trabalho improdutivo pode ser visto como o contrário do trabalho produtivo; porém, não simplesmente, é o trabalho que é consumido por seu valor de uso e não por seu valor de troca, ou seja, cujo consumo dessa mercadoria não teria, *pelo menos diretamente*, em vistas de valorização do capital.

Ao afirmar essa contradição, de que o mesmo trabalho pode ter ou não ter caráter produtivo, fato delineado, não meramente de acordo com sua finalidade, mas sim, de sua relação direta ou indireta com o capital, em especial, na relação com o trabalho imaterial, coloca-se também em discussão a produtividade na educação e no conhecimento<sup>73</sup>. No entanto, há de se diferenciar que se esses trabalhadores se submetem indiretamente ao trabalho produtivo, essa submissão é formal ao capital e, portanto, “pertencem às formas de transição” (Marx, 1984: 115). Não significa que permanecerão nessa forma *ad eternum*, mas, ao contrário, podem ser produtivos à medida que o produto de seu trabalho pode ser consumido por seu valor de troca, e não apenas por seu valor de uso. Em suma, e com enfoque no assalariamento de professores e mesmo em relação ao conhecimento, o trabalho pode tanto ser improdutivo como produtivo, mas a *tendência* do trabalho improdutivo é a de se tornar produtivo, devido à própria lógica do capital.

Visto as três dimensões acima é possível identificar que a relação de classes não ocorre apenas na produção, mas também na circulação e na reprodução global. Pois, o que identifica uma relação de classes em sua forma mais geral é a *exploração do trabalho total* – que ocorre nas três dimensões – *pelo capital total*, gerando, assim, uma taxa média de lucro acima do formal “equivalente” pago ao trabalhador, o salário. Caso isso não seja compreendido, a luta de classes torna-se apenas um conflito em termos ideológicos, com posições antagônicas de classe, o que, na realidade, não avança para mais nada senão uma explicação “superestrutural”, ou seja, de tentar definir as classes ideologicamente, e não em termos do conflito em termos da produção, da circulação e da reprodução do capital.

O critério de Marx (2002) para a compreensão do problema das classes sociais ampliava a discutível determinação “direta” entre a estrutura econômica e a superestrutura ideológica e política. No modo de produção *especificamente* capitalista, não haveria uma polarização das classes sociais “em si”, mas sim, uma estrutura que apresentaria três classes diferentes e suas respectivas relações de distribuição: *os capitalistas*, cujo objetivo seria o lucro; *os proprietários fundiários*, cujo objetivo seria a posse e o arrendamento de terra; *os trabalhadores assalariados*, que vendiam sua força de trabalho como mercadoria em troca de um equivalente formal de seu trabalho, o salário (Fausto, 1987)<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> Sobre a questão do trabalho produtivo na educação ver Casanova (1999); Mészáros (2005).

<sup>74</sup> Essa leitura enfatiza a lógica dialética do “desenvolvimento das categorias propriamente socioeconômicas”

As três classes sociais estariam posicionadas nas relações de reprodução global, mas procurariam pressupor a posição dos agentes na estrutura produtiva, ou seja, *presupondo* as relações de produção, onde se distinguem “funções e não imediatamente relações de posse ou de propriedade” (p. 213-4). A força de trabalho e o capital seriam dois “agentes” positivos da produção, enquanto que a propriedade da terra seria um “agente” negativo, e o movimento do capital exigiria a suspensão desse “obstáculo”. Assim, os *proprietários da terra* “cedem a posse dela ao capitalista-arrendatário, e obtêm, através disso, uma porção da mais-valia, a título de renda da terra” (p. 219-220). O conjunto da classe capitalista também inclui os *capitalistas industriais*, os *capitalistas comerciais* e os *capitalistas a juro*, pois “o lucro significa o ganho do empresário [...] mais o juro”, o que faz com que a classe capitalista fosse definida pela posse do capital e não pela “função” de capitalista. Em suma, pode-se dizer que haveria *quatro classes capitalistas*: o *capitalista a juro* (financeiro), o *capitalista industrial*, o *capitalista comercial* e o *capitalista arrendatário* (de terra).

Por outro lado, restaria a compreensão das classes dos trabalhadores assalariados. Haveria aqui, portanto, dois impasses: (i) considerar apenas os trabalhadores produtivos ou considerar os trabalhadores produtivos e improdutivos; e, (ii) considerar os limites quanto ao pertencimento de um assalariado qualificado à classe dos trabalhadores assalariados ou conjuntamente à posição hierárquica e à escala de salários. A classe dos trabalhadores assalariados compreenderia os trabalhadores produtivos (pagos diretamente pelo capital) e os trabalhadores improdutivos (pagos pelos rendimentos), porém “não todos os assalariados produtivos nem todos os assalariados improdutivos”, mas sim, são produtivos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho *ao capital* em troca de um salário, adquirindo, portanto, um sentido restrito (p. 221). Entretanto, “os trabalhadores que não trabalham para o capital recebem um salário que na realidade é [...] resultado de uma nova divisão de rendimentos” e, por isso, “os trabalhadores assalariados que não trocam a sua força de trabalho imediatamente com o capital não fazem parte, portanto da classe dos trabalhadores assalariados, tal como ela aparece na análise das relações de produção e distribuição do modo de produção capitalista” (p. 220-221). Isso significa dizer que o critério

---

(p. 205) e entende que o conceito de classes está suposto e não pressuposto, ao contrário das análises estruturais que entendem as classes desvinculadas do desenvolvimento dialético do capitalismo.



de definição “em si” dos trabalhadores assalariados seria sua relação direta, indireta ou “deslocada” em relação à estrutura do modo de produção capitalista, evidenciando os limites já expostos acima. Ainda assim, as categorias de assalariados que trocam sua força de trabalho diretamente com o capital seriam aqueles que estão inseridos *diretamente* no processo produtivo (industrial); mas os trabalhadores que trabalham para o capitalista comercial e para o capitalista a juro, poderiam ser considerados improdutivos, pois pertencem não ao processo imediato de produção, mas ao *processo global de produção* (reprodução e circulação).

Mas considerar os trabalhadores improdutivos não significaria dizer simplesmente que esses trabalhadores não participam do modo de produção capitalista? Pelo contrário, pois seu trabalho ocorre fora do processo *imediato* de produção, mas se dá na circulação, no compartilhamento da mais-valia circulante, de onde são gerados os montantes para o pagamento dos salários. Em suma, os trabalhadores improdutivos trabalham no interior das relações de circulação. Contudo, esses trabalhadores devem ser distintos dos trabalhadores que estão fora do capital (no sentido de *ainda* fazerem parte de um processo produtivo anterior, ou mesmo, temporariamente fora), ou que não trabalham para o capital.

Porém, alguns dos trabalhadores da circulação (ainda no Século XIX), estavam subsumidos *formalmente* ao capital e à autoridade direta do capitalista e possuíam alguma qualificação, ou um “nível de salário superior ao possuidor da força de trabalho simples” ou “algum poder”, que “não são incompatíveis com as condições de membro das classes dos trabalhadores assalariados” (p. 228). A não identificação do trabalhador com o restante da classe trabalhadora se daria, portanto, “quando o trabalhador se eleva em uma dessas três escalas, ele *tende a perder* as determinações que caracterizam a condição de membro da classe (pelo caráter peculiar da força de trabalho que ele possui, pelas condições da função que ele exerce, ou pelas duas coisas)” (p. 228-229). Porém, essa seria uma “significação do movimento” que pode ser demonstrada pela lógica, mas não poderia ser exatamente precisa por se tratar de uma *tendência*, mas já em curso naquele momento.

A continuidade dessa exposição apresentaria três movimentos dialéticos que se interpolariam na definição das classes sociais “em si”: a *identidade*, a *diferença* e a *contradição*. A *identidade* (ou inerência) define o trabalhador assalariado simples, ou diretamente subordinado à autoridade do capitalista, ou aquele que recebe um salário que o conserva em sua condição normal de vida. A *diferença* definiria o trabalhador qualificado; ou aquele

que está submetido ao capitalista, mas submete-se a outros trabalhadores assalariados; ou aquele que recebe um salário superior ao necessário à sua condição de vida, onde a definição de sua atividade provém de sua característica funcional. O último movimento seria o da *contradição*, que identifica o trabalhador assalariado enquanto *manager* (capitalista), onde a qualificação, a posição hierárquica e a quantia salarial entram em contradição com a condição de assalariamento: seu trabalho é explorado pelo capitalista, da mesma forma que ele explora o trabalho de outros trabalhadores justamente por contar com a posse dos atributos diferenciadores. Apenas uma última observação quanto aos *managers* seria a de que, ainda que seu trabalho seja de “exploração” (do trabalho de outrem), não se poderia considerá-los exatamente como detentores de capital, mas próximos a eles, neutralizando os próprios capitalistas e impedindo a identificação direta entre capitalistas e *managers*.

Por isso, as classes sociais assalariadas seriam extremamente complexas justamente por depender dessas relações que não seriam observadas em sua imediatidade. Significa afirmar que, para além das duas “grandes classes” (capitalistas e trabalhadores assalariados) e do *lumpemproletariado* – que retiram seus rendimentos por meios “estranhos” às relações capitalistas – haveria classes tanto “exteriores do sistema” como “exteriores no sistema”. As primeiras seriam as *classes de circulação simples*, compostas por camponeses, artesãos sem assalariamento, ou produtores que trabalham com seus meios de produção, mas ainda ligados a um modo de produção precedente, ou comerciantes que não empregam trabalhadores assalariados. As *classes exteriores “no” sistema* seriam os trabalhadores improdutivos, cujos salários são provenientes de rendimentos do sistema; ou os trabalhos domésticos; ou os do Estado, como servidores públicos, que subordinam outros servidores e ainda são, por outros, também subordinados (e, em última instância, subordinados ao Estado). Além disso, haveria *produtores independentes de objetos imateriais*, que podem ser vendidos ou não como mercadorias, no caso de profissionais liberais, advogados, médicos, professores, artistas, e onde o comprador da mercadoria oferecida é que irá definir se esse trabalho se torna produtivo (se comprado pelo capital), improdutivo (se comprado como valor de uso) ou um produto imaterial simples.

No que diz respeito à análise anteriormente apresentada, ela estaria de acordo com o próprio desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, ou seja, a produção de mais-valia, levando em consideração que o trabalho produtivo não seria apenas o trabalho que produz diretamente mais-valia, ou seja, o trabalho material, mas também, o trabalho consi-

derado imaterial. Porém, tendo como limites temporais o próprio capitalismo do Século XIX. Naquele momento, era importante perceber que haveria, para além da relação direta com a produção, a relação indireta com essa, sobretudo considerando que a própria exploração do trabalho teria de se expandir para o *trabalho imaterial* que poderia aparecer contraditoriamente submetendo-o à lógica capitalista, mas também o resguardando por certas especificidades.

### 6.3 Entre as classes médias e a classe trabalhadora

Conforme o desenvolvimento sócio-histórico dialético do trabalho e da produtividade capitalista alcançou novos patamares, novas abordagens sobre a questão das classes sociais procuraram dar conta das especificidades das mudanças, sobretudo, daquelas ocorridas no período pós-guerra. Por isso, no sentido de dar uma continuidade ao debate do excerto anterior, deve-se perceber ainda a tendência de contradição entre trabalho tivo e trabalho improdutivo. Os novos contornos monopolistas do capitalismo denunciaram a submissão do trabalho improdutivo à lógica do capital, reforçando a expansão do trabalho produtivo (Braverman, 1980). No entanto, ao contrário da pequena burguesia que fazia parte do período do capitalismo pré-monopolista, para se analisar as novas relações de classe intermediárias, seria necessário *alargar a definição formal de classe trabalhadora*, que, portanto, não possuía uma independência econômica ou ocupacional e seria empregada pelo capital. Por suas ramificações, a classe de trabalhadores assalariados não possuiria acesso ao processo laboral, ou aos meios de produção fora do emprego, devendo incessantemente renovar seu trabalho ao capital para fins de subsistência. Fariam, portanto, parte dessas classes, os trabalhadores da “engenharia, técnicos e quadros científicos, as classes mais baixas de supervisão e gerência, [...] funcionários especializados e "profissionais" ocupados em marketing, organização financeira e administração, e afins, bem como, adequados ao lado de fora da indústria capitalista, em hospitais, escolas, administração pública, etc.” (p. 279)<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Como se demonstrou anteriormente, através de Fausto (1987) e Bensaïd (1999), essa não seria uma nova peculiaridade do capitalismo, mas sim, um desdobramento das relações de assalariamento, que ampliariam a quantidade de gestores atrelados à incorporação progressiva da ciência no processo produtivo, bem como, nas dimensões de reprodução global.

As alterações resultantes desse modelo de capitalismo transformariam a grande maioria da população em empregados (ou subempregados) do capital, já que essa nova forma de relações de produção subordinaria as relações em termos de autoridade e exploração. Por isso, deve-se levar em consideração a diferenciação entre a “velha classe média” e a “nova classe média”. A primeira seria aquela que estaria fora da polarização da estrutura de classes, possuindo atributos que não seriam nem de capitalistas nem de trabalhadores, por não desempenharem "papel direto no processo de acumulação capitalista" (ss.). Sobre a “nova classe média”, Braverman define-a como sendo:

Posições intermediárias, não porque está fora do processo de aumento do capital, mas sim, como parte desse processo, levando características de ambos os lados. Não apenas ela recebe suas parcelas de prerrogativas e recompensas do capital como também carrega as marcas da condição proletária. Para esses empregados, a forma social assumida por seu trabalho, seu verdadeiro lugar nas relações de produção, sua condição fundamental de subordinação como tantos outros empregos assalariados, se faz cada vez mais sentir, sobretudo nas ocupações que são parte desse estrato (p. 281).

Essa definição leva em consideração o posicionamento de classe no interior do processo produtivo, assimilando a tendência de criação de monopólios e expansão do capital. Porém, a caracterização pelo vínculo empregatício desses trabalhadores - "empregos de desenhistas e técnicos, engenheiros e contadores, enfermeiros e professores e os múltiplos graus de supervisores, chefes e pequenos gerentes" - está intrinsecamente ligada à questão da *qualificação*, no sentido de diferenciar esses trabalhadores não totalmente por sua relação de produção de valor, mas sim, através da percepção que os diplomas escolares e superiores seriam fundamentais para se acessar a classe média. O argumento de que os trabalhadores constituiriam parte do chamado "exército industrial de reserva", é complementar a essa situação, pois explicaria as baixas no salário, por conta da relação de oferta e procura no mercado de trabalho. Além disso, como o processo produtivo se utilizaria cada vez mais da tecnicidade, as funções exigidas aos trabalhadores não abdicariam da crescente racionalização, fato que deveria ser aprendido de antemão nos estabelecimentos de ensino.

No entanto, tendo em vista que a qualificação seria um artifício que delinearía as dimensões do trabalho para a ascensão da classe trabalhadora ao *status* de classe média – por sua relação direta com o uso da técnica e da racionalidade científica no processo de trabalho – pode-se dizer que os trabalhadores, que outrora possuíam relações de trabalho distantes da tecnologia, passaram a fazer uso mais constante dela, como exigido pelos mei-

os de desenvolvimento da produção e, também, sendo decisivo para a seleção do mercado de trabalho. Também, a formação escolar passou a ser fundamental para se preparar trabalhadores mais qualificados e especialistas em diversas profissões. As alterações nessa estrutura sócio-ocupacional levaram também a maiores incentivos para uma necessidade de qualificação superior, que poderia gerar maior demanda por empregos gerenciais especializados, bem como a necessidade de preparação em carreiras através de universidades. Isso indicaria que a própria expansão do sistema capitalista, em termos técnicos, coadunasse com a expansão universitária e de ofertas no ensino superior. Esse argumento, por mais que se aproxime das considerações pós-industriais, não visualiza por completo a ciência como uma força produtiva que tomaria cada vez mais centralidade: *senão que a força de trabalho necessitaria se qualificar para continuar a reproduzir de forma fordista o processo de trabalho; e que, a gerência científica seria imprescindível para manter a separação do trabalhador do processo produtivo.*

Essa parece ser uma chave de compreensão para a relação entre trabalho e capital, do ponto de vista da relação entre classes sociais e a composição das classes médias, bem como sua forma de exploração através de sua força de trabalho gerencial e de atributos de qualificação. Porém, sob o aspecto da relação entre assalariamento e exploração do trabalho, essas características em pouco se diferem daquelas descritas por Mills (1976) sobre a nova classe média dos *white-collars*. A grande diferença disso é a consideração da classe média do ponto da geração de mais-valia e acumulação de capital, ao contrário do viés de estratificação social, dos estilos de vida, do prestígio, do sucesso meritocrático e sua relação com o mercado de trabalho. Porém, ao contrário de Mills, que pondera que a classe média poderia se originar tanto da ascensão da classe operária como do declínio de posições à nova classe média, Braverman observa a questão num sentido mais complexo: a nova classe média pode ser explicada pelos *movimentos do capitalismo*, sem os quais seria impossível de se compreender as relações entre o crescimento da economia e a grande massa de trabalhadores desempregados nos países centrais a partir do período pós-guerra. Porém, se é de comum acordo que haveria um crescimento quantitativo da classe média e que ela estaria participando majoritariamente da reprodução do sistema capitalista, dever-se-ia considerar as relações entre proletariados e a classe média (Ridenti, 1994).

Essa reflexão permite que se diferenciem as classes num sentido mais abrangente, pois elas não poderiam apenas surgir do mercado – assim como sugere Mills em sua apro-

priação de Weber, enfatizando apenas as diferenciações das classes desse ponto de vista. Caso contrário, se poderia cair na redundância de que as classes surgem do mercado, e que o mercado surge, na sociedade capitalista, a partir do momento que o trabalho se cristaliza em mercadoria e em sua troca. Ou seja, as classes não podem ser vistas somente através da circulação do capital, como já dito outrora, porque desconsiderariam a complexidade da relação trabalho-valor. Se o critério de status for interpretado como o diferencial entre as classes – ainda que esse critério seja referente não à “empresa capitalista moderna”, mas às relações estamentais anteriores, como propriamente observa Weber (1946)<sup>76</sup> – se afirmaria uma a-historicidade do status, colocando-o como uma espécie de “lei geral”, o que significaria desconsiderar a própria forma englobante e totalizadora das relações pré-capitalistas por parte do capital<sup>77</sup>. Em complemento, as classes sociais e, principalmente as classes médias, seriam vistas meramente como um *conceito* e não como um processo histórico de desdobramentos socioeconômicos, como fazem algumas das aproximações estruturalistas, ou mesmo, ao se tomar como referência explícita o *mercado*.

O viés estruturalista da análise de classes considerara a perspectiva conceitual das classes (Poulantzas, 1977; Bourdieu, 2007; Bourdieu & Passeron, 2008; Wright, 1989), autonomizando as classes de suas lutas de classe, ou, separando as relações entre classes e produção. Nesse sentido, as classes sociais seriam, antes de tudo, “um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes”, o que resultaria em considerar “os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais”, compondo um “conjunto de estruturas dadas [...] que determina as relações sociais como relações de classe” (Poulantzas, 1977; 65). Como conceito, as diferenciações entre as estruturas e as relações de classe promoveriam uma distinção entre aquilo que é “determinante em última

---

<sup>76</sup> Weber (1946) apresenta uma diferença entre classes e estamentos que merece ser lembrada. Sobre classes, define-as como pessoas que têm em comum “um componente casual específico em suas oportunidades de vida”; pela representação exclusiva de “interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda”, e representado “sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho”, ou seja, uma “oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida (...) determinada pelo volume e tipo de poder ou falta deles” (p. 181). A definição de estamentos, por sua vez, abarca a noção de comunidades definidas como grupos de “status” demarcados pela honra, entendendo a propriedade (ou a não propriedade) como uma “preferência honorífica” que determina também os “estilos de vida” (p. 186-187).

<sup>77</sup> Sobre essa questão ver o excerto “Sobre as formas que precederam a produção capitalista” em Marx (2011: 388-423).

instância”, o econômico, e as lutas políticas e ideológicas, o que acarretaria que as lutas de classe fossem pensadas em termos da articulação entre as estruturas. Porém, essa divisão parece ser problemática, à medida que a subsunção da relação de classes em torno de uma abordagem teórica, que apenas vislumbra as relações estruturais, torna-se “incapaz de compreender o movimento do real”, através de uma distinção entre “objeto real e objeto teórico” (Ridenti, 1994: 37-39).

Uma das variações analíticas que aparece para além da “matriz” estruturalista é a que problematiza diretamente a determinação econômica das relações de classe, considerando que elas não seriam suficientes para se compreender os gostos de classe e os respectivos estilos de vida (Bourdieu, 2007). A introdução da noção de *habitus* – ou seja, o conjunto dos dispositivos estruturais que aparecem como fundamentais para as escolhas individuais e que orientam as práticas, valores, costumes, habilidades ou formas de avaliação – faz com que posicionamentos diferenciados na estrutura econômica e cultural possam ser adquiridos mediante mobilização de interesses, garantindo possíveis vantagens em um determinado espaço, o *campo*. Nele, cada capital pode ser valorizado adequadamente de acordo com os valores vigentes. As classes médias seriam compreendidas por seus gostos e relações de classe, do ponto de vista empírico, exigindo um afastamento quanto à relação da produção e uma aproximação quanto aos consumos e suas práticas. No que concerne a isso, deveria levar em consideração as posições contraditórias no interior dos estratos medianos da sociedade<sup>78</sup>, o que faz com que posicionamentos diferenciados possam constar através de uma combinação de fatores (tipo, origem ou forma de aquisição de capital, *habitus* incorporado) que podem ser mobilizados com interesses de garantir vantagens possíveis num espaço determinado – o campo – onde cada capital pode ser valorizado se estiver adequado a esses valores.

Os gostos e os estilos de vida seriam as formas de diferenciação, articuladas pelos mecanismos de reprodução difundidos nas sociedades, sobretudo, pelo sistema de ensino. É nesse “espaço social” que é operada uma das principais dinâmicas de inculcamento de valores e da reprodução de valores inculcados, em muito beneficiando as classes sociais dominantes e seus saberes (Bourdieu & Passeron, 2008). A crítica social operada pelo

---

<sup>78</sup> As “novas profissões” são heterogêneas e dependem, em termos culturais, de segmentações diversas do mercado de trabalho, da trajetória de formação profissional, da aquisição ou conversão de capitais, origem e *habitus* dos grupos.

reprodutivismo conduz à problematização do ensino em sua difusão dos valores dominantes através da violência simbólica. Nesse quesito, ficaria evidente que a dominação simbólica e a violência estrutural aparecem intercaladas com a formação profissional, um elemento diferenciador para o crescimento dos estratos medianos. Na formação escolar, a diferenciação do status se aprofunda, mediante a acumulação de capital simbólico ou econômico, que se remete tanto individualmente, quanto coletivamente, conforme a valoração do mercado de trabalho sobre algumas das competências profissionais. O diferencial simbólico cinge certas posições que poderiam ser “determinadas” exclusivamente pela exploração econômica, inserindo assim, a dominação cultural como decisiva nesse processo. O limite aqui é o de encontrar precisamente as origens dessa dominação cultural, ou se ela não seria oriunda do mercado e de suas valorizações recorrentes. Na competição escolar ficaria mais clarividente a confrontação entre as relações de classe, um conflito que não a torna, especificamente, uma luta de classes, mas uma luta por melhores posicionamentos no mercado, especialmente no mercado de trabalho. É o mercado que coloca à prova algumas das formas de valorização desses capitais, sendo também estruturado pelos valores culturais e econômicos dominantes, os quais desempenham a avaliação e o mérito dos alunos. Em suma, por essa visão, a aquisição de qualificações escolares seria a aquisição das formas de conhecimento empreendidas e valorizadas pelas classes dominantes.

No entanto, a ênfase no posicionamento de classe, mediante o consumo e os estilos, deixa de lado novamente os aspectos produtivos, pois facilmente se entenderia que as classes – especialmente as classes médias – poderiam ser observadas apenas por suas relações empíricas, desfazendo a necessidade de compreensão também teórica das classes e seus limites. Outro ponto a ser ressaltado, remete à problemática do consumo de classe, fato que não explica se as diferenciações ou mesmo os interesses de conflitos de classe advindos da produção nas sociedades capitalistas seriam decisivos para os consumos. Dito de outra forma, não se poderia encontrar nos consumos e gostos de classe uma relação de exploração, tampouco de diferenciações nas formas de apropriação de mais-valia e diferenças salariais que pudessem ser decisivas para considerá-las as classes médias realmente *médias*, mas apenas uma ênfase na violência simbólica, como se ela pudesse subsumir outras relações econômicas à *forma* cultural.

Em termos da questão do posicionamento de classe, as considerações apresentadas se assemelham com as formulações do marxismo analítico de Wright (1983; 1989;



1993; 1998). No entanto, esse segundo mote teve, no centro de sua análise, a questão das classes médias, no tocante à necessidade de explicação e equacionamento entre exploração e dominação<sup>79</sup>. Em seu primeiro modelo analítico de classes<sup>80</sup>, Wright procurava explicar a classe média através de uma “unidade política” da qual poderia ser analisada em termos de *lugares contraditórios de classe*, trabalhando com critérios diferenciadores, como a propriedade dos meios de produção, a autonomia da produção, o controle sobre as forças de trabalho e as relações de poder, separando a propriedade e o controle dos meios físicos do processo de produção (Estanque, 2000: 29-31). A noção de lugares contraditórios de

---

<sup>79</sup> Diferentemente do marxismo de escolha racional de Jon Elster (1989: 36), que procura consolidar o viés do individualismo metodológico como sendo “a posição segundo a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ser em princípio explicados em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações”, Wright, a princípio, se afasta conceitualmente dessa metodologia por entender que as implicações microsociológicas “não são suficientes para controlar o poder explicativo das teorias de nível macro” (Wright, Levine, & Sober, 1993: 218). Porém, contraditoriamente, cria uma indefinição quando considera que as explicações micro deveriam ser o fundamento para a explicação da análise de classes, no sentido de requisitar uma baixa abstração, contrariamente às análises macro (Wright, 1989). O pretenso afastamento que Wright propõe do microsociológico, cuja ênfase estaria em considerar a sociedade subordinada às práticas e posições individuais, recai em seguida em uma análise centrada no microsociológico, o que de fato torna bastante estranha essa oscilação caso não seja entendida, em seu primeiro momento, apenas em nível discursivo.

<sup>80</sup> Wright (1983: 11-13) aponta que Marx entenderia as classes sociais pelo menos de quatro formas: como um conceito relacional; contendo relações antagônicas e não simétricas reciprocamente, mas que o fundamento objetivo dos interesses seria a exploração; e que o “segredo invisível” da exploração estaria na organização do sistema de produção, afirmando que “esta conceitualização resulta no quadro, caracteristicamente polarizado, que se encontra ao longo da maior parte da análise que Marx faz do modo de produção capitalista em *O Capital*”. Sobre o último aspecto, a polêmica sobre a polarização de classes, Wright tem ciência de que esse quadro estaria presente sob os aspectos observados por Marx naquele momento (Século XIX) como tendência histórica, porém, não se poderia desconsiderar que a análise de classes além de, como já dito antes, comportar o viés das classes médias, deveria ser analisado mediante as transformações ocorridas nas relações de produção que, se naquele momento apontavam para uma polarização, o movimento *real* do capital acabou por fragmentar, pelo menos aparentemente, a classe trabalhadora em decorrência dos processos produtivos existentes. Isso significaria dizer que, se a polarização for tomada de forma definitiva e a-histórica, poder-se-ia compreender, assim como o faz Wright, uma tendência para a polarização. Evidentemente que o problema aqui apresentado nos leva a perceber a emergência da classe média como um fenômeno social do qual não se explica somente pelos desenvolvimentos abstratos do modo de produção capitalista, mas sim, pelas relações estabelecidas entre a expansão e fragmentação da classe trabalhadora, pelo papel do Estado no intermédio entre capital e trabalho e também pelas várias disposições e desenvolvimentos do capital em sua subsunção real. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, texto base para essa polêmica, ainda não há por completo um desenvolvimento da noção de classes em relação ao capital, mas sim, um desenvolvimento ideológico da noção de classes, o que resulta numa polarização do ponto de vista do posicionamento político a ser desdobrado. Embora essa afirmação possa ser objeto de outras polêmicas no pensamento de Marx – fato que não é o objetivo a ser trabalhado nessa Tese – poderia se dizer que Wright entende uma centralidade na questão da luta de classes – assim como postulada em grande maioria dos autores que compartilham do viés estrutural(ista), desconsiderando que as lutas de classe são a contradição capital e trabalho em movimento, cuja origem se dá na expressão ontológica do trabalho como alienação e estranhamento e que é na afirmação positiva do segundo, subsumindo negativamente o primeiro que se fundamenta o domínio do capital na sociedade capitalista.

classe leva em consideração que uma classe pode possuir uma dupla (ou tripla, etc.) designação contraditória, ser ao mesmo tempo classe explorada e classe exploradora, definida através das relações entre classes e seus posicionamentos, o que faz com que a “relação trabalho-capital deva ser vista como um combinado de práticas relacionais”, enfatizando a composição das relações de classe em duas dimensões, as “relações de propriedade ou de posse e [as] relações de posse ou controle”, a primeira ligada ao conceito de exploração, a segunda ligada ao conceito de dominação (Wright, 1989: 302-3).

Por conta dessas distinções, se poderiam perceber algumas das cisões que existiriam em termos das classes de trabalhadores assalariados. Os *gestores* ocupariam uma posição no controle das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que estariam localizados como classe trabalhadora por vender a sua força de trabalho ao capitalista. Os *experts, técnicos de vários tipos e profissionais qualificados* estariam dispostos como classe trabalhadora e pequena-burguesia, porque ao mesmo tempo em que vendem sua força de trabalho estariam próximos do controle direto do próprio processo de trabalho, sendo assim, “empregados semiautônomos”. Os *pequenos empregadores* combinariam relações pequeno-burguesas, no sentido de produção direta de seu trabalho conjuntamente com seus empregados, como também, relações capitalistas, ao explorar o trabalho alheio.

Ainda que esse modelo analítico tenha sido criticado por conta de sua insuficiência na operacionalização, ou mesmo, em referência ao desprendimento das relações produtivas, Wright se afasta do problema do ponto de vista da relação entre valor-trabalho. Isso porque há, novamente, uma subsunção das relações de exploração pelas relações de dominação, criando uma indefinição sobre aquilo que poderia ser criterioso para conceituar as relações intermediárias entre as classes, que a princípio estaria formulada apenas em termos políticos e não em termos político-econômicos (Bensaïd, 1999; Estanque, 2000).

Não abandonando o conceito de lugares contraditórios, o segundo modelo explicativo de Wright (1989) procurou evitar o déficit da exploração em sua análise de classes. Apropriando-se do conceito de *múltiplas explorações* (feudal, capitalista e socialista), elaborado por John Roemer, Wright procurou compreender o desenvolvimento do mercado nas sociedades capitalistas, enfatizando as relações de propriedade<sup>81</sup>. O resultado foi a ten-

---

<sup>81</sup> Segundo Wright (1998: 73), “O que parece claro para mim agora é que a definição de classes em termos de relações de propriedade não deve ser identificada com as definições estritamente baseadas no mercado. Con-

tativa de ampliar as localizações estruturais das classes médias, através de uma visão multidimensional que combinaria os *lugares contraditórios de classe* com a *exploração de classe*, mediante os interesses materiais. A noção de múltiplas explorações considera “distintos mecanismos de exploração que podem ser diferenciados com base no tipo de meios de produção, a posse (ou controle) desigual que permite à classe explorada apropriar parte da mais-valia socialmente produzida” (p. 306). Com isso, se poderiam distinguir quatro desses recursos pautados na desigual posse ou controle que edifica as formas de exploração: a feudal, a capitalista, a estatista e a socialista. Ampliando a composição dos mecanismos de exploração na sociedade atual e permitindo que o mecanismo de exploração de um indivíduo ou de uma classe se afirme, poderia se concluir que há, concomitantemente, o exercício de um tipo de exploração combinado com outro tipo de exploração sofrida. Desse modo, a definição das classes médias comporta “aquelas posições no interior da estrutura de classes que se veem exploradas ao nível de um dos mecanismos de exploração, mas que a outro nível surgem como exploradores” (Wright, 1994: 25), o que afirma, contudo, que analisar as classes médias significa pensar nas relações entre posições contraditórias dentro de uma mesma estrutura de classes e suas diferentes formas de explorar e ser explorado.

Outro problema analisado por Wright (1994) gira em torno das subclasses, ou seja, uma classe constituída por pessoas que não têm uma ligação com o mercado de trabalho e se diferenciam das classes polarizadas dentro das relações estruturais. Para isso, a proposta é de que se observem dois parâmetros dessa questão: a subclasse por *opressão econômica não exploradora* e uma subclasse por *opressão econômica exploradora*. A opressão econômica seria relacionada ao bem estar material do grupo de pessoas e privações materiais de outro grupo, o que implica em uma coação moralmente condenável. As subclasses estariam inteiramente relacionadas com a capacidade de apropriação da mais-valia produzida pelos grupos explorados, criando uma mútua dependência, dos explorados para com os exploradores e dos exploradores para com os explorados. O fundamento dessa

---

siderações sobre as relações de propriedade de classe não definem as classes por ações de rendimento, pelos resultados de transações de mercado, mas pelos ativos produtivos que controlam as classes, que persuadem elas a adotarem certas estratégias nas relações de troca, e que por sua vez determinam os resultados das transações do mercado (...). Restam ainda diferenças significativas, diferenças entre o uso weberiano do critério para a definição de classes e o uso marxista das relações de propriedade, mas a distinção não é capturada pelo simples contraste entre “troca” e “produção”.

dependência está na noção de mais-valia das apropriações classistas e, por isso, “uma subclasse pode ser definida como uma categoria de agentes sociais que são economicamente oprimidos, mas que não são explorados de uma maneira estável dentro da produção capitalista” (p. 30).

De forma geral, há dois problemas referentes às análises de Wright: primeiro, a simultaneidade da classe média entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, criando uma *indefinição*; segundo, as tensões entre *estrutura* e *história*. No que concerne ao primeiro ponto, fica evidente que as classes médias seriam simultaneamente classes capitalistas e classe trabalhadora, porque a definição estrutural dos lugares contraditórios é mais forte do que a das múltiplas explorações, no sentido que é o primeiro que guia o segundo, ou seja, são os lugares contraditórios que determinam as múltiplas explorações. Apesar de se dar importância ao segundo fator, a inversão da relação superestrutural (lugares contraditórios) com a relação estrutural (múltiplas explorações) é patente, confirmada através da referência que a localização das subclasses poderia se dar fora do processo produtivo. O segundo ponto recorre através do problema entre estrutura e história porque o recorte de Wright é bastante estático para conseguir contemplar as alterações que são dadas historicamente no “mundo do trabalho”: ao se separar a relação de classes (lógico-analítica) da análise histórica, incorre no erro de compreender as classes sociais isoladas das transformações produtivas, especialmente aquelas ocorridas a partir dos anos 1960, fato que é significativo para a articulação da exploração entre as classes. Dito de outra maneira, os dois pontos podem ser interligados no sentido tanto da desconexão real entre o processo produtivo e a circulação de mercadorias, como da reprodução global de capital e suas inter-relações contraditórias, que se complexificam ainda mais ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

O fato é que há, notavelmente, uma subordinação da exploração, no nível econômico-político, à dominação, em nível cultural, gerando uma disparidade latente nos argumentos. A localização de classe seria apenas um posicionamento “geográfico”, independente dos interesses de classes e dos interesses divergentes mesmo dentro da própria classe, pautados pela exploração. Não se trata na realidade de uma exploração estática “tipo ideal”, mas da exploração resultante dos desenvolvimentos contraditórios do capitalismo, que podem significar, tanto a exploração na produção, como a exploração no mercado de trabalho, como a exploração em setores de fluxo de mais-valia, como o setor de

serviços. Por outro lado, os termos que fatorizam as classes (ainda que seja no sentido de destrinchar analiticamente os intermédios de classe), separam a estrutura de classes da formação de classes, a luta de classes e a consciência de classe, como se cada um deles não fossem dependentes uns dos outros, ou mesmo que, apenas para fins analíticos, pudessem ser apresentados separadamente. Ao contrário, Marx (2011) observava que a realidade não se poderia ser dada em termos de separações unilaterais, mas de relações, ou seja, de lutas de classe que produzem, por conseguinte, as classes sociais. Especificamente na análise de Wright, o enfoque lógico se sobreporia ao histórico, criando uma abstração pouco diferente da história idealista. Por isso, ao afirmar que “conceito de classe é capaz de ser usado na análise de processos de nível micro, com um relativo baixo nível de abstração” (Wright, 1989: 276), está sendo dito que, ao mesmo tempo, não haveria diferenças das formas de exploração sentidas no nível micro e macro, e que a abstração necessária seria apenas aquela que pudesse diferenciar a polarização de classes que impediria de se verificar o crescimento dos estratos medianos de classe. No entanto, interessaria compreender o processo de formação das classes médias e os desenvolvimentos políticos delas.

O uso de uma espécie de “teoria dos jogos”, na combinação analítica das explorações contraditórias, perde de vista a contradição estruturante entre trabalho e capital, favorece o apriorismo de que o Estado (*Welfare State*) conseguiria fazer uma mediação política entre as classes suficientemente eficaz – através do salário e do acesso ao mercado – por meio da exploração econômica e do projeto político dominante, assegurados por um crescimento econômico favorável aos Estados. Isso fortaleceria a perspectiva de “socialismo de mercado”, onde o acesso igualitário ao mercado é pautado pelo direito individual a ele, desconsiderando a contradição entre exploradores e explorados no processo produtivo e de reprodução do capital. Bensaïd (1999: 248-9) aprofunda essa crítica, no sentido de observar essa incongruência em nível econômico-político, pois,

se os quadros são explorados (enquanto força de trabalho) e exploradores (enquanto detentores de um capital de organização), eles deveriam ter um interesse objetivo na eliminação da exploração capitalista e numa sociedade baseada exclusivamente na exploração organizacional. Não é praticamente o caso (Bensaïd, 1999: 248-9).

*O problema recai sobre a exploração.* Enquanto critério que poderia diferenciar a relação de classes e compreender como as classes médias se inserem no processo de pro-

dução, circulação e reprodução do capital, a supressão do valor-trabalho por uma duvidosa exploração “tipo ideal”, dificulta a compreensão do que de fato seria essa exploração. Por outro lado, a exploração “tipo ideal” apenas permite que se homogeneize essa relação medindo-a pelos padrões dos países centrais do capitalismo, desconsiderando tanto a desigualdade entre centro e periferia e os níveis de exploração existentes nas periferias do capitalismo<sup>82</sup>.

Finalmente, se faz necessário reelaborar a noção de exploração, evitando o reducionismo anterior e evidenciando que o sistema capitalista cria forças impessoais de exploração geradas pelo trabalho, e que não se subordinam aos mecanismos de mercado e de propriedade privada (Postone, 1993). Nesse sentido, a categoria de classe “é mediada quase objetivamente pelo trabalho”, os conflitos de classe no capitalismo seriam “estruturados *por*, e incorporados *em* formas sociais de mercadoria e capital” (p. 314). Isso significa dizer que não basta revelar a exploração, mas compreendê-la pela complexa dinâmica presente nas “enraizada[s] formas sociais alienadas” que se apresentam mais claramente no nível das ações coletivas (como ações revolucionárias, ou ações bastantes politizadas, ou, mobilizações, greves, campanhas políticas, mas principalmente...) a um nível diário de conflito de classes. Não apenas a exploração seria um elemento fundamental para as relações sociais capitalistas, mas também haveriam “mediações sociais constituídas”, das quais se permite que haja um questionamento das relações entre “classe e características específicas da mediação social no capitalismo” (p. 316). As relações entre as classes se complexificam cada vez mais, em termos históricos e sociais, de modo a aumentar as formas de *mediação social*. Isso se daria justamente porque “o conflito de classe e um sistema estruturado pela troca de mercadorias [...] não são baseados em princípios opostos”, igualmente, “são inerentes a uma sociedade constituída pela mercadoria como forma totalizante e totalizada” (p. 317). Então, à medida que a troca de mercadorias é objetivada na tentativa de igualá-las perante “direitos iguais” – ou princípios iguais – na verdade, escondem-se, em seu interior, inúmeras mediações e aspectos indeterminados. São as ditas mediações “quase-objetivas”, como a “jornada de trabalho, o valor da força de trabalho e a razão

---

<sup>82</sup> Os estudos de Marini (2000) evidenciam que, nas sociedades latino-americanas, onde se estabeleceu a dependência ao capital estrangeiro, a mais-valia relativa se torna mais-valia extraordinária, justamente porque a exploração do trabalho é maior do que nas sociedades centrais do capitalismo. Essa condição periférica determinada pelas diferentes formas de exploração de mais-valia também pode ser alargada, no sentido de compreender algumas das mesmas contradições no interior da Europa.

necessária de tempo de trabalho excedente” , objetos de negociação ou de lutas sociais, tanto por *produção de*, ou por *apropriação de* mais-valia. Por isso, há a continuidade dos conflitos de classe, “enraizado[s] em formas específicas [de] necessidades e requisitos [que] são entendidos e articulados no contexto social estruturado pela mercadoria” (p. 318). Dito de outra maneira, seria possível perceber que os conflitos de classe ditos *centrais* (entre capitalistas e trabalhadores) também se interpolam através de indeterminações e mediações que articulam ou rearticulam os conflitos sociais. E, desses conflitos, surgem outras formas de conflitos articulados na base do conflito central entre capital e trabalho, que *aparentemente*, podem ser vistos como uma nova classe.

Explicitando isso de outra forma, verifica-se que as relações entre capitalistas e trabalhadores, mediadas pela troca de mercadorias – a mesma relação que faz com que a classe trabalhadora apareça, na circulação do capital, como proprietária da mercadoria força de trabalho – implicam em interconexões quase objetivas entre indivíduos ou entre estruturas sociais coletivas ou instituições. Portanto, os antagonismos das relações de classe emergem na forma de continuação de conflitos, que se tornam momentos do desenvolvimento da *totalidade*. E, dessa forma, os conflitos não se tornam mais específicos (como restritos à jornada de trabalho, intensidade, aplicação do maquinário, ou condições de trabalho ou direitos trabalhistas), mas tornam-se aspectos mais amplos e intrínsecos da vida cotidiana da sociedade capitalista. Por isso que, conforme os conflitos passam a ser mediados por uma forma totalizante, não poderiam ser definidos apenas de uma forma local, devendo-se, portanto, considerar os conflitos dispostos e espalhados em diferentes áreas geográficas ou afetando outros setores produtivos<sup>83</sup>. O processo de totalização implica em constantes mudanças nas relações locais entre capital e trabalho, juntamente com as relações de classe, que constituem um importante fator no desenvolvimento, conforme a distribuição e o fluxo do capital se tornam globais. Por isso, “o conflito de classes torna-se um elemento motriz do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista” (p. 319). Essa reflexão permite considerar de que forma os conflitos de classe seriam estruturados *por*, e, incorporados *em* formas de mercadoria e de capital.

Como já apresentado anteriormente, as lutas ou conflitos de classe somente poderiam ser tomados através de relações com outras classes; mas, a contradição entre

---

<sup>83</sup> Um exemplo dessas dinâmicas está nos estudos de Huws (2004) e Silver (2005).

*produção e apropriação* seria central para se compreender o antagonismo de classe<sup>84</sup>, que se impõe de forma totalizante na sociedade capitalista e que gera um conflito dinâmico e totalizado. Porém, é necessário levar em consideração que essas formas totalizantes “não implicam que outros estratos sociais ou agrupamentos – por exemplo, aqueles organizados em torno de questões religiosas, étnicas, nacionais ou de gênero [...] – não desempenhem historicamente e politicamente, papéis importantes” (p. 321). Há sim “os diferentes níveis de realidade histórica e, portanto, da análise histórica, que devem ser distinguidos”, pois o nível em que o conflito de classes desempenha um papel central é o da “trajetória histórica da formação social capitalista como um todo”. Não significa que outras estruturas sociais não sejam importantes, e sim, que o poder totalizante das mediações sociais do capitalismo seria decisivo de acordo com essa trajetória histórica.

Entretanto, ao se ponderar essas questões, a classe não poderia ser compreendida como um posicionamento determinante, ou meramente a partir de objetividades estruturais, mas sim, *objetiva e subjetivamente*. Ao invés de uma separação desses dois aspectos, as classes podem ser objetiva e subjetivamente compreendidas, o que implica na não separação dos aspectos referentes à ação das pessoas enquanto membros de uma classe através da dimensão estrutural. Pois “isso significa [...] que as especificidades sociais e históricas da subjetividade e da ação social podem ser elucidadas em termos de noção de classe”, de forma que “a natureza das demandas sociais e políticas, ou as formas determinadas das lutas associadas com essas demandas [...] podem ser entendidas e clarificadas socialmente e historicamente em termos de classe, desde que a classe seja compreendida com referência às formas categoriais” (p. 322). Finalmente, isso implicaria em uma adequação do autoentendimento – da classe enquanto classe – com seu entendimento da sociedade, ou seja, a perspectiva de que a subjetividade não poderia ser entendida somente em termos de consciência sobre os interesses coletivos, caso as concepções particulares desses interesses,

---

<sup>84</sup> Ou seja, aqui se pode desenvolver a ideia de que a classe média somente poderia ser tomada em relação com as classes burguesas e trabalhadoras. Se relacionada com as classes burguesas, as classes médias apareceriam como produtoras e as classes burguesas como apropriadoras. Se relacionadas com as classes trabalhadoras, as classes médias apareceriam como apropriadoras e as classes trabalhadoras como produtoras. No entanto, essa oscilação não estaria em desacordo com a mediação oferecida pelas mercadorias, em seu sentido totalizante: primeiro, porque as classes médias podem negociar sua força de trabalho ao lado das classes trabalhadoras para com a burguesia; segundo porque podem negociar seu consumo junto com as classes trabalhadoras e as classes burguesas. Em ambos os momentos, a luta de classes pode se direcionar em relação a uma das duas classes. Ainda, um *tertius*, permitiria que se negociasse ou se conflitasse a subjetividade com as outras duas classes, mediante aspectos estruturais.



ou mesmo, a noção de interesse, não forem apreendidas histórica e socialmente. Por isso, a consciência não poderia ser um mero reflexo das condições objetivas, e sim, “intrínsecos momentos de formas do ser social”, das quais, “visões da sociedade e do *self*, sistemas de valores, entendimentos das ações, concepções de recursos de males sociais e possíveis formas de amenizá-los [...] estão enraizados em formas de mediação social, pois constituem, diferencialmente, a classe em particular”. Em suma, “a categoria de classe é um momento de uma abordagem que busca compreender as determinidades, histórica e social, de várias concepções sociais e demandas, bem como as formas de ação”, o que implica que a classe social seja, então, “estruturada pelas formas sociais e um momento de condução da totalidade social capitalista [...], uma categoria estruturante de sentido e de consciência social”. Essa concepção diverge das análises estruturalistas, ao se aproximar dos próprios desenvolvimentos históricos e sociais do capitalismo, assim como já presente em Marx. Esses desenvolvimentos não apenas revelam como as mediações podem ser importantes no sentido de compreender as relações entre as classes sociais – e em especial a denominação de *classes médias* – como também abrem um grande caminho para que as classes se produzam enquanto classes, no sentido de articular as *determinidades* de classe com a própria experiência enquanto classe.

A partir dessa ideia, restaria apenas pensar as classes através de sua experiência, o que comporia a “relação social dos produtores com o trabalho global”, pelas quais se formam relações e processos que enfatizam as relações objetivas com os meios de produção, estabelecendo antagonismos, conflitos e lutas que modulam a experiência social em “formas de classe” (Meiksin-Wood, 1983: 91). Essas formas de classe não necessariamente se apresentam como consciência de classe ou formações visíveis de classe, mas sim, através dos processos sociais historicamente construídos. Basicamente, isso faz com que as classes sejam consideradas um fenômeno histórico, “resultado de experiências comuns”, em que os homens “articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses se diferem” (Thompson, 2004: 10).

Nesse sentido, a experiência de classe também se relaciona dialeticamente com as relações de produção, relacionando a consciência de classe como a forma cultural do trato dessas experiências, o que as torna significativamente diferentes, sobretudo, pelo fato de a consciência de classe nunca ser da mesma forma em tempos e lugares diferentes, estando de acordo com as disposições históricas e sociais (Postone, 1993). Essas disposições

impossibilitam uma análise estrutural de classe, pois enquanto a formação de classe valoriza a efetividade e a relação histórica consequente, as lutas de classe, a concepção estrutural toma as classes apenas por sua definição, e não pela experiência da qual elas são resultado (Meiksins-Wood, 1983). Portanto, a classe social torna-se uma relação e um processo que pode ser verificado historicamente, até mesmo em “lutas de classe sem classe”, em que o processo de formação de classe e a experiência desse processo são mais evidentes do que a presença concreta de classes sociais.

Finalmente, se as análises estruturais tomam pouco em evidência os processos históricos contraditórios subjacentes ao desenvolvimento do capitalismo e retirando o enfoque do processo produtivo e das mediações por ele criado, a proposta aqui referida deve levar isso em consideração. Não se poderia considerar as lutas de classe apenas dispostas *a priori* na estrutura social se não for explicado o motivo disso. Todavia, nas sociedades capitalistas, o processo de formação de classe está relacionado com o processo de produção e, portanto, constitui a base da formação da classe, que se relaciona diretamente com o Estado Capitalista, que se ergue e se complementa sobre esse modelo.

Resta dizer que, em *primeiro* lugar, poderiam ser consideradas, as classes médias, como classes trabalhadoras assalariadas de acordo com seu trabalho produtivo; em *segundo* lugar, em termos de reprodução, as classes médias seriam aquelas que também disputam no mercado a apropriação de mais-valia gerada por outros processos produtivos, ou mesmo a produção de mais-valia relativa através de trabalho que não seria diretamente produtivo, mas que gera produção em outras escalas produtivas e que se beneficiam de uma circulação da mais-valia relativa. Num *terceiro momento*, as identificações de *status*, atribuídas pelo mercado, falseiam as prerrogativas de mediações e de formação de classe: primeiro, por desconsiderar que o mercado é resultado da produção de mercadorias da sociedade capitalista; segundo, porque é no processo sócio-histórico dialético que as classes são formadas. Isso acaba por desfazer a confusão criada em torno da problemática de uma nova classe social, a classe média, ampliando o escopo sobre o que deve ser considerado para uma análise de classes razoável. Esse argumento também se diferencia das noções de uma determinação política, por parte do Estado, como geradoras das segmentações de classe, pois, ao contrário, as classes sociais são reflexos das transformações produtivas, mas, seguramente, também encontram nos mecanismos do Estado suas formas de perpetuação.

## 6.4 Mudanças no processo produtivo e precariedade do trabalho

Como apresentado nos capítulos anteriores, muitos dos argumentos utilizados para a compreensão dos movimentos estudantis dos anos 1960 tomavam, de forma subjacente, não apenas a perspectiva de um crescimento econômico favorável, mas também a noção de que o Estado poderia, mediante o cenário positivo da economia, conseguir controlar os conflitos e lutas de classe. Isso se daria justamente porque há um consenso de que o modelo de Estado Keynesiano, através do aumento da proteção e seguridade social, poderia levar a classe trabalhadora a alcançar melhores condições de vida através da ampliação dessas políticas sociais e trabalhistas<sup>85</sup>. Porém, essa contestação ideológica contrastaria com as visões clássicas da política, que atribuem ao Estado, majoritariamente, uma posição de neutralidade perante os conflitos sociais.

Se na sociedade capitalista o processo de formação de classe tem como fundamento o processo produtivo, o Estado Capitalista também se ergue e se complementa na base desse modelo. Diferentemente da visão hegeliana que preconizaria o Estado como um todo ético organizado, cuja existência significaria a realização plena das liberdades, o Estado Capitalista apenas satisfaz o homem de maneira ilusória, à medida que interesses privados são tornados interesses públicos, ou seja, interesses universais (Marx, 2005). Ao levar isso em conta, deve-se considerar também que as democracias contemporâneas não podem ser vistas como neutras em valores, mas um sistema cuja gênese provém em primeiro lugar, de uma “abstração da vida privada”, a qual constitui o Estado político e que os interesses de uma classe dominante sobre outra prevalecem. É, portanto, no sentido de perceber essa dialética que é possível observar que nas democracias contemporâneas, cujo princípio constitucional designa as normas regentes do Estado, “o homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem, é a existência humana” (p. 50). Por isso,

---

<sup>85</sup> Visto isso, já se poderia adiantar um argumento que será desenvolvido adiante, o de que a precarização não parte das relações políticas do Estado, pelo contrário, ela surge mediante as transformações no processo produtivo. Ao se reter ao argumento do Estado, uma política romântica de retrocesso ao Estado de Bem Estar Social seria cabível, porém, de nada adiantaria a crítica ao Estado se não se levasse em consideração as disposições e alterações produtivas efetivadas. O Estado poderia contornar a precariedade, mas ela seria inerente a um processo de aumento da mais-valia relativa, da introdução do maquinário, da terceirização, do deslocamento das cadeias produtivas e, sobretudo, do aumento do setor de serviços.

essa perspectiva consolida a emancipação do ponto de vista jurídico como uma ficção, pois as reivindicações jurídicas da classe trabalhadora somente poderiam ser formuladas a partir de sua tomada de poder (Engels & Kautsky, 2012).

Para além do idealismo do Estado neutro e da emancipação jurídica, é necessário questionar qual o caráter intrínseco do Estado Capitalista, considerando que “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”, constituindo-se na forma de uma *estrutura totalizadora de comando político do capital* (Mészáros, 2002: 106). Por isso, o Estado está subordinado ao capital, o que o torna uma estrutura de comando singular em que as classes sociais e a estrutura política são deslocados ao segundo plano na estrutura hierárquica de controle do capital. O capital é, portanto, “um modelo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado”, inclusive ao Estado, ou seja, opera como um *controle sociometabólico*, o qual não se constitui apenas como um mecanismo racionalmente controlado, mas uma forma incontrolável desse controle nessa estrutura totalizadora (p. 98). Há, portanto, em curso um processo de sujeição do homem ao capital, e toda a sociedade se sujeita a esse controle estrutural limitado, fundante dos aspectos de divisão em classes sociais e do controle institucional do poder político.

No início do Século XX, a edificação do Estado Capitalista teve como plano de fundo o desenvolvimento do modelo de produção fordista/taylorista da indústria automobilística dos países desenvolvidos. Esse modelo é baseado na produção em massa, no parcelamento das tarefas e desqualificação do operário, na linha de montagem racionalizada, na padronização das peças e do controle direto do processo de trabalho de cima para baixo, na automatização das fábricas, o controle do tempo e dos movimentos, e pela consolidação do operário-massa como trabalhador coletivo fabril (Gounet, 1999; Antunes, 2008). A nova organização do trabalho, que inicialmente possibilitou um aumento da produtividade e eficácia, se expandiu como paradigma mundial da produção, tornando-se referência na organização da indústria automobilística durante o Plano Marshall, na reconstrução dos países capitalistas da Europa Ocidental após a 2ª Guerra. Foi esse modelo de produção que marcou os chamados “trinta gloriosos”, período de crescimento econômico baseado na produção em larga escala e com grandes estoques, fomentando e atendendo um crescente consumo em massa (Harvey, 1993; Gounet, 1999). O assalariamento ganhou grande importância nesse processo, tanto por parte da ascensão social da classe trabalhado-

ra aos bens de consumo e sua integração na sociedade capitalista, por conta do aumento do seu poder aquisitivo (Castel, 1998) – o que resultou que muitos dos filhos da classe operária tivessem acesso às qualificações educacionais, especialmente ao ensino superior –, como por parte de setores da burguesia, muitas vezes já possuidores de diplomas superiores, que também passaram a ser assalariados e contar com os benefícios de aposentadoria, valorização dos diplomas nas carreiras, segurança social, planos de carreiras, etc. (Boltanski & Chiapello, 1999).

Porém, se o assalariamento parece ser a principal questão que se interpola entre o aumento da produtividade e os ganhos sociais resultantes, o próprio sistema produtivo também gerou suas contradições referentes à regulação do processo de trabalho, dos moldes de contratação, da mecanização e da parcialização do trabalho, levando ao limite a degradação do trabalho por sua “desantropomorfização” (Antunes, 2005). O trabalho repetitivo e fragmentado, as poucas habilidades manuais necessárias, o controle quase inexistente (alienação) do trabalhador sobre a execução de seu trabalho e o ritmo intenso da produção levaram a uma grande e constante rotatividade da força de trabalho (Harvey, 1993). O sindicalismo, enquanto estrutura representativa dos trabalhadores, expandiu e se consolidou como porta-voz dos trabalhadores frente aos patrões e ao Estado. Assim, através de um sindicalismo de forte caráter combativo, os trabalhadores passaram a lutar pelo direito de melhores condições de trabalho. Nos países centrais, a criação de políticas de proteção aos trabalhadores, através do *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social, foi uma das formas adotadas pelo Estado para resolver o conflito entre os trabalhadores e patrões (Harvey, 1993; Gounet, 1999; Alves, 2007), que se acirrava em termos da contradição entre *assalariamento e degradação do trabalho*.

Porém, em muito essa contradição real acabou sendo subsumida às necessidades de concertação social realizada pelo Estado, no sentido de ressaltar contratualmente o *compromisso fordista* (Bihr, 1998), as garantias de estabilidade do vínculo empregatício, as oportunidades de carreira, os níveis de bem-estar social dos trabalhadores, desenvolvidos principalmente pelo estímulo ao individualismo e ao consumismo, fato que dificultou em muito as ações políticas dos movimentos sindicais. Os mecanismos de regulação econômica do fordismo trouxeram a "impressão" de que o cenário político e econômico se manteria intacto e estabilizado por anos. Porém, tal perspectiva não se concretizou e o

*compromisso fordista* começou a ruir, surtindo efeitos em uma contestação social crescente nas décadas seguintes:

A explosão deu-se no final da década de 60 e no início dos anos 70, sob a forma de uma onda de lutas proletárias que não poupou nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas. Essas lutas anunciavam os limites históricos do compromisso fordista. Essa explosão tornou basicamente a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação (p. 59).

A crise então anunciada surtiu um grande efeito nas ações políticas dos movimentos operários, permitindo também o direto relacionamento com o movimento estudantil que, apesar de não se encontrar diretamente no cerne dessa problemática, se relacionava diretamente com o contexto político-econômico dos Estados. Isso coloca em evidência que não se poderia aceitar a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial sem referência à crise do processo produtivo e sua formalização contratual. Ou seja, como apresentado nas análises anteriores – de Marcuse, Habermas e Touraine – quaisquer que fossem as transformações sociais existentes em seu sentido mais positivo e benéfico, sua interligação às dinâmicas do processo produtivo conseguiriam estabelecer o contraponto necessário com a crise social, não através da emergência de uma nova subjetividade, mas através das disposições estruturais que se apresentavam naquele momento. Por mais que se pudesse pensar a crise social desse período como uma crise política, centralizada no contrato social e sua incapacidade de incluir outros grupos sociais – como minorias e imigrantes – ou até mesmo, outras questões sociais – como a diversidade e o ambiente – (Santos, 2006), a prerrogativa contratual não poderia ser vista como um modelo de contrato civil pela igualdade de ambas as partes, mas através de uma igualdade formal, na qual o maior problema se encontra na crise político-econômica subjacente, na incapacidade do Estado em manter sua política liberal, o contrato fordista em um momento de crise produtiva. A crise de produtividade é justamente o que coloca à política – não apenas os termos de inclusão e de exclusão – o oferecimento de promessas que somente poderão ser cumpridas em um determinado período abarcado por uma determinada relação de produção, o fordismo.

Isso não significaria, a princípio, que a crise do compromisso fordista iria gerar maior liberdade dos trabalhadores perante as imposições do capitalismo. Ao contrário, com ela se seguiu uma intensa crise do trabalho, que geraria maior expropriação no processo

produtivo e, conseqüentemente, inúmeras insatisfações para os trabalhadores, relacionadas à tentativa de reconquistar o poder sobre o processo de trabalho e de aproximar o trabalhador de seu produto. Entre os anos de 1965 a 1979 o fordismo e o keynesianismo revelam a incapacidade de conter as contradições internas do capitalismo e a economia mundial, liderada pelos Estados Unidos, entra em uma profunda crise de mercados. O marco histórico de 1971, ano em que há a ruptura com o acordo de Bretton Woods que fixava o lastro dólar-ouro, transformando-o na moeda de reserva mundial e que vinculava o desenvolvimento econômico mundial com a política monetária norte-americana, demarcou o aumento das inflações, seguido por um período de deflação, de 1973 a 1975, cujo marco inicial se dá na Recessão de 1973, com a crise do petróleo, a estagnação da produção e a alta inflação dos preços (Harvey, 1989).

Se faz importante ressaltar que o resultado dessas contradições na produção conduziu a um ciclo de agitações operárias, cujo marco entre os anos de 1968 e 1973 designou o ressurgimento do conflito de classes na Europa Ocidental (Silver, 2005: 84). Esse ciclo produtivo – o ciclo do automóvel – conduziu, em seu período final, a uma dispersão da produção para locais onde os salários seriam mais baixos, bem como está diretamente relacionado com uma “grande onda de agitação operária [...] que empurra na direção de cada novo estágio de dispersão da produção, e cada novo estágio de dispersão da produção desencadeia uma nova instância de formação da classe trabalhadora”. Assim, pode-se perceber que esse ciclo produtivo estaria se fechando na Europa Ocidental e se abrindo tendencialmente para os países da América Latina, África e Ásia. O conseqüente deslocamento produtivo possibilitou que, nesses países considerados de “desenvolvimento tardio”, houvesse maiores contradições e “ondas de agitação operária” nos anos subsequentes em países como Brasil, África do Sul, Coreia do Sul e China, já num ciclo de padronização da produção automotiva.

A manutenção do núcleo central do fordismo, a produção em massa, já demonstrava o limite de suas contradições inerentes, através da rigidez do processo produtivo e foi seguido por um processo de transição, a partir de 1973, para a *Acumulação Flexível* (Harvey, 1989; Antunes, 1995). Esse “novo” modelo veio, portanto, a se confrontar com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; na abertura de novos setores produtivos e de novos mercados; no fortalecimento dos serviços financeiros; no desejo da implementação de uma

inovação comercial, tecnológica e organizacional; na ampliação do desenvolvimento desigual entre regiões do globo, bem como na formação de novos conjuntos industriais em regiões outrora subdesenvolvidas; o benefício do chamado “setor de serviços” e o deslocamento da produção; o que, de maneira geral consolidou uma “compressão do espaço-tempo”, com a implementação de novas formas de comunicação e uma consequente queda dos custos de transporte (Harvey, 1989: 147). Em um sentido mais lato, poder-se-ia dizer que essa passagem do modelo Fordista/Taylorista para o modelo de Acumulação Flexível, do qual o Toyotismo vem a ser sua expressão máxima, vem a promover aquilo que Gramsci (2008) entendeu como revolução passiva, ou seja, uma mudança aparente, que não altera o cerne do processo produtivo, mas que intensificaria a subordinação do trabalho ao capital.

Assim, ampliaram-se ainda mais as configurações do modelo anterior, mas com uma roupagem diferente: a empresa flexível, a liofilização organizacional da produção, a limitação do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto (Antunes, 2003), praticamente rompendo com o pacto social estabelecido anteriormente. Em paralelo, houve uma redução quantitativa do operariado industrial tradicional e uma crescente necessidade de intelectualização e qualificação do trabalhador manual, bem como o deslocamento da especialização para o “multifuncionalismo”, ou polivalência, uma alteração qualitativa da forma de ser do trabalho, que impulsiona para um duplo processo, de maior qualificação do trabalho, através da abundante utilização da tecnologia, bem como sua desqualificação, implicada em vários segmentos da força de trabalho.

Como consequência mais imediata dessas transformações, era evidente que o “trabalho organizado”, de cariz sindical, fosse abruptamente derrotado. O modelo anterior, que permitia que o sindicalismo se organizasse no interior das fábricas, em muitos lugares onde havia uma tradição de organização sindical ou influência de movimentos comunistas, agora se confrontaria com uma realidade nova, de “novos locais de industrialização onde as estruturas sindicais eram praticamente inexistentes” (Harvey, 1989: 141). A transição de modelos produtivos colocava em questão o modelo social-democrata assumido pelo movimento sindical que, apesar de criar uma adaptação do trabalhador ao modelo fordista, criava uma instabilidade perante os interesses da classe trabalhadora. Os sindicatos adotaram uma lógica da racionalidade econômica em oposição ao humanismo da necessidade do movimento operário (Gorz, 2007), sendo o primeiro construído sobre a égide do trabalho



como fim único em si mesmo e ilimitado, favorecendo o lucro a todo custo, separando o trabalho de sua necessidade e valorizando sua eficiência. Por conta da dificuldade de enfrentamento desse modelo racional – mas também pelo declínio do socialismo soviético e da ofensiva na contestação ao socialismo de “face humana” – muitos partidos outrora considerados de esquerda ou alinhados às Internacionais Socialistas, e cuja ampla base era o movimento operário fabril dos países centrais, reduziram a sua capacidade de mobilização dessas estruturas organizacionais. A consequência foi a larga desestruturação do movimento operário e a imposição de sérias dificuldades de renovação e de reorganização internacional.

Além disso, o enfraquecimento dos sindicatos se remetia também a uma nova forma de trabalho, o trabalho doméstico, que impossibilitava a atuação dos sindicatos que dependiam do espaço das fábricas para serem viáveis. Consequentemente, reduzindo a influência sindical os trabalhadores estariam mais vulneráveis às políticas produtivas que aumentassem rigorosamente o tempo da produção (produzir em menor tempo), que, agora, não mais teria sua autonomia, mas seria controlado pelo volume do consumo (redução da durabilidade do produto). É nesse sentido de controle da produção pelo consumo que se poderia verificar uma ruptura estética com o fordismo e passagem para uma estética mais flexível e pós-moderna na produção:

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo Fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidas de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (Harvey, 1989: 148).

A passagem para o “novo” modelo, que era vista como benéfica por parte de patrões, empresas e Estado, trouxe novos e nocivos encargos aos trabalhadores, por causa da nova efemeridade controlada pelo consumo. O discurso ideológico do capitalismo desorganizado veio a cumprir cada vez mais a organização da produção em torno da dispersão, da mobilidade geográfica, da flexibilidade do mercado, dos processos de trabalho e de consumo, da inovação tecnológica, dos produtos e das instituições. As classes trabalhadoras e os sindicatos, que haviam acumulado um forte poder no final dos anos 1960 se confrontavam com novos padrões culturais e empresariais, com a tônica das classes domi-

nantes ao empreendedorismo e do individualismo para a consolidação desse modelo flexível. Por consequência, esse período de transição "acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implementados na vigência do Fordismo" e, por consequência, cria obstáculos mais sólidos para a ação coletiva dos trabalhadores, que favorecem claramente ao modelo de "individualismo exacerbado [...] da transição do fordismo para a acumulação flexível" (Harvey, 1989: 161).

Se esse período foi marcado pela ampliação do trabalho morto através da tecnologia (Antunes, 1995), dialeticamente foi dado um peso muito maior à qualificação dos trabalhadores e da sociedade em geral. Ao Estado, coube o importante papel de expansão de centros de ensino e, em especial, das universidades (Hobsbawm, 1995), que iriam suprir as necessidades de mão de obra qualificada exigidas pelo mercado. No entanto, foi justamente essa passagem e necessidade de maior qualificação que gerou um processo amplo, a ser seguido pela generalidade dos países desenvolvidos, bem como imposto aos países em desenvolvimento, que pode ser resumido na aparente redução do trabalho manual e do operariado desses países, priorizando a inserção de mão-de-obra mais qualificada no mercado de trabalho.

Sob a égide do neoliberalismo do final dos anos 1980 nos países centrais e periférico-centrais, e no início da década seguinte na América Latina e no Brasil, a classe trabalhadora foi diretamente afetada em sua *forma de ser*, ou seja, sua morfologia, o que faz com que haja ainda uma importante validade do conceito de classe trabalhadora como proposto por Marx (Antunes, 2003: 101-4). A noção de *classe-que-vive-do-trabalho* comende que a classe trabalhadora atual não seria apenas composta pelos trabalhadores manuais *diretos*: essa seria o núcleo duro do processo produtivo e da classe trabalhadora. A partir disso, os trabalhadores outrora considerados como improdutivos (ou indiretamente produtivos) – principalmente do setor de serviços, com relações com o público ou com as empresas – passam também a fazer parte dessa designação, apesar de não criarem diretamente valor, mas de estarem indispensavelmente subsumidos à totalidade do capital. Isso faz com que não se possa considerar que todo trabalhador assalariado seria produtivo, pois os trabalhadores improdutivos também se relacionam com a totalidade do capital<sup>86</sup>. A par-

---

<sup>86</sup> Como salientou Antunes (2003: 103), por mais que Marx tenha sublinhado muitas vezes a classe trabalhadora como sinônima de proletariados, muito do entendimento acerca dessa questão esteve relacionada a

tir dessa constatação, a ampliação da noção de classe trabalhadora, a *classe-que-vive-do-trabalho*, passa a incluir o proletariado industrial e rural, assalariados do setor de serviços e o proletariado precarizado, o subproletariado, terceirizados, trabalhadores da economia informal e desempregados. Mas aqui não se incluíam os gestores e funcionários do capital com boas remunerações, ou especuladores financeiros, ou pequenos empresários ou a pequena burguesia proprietária.

A morfologia atual do trabalho criou também algumas consequências, sobretudo, em termos de aumento do trabalho precário, desregulamentado, excludente e de baixa remuneração, que pode ser visualizado através dos seguintes pontos: (i) retração do binômio fordismo/taylorismo, redução do proletariado industrial clássico da era fordista; (ii) a emergência de um novo proletariado fabril e de serviços, com formas precarizadas, terceirizadas, subcontratadas e em *part-time*; (iii) o aumento significativo do trabalho feminino, em *part-time* ou precarizado ou desregulamentado, com níveis de remuneração mais baixos que os dos homens; (iv) expansão dos assalariados médios do setor de serviços, com crescente inter-relação entre mundo produtivo e setor de serviços; (v) a crescente exclusão dos jovens, que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho, mas que acabam por conseguir apenas trabalhos precários ou ficam no desemprego; (vi) exclusão dos trabalhadores idosos, que não conseguem reingresso no mercado de trabalho; (vii) expansão do terceiro setor, por parte de empresas de trabalho voluntário e de atividades consideradas “não-lucrativas”; (viii) expansão do trabalho em domicílio; (ix) a configuração transnacional do mundo do trabalho (Antunes & Alves, 2004: 336-41).

Outra disposição que deve ser assinalada é a do trabalho informacional (Antunes & Braga, 2009). O setor de telemarketing, que tem crescido significativamente ao longo dos últimos anos – e que no Brasil e em Portugal não deixa de ser exceção – configura-se tanto como um espaço de crescente precarização do trabalho, bem como revela que a atividade laboral do homem cada vez mais se encontra subordinada ao maquinário tecnológico, tornando-se “mero acessório vivo dessa maquinaria, meio de sua ação” (p. 12).

---

considerar a classe trabalhadora apenas como a classe produtiva. Autores como André Gorz e Claus Offe, entre outros, tiveram em mente essa definição, o que os fez, assim como a generalidade dos estudos pós-industriais, considerar que a classe trabalhadora não mais poderia ser central no capitalismo atual. Evidentemente, os fins do trabalho e da classe trabalhadora trouxeram uma significativa aproximação com a noção de classe weberiana, como forma de suprimir a lacuna deixada pela redução da classe trabalhadora manual e fabril dos países centrais e da emergência de novas disposições classistas, como as chamadas “classes médias”, a partir das diferenciações salariais e de consumo, combinadas com o status social.

Assim, a qualificação profissional, que outrora passaria a ser considerada como diferencial da estratificação social, em sua generalidade, deixa de operar tal função aparente, cindindo a antiga diferença entre trabalhadores qualificados e não qualificados (Braga, 2009). Por estas constatações se permite compreender que o conjunto da força de trabalho deve ser ampliada para os mais diversos setores de assalariados, que vendem sua força de trabalho, mas são desprovidos dos meios de produção. Isso leva a ampliar a concepção de classe trabalhadora hoje, através de suas fragmentações, heterogeneidades e complexidades.

Contrariamente à perspectiva aqui enunciada, vale lembrar que muitas outras análises colocam a *questão salarial* como central. Castel (1996) relaciona que a degradação da condição salarial, conseguida através da integração social criada pelo Estado de Bem Estar Social – mas que pode também ser conjuntamente entendida como o *pacto fordista* (Bihl, 1998) – se faz a partir das noções de flexibilização, da fragilidade do movimento operário, da desestabilização do mercado de trabalho e da vinculação do trabalho à cidadania. Em outro momento (Castel & Dörre, 2009), a noção de fragilidade social é o que perpassa a precariedade, seja através de uma classe de precários que surgem em várias camadas sociais, especialmente das classes médias, ou de qualificados que outrora se beneficiavam de empregos regulares (ou vivenciavam essas expectativas) e que agora passariam a ser instáveis ou inseguros, seja através da situação precária (*Prekariet*), denominada a partir dos problemas de estabilização das condições de trabalho, de vidas inseguras ou de perda do estatuto anteriormente adquirido, o que acaba por resultar na exclusão como consequência da precariedade. Outras referências da questão salarial e a precariedade do trabalho também podem ser visualizadas em relação ao tipo de emprego, à responsabilidade social das empresas e às inovações tecnológicas e administrativas, que também foram acompanhadas pelo Estado em suas capacidades de implementação e regulação de formas de trabalho, e que acabaram por trazer diferentes disposições à seguridade social anteriormente assegurada (Boltanski & Chiapello, 1999; Paugan, 2000). Seguindo a mesma linha, Standing (2011: 8-13) aponta que a *nova classe* do precariado não apenas se assumiria conforme a vinculação salarial nessa relação, mas que o ganho de status do Estado de Bem Estar Social resultou em uma identidade construída sob uma base laboral, edificada sobre a segurança do mercado de trabalho, da empregabilidade e do emprego, de proteção e de regulação das relações de saúde e segurança, de reprodução dos níveis de seguridade no que tange à capacitação e implementação de competências, de redução das desigualdades

geradas pelos ganhos salariais, e, finalmente, de representação dessa segurança através dos sindicatos e organizações empregatícias.

Porém, deve-se levar em consideração que, ao contrário de um problema exclusivamente presente entre os meandros salariais e da segurança social do Estado, a precarização do trabalho atinge sobremaneira uma massa populacional horas flutuante (quando é atraída e repelida pelas empresas), horas latente (de trabalhadores ainda não industriais, mas que desejam obter empregos na indústria), horas estagnada (que ocupa lugar em funções deterioradas e mal pagas) e horas pauperizada (indigentes, doentes ou incapacitados ao trabalho pela idade) (Braga, 2012: 17). Nesse sentido, pode-se definir algumas das relações do precariado no mundo do trabalho atual:

Em primeiro lugar, o precariado [está] no coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo [...] a dimensão histórica e relacional desse grupo [o torna] [...] parte integrante da classe trabalhadora e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, [pode-se] tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca do processo de mercantilização do trabalho (p. 18).

Ao confrontar-se estas noções, a precariedade não pode ser relativizada como uma consequência de políticas de governo que afetam sobremaneira a relação salarial e de estabilidade social, como um fator isolado. A compreensão de uma precariedade no sentido estrutural seria a forma mais correta de visualização do problema, pois permite que não apenas os Estados sejam colocados em questão conforme suas políticas de trabalho e emprego, mas também, que se perceba como as transformações do capital, em sua totalidade, acabam por revelar que a contradição trabalho e capital não perdeu sua importância – e pelo menos não deixará de ser o elemento contraditório fulcral das relações sociais no capitalismo – e que, ao contrário, se manifesta a partir do conflito entre o modo de produção desejado pelo capital e a subjetividade do trabalhador. O que aconteceu foi justamente uma crise estrutural do capital, iniciada nos anos 1970 e que atualmente ganha contornos mais agravantes, como a precarização do trabalho e a emergência do precariado enquanto classe social. Por isso, como apontado no excerto anterior, a denominação de um novo “fenômeno” de classe – que em seu período inicial ganhava o nome de classe média e que agora pode ganhar o nome de precariado – se faz tão incorreto como a própria vinculação direta entre classe social e salário, ou como se a novidade de crescimento econômico de

outrora estivesse atualmente reduzida a expectativas paupérrimas das lamentações sobre o que poderia ter dado certo. Percebe-se que mesmo com tantos processos em curso, é o processo de desenvolvimento do capital que tem ganho fôlego nas últimas décadas e que Portugal e Brasil estão precisamente inseridos num processo de *crise estrutural do capital* (Mészáros, 2001)<sup>87</sup>.

A dimensão da crise estrutural do capital, no sentido de afetar o “ramo particular da produção”, se coaduna com a necessidade de redução dos conflitos em torno da capacidade subjetiva criada pelo trabalho. Com isso, a precariedade passa a não ser apenas uma efetividade “objetivada” e externa, para afetar diretamente as condições de vida do trabalhador precário. A abertura desse processo em termos do modo de produção faz com que a seguridade social criada pelo pacto fordista e assegurada pelo Estado entre em conflito com a redução da resistência que outrora estava canalizada nas lutas sociais. Efetivamente, toda essa estrutura político-ideológica se transfigura sob a aparência da racionalidade produtiva enquanto determinação da lógica do capital. Como bem aponta Alves (2002, 2011), a ideologia desse processo constitui-se no controle da subjetividade do trabalhador, pois, já sem as contrapartidas salariais e institucionais do fordismo, a nova configuração produtiva advinda do toyotismo centrou-se nas contrapartidas do mercado (e do Estado), criando um novo consentimento do trabalhador assalariado:

A busca do consentimento ativo da subjetividade do “trabalho vivo” passou a constituir-se, em última instância, através da síndrome do medo cujo substrato objetivo é dado pela constituição de um precário mundo do trabalho. Essa é, portanto, a função sócio-ontológica da nova precarização heteróclita sob a mundialização do capital: constituir o consentimento ativo necessário para o desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo e produzir uma subjetividade regressiva, avessa às atitudes antagônicas de classe diante da lógica do capital (Alves, 2002: 82).

---

<sup>87</sup> Os contornos dessa crise são vários, mas que podem ser descritos em quatro aspectos, como o faz Mészáros (2001: 795-6): (1) *seu caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) *seu alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) *sua escala de tempo é extensa, contínua*, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.

Porém, a construção desse consentimento depende inteiramente da “disposição intelectual-afetiva” que se manifesta no trabalho do trabalhador e se concretiza na produção de mercadorias (Alves, 2011: 111-2). A exigência de qualificação, formação e de saberes torna-se o elemento diferencial para que os trabalhadores consigam “intervir na produção [...] agregando valor” (p. 114) mas, conseqüentemente, não recaem como benefícios subjetivos ao trabalhador em seu sentido emancipatório. Portanto, enunciando esse problema, pode-se verificar que seus limites se encontram para além da produção, nas lutas de classe da vida cotidiana, ou seja, nas complexas interrelações político-econômico-ideológico-culturais.

A precariedade, que até então parecia ser algo fictício ou reduzido, cada vez mais vem a se tornar uma regra nas condições de trabalho das sociedades capitalistas ocidentais, evidenciando a relação inversa entre a miséria do trabalhador e a potência e magnitude da produção da sociedade capitalista, assim como já afirmava Marx nos Manuscritos de 1844. A avaliação inicial que se pode fazer é que há um amplo processo histórico em curso, que afeta a condição imediata do trabalho e, por consequência, a subjetividade do trabalhador. Assim, a precariedade não pode ser tratada como uma total *novidade* – a não ser na desproporção que tem vindo a atingir em certos países – e também, deve ser recusada em sua *inevitabilidade* – que apenas legitima discursos políticos, cuja intenção ideológica é garantir um projeto político de maior degradação do trabalho e do trabalhador. A partir desse mote analítico, surge então a necessidade de apresentar e compreender em que medida a teoria social conseguiu explorar tais contradições históricas. Faz-se pertinente, portanto, apresentar como 68 foi entendido pela teoria social e quais as críticas que podem ser feitas a partir da teoria do conhecimento que emergiu naquele período. Seria mesmo impossível fazer um levantamento sistemático, no entanto, a preferência se dá por aqueles que relacionaram o marxismo com 1968 e que, a partir dele, propuseram reflexões mais acentuadas sobre a epistemologia e a ontologia.

**PARTE III**

**A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL EM BRASIL E PORTUGAL**



## CAPÍTULO 7

### O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

De forma a apresentar uma análise do contexto brasileiro no período da Ditadura Militar (1964-1985), faz-se necessário pontuar a divisão temporal e temática que aqui será seguida. O ponto de partida é a análise dos efeitos mais gerais do Golpe Militar sobre os setores politizados da sociedade, bem como sua relação de repressão política que incide sobre o movimento estudantil. Num segundo momento, se dará ênfase nos conflitos entre estudantes e policiais de 1968, fato que ocasiona a morte de um estudante e mais a prisão de centenas. O balanço desses dois momentos é que eles são fundamentais para se compreender como a organização estudantil começa a ganhar fôlego e os motivos de sua derrocada. Num terceiro momento, o período dos anos 1970 é desmembrado em duas partes: a *primeira* enfatiza o declínio político da UNE e a violenta repressão contra os setores estudantis (e da luta armada), a *segunda* traz os últimos conflitos, praticamente o fechamento de um ciclo de tentativa de organização estudantil e repressão, já num início de conquistas estudantis relacionadas à abertura da UNE. Finalmente, faz-se necessário também aproximar o olhar histórico para as primeiras reivindicações da UNE após sua reabertura, que ganham um sentido mais institucional (participativo), em abandono das perspectivas mais politizadas das décadas anteriores, com efeito de ter uma participação ativa do processo de abertura democrática.

#### 7.1 O Golpe Militar e o recrudescimento da violência

A passagem da abertura democrática brasileira de 1985 foi um amplo processo social, cujo marco inicial do Golpe Militar de 1964 – que em 2014 completa 50 anos – representou a retirada dos direitos democráticos, políticos e humanos da sociedade brasileira, bem como seu alinhamento com as políticas de interesses imperialistas dos Estados Unidos. O Governo Militar brasileiro, de 1964 a 1985, foi marcado pela ampla repressão policial às camadas manifestantes da sociedade, sobretudo as classes trabalhadoras e os profissionais liberais. O Ato Institucional Nº 5 foi, em grande medida, a representação do que seria o real exercício do poder do Governo Militar, estabelecendo a suspensão de

direitos políticos, ilegalidade dos partidos, eleições indiretas, repressão política e tortura, que passaram a ser um vocabulário comum para o cenário político da época. A tomada do governo pelos militares, de forma contrarrevolucionária, procurou impedir o amplo movimento popular que se aglutinava em torno das reformas de base – reforma agrária e regulação do capital estrangeiro –, ameaçando o governo de João Goulart (1961-1964) a uma definição política, para a direita ou para a esquerda, apoiando ou negando tais reformas (Gorender, 2006). Tal definição seria importante no sentido de estabelecer a formação daquilo que eventualmente seria um bloco histórico, no sentido gramsciano, aglutinando os vários setores populares e, principalmente, a fragmentada classe média, refletindo, nitidamente, a cisão política operada no interior das camadas sociais brasileiras.

As duas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, a primeira em 19 de março em São Paulo e a segunda, no Rio de Janeiro, em 03 de abril de 1964, que reuniram setores conservadores da Igreja Católica e parte da classe média, representaram tanto a cisão no interior das classes dominantes, como legitimaram a intervenção militar contrária às reformas de base. À medida que a sociedade se dividia e que eram aprovadas as reformas de base, a política externa brasileira, por outro lado, se aproximava da China, no sentido de estreitar as relações comerciais, gerando nos setores mais conservadores da sociedade o “medo do comunismo”, que apareceria como o perigo exclusivo para as boas relações internacionais com os Estados Unidos. A intervenção militar, argumentada pela restauração da ordem tem, portanto, fundamento nessa contradição.

A justificativa da intervenção militar no governo é descrita no Ato Institucional Nº 1 (AI Nº 1), com o sentido de uma “revolução” popular e não um golpe de Estado<sup>88</sup>. As principais diretrizes que configuram o Regime Militar brasileiro estão apontadas nesses AIs, sendo que a retirada da soberania popular, dos direitos políticos e humanos impedem a configuração de qualquer liberdade possível e imaginada no cenário social brasileiro. O discurso da política de “segurança nacional” passa a ser a política *par excellence* no Brasil, em que a perseguição iconoclasta ao comunismo – ou a tudo que se assemelharia, direta ou

---

<sup>88</sup> “O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação, na sua quase totalidade, destina-se a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra da reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional de nossa Pátria” (Ato Institucional Nº 1, 1964).

indiretamente ao comunismo, sendo este uma imaginação distante, nem sempre correta, e que remetia a símbolos e “odores” vermelhos<sup>89</sup> – torna-se a real significação de existência do regime. Utilizando-se das palavras de Walter Benjamin, o “Estado de Exceção torna-se regra” ao Estado brasileiro, seguindo a tradição do paradigma de governo e Estado após a Primeira Guerra Mundial, evidenciado no alastrar dos fascismos/nazismos pela Europa e nas várias ditaduras de caráter militarista na América Latina. Esse estreito limite entre a política e o direito é a mesma relação que suspende as liberdades individuais e opera num patamar de “indeterminação entre democracia e absolutismo”, gerando “uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (Agamben, 2007: 13). O “estado de exceção” no Brasil é evidentemente sentido pelos setores das classes trabalhadoras, classes médias intelectualizadas e todos aqueles que não apoiavam o regime ou que eram partidários da esquerda brasileira. É nesse campo político que se dá a prática da “eliminação física” dos adversários políticos do regime, primeiro com o bipartidarismo e ilegalidade da esquerda e depois, com a política “macartista” de “caça” aos comunistas.

Sob a política de exceção brasileira, desde setores que questionaram a legitimidade do golpe político até aqueles que procuravam construir um modelo de sociedade não capitalista, estiveram na “linha de frente” de organização da resistência, um nítido momento de exacerbação das lutas de classe que se desdobrou sobre uma ainda mais intensa repressão política, até se atingir o objetivo de redemocratização (formal) das estruturas políticas. Essas lutas podem ser elucidadas através de três movimentos que tencionaram a abertura democrática de 1985: o *movimento estudantil*, em finais da década de 1960, foi o primeiro a elaborar uma crítica sistemática ao regime ditatorial; os setores originários das *organizações de base da Igreja Católica* através das Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais (e em decorrência, os movimentos sociais gerados nessa base), tiveram importância

---

<sup>89</sup> Perseu Abramo (2006: 86), em um interessante relato sobre a intervenção militar na UnB em outubro de 1964, com a prisão de vários professores, estudantes e funcionários da universidade, revelava quão absurdo poderia ser a perseguição comunista, tendo em vista que, naquele momento, foram apreendidos materiais de cunho “subversivo”, entre eles dois cartões postais de Cuba e alguns livros como “O vermelho e o preto” de Stendhal, “O círculo vermelho” de Doyle, um livro de Le Corbusier “confundido com Roland Corbisier”, que “ao ser folheado, provocava as seguintes exclamações dos oficiais: Olha como se tratam esses comunistas! Olha as casas que eles têm”.

na organização classista de grupos de bairro, que se apresentavam afastados tanto das estruturas sindicais, como da representação política partidária; e, por fim, os movimentos de trabalhadores, com as greves de finais da década de 1960 em Osasco e Contagem e nos finais da década de 1970, cujo epicentro, o ABC Paulista, refletia a ativa organização dos trabalhadores, sobretudo daqueles ligados às indústrias automotoras, metalurgia e siderurgia, nacionalmente. Esses movimentos sociais não poderiam ser considerados apenas como atores, mas sim, por sua interpolação de classes sociais e pela presença de lutas de classe crescidas no entorno do próprio processo produtivo, seja nos setores estudantis, com destaque para políticas de produtividade científica nas universidades, seja na mudança das atividades produtivas laborais com maior incorporação de mão de obra qualificada.

Para compreender essa organização classista – que em muito é compreendida pela literatura sociológica com a predominância dos novos atores – se faz necessário observar, do ponto de vista das representações políticas, como o Regime Militar acabou por cindir as relações de representação política após 1964. Ao se estabelecer um sistema bipartidário, dividido entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ambos legais e com representação parlamentar válida, também se impunha a ilegalidade e o cancelamento do registro de outros partidos vigentes, sobretudo, os que se colocavam na oposição e/ou eram de esquerda. O PCB<sup>90</sup>, maior partido de esquerda do Brasil naquele momento, foi o primeiro a entrar na ilegalidade após o golpe<sup>91</sup> e encontrava-se cada vez mais fragmentado através das várias correntes ideológicas existentes. Tais correntes surgiam, na maioria das vezes, a partir das rupturas com os posicionamentos políticos centrais do “Partidão”, alinhado com o PCUS. As discordâncias que ocorreram, tanto alinhavam o movimento nacional como o movimento internacional comunista soviético e as outras experiências revolucionárias daquele período, com destaque para as correntes maoístas chinesas e para as correntes baseadas na Revolução Cubana,

---

<sup>90</sup> Sobre as cisões políticas internas ao PCB dos anos 1960 e 1970, ver **Anexo III**.

<sup>91</sup> O Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal partido da esquerda brasileira nesse período, foi fundado em 1922, procurando seguir a doutrina marxista-leninista, entrando na ilegalidade pela primeira vez em 1927. Em 1960, volta novamente à legalidade, adaptando-se às normas e regras do sistema político brasileiro, voltando novamente à legalidade em 1965, após o AI N° 2.

a via foquista<sup>92</sup>. Com o intenso debate nos meios estudantis e sindicais, muitas cisões foram surgindo no interior do PCB entre 1962 e 1967, de onde provieram grupos como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Política Operária (POLOP), a Ação Popular (AP), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros. Além das aproximações chinesas e cubanas, as influências trotskistas, leninistas e stalinistas também estiveram presentes nesse campo, além das habituais disputas que ocorriam nas academias.

Entretanto, de forma geral, é preciso apontar que o desafio posto para a esquerda brasileira naquele momento se pautaria sobre certas conjecturas com pelos menos três fundamentos: o caráter da revolução brasileira, as formas de luta para se chegar ao poder e o tipo de organização revolucionária para isso (Ridenti, 2010: 32). Sobre o *caráter da revolução brasileira*, o PCB fundamentava seu plano político a partir da percepção de que a revolução brasileira deveria ser programada, com duas etapas, a etapa burguesa ou de libertação nacional e a etapa democrática. A primeira etapa compreenderia a superação dos entraves feudais na economia nacional e sua subordinação ao imperialismo norte-americano, visão essa fundamentada desde o VI Congresso da III Internacional Comunista, de 1928. Outras organizações como a ALN de Carlos Marighella se identificavam com as teses pcbistas, considerando que a primeira etapa da revolução não seria imediatamente socialista, “podendo agregar setores pequeno-burgueses e de pequenos empresários nacionais: haveria ainda que cumprir tarefas da ‘etapa democrática’ da revolução, mas jamais sob a direção da burguesia nacional”, mas sim, através de um “governo popular revolucionário” (ss.). A análise da ALN se aproximava da análise do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que entendia que o objetivo principal era “destruir o aparelho burocrático-militar” e substituí-lo por um “governo popular revolucionário” (ss.). Outro grupo, a Ala Vermelha do PC do B, entendia que deveria se afastar o caráter antifeudal e anti-imperialista da revolução brasileira, contando com a participação desde a burguesia nacional até o proletariado. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda

---

<sup>92</sup> É evidente que os movimentos de libertação nacional em África também influenciam estes partidos em algum momento, entretanto, essa é uma parte da história que dificilmente é encontrada, colocando-se como um desafio para a minha futura pesquisa. É possível que esses partidos tenham uma construção muito mais focada na base ideológica das Internacionais comunistas, entretanto, pode-se sugerir, em forma de hipótese, que em algum momento, essa influência pode ter sido clara, principalmente, através das resoluções que indicam que a esquerda deveria fazer seguir o “caminho das armas”.

Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), o Partido Operário Comunista (POC), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e o MR-8 (DI-GB) concebiam que a revolução brasileira deveria ter o caráter imediatamente socialista, influenciadas pela POLOP e pela teoria da dependência latino-americana, de onde se questionavam os fundamentos da visão pcbista sobre o passado (não) feudal do Brasil, o imperialismo e a revolução democrático-burguesa. Sobre esse primeiro conjunto de posições políticas semelhantes, pode-se concordar que:

Não haveria tanta distância entre os dois modelos de revolução; ambos colocavam o “imperialismo” e o “latifúndio” como fatores de estagnação da economia, como bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas (o mesmo vale para as diferentes teses intermediárias entre o modelo de revolução burguesa nacional e o de revolução socialista imediata, teses que propunham a criação de um “governo-popular revolucionário” para superar a “crise brasileira”). De certa forma, a visão dos “socialistas” era um passo quase natural do raciocínio dos “nacionais-democráticos”, acrescentando apenas que latifúndios e imperialistas, inibitórios do progresso social, estariam associados a uma burguesia deles dependente. Logo, para superar o entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, cumpriria combater a própria burguesia, estando a revolução não mais na sua etapa democrático-burguesa, e sim na socialista (p. 37).

Do ponto de vista da *organização revolucionária*, se coloca em causa a questão da direção política da revolução a partir de uma vanguarda revolucionária e “esclarecida”. Nesse sentido, se dividem duas posições. A primeira seria aquela concernente à centralidade do partido revolucionário para a condução da guerrilha urbana e rural, compartilhada pelo PCBR, o PRT e o POC. Outros grupos, como a ALN, a VPR, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) o Comando de Libertação Nacional (COLINA), compartilhavam do posicionamento de que não haveria a necessidade do partido para a guerrilha e a revolução, já que essa era uma das principais discordâncias com o PCB, bastante enfatizada por Mari ghella, que valorizava uma “autonomia tática” (p. 41). Sem a necessidade do partido, a ação política e armada ganharia o estatuto de ser o fundamento para a teoria – assim como ocorre no modelo cubano – demarcando uma posição “antiteoricista” apenas conseguida por uma prática organizativa de “setores”, especializados em cada uma das ações pretendidas, como os “Grupos Táticos Armados” da ALN (p. 42-43). Apesar de tais divergências, o caminho comum entre essas organizações é o de que “independentemente das formas pelas quais estariam estruturadas, seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução” (p. 43).

Finalmente, o ponto das *formas da luta revolucionária*. O PCB se posicionava a favor de uma revolução pacífica para o socialismo, enquanto o Partido Operário Revolucionário Trotiskista (PORT) seguia uma tradição bolchevique, e o PCdoB e a Ação Popular (AP) preferiam optar pela “guerra popular prolongada” sem efetivar ações armadas nas cidades (p. 46), mas deslocando os militantes para o foco rural da guerrilha que organizaria o campesinato, um dos objetivos preteridos anos mais tarde através da Guerrilha do Araguaia. Outro grupo, a ALA, se alinhava ao maoísmo e procurava organizar a “guerra popular prolongada”, iniciada a partir da guerrilha rural e prolongada para a guerrilha urbana. O MR-8 e a COLINA preferiam uma caracterização mais foquista, no sentido de criar o foco (militar, armado) no interior liderado pelo campesinato. A ALN, por sua vez, abdicava parcialmente do foquismo e procurava implementar as chamadas “colunas guerrilheiras móveis”, que assumiriam o papel de vanguarda política (ss.). A partir disso, as diferenças entre os grupos passariam a estar presentes na questão da guerrilha rural, com as organizações oscilando entre a centralidade da guerrilha rural e a formação de guerrilhas urbanas. Após o AI Nº 5, quando a grande maioria dos membros dessas organizações entra para a clandestinidade, as ações urbanas estiveram bastante focadas na captação de fundos (assaltos a banco, expropriações) para a compra de armas ou para o fomento das ações no campo.

O aumento da militância política nessas organizações políticas também foi fundamental para redefinir e reagrupar as correntes políticas do movimento estudantil e suas disputas internas. A Ação Popular (AP), grupo formado por setores mais à esquerda da Igreja Católica e que desfrutava de uma hegemonia na direção da UNE desde o início daquela década, passaria a enfrentar, a partir de 1967, uma concorrência com essas correntes, disputando as organizações de base e a hegemonia política no interior das universidades. A linha seguida pela Ação Popular (AP) preconizaria tanto os trabalhos de base como uma intenção de aproximação com setores da classe trabalhadora, o que fazia com que, nesse aspecto, as várias posições políticas – trotskistas, maoístas, católicos e pcbistas – convergissem.

No entanto, deve-se considerar algumas das próprias especificidades estruturais que impediram que os movimentos operários e sindicais brasileiros não tivessem uma participação tão efetiva antes de 1977. Para implementar um projeto de expansão do capital e de internacionalização, preteridos pelos militares, era necessário sufocar o movimento ope-

rário (Antunes & Ridenti, 2008). Em abril de 1968, uma greve dos operários metalúrgicos de Contagem/MG, organizada por setores do movimento operário católico de esquerda e das correntes políticas de cisão do PCB, surtiu um efeito positivo – um dos primeiros depois de 1964 – ao tencionar sobre os setores sindicais mais moderados que se organizassem em torno do Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA). Em Osasco, em julho, fora deflagrada uma greve pelo sindicato dos metalúrgicos, cuja liderança sindical de José Ibrahim era de oposição ao aparelhamento do sindicato. O movimento foi duramente reprimido com perseguição de dirigentes sindicais, obrigando muitos a saírem do país ou caírem na clandestinidade. No mês de outubro, iniciava-se outra greve nas duas cidades, novamente reprimida. Em síntese, pode-se afirmar que

a repressão brutal dos operários e dos estudantes pela ditadura militar põe fim ao 68 brasileiro, mas a luta pela criação de comissões de fábrica, contra o despotismo da fábrica, contra a superexploração do trabalho, contra a estrutura sindical integrada ao Estado, e a luta contra a ditadura tinham deixado fortes raízes que se revelavam frutuosas, de uma forma ou de outra, dez anos mais tarde (p. 46).

No âmbito específico das lutas estudantis, o ano de 1968 marcou a significação de especificidades nacionais que acirrou as lutas estudantis, com episódios pontuais que provocaram maior alerta da opinião pública, mobilização e manifestação estudantil e aumento da repressão e perseguição policial, bem como a constante tentativa do movimento em conseguir apoio de outros setores sociais, como por parte dos movimentos operários.

A morte do estudante Edson Luís, em março, no restaurante do Calabouço – RJ, no decurso de um protesto contra o aumento de preços das refeições, a Sexta-feira Sangrenta, no Rio de Janeiro, em junho, devido a um protesto contra a violência do regime, contando com a adesão de vários setores populares; o conflito entre os estudantes paulistas pró e contra o regime, na rua Maria Antônia; e, finalmente, o encerramento do XXXº Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna-SP, seguido da prisão dos estudantes e entrada da entidade na clandestinidade da organização, em outubro do mesmo ano (Valle, 2007), foram os fatos que apresentaram maior destaque na política nacional daquele ano e, conseqüentemente, colocavam em crise a possibilidade de manutenção do Regime Militar. A proximidade desses fatos produziu um conseqüente abatimento sobre o movimento estudantil, desestruturando o movimento em termos de sua mobilização centralizada na UNE, o que praticamente delinearía um “divisor de águas” na organização estudantil, comple-



mentada pela criação do AI N° 5, em dezembro de 1968, pelo governo do General Castelo Branco. Nesse sentido, poderia se dizer que esse momento assinala uma ruptura do movimento estudantil, do movimento memorável das décadas anteriores para um movimento silenciado e calado nas décadas seguintes (Martins Filho, 1998; Valle, 2007). No entanto, se esse ponto de vista se refere apenas ao fato de que as mobilizações estudantis estiveram menos presentes no período subsequente, devido à dificuldade de estabelecer uma organização nacional estudantil, criar-se-ia uma sensação de nostalgia do passado, mas que pouco serviria para a compreensão da organização, do ativismo e das mobilizações estudantis nos anos seguintes. Quais então os desafios que o movimento estudantil de 1968 criaria para si e para a política nacional nas décadas seguintes?

Um dos primeiros problemas que se sobressaiu no período do Regime Militar foi a crise de caráter educacional que, em grande medida, foi ocasionada por três elementos: *a submissão à uma tutela exterior, a negação do radicalismo intelectual e pelo fortalecimento das aspirações dos jovens em reconstrução da sociedade* (Fernandes, 1975: 25). A atenção para as universidades teria em vista não apenas a necessidade de modernização nacional, mas também, um controle ideológico, pautado numa separação entre técnica e ciência que, porventura, deixariam de lado as experiências dos estudantes em contestar, em se radicalizar ou mesmo em prover novas técnicas políticas para um saber crítico. Portanto, faz-se necessário ressaltar as especificidades da sociedade e do ensino brasileiro, que se diferenciava da Europa e Estados Unidos. Se a participação política dos estudantes latino-americanos foi, no final dos anos 1960, um dos principais debates tanto por parte das teorias sociológicas e políticas como por parte dos próprios estudantes, cabe aqui, em primeiro lugar, uma análise sobre esses dilemas, tendo como base questões referentes à política nacional e à expansão do capitalismo internacional, evidenciando como se fundamentou essa problemática através da mudança nas políticas de ensino.

O estudo de Sweezy e Huberman (1964), *Perspectivas da América Latina*, apresenta um panorama do ensino latino-americano com uma educação voltada a uma “pequena elite”, com professores pouco preparados e mal pagos, deixando de lado os deveres do magistério e com recursos de bibliotecas insuficientes. Essa situação se contraporía à dos Estados Unidos, onde os princípios de educação seriam individualistas, enfatizando uma vida orientada para a “sobrevivência, para a distração, evitando-se tudo o que possa ser desagradável”, com exceção dos estudantes negros do sul, que se manifestam contra a

desigualdade. Nesse sentido, os estudantes latino-americanos são diferentes, porque preocupam-se com questões referentes ao seu país, seus ideais, ou seja, teriam um ideal de “viver e sacrificar-se por algo maior e mais nobre do que seus interesses particulares lhes ocorre naturalmente”. Ressalta-se, portanto, a figura do "realista cínico", aquele que foi militante em sua juventude, mas que abandonou os seus ideais.

Ainda assim, os autores enfatizam, de forma generalista, que os estudantes latino-americanos aprendem mais pela história do que pela educação formal “que os ideais de sua juventude não são necessariamente ilusões e podem se tornar objetivos reais de vidas dotadas de significação”, transformando isso numa atividade revolucionária. Porém, esse panorama parece estar distante da interpretação de alguns estudantes sobre sua própria participação e politização:

Creemos que são poucos, pouquíssimos os estudantes brasileiros que se identificam àqueles caracterizados por Sweezy e Huberman, ou seja, os universitários que agem conscientemente, preocupam-se com os problemas sociais que afligem o país e que não serão corrompidos pela “realidade” e não se tornarão “amigos” dos Estados Unidos. Pela própria natureza de classe de que se origina a maioria dos universitários brasileiros, pode-se chegar à conclusão de que os universitários latino-americanos, e em especial os brasileiros, ainda não atingiram o grau de maturidade política desejada e que possam constituir quando estudantes, ou depois de enquadrados na vida profissional, a vanguarda revolucionária que lutará, quer pacífica, quer violentamente pela emancipação econômica do país, deixando de ser apenas um país fornecedor de matéria-prima e consumidor de produtos manufaturados das potências estrangeiras que se estabelecem no país<sup>93</sup>.

O posicionamento apresentado acima se coloca em oposição à visão norte-americana sobre a relação dos estudantes latino-americanos com a universidade. A ênfase na resistência se dá justamente porque os mesmos modelos de análise e de políticas a serem implementadas pelos moldes americanos não trariam qualquer benefício ao país. Essa visão não é apenas crítica ao estudo mencionado acima, mas também rechaça o posicionamento do Governo brasileiro, perante as tentativas de submeter o ensino à tutela estrangeira, o que seria bastante prejudicial. Em outro lado, encontra-se a questão de compreender se aquele momento não seria propício para que os estudantes brasileiros atingissem a “maturidade política” que os pudesse conduzir a uma luta social de forma mais efetiva.

---

<sup>93</sup> Vanguarda, nº 3, junho, 1967: 10.

O “estopim” para essas lutas sociais, portanto, começam nessa recusa, materializada na forma dos Acordos MEC/USAID que estavam sendo programados para implementação a partir de 1968. Assinados em 9 de maio de 1967, os Acordos implicariam em reformas em todos os segmentos do ensino brasileiro, com o apoio de uma instituição americana, procurando aperfeiçoar o ensino brasileiro nos moldes americanos, financiados por empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do FMI (Almada, 2009). Por trás dessa política estaria o relatório Rudolf Atcon, de 1958, chamado de *Anteprojeto de Concentração da Política Americana da América Latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica*, um plano geral que estabelecia diretrizes para a Reforma Universitária brasileira e latino-americana. Esse estudo, que em 1961 passaria a se chamar *The Latin America University*, teria como objetivo aplicar as intenções de uma política americana para a integração com as universidades latino-americanas, cuja primeira preocupação seria a abolição do ensino gratuito.

Nesse sentido, a Unites States Agency for International Development (USAID) passaria a orientar o Ministério de Educação e Cultura (MEC) em suas diretrizes<sup>94</sup>. Esse plano, desenvolvido para todo o ensino latino-americano, sob o esquema americano, pretendia eliminar o ensino público, gratuito e as influências que os estudantes possam ter nos destinos da universidade. O início disso já havia se dado na *Lei n° 4.464*, de 9 de novembro de 1964 – conhecida como *Lei Suplicy* - que sancionava a disposição dos órgãos de representação estudantil e suspendia as atividades da UNE, permitindo apenas agremiações recreativas ligadas ao Estado e substituindo-a pelo Diretório Nacional dos Estu-

---

<sup>94</sup> Essas diretrizes tratam de: 1) Integração, ou seja, uma focalização socioeconômica e educacional perante a América Latina devendo criar um organismo de cúpula para coordenar os estudos e programas de ação, semelhante aos organismos de coordenação econômica que já existem, como a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Esse organismo educacional deveria estar qualificado para desenvolver uma filosofia educacional para o Continente, para estabelecer programa de ação educacional em todos os níveis e em todos os países, para dar prioridade máxima a todas as questões educacionais e obter os meios financeiros para levar à prática tal política e criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas. 2) Consolidação da Autonomia, para que as universidades latino-americanas adquirissem um grau de independência real, sendo que “o melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é a transformação da universidade estatal em universidade privada”. 3) Reforma administrativa, cuja principal preocupação seria a eliminação da interferência estudantil na administração das escolas, tanto colegiada como gremial. 4) Reforma fiscal, para a colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrindo matrículas crescentes durante um período de dez anos através de: (i) responsabilidade financeira estável, com divisão dos custos entre estudantes e universidade; (ii) estabelecimento de um fundo assistencial de bolsas adicionais para “compensar o desaparecimento de uma educação superior gratuita” (Grêmio Informa, Edição Especial para Vestibulandos, s/d, p. 5).

dantes, ou seja, restringindo a mobilização estudantil que se voltaria contra essas significativas alterações no ensino brasileiro. O principal mote seria a transformação das escolas em empresas, preocupadas com o lucro, o que seria extremamente problemático na medida em que essas empresas "poder[iam] formar o pessoal que achar conveniente, de acordo com as verbas das indústrias que pagarem mais. E, como nossa indústria é basicamente comprometida com a americana, as conclusões são fáceis de tirar".

Em outro estudo, *Education Manpower and Economic Growth* de Frederic Harbison e Charles Myers (1965), concebia-se que a educação universitária é uma força altamente capaz para a indústria para a capitalização de recursos humanos. Por isso, deveriam ser consideradas duas funções: 1) o grosso da população deve ser alfabetizada, para receber instruções, seguir ordens e fazer registros; 2) empresários, engenheiros e funcionários civis devem ser treinados para operar um novo sistema produtivo, além disso há uma crescente necessidade de médicos, advogados, cientistas e professores universitários. Nesse sentido, a educação se tornaria uma “indústria dirigente”, assegurando maior importância às ciências naturais, engenharia, medicina, ao treinamento empresarial privado e público e ao direito administrativo, reduzindo a importância das humanidades, das artes e Ciências Sociais, restringindo-as ao treinamento de grupos empresariais e técnicos para empresas e o governo.

A ideologia desses acordos era a mesma utilizada pelos grandes empresários industriais e “para eles, o estudo de política e humanidade é uma perda de tempo [...] o que vale é o industrialismo e a criação de técnicos especializados em grande escala, pois isso garantiria a liberdade fora da vida do trabalho, assentado num “industrialismo pluralístico” e no consenso. Esse novo modelo de formação universitária, com ênfase na formação técnica teria como objetivo a criação de mão de obra para empresas que estariam entrando, naquele momento, no Brasil, através do grande investimento de capital estrangeiro, que estava aumentando depois do Golpe Militar, com grande poderio das empresas norte-americanas e sua necessidade de mão de obra mais barata no Brasil. Mediante essa situação, os estudantes visualizavam uma crescente necessidade dos Estados Unidos em racionalizar a dominação, em consonância com uma mudança no paradigma produtivo de escala global. Porém, não se trataria de criar investimento de capital estrangeiro nas empresas locais, mas de se exportar a fábrica diretamente para o local desejado, permitindo sua autonomia na contratação de serviços, mas também a necessidade de formação de quadros especializados

para trabalhar nessas indústrias. Além disso, se especulava a necessidade de criação de fundações que transformariam o ensino gratuito em ensino pago, garantindo uma “autossuficiência” universitária. Para isso, seria necessário enfraquecer as escolas estatais com menos verbas do Ministério da Educação<sup>95</sup>, fato que já estaria acontecendo naquele momento com um corte de despesas em 10% em 1968. No início daquele ano, já era possível visualizar que algumas universidades estavam sendo reestruturadas nesses moldes e outras onde os Acordos estavam em vias de implementação<sup>96</sup>.

A proposta de Reforma Universitária alteraria a forma de captação de recursos, bem como a modalidade de ensino superior que se tornaria, possivelmente, paga. O artigo 168, § 3º, Item III da Constituição Federal de 1967, estabelecia que: “o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos [...] provarem falta ou insuficiência de recursos. [...] o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”<sup>97</sup>. A substituição do ensino gratuito pela concessão de bolsas de estudo, segundo os estudantes, seria uma medida que não garantiria maior acesso, porque “mesmo quando a escola era gratuita a educação se constituía num privilégio dos que tinham renda mais alta”, o que resultaria, conseqüentemente, numa elitização do ensino. As alterações vinculadas pela Constituição de 1967 no ensino superior retratavam uma aproximação do Ministério da Cultura e a *United States Agency for International Development* (USAID), uma parte da política internacional brasileira de constante aproximação com os norte-americanos, significativamente representados pelas palavras do ex-chanceler Juracy Magalhães – “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Por conta disso, é

---

<sup>95</sup> Segundo os estudantes o investimento do Ministério da Educação para a educação superior estaria diminuindo, tendo como dados 11% em 1965; 9,7% em 1966; 8,7% em 1967 e 7,7% em 1968.

<sup>96</sup> Os Acordos foram implementados nas seguintes universidades federais: Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rural do Rio Grande do Sul. Estariam em preparação em: Goiás, Pará, Ceará, Paraná, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Amazonas, Maranhão, Rural do Rio e Fluminense. E estariam pendentes: Espírito Santo e Santa Catarina. (Grêmios Informa, - Grêmios de Filosofia da USP, Edição Especial para calouros, 23 abril 1968, p. 4).

<sup>97</sup> Na reforma constitucional de 1969, o Artigo 168 é substituído pelo Artigo 176, cujo antigo § 3º, Item III passa a ser vinculado em dois Itens, III e IV com os seguintes textos: “III - o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos; IV - o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará”.

preciso esclarecer que as posições estudantis que se fundam nesse período tem como referência a construção de um projeto nacional de defesa da educação em oposição à mercantilização que poderia resultar dessa aproximação imperialista, pautada no controle do acesso e imposições de padrões de controle escusos aos interesses do desenvolvimento brasileiro.

## 7.2 Entre dois Congressos, o enfrentamento

Desde o Golpe Militar, o movimento estudantil pretendia se fortalecer para conseguir maior atuação na oposição ao governo. As perspectivas de mudanças no ensino, sobretudo no ensino superior, conduziam muitos estudantes a uma aproximação maior com os líderes estudantis e fazia com que o movimento ganhasse maior terreno em suas bases. A UNE foi de extrema importância naquele momento, pois, por meio da entidade, os estudantes conseguiam ter tanto um intercâmbio crescente de experiências quanto de politização. Abrangendo vários grupos de oposição, a entidade estava longe de uma unidade de posição sobre seus grupos, mas consolidava-se na oposição ao regime. Porém, é por causa dessa intensa atividade que a UNE irá ser desestruturada após 1968, fato que não apenas retirou das ruas os estudantes, mas também fez com que a política de oposição seguisse para outros rumos. Trata-se, portanto, de um momento da história recente do país que será sempre lembrado por conduzir as relações políticas a um limiar muito estreito entre política, resistência, violência e morte.

Desde 1962/63 o domínio da direção da UNE esteve a cargo do grupo da AP<sup>98</sup>, organização criada a partir da Juventude Universitária Católica (JUC), elegendo naquele ano Vinicius Caldeira Brant e, no ano seguinte, (1963/64), José Serra, anteriormente presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP). Com o Golpe Militar, a UNE é posta

---

<sup>98</sup> As origens da AP se remontam à Juventude Universitária Católica (JUC) a partir do ano de 1963, conseguindo ganhos na UNE nas gestões de 1962/1963 de Vinicius Caldeira Brant e 1963/1964 com José Serra, anteriormente presidente da UEE-SP, tendo, por isso, conseguido amplo apoio nos meios estudantis. Como princípios políticos, a AP buscava a ampliação da conscientização das massas populares, porém, não falava em nome de uma esquerda católica, como anteriormente fazia a JUC, mas sim, buscava se diferenciar de uma “visão cristã genuína” para uma “perspectiva abrangentemente humanista”, muito ligada ao Padre Henrique de Lima Vaz; e aproximando-se de uma perspectiva marxista que consideraria a oposição entre “indivíduo X Estado” como “motor da história”, a transição natural das contradições sociais ao socialismo, e o desalinamento com a postura reformista do PCB (Gavião, 2007).

na ilegalidade em 1964, quando sua sede na Praia Vermelha, no Rio, é incendiada. Na ilegalidade, elege Antônio Xavier (1964/65) e José Luís Moreira Guedes (1965/66), ambos da AP, para Presidência naqueles anos. Enfrentando a truculência policial e driblando a possibilidade de se manter, a UNE segue por se manter uma das entidades de maior oposição política naquele momento, beneficiada também pelo crescente aparelhamento das entidades sindicais. Foi, portanto, nesse período que a direção da UNE iniciou a articulação de uma *dupla estratégia*, de mobilização política contra o Regime Ditatorial e de mobilização reivindicativa, contra os acordos MEC/USAID, conseguindo um grande efeito imediato, assim como aponta Jean Marc von der Weld:

Houve um período de redução de manifestações. Ficaram restritas a reivindicativas na universidade. Mas, em 1966, começam a se organizar manifestações de caráter mais político, com a palavra de ordem “abaixo a ditadura”. Foi a gestão do José Luiz Guedes que puxou muito essa mobilização. Então, o político/reivindicativo começou a se juntar numa enorme velocidade. Podemos dizer que a luta contra a cobrança das anuidades pode ser considerada uma questão reivindicativa. Mas era tão pequena, que era quase uma reivindicação secundária. Se ela não tivesse um caráter político, ela não teria acontecido. Pelo valor que se estava cobrando, nunca teria havido mobilização nenhuma. Então, a questão reivindicativa, entre aspas, contra a anuidade se transformou numa questão política, relativa à política da universidade, a política da ditadura para a universidade. Havia ameaça de privatização, de “tecnificação” do ensino, no sentido de se eliminar as disciplinas chamadas políticas, como a sociologia. As faculdades estavam sendo esvaziadas. A pretensão era mais concentrada na chamada formação dos técnicos, o que seria quase que um tecnólogo. A formação era mais acelerada, porém de nível superior, e mais curta, de três anos, chamada Engenharia de Operações. A ideia era formar um engenheiro, capaz de utilizar as técnicas da engenharia, mas incapaz de produzir técnicas. Ele seria um aplicador de conhecimento. Por isso, os cursos seriam mais curtos, mais dirigidos à aplicação de tecnologia. Isso era a estratégia do MEC-USAID. Pela análise que eles faziam da demanda de desenvolvimento, da estratégia para o desenvolvimento, achavam que não precisavam de tantos universitários de nível superior. Ou seja, tanta gente capaz de fazer pesquisa, elaborar tecnologia, etc., mas mais gente capaz de aplicá-las. Então, havia essa ideia de concentrar esses cursos nessa área e esvaziar os cursos na área, chamemos assim, “acadêmica convencional”, porque achavam que tínhamos no país muitos advogados, bacharéis. Essas eram as áreas chamadas políticas: a filosofia e o direito, que eram as faculdades onde existia, inclusive, mais movimento político pré-1964 e no imediato pós-1964.

O XXIX Congresso da UNE, realizado na cidade de Valinhos (SP), em agosto de 1967, também de forma clandestina, apresentou dois candidatos, Daniel Aarão Reis, da Dissidência Guanabara e Luís Travassos da AP, tendo sido eleito o segundo, com uma diferença de sete votos, para Presidente da organização e, assim, procurou dar continuidade à mobilização já anteriormente iniciada. Porém, mais do que antes, naquele congresso ficava evidente que no interior da UNE havia não apenas uma grande disputa pelo controle

da entidade, mas também estavam colocados os desafios de renovação das posições políticas de esquerda. A perspectiva política que continua no domínio da UNE naquele congresso é a da AP, organização de formação no humanismo cristão e que se aproximava do maoísmo a partir daquele ano. No interior da entidade havia também um crescente vazio deixado pelo PCB que perdia cada vez mais espaço para suas Dissidências<sup>99</sup> e não conseguia tomar o espaço da AP.

O Congresso debateu e apontou algumas das falhas no pensamento da esquerda brasileira sobre a interpretação do golpe de 1964, levando em consideração que não se poderia considerar que o estudante fosse revolucionário por definição, tomando a vanguarda das lutas políticas e submetendo a si operários e camponeses. É de se considerar que o posicionamento em prol da luta armada cada vez mais ganhava espaço no meio estudantil, em oposição à luta pacífica proposta pelo Comitê Central do PCB<sup>100</sup>. Havia sim, uma disputa entre as influências foquistas-cubanas e maoístas em oposição à concordância com o modelo soviético. Ademais desses debates ideológicos que se davam no plano mais geral da esquerda, na UNE os estudantes percebiam que haviam certas limitações (“pequeno-burguesas”), que faziam com que as lideranças estudantis se distanciassem de suas bases, ignorando os principais problemas estudantis. A sobrevivência do movimento estudantil se daria devido à “inabilidade da ditadura, que reprimindo violentamente as manifestações estudantis, conservava o elo de ligação (sic) entre as nossas cúpulas e a base”.

Nesse sentido, se pressupunha que esse congresso marcaria a criação de uma nova tática do movimento estudantil, voltando-se para si, para as aspirações particulares dos estudantes; através das lutas reivindicativas específicas dos estudantes: “É a partir das lutas reivindicatórias específicas, que poderemos atingir um grau de organização e politização

---

<sup>99</sup> Vladimir Palmeira, entrevistado em 12/09/2005, por Ana Paula Goulart e Angélica Muller para o projeto Memória do Movimento Estudantil.

<sup>100</sup> A principal crítica que está sendo elaborada nesse momento, tem como plano de fundo, o VI Congresso do PCB, que deliberou pela não participação daqueles membros que tinham o posicionamento político pela luta armada, opção que cada vez mais tinha adeptos dentro do partido, sobretudo após a participação de alguns de seus membros na Tricontinental (1967), o que os fez aproximar mais do foquismo cubano, como no caso de Carlos Marighella. Desse Congresso aconteceram vários “rachas” no PCB, os quais formaram as “Correntes” que faziam oposição interna, por discordarem quanto aos métodos de ação revolucionária, sobretudo em termos da “luta armada”. Em Rio e São Paulo, onde estava concentrada a maioria dos militantes do PCB, essas dissidências foram mais graves e afetaram também o movimento estudantil. No Rio, formou-se a Dissidência Guanabara (DI-GB,) que em 1967 contava com Vladimir Palmeira, Presidente da União Metropolitana de Estudantes – RJ (UMES) como líder. Em São Paulo, Marighella formou o Agrupamento Comunista, que contou com José Dirceu, Presidente da UEE, como liderança estudantil.



necessários para que o ME assuma em determinadas ocasiões, atitudes revolucionárias”. Com essa alteração na perspectiva política, se poderia perceber que a luta reivindicativa não estaria isolada de significação política, o que possivelmente poderia proporcionar apoio ao movimento estudantil e para a formação de “autênticos líderes estudantis”. Esse congresso poderia ser visto em torno de três momentos: (i) uma reunião de cúpula ou “congresso fechado”, com a participação de mais de 400 delegados, procurando estabelecer novas diretrizes e posições políticas; (ii) discussões políticas nas bases, com referência à Carta Política da UNE e que estaria centralizada no debate para vislumbrar novos rumos do movimento, mas que também enfrentou a necessidade de inverter a ordem entre as reuniões de cúpula e de base; e por fim, (iii) o encerramento público com a realização de um ato público<sup>101</sup>.

Para alguns estudantes, o ato parece ter repercutido negativamente, porque, por um lado, alguns estudantes se sentiram “massa de pancada” (massa de manobra) dos grupos majoritários, enquanto que a população o viu como um “ato de baderna”, com pouca participação dos estudantes. No entanto, o Congresso parece ter colocado em evidência que a aprovação para uma nova perspectiva do movimento estudantil não seria o bastante. Seriam necessários muitos esforços para alcançar maior participação dos estudantes nas entidades representativas, não desvinculando os problemas estudantis de uma posição política, o que tornaria as novas diretrizes da UNE um teste para si mesma. Ao se problematizar a *distância entre a direção e a base* da entidade estudantil e a *prática diária* de

---

<sup>101</sup> A manifestação foi noticiada da seguinte forma: “A União Nacional dos Estudantes realizou uma manifestação na praça da Sé, no fim da tarde de ontem, e diz que com ela encerrou seu congresso. Junto à estátua de Anchieta, cerca de 200 estudantes agruparam-se por quinze minutos para ouvir alguns líderes estudantis, entre os quais o presidente da UNE, Luís Travassos, que é procurado pela Polícia. O Congresso da UNE, entidade extinta pelo governo, fora declarado ilegal, e foi realizado em duas etapas, a primeira das quais clandestinamente, num convento de Vinhedo, no fim de julho, e a segunda, semi-clandestinamente, em reuniões nas escolas e residências particulares. Por duas vezes a Polícia relaxou a prontidão, pois esperava o encerramento público - divulgado antecipadamente pela UNE - para os dias 2, 3 e 4, o que só aconteceu ontem, na praça da Sé. Nos últimos dias a Polícia voltou ao regime e de prontidão. Em quinze minutos de manifestação, falaram três oradores. Diversos cartazes coloridos, tinham dizeres contra o governo "a ditadura" e "o imperialismo". Durante todo o tempo os estudantes fritavam em coro frases como "o povo organizado derruba a ditadura", "fora ianques" e "abaixo a ditadura". Às seis e meia, o presidente da UNE, Luís Travassos, subiu num banco de pedra da praça e falou durante cinco minutos. Disse que o 29º Congresso da UNE se realizou com inteiro sucesso, que a UNE é contra "a ditadura imperialista" que o "imperialismo não está lá fora, está aqui dentro mesmo, representado pela ditadura militar". Travassos acabou por firmar que o povo deve se organizar "para que em conjunto possamos deflagrar uma ação que derrube a ditadura" (Folha de São Paulo, 11 de agosto de 1967).

mobilização estudantil, se afastaria a falsa possibilidade de considerar o movimento estudantil como vanguarda política:

Na medida em que continuar a distância entre cúpulas e bases, causada e agravada por uma política histórica de antitudo, estar-se-á concorrendo para o enfraquecimento do nosso movimento. Assim como a tentativa de fazer do movimento estudantil o estopim da revolução brasileira tornou-se fechado dentro de si mesmo e distante da realidade, a volta a si mesmo, isto é, a luta por problemas específicos se bem conduzida poderá fazer do movimento estudantil um importante auxiliar da luta dos oprimidos contra os opressores<sup>102</sup>.

Como é visível, a própria perspectiva de ampliação da organização dos estudantes parece enfrentar um dos seus maiores problemas e que não traria expectativas tão positivas para o futuro. Em suma, a UNE enfrentava alguns dilemas: cisão sobre a perspectiva de ação entre a *luta pacífica e a luta armada*, dificuldade de *mobilização* da maioria dos estudantes, conseguir estabelecer uma *posição política coerente* e contrária à ditadura mas que não fosse completamente vanguardista.

Assim, o caso da morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto, em 28 de março de 1968, um dos primeiros estudantes vítima da repressão policial, no Restaurante do Calabouço, no campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não pode ser compreendido se não se levar em consideração que o movimento estudantil procurava efetuar uma organização cada vez mais forte no interior das universidades. Os estudantes promoviam manifestações quase diárias naqueles dias que antecederam o fato, organizada pela Força Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) que debatiam questões cotidianas<sup>103</sup>, como a derrubada do prédio do antigo restaurante, sua transferência para uma área improvisada, juntamente com o aumento dos valores das refeições, foram motivos que fizeram os estudantes organizarem uma assembleia para deliberar uma passeata para o dia 28 de março:

Os policiais militares invadiram o local e começaram a atirar nos estudantes, que estavam armados apenas com paus e pedras. Edson segurava uma bandeja quando começou a correria e foi atingido por um tiro no peito, disparado no res-

---

<sup>102</sup> Vanguarda, nº 3, junho, 1967: 13.

<sup>103</sup> Mas que não estavam desencadeadas da conjuntura política ditatorial assim como já havia sido referido como estratégia de alteração do próprio movimento estudantil no XXIXº Congresso da UNE, através da ênfase na luta reivindicativa estudantil.

taurante lotado. A bala varou o coração e alojou-se na espinha, provocando morte imediata<sup>104</sup>.

Em matéria da Folha de São Paulo, em 29 de março de 1968, a imprensa apresentava os fatos ressaltando a violência policial cometida:

Um choque da polícia militar [...] invadiu ontem [o galpão] em que foi instalado o antigo restaurante do Calabouço onde se realizava uma assembleia estudantil e após entrar em luta com os estudantes e praticar depredações, fez disparos de metralhadora matando Edson Luiz Souto, de 16 anos de Belém do Pará, aluno do [...] Instituto Cooperativa de Ensino e Benedito Frazão Dutra, de 20 anos. Frazão, com um tiro no peito, foi socorrido [...] e está em estado de coma. O corpo do primeiro estudante foi conduzido para a Assembleia Legislativa; esta logo depois foi cercada por soldados da PM e investigadores do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que deixavam entrar parlamentares e estudantes, mas não deixavam ninguém sair. Vários oradores fizeram o uso da palavra e abriram o plenário para uma “sessão popular” [...] para impedir uma invasão policial. A invasão do restaurante estudantil verificou-se quando os estudantes estavam reunidos para acertar pormenores de uma passeata que se realizaria hoje, de protesto contra a demora do governo estadual em construir o restaurante que substituiria o antigo Calabouço, derrubado para construção de um trevo rodoviário. [...] Soldados da PM invadiram o recinto e entraram em luta corporal com os estudantes. [...] A camisa ensanguentada do estudante [Edson] Luiz Souto foi agitada como bandeira utilizada para angariar fundos com os quais serão realizados os funerais do jovem<sup>105</sup>.

Considerado como o motivo inicial para o recrudescimento das relações entre a Ditadura Militar e a sociedade civil (Valle, 2007), o caso do estudante Edson Luiz seguramente fortaleceu a percepção de que esse não era apenas um caso isolado, ou mesmo uma simples relação de resistência contra o governo ditatorial. No dia seguinte, o enterro de Edson Luiz reuniu mais de 50.000 pessoas no Rio e também marcou a reconquista da sede da UNE, perdida em 1964, o que levou o Presidente Costa e Silva declarar que os acontecimentos não se referiam diretamente a ele, mas ao Governo da Guanabara. Em Brasília, estudantes também se manifestaram, criando um incidente com a polícia, onde João Ferraz Lima, de 25 anos, estudante e bancário, recebeu um tiro no peito quando protestava com mais 3.000 colegas, conseguindo ser operado após o ocorrido. Essa foi uma manifestação com conflitos entre a Polícia Militar e os estudantes, resultando em 70 estudantes presos, na depredação da fachada do *United States Information Service* (USIS) e da casa Thomas Jefferson, no incêndio do palanque em que se comemoraria o aniversário do gol-

---

<sup>104</sup> Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. P. 113.

<sup>105</sup> Folha de São Paulo, 29/03/1968, p. 14.

pe, na depredação de um ônibus e no ferimento de várias pessoas. Em São Paulo, de forma mais branda, um ato público reuniu mais de 500 pessoas em frente ao Theatro Municipal e as universidades declararam luto e greve<sup>106</sup>.

Há de se considerar uma concatenação de questões que se colocam entre a mobilização estudantil, a ação policial e a morte do estudante que complexificam a relação entre a estrutura econômica política e a conjuntura governamental, dentre elas, a principal seria a resistência ao imperialismo norte-americano, constantemente entendido pelos estudantes como gerador da violência policial. O resultado, em âmbito nacional, foi a intensificação da resistência dos estudantes contra o Governo Militar. Isso parece estar bastante claro na carta-manifesto da UNE contra a morte do estudante Edson Luiz, que culpava o militarismo norte-americano por sua morte:

Um estudante foi assassinado covardemente ao lutar por suas reivindicações. Muitos outros estão feridos. O povo, solidarizando-se com a causa defendida, permanece unido, dando continuidade à nossa luta. Que luta? A luta contra a ditadura fascista, representante interna do imperialismo americano, agressor dos povos, que está sendo derrotado no Vietnã. A luta contra o arrocho, contra a Universidade das elites econômicas, contra a exploração dos camponeses. A responsabilidade maior pelo acontecido não cabe àqueles soldados que foram levados pela pregação fascista dos quartéis. A responsabilidade cabe à camarilha de gorilas que hoje dirige o país representada aqui na Guanabara por esse Governador. Todos eles são manipulados por Washington. Respondamos à violência com a violência. Não com a violência policial da ditadura assassina, mas com a violência revolucionária do povo. Devemos lutar para que o enterro do nosso companheiro seja um marco no início da derrubada militar-entreguista, pelo poder popular (ss.).

O caso de violência e morte mobilizou diversos setores sociais, especialmente de trabalhadores e de alguns sindicatos, como dos bancários, no sentido de apoio aos estudantes contrariamente aos abusos policiais. Por outro lado, os estudantes afirmavam que os trabalhadores que quisessem se mobilizar, estariam sendo "travados por líderes sindicais falsos e patronais, a despeito que os enganem com falsas pregações operárias". O sindicato dos bancários afirmava que a ditadura não era apenas inimiga dos estudantes, mas do povo brasileiro, submetendo-o à vontade de uma minoria que se beneficiava com o arrocho salarial, submete o país à dominação norte-americana, fecha o ensino ao povo. Por isso, em grande medida, a capacidade de mobilização dos estudantes deveria ser maior do que no

---

<sup>106</sup> Grêmio Informa, Edição Extra, 1 abril 1968, p. 2.

passado, estabelecendo “frentes de trabalho”, ou seja, grupos coordenados que poderiam traçar o planejamento político e prático das manifestações, como as palavras de ordem, o percurso e estabelecer contatos com os grupos que se pretendia atingir, a classe média e os trabalhadores (ss.). Em contrapartida, o Ministro do Exército, Lyra Tavares, em comunicado, afirmava que o movimento de agitação popular seria “de orientação nitidamente comunista, aproveitando e explorando o estado emocional da classe estudantil, legitimamente compungida com a lamentável e trágica morte ocorrida”, devendo então as forças armadas tomar as providências para manter a ordem e a lei<sup>107</sup>.

A sequência de mobilização teria se expandido para várias cidades no mês de abril. No dia 01, chamado de Dia Nacional de Protesto, as manifestações foram proibidas pelo governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima, o que não impediu que estudantes, artistas, intelectuais, parlamentares e populares mostrassem, nas ruas do Rio, o repúdio ao “aniversariante” Golpe de 1964 e à morte de Edson Luiz, gerando novos contatos entre policiais e estudantes, que causariam a morte de do operário Jorge Aprígio de Paula e do portuário Davi de Souza Neiva. Em Goiânia, onde a manifestação havia sido permitida pelo governador, estudantes que faziam uma passeata foram atacados pela Polícia, mas defenderam-se com pauladas e pedradas. Nessa manifestação, a polícia detectou a presença do líder estudantil Euler Ivo Vieira, porém, devido à semelhança física, atingiram o estudante-trabalhador Ornalino Cândido da Silva com um tiro na cabeça<sup>108</sup>. No Distrito Federal, a Universidade de Brasília (UNB) havia sido invadida pela Polícia Federal, que proibiu as manifestações dos estudantes dentro dos campus. Em São Paulo, sem repressão policial, uma passeata com mais de 12.000 pessoas distribuiu panfletos e realizou um comício denunciando a ditadura e propondo uma Frente Ampla contra o imperialismo americano. Já em Belo Horizonte, policiais e estudantes entraram em conflito, ainda que os estudantes utilizassem métodos de concentrações e dispersões para confundir a polícia,

---

<sup>107</sup> Folha de São Paulo, 01 de abril de 1968, p. 1.

<sup>108</sup> Em notícia do jornal *Social* de 02 de abril, constava que “armados com fuzis, metralhadoras, bombas, cassetetes e revólveres, os militares cometeram toda sorte de violências, culminando com o fuzilamento de um transeunte, que, alheio ao Movimento Estudantil, postava-se nas imediações do Mercado Central, quando foi mortalmente atingido por um sargento (...) que, deliberadamente, sacou seu revólver, apontou para o jovem desconhecido e acionou o gatilho, julgando, talvez, tratar-se do líder estudantil Euler Vieira, dada a semelhança física entre o desconhecido e o estudante” (Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985, p. 116).

resultando novamente em carros policiais incendiados, num policial ferido e mais três estudantes baleados e outras dezenas de feridos<sup>109</sup>.

No dia seguinte, novos protestos apresentaram conflitos entre a polícia e os estudantes. Estudantes foram atacados pela PM na catedral de Goiânia quando falavam com o arcebispo para uma missa de 7º Dia para Edson Luís, entre eles, dois estudantes foram feridos. Em Porto Alegre, a presença do Presidente da República Costa e Silva para receber um título *Honoris Causa* foi marcada por manifestações de rua, comícios relâmpagos, explosão de bombas *molotov* e viaturas incendiadas, além de faixas de saudação ao Presidente. Em seu discurso, o presidente ressaltava que "nenhum movimento se registra em nossa pátria em que a juventude o impulse. E a mocidade de hoje é uma geração de transformações vertiginosas e parte para a conquista de um Brasil que, para atingir o desenvolvimento desejado, explode em suas estruturas tradicionais". Outras capitais também haviam registrado protestos, como em Salvador, onde mais de 1000 estudantes foram às ruas, mas sem incidentes, sendo que um estudante havia sido ferido em uma festa no interior da Bahia; em Recife, houve também uma passeata popular conduzida pelos estudantes que não consegue ser barrada pelos soldados; assim como em Belo Horizonte, onde novos confrontos e faculdades ficaram cercadas pela polícia<sup>110</sup>.

A suspensão das greves estudantis, em São Paulo, marcou o terceiro dia de abril, enquanto que, no enterro de Edson Luís, no Rio, policiais dispararam contra populares que assistiam à missa de 7º Dia, sendo que, em seguida, populares e jornalistas foram atacados pela polícia, o que resultou na suspensão das atividades da Rádio Jornal do Brasil. Novas passeatas foram marcadas em São Paulo, em 05 de abril, contando com aproximadamente 6.000 estudantes, e também em Santo André, com a participação de operários e estudantes, resultando na prisão de dez pessoas. Por sua vez, em Belo Horizonte, estudantes foram impedidos de entrar nas faculdades e, ao serem perseguidos por policiais, ocuparam a Assembleia Legislativa para se refugiar; já no Recife, a tropa de choque invadia a Faculdade de Filosofia, espancando estudantes e professores. No dia 08, uma passeata em Osasco-SP levava às ruas 1000 operários e estudantes, encadeando mais protestos no dia

---

<sup>109</sup> Também em outras capitais, como Fortaleza, Maranhão, Florianópolis, Curitiba, João Pessoa e em cidades do interior de São Paulo, foram registrados protestos de estudantes, em sua maioria, sem conflitos.

<sup>110</sup> Em outras capitais, como João Pessoa, São Luiz, Florianópolis, Curitiba e Natal não houve repressão.

seguinte conta a prisão de estudantes e jornalistas. Finalmente, no dia 10, estudantes de todo o Brasil declaravam greve nacional caso não houvesse a libertação dos estudantes presos<sup>111</sup>.

Através desse conjunto de fatos se pode perceber que estariam se fortalecendo a oposição estudantil à Ditadura Militar, porém, segundo o Presidente da UNE, Vladimir Palmeira, “os estudantes não acreditam que seus protestos [...] possam abalar o poder implantado no país [...], mas pretendem continuar suas manifestações para diminuir a penetração do imperialismo no país, principalmente no setor educacional”. Ainda, enfatizava que a derrubada do regime militar somente poderia ser realizada com a participação das “classes populares” e que o papel dos estudantes é “mínimo, pois os estudantes não têm peso social suficiente para um movimento de tal envergadura”. A pretensão dos estudantes seria então a de voltar a mobilizar as bases, através de assembleias, sem perder o foco de suas reivindicações, ou seja, a revogação dos acordos MEC/USAID, tendo em vista que o que estaria em jogo era uma “política econômica que preconiza[va] a subserviência ao estrangeiro”. Portanto, numa orientação claramente anti-imperialista, a UNE recusava as alterações que preconizavam uma mudança no modelo produtivo a ser seguido pelas universidades, com base num ensino mais técnico, operacional e almejando alguma lucratividade, sem oferecer acesso aos setores sociais menos privilegiados. A luta política gerada no último período enfatizaria a combatividade estudantil contra a ditadura e o imperialismo, acirrada pela violência policial.

Claramente, após o recrudescimento da violência policial, os setores estudantis começavam a construção de aproximações com a classe operária e, no *1º de maio* da capital paulista, estudantes estiveram presentes na Praça da Sé, chamados pela UNE, para compor o ato com os trabalhadores. Porém, o debate de base estudantil visualizava que o movimento operário, com exceção de Osasco, mas possivelmente em sua maioria, estaria cooptado por direções “pelegas” e que não levariam à frente uma greve contra o “arrocho salarial”. No entanto, o apoio dos estudantes seria fundamental para “levar uma posição de apoio aos trabalhadores e de denúncia da ditadura”, como afirmava o vice-presidente da UNE, Luis Raúl. Para o então presidente da UEE-SP, José Dirceu, a presença dos estudantes no ato dos trabalhadores teria que levar em consideração que “todo mundo vá

---

<sup>111</sup> Grêmio Informa, nº 2, 15 abril 1968, p. 5.

sabendo o que está fazendo, compreendendo a posição política que o movimento universitário está levando [...]. É necessário saber o que significa o Movimento Inter-Sindical Anti-Arrocho, a Lei de Greve, a Lei de Segurança que foram feitas para reprimir os operários, e qual é o papel que o movimento universitário pode desempenhar na luta contra o governo”. Os estudantes da UEE-SP compreendiam, portanto, que “o movimento universitário apenas poderá constituir-se em força auxiliar no processo de transformação da sociedade”<sup>112</sup>, exigindo maior conscientização política e organização por parte da base estudantil.

No que diz respeito aos episódios marcantes de conflitos entre policiais e estudantes, a Sexta-Feira Sangrenta foi um outro marco. Organizada para o dia 21 de junho no Rio, os protestos se concentraram em frente ao prédio do MEC e da Embaixada dos Estados Unidos, quando depois, os manifestantes foram dispersados por bombas de gás lacrimogêneo e muitos deles foram cercados por agentes do DOPS, da Polícia Federal e da PM, atirando sobre os manifestantes<sup>113</sup>. Naquele dia, foram registradas duas mortes de estudantes: Maria Ângela Ribeiro, que foi ferida com um tiro no rosto e morreu ao ser levada para o quartel da PM; e Manuel Rodrigues Ferreira, ferido por duas balas na cabeça; além disso, o comerciário Fernando Silva Lembo também baleado na cabeça naquele dia, morreu após dez dias em coma<sup>114</sup>. Além dos estudantes, um policial foi morto a tijoladas, tendo sido acusado o presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME-RJ) e membro da sidência Guanabara (DI-GB), Vladimir Palmeira, por esse ato. Juntamente com as duas mortes, mais 800 pessoas foram detidas, e sua maioria enquadrada no ferimento da Lei de Segurança Nacional<sup>115</sup>. No entanto, muitas das lideranças estudantis locais se defrontavam

---

<sup>112</sup> Grêmio Informa, nº 3, 1 maio 1968, p. 4.

<sup>113</sup> Sobre esse episódio, a matéria do Jornal do Brasil de 22 de junho de 1968, enfatizava a violência gerada pela polícia: “A normalidade do meio dia (...) durou pouco: grupos de estudantes surgiram da Praça Tiradentes com destino à Praça 15; as lojas e os bancos cerraram suas portas; as janelas dos edificios ficaram apinhadas de curiosos e a PM chegou e foi recebida com vaias. Agentes do DOPS, de dentro de uma caminhoneta, jogavam bombas de gás lacrimogêneo e atiravam para cima, a fim de dispersar os manifestantes. Calavarianos da PM surgiram pelo Largo da Carioca. O primeiro choque entre policiais e estudantes ocorreu na esquina da Avenida Rio Branco com Rua 7 de Setembro. Barricadas foram erguidas em diversos pontos do centro da cidade e os estudantes tinham seu QG no prédio nº 90 da Rua São José. Às 15h30m, um estudante caiu com um furo na testa. A PM, que a princípio usava tiros de festim, passou a dar tiros reais. Muitas pessoas ficaram feridas, e os edificios bancários eram os mais visados”.

<sup>114</sup> Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985: 116-7.

<sup>115</sup> Folha de São Paulo, 22 de junho de 1968, p. 7.



com as teses da “violência revolucionária”, da qual as próprias vanguardas partiriam para a ação, em oposição à “violência de massas”, entendida como uma violência gerada em caráter de defesa (Valle, 2007: 112). As duas teses procuravam expor quais os limites da ação revolucionária estudantil e a capacidade de mobilização de setores populares para o combate direto com o governo. Porém, o que fica evidente é que a repressão policial tinha como base a consideração de que a manifestação foi organizada por elementos da “linha chinesa”, que pretendia atingir seus objetivos comunistas por “meios violentos”, sendo necessário o combate com policiais “treinados em guerrilhas”.

Tão logo a truculência policial começava a ser uma marca presente para reprimir o manifesto dos estudantes, outros setores da sociedade acabavam por apoiar essas mobilizações, sendo que o Rio e São Paulo foram os locais onde o protesto dos estudantes seguiu mais forte. A Passeata dos Cem Mil, de 26 de junho no Rio, levou às ruas não apenas estudantes, mas intelectuais, artistas, professores, jornalistas, populares, setores da Igreja Católica, entre outros, exigindo a libertação dos presos políticos e contrários às repressões policiais. Considerada de cunho pacífico, a passeata não registrou conflitos com a polícia. Porém, ela foi essencial para um maior “racha” na esquerda, entre aqueles que consideravam que a luta deveria ser dada pelas armas e aqueles que consideravam que a luta deveria ser organizada, não apenas separando “aparentemente” setores considerados “revolucionários” e “reformistas”<sup>116</sup> (Valle, 2007: 126), mas sim, observando que por trás da manifestação, o PCBR, a DI-GB e a AP disputavam cada vez mais o controle da situação (Gorender, 1987). Vladimir Palmeira<sup>117</sup>, em seu discurso a favor do uso da violência pelos manifestantes, afirmava:

---

<sup>116</sup> Apesar dessa distinção entre revolucionários e reformistas ter seu sentido, é necessário diferenciar as correntes políticas que compõem o que a autora chamou de “revolucionários”, que se aproximam do maoísmo e do foquismo. Palmeira, um dos líderes a discursar, se aproximava da Dissidência Guanabara (DI-GB), que também rompia com a lógica pacifista do PCB. Em entrevista para o *Memória do Movimento Estudantil* ([www.mme.org.br](http://www.mme.org.br) [14 de julho de 2013]), Palmeira afirmou: “Eu não era nada; era independente. Mas o povo dizia que eu era ligado à AP (Ação Popular), porque o Partidão era pela via pacífica e, desde o início, eu optei pela luta armada, que considerava que a lógica obrigava a direita a agir pela força. Eu achei que nunca iriam entregar os seus privilégios. Então, logo que passei para a esquerda, passei para uma esquerda radical, guardadas as devidas proporções, porque defendia a violência do povo. Eu sempre fui marxista, coisa que vai me acompanhar até hoje. Ao contrário do pessoal depois que fazia luta armada, assaltando banco, achando que baixava um fogo guerrilheiro. Eu nunca fui foquista, que foi uma coisa que, depois, houve muito no Brasil”.

<sup>117</sup> A imprensa deu destaque novamente a Vladimir Palmeira, elegendo-o como o líder estudantil que, segundo a Folha de São Paulo, “transformou todos os discursos (...) em verdadeiras explicações de estilo didático”.

Todos nós somos a favor da violência quando ela é aplicada para fins maiores. No momento, ninguém deve usar a força contra a polícia, pois a violência é própria das autoridades, que tentam por todos os meios calar a voz do povo. Somos a favor da violência quando através de um processo longo, chegar a hora de pegar nas armas. Ai nem a polícia, nem qualquer outra força repressiva da ditadura, poderá deter o avanço do povo<sup>118</sup>.

Se a estratégia do governo era o uso da força policial, as lideranças do movimento também argumentavam que a violência também poderia ser usada pelo povo. Essa é praticamente a temática que polariza a discussão, e acaba por deixar de lado, a “mobilização reivindicativa” que agora era inevitavelmente política. É de se atentar que no meio estudantil, grande parte dos jornais procuram dar maior consistência à questão da Reforma Universitária. Na grande mídia, a cobertura dos fatos relativos à violência e as passeatas estudantis deixa mais claro que a preocupação iminentemente política era ameaçadora ao regime e novamente trazia o aspecto, já recusado pelos estudantes, de que o movimento estudantil era a vanguarda política que pretendia a derrubada do governo.

Como era evidente que as mobilizações estavam sendo organizadas por grupos de esquerda, a atenção dos militares foi cada vez mais despertada por tentar combatê-los, sobretudo nos espaços interiores às universidades ou de intenso contato de estudantes de diversas partes do país e com enfoque sobre as principais lideranças do movimento. Os ocorridos da Rua Maria Antônia, em São Paulo, em muito contribuíram para esse acirramento de posições. O conflito ocorreu entre estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e da Filosofia da USP (Filo-USP), no dia 03 de outubro. Iniciada no dia anterior, estudantes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) faziam um “pedágio” na rua Maria Antônia para angariar fundos para o XXXº Congresso da UNE e foram surpreendidos pelos estudantes do Mackenzie que, no interior do prédio de sua faculdade, atiraram várias pedras e ácido que feriram os estudantes da USP, que contra-atacaram com paus, pedras e molotovs, estendendo o conflito por mais de quatro horas. Logo após, guardas civis entraram no Mackenzie e tentaram conter o CCC, mas estudantes da USP, liderados por José Dirceu, entram no Mackenzie e escrevem nas paredes “fascistas” e “abaixo o CCC”. No dia

---

<sup>118</sup> Folha de São Paulo, 27 de junho de 1968, p. 3.

seguinte, começou um tiroteio e a Filo-USP ficou praticamente destruída, incendiada pelas bombas que eram atiradas do Mackenzie. Um estudante, José Guimarães, de 19 anos, que cursava o 2º ano na Filo-USP foi morto com um tiro que proveio do prédio do Mackenzie<sup>119</sup>. O assassino foi identificado como Osnoi Ricardo, delator policial e estudante ligado ao CCC<sup>120</sup>. Após a morte, os estudantes da USP iniciaram um protesto percorrendo o centro de São Paulo e tendo à frente José Dirceu. O conflito resultou na prisão de 35 estudantes e de 6 jornalistas. José Dirceu, presidente da UEE-SP e membro do Agrupamento Comunista (AC)<sup>121</sup> comentou os ocorridos:

Todo movimento implica em uma parte política e outra militar (...) Até [há] algum tempo, esse pessoal tentava dominar a universidade pela política. Mas não teve êxito, fracassou fragorosamente. Diante disso, resolveu partir para o esquema militar, tentando retomar a liderança pela violência, Mas nós também temos um esquema político-militar organizado. E não vamos permitir que esses caras atuem militarmente contra nós. Vamos destruí-los antes disso. Em hipótese alguma, permitiremos que repitam o movimento integralista, organizando milícias e se impondo pela força.

Notadamente, o conflito “forjado para justificar a ocupação no centro universitário da USP”<sup>122</sup> enfraqueceu o movimento através da redução de sua atividade política, resultando na perda de força, na diminuição dos participantes e na diluição das passeatas pela polícia (Gorender, 1985) e mesmo aprofundando os rachas internos. A UNE se organizou em Salvador para decidir onde seria o próximo congresso e, naquele momento, a cisão no interior do movimento ficou mais evidente. As lideranças da AP queriam que o Congresso fosse realizado em Minas Gerais, onde a AP era mais forte e poderia facilmente

---

<sup>119</sup> Última Hora, 04 de outubro de 1968, p. 4; Folha de São Paulo, 04 de outubro de 1968, p. 10.

<sup>120</sup> Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. P. 118.

<sup>121</sup> O Agrupamento Comunista teve origem a partir das divergências de Carlos Marighella com o Comitê Central do PCB. Por ocasião da renúncia de Jango, Marighella escreve críticas ao PCB sobre sua postura perante o episódio, que depois serão aprofundadas ao despreparo do PCB perante o Golpe. Em 64 escreve *Porque resisti à prisão* e, mais tarde, *A crise brasileira*, uma contribuição que se contrapunha ao projeto eleitoral do PCB e suas alianças com a burguesia, destacando a necessidade do trabalho de base, da luta armada e das possibilidades de criação de um governo revolucionário. Em 1967 viaja para Cuba no encontro da 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS ou Tricontinental) e escreve *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*, quando é expulso do PCB e leva consigo parte das bases estudantis. Em 1968, escreve *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, expondo os motivos de ruptura com o PCB e formando o Agrupamento. Num momento seguinte, a AC entrou para a ALN de Carlos Marighella – organização que tinha como objetivo resgatar a Aliança Nacional Libertadora, de 1937, da qual Luís Carlos Prestes liderou, para então construir um movimento de guerrilha no interior do Brasil.

<sup>122</sup> Depoimento de José Dirceu em Blog do Zé Dirceu, [http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2855&Itemid=106](http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2855&Itemid=106) [20 de julho de 2013].

ganhar as eleições; mas, por outro lado, em São Paulo, a UEE estava dividida entre o grupo de José Dirceu, a AC, e o de Catarina Meloni, a AP, sendo que o resultado favoreceu o grupo de Dirceu, conforme comenta Jean Marc:

Então, o racha da UEE de São Paulo fez com que a AP puxasse o congresso para Minas, mas acabou sendo decidido, com a diferença de um voto, no conselho de Salvador, que o congresso seria organizado em São Paulo. Mais uma vez a diferença foi de um voto, contra a posição da AP. Foi um golpe horroroso na AP, culpa, na verdade, de uma falha na mobilização. A AP tinha maioria no conselho. Se tivesse levado todos os DCEs e UEEs que tinha no Brasil, ela teria dominado esse conselho facilmente. Mas ela não conseguiu se mobilizar bem. A maioria a favor do José Dirceu era uma maioria eventual. Não exprimia a realidade do movimento estudantil nacional. E a AP nunca engoliu isso. Então, ela denunciou o resultado, apavorou-se com a ideia de o controle do congresso cair na mão do Dirceu, porque eles achavam que o Dirceu iria boicotar a participação da gente e que a gente iria acabar perdendo o congresso. Então, começou a batalha sobre quem organiza, quem controla a organização do congresso da UNE. O Travassos, o Luiz Raul e os outros da diretoria da AP denunciaram o conselho de Salvador, chamaram um novo conselho em São Carlos, São Paulo, para corrigir o conselho anterior. Só que o resto da diretoria não concordou com isso. Mesmo não tendo a presidência, alegou ser maioria na diretoria. E, assim, eles não reconheceram o conselho de São Carlos. A presidência do Travassos reconheceu. Então, foi armado o racha da UNE. A UNE racharia (como, aliás, todas as uniões nacionais de estudantes da América Latina, naquele ano, racharam entre as correntes mais na linha Partidão, mais pró-soviéticas, e correntes mais radicalizadas, ou guevaristas, ou maoístas etc.). Foi praticamente inscrita essa possibilidade.<sup>123</sup>

O agravamento da situação foi seguido depois que a AP tentou realizar, em 20 de agosto, um conselho em Brasília, cujo resultado foi a desestruturação e a prisão de outros estudantes, entre eles, Honestino Guimarães, resultando numa perda de força por parte da AP para contestar o evento que seria realizado em São Paulo: “A primeira prisão do Honestino e a invasão da UnB dispersaram o Conselho, e a diretoria (...) perdeu fôlego para tentar questionar o congresso que efetivamente a UEE do José Dirceu estava montando em São Paulo. Nós, derrotados politicamente, tivemos que entrar “no jogo” do congresso de São Paulo”. Antes do Congresso, a AP também produziu um panfleto “denunciando a forma como o congresso estava sendo realizado” e propondo a realização de um encontro no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP)<sup>124</sup>, espaço onde

---

<sup>123</sup> Projeto Memória do Movimento Estudantil, Entrevista a Jean Marc von der Weid, realizada por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart em 07/10/2004.

<sup>124</sup> Segundo Ronald Rocha, militante do PC do B, apontava que a posição do PC do B se diferenciava da posição da diretoria da UNE quanto à realização do XXXº Congresso na clandestinidade: “No segundo

estariam alojados os participantes vindos de outros estados. A crescente desestruturação da liderança da AP, bem como o ganho político da DI-GB e do AC configurariam assim os dois possíveis candidatos para a Presidência: por um lado, José Dirceu, da AC, apoiado pela DI-GB de Vladimir Palmeira e, por outro lado, Jean Marc, da AP, apoiado pelo então Presidente Luís Travassos. Os líderes estudantis comentavam<sup>125</sup> que as condições de alojamento eram bastante precárias, mas de intensa discussão política, já que, sendo um congresso pequeno, tratava-se basicamente de um congresso de lideranças de vários estados. Por parte da AP se cogitavam a realização de alianças políticas com partidos como o PCdoB e o PCBR, sendo que apenas o primeiro compôs a chapa com a AP<sup>126</sup>.

---

semestre de 1968, a AP (Ação Popular) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil) propuseram um congresso sustentado e protegido pela mobilização de massas. O PC do B defendia o CRUSP (Conjunto Residencial dos Estudantes da USP) como o melhor local. Lá, a repressão ao Congresso significaria a quebra da autonomia universitária. Todavia, o Conselho Nacional da UNE aprovou a proposta de realizar o congresso clandestinamente por exígua maioria de votos, o que esteve na origem da queda de Ibiúna”. Da mesma forma, Jean Marc também apontava os limites da realização de tal congresso e uma também opção pelo CRUSP: “Agora, Ibiúna teve a chamada crônica da queda anunciada, porque antes de ir para Ibiúna, escrevemos um panfleto – eu e o Travassos, ele como presidente e eu como candidato a presidente – denunciando a forma como o congresso estava sendo organizado e propondo que a gente fizesse o congresso aberto, no CRUSP, no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, já que a grande maioria das pessoas já estava lá. As pessoas vinham dos Estados e iam para o CRUSP, já estavam instaladas, etc. Abertamente, havia assembleias no CRUSP, em que as pessoas se apresentavam: “Eu sou fulano, de Pernambuco”, “Sou fulano, do Ceará”, “Sou fulano, de Belém”. Todo mundo estava escancarado. Se a polícia tivesse cercado o CRUSP, não teria tido Ibiúna, pois teria prendido todo mundo”.

<sup>125</sup> Jean Marc e Vladimir Palmeira.

<sup>126</sup> Em seu depoimento, Jean Marc apresenta como a AP estava tecendo suas alianças políticas: “Fui um dos primeiros a ir para Ibiúna. Cheguei lá na segunda-feira de manhã, o congresso foi na sexta. Adotei uma postura em Ibiúna que era a seguinte: vou discutir com todo mundo. Eu escrevi as teses da AP inteiras. Nossa chapa chamava-se Unidade e Luta. Escrevi os três capítulos da tese praticamente sozinho. A AP estava tão desarvorada que mal discutiu aquele troço, aceitou como estava e seguiu em frente. E a composição da diretoria da nossa chapa foi uma negociação pesada. A AP queria fazer uma chapa “puro sangue” AP-PC do B, porque a AP estava se aproximando do maoísmo e o PC do B era maoísta. Então, já estavam se tratando de partidos irmãos. Só que eu tinha uma experiência ruim, em parte, com o PC do B do Rio de Janeiro. Partido irmão, vírgula! Eu não estava disposto a ir para uma diretoria da UNE com maioria do PC do B nem amarrado. A gente tinha que garantir a maioria da AP nesse negócio. E acabou sendo assim. Só que eu queria mais: queria atrair para a chapa o PCBR, com quem tivemos excelentes relações no Rio de Janeiro, embora péssimas relações em Pernambuco. Havia essas diferenças regionais entre os partidos também. A gente foi para Ibiúna com essa hipótese, quer dizer: trazer o PCBR ou não, mas de qualquer jeito a aliança com o PC do B estava sacramentada, com uma hegemonia nossa. A gente ficaria com a presidência e seis cargos, o que já era uma grande colher de chá, porque o PC do B não tinha, naquela altura, proporcionalmente, nem 10% dos votos que a gente tinha. Eles só eram muito fortes mesmo no Ceará, onde José Genoíno, João de Paula, eram figuras importantes. O Ceará era – digamos assim – o polo forte do PC do B. Eles cresceram e foram em cima da AP depois”.

A realização do Congresso de Ibiúna<sup>127</sup> se daria por 5 dias, mas no terceiro, em 12 de outubro, foi fechado com a prisão de 739 estudantes:

Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente num sítio, em, no Sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem pressentidos e não encontraram resistência. Toda a liderança do movimento universitário foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, e Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários, entre outros. Eles foram levados diretamente ao DOPS. Os demais estão recolhidos ao presídio Tiradentes. Desde segunda-feira os habitantes de Ibiúna notaram a presença de jovens desconhecidos, que iam à cidade comprar pão, carne, escovas e pasta de dentes, despertando suspeitas ao adquirir mais de NCr\$ 200 de pão de uma só vez. Essas informações foram transmitidas ao DOPS e à Força Pública, que desde quinta-feira já conheciam segundo afirmaram – o local exato do Congresso. A denúncia de um caboclo, que fora barrado ao tentar chegar até o sítio Muduru, onde estavam os estudantes, fortaleceu a convicção da Polícia de que o congresso seria realizado ali. Depois de avançar alguns quilômetros de carro e outro trecho a pé, por causa da lama da estrada, 215 policiais chegaram ao local às 7h15 de ontem, organizaram o cerco aos estudantes e dispararam algumas rajadas de metralhadora para o ar, para intimidá-los. Sem resistir, os congressistas foram colocados em fila e levados aos ônibus requisitados para transportá-los para a capital. O governador Abreu Sodré, ao ser homenageado por trabalhadores do DAE, no Horto Florestal, referiu-se ao episódio e reafirmou sua disposição de "manter a paz e a tranquilidade para a população que deseja trabalhar". E acrescentou, referindo-se à prisão dos participantes do congresso da UNE: "Agi com energia para reprimir a agitação e a subversão quando determinei, após horas de angústia e apreensão, a prisão de estudantes subversivos que participavam do congresso da UNE"<sup>128</sup>.

O abrupto término foi um marco histórico para o movimento estudantil e para a continuidade da UNE, o que praticamente desestruturou sua direção. Após a prisão, os estudantes fichados foram conduzidos a seus estados de origem e os líderes políticos, José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luís Travassos continuaram presos. Jean Marc fugiu e foi preso um ano mais tarde, sofrendo tortura no Ministério da Marinha. Desestruturada, a UNE foi novamente colocada na ilegalidade, sendo que somente voltaria à atividade normal nos anos 1980, apesar de, nos anos seguintes, ter continuado ainda uma organização no interior das universidades, através da Presidência "clandestina" de Honestino

---

<sup>127</sup> O sítio em que se realizava o congresso foi alugado pelos estudantes junto a seu dono, Domingo Simões. Consta a informação oficial que após o evento o proprietário e sua companheira, Neuza Ferreira de Souza, passaram a sofrer perseguição policial e foram viver na clandestinidade. Em fevereiro de 1970, o casal foi preso junto com suas filhas, tendo elas sido soltas e tendo ele permanecido preso (Ofício nº 568/CA/GT Dili-gência ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 17 de dezembro, 2012).

<sup>128</sup> Folha de São Paulo, 13 de outubro de 1968, p. X.

Guimarães, que seria preso, torturado e “desaparecido” em 1973. A libertação dos líderes políticos presos no XXXº Congresso resultou num marco específico da organização do movimento político brasileiro. Em primeiro lugar, pode-se visualizar que os rachas políticos já prenunciados se aprofundavam ainda mais, gerando novas correntes, cujos membros haviam participado do movimento estudantil. Dos “rachas” provenientes do PCB (1967), a DI-GB dá origem ao MR-8 e o AC divide seus membros entre a ANL (maioria) e a VAR-PALMARES (minoria), ambos em 1969. Destes grupos, cujas bases eram muitos militantes do movimento estudantil, há uma preferência acentuada à luta armada. A AP se aproxima ainda mais do maoísmo e se transforma em Ação Popular Marxista-Leninista (APML), sendo incorporada ao PC do B em 1973.

São esses, portanto, os quatro episódios mais marcantes no que diz respeito à mobilização política do movimento estudantil contra a ditadura nos anos de 1968. Seguramente, as marcas deixadas são muitas, o que articula as narrativas individuais com as perspectivas históricas abertas e/ou fechadas. Se, de certo modo, há uma limitação do próprio movimento em tentar definir suas diretrizes, seja pelo lado da luta armada, seja pelo lado da mobilização de base, é a violência policial que irá estabelecer, num primeiro momento, o ganho de forças do movimento, mas, num segundo momento, irá fechar as possibilidades de organização dos estudantes, desestruturando-os seja em nível local, ou seja, no interior nas universidades, seja em nível nacional, pela UNE. No entanto, é notável perceber que, a própria militância política que se formou naquele movimento, em muito não deixou de atuar e abriu novos caminhos na luta armada. O sequestro do Embaixador norte-americano, Charles Elbrich, pelo MR-8 e pela ALN, no episódio narrado no livro de Fernando Gabeira, *O que é isso Companheiro?*, foi um dos marcos mais conhecidos da história da esquerda armada brasileira, sendo que em troca do Embaixador, pedia a libertação dos 15 presos políticos que haviam sido extraditados do país por conta do Congresso da UNE. Entre eles, José Dirceu, Vladimir Palmeira, Luís Travassos. Em São Paulo, o líder da ALN, Carlos Marighella, foi assassinado em 4 de novembro de 1969, em uma emboscada armada pela polícia, resultando na morte de mais duas pessoas, sendo uma delas uma agente policial<sup>129</sup>. A morte de Marighella abriu caminhos para a desestruturação da ALN, porém também

---

<sup>129</sup> Dossiê Ditadura, p. 160-163.

incentivou outras ações de luta armada que, conseqüentemente, também resultaram em maior tortura e dizimação de membros da organização.

Esse talvez seja ainda um momento da história que está em aberto nas suas interpretações e análises – e essa aqui é apenas mais uma nesse sentido. A importância disso está em compreender porque se faz necessário retomar o passado e destacar que tais arbitrariedades políticas em muito contribuíram para o estado atual da política nacional. Suma razão ao escritor Jorge Amado, que afirmava: “estamos sob um governo ditatorial, que transforma em cotidiano a violência e o assassinato”.

### **7.3 Entre o declínio político e a reorganização reivindicativa (1969-1974)**

Em um curto período de tempo, o Governo de Costa e Silva aprontou-se por aprovar um marco legal que seria decisivo para as conduções do movimento estudantil nos próximos anos. A Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), a implementação do AI-5 e o Decreto-Lei 477 (DL-477) ofereceram significativas alterações, tanto para as estruturas administrativas das universidades, bem como para a prática política dos estudantes.

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968<sup>130</sup>, implementava aquilo que já estava sendo debatido em termos governamentais para a reforma universitária, sobretudo, no que diz respeito ao plano de aproximação ao modelo de ensino norte-americano. Em termos gerais, divide-se o ensino em graduação, pós-graduação e especialização/aperfeiçoamento, substitui-se a cátedra por departamentos de ensino, unifica-se o vestibular, racionaliza-se a organização, possibilita-se a abertura de novos cursos e, também, restringe-se a participação dos estudantes e funcionários nos órgãos colegiados (preponderantemente designados aos professores), além de possibilitar a escolha do Reitor por parte do Poder Executivo, o que não significaria que fosse um membro direto do corpo universitário. Essas alterações colocavam praticamente uma necessidade de alteração nas estruturas, porém, sem levar em conta as especificidades do ensino superior brasileiro, fato que deveria permitir não uma reforma de “cima para baixo”, mas uma reforma de “dentro para fora” (Fernandes, 1978).

---

<sup>130</sup> Lei nº 5.540/68 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm) [22 de julho de 2013].



No âmbito político, a ameaça de ruptura política aberta a partir da contestação estudantil fez o governo militar avançar medidas de cunho ainda mais repressivas, estabelecidas pela complementação da Constituição Federal de 1967 através do AI-5<sup>131</sup>, que assegurava a manutenção dos AIs anteriores, além de reforçar a necessidade de se conter as lutas sociais. As alterações elaboradas referiam-se à possibilidade do Presidente da República em dissolver o Parlamento, decretar a intervenção política em Estados e Municípios, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão ou a cassação de mandatos em nível federal, estadual e municipal, autonomia para o Presidente da República decretar o estado de sítio, suspensão da garantia de *habeas corpus* em casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, além da possibilidade de existirem Atos Complementares para a defesa do sistema político vigente. Certamente, por aqui se inicia um golpe bastante árduo para limitar e inibir a contestação política precedente, bem como caracterizar ainda mais a proibição de atividades políticas, que se configurariam em *crimes políticos*.

No entanto, a sequência do AI-5 deveria também incidir sobre as atividades políticas no interior das universidades, com a criação do Decreto Lei 477, em 26 de fevereiro de 1969. O texto do Decreto Lei 477 é taxativo quando ao enquadramento de crime:

Artigo 1º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

E sobre as respectivas penas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser

---

<sup>131</sup> Ato Institucional Nº 5 em [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s). [22 de julho de 2013].

nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza pelo prazo de cinco anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por prazo de três (3) anos.

Essa lei, por consequência, criava um “estado de sítio” nas universidades, pois permitia que houvesse uma intervenção judicial nas atividades políticas. Segundo Poerner (2004), o DL-477 atingia imediatamente 506 estudantes, mas apenas deixou de ser empregado durante o governo do General Geisel. Evidentemente, essas alterações colocavam o movimento estudantil e a grande maioria dos estudantes sob um *dilema*: o aspecto político nacional obstruía as possibilidades de organização política de oposição no interior das universidades, ao mesmo tempo em que criava a necessidade de mobilização dos estudantes pela revogação da reforma universitária e do DL-477, e, ainda, contra o fechamento de centros e diretórios acadêmicos, e a perseguição dos militantes políticos de oposição. Esse cenário bastante ambíguo, muito pouco poderia ser visto pela historiografia como um momento de “silenciamento” do movimento estudantil, porém, muito pelo contrário, como um momento de delineamento de novas estratégias que não afastassem os estudantes de suas reivindicações, bem como, conseguisse manter o movimento estudantil de base em atividade, sem necessitar contar, por completo, com uma direção nacional.

A UNE perdia também sua base, na medida em que muitos estudantes também optavam pela clandestinidade e pela militância naquelas organizações, além do agravante da ação política organizada por parte dos estudantes ter sido cada vez mais difícil. Em um último respiro da UNE, após a intervenção de Ibiúna, elegeu-se sua diretoria através de “congressinhos” regionais, que anteriormente ao AI-5 eram abertos. Segundo Jean Marc von der Weid:

Quem ficou solto daquela turma, que era a antiga diretoria da UNE e voltou a se reunir para fazer a UNE funcionar, eram três pessoas: Luiz Raul, José Arantes, que era da tendência do Dirceu, e Nilton Santos. Então, restou uma diretoria de três pessoas, e cada uma era de uma corrente política. Então, brigavam entre si furiosamente até que, pouco a pouco, foi-se armando essa forma de organização dos “congressinhos”, e que resultaram, depois, em congressos estaduais, congresso nacional. Só que com menos pessoas. Havia delegações que eram portadoras dos votos realizados nos congressos estaduais. Esse congresso nacional acabou só se realizando em março, no Rio de Janeiro. Ele era de responsabilidade da União Metropolitana dos Estudantes, que era presidida pelo Carlos Alberto Muniz, que era da Dissidência do PC do Rio de Janeiro e estava na mesma chapa que o Dirceu, em São Paulo. Só que eu consegui negociar com o Muniz, naquela época, que nós participaríamos da recepção do pessoal que chegaria clandestino para a reunião de encerramento do congresso da UNE. E nós

tínhamos os pontos, a lista dos pontos de chegada do pessoal que nos foi passada. Eram umas cem pessoas. Agora, o que aconteceu foi que eles devem ter feito a contagem de votos, porque nessa altura, em todos os “congressinhos”, feitos nos diferentes estados, havia resultados<sup>132</sup>.

Apesar de condenado pelo XXXº Congresso, mas ainda em liberdade e vivendo na clandestinidade<sup>133</sup>, Jean Marc, que concorria com José Dirceu, que estava prisão, foi designado como Presidente da UNE. José Dirceu, da DI-SP/ALN, ganhou em São Paulo por 88 a 55 votos, mas Jean Marc ganhou em outros estados, com total de 378 votos, contra 371 de Dirceu e 29 do candidato do PCBR, Marcos Medeiros, havendo ainda 29 votos brancos pertencentes ao PCB. Da diretoria eleita, os vice-presidentes foram: Honestino Guimarães da APML e Presidente da Federação dos Estudantes de Brasília; José Genoíno do PC do B e Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) do Ceará; Helenira Rezende de Souza Nazareth, do PC do B e do Centro Acadêmico de Letras da USP; Gildo Macedo Lacerda da APML e Presidente do DCE de Minas Gerais; Humberto Albuquerque Câmara Neto, da APML e da UEE de Pernambuco; Ronald Rocha, do PC do B do Rio de Janeiro; e José Carlos da Matta Machado da APML de Minas<sup>134</sup>. Dentre esses integrantes, apenas Jean Marc, José Genoíno e Ronald Rocha sobreviveram, como conta Poerner (2004: 278-279).

O trágico destino dessa diretoria dá uma ideia do que era a repressão política no Brasil, bem mais feroz e bem-sucedida que a sofrida, nos últimos anos, pelo crime orga-

---

<sup>132</sup> Entrevista com Jean Marc von der Weid, no Site Zé Dirceu, em [http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4878&Itemid=106](http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4878&Itemid=106) [19 de julho de 2013]; Entrevista com Jean Marc, pelo Projeto Memória do Movimento Estudantil, realizada por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart em 07/10/2004; Poerner (2004).

<sup>133</sup> Novamente, Jean Marc conta que, na prisão dos estudantes do XXXº Congresso, eles foram levados para o Presídio Tiradentes em São Paulo, fichados e liberados. Porém, por já estar sendo perseguido pela polícia, ele se disfarçou e passou a ser identificado como Carlos Alberto Coimbra, estudante do 2º ano de Direito da Faculdade Maringá –PR. Em sua “identidade nova”, optou por ser um estudante do Paraná, justamente “Porque Paraná era um Estado onde existia um estranho hiato de legalidade. A União Estadual do Paraná era legal, reconhecida pelo governo e tinha uma relação com o governador, Paulo Pimentel (...) Depois de rapidamente fichados em São Paulo, nós – o grupo do Paraná – fomos mandados para o Paraná, de ônibus, escoltado por um carro do DOPS paranaense, mas sem muito rigor. Chegando no Paraná, eu “pirulitei”, sumi, e daí para a frente passei para a clandestinidade, participando da reorganização do congresso da UNE” (Projeto MME, Entrevista com Jean Marc...).

<sup>134</sup> Nota-se, nesse momento, que a Diretoria da UNE teve praticamente membros da AP, já denominada APLM, e do PC do B, pois muitos dos militantes da AP estavam migrando para o PC do B (Ver Gorender, p.ex.) e Entrevista *Ronald Rocha revela o PC do B na UNE dos anos de Chumbo*, [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=41151&id\\_secao=6](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=41151&id_secao=6) [20 de julho de 2013].

nizado. Começamos por Jean Marc: preso em Ibiúna, conseguiu evitar o recambiamento para o Rio, onde já havia sido condenado a dois anos de prisão, declarando-se membro da delegação do Paraná; na viagem a Curitiba, aproveitou-se de um cochilo dos agentes para fugir do ônibus que transportava os detidos paranaenses, mas foi novamente apanhado, já eleito presidente, em setembro de 1969, e mantido preso até ser banido do país, em janeiro de 1971, em troca da libertação do embaixador suíço. Seu substituto, o 1º vice-presidente Honestino, presidente interino efetivado num minicongresso ocorrido em setembro de 1971, condenado a 25 anos pela participação nas lutas estudantis de 1968 e ameaçado de morte pelos serviços de segurança militar desde 1971, foi preso no Rio, em outubro de 1973, e visto pela última vez na Oban (Operação Bandeirante), órgão repressivo de São Paulo, em abril de 1974. Genoíno e Helenira se entregaram, de corpo e alma, à experiência guerrilheira do Araguaia, onde ele foi preso, em 1972, e ela, morta em combate. Gildo e José Carlos, presos na Bahia em 1973, teriam sido mortos “em tiroteio”, segundo a repressão. Humberto é um dos 125 desaparecidos da relação do Comitê Brasileiro pela Anistia; e Ronald foi preso no Rio, em 1972, e cumpriu pena.

A partir da prisão de Jean Marc, em 1969, Honestino Guimarães assumiu provisoriamente a Presidência da UNE, que novamente se organizou para um XXXI Congresso em 1971. Desse evento, um dos chamados “congressinhos”, participaram cerca de 200 delegados provenientes de conselhos estaduais e regionais, sendo a deliberação final ocorrida no Rio de Janeiro, quando Honestino ganhou a Presidência, porém o Congresso oficialmente não entrou para a contagem da UNE e somente em 2007, por ocasião de uma moção apresentada no 50º Congresso, entrou para a contagem oficial<sup>135</sup>.

A perseguição política não havia cessado aos estudantes, fazendo mais uma vítima, Alexandre Vannucchi Leme, de 23 anos, estudante de Geologia da USP, membro da Congregação do Instituto de Geociências e militante da ALN. Dado como desaparecido pela família, a morte do estudante foi seguida por uma série de divergências sobre os motivos apresentados, primeiramente noticiado como vítima de um atropelamento após

---

<sup>135</sup> Os conselhos ocorreram nos seguintes estados: Pará, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, DF e São Paulo. Compuseram também a diretoria Ronald Rocha do PC do B - RJ, Marco Aurélio Lisboa do PC do B - MG, Rufino (CE), Maria Emília (BA), Jorge Paiva (SP), Luís Oscar (RS), Humberto Câmara (PE), Alírio Guerra (RN) e Pedro Calmon (RS). (Honestino Guimarães, em <http://honestinoguimaraes.com.br/movimentos-estudantis/une/2>).

uma fuga<sup>136</sup> - versão que foi desmentida por outros presos políticos – e depois como tendo cometido suicídio, sendo que na verdade havia sido torturado na Operação Bandeirante<sup>137</sup> do DOI-CODI/SP. Além disso, Vannucchi era “fichado” pela polícia, mas foi enterrado como indigente. Criando uma solidariedade no meio estudantil, foi celebrada uma missa de 7º Dia na Catedral da Sé, por D. Paulo Evaristo Arns, reunindo mais de três mil pessoas, resultando na prisão de estudantes e num bloqueio da Cidade Universitária (DDMDP, 2009: 427-431). Considerado como o primeiro movimento de massas depois de 1968, a morte do estudante também despertou maior interesse dos setores progressistas da Igreja Católica, que, através de sua Comissão de Justiça e Paz, montada em 1972, passaram a denunciar mais ativamente os crimes políticos, como ocorreu em 1975 com a morte do jornalista Vladimir Herzog. Alguns anos depois, dada a reorganização do DCE da USP, passou a adotar o nome de Vannucchi em sua homenagem.

Ainda no ano de 1973, o Presidente da UNE, Honestino Guimarães foi preso em outubro. Desde 1968 na ilegalidade, Honestino exercia sua função como presidente e como militante da AP, quando desapareceu no Rio de Janeiro em outubro de 1973. Antes de seu desaparecimento, redigiu uma carta chamada *Mandado de Segurança Popular*, onde afirmava sua luta pela democracia brasileira e explicitava o modo de funcionamento do movimento estudantil:

A minha situação atual é uma vida na clandestinidade forçada, há quase 5 anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já foram julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de vinte e cinco anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso país. É certo que a Justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar pela criação dos tribunais de exceção – os tribunais militares. Depois a brutalidade das prisões e as maiores violências na fase dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como

---

<sup>136</sup> A notícia foi dada pela *Folha de São Paulo* de 23 de março 1973, p. 4, como “Terrorista morre atropelado no Brás”, informando que a morte do militante da ALN foi apenas revelada dias depois, porque sua prisão havia sido seguida pela de outros estudantes da USP, também militantes da ALN.

<sup>137</sup> A Operação Bandeirante (OBAN) havia sido criada em 1969, formada por integrantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Polícia Militar e Departamento da Política Federal, entre outros, com o objetivo de funcionar como uma organização de combate à oposição política. Financiada por multinacionais (Ultra, Ford, GM, etc.) serviu como base para a criação dos DOI-CODI de São Paulo e de outros estados (DDMDP, 2009).

regra geral e dezenas de mortes como resultado. Depois as farsas dos julgamentos – a intimidação do público, a impossibilidade de participação da imprensa, as pressões sem-número aos advogados (quantos não foram presos e perseguidos). Enfim, bem semelhante aos tribunais nazistas que tantos protestos têm causado aos responsáveis pelo seu arremedo em nosso país. Num destes processos pela participação nas lutas estudantis de 1968 – onde as decisões eram tomadas coletivamente, em assembleias democráticas, em eleições com voto obrigatório pelo próprio regimento da Universidade, fui condenado, em 1970, a vários anos de prisão. Ou seja, mais um erro de direito. Julgar fatos de uma conjuntura passada com critérios senão o do ódio cego. Daí porque não me “entregar”. Não reconheço nem posso reconhecer como “justiça” o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo o mundo<sup>138</sup>.

A carta de Honestino revelava que para sua militância clandestina havia sempre o ideal de conseguir concretizar uma democracia real no Brasil, que se diferenciaria do regime político daquele momento. Por outro lado, a clandestinidade de muitos militantes levou a UNE a não conseguir exercer seu fundamento de entidade representativa dos estudantes, tendo praticamente todos os seus Presidentes perseguidos.

Após o “ano dos estudantes”, delineava-se que a oposição política estaria em risco de não mais existir. Há aqui, portanto, diversos caminhos que podem ser percorridos no sentido de revitalização do debate histórico do período, muito embora haja praticamente um consenso de que os anos 1970 não superariam a década anterior, muito pelo contrário, aprofundaria suas contradições e que, por isso, o movimento estudantil passa a não mais ter a mesma atividade política de contestação que no passado recente. Nesse sentido, poderia se dizer que esse momento assinala uma ruptura do movimento estudantil, do movimento memorável das décadas anteriores para um movimento “silenciado” e calado nas décadas seguintes (Martins Filho, 1998; Valle, 2007). Mediante isso, seria possível a compreensão desse período como um “silenciamento” ou, por outro lado, deve-se considerar que há, primeiramente, um declínio e, em seguida, uma reorganização do movimento? Quando se fala em declínio, deve-se levar em consideração o declínio das mobilizações estudantis *políticas* contrárias ao regime ditatorial que, em larga medida, tinham a UNE e outras organizações estudantis nacionais à frente. Isso não significa que as mobilizações de reivindicação estudantis também fiquem ausentes, ao contrário, continuam presentes nas universidades. Se, por conta da UNE, muitos estudantes seguiram uma trajetória

---

<sup>138</sup> Mandato de Segurança Popular – Honestino Guimarães. <http://honestinoguimaraes.com.br/mandado-de-seguranca-popular> [20 de junho de 2013].

na clandestinidade e em grupos de luta armada, não significa dizer que não haveria mais estudantes que quisessem reivindicar questões universitárias. Então, ao se questionar o que estava ocorrendo no interior das universidades naquele período, não se poderia generalizar afirmando que apenas haveria uma luta politicamente declarada contra o regime, mas, também, uma luta política de reivindicação dos estudantes sobre problemas ocorrentes à estrutura universitária, o que evidentemente não deixa de ser uma luta política contra o regime, mas diminui os seus contornos. Isso não significa, ainda, uma mudança radical na estratégia política, mas sim, tentar efetivar uma organização de base, na medida em que a organização de entidade não era possível. Ou seja, se por um lado, as lutas abertamente políticas parecem entrar num vazio, as lutas de reivindicações “aparentemente” específicas ganham espaço, como uma estratégia a curto prazo de manter viva a mobilização estudantil. “Aparentemente”, porque elas não deixam de conter em seu interior as mesmas reivindicações passadas, elas estão presentes, mas numa roupagem diferenciada, que não se faz de completa clareza como oposição ao regime político. Seriam essas reivindicações a oposição à *Reforma Universitária* e a *mobilização contra a violência e as prisões políticas*.

Do ponto de vista institucional, a Reforma Universitária realizada a partir de 1968 conduziu a significativas transformações nas universidades brasileiras que também afetam de forma condizente o movimento estudantil. Seguramente esse também seria um marco para a análise desse período, pois trata-se de um momento de rearticulação da *base* do movimento, procurando mobilizar e conscientizar os estudantes para esse problema. Dito de outra maneira, se há um declínio da mobilização política dos estudantes em relação ao governo militar, há, por outro lado, uma revitalização das reivindicações estudantis, que irão se deter muito mais a criticar a Reforma Universitária e as consequências para o movimento estudantil e para a universidade, rearticulando uma crítica econômico-política. Por parte dos estudantes, a Reforma Universitária era vista como prejudicial, porque sua “reestruturação orgânica” levava à criação de cursos básicos e de curta duração, institutos centrais, à organização departamental e à expansão das universidades assentada sobre a falta de verbas, além de pouco estímulo para o aperfeiçoamento dos professores<sup>139</sup>. Trata-

---

<sup>139</sup> Caderno de Estudos -1, Departamento Cultural do D.A. FAFICH-UFMG, 1971: , p.1.

se, então, de repensar os problemas de funcionamento das universidades, o que novamente colocaria os estudantes perante um problema político.

Na análise da documentação estudantil há uma constante preocupação de entendimento da Reforma Universitária e das alterações estruturais formais que estavam ocorrendo, ganhando destaque as *reivindicações* próprias dos estudantes, a saber: *aceso/democratização/formação profissional/finalidade da formação acadêmica*.

1) *Acesso e Democratização*: Os problemas da educação brasileira, procedentes do modelo de Reforma Universitária de 1968, resultaram sobretudo na crítica às possibilidades de *ensino pago*. No entanto, os argumentos estudantis contra o ensino pago remetem-se à elitização das universidades, fato que, desde o início das universidades pode ser comprovado tendo como parâmetro a constatação de que haveria inúmeras lacunas entre os níveis de ensino, do básico ao universitário, o que faria com que, aproximadamente 1 a cada 1400 estudantes ingressasse no superior<sup>140</sup>. O processo de cobrança de taxas no ensino superior não favoreceria a democratização, mas sim uma política de ensino muito mais empresarial<sup>141</sup>. Essa crítica consideraria que “o problema não é cobrar anuidades nas escolas consideradas públicas, mas distribuir melhor as verbas do país”<sup>142</sup>. Ainda, na USP, num plebiscito realizado pelos Centros Acadêmicos sobre o ensino pago, em 1972, dentre 6.806 estudantes, mais de 95% eram contra a cobrança das mensalidades, fato que também possibilitou a ampliação das discussões internas na universidade, o que resultou no rechaço por parte do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho<sup>143</sup>. Em outras universidades, como nas do Rio Grande do Sul, foi organizado o IIº Encontro Estadual de Estudantes, composto por todos os DCEs do estado, que também debateram a questão das anuidades do ensino, e

---

<sup>140</sup> Jornal Universitário - Diretório da União de Estudantes da Universidade de Caxias do Sul, nº 1, Ano1, outubro 1972, p. 8.

<sup>141</sup> O Pastus - DCE UFSCAR, Ano II, nº 4, novembro 1972, p. 3.

<sup>142</sup> Terra Roxa - Jornal do Diretório Central dos Estudantes da FUEL, nº 0, novembro 1972, p. 2-3.

<sup>143</sup> O ministro afirmou que “Desgraçadamente estou diante de campanhas que suponho haja uma triste aliança do grupo de esquerda radical com o grupo de abastados do país. Por incrível que pareça, estão de mãos dadas, e eu até que gostaria de combater ambos: os ricos, que são egoístas, e os comunistas, que estão nesse movimento tentando apenas fazer solidariedade com seus colegas, e que, na realidade, estão impedindo de serem beneficiados (...) O grupo de universitários abastados e os de ideologias radicais de esquerda são os elementos que estão dificultando, de forma sistemática, a resolução dos problemas do ensino superior, chegando mesmo a promover na USP um plebiscito baseado numa verdadeira colcha de retalhos ideológicos e de dados faciosos, para conseguir votos contra o estabelecimento do novo plano de educação” (Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1972: 1;18).



as posições das entidades estudantis sobre os problemas das cobranças. Visto dessa maneira, o acesso ao ensino universitário pago não conferiria legitimidade aos interesses pretendidos pelos estudantes, de democratização das universidades e do regime político.

2) *Formação Profissional e finalidade da formação acadêmica*: Os parâmetros de reforma pretendidos pelo governo conduziram as universidades a uma maior integração das universidades com as empresas. Porém, a integração pretendida não resultaria em maior democracia nas universidades e na sociedade, nem tampouco no aumento dos níveis de escolaridade e de educação no Brasil, porque estaria se submetendo a universidade a interesses estranhos a ela. Por isso, é de se dizer que os projetos políticos estudantis seriam contrários à política educacional nacional por conta dos seguintes aspectos: (i) concepção de que a universidade deveria vincular o desenvolvimento científico com as necessidades de desenvolvimento social e não apenas de desenvolvimento econômico; (ii) permitir ao universitário “uma visão global da sociedade e as implicações sociais de seu trabalho”; (iii) democratizar a universidade e impedir que outros critérios que não sejam os intelectuais permaneçam; (iv) melhorar a perspectiva profissional dos formados, não só do ponto de vista técnico, mas também de preocupação e atuação social. Por último, essas tarefas deveriam ser concretizadas através de uma representação estudantil diferente daquela que estaria ocorrendo, possibilitando a defesa dos interesses estudantis (p.10-1).

Visto isso, no interior das universidades, as modificações concernentes aos cursos pagos, a maior democracia interna e a retomada da possibilidade de organização estudantil serão alguns dos pontos levantados para os próximos anos. Porém, essas questões irão se articular com a mobilização contra a prisão dos militantes políticos e a violência do regime, estruturando um movimento de denúncia das prisões e perseguições políticas, contrários à violência do regime. Em julho de 1973, muitos presos políticos iniciaram uma greve de fome em decorrência dos maus tratos que recebiam nos presídios, resultando numa manifestação de entidades como a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e familiares dos presos em denúncia aos ocorridos. Esse movimento procurava encontrar apoio popular para as reivindicações de tratamento humano e presídio especial. Nesse sentido, alguns diretórios estudantis, conselhos

de representantes e centros acadêmicos se manifestaram em apoio dos presos políticos e contra as violências a que estavam submetidos<sup>144</sup>.

Já no ano seguinte, as mobilizações pelos presos políticos continuaram ainda fortes nas universidades, por causa de prisões de estudantes e professores da USP no final do mês de março e de mais prisões de estudantes, professores e membros da pastoral operária de São Paulo, na noite do dia 03 para 04 de abril. Foram convocadas assembleias para debater a situação e “propostas de ação para dar continuidade à luta em defesa das pessoas presas”. A proposta encaminhada foi a de criação de um Comitê de Defesa para os Presos Políticos, conforme apresentado<sup>145</sup>:

Na sexta houve a primeira concentração na Ciências Sociais da USP com a participação de cerca de 2000 pessoas: estudantes, representantes da Comissão Justiça e Paz (Arquidiocese de São Paulo), do MDB, da Ordem dos Advogados do Brasil, jornalistas e familiares dos presos políticos. Foi discutida e aprovada a criação de um Comitê de Defesa dos Presos Políticos com a participação de todos os presentes. O MDB, representado pelo líder da bancada e mais seis deputados referendou apoio ao Comitê e se comprometeu a divulgar amplamente todos os acontecimentos, inclusive na Assembleia Legislativa. A Comissão de Justiça e Paz também deu seu apoio, assegurando já ter tomado algumas medidas em favor dos presos políticos por intermédio do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo. Além disso, decidiu-se pelo não abandono da escola na Semana Santa, e a divisão do Comitê em comissões: Divulgação e Propaganda, Contatos, Programação, Advogados, Finanças e Levantamento de Presos. As comissões passaram imediatamente a trabalhar. Durante o sábado (6-abril) as comissões elaboraram a carta-denúncia do Comitê e passaram a enviá-la a toda a população. No sábado e na 2ª e 3ª feiras da Semana Santa os estudantes permaneceram na Cidade Universitária, onde foram apresentados filmes e conferências. Na quinta e sexta feiras (Semana Santa) as atividades programadas não puderam ser levadas pois foi cortada a energia elétrica em toda a Cidade Universitária, todas as salas foram trancadas e foram suspensos todos os ônibus para a Cidade Universitária.

Na semana seguinte, quando se propunha a realização de outras atividades, também houve falta de luz e a Cidade Universitária foi cercada por policiais do DOPS. Numa segunda concentração também houve falta de luz e os estudantes começaram a desconfiar da “coincidência”, no entanto, a partir disso, muitos daqueles estudantes começaram a receber cartas de intimação do DOPS, resultando em 28 intimações e em mais de 70 pessoas presas.

---

<sup>144</sup> Humanasoutras, nº 4, Ano II, 1973 (Órgão de Difusão do CACH – Unicamp): 3.

<sup>145</sup> Viramundo, nº 1, abril, 1974, p. 1.

O fato é que as mobilizações, sejam as elaboradas contra a reforma, seja contra a prisão dos presos políticos, não surtiram de imediato um efeito para a mobilização estudantil, nem mesmo conseguiram repetir o cenário dos anos anteriores. Como afirmou Pellicciotta (2008:181), tratou-se de um momento em que

os estudantes abrem espaço para um conjunto variado de experiências internas de enfrentamento centrado na redefinição dos currículos, na recusa do caráter técnico e especializado de conhecimento, na re-politização do espaço acadêmico e retomada de uma perspectiva social de Universidade.

Porém, não se poderia esquecer que as táticas estabelecidas pelo movimento não são radicalmente opostas às táticas anteriores, pelo contrário, originam-se perante a mesma problemática e combatem através de uma politização da base – fato que já estava predisposto no interior do movimento da década passada e onde originou o conflito com o regime político militar. Ainda, deve-se mencionar duas coisas. A primeira, que o objetivo *imediato* do movimento passaria a ser, através da articulação contra as prisões e a violência, a retomada das atividades políticas organizadas nacionalmente, o que no período aqui analisado não se configura, com destaque para as atividades locais e internas das universidades. A segunda, que o objetivo de derrubada da Reforma Universitária ainda se estenderia por mais tempo, pois apenas nacionalmente isso seria conseguido, caso contrário, muitos estudantes se exporiam à situação de prisão e de violência.

#### **7.4 Os últimos conflitos (1975-1979)**

A partir de 74, o Regime Militar dava sinais de descompressão política, fato que seguirá até a retomada da institucionalidade democrática (Marini, 1991). Nesse sentido, a organização estudantil começava a ser reerguida, através de uma tentativa de reorganização das atividades estudantis, seja no interior das universidades, seja nacionalmente, ou com novas tentativas de manifestos de rua. Em 1976, começava-se a organizar o I Encontro Nacional dos Estudantes, dando prosseguimento aos debates e à organização para a revitalização da UNE. Porém, não apenas se tratou de um momento em que os movimentos estudantis procuravam canalizar novamente suas reivindicações, mas de uma ampla mobilização de setores trabalhadores que estava sendo reorganizada.

Os movimentos populares das periferias das grandes cidades, principalmente de São Paulo, começavam a se organizar através da atuação das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais, que haviam se fortalecido nos últimos anos não apenas por conta da virada à Teologia da Libertação – que pode fomentar práticas mais progressistas no interior da Igreja junto ao “povo oprimido” – mas também por conta da falta de representação política dos partidos vigentes (ainda que houvesse uma tendência de aproximação desse setor para com deputados do MDB), ou mesmo, pela fragilidade do sindicalismo, formado por lideranças atreladas aos interesses do governo (Almada, 2013). Outro fator de destaque para a mobilização através da Igreja Católica foram as campanhas por direitos humanos, levantadas contra as prisões políticas, especialmente após a missa “sitiada” de Alexandre Vannucchi Leme (1973) e o caso do assassinato de Vladimir Herzog (1975). Mais à frente, entre os anos de 1977 e 1979, a formação de movimentos de base, como os Clubes de Mães, os Movimentos pelo Custo de Vida contra a Carestia e o Movimento pela Anistia, bem como na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) tiveram significativa participação dos setores católicos progressistas.

Da mesma forma, o movimento sindical começava sua retomada, se desvinculando das lideranças “pelegas” e surgindo, em seu interior, formas de mobilização caracterizadas pelo chamado “novo sindicalismo”. Na campanha de reposição salarial de 1977 começava-se a se articular uma frente que exigia melhores salários, se organizando de forma a criticar, tanto as estruturas sindicais como o próprio Estado (Sader, 1988). No ABC Paulista, foco da indústria metalúrgica, Luís Inácio da Silva irá ganhar a presidência desse sindicato, mantendo um trabalho de base que ainda estava em seu embrião naquele momento, mas que irá surtir importantes efeitos em um curto período de tempo, conforme aquele sindicato conseguiu que a campanha salarial ganhasse legitimidade em outros sindicatos. Nesse sentido, o movimento sindical apresentava um panorama crítico, tanto em relação às políticas econômicas – face ao fracasso do “milagre econômico” – quanto também se apresentava contra o caráter repressivo do Estado, que impedia as manifestações dos trabalhadores. Por isso, a importância dessas mobilizações irá ser crucial, por conta da formação de uma subjetividade dos trabalhadores através das mobilizações no interior das fábricas, as chamadas “comissões de fábrica”, uma organização contra a “lógica do capital” (Maroni, 1982). Assim, é possível entender que, ao retomar o “lôcus do trabalho”, colocando-o sob questionamento, a dinâmica conciliatória do sindicalismo atrelado ao

Estado estava sendo posta em causa, através de um movimento de contestação, de autonomia e de liberdade sindical (Rodrigues, 1997).

Porém, esse panorama de reorganização dos movimentos sociais não esteve imune a novas atitudes repressivas, e essa veio a incidir, de forma bastante significativa, em um dos seus últimos momentos durante a ditadura. Como era evidente, o movimento estudantil da USP estava voltando a se organizar, não apenas internamente, o que vinha acontecendo desde as eleições do DCE de 1976, mas com o interesse de revitalizar também os congressos nacionais da UNE. No dia 30 daquele mês, ocorreu uma das primeiras manifestações estudantis depois de 1968, por causa da redução das verbas para a Educação nacional, mote para uma mobilização na USP que queria chegar até o centro de São Paulo e protestar em frente ao Ministério da Educação. Impedidos de chegar até seu destino, os estudantes resolveram realizar uma passeata até a Faculdade de Medicina da USP, voltando para o seu destino original após isso. Esse protesto deixou as autoridades bastante confusas, mas a volta dos estudantes não resultou em conflitos (Siqueira, 2006). Ainda, em 5 de maio, houve um protesto de estudantes contra a prisão de militantes da Convergência Socialista no ABC Paulista; e, no dia 19 de junho, foi organizado um Dia Nacional de protestos estudantis no país todo e, em São Paulo, os estudantes se reuniram na Faculdade de Medicina, com o intuito de reunir vários setores organizados da sociedade e o MDB.

Em Belo Horizonte, no dia 04 de julho, havia ocorrido uma grande reunião estudantil por conta da realização do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE) que tinha como objetivo a reabertura da UNE. Tal evento fracassou e, com o centro da cidade de Belo Horizonte praticamente sitiado, mais de 1,2 mil estudantes foram presos por conta de infringirem a Lei de Segurança Nacional. Como havia um intuito muito grande de reorganização da UNE, e mediante o impedimento de realização do III ENE em Belo Horizonte, se procurou organizar o evento no dia 21 na USP, que também não se conseguiu realizar.

No dia 22 de setembro, estudantes de várias universidades haviam se reunido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para dar continuidade às atividades interrompidas. À frente da PUC, mais de 2 mil estudantes se encontravam para ler a ata do encontro – que denunciava as medidas policiais contra a organização do encontro na USP – quando apareceram as viaturas policiais. Comandadas pelo secretário de Segurança Pública do Estado, Erasmo Dias, havia o explícito interesse de proibir o ato público, pois, como afirmou o secretário, "Comícios, passeatas e qualquer tipo de ato público estão

proibidos. Todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Não aceitaremos desafio. Onde é que nós estamos!"<sup>146</sup>. Os estudantes relataram os acontecimentos como segue a seguir, em carta do DCE-Livre da PUC-SP:

Investigadores civis e tropas de choque desceram das viaturas, bateram as portas com violência e começaram a dar cacetadas e jogar bombas nos manifestantes que se encontravam sentados.

Devido à violência investida, os estudantes se levantaram e correram para a entrada da PUC, vários em pânico. Os policiais perseguiam, histéricos, dando cacetadas e jogando bombas que expeliam gás, outras que soltavam chamas e outras ainda que espirravam líquidos que queimavam a pele. Os estudantes que entraram na PUC se chocaram com outros que estavam saindo das classes e indo embora para casa. Tudo isso contribuiu para aumentar o pânico, fazendo com que vários estudantes caíssem na rampa e fossem pisoteados e queimados.

Vários estudantes conseguiram escapar descendo a rua Monte Alegre, e outros pelos fundos da PUC. Mas os policiais, agindo de maneira coordenada e rápida, cercaram o prédio logo em seguida, invadindo-o também pelas entradas das ruas Bartira, Ministro de Godoi e João Ramalho.

[...]

No restaurante, vários estudantes e professores, em intervalo de aula, estavam fazendo um lanche ou tomando café, quando viram a correria na rampa. Assustados, fecharam a porta de vidro do restaurante. Minutos depois chegaram os policiais, que quebraram a porta a golpes de cassetetes e invadiram o restaurante, espancando e insultando alunos, professores e funcionários.

Alunos que estavam nas sedes das entidades estudantis foram expulsos à força, muitas vezes sem ter tempo sequer de recolher seus documentos e material didático. [...]

As sedes dos DA de Filosofia e Letras, da DA Leão XIII, CA de Ciências Sociais e Serviço Social, CA 22 de Agosto e do DCE foram totalmente depredadas. Portas que estavam fechadas apenas com o trinco foram arrombadas a pontapés. As gavetas foram arrancadas fora das mesas e seu conteúdo jogado no chão.

Em vários restos de portas ficaram bem nítidas as marcas dos pontapés. Em diversas salas foi pichada a sigla CCC [...]

A biblioteca também foi invadida e seus ocupantes expulsos aos gritos e ameaças de cassetetes. Os policiais jogaram vários livros no chão.

Entraram com violência e, usando palavras de baixo calão, nas salas de aula, prendendo todos os seus ocupantes, e muitas vezes espancando-os [...].

Cabe ressaltar que os policiais, principalmente os investigadores à paisana, comportavam-se com o máximo de violência e arbitrariedade. Espancavam quem quer que passasse à sua frente. Várias pessoas viram um colega que sofreu empurrões e cacetadas e, quando caiu no chão na rampa do prédio novo, levou pontapés. Mesmo depois de dispersado o Ato Público, continuaram jogando bombas. Vários policiais mostravam-se demasiado excitados, sem autocontrole, com os olhos completamente "vidrados". Insultos, palavras de baixo calão e provocações eram feitos o tempo inteiro. Toda essa violência era absolutamente desnecessária, pois não houve, em nenhum momento, qualquer tentativa de reação por parte das vítimas da agressão policial.

---

<sup>146</sup> Folha de São Paulo, sexta-feira, 23 de setembro de 1977, p. 1.

A intervenção policial na PUC resultou em cerca de 700 presos: todos os estudantes da USP foram presos junto com os da PUC que tinham histórico no movimento estudantil. Tal atitude violenta foi condenada também pela reitoria da PUC, que acreditou ser desmedida a violência policial utilizada. Os estudantes entendiam, portanto, que a invasão havia sido premeditada pela polícia, esperando apenas um mote – conseguido pela assembleia – para invadir a universidade. Além disso, entendiam que a repressão teve como intuito reprimir o III Encontro Nacional de Estudantes, mas também atingir a reitoria da PUC que estava se posicionando favoravelmente à autonomia universitária e reprimir a liberdade de organização ideológica no interior das universidades. Posicionavam-se amplamente em favor da criação de uma Assembleia Constituinte, que pudesse representar os interesses da maioria da população.

O caso da PUC se configurou como um dos últimos momentos de conflito aberto entre o regime ditatorial e os estudantes. Ainda que tenha ficado um pouco acuado devido à brutalidade dos acontecimentos, eles revelam que por mais que o governo militar tentasse impedir as organizações de “base”, elas já haviam avançado bastante. Para os próximos anos, com menos repressão, a UNE pôde ser organizada novamente a partir de 1979/1980. O que fica então desse caso é que, apesar do movimento estudantil ser já bastante diferente do de 1968, ainda se colocava que a autonomia universitária deveria ser seguida. E essa autonomia difere radicalmente das visões do regime sobre a universidade. Nela está inscrita que a possibilidade de organização estudantil era algo desejado e necessário, alvo da polícia, mas também inspirava democraticamente a sociedade.

### **7.5 Da reorganização à mobilização constituinte (1980-1988)**

Tendo em vista os desdobramentos anteriores, se faz então necessário apresentar os conteúdos programáticos sobre os quais a União Nacional dos Estudantes se reorganizou, no final do período da ditadura militar. Na análise desse momento, se faz necessário um olhar sobre os principais pontos reivindicativos que a entidade irá postular através de seus congressos anuais, entre 1980 e 1988. Alguns dos temas emergentes – ensino gratuito, fortalecimento das representações estudantis de base e a democratização da sociedade brasileira (por eleições diretas e Assembleia Constituinte – serão de crucial importância para as mobilizações estudantis, que colocam a UNE enquanto oposição aos governos

federais nos períodos posteriores. O PC do B, que na época tinha relações mais próximas com o MDB (e com o MR-8, que havia integrado a oposição do MDB) se consolidou como a principal corrente política de suas direções, fato que se mantém praticamente intacto até os dias atuais.

Com o lema “A Une somos nós, nossa força nossa voz”, a UNE foi reconstruída enquanto entidade nacional representativa dos estudantes do ensino superior brasileiro, a partir de maio de 1979, por meio do XXXIº Congresso, realizado em Salvador/BA. Naquele momento, se conseguiu a eleição de uma nova direção, liderada por Rui Cesar Costa Silva, marcando, após sua suspensão em 1973, o início da retomada da entidade e de sua atuação junto aos centros e diretórios acadêmicos. A partir daquele momento e com os interesses voltados para o fim “real” da ditadura militar, as reivindicações estudantis se consolidarão nacionalmente e, de forma quase consensual, muito dificilmente não estarão ligadas à centralidade da UNE. Tal fato somente irá se modificar nos anos 2000, em decorrência da reorganização das forças políticas nacionais e da eleição do Partido dos Trabalhadores, quando muitos setores de oposição interna à UNE, irão romper com ela – devido, principalmente, ao claro alinhamento da entidade com as políticas do Governo Federal e ao esvaziamento de reivindicações de oposição – criando uma nova entidade estudantil nacional, a Aliança Nacional de Estudantes - Livre (ANEL), disputada majoritariamente pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSoL).

As reivindicações estudantis da UNE, até 1988, podem ser abarcadas em torno das preocupações com a organização de base; o gerenciamento e necessidade de aumento do financiamento no ensino superior; o incentivo e consolidação da organização política estudantil em nível nacional, com referência a questões conjunturais (política brasileira) e de política universitária (reforma universitária). A princípio, inicia-se aqui uma mudança em relação ao seu posicionamento político nos anos 1960, onde irá se delinear a necessidade da UNE se estabelecer enquanto uma entidade de base com abrangência e articulação nacional. Por conta disso, a entidade não poderia abdicar de uma organização administrativa, o que, ao decorrer dos anos, irá se caracterizar como uma burocratização da UNE, que aproxima a entidade de uma formação mais corporativa. À frente do movimento estudantil brasileiro, a UNE irá adotar um sentido *participativo*, ou seja, de integração da atividade estudantil junto às instituições, caminhando para uma atitude diferente da anterior: ao



invés de uma posição ofensiva, um fortalecimento interno; ao invés da intensa politização junto às bases, uma colocação mais centrada em definir os objetivos; ao invés de uma oposição radical e radicalizada junto às questões de política nacional, uma postura pouco mais branda e que valorizasse a necessidade das conquistas democráticas. O discurso acerca de uma ação conjunta de estudantes com trabalhadores, diferentemente de outrora, irá estar presente em poucos momentos, quase sempre referida como solidariedade às mobilizações.

Um ponto estratégico de retomada da liderança sobre o movimento estudantil foram as plataformas de reivindicação nacional, sempre deliberadas nos congressos anuais, enfatizando a unidade das lutas estudantis. No ano de 1981, a plataforma nacional se delinaria em torno de temas como a suplementação de verbas para as escolas públicas, o fim das taxas (que estavam sendo cobradas em muitas universidades públicas), subsídios do governo federal para escolas particulares sem fins lucrativos, 12% de verbas nacionais para a educação. Dentre essas bandeiras, irá ser levantada também a questão da democratização da universidade, exigindo eleições diretas para todos os cargos eletivos e 1/3 de participação estudantil nos órgãos colegiados. Também, o reconhecimento da União Nacional dos Estudantes, DAs, UEEs, e de todas as entidades estudantis se fazia necessário, tendo em vista a situação de ilegalidade de muitos desses órgãos representativos nas universidades, ou mesmo, sua inexistência<sup>147</sup>.

Em termos de política nacional, a UNE também não ficaria distante de questões para a abertura democrática, pois entendia que a principal luta política era a “convocação de uma Constituinte livre e soberana [...] precedida do fim da ditadura militar”. Por isso, procurava-se organizar eventos de mobilização nacional, como uma caravana pela Constituinte, ou mesmo a campanha para que as eleições de 1982 fossem de forma direta, ou a campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Do ponto de vista estrutural, a UNE passaria então a incentivar o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) e o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), que voltavam a ser realizados em 1981, ambos com o propósito de construção da representação estudantil desde suas bases<sup>148</sup>. Além da organização política, enquanto entidade formalmente existente, a

---

<sup>147</sup> Boletim Informativo (Gestão 80/81 – Circulação para Entidades), nº 2, janeiro de 1981.

<sup>148</sup> No CONEG participam os DCEs das Universidades e, no CONEB, participam os Centros e Diretórios Acadêmicos. No CONEG daquele ano, havia sido convocada uma greve geral para 7 de maio, mas que fra-

UNE procurou dar início a um processo de arrecadação de fundos, sustentado pelo pagamento de anuidades dos DCEs e da arrecadação por meio das “carteirinhas”<sup>149</sup>. O argumento publicitado é de que a UNE necessitaria cada vez mais dessa arrecadação para cobrir os excessivos gastos para as mobilizações nacionais<sup>150</sup>. No entanto, ao procurar cumprir um duplo objetivo, de mobilização política e de manutenção administrativa e financeira, o processo de reconstrução da UNE parece oscilar. Entre os dois caminhos, há um privilégio do segundo, resultando numa organização institucional e financeira bastante elaborada. Ao que tudo indica, mas sem poder fazer aqui nenhuma apreciação disso, a crescente preocupação com as questões financeiras – que nos anos 1990 e 2000 tornaram uma preocupação singular – se desenvolvem a par com o enfraquecimento das lutas políticas lideradas pela entidade. Certamente, sua crise foi maior nos anos 2000, quando as oposições no interior da UNE acusam a direção de tê-la tornado uma “fábrica de carteirinhas”, sem pouco influenciar na vida política estudantil.

No ano seguinte, inicia-se a normalização das atividades, especialmente, por ocasião da realização o 34º Congresso da UNE, em Cabo Frio-RJ – com uma ampla participação estudantil, até então inédita, contando com 2.364 delegados e mais de 4 mil participantes. Naquele momento, as pautas políticas da UNE foram definidas em três eixos: (i) escolas públicas (referente aos orçamentos das universidades e contra os cortes de verbas e ampliação do número de vagas); (ii) escolas particulares (referente ao aumento de mensalidades e aumento de subsídios do governo); e, (iii) democratização na universidade (referente à revogação da legislação autoritária da escolha dos dirigentes universitários e dos órgãos diretivos, realização de eleições diretas para todos os cargos de eleição, inclusive o de reitor; participação dos estudantes com um mínimo de 1/5 a 1/3 nos órgãos colegiados

---

cassou, devido a dificuldades de organização das bases estudantis. A direção da UNE entendia que “a greve geral é o único instrumento capaz de dobrar a intransigência do MEC e fazê-lo atender nossas reivindicações” (Boletim Informativo – UNE, Gestão 80/81, Circulação para as Entidades, nº 4, maio, 1981: 2).

<sup>149</sup> Desde a década de 1940, foi atribuída a meia-entrada – para eventos culturais, como cinema, shows, teatro, etc. – para estudantes, através da carteirinha da UNE. No período em que a entidade ficou fechada durante a ditadura, tanto centros acadêmicos como escolas e cursinhos podiam produzir a carteirinha para tais fins. Em 2013, a lei da meia-entrada foi revogada pela Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, alterando os critérios da meia-entrada, sobretudo por conta dos eventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016. <http://www.une.org.br/2011/08/historico-da-meia-entrada/> [02 de março de 2014].

<sup>150</sup> Boletim da UNE (Circulação para as entidades), nº 6, agosto de 1981.

das universidades, faculdades e cursos)<sup>151</sup>. Dentre essas pautas, destaca-se a campanha pelo ensino gratuito e a questão da democratização da universidade, com medidas que estabeleceriam maior possibilidade de representação dos estudantes nas estruturas universitárias, fato que seria necessário para romper com os resquícios da forma não democrática da universidade presente desde o início do regime militar. Se nesse primeiro momento, as propostas nacionais da UNE ficaram bastante centradas e restritas às questões universitárias, no ano seguinte serão ampliadas as demandas, englobando as questões de eleições diretas para Presidente, a revogação da Lei de Segurança Nacional, revogação de acordos com o FMI e a campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana, fato que já englobaria os termos presentes nas discussões da transição da ditadura militar para os próximos anos.

Em 1983, na realização do 35º Congresso da UNE, realizado em São Bernardo do Campo, em outubro, agora com 2700 delegados, Acíldon de Mattos foi eleito presidente para o próximo ano. As linhas temáticas debatidas foram as lutas pelas diretas nas eleições para Presidente, independência nacional e defesa da universidade, dividindo as propostas entre questões políticas nacionais e questões específicas para a Universidade. As deliberações sobre as questões específicas para a universidade são mantidas conforme as deliberações dos anos anteriores em face da melhor articulação das primeiras.

Por isso, dentre as propostas políticas, pode-se ressaltar: a Campanha Nacional pela soberania e independência nacional, com a revogação de acordos firmados com o FMI e suspensão do pagamento da dívida externa, com debates, cartazes e manifestações públicas em todas as cidades, puxadas pelos estudantes; a libertação imediata dos padres franceses, posseiros e jornalistas; revogação da LSN; Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana; o apoio à livre expressão e organização de todas as correntes de opinião política existentes na sociedade brasileira; por eleições diretas para Presidente da República, sendo que as entidades estudantis devem procurar todas as entidades populares e democráticas, no sentido de construir comitês pelas eleições diretas nas cidades e estados; pela autonomia e liberdade sindical, pela reintegração dos dirigentes sindicais cassados; o apoio da UNE à luta dos trabalhadores e em busca de um movimento sindical unitário; a Participação da UNE em todas as iniciativas que fortaleçam

---

<sup>151</sup> Informativo da UNE (Gestão 81/82), Boletim nº 5, novembro de 1982, p. 8.

a unidade do movimento popular e democrático; pela construção e organização de uma greve geral unificada da classe operária e do povo brasileiro, contra a política econômica do governo e pelo fim do regime<sup>152</sup>.

A política nacional da UNE ganha destaque por sua defesa dos interesses nacionais, definida praticamente na crítica do estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, conforme se buscava desenvolver o projeto de Reforma Universitária de 1968<sup>153</sup>. Sendo que, a proposta de reforma universitária entendida pela UNE deveria ser a da proteção dos interesses nacionais. Sob esse aspecto, essas reivindicações se comporiam, nos anos posteriores, nas campanhas pelas “Diretas Já”, pela Constituinte, e pelo “fora Collor”. E, concomitantemente, as propostas de construção de uma universidade pública, autônoma e democrática, passaram a ser praticamente constantes no interior das universidades. Há também problemas internos, como o reforço da política financeira através das carteirinhas, a construção das entidades representativas de base por todo o Brasil e encontros entre as áreas dos estudantes<sup>154</sup>.

Foi no IV Seminário Nacional de Reforma Universitária, de 1986, que houve um impulso maior para a organização nacional, através de uma proposta para reforma universitária organizada pela UNE, de oposição ao governo, para vincular na Constituinte. Entre 26 a 28 de setembro, na UnB em Brasília, postulava-se que a nova Constituição deveria ser “comprometida com as transformações necessárias à universidade brasileira, garantindo a Reforma Universitária, que alcance um ensino democrático, público e gratuito, de boa qualidade e voltado às necessidades nacionais”. Em seus termos, o Congresso foi dividido em três frentes com as seguintes propostas<sup>155</sup>:

A Educação é um direito de todos e um dever do Estado;  
Será assegurado o ensino público e gratuito em todos os níveis;  
Caberá à União destinar não menos que 12% do seu orçamento global para a educação, e aos estados e municípios, 25%;  
As verbas públicas deverão ser exclusivamente utilizadas na rede pública;  
Deverá o poder público fixar métodos para um controle mais ostensivo sobre a rede privada de ensino;

---

<sup>152</sup> Nossa Voz (Circulação para Entidades), Ano IV, nº 4, p. 12.

<sup>153</sup> Universidade, Jornal da UNE - IV Seminário Nacional de Reforma Universitária, nº 1, fevereiro de 1985.

<sup>154</sup> Nossa Voz, Ano V, nº 6, outubro, 1984.

<sup>155</sup> Nossa Voz, Ano VII, nº 12, setembro 1986, p. 1 -3.

A Educação deverá ser compreendida de forma mais ampla que a simples instrução, devendo buscar soluções para os problemas nacionais;  
A educação compreenderá a formação geral do indivíduo para que possa se tornar sujeito consciente [...], segundo os princípios da democracia e da soberania nacional;  
A pesquisa científica fará parte integrante do processo educacional;  
Será fixado um imposto de 5% sobre a remessa de royalties e assistência técnica ao exterior pelas multinacionais, destinado à pesquisa científica;  
Os currículos deverão voltar-se para a identificação e solução dos problemas que afligem o povo e o país, buscando com isso, seu desenvolvimento independente e o progresso científico, tecnológico e cultural;  
A Educação deverá refletir na sua estrutura a democracia almejada no conjunto da nova constituição.  
A composição dos órgãos públicos da educação (conselhos federais e estaduais de educação) deverá ter garantida a representação da comunidade educacional organizada e da comunidade científica;  
A gestão das escolas deverá contemplar a participação democrática dos segmentos que a compõem;  
Assegurar-se-á a autonomia universitária em todos os sentidos;  
O ensino público deverá ter caráter laico;  
Defesa e garantia da liberdade de cátedra;

A UNE analisava que as formulações do projeto de Reforma Universitária para a Constituinte estariam sendo conduzidas para a elaboração de uma “Constituição Conservadora”. Dentre os projetos que estavam sendo destacados, disputavam o do Presidente José Sarney, passando pelo da CNBB, do Conselho Federal de Educação e o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES). Para a UNE, como aqueles documentos partiam de iniciativas do Governo Federal ou da Igreja, cuja principal característica seria a visão privatista da universidade, ora expresso na participação do Estado por manutenção dessa modalidade de ensino, ora privatizando as instituições públicas de maneiras variadas. Outros documentos, encaminhados pela Conferência Brasileira de Educadores (CBE), pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a “Carta de São Paulo” da UNE, que se baseava nas resoluções do Seminário da Constituinte, se constituíam como um bloco de visões antagônicas às primeiras. As propostas que estavam avançando eram basicamente as que tinham uma visão da privatização do ensino. Essa articulação em torno da Constituinte também não foi o bastante para impedir que mobilizações diárias dos estudantes cada vez mais se confrontavam em torno do afastamento da entidade com a realidade do estudante. Um dos importantes fatores na mudança de atitude seria a crescente mobilização dos estudantes de escolas particulares, que não encontram apoio para organizar diretórios acadêmicos e que também acabam por compor a luta em defesa do ensino público e gratuito. No entanto, com a evidente derrota

da proposta da UNE na Constituinte, mas com a aprovação da Constituição de 1988, novas mobilizações lideradas pela UNE irão ocorrer em 1992, por conta do movimento dos Caras-Pintadas pelo *Impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello e, em 1993, que aproveitando os ocorridos do ano anterior, irá ser organizada uma greve massiva contra o ensino pago, levando mais de 20 milhões de estudantes a paralisar as aulas por todo o país<sup>156</sup>.

Procurando sintetizar um pouco dos fatos relacionados ao longo desse capítulo, pode-se dizer que a UNE acaba sendo a estrutura estudantil em cuja reconstrução muitos se mobilizam, fato que também marca os novos tempos democráticos brasileiros. Porém, deve-se deixar claro que a mobilização estudantil não se fez apenas em torno da entidade. Ela começa através das reformas universitárias e irá se desdobrar com a oposição ao regime e sofrendo da violência autoritária. No entanto, parece certo que não há apenas um ponto de antiautoritarismo. Deve-se levar em consideração que as lutas estudantis ocorrem – às vezes no mesmo momento, às vezes em espaços próximos –, mas em geral com as mobilizações de vários setores de trabalhadores, que procuravam, em seu todo, romper com o regime militar, mas também com as várias mediações autoritárias impostas, que limitavam o próprio exercício político. O ganho de abertura democrática materializado na Constituição de 1988 é um fato a ser relevado. Mas, com isso, também se pode ressaltar a crítica da Constituição não ter tido preocupações nacionais mais efetivas, sobretudo no que diz respeito à educação, e sim ter preferido um projeto de sobreposição do ensino privado ao público. Ainda que em tons diferentes, prevaleceu a proposta que já havia sendo seguida pelas autoridades governamentais desde o início da ditadura. Por fim, cabe enfatizar: entre 1968 e 1977 tem-se o centro dos “anos de chumbo” no Brasil, e eles revelam não apenas a faceta violenta do regime político, mas também que sua superação apenas resultaria em um abrandamento dos conflitos de classe, reforçando alianças políticas estranhas aos desejos dos movimentos políticos que atuaram ao longo daquele período. A política democrática, objetivo de comemoração de muitos, resguarda um pouco da herança daquelas lutas sociais, mas também, o seu reverso: a herança do autoritarismo precedente.

---

<sup>156</sup> Nossa Voz, junho de 1983.

## CAPÍTULO 8

### O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CRISE DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

A fim de precisar a análise sobre o período de 1958 a 1975, momentos finais do Estado Novo português, se faz importante, assim como no capítulo anterior, delimitar a divisão temporal e temática. Tem-se como ponto de partida a crise do Estado Novo deflagrada no início da década de 1960, de acordo com a condição de pouco desenvolvimento econômico e de manutenção de relações coloniais na África. O movimento estudantil, no segundo momento, irá deflagrar mobilizações entre os anos de 1962 e 1965, duas crises universitárias que refletem também os acontecimentos gerais do regime. O terceiro momento dará ênfase à “Crise de 1969”, numa ampla contestação ao governo, seguida de repressão política. Após essa crise, os anos finais do regime salazarista, entre 1970 e 1974, são abordados em termos da ênfase na violência política do regime, destacando-se pelas inúmeras prisões e envio de estudantes para a guerra colonial. Entende-se que a abordagem aqui seguida procurou observar de que modo se formam as reivindicações estudantis e os conflitos entre estudantes e policiais, já que a tentativa de manutenção do regime passava também pela supressão das contradições e lutas de classe, que se desenvolviam, massivamente, em Portugal e na Europa, de forma geral.

#### 8.1 A crise econômica e a incapacidade de sustentação do Estado Novo

Até os anos 1960, Portugal tinha características bastante peculiares no que se refere à sua estrutura econômico-política, o que colocava o país à margem da Europa por conta de certos fatores. *Primeiro*, por ser o país menos desenvolvido da Europa, com grande campesinato no norte, latifúndios ao sul, juntamente com a reduzida e concentrada industrialização nas zonas de Lisboa e Porto; *segundo*, por possuir o maior império colonial ainda vigente, prorrogando-o por mais tempo do que os outros países que haviam sido colonizadores; *terceiro*, pela necessidade da ditadura em organizar e modernizar a sua indústria, cujos complexos industriais foram construídos através de financiamento de capital estrangeiro (Robinson, 2002). Esse conjunto de problemas resulta em uma intensa imbricação entre os problemas econômicos, as ideologias políticas e as mobilizações soci-

ais, advindos, principalmente, da dupla tensão: entre os setores agrários e os setores industriais; e entre Portugal e suas colônias.

A via econômico-política seguida pelo Regime Salazarista, desde 1933, ressaltava a grande intervenção do Estado na economia, pautando a importância do setor agrário, central para o desenvolvimento capitalista do país. Com um relativo atraso em relação ao resto da Europa, a industrialização apenas conseguiu ganhar destaque a partir de 1950 – impulsionada pelo crescimento econômico europeu do pós-guerra – embora já tivessem sido publicadas leis de incentivo industrial nos anos 1930, mas que operavam majoritariamente na regularização e arregimentação agrícola (Pereira, 1979). A intensificação industrial que ocorreria nesse período daria à burguesia industrial maior poder de barganha perante o Estado, porém, contrastando com os interesses da burguesia agrícola, ao disputar incentivos financeiros para sua consolidação. Os contornos econômicos já apostos nos anos 1960 iriam direcionar Portugal a um projeto de “integração europeia”, sobretudo, pela associação do “capital industrial e financeiro com a constituição de grandes grupos de poder econômico” pautados pelo capital internacional (p. 32-33).

O resultado disso foi um aparente crescimento econômico de Portugal durante a década de 1960, mas que se colocou sempre de forma distante do crescimento dos outros países europeus (Costa *et al.*, 2010). Os problemas estruturais internos que Portugal irá enfrentar são basicamente o de falta de mão de obra, de incapacidade de desenvolvimento da indústria e o conseqüente decréscimo do setor agrícola, que empregava grande parte da população. A falta de mão de obra, gerada pela exacerbada imigração, tanto por conta da miséria, como pela guerra colonial, levou mais de 1 milhão e meio de portugueses para outros países, sobretudo, para a França. Além disso, a própria estrutura industrial não havia se renovado desde os anos de 1910, ainda mantendo seu cerne nos setores de alimentação, bebidas, tabaco, têxteis, vestuário e calçados, mantendo uma estrutura de “produtos baratos produzidos por trabalho barato” (p. 207). Vale mencionar que a manutenção de salários baixos e rigorosamente inferiores à média europeia também dificultava as condições de vida mais dignas de grande maioria da população. Com uma infraestrutura predominantemente agrária, a população do campo diminuía cada vez mais, migrando para as cidades, para o exterior, ou mesmo para ingressar nas fileiras da “tropa”, mediante a intensificação da guerra colonial. Um dado importante é que a partir desse período irão surgir monopólios empresariais, conglomerados que agregariam parte do novo setor



industrial mas que também dependeriam das explorações coloniais, sendo um deles a Companhia União Fabril (CUF) – com capital proveniente das explorações coloniais de cobre e oleaginosos, mas que, no continente, desempenhava funções bastante importantes no controle do Banco Totta, da TAP, entre outros aglomerados industriais e comerciais –, além do grupo Champalimaud, composto por empresas de siderurgia, o Banco Pinto & Sottomayor, a seguradora A Confiança e a CIFEL em África, entre outras<sup>157</sup>.

Ainda que o discurso ideológico do Estado Novo estivesse bastante voltado pra o paternalismo e para a obtenção de apoio dos setores da pequena burguesia, ressaltando não apenas a imposição de valores morais relativos à submissão, mas a continuidade de uma sociedade tradicional, sua garantia se dava também por conta da manutenção dos territórios coloniais. O desenvolvimento industrial na “metrópole” não se coadunava com a continuidade de um modelo colonial, cada vez mais atrelado aos interesses do capital estrangeiro, sobretudo em empresas petrolíferas e de exploração de minérios, gerando outra série de problemas. Se no território metropolitano Portugal contava com um investimento econômico massivamente europeu e norte-americano atrelado às burguesias nacionais, nas colônias africanas, o investimento era predominantemente de empresas transnacionais, sobretudo, nas áreas petrolíferas (Secco, 2004). Para além dos grupos que faziam a corrente exploração colonial, havia pouco interesse econômico dos novos grupos industriais nesses territórios, o que se configurava não apenas como a perda do poderio econômico da metrópole sobre as colônias, mas também, a completa inviabilidade de manutenção desse modelo (Pereira, 1979; Costa *et al.*, 2010; Secco, 2004). O fato é que as colônias “serviam para produzir produtos agrícolas ou matérias-primas para exportação, ou para alimentar indústrias transformadoras rudimentares, como a produção de sementes e frutos oleaginosos na Guiné” (Costa *et al.*, 2010: 220). O interesse de investimento nas colônias se deu basicamente por grupos financeiros internacionais, mas poucos deles ligados aos grupos financeiros da metrópole.

Essa contradição estava assentada, sobretudo, através do Estado Novo. Com um modelo político-ideológico de centralidade constitucional, o Estado Novo se baseou em um modelo “bonapartista” de governo, sobrepondo o Poder Executivo sobre os outros

---

<sup>157</sup> Sobre a formação dos monopólios empresariais em Portugal no período antes e pós o *25 de Abril*, ver Costa *et al.* (2010) e o documentário “Os Donos de Portugal”, direção de Jorge da Costa, Produção Instituto de História Contemporânea - FSCHUNL, 2011, 48 minutos, colorido.

poderes e centralizados sob a figura do Presidente do Conselho de Ministros, Antônio de Oliveira Salazar. Com isso, se procuraria evitar, a todo custo, os descontentamentos da classe trabalhadora, mantendo os sindicatos sob controle estatal e descumprindo os repasses de aumentos de preços e de custo de vida. O Estado hierárquico-corporativo esteve assentado nos princípios constitucionais de um Estado forte e no supra-individualismo da Nação (Canotilho, 1987). Por isso, a manutenção dos territórios coloniais representava a hegemonia do autoritarismo político, assegurado pela fictícia homogeneidade territorial, política, econômica e cultural que falsearia a coesão do Estado-nação: a metrópole e os territórios “além-mar” seriam os aportes geopolíticos que garantiriam tal unidade. No entanto, por conta dos desenvolvimentos econômicos do período, que residiram em profundas alterações na estrutura do sistema capitalismo em nível mundial, essa “homogeneidade”, outrora tomada como normal, acabou sendo abalada:

A contradição fundamental que conferia a dinâmica da crise sistêmica do Império colonial português, a partir dos anos 60, residia no afastamento, dilatado e constante, de interesses e laços econômicos entre a metrópole e suas colônias. Ou seja, a sobrevivência do Império, como superestrutura jurídico-política da sociedade metropolitana, tornava-se cada vez mais vital para a manutenção do regime, mas não das suas economias e da sua infraestrutura. Ao contrário, era o desenvolvimento das forças da produção que exigia a mudança política, como pré-condição para adaptar o país aos ritmos da sociedade europeia, à qual os industriais e comerciantes portugueses encontravam-se cada vez mais vinculados (Secco, 2004: 90).

Essa situação praticamente colocava a real incapacidade de sustentação econômico-política de Portugal, bem como, de forma alargada, se relacionava diretamente com a questão do imperialismo e com a Europa. Primeiramente, porque com o Plano Marshall, os países centrais da Europa estiveram cada vez mais atrelados ao capital norte-americano, implicando em significativas mudanças econômico-políticas, como o estabelecimento de um Estado com políticas keynesianas, economias mais abertas, um projeto ideológico de integração europeia, a adesão ao liberalismo e liderança do bloco econômico, a Comunidade Europeia (CEE), por Alemanha e França, ligados diretamente à North Atlantic Treaty Organization (NATO); segundo, porque eram desejadas novas posturas dos Estados, como a militarização, o completo afastamento em relação à URSS, a definição territorial e a competitividade econômica entre os países (Callinicos, 2009). Por outro lado, o sucesso da Revolução Cubana (1959) e da Revolução Cultural Chinesa (1966), bem como as derrotas dos países colonialistas frente às suas ex-colônias, momento iniciado com

a Guerra da Argélia (1954-1962), com a vitória das forças anticoloniais sobre as tropas francesas, colocavam em alerta a continuidade do colonialismo em Portugal.

O cenário de imposição imperialista pressionava Portugal à integração europeia, da mesma forma que fazia com que, do ponto de vista norte-americano e de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a manutenção de suas colônias fosse algo condenável, havendo um conflito entre os interesses imperiais do salazarismo com a realidade objetiva de domínio e de expansão capitalista que se impunha. Não obstante, se faz claro que, na década de 1960, a integração com a Europa era, não apenas uma alternativa, mas “uma realidade inelutável da fase monopolista do capitalismo português”, que, conseqüentemente, faria aumentar os investimentos externos no país, especialmente do capital norte-americano, muitas vezes não apenas através do investimento direto, mas ao assumirem “posições” estratégicas nas empresas, como por venda de matérias-primas ou utilização de patentes (Pereira, 1979: 64-65)<sup>158</sup>.

Internamente, devido à crise ideológica que enfrentava o regime, que não mais conseguia realizar a dominação das classes trabalhadoras sob os discursos do paternalismo fascista, um complexo cenário político de oposição ao salazarismo começava a ganhar corpo. Em 1958, em razão da fraudeulenta derrota do General Humberto Delgado nas eleições para Presidência da República para o então candidato Américo Thomaz, apoiado por Salazar, à Presidência da República, houve inúmeras manifestações favoráveis à “liberalização” do regime. Delgado era militar da Legião Portuguesa e também estava ligado ao regime, além de ter estreitas relações com a NATO e com o imperialismo norte-americano<sup>159</sup>. Porém, sua candidatura “dissidente”<sup>160</sup>, a princípio lançada por um pequeno

---

<sup>158</sup> Pereira (1979: 67-72) observa que haveria tanto formas diretas como indiretas de aplicação dos investimentos estrangeiros. As aplicações diretas seriam realizadas: (i) em setores de baixa tecnologia, onde há força de trabalho barata e matérias-primas (têxtil, embalagens e montagens) e em setores de tecnologia mais avançados (eletrônica), fazendo com que os últimos fiquem dependentes dos grupos internacionais; (ii) investimentos em setores voltados para a exportação; (iii) nos setores de bens de consumo e serviços. Sobre as aplicações indiretas, há investimentos principalmente em créditos financeiros e em dívida externa privada.

<sup>159</sup> *Avante!*, nº 267, 2ª Quinzena de Novembro, 1958.

<sup>160</sup> No entanto, o Partido Comunista Português – maior partido organizado na oposição desse período – considerava que a candidatura de Delgado não significava, de fato, uma alternativa democrática, pois visava “lançar a confusão e a divisão e impedir a designação de um candidato democrático”, já que Delgado, seria uma espécie de “dissidente” do salazarismo. O PCP fazia essa conclusão no sentido também de procurar lançar uma candidatura própria que tivesse maior representação da classe trabalhadora. Inicialmente, foi designado o Eng. Francisco Bento de Cunha Leal, que desiste alegando problemas de saúde. Em seu lugar, o

grupo de liberais do Porto, acabou ganhando um amplo apoio de importantes grupos políticos sociais-democratas, liberais, conservadores e republicanos, socialistas, monárquicos, católicos, além de dissidentes do regime e militares, vislumbrando a formação de uma oposição não apenas política mas também social (Ferreira, 2010). Com a fraude eleitoral amplamente denunciada, começa a ganhar corpo um conjunto de manifestações por liberdade eleitoral e democracia. O apoio da população a Delgado não apenas representava que a oposição política portuguesa estaria se organizando, mas que, também, o regime salazarista iria enfrentar, nos próximos anos, inúmeras contestações por seu fim.

Por conta dessas disposições econômico-políticas, a sociedade portuguesa passou a ser despertada por um acirramento da contradição entre capital e trabalho, na passagem da mais-valia absoluta para a relativa, pois se buscava aumentar a força produtiva e, conseqüentemente, o capital total, o que também pode ser considerado como sentido de modernização<sup>161</sup>. Esse conflito pode ser visualizado, no interior das classes dominantes, conforme os interesses da burguesia agrária, juntamente com setores da pequena e média burguesia e da burguesia com interesses ultramarinos, que se colocavam em posições mais conservadoras e se confrontavam com os interesses das classes modernizantes, que precisavam impor seu projeto industrial em contraponto aos interesses conservadores agrários e coloniais. As classes trabalhadoras, por sua vez, veriam que o “pacto” de classes de controle de seus interesses estaria cada vez mais frágil, o que despoletaria a possibilidade de ações políticas. Porém, sem ter ocorrido um momento de construção efetiva da consciência de ação da classe trabalhadora – fato sempre mediado pelo Estado Novo<sup>162</sup> – havia a necessidade tanto de se criarem, subjetivamente, os interesses coletivos, como de que se absorvessem a totalidade das questões implícitas. Nesse sentido, com uma conflitualidade de classes patente, a classe trabalhadora poderia se construir, efetivamente, através de sua experiência, e esse fato irá ocorrer nas inúmeras greves que antecedem o *25 de Abril*, bem

---

advogado lisboeta, Dr. Arlindo Vicente, seria o candidato comunista, mas também não consegue validar sua candidatura.

<sup>161</sup> Costa *et al.* (2010) entende que o período de 1945 a 1974 tratou-se de um período de “modernização conservadora” em Portugal.

<sup>162</sup> Sobre essa questão, o estudo de Estanque (2000), realizado em uma fábrica de calçados em São João da Madeira, no Norte do país, evidencia as continuidades do salazarismo na construção da consciência da classe trabalhadora que, mesmo após o *25 de Abril*, permaneceu, em grande medida, atrelada ao corporativismo salazarista.

como pelo período de intensa agitação e de controle de fábricas que acontece entre 1974 e 1976.

O movimento estudantil, os setores mais politizados das universidades portuguesas, também irá engrossar essas fileiras, não através do falseamento de uma “identidade” de classe trabalhadora, mas participando do projeto de construção dos interesses coletivos em torno das questões referentes ao modelo de ensino e principalmente de liberdade de associação, tomando contato com as experiências de lutas de classe que, direta ou indiretamente, iria os atingir – ou, dito de uma forma thompsoniana, se apresentando na luta de classes, sem ser, efetivamente, uma classe, ou seja, na condição de *making of* de uma classe - pois, com um processo de industrialização em curso, sobremaneira se exigiria a qualificação profissional e o conhecimento técnico-científico como atributos que a futura classe trabalhadora deveria ter, caso Portugal quisesse seguir os mesmos rumos impostos pelo capital, o que não significa que esses objetivos fossem alcançados necessariamente.

Portanto, em termos do que aqui se seguirá, as ações e mobilizações do movimento estudantil de Portugal serão observadas em dois momentos. Um primeiro momento em que há o início da organização estudantil de forma mais ativa, entre 1958 a 1965, onde se destacam as mobilizações pelo direito associativo. O segundo momento compreende o período de 1969 a 1974, quando persiste a condição de luta pelo associativismo, mas também se desencadeia uma reação mais violenta do regime, por conta principalmente dos conflitos na guerra colonial, e que irá resultar na perseguição política de estudantes mais engajados politicamente e de membros das associações acadêmicas. Portanto, em torno desses dois períodos, se faz necessário compreender, primeiramente, quais as relações entre o movimento estudantil e o governo, pois somente assim se pode compreender as lutas estudantis do ponto de vista da totalidade das lutas sociais ocorridas em Portugal naquela época. Para isso, se faz necessária uma compreensão mais pontual e fatural, que permita apresentar tanto as reivindicações estudantis como os conflitos e a intensificação da violência<sup>163</sup>.

---

<sup>163</sup> As descrições, datas e fatos apresentados aqui são baseadas na análise, basicamente das edições do jornal *Avante!*, elaborado pelo Comitê Central do PCP entre os anos de 1958 a 1974. A opção de escolha pelo periódico se deu, primeiramente, por haver uma sequência completa dos números do jornal, seja no site *Avante!* [[www.avante.pt](http://www.avante.pt)] seja no Arquivo da Fundação Mário Soares ou no Centro de Documentação 25 de Abril. No mais, essa preferência também se dá porque o teor descritivo do jornal aparenta ser bastante preciso ao apresentar os fatos de forma geral. Outro ponto favorável a tal escolha é que, de forma a tentar observar uma

## 8.2 Ofenderam-te, Enluta-te (1962-1965)

As mobilizações que se seguiram no meio estudantil, entre 1962 e 1965, e as suas duas “Crises Acadêmicas”, dispõem de muita atenção sobre o Decreto-lei nº 40.900, de 12 de dezembro de 1956, que estabelecia a proibição das liberdades associativas conquistadas anteriormente, colocando os órgãos estudantis subordinados ao Ministério da Educação, criando uma situação de “asfixia” que resultaria em protestos (Bebiano & Estanque, 2007). Em parte, a especificidade das lutas estudantis desse período se dará no sentido de liberdade de associação. Essa questão não pode ser compreendida como a totalização do movimento estudantil dessa época, desvinculado do conjunto das lutas sociais e da intensa repressão utilizada para contê-las.

Além disso, procurando aqui evitar uma análise apenas pontual das “Crises”, e, nesse sentido, se faz necessário compreender o processo de formação dessas lutas, que inicia-se um pouco antes, em 1958, data das primeiras mobilizações pelas liberdades associativas. Fato que merece destaque é que entre 1958 a 1962, inúmeras greves de trabalhadores e camponeses iriam explodir de norte a sul do país, em sua grande maioria reivindicando o aumento de salários e a redução da jornada de trabalho. Os trabalhadores que mais se mobilizaram inicialmente foram os dos setores agrícolas, seguido pelos trabalhadores industriais de localizações distantes dos centros urbanos. Essas greves permitiam que houvesse um clima bastante propício para que os movimentos oposicionistas se organizassem setorialmente, também impulsionados pelos ocorridos nas eleições de 1958. Com as greves ganhando destaque nacionalmente, estudantes de Coimbra, Lisboa e Porto também começam a organizar suas reivindicações, ações que direta ou indiretamente ofereciam uma crítica ao salazarismo, sobretudo, de sua fachada mais repressiva. Relativamente a essas mobilizações, elas também ressaltavam não apenas o desejo de mudança, mas a tentativa prática de construir uma universidade onde houvesse liberdade de associação e de

---

generalidade das ações do movimento estudantil, em uma época tão ampla, seria praticamente impossível recorrer a uma análise dos documentos históricos das Faculdades e Universidades e abordá-los de forma mais pormenorizada. Entendo que o trabalho sociológico, ao contrário do trabalho historiográfico, pode priorizar as continuidades e descontinuidades, embasadas em relações e determinações sociais que permitem com que os fatos não sejam meramente tratados como fatos, mas que, a partir de sua síntese se possa compor relações mais complexas e críticas. Outras fontes utilizadas e/ou citadas serão marcadas em notas. Além disso, em termos bibliográficos, as obras de Cruzeiro (1990), Bebiano (2003), Cardina (2008), Estanque e Bebiano (2007) e Accornero (2010) serão outras das fontes de consulta para a compreensão do período.

expressão política, uma universidade que fosse popular e que estivesse numa posição de autonomia perante os interesses do governo e do capital.

Em 1958, no primeiro semestre (2º semestre letivo 1957/1958) uma greve dos estudantes de Medicina e de Direito na Universidade de Coimbra reivindicava o adiamento dos exames, obrigando o Ministro da Educação, Manuel Lopes de Almeida, a marcar novas datas. Nos primeiros meses do ano seguinte, em Coimbra, estudantes das repúblicas pediram a libertação de um estudante preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), resultando em duas Assembleias Magna, com mais de 300 pessoas no primeiro dia e mais de 700 pessoas no segundo, pedindo explicação para o Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Educação sobre a violência e o desaparecimento. No cortejo da “Queima das Fitas”, se apresentou a seguinte ludicidade antirregime: “O Antônio há-de morrer, a Oliveira há-de secar, o Sal há-de derreter e o Azar há-de acabar”. No Porto, também na “Queima”, estudantes saudaram o colega preso pela PIDE, Abel Ferreira da Costa, e também, no mesmo dia, o estudante Paulo Barros foi preso<sup>164</sup>.

No ano de 1960, se intensificaram ainda mais as mobilizações estudantis. No Porto, uma assembleia deliberou um abaixo-assinado contra a nomeação de delegados escolhidos pelo governo para o Centro Universitário do Porto. No Dia do Estudante, em Lisboa, Coimbra e Porto, foram feitas atividades culturais, de debates e reflexão, sobre os problemas universitários e estudantis. Naquele ano, a direção da Associação Acadêmica de Coimbra (AAC) iria mudar, com a vitória de estudantes ligados às Repúblicas sobre estudantes ligados ao regime, o que trouxe um impulso para as organizações estudantis através do maior poderio de mobilização da AAC. Tal fato representava um avanço do movimento estudantil de oposição e começava a deixar claro que, pelo menos em Coimbra, o regime não tinha muitos apoiantes nesse reduto. Nas três universidades também foram feitas petições para a libertação dos estudantes presos pela PIDE, para que pudessem comparecer aos exames, gerando a perspectiva de uma unidade estudantil.

No ano seguinte e no Porto, 300 estudantes da Faculdade de Medicina reivindicaram pela suspensão da obrigatoriedade da frequência nas aulas teóricas. Em Coimbra, no desfile da “Imposição das Insígnias”, a ironia estudantil contra o regime já se fazia

---

<sup>164</sup> “A juventude une-se e luta”. *Avante*, nº 272, fevereiro, 1959.

latente, como, por exemplo, num cartaz que dizia “Entregue três pacotes de PIDE no seu observador habitual e receberá grátis a entrada no Grande Hotel de Peniche”, entre outras satirizações<sup>165</sup>. Em fevereiro, o protesto dos estudantes das colônias contra o fechamento da *Casa dos Estudantes do Império*, em Lisboa, ganharia apoio das três universidades, havendo também uma fuga de 102 estudantes da *Casa*, que foi relatada pelo governo como sendo apenas de 41, o que fez também com que continuasse a atenção estudantil sobre o caso.

Em abril, por conta da publicação do texto “Carta a uma jovem portuguesa”, assinado pela estudante Marinha de Campos, no jornal estudantil coimbrão *Via Latina* – denunciando o moralismo e o paternalismo do salazarismo no que diz respeito às temáticas das questões femininas e de gênero – foi o jornal impedido de circular pela censura (Bebiano, 2003). Em maio daquele ano, nas eleições da AAC, uma lista composta por membros do Conselho de Repúblicas e de oposição ao regime, ganhou a direção da associação, com uma ampla mobilização estudantil (cerca de 3 dos 4 mil estudantes da universidade votaram) e derrotando a lista composta por estudantes abertamente apoiantes do regime e outros mais moderados. A vitória fez com que os estudantes desfilassem na Baixa da cidade, gritando “academia livre”, “autonomia”, e ganhando apoio da população local, que os aplaudia.

Em 22 de outubro daquele ano, foi realizado em Coimbra o “I Encontro da Juventude Democrática”, que reuniu 80 delegados oposicionistas de todo o país. O encontro, que já havia sido previamente proibido pelas autoridades, se realizou e foram pautas as seguintes questões: o fim da guerra colonial, as liberdades democráticas, a extinção das bases militares estrangeiras e a anistia para os presos políticos. A proibição de uma sessão pública do encontro causou a manifestação de cerca de 3 mil pessoas, com a adesão de soldados e solidariedade de populares. Ao final da manifestação, inúmeros conflitos entre os manifestantes e a polícia se sucederam e a AAC convocou uma Assembleia Magna para a avaliação dos ocorridos. Esses fatos revelam a tentativa de organização autônoma estudantil, ocorrida em conjunto com as mobilizações que se davam no país, com reivindicações específicas, mas articuladas em seu todo, pelo descontentamento com o regime político. Com isso, Coimbra se estabelecia como um espaço estudantil de forte ati-

---

<sup>165</sup> “Greve estudantil no Porto” e “Ironia política dos estudantes de Coimbra”, *Avante*, nº 296, janeiro, 1961.



vidade política e que, apoiado pela AAC, conseguia atrair estudantes opositores das outras universidades, bem como efetivar ações de protesto significativas.

Em 1962, o ponto de convergência das organizações anteriores viria a se delinear e as manifestações estudantis ganhariam maior destaque, sobretudo, pela chamada *Crise de 62*. O ano começava com o assalto ao quartel de Beja, por parte do capitão João Varela Gomes e acirrava os ânimos opositores; e, além disso, o PCP convocou manifestações em várias cidades, como a de 31 de janeiro no Porto, por motivo da comemoração da Revolução Republicana de 1891, que levou mais de 50 mil pessoas às ruas. A manifestação contou com ampla adesão de trabalhadores da região e também de estudantes, e nela foram ecoadas palavras de ordem contrárias a Salazar e em favor da anistia dos presos políticos.

Os estudantes de Coimbra, por sua vez, organizavam-se para a realização de um colóquio, o chamado 1º Encontro Nacional de Estudantes, a ser realizado em 9 de março. Com a proposta de discussão dos rumos do movimento associativo, o evento foi proibido pelas autoridades, que também impediram os estudantes de outras partes do país de chegarem a Coimbra. Mesmo assim, o evento contou com a participação de aproximadamente 300 estudantes, que discutiram sobre alojamento estudantil, saúde e questões pedagógicas. A punição à AAC veio logo em seguida, quando o governo manda fechar suas instalações e solicita que a Reitoria abra um processo disciplinar contra os estudantes. Insatisfeitos, decretam o “luto acadêmico”, fechando as sessões da AAC e andando com as batinas fechadas.

Em Lisboa, uma grande mobilização irá ocorrer por conta da proibição do Dia do Estudante. Como resultado, mais de 25 mil estudantes fizeram greve entre os dias 24 e 26 de março, reivindicando liberdade, autonomia e o fim da repressão. No dia da proibição, aproximadamente 3 mil estudantes se concentraram no Estádio Universitário de Lisboa e, quando saíram, foram surpreendidos por policiais, causando conflitos que resultaram em vários feridos e muitos presos. Por ocasião dos ocorridos, no dia seguinte, o Ministro da Educação, Lopes de Almeida, deixava pública a sua insatisfação com as atitudes dos estudantes. Mas a violência não cessaria. A PIDE invadiu a Faculdade de Medicina, intervindo em uma assembleia de mais de 500 estudantes. A Associação Acadêmica de Lisboa (AAL) decretou luto acadêmico, ou seja, o não comparecimento nas aulas para os próximos dias. O apoio de Coimbra veio imediatamente, com uma Magna em que participaram cerca de 2

mil estudantes, também decretando o luto acadêmico; o mesmo apoio também foi conseguido no Porto. Em 26 de março, foram feitos piquetes na porta das faculdades e a declaração de greve, cuja adesão foi de mais de 18 mil estudantes e que também contaram com a solidariedade de muitos professores. Devido à intensidade dos fatos, o diretor da Universidade de Lisboa, Marcello Caetano, se demitiu e o Ministro da Educação mandou libertar os líderes estudantis presos, autorizando, temporariamente, o Dia do Estudante.

Mas, devido à continuidade da proibição, a greve se reiniciou em 6 de abril, através da realização de assembleias com massiva presença estudantil, apontando pontos de pauta para a reivindicação: o direito de formar uma Federação Acadêmica de Lisboa e uma União Nacional de Estudantes; a revogação do Decreto 40.900; e a demissão do vice-reitor, Gonçalves Rodrigues. No dia seguinte a intervenção policial fez mais conflitos e presos, que, ainda naquele mês, iria ser fortalecida por greves de apoio em Coimbra e em Porto, além de adesões esparsas de liceus e colégios. A intensidade de manifestações também permitiu adesões de estudantes ao *1º de Maio*, que reuniu mais de 100 mil pessoas, e, às manifestações de 8 de maio, em Lisboa. Entre suspensões e retomadas, a greve estudantil irá permanecer naquele mês, apesar da intensificação das prisões estudantis. Em Lisboa, foram presos inúmeros estudantes após piquetes nas faculdades e ocupações de espaços universitários, o que obrigou o governo a suspender novamente as manifestações do Dia do Estudante, mas que não impediu que em 23 de maio a greve continuasse.

Em Coimbra, uma Assembleia Magna decretou greve novamente. Muitos espaços universitários foram tomados por barricadas e aproximadamente 150 estudantes foram presos. Em 31 de maio, outra Magna com mais de mil estudantes exigiu a libertação dos estudantes presos, entre eles, Enrico Figueiredo (Quintanista de Medicina), encaminhando uma petição para o Ministro da Educação. Dias mais tarde, em 4 de julho, uma plenária estudantil novamente resultou em conflitos com a polícia e, dessa vez, professores foram agredidos, implicando no apoio de vários professores para com o movimento e no encaminhamento de uma moção assinada por mais de 70 docentes. A 20 de junho, prosseguiu uma manifestação para a libertação de Eurico Figueiredo, conseguida oito dias depois, após mais uma manifestação com a participação de 200 estudantes e de novos confrontos com policiais. Com a libertação do estudante preso, o fim da greve estudantil foi decretado, resultando no desafio das associações estudantis manterem a luta anterior e a unidade política contrária ao regime. Nos meses seguintes, a solidariedade para com o movimento

alcançou professores, intelectuais, jornalistas e escritores, porém, somente em novembro a substituição do Ministro da Educação foi feita pelo governo, entrando Inocêncio Galvão Teles.

Porém, no início do ano letivo 62/63, em outubro, a AAC publicou um Boletim apontando uma síntese dos problemas relativos ao ano letivo anterior e sua tensão com o governo salazarista<sup>166</sup>, sendo eles: a intromissão de autoridades policiais nas atividades acadêmicas e praxistas, o boicote da atividade da AAC na visita do Ministro da Educação na inauguração da Biblioteca Geral, as dificuldades na realização do 1º Encontro Nacional de Estudantes em Coimbra e suspensão das atividades do Dia do Estudante em Lisboa; a repressão da censura e suspensão da Via Latina; a suspensão da Direção Geral da AAC; o encerramento de todas as associações de estudantes do país; os "castigos disciplinares aplicados a mais de uma centena de estudantes de Coimbra e Lisboa, sendo os membros da Direção Geral AAC e mais dois colegas expulsos de todas as escolas portuguesas".

A elaboração de um novo Decreto-lei, o 44.632, publicado em 15 de outubro de 1962, que revogava o 40.900, foi também um aparente “ponto final” sobre os ocorridos. Apesar de manter a interferência do Estado sobre as organizações estudantis, se denotava a evidente preocupação com os acontecimentos daquele ano, mas sub-repticiamente, se tentava também aumentar o controle e a tutela sobre as organizações associativas<sup>167</sup>. As alterações desejadas se apresentaram da seguinte forma: poder ao Ministro da Educação para sancionar os representantes estudantis das associações e validar quaisquer representações; possibilidade de suspensão dos dirigentes, caso sua atividade fosse considerada incompatível com os “superiores interesses do país”; e ainda, submeter os órgãos de serviços estudantis à tutela universitária (Cruzeiro, 1989: 66).

Como a chamada *Crise de 62* foi muito tratada por pesquisadores da área, a retomada dos fatos se faz necessária apenas para ponderar algumas considerações. Primeiro, que não se trata de um fato pontual, mas justamente, se concatena com as mobilizações políticas gerais que estavam ocorrendo em Portugal na tentativa de derrocada do regime salazarista, bem como, contou com a presença de estudantes ligados ao PCP no seu

---

<sup>166</sup> Esse documento chegou ao Conselho de Ministros em 6 de outubro de 1962.

<sup>167</sup> "Decreto-Lei nº 44.632", de 15 de outubro de 1962, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_55110](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_55110) (2014-1-18).

interior, ainda que esses não fossem maioria. Isso faz com que não se possa apenas visualizar um movimento exclusivo de estudantes em seu todo – mas exclusivo, obviamente, no interior das universidades em termos das liberdades associativas restringidas. As manifestações de 62 também criaram um clima de que os preceitos corporativistas das universidades poderiam ser contestados, em termos de liberdades democráticas, mas que, em muito, se coadunavam com a crise econômica e política do salazarismo.

Deve-se concordar que a influência ao chamado “sindicalismo estudantil” - impulsionado pela Carta de Grenoble de 1946 e adotada amplamente pelos estudantes franceses da UNEF e pelos estudantes portugueses ligados ao PCP, que definia o estudante enquanto “jovem trabalhador intelectual” – não se configurou inteiramente nas práticas desse período, mas o influenciou, de certa maneira (Garrido, 2008: 149). Ao contrário de uma aproximação das Associações Acadêmicas com um modelo sindicalizado estudantil, essas estruturas representativas se valem muito da noção corporativista de que, como no caso de Coimbra, qualquer estudante matriculado na universidade pode ser representado pela AAC. Porém, os próprios fatos colocam em questão essa apropriação. Apenas como instrumento representativo, as associações acadêmicas não podem garantir a participação voluntarista dos estudantes; para isso, é preciso que haja fatores gerais de mobilização na sociedade, ou seja, que haja inter-relações contraditórias evidenciadas entre os interesses políticos da classe dominante e da classe trabalhadora.

Parece ser evidente que a crise econômica naquele contexto colocaria em evidência as dificuldades e os presentes rumos políticos seguidos e isso não estaria meramente disposto subjetivamente, mas objetivamente. Ao contrário do economicismo, é preciso verificar que as lutas políticas setoriais – no caso das estudantis – encontravam um conjunto de disposições, muito evidentes no cotidiano, propícias para sua atuação: a guerra colonial, as crescentes negociações de Salazar junto à Comunidade Econômica Europeia para a integração portuguesa, o aumento do custo de vida e arrocho salarial, a intensificação da repressão, etc. Reiterando, não se poderia compreender as revoltas estudantis apenas como “revoltas estudantis”, que queriam uma liberdade democrática associativa, mas como revoltas estudantis num contexto mais geral de mobilização política. Porém, esse argumento somente pode ser clarificado na análise dos conteúdos das reivindicações estudantis de 65 e, posteriormente, de 69.

Após a ebulição de 1962, uma baixa contestatória se instaurou no ano seguinte. Isso pode ser atribuído por uma sensação de derrota das reivindicações de 62, no que diz respeito à incapacidade de fazer cair o regime salazarista, ou pela desmobilização perante as reivindicações das associações (Caiado, 1990). Porém, ao que tudo indica, há também a descontinuidade das mobilizações trabalhadoras e camponesas naquele ano, evidenciando um refluxo das lutas sociais no geral, já que se havia presenciado aumentos de salários e pequenas concessões aos movimentos grevistas. Entre outros fatores, um dos motivos da redução certamente se encontra no recrudescimento da violência policial e de maior atenção do governo sobre as atitudes estudantis do que na mudança de estratégia das associações<sup>168</sup>.

As estratégias estudantis, porém não estariam restritas a esse panorama. Nas documentações de Salazar daquele período<sup>169</sup>, consta que no dia 24 de agosto de 1963, o programa radiofônico emitido a Portugal desde a Argélia, “A voz da liberdade”, pela Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), relatava algumas das resoluções do 1º Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido<sup>170</sup>, ocorrido na cidade brasileira de Salvador/BA. Naquele encontro, os temas debatidos foram referentes aos estudantes e lutas de libertação nacional; as universidades e o desenvolvimento, a reforma universitária como fator de desenvolvimento; o mundo desenvolvido e a paz. A participação de estudantes comunistas portugueses implicou que, na plenária final, com cerca de 2 mil pessoas, fosse gritado “abaixo Salazar”. Algumas das diretrizes para Portugal tiradas nesse encontro,

---

<sup>168</sup> A mudança de estratégia – da combatividade à defensividade – após a crise de 1962 é referenciada por Caiado (1990) como contendo dois objetivos: a retomada da atividade tradicional de prestação de serviços das associações e a não manutenção de interesse dos universitários para a agitação.

<sup>169</sup> Arquivo Oliveira Salazar (AOS) do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

<sup>170</sup> Em 1963, em decorrência da independência da Argélia e do exílio de muitos militantes portugueses nesse país, apoiados pelo presidente Ben Bella e reunidos pela figura de Humberto Delgado, se organizaram em torno da FPLN, organização que tinha como objetivo a luta armada contra o salazarismo. O programa “A voz da Liberdade” foi uma iniciativa coordenada por João Pulido Valente e Rui d’Espinay (Santos, 2011). Por outro lado, há poucas referências bibliográficas sobre esse Seminário e que, de forma muito esparsa, podem colocar esse momento em segundo plano. No entanto, se sabe que foi organizado pela UNE e que contou com a presença de estudantes chineses, o que evidenciou tanto uma aproximação de setores maoístas junto à AP brasileira, como dos estudantes do PCP que dele participaram. No comunicado recebido por Salazar, consta, na participação do evento, estudantes dos seguintes países: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, São Salvador, Guiana Francesa, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Panamá, República Dominicana, Venezuela, Uruguai, Camarões, Congo, Gana, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, e as organizações UGEAO e UGEAN, China popular, Índia e Iraque, Alemanha do leste, França, Portugal, Checoslováquia, União Soviética, Iugoslávia.

levariam em consideração a condenação da ditadura fascista, do colonialismo e das perseguições e atentados à autonomia e aos direitos de associação estudantil, do protesto contra as prisões e torturas a que eram submetidos os dirigentes estudantis portugueses (bem como grevistas e dirigentes sindicais) de oposição, a libertação de todos os estudantes presos. Recomendava-se, por fim, que "todas as uniões nacionais de estudantes participantes que apoiem a luta dos estudantes portugueses e denunciem o regime fascista de Portugal, como um regime antipopular, antidemocrático e inimigo da juventude". Nesse ponto, é também possível perceber como as articulações internacionais dos estudantes também procurariam causar um efeito no movimento estudantil português, ocasionando, por sua vez, a aproximação com o ideário político marxista-leninista (maoísta).

Essa aproximação também se fundamenta nas cisões internas do PCP, que designaram novos caminhos para as lutas sociais, já em 1964. A referência de inúmeros dirigentes que começaram a realizar rupturas ideológicas com o partido demarcara, por um lado, a manutenção contestada do alinhamento do Comitê Central do partido com as posições de Moscou, ao passo que muitos outros dirigentes se aproximaram, paulatinamente, do maoísmo e da luta armada (Cardina, 2011). Algumas cisões operadas em 1964, como a Frente de Ação Popular (FAP) e o Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) evidenciaram discordâncias internas sobre os métodos de luta contra o regime salazarista, bem como seguiam as distensões dos movimentos comunistas operadas em âmbito internacional. Como o debate sobre as lutas armadas cada vez mais se estabelecia no interior do partido, também se colocava em dúvidas os rumos das lutas e as alianças que estavam sendo construídas, apesar de que a perda de hegemonia do PCP no meio estudantil somente começaria a ocorrer em 1967 (p. 54).

No âmbito das lutas operárias, era visível que elas estavam se intensificando, seja no setor portuário, seja com os trabalhadores da CUF, possibilitando conquistas salariais e de redução das jornadas de trabalho, sobretudo, nos setores agrários. Por outro lado, aumentava também as deserções na guerra colonial, principalmente de jovens, refletindo um crescimento da impopularidade das guerras coloniais, não somente entre a sociedade portuguesa, como um todo, mas também entre muitos dos militares.

Não obstante, 1964 foi um ano de retomada da atividade do movimento estudantil, através de manifestações pelo Dia do Estudante em Lisboa, o que gerou a prisão e vários casos de violência policial. No dia 27 de janeiro, Maria João Antunes Gerardo, da

Faculdade de Letras de Lisboa foi presa por "desenvolver atividades que ultrapassavam as questões referentes aos movimentos académicos"<sup>171</sup>, sendo que, na noite anterior a PIDE fez uma busca em sua residência, apreendendo material e panfletos do PCP. A Associação de Estudantes de Letras de Lisboa se solidarizou com a estudante, escrevendo um Comunicado, que se referia à dinâmica colaboração que a estudante desempenhava, como tesoureira da associação, e sobre o momento que as Associações passavam, com uma reestruturação de seu trabalho amplamente apoiado.

Um mês depois, reuniram-se em frente à Reitoria da Cidade Universitária de Lisboa, cerca de 500 a 600 estudantes das Faculdades de Medicina, Letras, Escola Superior de Belas Artes, Instituto Superior Técnico e Faculdade de Ciências, para se manifestarem em favor dos estatutos da universidade, pela presença de cantinas e espaços de convívio. As reivindicações giraram em torno da criação de uma plataforma de combate, a Comissão Pró-Associação, para a legalização das Associações, mediante os problemas impostos pelas autoridades governamentais e acadêmicas com base no Decreto 44.632.

De acordo com comunicação enviada pela PIDE a Salazar, os estudantes apontavam que as represálias do governo contra as associações acadêmicas teriam como objetivo intimidar as massas estudantis, evitando sua reunião em assembleias públicas e chamando atenção para a situação financeira da Casa dos Estudantes do Império, onde houve corte de subsídio de comparticipação do Estado<sup>172</sup>. Em ação prática, aqueles estudantes organizaram uma moção para a legalização da Comissão Pro-Associação dos Estudantes do ensino superior e liceal, terminando a reunião gritando "queremos cantina".

Nas mobilizações pelo Dia do Estudante, em 28 de abril, 78% dos estudantes do Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa, não foram às aulas e, no dia seguinte, o mesmo foi feito por 90% dos estudantes de Económicas, estimulados pelo pedido de autorização de frequência de estudantes presos aos exames. Antes do *1º de Maio*, o estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e militante do PCP, Saldanha Sanches foi baleado e preso pela PIDE quando distribuía panfletos para a participação no evento<sup>173</sup>.

---

<sup>171</sup> Avante!, nº 326, fevereiro, 1964.

<sup>172</sup> Comunicação para Presidente do Conselho, 27 de fevereiro, 1964.

<sup>173</sup> Saldanha Sanches foi primeiramente militante do PCP e, depois, ao sair da prisão, entrou no Movimento Reorganizativo do Partido dos Proletários (MRPP). Sua morte foi anunciada em maio de 2010. <http://www.publico.pt/portugal/jornal/morreu-saldanha-sanches-que-fez-da-coragem--um-projecto-de-vida>

Em 2 de maio, uma greve na Faculdade de Ciências e Medicina levou à concentração de aproximadamente 800 estudantes na Reitoria, seguido por protestos, na Cidade Universitária, contra a violência da PIDE, que começava a se agravar ainda mais. Em setembro daquele ano, foram feitas mais prisões de estudantes no IST, o que fez com que a Associação Acadêmica enviasse representação ao Ministro da Educação contra a prisão e maus tratos a estudantes. Entre os dias 4 e 5 de novembro, mais três estudantes da Escola Superior de Belas Artes foram presos pela PIDE, pois eram colaboradores da Comissão Pro-Associação e um era membro da Direção Acadêmica.

Na atmosfera de tensão e de intensa repressão, a crise de 1965 irá se centralizar na resistência estudantil contra o autoritarismo salazarista (Caiado, 1990). Tal fato pode ser representado pelas declarações do Ministro da Educação, Galvão Teles, ainda em 1964, quando havia ameaçado os estudantes de punição caso ocorressem mais distúrbios e ocasionando a expulsão de 28 dirigentes estudantis de Lisboa, que organizavam o Dia do Estudante de 1965. Em dezembro, o julgamento de Saldanha Sanches ocorria no Tribunal da Boa Hora quando estudantes se manifestaram na porta do tribunal e seguiram para uma manifestação nas ruas do Rossio, que contou com mais de 2 mil pessoas pedindo a libertação de Sanches – condenado e libertado apenas anos mais tarde – e havendo também mais outros 40 estudantes presos.

Em janeiro de 1965, por conta das comemorações do Dia da Universidade, cerca de 30 estudantes de Lisboa foram presos no dia 21, todos acusados de serem comunistas<sup>174</sup>. No dia seguinte, uma aula magna na Reitoria foi interrompida por protestos favoráveis à saída do Reitor, Paulo Cunha. Seguiu-se, nos próximos dias, a decisão por uma greve estudantil e luto acadêmico contra as prisões efetuadas pela PIDE. Milhares de estudantes novamente se reuniram, a 26 de janeiro, na Cidade Universitária e seguiram para a Cadeia de Aljube para protestar contra a prisão de colegas, fato que gerou a adesão de alguns populares e uma comunicação, em 28 de janeiro, do Ministro do Interior, Alfredo dos Santos Júnior, condenando os fatos.

O contexto de mobilização nacional naquele momento crescia. Manifestações de trabalhadores da CUF, de pescadores de Sesimbra, entre outros setores de trabalhadores

---

19406190#/0 [25 de fevereiro de 2014]. Sobre a relação de Sanches com o MRPP, ver Cardina (2011: 81-82).

<sup>174</sup> Boletim de Informação, da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito, s/n, 1965.



que reivindicavam pelo aumento de salários, se espalhavam por Portugal. Paulatinamente, o movimento estudantil ganhava apoios nacionais de advogados, intelectuais e médicos opositores ao regime, além de um significativo apoio de organizações de jovens e estudantes de vários países. Em Lion, na França, estudantes portugueses ligados à União dos Estudantes Portugueses em França, também organizaram manifestações de solidariedade. Os atritos com o Reitor Paulo Cunha vinham a se intensificar após este ter demonstrado interesse em intensificar a repressão contra os estudantes opositores. Enfrentando uma forte oposição estudantil, o Reitor apenas se demite do cargo em dezembro daquele ano, encerrando, parcialmente, um período de intensa perseguição. Em agosto daquele ano, foram divulgadas as sentenças dos julgamentos dos estudantes presos em janeiro e, um deles, Fernando Rosas, membro do PCP e dirigente do movimento Pró-Associação foi condenado a passar 15 meses na prisão, com a perda de direitos políticos por 5 anos.

A tensão existente nas universidades, nas ruas, nos tribunais e nas prisões fez com que o governo tivesse ainda mais atenção sobre as atividades estudantis. Em 10 de setembro, uma informação passada pela PIDE para a Presidência do Conselho e aos Ministros do Interior e Educação Nacional, apontava que as Associações de Estudantes de Lisboa mudariam suas reivindicações, inicialmente centradas no Ministério da Educação, para direcioná-las à Assembleia Nacional, e, além disso, "vão as Associações Acadêmicas desenvolver acentuada atividade no sentido de ser criado o Conselho Nacional de Estudantes", que passará a ser o órgão representativo das mesmas Associações, a escala nacional, prevendo-se que nas futuras eleições associativas sejam já escolhidos os representantes de cada uma delas"<sup>175</sup>. Por conta disso, o diretor da PIDE, Fernando Ed. da Silva Pais, entendia que tal documento era uma "peça descaradamente comunista", solicitando a convocação dos "dirigentes da Associação, para se tirar o caso a limpo...".

---

<sup>175</sup> Boletim de Informação, Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, s/d, 1965. O boletim apresentava na capa notícias sobre os protestos de estudantes ocorridos em Lisboa - mas em inglês e francês - e parte desses manifestos são datados de janeiro e fevereiro de 1965. A principal matéria chama-se *Para um Dossier da Repressão* (p. 12-17), em que se apresentam algumas das consequências da crise de 1962, e onde são analisadas suas consequências, representadas pela viragem para os problemas da universidade (de cunho mais restrito), para a compreensão de problemas nacionais, compreensíveis por grande parte dos estudantes. O artigo apontava que em 1964, a proibição do Dia do Estudante não impediu a realização de manifestações, ignorando a proibição, e escolhendo o tema "uma legislação justa numa universidade melhor" (em 1962, o lema foi "a universidade para a nação"), e que, por isso, haviam sido presos no final de 1964. O Boletim acabava por finalizar que "as associações não estão do lado do governo porque essa universidade não tem cumprido suas funções sociais e nacionais", afirmando que o governo queria acabar com a oposição no sentido de impedir a organização associativa dos estudantes.

A referência, portanto, do período de 1962 a 1965, pode ser vista através das contradições que se colocavam entre a possibilidade de ofensiva para a conquista da liberdade democrática estudantil e a contraofensiva de repressão imposta pelo Estado. Porém, quando se fala em liberdade democrática estudantil, a liberdade de associação, não significa uma acepção liberal do termo, mas a noção de que se busca uma emancipação social através da organização, ou seja, de que as lutas sociais podem encontrar significados mais precisos que permitam aos estudantes realizar suas necessidades, que se colocam para além do próprio sistema político ditatorial, mas se articulam, num plano geral, com as lutas contra as mediações repressivas. Notavelmente, os problemas desse período não se encerram nessa contradição, porém, ela indica de que maneira as lutas estavam sendo conduzidas e seus limites. Por outro lado, também se pode afirmar que, por mais que a repressão contra o movimento de resistência continuasse, os limites e fraquezas do salazarismo se colocavam às claras, principalmente pela incapacidade de qualquer diálogo com os estudantes e com a sociedade em geral, fato bastante visível nas relações entre estudantes, autoridades universitárias, Ministro da Educação e Governo. A intensa repressão revelava que a forma predominante de política existente para o diálogo estudantil era a prática policial, que asseguraria o impedimento das liberdades democráticas de associação e resultaria nas prisões de estudantes que fossem contra tais medidas. Essa tensão perdurará, mas com novos elementos durante a crise de 1969.

### **8.3 A revitalização do movimento de contestação e a “Crise de 69”**

De 1965 até 1968, verifica-se uma redução da atividade de contestação do movimento estudantil, pois as proibições das associações anteriormente vigentes, desde o final de 1965, impossibilitaram muitos estudantes de se organizar. Após esse período, as manifestações estudantis da chamada *Crise de 69* foram certamente aquelas que mais ficaram conhecidas no contexto português do Estado Novo. De certa maneira, pode-se dizer que essa “Crise” se diferenciou dos momentos anteriores, principalmente, por causa do recrudescimento da violência policial. Tendo isso em vista, pretende-se fazer uma apresentação dos fatos referentes àquele ano, tomando em consideração pelo menos três aspectos inter-relacionados: o movimento estudantil no contexto nacional, o conteúdo de suas greves e reivindicações e os conflitos com a polícia.

Com a saída de Salazar do Conselho de Ministros e nomeação de Marcello Caetano para tal função, em 27 de setembro de 1968, se estabeleceu um clima de certo otimismo para a mudança dos rumos tomados pelo salazarismo, a chamada *Primavera Marcelista* (Pereira, 1979; Bebiano, 2003; Estanque & Bebiano, 2007; Cardina, 2008, 2011).

Em seu discurso de posse, porém, Caetano afirmava claramente sua efetiva preocupação em assegurar a continuidade:

Essa continuidade será procurada, não apenas na ordem administrativa como no plano político. Mas continuar implica uma ideia de movimento, de sequência e de adaptação. A fidelidade à doutrina brilhantemente ensinada pelo Dr. Salazar não deve confundir-se com o apego obstinado a fórmulas ou soluções que ele algum dia haja adoptado<sup>176</sup>.

Caetano era o antigo reitor da Universidade de Lisboa que havia se demitido por ocasião da Crise de 1962. Mediante esse fato, havia se construído uma imagem de que sua atitude política era mais liberalizante que a de Salazar, principalmente por conta de uma atitude de maior aproximação com a população, ou mesmo, pela “descompressão” política do regime<sup>177</sup> (Cardina, 2008). Porém, ao que tudo indica, seu interesse se dá na continuidade das políticas salazaristas e, ao contrário do que pensavam muitos setores sociais que cogitavam que a Primavera Marcelista teria um caráter de liberalização – especialmente no que diz respeito a uma aproximação em direção de um Estado Social, bastante desejado para a integração de Portugal ao resto da Europa (Pereira, 1979) – na verdade, a continuidade de políticas arbitrárias converteu a tragédia do salazarismo na farsa marcelista: a perspectiva liberalizante, de fato, irá ser nula ou restrita, e não se faz conjugada com as aspirações democráticas.

A Guerra Colonial havia se intensificado e já estava presente em todos os territórios coloniais, criando problemas graves, entre eles, a redução populacional, as migrações na “metrópole” e o aumento dos custos de armamentos e para a manutenção das tropas. As políticas econômicas de Salazar impunham o aumento de impostos e grande parte das

---

<sup>176</sup> Diário de Lisboa, sexta feira, 27 de setembro de 1968, p. 32.

<sup>177</sup> Entre as medidas políticas de descompressão, destacavam-se o regresso do exílio do líder socialista Mário Soares (outubro, 1968) e do bispo do Porto, Antônio Ferreira Gomes (julho, 1969), limitação de poderes da polícia e mudança da PIDE para Direção-Geral de Segurança (DGS, em novembro de 1969), nova legislação sindical, onde as eleições sindicais poderiam abdicar de homologação pelo governo, etc. (Cardina, 2008: 70-71).

receitas seria destinada aos encargos de “defesa da nação”, fato que continuou com Caetano. Se em 1961, com a Lei de Meios, Portugal empreendia cerca de 3 milhões de contos para a guerra, em 1966 essa quantia passaria a 6 milhões, atingindo, em 1967, 8 milhões de contos, o que representava um significativo aumento das despesas. Por conta da insistência na guerra, Portugal se isolava internacionalmente, com laços rompidos com diversos países e amplamente condenado pela ONU e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO.)

Com a intensificação da guerra, o governo português procurava cada vez mais incorporar os jovens e muitos setores que se manifestavam em oposição à guerra, sobretudo, militantes políticos. Em relação aos jovens, muitos tentavam escapar da incorporação, registrando uma grande quantidade de faltosos, pois “em 1961 a percentagem de faltosos foi de 11,6%, em 62 subira já para 12,8%, em 1963 atingira os 15,6%, em 1964 subira para 16,5%, entre 1965 e 1968 rondaria os 19%, e entre 70 e 72 andou sempre muito perto dos 21%” (Bebiano, 2002: 302). A deserção na guerra também havia aumentado muito a partir de 1968, por razão do questionamento dos interesses “patrióticos” nas colônias, que na realidade revelavam a negação da liberdade, e mesmo porque haviam sido incorporados no exército muitos dos opositoristas da guerra, que não a consideram como legítima. Perante essa situação e como medida de coerção, o governo estipulou a nova Lei do Serviço Militar, de 1968. Tal lei estipulava que não havia um período definido para a permanência do militar nas forças armadas e ainda, incentivava a participação das mulheres nas tropas. A militarização nos territórios continentais também se fazia evidente através das bases militares que despertavam interesses de países estrangeiros, como Alemanha (Beja), Estados Unidos (Lajes) e França (Flores).

Além disso, a oposição da classe trabalhadora ainda se mantinha sob os limites dos sindicatos corporativos, por mais que o PCP procurasse imprimir a liderança política do movimento. Em seu interior, muitas cisões internas permitiam que a unidade outrora desejada fosse esfacelada, ainda que desejada pelo partido. Entretanto, isso não significou o esmorecimento das lutas sociais e sua liderança em muitas situações. Entre 1965 e 1968, grande parte das greves que estavam ocorrendo em Portugal reivindicava o aumento dos salários, melhorias nas condições de vida e novos contratos coletivos; eram contrárias ao fascismo e à guerra colonial em favor da democracia. Apesar das greves serem pontuais,

elas atingiam vários setores da produção, como o de metalurgia, pesqueiro, corticeiro, têxtil, etc.

Internamente ao PCP, é evidente que a partir de 1965 as inúmeras cisões que estavam sendo operadas em seu seio, já começavam a delinear a opção pelas lutas armadas e pela clandestinidade, influenciadas pelos movimentos e pelo debate internacional que estava ocorrendo (Cardina, 2011). A direção de Álvaro Cunhal procurou identificar os desvios de direita e de esquerda no partido, causando uma “clivagem [...] entre uma ala mais moderada e uma ala mais radical”, e esta última “ia sentindo alguma simpatia pelas teses maoístas, posicionamento que provocava um desconforto óbvio junto ao núcleo dirigente do partido” (p. 53). Essas dissidências provocariam, entre outros efeitos, “a perda de hegemonia do PCP nas estruturas estudantis”, evidenciando uma “tendencial simpatia marxista-leninista” (ss.), além de um acirramento na prisão de dirigentes estudantis ligados ao partido. A aceitação dos “dissidentes” por parte do Comitê Central não ocorreu, sendo que tais medidas de cisão, da mesma forma, iriam encontrar uma forte oposição no interior do partido, julgando-os enquanto desvios radicalistas. O escrito de Álvaro Cunhal, intitulado *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, foi significativo nesse ponto, já que apresentava o “desvio” com a linha central do PCP, realizada pelos “rachas” em seu interior ou próximas, como provenientes de posicionamentos radicais da pequena burguesia que seriam, em grande medida, contrários aos objetivos e métodos utilizados pela classe operária em sua acepção socialista. Cunhal (1971: 13) postulava que os grupos dissidentes,

Ao pronunciarem-se pela “revolução socialista”, tais grupos e partidos não dizem falar em nome da classe, cuja ideologia e aspirações encarnam. Alguns nem disso terão a consciência. As pretensões hegemônicas da pequena burguesia são veladas por toda uma teorização, segundo a qual os intelectuais pertencem à “população produtora”, os estudantes são “força de trabalho em formação” e, uns e outros, por esse fato, não só falam legitimamente como “proletários”, como são o “sector do proletariado” mais informado, mais esclarecido, mais capacitado, e portanto, aquele ao qual cabe o papel de vanguarda e de direção na “revolução socialista”. A contestação da classe operária como única classe verdadeiramente revolucionária, a contestação de sua missão histórica como coveira do capitalismo e criadora da sociedade socialista, a contestação do partido do proletariado de tipo leninista, tornam-se pontos centrais da ideologia e da atividade do radicalismo pequeno burguês de “opção socialista”.

Na análise política, na tática, nos problemas de organização, reflete-se a instabilidade, a impaciência, o desespero, o individualismo da pequena burguesia.

Esse panorama geral, ainda que longe de uma “Primavera”, incentiva a retomada de organização estudantil em torno de disputas eleitorais para a escolha de representantes e, nos meios estudantis de Porto, Lisboa e Coimbra, procurava-se reconstruir a organização de base, que havia sido impedida após o fechamento das associações e prisão de lideranças estudantis. Por outro lado, se tratará de um momento onde o aumento significativo de conflitos e de prisões de estudantes se intensifica a partir de 1969 (Accornero, 2009). As reivindicações anteriores, pela liberdade de associação, iriam se juntar mais com outros problemas, como as reivindicações contra o Decreto 44.632 e a libertação de estudantes presos. Além disso, a previsão de criação do Estatuto da Educação Nacional aprofundaria ainda mais esse cenário, por conta do intuito declarado do governo em eliminar as associações e o movimento estudantil e o substituir por outras organizações atreladas ao governo, as chamadas Comissões Administrativas, efeito de represália por conta das “Crises” de 1962 e 1965.

Ao final de 1967, um fato novo veio a acarretar novas questões sociais presentes no cotidiano de muitos portugueses: as cheias na região de Lisboa ocasionaram mais de 500 mortos em 25 de novembro, colocando em estado de alerta o país. Tamanho foi o ocorrido que sensibilizou muitos estudantes para a solidariedade junto aos “sinistrados”<sup>178</sup>, sobretudo, àqueles ligados às associações estudantis, comunistas, católicos, socialistas e independentes. Os estudantes de Lisboa se reuniram em dezembro daquele ano para discutir o assunto e entendiam que as medidas de repressão do governo os afastavam do auxílio às vítimas das cheias. Porém, uma ação conjunta de perto de 600 estudantes das três universidades promoveu auxílio aos atingidos, através de abertura de valas, desobstrução de ruas e casas, instalações de postos médicos e sanitários, entre outros. Os limites dessa ação voluntarista recolocaram uma questão: seria possível haver qualquer mobilização assistencial àquelas comunidades sem serem encaminhadas e organizadas pelas lideranças estudantis? A princípio, a resposta é negativa.

Em Coimbra, esse fato se misturou com outro ocorrido, a insatisfação da proibição das comemorações da Tomada da Bastilha, que também ocorreria naquele dia. A simbiose entre as duas situações permitiu que se revitalizassem as questões referentes ao associativismo. Ao final daquele ano, em um almoço com cerca de 200 estudantes das três

---

<sup>178</sup> Para um panorama mais completo da relação entre os estudantes e as “cheias”, ver Cardina (2008: 63-67).

universidades nas cantinas, se discutiu os problemas em conjunto dos três movimentos associativos. A partir disso, foi feita uma reunião, onde a proposta de eleições livres foi levantada e apoiada pelos acadêmicos. Logo após, se conseguiu realizar uma manifestação com mais de 1,5 mil estudantes, que tomou as ruas de Coimbra e ganhou o apoio da população. Por decorrência do início das atividades dos estudantes com os sinistrados das cheias, o Ministro da Educação, Galvão Teles, manifestou interesse em reprimir a atividade estudantil, com o intuito de afastar o apoio que vinham ganhando da opinião pública.

Além disso, deve-se levar em conta que muitos estudantes ligados ao Conselho de Repúblicas viriam a ganhar maior força política dentro da universidade, procurando conduzir um pouco da linha política estudantil (Cruzeiro, 1989; Cardina, 2008). Por ocasião da comemoração do *31 de Janeiro*, jantares, confraternizações e debates foram organizados pelas Repúblicas. Neles houve o debate sobre os temas do associativismo e da luta por eleições no meio estudantil, a guerra colonial, a guerra do Vietnã e a solidariedade com os vietnamitas. No Porto, o mesmo dia foi confraternizado com discussões sobre a unidade das forças democráticas e estudantis, “bem como a necessidade de uma ampla ligação destas com a luta dos trabalhadores”<sup>179</sup>. Mesmo sendo uma minoria, os discursos desses estudantes conseguiam canalizar muito das insatisfações da maioria dos estudantes e, por isso, irão ganhar maior destaque nas eleições da AAC daquele ano, quando estudantes provenientes do Conselho de Repúblicas, entre eles, Alberto Martins, Celso Cruzeiro, José Gil Ferreira, José Antônio Salvador, José Manuel Matos Pereira, Osvaldo Castro e Fernanda Bernarda, iriam ganhar os cargos da Direção Geral da AAC.

No entanto, as mobilizações estudantis não ficaram apenas restritas ao movimento associativo, se interligando, muitas vezes, com outros problemas de conjuntura nacional que afetavam indiretamente o cotidiano estudantil. No Porto, em janeiro de 1968, uma manifestação estudantil impediu a visita do embaixador dos Estados Unidos na Universidade do Porto, gritando “fora Vietnã”. Já em maiores proporções, uma manifestação na embaixada norte-americana decorreu em Lisboa, no dia 21 de fevereiro, quando um estudante foi ferido e mais outros presos<sup>180</sup>. Ambas as manifestações contra o imperialismo

---

<sup>179</sup> “Os estudantes comemoram o 31 de janeiro”, *Avante!*, nº 389, março, 1968.

<sup>180</sup> Os acontecimentos foram noticiados no *Diário de Lisboa* (22 de fevereiro de 1968, nº 16228, p. 2), de forma mais branda, sem mencionar os conflitos policiais, como se segue: “Ontem, ao fim da tarde, por volta

se davam num momento importante, onde a crise financeira mundial, naquele momento representada pela crise da libra, o déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos, o aumento da inflação na Alemanha, fariam, conseqüentemente, que em Portugal se reduzissem as exportações. A saída que os americanos viam para a crise crescente era justamente aumentar o contingente militar no Vietnã e, assim, tornar a guerra cada vez mais sangrenta, fato que já se delineava desde o final do ano anterior, alcançando uma atenção internacional e também mobilizações em vários países.

Isso revela que, independentemente do fato de esses estudantes terem ou não uma filiação partidária, se fazia ecoar a mobilização crescente que estava ocorrendo, sobretudo, relacionando os problemas internacionais com os nacionais.

A organização estudantil viria a crescer de forma exponencial em várias universidades e institutos. Em maio, uma greve de um dia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em Lisboa, reivindicava pela não realização dos exames. Na Cidade Universitária, havia problemas com a cantina e os estudantes estavam insatisfeitos com o impedimento de associativismo, o que fez com que fosse escolhida uma comissão para expor ao Reitor essas reivindicações. Recebendo respostas evasivas das autoridades universitárias, cerca de 250 estudantes manifestaram seu descontentamento na cantina e marcaram um piquenique para o final do período letivo, com a adesão de aproximadamente 2 mil académicos. Em 24 de março foi realizado o IV Seminário de Estudos Associativos, que contou com 450 estudantes, e, ao final, aprovaram a “Declaração do Estudante Português”, cuja principal tarefa enunciada era a retomada das Associações Acadêmicas. Entre os dias 28 e 29 de março, uma greve foi convocada na Faculdade de Economia do Porto por conta do boicote aos exames.

Na Faculdade de Ciência de Lisboa, mais de mil estudantes se reuniram contra a Comissão Administrativa, exigindo a retomada e a normalização da Associação de estudantes e marcando eleições para sua direção. Com um abaixo-assinado de mais de 700 assinaturas e com o apoio do Conselho Escolar, foi solicitada a realização das eleições. Porém, em 8 de maio, conflitos entre a PIDE e estudantes fizeram com que, no dia

---

das 18 horas, manifestantes dirigiram-se à Embaixada dos Estados Unidos, na Avenida Duque de Loulé. Aquelas pessoas iam exprimir a sua opinião em desacordo com os americanos quanto à guerra do Vietnã. A manifestação foi dispersa por forças de Polícia, que, entretanto, ocorreram rapidamente. Pouco depois tudo serenava, e o trânsito por aquela artéria voltava à normalidade completa".



seguinte, mais de mil se manifestassem contra o Ministério da Educação. Em dezembro, por ocasião de uma solenidade de inauguração de uma instalação na Universidade Clássica, foi proibida a fala de um representante da Associação e a massa estudantil boicotou a sessão. Seguiu-se que 4 mil estudantes e professores se reuniram na cantina da Cidade Universitária para protestar por uma *real* “universidade para a nação”, ao invés da proposta do governo<sup>181</sup>.

É interessante perceber que naquele momento, grande parte das preocupações estudantis se dava por conta das Comissões Administrativas. Em Coimbra, os estudantes das Repúblicas, um dos grupos mais ativos e que irá ganhar as eleições no ano seguinte, publicava sobre a insuficiência do caráter representativo dessas comissões, elencando a necessidade de eleições:

Há quase três anos que uma Comissão Administrativa ocupa o lugar da Direção Geral da A.A.C. Por duas vezes já as pessoas que a constituem foram substituídas, mas nada se renovou com essas mudanças. O seu caráter não eletivo, sempre se tem consubstanciado ao nível da sua atuação num mesmo marasmo, numa mesma anarquia de realizações de fachada, numa lesão da própria essência da A.A.C. Nunca a Academia, e particularmente o Conselho de Repúblicas e os Organismos Académicos se conformaram, aceitando a presença da C.A. como normal. E o decorrer dos anos apenas serviu para tornar mais marcada a evicção do prejuízo que o estado atual das coisas encerra para a A.A.C. e portanto para os estudantes de Coimbra. A necessidade de eleições que superem a anormalidade vigente é, pois, crescente. Necessidade que o Conselho de Repúblicas e os Organismos Autónomos há muito constataram, mas cuja premência agora os levou a procurarem promover em concreto algo que pudesse contribuir para que não venha longe o dia de eleições na A.A.C. Foi assim que resolveram escolher uma COMISSÃO PRÓ-ELEIÇÕES cuja missão será a de diligenciar no sentido de que as eleições para os corpos gerentes da A.A.C. se faça no mais breve prazo possível. Assim se atingiria uma normalização da vida académica em Coimbra, ponto essencial para um ambiente estudantil saudável tão necessário ao bom funcionamento da Universidade<sup>182</sup>.

Essa insatisfação perante a não liberdade de representação e em favor da elaboração da Comissão Pró-Eleições não se restringia apenas aos estudantes de Coimbra e iria mostrar seus efeitos nas próximas mobilizações. Nas comemorações da Tomada da Bastilha em 25 de novembro, quando muitos estudantes que vinham de Lisboa e Porto

---

<sup>181</sup> Avante!, nº 389, março, 1968.

<sup>182</sup> “Eleições”, O Badalo – Jornal do Conselho das Repúblicas – Coimbra, março, 1968. Ainda sobre o Conselho das Repúblicas, naquele ano ele era composto pelos seguintes estudantes: Alberto Martins (República Pyn-Guyns), Celso Cruzeiro (Palácio da Loucura), Cristóvão Aguiar (Corsários das Ilhas), Custódio Arroja (Boa-Bay-Ela), Décio Sousa (Pyn-Guyns), Eugênio Ferreira (Ninho dos Matulões), Francisco Aleluia (Rás Tepartha), João Bastos (Spreitó-Furo), Jorge Sarabando (1000-y-onárius), José Amaral (Palácio da Loucura), José Cândido (Pyn-Guyns), José Bandeira (Pyn-Guyns), Rui Namorado (Pin-Guyns).

foram impedidos de chegar, se realizou um colóquio, com mais de 2 mil estudantes, um comício e o cortejo, sempre fazendo referência à necessidade das eleições e da escolha dos representantes. Parte dos debates se referiu ao desejo de formação de uma União Nacional de Estudantes e, por isso, buscava-se a formação de uma comissão nacional eleita. Naquele momento, foram deliberados os chamados “8 Pontos”, que irão nortear o movimento estudantil de 1969, de forma nacional, sendo eles:

1 – Imediatas demissões das Comissões Administrativas e eleições imediatas na Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa e na Associação Académica de Coimbra; 2 – Legalização de todas as comissões pró-associação e criação de condições para elas se constituírem onde ainda não as houver; 3 – Revogação de toda a legislação antiassociativa e antiestudantil; 4 – Participação de estudantes democraticamente eleitos na gestão dos serviços criados pelo governo; 5 – Participação de estudantes democraticamente eleitos no governo da universidade; 6 – Intervenção das associações de estudantes na qualidade de únicos representantes dos estudantes, em todas as questões e instâncias onde se dedica da vida e da reforma da universidade e do ensino em geral; 7 – Legação de órgãos federativos e lançamento das bases de uma União Nacional de Estudantes Portugueses; 8 – Amnistia de todos os estudantes expulsos e presos e reintegração da universidade de todos os professores expulsos<sup>183</sup>.

Nesse sentido, o movimento estudantil dava um grande passo para a retomada da representação das associações, ao passo que se organizava com reivindicações nacionais, unificadas entre as Associações de Estudantes de Lisboa e Coimbra. Em Lisboa, logo os três representantes foram eleitos em plenária, com mais de 3,5 mil presentes e também com reuniões de cursos que decidiram pela apresentação das reivindicações de reforma no ensino e de possibilidade de representação estudantil. Porém, essas movimentações eram colocadas em suspeita pela PIDE, e no Instituto Superior Técnico (IST), onde se realizava uma plenária para a retirada dos representantes, uma invasão policial acarretou o encerramento das aulas dez dias antes do previsto. Em 9 de dezembro, uma plenária na Cidade Universitária, com mais de 5 mil presentes decretou o luto acadêmico e, no dia seguinte, a greve contou com adesão quase total, havendo reuniões de alunos e professores. Na Faculdade de Belas Artes, por sua vez, também foram debatidas as questões de reforma do ensino e de autonomia universitária. Em suma, trata-se de um momento em que as plenárias estudantis acabam por conseguir atrair a atenção de muitos estudantes e suas deliberações giram em torno das eleições de representantes.

---

<sup>183</sup> Manifesto dos Estudantes Portugueses reunidos em Coimbra, 25 de novembro de 1968, p. 1-2.

O ano de 1969 marcará uma das etapas mais críticas de mobilizações nacionais. Já em janeiro eclodiram inúmeras greves de trabalhadores, contando com mais de 60 mil adesões em empresas como a Ford e GM, COVINA, CEL-CAT e Diogo Ávila, Robialac, Lisnave, Cimento Tejo, entre outras. Dentre as principais reivindicações de redução de jornada de trabalho, aumento de salários, também se queria eleições para os sindicatos no sentido de os desatrelar do domínio dos sindicalistas ligados ao regime. Esse cenário de greves de trabalhadores, com conflitos e prisões, fazia com que os estudantes também se colocassem a par das lutas que estavam travando contra o regime, de forma nacional.

A questão da necessidade de representação e do associativismo é um fato que irá estar presente nas reivindicações estudantis. Por isso, a organização do associativismo começava a ganhar mais corpo e desafiar ainda mais as autoridades, eclodindo mobilizações nas três universidades, com características bastante similares, no que diz respeito à retomada efetiva das representatividades. Outro debate subjacente a esse, mas não menos importante, é o da construção de uma União Nacional de Estudantes, que pudesse congrega representação estudantil de forma nacional e não somente apenas com as representações das lideranças das três universidades, pois assim as representações estudantis ficariam menos vulneráveis. Essa situação de inexistência democrática irá se conflitar com o projeto “modernizante” para as universidades, assentados, sobretudo, na perspectiva de que a criação de novos prédios e edifícios resolveria o problema, pelo menos parcialmente. Porém, como ficará claro no caso de Coimbra, isso permite um confronto direto dos estudantes com o regime. E assim, fez-se o estopim.

A 27 de fevereiro, durante uma reunião para discussão de problemas universitários, a polícia e a PIDE invadiram a Universidade do Porto, fato que acarretou, no dia seguinte, um protesto na frente das cantinas universitárias, onde também intervieram as forças policiais. Já em Lisboa, Marcello Caetano mandou encerrar e ocupar a Faculdade de Direito, por conta das movimentações que estavam sendo feitas para a reestruturação da Associação. Em solidariedade, foi realizada em Coimbra uma Magna com mais de 3 mil estudantes, que deliberaram tanto pelo envio de um telegrama de protesto ao Ministro da Educação em solidariedade aos estudantes lisboetas, como para a eleição de três estudantes representantes na Comissão Nacional. Por conta disso e por razão de uma conjuntura de mobilização dos estudantes do Conselho de Repúblicas, o associativismo de Coimbra se

fortalece. Foram realizadas as eleições para a AAC, expulsando a Comissão Administrativa e fortalecendo a Comissão Pró-Eleições.

Em março, uma invasão das tropas de choque ocorreu na Faculdade de Ciências do Porto, quando cerca de mil estudantes realizavam uma plenária em que se discutia a questão do associativismo. Houve agressão de muitos que estavam na reunião e também de populares que estavam do lado de fora. Tal fato implicou na chamada de uma nova reunião, com o dobro de participantes, exigindo a demissão do Reitor e enviando um telegrama de protesto a Marcello Caetano e uma moção de repúdio à atitude policial, aprovada unanimemente, destinada ao Senado da universidade. Nessas reuniões, os pontos de pauta também foram aprovados e os três estudantes para a Comissão Nacional foram escolhidos. Em decorrência dos confrontos com a polícia foi decretado luto acadêmico e um dia de protesto foi marcado para 6 de março. Na sequência das atividades, foi feita uma confraternização na cantina, sendo invadida novamente por policiais e tendo mais 2 estudantes presos. Mediante os ocorridos, os delegados estudantis exigiram do Vice-Reitor a retirada da polícia e a libertação dos presos, só se retirando do prédio da Reitoria quando atendida a reivindicação das prisões. A greve atingiu todas as faculdades, realizando reuniões gerais, principalmente no Instituto Industrial do Porto. Em Belas Artes, houve um protesto contra o Ministro da Educação em uma Aula Magna, seguindo com alguns protestos contra a atitude policial. Dias mais tarde, uma terceira plenária foi realizada, contando também com a participação de dirigentes associativos de Coimbra e Lisboa apoiando massivamente os estudantes portuenses, encaminhando outro abaixo-assinado para o Ministro da Educação.

O fato mais marcante e conhecido do período, a chamada *Crise de 69*<sup>184</sup>, irá se delinear em Coimbra, no mês de abril<sup>185</sup>. Em 17 daquele mês, uma comitiva do governo esteve presente em Coimbra para a inauguração do Prédio das Matemáticas. Os estudantes

---

<sup>184</sup> As apresentações dos fatos relativos a esse momento encontram-se no jornal *Avante!* nº 402, maio de 1969; nº 403, junho de 1969; e, nº 404, julho de 1969. Além disso, as obras de Cruzeiro (1989); Cardina (2008, 2013); Bebiano (2003); Estanque e Bebiano (2007) apresentam reconstruções historiográficas que são complementares aos jornais em termos de abrangência sociológica, política e histórica.

<sup>185</sup> Entendo que esse momento pode ser compreendido como uma síntese das manifestações em torno das liberdades de representação que se deram naquele período. Entretanto, ele não resume o período, muito menos, nele estão contidas todas as reivindicações estudantis. Assim como os acontecimentos pontuais mais significativos que houve no Brasil em 1968, tal momento encontra certas semelhanças com o fechamento da UNE, em outubro de 1968. O argumento para tal é que, em ambos, estava ocorrendo uma intensa organização estudantil, mesmo que contrária às forças repressivas do governo e, pelas intervenções mais exacerbadas, provocou cisões internas e a radicalização de atitudes políticas entre os estudantes.

compareceram massivamente, mas não especificamente para o evento, e sim, para manifestar junto às autoridades sua indignação. Muitos dos presentes estavam carregando cartazes que diziam “Portugal 40% analfabetos”, “democratização do ensino”, “exigimos o diálogo”, “estudantes no governo da universidade”, “não esquecemos os 8 pontos”. Alguns dos dirigentes da AAC, também haviam entrado com a comitiva na sala da inauguração e estiveram frente a frente com o Ministro da Educação, José Hermano Saraiva. O “célebre” momento se deu quando o então Presidente eleito da Direção Geral da AAC, o estudante de Direito, Alberto Martins, se manifesta dizendo: “Exmo. Senhor Presidente da República, em nome dos estudantes da Universidade de Coimbra, peço para usar da palavra”. Sua intervenção foi negada, delineando o final abrupto do discurso do Ministro e a urgente retirada da comitiva. Os estudantes fizeram vários discursos, ainda na sala da inauguração, fato que foi captado pelos microfones presentes naquela sala e que transmitiam o encontro para todo o prédio.

Naquela noite, Alberto Martins foi preso na frente da AAC e muitos se dirigiram à sede da PIDE para exigir sua libertação, fato que ocorre no mesmo dia. Por conta disso, uma greve foi decretada para 22 de abril denunciando as arbitrariedades que se abatiam sobre a academia, como a prisão de estudantes e a instauração de processos. Após esse ocorrido, grande parte dos estudantes solicitava a volta dos dirigentes associativos. O luto acadêmico foi decretado, com a suspensão das aulas, dos exames e dos festejos da Queima das Fitas. Em pouco tempo, outra Magna foi marcada – contando com a presença de cerca de 3 mil estudantes de Coimbra, professores e acadêmicos de Lisboa e Porto – onde se decidiu pela manutenção do luto acadêmico. Após isso, a greve geral procurou se manter através de assembleias, debates, reuniões de trabalho, onde se construíram várias sões que teriam como objetivo contatar o Presidente da República para requerer respostas sobre o caso dos estudantes suspensos e mesmo para encaminhar um pedido de reforma no ensino, além de manter a mobilização<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> Também sobre a Crise de 1969, ver o texto de Cardina (2013), Crise, História e Memória, disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/crises-hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/27525> [23de abril de 2013].

No dia 30 de abril, o Ministro da Educação publicitou os ocorridos ao classificá-los como "onda de anarquia" e de "crescente onda de indisciplina"<sup>187</sup>. Após a publicação desse conteúdo, mais de 4 mil estudantes se reuniram numa Assembleia Magna repudiando suas palavras e, em seguida, foram colocados cartazes na AAC que afirmavam o luto estudantil. No dia 06 de maio, o Ministro da Educação decide fechar a Universidade de Coimbra e manter a data dos exames, ocasionando, em contrapartida, a suspensão dos festejos da Queima das Fitas e a publicação de um texto chamado Carta à Nação, onde se afirma que “a nossa luta só poderá fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade Nova num Portugal Novo” (Cardina, 2013). Em novo plenário, se decidiu pela continuação da greve e pelo boicote aos exames finais, sempre com reuniões sucessivas entre os dias 8 e 11 maio. Em 27 de maio, a Reitoria comunicou aos estudantes a realização dos exames. No entanto, os estudantes da AAC ganhavam, em suas reivindicações, apoio de organizações da sociedade civil ligadas aos estudantes e também apoios das associações de Lisboa e Porto. Na Queima das Fitas do Porto houve manifestações de solidariedade aos estudantes com as batinas fechadas em sinal de luto. Em Lisboa algumas sessões da AA publicaram comunicados se solidarizando com os colegas de Coimbra.

Com a tensão causada pelo luto acadêmico, que durou aproximadamente quatro meses, as ruas da cidade passam a ser patrulhadas por jipes policiais, criando um clima de terror, com sucessivos bloqueios da Guarda Nacional Republicana (GNR), da PIDE e da Polícia de Segurança Pública (PSP). Além disso, o governo não permitia que as informações referentes aos acontecimentos se propagassem. Apenas dias mais tarde, em seu habitual programa “Conversas em Família” na Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Marcelo Caetano falou dos problemas da educação, mas sem mencionar os fatos da violência policial. Em contrapartida, o Conselho de Ministros aprovava um diploma que tornava dependente do comportamento escolar o adiamento ou não da incorporação de jovens nas

---

<sup>187</sup> É notável que, nos vários jornais diários de Portugal daquela época e período (compreendido desde o início da “Crise de 1969”) não houve quaisquer menções sobre os ocorridos. Apenas no dia 01 de maio, quando foi noticiada a comunicação do Ministro da Educação. Tal fato esteve presente nas manchetes dos seguintes jornais: 1) *O Comércio do Porto*: “O Ministro da Educação Nacional dirige um apelo à consciência cívica e à rectidão dos estudantes de Coimbra; 2) *Diário da Manhã*: “Um comunicado do Ministro da Educação Nacional – A nação exige ordem na Universidade de Coimbra”; 3) *Diário de Notícias*: “Comunicado do Ministro da Educação acerca dos atos de indisciplina na Universidade de Coimbra; 4) *Novidades*: “Hoje não há aulas na Universidade de Lisboa” e “Comunicação do Ministro da Educação sobre os recentes incidentes em Coimbra”. Além do parecer favorável ao Ministro da Educação, não há menção de outra reportagem que aponte as reivindicações estudantis e seu teor político (Adão, 2012: 389).

forças armadas, deixando muitos estudantes sob alerta em relação à incorporação nas tropas da guerra colonial.

No entanto, após esses fatos, os dirigentes presos da AAC foram soltos e, pouco tempo depois, alguns estudantes fizeram dois atos lúdicos junto à Baixa da cidade. Na “Operação Flor”, de 3 de junho, foram distribuídas inúmeras rosas e flores para os moradores, lojistas e frequentadores da zona comercial, demonstrando um certo caráter de tranquilidade dos estudantes frente aos ocorridos, agradando a população e agradecendo o apoio conquistado junto aos moradores da cidade. No dia 14 de junho, outro ato lúdico se sucedeu, a “Operação Balão”, quando milhares de balões foram lançados sobre a cidade. No dia seguinte, por ocasião do jogo entre Acadêmica e Sporting, valendo pela classificação na final da Taça de Portugal, vários adeptos da Acadêmica que foram ao estádio levaram cartazes com referência aos ocorridos na universidade. Com o placar final de 1 a 0, a Acadêmica se classificou para disputar a final com o Benfica, em 22 de junho. Em Lisboa, os “adeptos” da Acadêmica desfilaram pelas ruas antes do jogo, ganhando apoio da população. No Estádio Nacional, com cerca de 60 mil presentes, os adeptos da Acadêmica apresentaram cartazes dizendo “Academia está em luto”, “A universidade livre”, “Viva a liberdade”. Perdendo o jogo por 2 a 1 e mesmo com festa, nada foi mencionado pelas autoridades oficiais ou pela transmissão da partida sobre o que estava ocorrendo em Coimbra.

Com a continuidade da greve, que contou com 87% de adesão no boicote aos exames, os estudantes se articulavam cada vez mais em torno de questões referentes à anulação dos processos criminais e disciplinares, levantamento das faltas, marcação de nova época de exames e fim da repressão. Por outro lado, devido ao ganho de popularidade da greve entre os estudantes, a PIDE e Polícia Judiciária passaram a perseguir ainda mais os estudantes, muitas vezes, submetendo-os a métodos de tortura. As represálias continuaram e cerca de 40 processos disciplinares foram instaurados, além da retirada de benefícios alimentícios, de alojamento e bolsas de estudo, além de privação de fundos para a AAC e do despedimento de alguns de seus funcionários. No mesmo período, foi realizada uma reunião nacional de dirigentes do movimento associativo dos estudantes portugueses, em Coimbra, durante período da greve, onde foi aberta a perspectiva de ações conjuntas e solidariedade, criando uma unidade em prol da democratização do ensino.

O posicionamento das autoridades, por sua vez, procurou ignorar, sempre que possível, os acontecimentos e as reivindicações dos estudantes. Em visita ao Brasil, Mar-

cello Caetano revelou certo desprezo pelas reivindicações, falando apenas, e de forma genérica, de diretrizes para a reforma universitária, cujo interesse seria manter uma universidade elitista. Enquanto isso, o que os estudantes reivindicavam era, de fato, uma luta por uma “universidade nova” – diferente do modelo que estava sendo propagado pelo governo – mas que levasse em consideração a formação cidadã, o progresso da ciência e técnica, a defesa de valores culturais e abertura para uma universidade popular. Por conta dessa significativa diferença, por mais que o movimento estudantil tentasse um diálogo com as autoridades, isso não ocorria, nem mesmo para a negociação de uma nova época de exames. Ainda, em setembro de 69, a PSP e a GNR ocuparam a Universidade de Coimbra, fato que ocasionou muitos estudantes feridos e truculência da polícia com uso de gás lacrimogêneo. Após essa intervenção, os estudantes voltaram a se reunir. Em Lisboa, milhares de estudantes se manifestaram pela insatisfação do não atendimento de suas reivindicações. Oito estudantes foram feridos e o ministro da educação nada falou sobre os acontecimentos.

Levando em consideração a generalidade das questões referentes à *Crise de 69*, se faz importante assinalar, em primeiro lugar, que os lutos acadêmicos se constituíram não como um momento auge e único, mas como resultado de um processo de mobilização estudantil perante o recrudescimento da violência e das restrições organizativas, que se formava em consonância com inúmeros setores sociais, especialmente, de trabalhadores e de contrários às guerras coloniais. A perspectiva de mudança das reivindicações, da *Crise de 62* para a *Crise de 69*, se faz presente quando é percebido que os aspectos políticos de 62 seriam mais reformistas no que diz respeito à liberdade associativa (Bebiano, 2003). Na *Crise de 69*, já haveria demandas mais progressistas que afirmariam uma efetiva “intervenção estudantil” (Bebiano, 2007: 36), principalmente, no que diz respeito à “democratização das estruturas socioeconômicas” da universidade no Estado Novo (Cardina, 2008: 119).

Porém, o que chama atenção nesses meandros é a continuidade dialética entre a organização estudantil e a repressão policial, fato apresentado anteriormente na descrição dos conflitos. A tentativa de organização associativa, ainda que seja restrita à “minoridade da minoria” – considerando o restrito acesso que a universidade portuguesa tinha naquela



época, entre outros problemas<sup>188</sup> – foi um fato significativo para atenção das forças políticas, se valendo da utilização das forças policiais, ao invés de um (improvável) diálogo com os estudantes, pois não se tratava de um regime democrático. Ou seja, se por um lado pode-se afirmar que as mobilizações estudantis tinham, inicialmente, quase sempre o foco interno, o associativismo, em pouco tempo esse enfoque deixa de ser o essencial para se tornar também *parte* de um problema maior: a incapacidade de continuidade político-econômica do Estado Novo, que somente se assegurava, num momento de declínio da ideologia salazarista, pelo uso das forças policiais, que conteria as ações e críticas ao regime. Nesse sentido, a contribuição dos estudantes é a de aprofundar ainda mais essa crise, apontando que os interesses políticos dos governantes sobre a universidade eram contrários aos interesses dos estudantes e de parte da sociedade, e assim, ao se solicitar democracia para as estruturas universitárias, também se estaria reivindicando para a sociedade como um todo.

É nesse espaço de conflitualidade que muitos estudantes terão a possibilidade de compreensão dos problemas sociais mais gerais, pois, por mais elitista que a universidade fosse, as experiências cotidianas em torno das restrições de liberdade associativa tocavam grande parte dos estudantes (e, por assim dizer, não se restringiam ao interior das universidades: se relacionavam com a liberdade de escolha dos dirigentes sindicais, com a liberdade de escolha de ir ou não para a guerra, com a liberdade de aceitar ou negar a guerra, para além dos discursos patrióticos de “bem da nação”), que poderiam direcionar ações

---

<sup>188</sup> Nesse sentido, merece destaque o estudo de Sedas Nunes (1970: 21-22), o qual procura construir um diagnóstico sobre o que estava ocorrendo nas universidades portuguesas daquela época, enfatizando que “em consequência do desenvolvimento econômico e do incremento da mobilidade social, aumentou em proporções inesperadas ou imprevisíveis o número de estudantes que procuram o ensino superior. Este fato deve ser sublinhado, porquanto não é preciso refletir muito nele para se ver que uma instituição concebida para pequenos grupos e com pequena diversidade de cursos e de saídas ocupacionais, mas invadida subitamente por massas compactas de estudantes (cujas aspirações é incapaz de satisfazer, em primeiro lugar porque a sua concepção essencialmente “elitista” está em discordância com a necessidade de educação de largas “massas” populacionais), não corresponde às necessidades das sociedades modernas”. Tal prognóstico parece ser evidente, porém, sua complementaridade é um tanto quanto diferente dos problemas apontados pelos próprios estudantes: se entende que deveria haver uma democratização do ensino, no sentido de acabar englobando mais estudantes de acordo com o sucesso do progresso econômico. Em termos metodológicos, esse positivismo se assenta no isolamento do problema da universidade com o problema da sociedade portuguesa como um todo, e por isso, insiste na passagem de uma universidade tradicional para uma universidade moderna. O mesmo problema do diagnóstico desse estudo se encontra nas análises já anteriormente feitas de Habermas e Touraine, no sentido de apostar que a modernização institucional das estruturas universitárias seria o bastante para resolver tais problemas e que, perante essa nova situação, deveriam ser construídos mecanismos participativos que implicassem na despolitização do movimento estudantil. A Reforma Veiga Simão, de 1971, foi amplamente baseada nesse estudo.

políticas organizadas que levassem em consideração diretamente sua experiência quotidiana. As disposições de organização estudantil partiam do entendimento de que a universidade deveria ser um espaço de não-repressão, ou de autonomia, ou mesmo de crítica, o que se colocava radicalmente em oposição ao entendimento do *dever ser* das universidades pelo regime ditatorial. Por isso, no interior do conflito, o entendimento dos estudantes sobre a universidade e sobre a sociedade era visto, pelas autoridades governamentais, como algo nocivo para a manutenção do regime ditatorial, representado, especialmente, pela forma de organização. A experiência quotidiana seria, portanto, fundamental para se perceber as chamadas “mediações construídas” – como já dito em 6.2 – das quais o próprio sistema político ditatorial esconde, na medida do possível, os interesses capitalistas mais amplos, impondo uma forma política alheia aos interesses coletivos e amparada pela ideologia paternalista e de submissão de toda a sociedade ao poder político autoritário.

Porém, resta analisar a realidade concreta dos interesses estudantis. A proposta de uma Reforma Universitária, entre outros aspectos mais formais, levaria em consideração o exercício livre e democrático de representação estudantil, bem como, a possibilidade de uma universidade mais aberta aos portugueses, ao contrário do caráter elitista que ela vinha tendo, o que não significa, de imediato, o estabelecimento de uma universidade moderna em oposição a uma universidade tradicional. Essa característica basicamente se repete quando se pensa em referência a outras mobilizações estudantis que ocorreram no mundo durante aquele período. Em 2007, Celso Cruzeiro, em entrevista ao Jornal A Cabra, de 17 de abril, na ocasião de comemoração dos acontecimentos, fazia menção ao significado e às influências daquela época:

O 17 de abril foi um despertar. Transportamos para dentro da UC a discussão sobre a forma autoritária, incompetente e medíocre com que o ensino era ministrado. Procuramos estimular o debate. É preciso perceber que a Europa estava longe e nós tentamos introduzir na UC as questões levantadas pelo Maio de 68.

Para Celso Cruzeiro os sucedidos de 1969 se aproximam do *Maio de 68* francês, justificado pela questão das temáticas reivindicativas. Em outro registro, a perspectiva mais acirrada do movimento estudantil da época também teria seu fundamento no *Maio de 68*:

A influência de algumas tendências radicais presentes em França durante os acontecimentos do Maio de 1968 – dentro de um ambiente cultural, além do

mais, na época ainda de influência maioritariamente francófona – far-se-á sentir de uma forma crescentemente intensa através de um ativismo e de um discurso panfletário que compensavam, pela sua vitalidade, o facto de os seus partidários constituírem uma minoria organizada dentro do ambiente estudantil (Bebiano & Estanque, 2007: 37-8).

As reivindicações e a presença de correntes e grupos de esquerda com referência ao *Maió* francês parecem remeter, inicialmente, à referência direta dos acontecimentos do caso português. No entanto, as próprias especificidades locais deixam de lado essa referência, justamente porque a própria prática dos estudantes portugueses, ao ser compreendida como um processo histórico, nada mais é do que um desenvolvimento das relações conflituais que começam a estar dispostas em Portugal naquele período contra o salazarismo<sup>189</sup>. Isso não exclui que não haja possíveis influências, porém o interessante é compreender as realizações concretas que o movimento experienciou.

Por isso, em vias de compreender ainda mais esse desenvolvimento, será necessário perceber, nos anos posteriores, até 1974, em que medida as reivindicações estudantis são atendidas ou não e de que forma se desenrolarão os conflitos com a ideologia salazarista.

#### **8.4 O ápice da violência perante o fim do Estado Novo (1970-1974)**

O início de 1970 irá ser marcado por importantes alterações nas relações políticas e econômicas de Portugal. O fato mais evidente foi a intensificação da guerra colonial, que aumentava a tensão entre os interesses político-ideológicos do Estado Marcelista e das organizações contrárias à guerra. Os movimentos de libertação nacional, encabeçados pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) também avançavam, impondo sucessivas derrotas às tropas portuguesas em África, principalmente a partir de 1971. Com isso, a guerra iria se tornar mais violenta,

---

<sup>189</sup> Se considerarmos as especificidades do ambiente francês da época – o aumento de estudantes, as instalações inadequadas das universidades, os ambientes alienantes, a administração insensível (Eley, 2008) – pode-se dizer que há uma aproximação entre os ocorridos. Por outro lado, deve-se considerar, de forma mais patente, que haveria um interesse mais declarado das vanguardas do movimento *68tista* francês em realizar uma ação conjunta entre trabalhadores e estudantes. Boltanski e Chiapello (1999) entenderam essa questão através das duas críticas: a crítica artística e a crítica social, mas como já apresentado anteriormente, operando uma arbitrária cisão na observação das lutas sociais.

com inúmeras atrocidades cometidas pelo exército português, fatos que levaram a ONU, em 1972, a se posicionar contra os ocorridos e condenar veementemente o colonialismo português.

Em relação à dinâmica do Estado, o colonialismo e a resistência do regime ditatorial ao grande capital assumem a dimensão de um “bloqueio ideológico” da sociedade portuguesa, que somente poderia ser resolvido caso o problema colonial também o fosse, associando a luta contra o regime à luta colonial e em colaboração com os movimentos de libertação nacional (Santos, 1990). Por outro lado, economicamente as colônias não absorviam o comércio externo português, não havendo dependência econômica das colônias a Portugal, mas sim, a dependência de Portugal às colônias que, por sua vez, se apoiaria cada vez mais na guerra. A paralisia do Estado português, apoiado no colonialismo, refletiu um período de desfasamento entre o Estado e a Sociedade Civil, demonstrando “a capacidade do Estado para se manter intacto através de uma paralisia administrativa generalizada durante bastante tempo e no seio de lutas sociais muito agudizadas” (p. 33). Por isso, o aparelho de Estado português manteve a “forma fascista da dominação política capitalista” (ss.), que se fundamentou na paralisia até a nova configuração do poder, o *25 de Abril*.

Além disso, as forças políticas contrárias ao regime se movimentaram bastante, em torno das mobilizações de classe e da permanência de muitos militantes em seus meios. Por parte do PCP, seu posicionamento político englobou as questões coloniais, fundamentando-se no apoio aos movimentos independentistas e defendendo a ideia da “emancipação dos povos coloniais e a luta do povo português pela liberdade”, já que “possuindo um inimigo comum – o governo antidemocrático e colonialista – se encontravam estreitamente associadas” (Bebiano, 2002: 298). Embora o PCP tenha associado ideologicamente a luta contra o Estado Novo e o colonialismo, sua condição de clandestinidade também impediu uma condução mais assídua do movimento da classe trabalhadora, já que, naquele momento, além da ideologia marcelista continuar a impor “comportamentos conformistas e disciplinados” à classe trabalhadora (Estanque, 2000), “nem partidos nem sindicatos podiam ter impacto alargado na vida política e social” (Santos, 1990: 229). Nesse sentido, o movimento estudantil também assume em Portugal um importante combate ao colonialismo, principalmente através de vertentes ideológicas originárias do maoísmo, especialmente em setores que “nunca militaram nos partidos comunistas tradicionais (...) e que mantinham pro-

ximidades de fundo com o ativismo voluntarista de um certo anarquismo histórico” (Cardina, 2009: 6).

No cotidiano estudantil se fez a continuidade dos problemas anteriores, relacionados diretamente com a totalidade das reivindicações das organizações de oposição ao regime ditatorial. Tais acontecimentos, que se confrontam diretamente com a paralisia do Estado, conduzem ao uso de maior violência para garantir, já em seu momento mais decadente, a continuidade da ideologia de autoritarismo. O recrudescimento da violência, pautado principalmente pelo fechamento das associações acadêmicas e pela aparência de que os problemas relativos ao ambiente universitário poderiam ser resolvidos através de reformas no âmbito institucional, foram alguns deles.

A reforma universitária realizada entre os anos de 1970 e 1971, a conhecida Reforma Veiga Simão, trouxe importantes alterações funcionais e estruturais das universidades portuguesas. Embasada em estudos científicos como o de Sedas Nunes (1969), que detectaria que a universidade portuguesa daquele tempo não se coadunava com um projeto de desenvolvimentismo, interessante para a modernização capitalista, o principal traço dessa reforma se deu no sentido de estabelecer certos princípios tecnocráticos que pudessem satisfazer as elites desenvolvimentistas (Cardina, 2008). Dentre essas alterações, pode-se destacar a criação de três novas universidades (Aveiro, Nova de Lisboa, Minho), de institutos politécnicos e de escolas superiores, com objetivo de aumentar a oferta de ensino e de fomentar uma mão de obra mais qualificada, caminhando no sentido de democratização das estruturas universitárias (Drago, 2003). Com efeito, se procurava transformar a restrição do acesso abrindo opções de cursos, vagas e direcionando a formação superior para uma formação técnica<sup>190</sup>.

---

<sup>190</sup> Do ponto de vista jurídico, a análise de (Miranda, 1995: 31-32) expunha que, se por um lado tal reforma reforça os interesses de promoção da autonomia universitária e da “participação dos diversos elementos institucionais da Universidade na condução da sua vida”, haveria inúmeras deficiências no texto, dentre elas, pode-se elencar “a frequente remissão para as futuras normas dos estatutos das Universidades, sem se resolverem questões decisivas como o sistema da eleição dos representantes das diversas categorias universitárias” e também o “não reconhecimento do papel que também aos estudantes deve caber na gestão das atividades universitárias, quer através dos delegados dos seus cursos quer através das associações acadêmicas, que têm de ser trazidas para o seio da Universidade e não podem ser rebaixadas ao simples campo circum-escolar”. Dentre outras formulações, acredito que essas sejam as mais significativas que se referem às questões do associativismo e da escolha democrática no interior do espaço universitário, fato que terá um enorme destaque no período que se sucede até o final do regime ditatorial.

Por suposto, esse modelo governamental de reforma se valeu das mesmas palavras apresentadas pelo movimento estudantil no período anterior, mas num sentido diferente: enquanto os estudantes apresentavam a democratização como necessária a existir nas universidades e na sociedade em geral, a proposta do governo “entrava em contradição com a lógica do regime vigente” (Drago, 2003: 92). Essa contradição se dá de forma aparente, pois o sentido de atribuição de um projeto de “pacificação” das universidades criaria a predisposição de reduzir o vigor das ações estudantis, já que se tratava de um claro interesse em reduzir as manifestações e as influências ideológicas presentes nas universidades (no sentido já exposto anteriormente em § 5.1. e 5.2.) e os estudantes deveriam adotar uma postura participativa caso seus interesses quisessem ser atendidos. Um efeito mais assíduo dessa questão irá ser claramente visível quando, a partir dos anos 1980, as estruturas representativas universitárias perdem muito de sua independência e tornam-se cada vez mais atreladas aos interesses do carreirismo político.

O projeto ideológico de reforma iria começar a ser aplicado através do reconhecimento por parte das autoridades universitárias, como fez o novo Reitor da Universidade de Coimbra, José de Gouveia Monteiro, que o movimento estudantil havia realizado importantes conquistas. A principal delas seria o exercício da representação estudantil na gestão da universidade. Esse discurso se figurou com o da “normalização” da vida estudantil, baseada nos princípios de pacificação e despolitização do movimento. As autoridades governamentais, por sua vez, reconheceram que as expulsões e perseguições eram ruins para os próprios estudantes e que, em contrapartida, o governo queria um modelo de universidade com a participação dos estudantes.

Se em Coimbra foi aberto um diálogo entre o governo e os estudantes, o mesmo também se seguiu em Lisboa, no Instituto Industrial, nas Econômicas, Letras, no Técnico e no Direito. Porém, isso aponta que os estudantes devessem participar dos Conselhos Escolares das universidades, a fim de ter atendidas as suas reivindicações mais pontuais. No entanto, há a ênfase na diferença de argumentos utilizados pelo governo e pelos estudantes: se por um lado a abertura de canais de participação e a permissão da representação estudantil são evidentes, por outro, isso retiraria a própria autonomia dos estudantes universitários em fazer suas reivindicações através das Associações Acadêmicas, independentemente dos posicionamentos políticos do governo e com concepções sobre educação e sociedade bastante opostos. Nos meses de março e abril já se começava a ver os limites

dessas estruturas participativas, conforme se solicitava a representação paritária nessas novas estruturas ou mesmo a divergência das propostas dos estudantes e do governo, ocasionando greves em vários cursos, em Lisboa e Porto, além da invasão policial na Faculdade de Direito de Lisboa. A rejeição dessas estruturas no meio estudantil se dava justamente porque elas teriam como finalidade substituir a representação estudantil das associações, abrindo espaços onde os interesses estudantis poderiam ou não ser atendidos (e nesse sentido, o não cumprimento da representação paritária poderia ser decisivo).

Em Coimbra, os estudantes conquistaram o arquivamento dos processos disciplinares, a anistia dos acusados em processos criminais e a volta às aulas de estudantes incorporados no exército. O governo, por sua vez, anunciava medidas de ampliação de bolsas de estudo e de novos cursos noturnos – no caso da Faculdade de Direito de Lisboa – com o intuito de reduzir as pressões dos estudantes e mesmo de enfraquecer os dirigentes associativos. Porém, isso não reduziu o uso da violência da polícia sobre os estudantes.

Em 9 de maio, a PSP invadiu a Universidade de Coimbra, atirando sobre os estudantes e ferindo gravemente o estudante Fernando Seiça. O governo não divulgou informações sobre a ação policial e, mediante as arbitrariedades, cerca de mil estudantes se manifestaram contra o ocorrido. Solidariamente e também enfrentando os mesmos problemas de arbitrariedades policiais e prisões de estudantes, em Lisboa foi decretada uma greve para o dia 15 de maio, mas Veiga Simão se antecipou em encerrar as aulas para aquele dia. Tal fato deixa claro a ambiguidade do discurso do Ministro da Educação que, por um lado, enfatizaria o diálogo com os estudantes, mas mantendo as mesmas prerrogativas de uso arbitrário da força policial nas universidades e forçando, mais uma vez, ao recuo do movimento estudantil.

No início do ano letivo de 1970/71, em Lisboa, mediante acontecimentos de prisões e invasões no Instituto Industrial e no Comercial, novos protestos se seguiram, obrigando o governo a fechar essas faculdades. De forma geral, os objetivos estudantis se pautavam pela oposição à repressão e à intervenção policial, pelo direito de reunião, fim das suspensões e processos contra os estudantes, pela entrega de um novo edifício, pela legalização do movimento associativo no Instituto Comercial. Em ambos os institutos, internamente, muitos dirigentes estudantis se opuseram ao direito de representação associativa, com argumentos de que os associativos eram comunistas, resultando em conflitos de interesses políticos entre os próprios dirigentes associativos.

Na Faculdade de Direito, outro palco de parte dos ocorridos, as mobilizações se iniciaram por conta da homologação da Direção da Associação Acadêmica, eleita em novembro. As reivindicações dos estudantes de Direito se mantiveram em janeiro de 1971, quando um encontro com cerca de 500 estudantes, em 11 de janeiro, impulsionou novas manifestações para os dias seguintes. No dia 12, cerca de 300 protestaram no Tribunal Plenário de Lisboa contra o julgamento de quatro colegas e, no dia seguinte, houve encontros no Instituto Industrial e na Cidade Universitária. Nos dias que se seguiram outras reuniões foram marcadas no Industrial e no Direito, havendo novamente uma invasão policial nas duas universidades, até que, no dia 15, a polícia impediu a realização de uma nova plenária, resultando numa greve geral no dia 16, em virtude dos acontecimentos. Mediante isso, houve a solidariedade dos estudantes do Porto, com greves nos dias 14 e 15, e de Coimbra, com uma greve no dia 18 de janeiro, ambas contra a repressão e pelo direito de reunião. Em Coimbra, se deliberou em uma Magna uma greve para o dia 22 e mais cinco pontos de reivindicação e posicionamento dos estudantes, a saber: 1) suspensão da legislação circum-escolar e disciplinar anti-estudantil; 2) reconhecimento das estruturas eleitas democraticamente; 3) livre acesso aos órgãos de informação e a documentos do movimento estudantil; 4) liberdade de discussão, estudo e reunião; 5) publicidade completa dos trabalhos da reforma universitária em voga<sup>191</sup>.

Com a retomada de organização dos estudantes, o Ministério da Educação, em 21 de janeiro, por sua vez, iniciou um “estado de exceção” nas universidades, através de uma operação de suspensão dos organismos associativos. Efetivamente, isso deixaria clara a intenção do governo em continuar a repressão aos estudantes, lado a lado com a proposta de reforma universitária “democratizante”, que, de fato, não seria contraditória com os interesses governamentais, pelo contrário, uma complementar a outra, pois tentaria reduzir as atividades estudantis, de forma institucional ou repressiva. O objetivo de “normalização” das universidades não havia sido alcançado e a relação conflitual continuava. Dias após as greves, estudantes associativos de Lisboa são presos e em Coimbra, as instalações da universidade foram ocupadas militarmente. Até o final do mês de março, cerca de 30 estudantes e dirigentes da AAC haviam sido presos. Por conta desses ocorridos, os estudantes ganharam apoio de organismos internacionais de representação de jovens e

---

<sup>191</sup> Avante!, nº 425, fevereiro de 1971.



estudantes, como a Federação Internacional do Ensino e da Federação Mundial da Juventude Democrática, que enviaram telegramas a Marcello Caetano condenando as medidas repressivas do governo. No mês seguinte, no dia 21, uma nova intervenção policial ocorreu no Porto, nas Faculdades de Economia e Medicina, sendo que na última a associação acadêmica foi encerrada. Nos próximos dias, uma greve havia sido marcada, alcançando a participação de mais de 2 mil estudantes em sessões plenárias. Os estudantes deliberaram pela não realização do cortejo da Queima das Fitas e organizaram uma marcha de protesto pelas ruas da Baixa do Porto, distribuindo panfletos e contando com a participação de populares, sendo dispersados pela PSP ao final da marcha<sup>192</sup>.

A repressão dos estudantes não terminou em 1971 e também prosseguiu no ano seguinte e de forma mais intensa. Já no dia 18 de janeiro, no Instituto Comercial, foi decretada uma greve aos exames e, dois dias depois, quando ocorria uma reunião geral, a PSP invadiu o instituto e, com violência, feriu muitos estudantes. Em abril de 1972, em decorrência das comemorações do *17 de Abril*, os estudantes de Coimbra solicitaram à Reitoria as instalações acadêmicas para uma Magna e um convívio. O reitor não aceitou a proposta e, mediante a insistência dos estudantes em ocupar o lugar, mandou a polícia invadir a universidade. No momento da Magna estavam presentes mais de 1500 estudantes e mais outros 1500 acompanhavam do lado de fora. O local foi invadido pela polícia e muitos estudantes fugiram para as cantinas. Logo após os ocorridos, foi redigido um abaixo-assinado para Veiga Simão, solicitando a imediata abertura da Associação Acadêmica. Houve muitos desentendimentos entre os próprios estudantes e muitos tentaram sabotar a reunião por estarem em desacordo com as solicitações dos dirigentes associativos.

Em junho, se seguiram outros ocorridos. Estudantes do IST e do Instituto Superior de Ciências Econômicas e Finanças (ISCEF) de Lisboa entraram em greve aos exames, exigindo a reabertura de sua associação que havia sido encerrada em 16 de maio, alcançando uma vitória nessa reivindicação. Tais ocorridos se deram num momento em que várias outras associações acadêmicas já haviam sido fechadas pelo governo no ano

---

<sup>192</sup> Outro fato importante é que ainda em novembro de 1971, o Comitê Central do PCP havia se posicionado pela criação da União dos Estudantes Comunistas, cuja função de tal órgão seria o de controlar e dirigir os estudantes ligados ao PCP, tendo em vista que tal organização encontrava certas dificuldades de atuação no meio estudantil, justamente porque muitos estudantes, que outrora foram filiados ao PCP, começavam a participar de outros movimentos políticos, como o MRPP, de filiação maoísta (marxista-leninista). Sobre tal relação, ver Cardina (2011).

anterior e naquele ano. Por conta dos ocorridos, os estudantes de Lisboa ganharam apoio dos Trabalhadores da CARRIS e outros setores sociais. Porém, como já havia ocorrido em Coimbra, havia muitas divergências entre os estudantes e muitos se colocavam contrários à abertura das associações. No Técnico, foi deliberada greve aos exames, numa reunião geral da qual participaram cerca de 1500 estudantes e obtendo uma imensa adesão. No dia 10 de julho, data da greve, apenas três estudantes foram fazer os exames e, dentre eles, dois desistiram e apenas um o fez. Em outros institutos, como nas Econômicas, também foi realizada uma greve em solidariedade aos do Técnico. Os pontos de pauta dos estudantes circundavam as seguintes questões: reabertura da Associação, homologação da direção eleita e realização de novos exames. Foram realizadas negociações entre o Conselho Escolar e os dirigentes associativos do Técnico que, por sua vez, aceitaram as negociações, mas prosseguiram a greve contra os exames até o dia 21 de julho, quando se decide por suspender a greve, tendo em vista que suas reivindicações haviam sido atendidas. Os estudantes do Técnico também apoiaram a greve em outros locais, como no ISCEF. Nesse local foi conseguida a reabertura da associação em setembro, depois de uma greve às aulas e aos exames de dois meses e meio, o que obrigou o Ministério da Educação a adiar as provas naquele período.

De fato, o ápice da repressão ocorreu no dia 12 de outubro de 1972, quando estava sendo realizado no ISCEF um dia de protesto contra a repressão e em defesa da associação acadêmica. O agente da PIDE infiltrado, Antônio Gomes da Rocha, que acompanhava a reunião, havia sido identificado pelos estudantes e, depois de ser interrogado por dois dirigentes associativos e de ter apanhado, disparou sete tiros, assassinando José Ribeiro dos Santos, estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, dirigente associativo e membro do MRPP, além de ferir outro estudante, José Lamego.

O comunicado acerca do assassinato de Ribeiro Santos, escrito por Renato Soeiro e publicado na Academia do Porto, no mesmo dia, intitulado *A hora mais sombria é a que precede a aurora*, dizia:

A luta dos estudantes portugueses contra o ensino de classe da burguesia, como qualquer outra luta popular consequente contra a classe dominante, não pode deixar de fazer com que esta dependa da natureza mais violenta, com a violência reacionária que sempre caracterizou as classes cujo poder assenta na exploração do povo.

Quando esta violência leva à morte de um estudante, como já levou à morte de muitos trabalhadores, isso significa que o caráter de luta é cada vez mais conse-

quente, que cada vez os estudantes compreendem melhor o real significado dessa luta e conhecem melhor os seus verdadeiros inimigos. A morte de um estudante não é o primeiro nem há de ser o último ato de violência a atingir o movimento dos estudantes. Quanto maiores as lutas, maiores os sacrifícios, e se pretendemos avançar na luta, devemos preparar-nos para fazer face a todas as violências<sup>193</sup>.

Em outro registro, a Comissão Executiva do Comitê Central do PCP se pronunciava, em 14 de outubro, dizendo que:

A PIDE-DGS entra a matar no seguimento de declarações feitas pelo chefe de governo, M. Caetano, pelos seus ministros, nomeadamente, Viana Rebelo e Rapazote, pelo chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Costa Gomes, todas elas anunciando o recrudescimento do terror fascista. A PIDE/DGS abre fogo sobre estudantes (...) logo a seguir à publicação do decreto pelo qual o governo procura dar cobertura à atividade arbitrária da polícia política e com o qual amplia, de facto, ilimitadamente os seus poderes<sup>194</sup>.

Em ambos os comunicados ressalta-se a questão de como a luta dos estudantes se compunha em sua generalidade com as lutas mais amplas da sociedade portuguesa contra o regime fascista, tanto em sua forma de imposição de um modelo de ensino que mantinha a tutela do Estado, como em relação ao terrorismo imposto a toda a sociedade, presentes em um regime de dominação de classe. Além disso, elas revelam um interesse de aumentar a organização estudantil, mas também, a esperança de que haveria alguma transformação significativa no governo, mais cedo ou mais tarde.

Porém, o assassinato do estudante fez com que continuassem as mobilizações no Porto, se expandindo para Lisboa e Coimbra. Logo após o ocorrido, reuniões foram realizadas no Técnico, em Econômicas, Letras e Medicina, decidindo por uma greve, que também foi seguida pelos institutos de Ciências, Agronomia e Veterinária. No dia 13, cerca de mil estudantes da Academia de Lisboa se reuniram em frente à Faculdade de Direito e a polícia interveio, dispersando a maioria dos estudantes e prendendo outros 20. Na sequência, vários estudantes saíram às ruas, gritando contra a PIDE, contra o assassinato, a guerra colonial e convocando a população para o funeral. Ainda em Lisboa, a PIDE tenta

---

<sup>193</sup> Comunicado presente em: [http://www.esquerda.net/sites/default/files/comunicado\\_porto2.jpg](http://www.esquerda.net/sites/default/files/comunicado_porto2.jpg) [02 de janeiro de 2013]. Sobre a história de tal comunicado de Renato Soeiro, ver: <http://www.esquerda.net/dossier/hist%C3%B3ria-de-um-comunicado/24990> [02 de janeiro de 2013].

<sup>194</sup> Jornal Avante, nº 447, novembro de 1972.

prender toda a direção da Associação Acadêmica de Medicina ao invadir o prédio, ocasionando outros fatos violentos:

Ainda em Medicina, PIDES entraram na Associação de pistola em punho e exibindo ostensivamente as cartucheiras, provocam vários estragos e chegam a encostar uma pistola ao pescoço dum estudante; são efetuadas prolongadas buscas em casas de diversos dirigentes associativos; a AEIST é encerrada assim como o são várias instalações acadêmicas; Medicina, Técnico e Econômicas são cercados pela polícia; as prisões só de estudantes ascendem a mais de 60.

Tais fatos violentos ocasionaram não apenas a constatação de que a violência para conter o movimento estudantil estava aumentando, mas também, internamente, muitos dos estudantes ficavam divididos junto à ação dos colegas dirigentes. Entretanto, de forma geral, se permitiu que houvesse um aumento da solidariedade para com os dirigentes associativos e para com os estudantes empenhados nas ações e organizações estudantis. Os estudantes de Porto e Coimbra responderam manifestando sua solidariedade. No dia 17, foi organizada no Porto uma manifestação que contou com cerca de 1,5 mil, e, nos dias 20 e 21, nos institutos de Engenharia e de Ciências, foi declarada uma greve geral como protesto contra o assassinato e apoio às reivindicações gerais; em Coimbra, foram feitos também comunicados para a população informando sobre os ocorridos; e, em muitos liceus por todo o país também houve manifestação de apoio. Além disso, várias organizações, como as Direções das Organizações Regionais de Lisboa, Norte e Sul do PCP; o CDE de Lisboa; o Movimento Democrático do Porto, Aveiro; a Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, demonstraram seu apoio aos ocorridos. No Encontro da Juventude Europeia de Solidariedade ao Vietnã, ocorrido em Paris, entre os dias 14 e 15 de outubro, a delegação portuguesa solicita o envio de um telegrama para Caetano subscrito por mais de 20 organizações nacionais e internacionais.

Devido à gravidade dos ocorridos, o funeral de Ribeiro Santos também tornou-se bastante confuso e suscetível de novos conflitos com a polícia. Inicialmente, o caixão fôra transportado por estudantes que pretendiam desfilá-lo até o cemitério da Ajuda, mas logo a polícia tomou a vaga dos estudantes e quis conduzir a urna, causando vários conflitos. O funeral foi uma demonstração de protesto contra o regime ditatorial, com mais de 5 mil pessoas pelas ruas de Lisboa e com estudantes distribuindo panfletos para a população, colocando-a a par dos acontecimentos. A polícia afrontou os estudantes que reagiram ati-

rando pedras que feriram policiais. A Procuradora Aurora Rodrigues descreve a lembrança de tais fatos e os narra da seguinte maneira:

No dia do funeral do Ribeiro Santos, as pessoas foram para o largo em frente da casa dele, que é hoje e sempre será a Calçada Ribeiro Santos. O largo estava absolutamente cheio, as pessoas foram efetivamente prestar-lhe homenagem. Estava ali uma parte grande de Lisboa.

Os estudantes saíram de casa do Ribeiro Santos com o caixão aos ombros para o levarem a pé até ao cemitério da Ajuda, mas a polícia carregou sobre eles e sobre as pessoas que estavam ali à volta, de tal maneira que o caixão esteve quase a cair, até que o meteram no carro funerário, que seguiu para o cemitério.

As pessoas não puderam fazer o funeral a pé, como se tinham proposto, mas saíram dali em manifestação a correr até ao cemitério da Ajuda. Era um grupo grande a correr e então assisti a um exemplo significativo da politização cada vez mais geral que então se vivia. O regime não era aceite pela maior parte das pessoas e por isso o 25 de Abril não foi assim uma coisa que tivesse acontecido do dia para a noite. Lembro-me que, em Alcântara, chegámos a uma passagem de nível, que tinha a cancela fechada, porque ia passar um comboio e vinham os carros da polícia atrás de nós. O comboio parou para nos dar passagem, saltámos a cancela para o outro lado e depois de termos atravessado retomou a marcha e os carros da polícia ficaram retidos. Isto é uma coisa que eu tenho muito presente: a sensação de saltarmos a cancela e quando chegámos ao cemitério as portas estavam fechadas, já tinha chegado o carro funerário.

Ali ao lado do cemitério, do lado de baixo, na Calçada do Galvão, havia uma espécie de hortinhas, que ainda lá estão, que faziam uns socalcos. Então eu e mais uns 4 camaradas subimos para lá, saltámos para dentro do cemitério e conseguimos chegar ao sítio onde estava a cova e a urna. Estavam lá muitas pessoas que não tinham estado no largo, não eram daqueles que tinham ido na manifestação, com muitos polícias e PIDEs à volta da urna. Eu sei que eram, porque os reencontrei depois e eles nunca mais deixaram de me conhecer. Quando vai descer o caixão, as pessoas que ali estavam começam a cantar o hino nacional, o que naquelas circunstâncias não me pareceu apropriado. O Ribeiro Santos tinha a mesma opinião a respeito do hino nacional e algumas vezes tínhamos falado acerca disso.

Os PIDEs e os polícias perfilarão-se e nós, os poucos que tínhamos conseguido saltar o muro, gritávamos “Assassinos!” “Assassinos!” e aproveitámos aquela parte do hino que é “*As armas! As armas*”, para gritarmos aquilo o mais alto que podíamos. Gritámos ali o que tinha de ser gritado e isso foi uma coisa que eles nunca me perdoaram, nem eu quis que me perdoassem, só sei que foi uma coisa de que mais tarde me falaram muito<sup>195</sup>.

Como a ação repressiva seguiu até o cemitério, muitos estudantes se dirigiram até o Marquês de Pombal para se manifestar. Dali saíram duas manifestações: uma que desceu a Av. da Liberdade, e outra que seguiu pela Av. Duque de Loulé, em direção ao prédio da Embaixada norte-americana, que teve os vidros quebrados. Ambas foram dispersadas e, após isso, vários grupos menores se manifestaram em outras regiões de Lisboa, como no

---

<sup>195</sup> O Assassinato de Ribeiro dos Santos. <http://www.esquerda.net/dossier/o-assassinato-de-ribeiro-santos/24994> [21 de fevereiro de 2014].

Rato, no Intendente e no Conde Redondo, resultando na destruição de dois carros do Estado e de um carro da polícia.

O que se seguiu foi uma paralização das universidades nos dias posteriores, havendo uma maior perseguição de estudantes dirigentes associativos dos institutos de Ciências e do IST. Tentativas de realização de assembleias, nos dias 19 e 20, foram fracasadas, justamente porque havia policiais por toda a cidade e especialmente próximos às faculdades. Além disso, ocorreram inúmeras buscas nas casas de dirigentes estudantis, muitos são presos e outros tantos são incorporados ao exército da guerra colonial.

Em suma, pode-se afirmar que os ocorridos no meio estudantil em 1972, que culminaram na morte de Ribeiro Santos, evidenciaram uma onda repressiva na sociedade portuguesa, composta pela prisão e tortura de muitos estudantes, pelo fechamento das associações de estudantes e de outros espaços de manifestação contrários ao regime. Da mesma forma que se compunha uma ampla frente estudantil contra o regime, também se marcava avanços importantes nos movimentos de libertação nacional, que traziam maiores temores ao governo, efetivando um controle maior das ações políticas. As prisões e mesmo o direcionamento de muitos estudantes para compor os exércitos coloniais revelavam que as formas de controle pareciam estar fora do controle, mas que enfraqueciam, paulatinamente, os discursos ideológicos e também aumentavam a evidente contestação social sobre o regime.

Porém, tal fato operou um certo abatimento sobre o movimento, que diminui suas forças nacionalmente. Poucos episódios restaram ainda até o final daquele ano. A PIDE voltou a prender estudantes na Faculdade de Medicina de Lisboa e, em Coimbra, quando começou a ser aplicada uma multa para proibir a manifestação de estudantes, as penalidades incidiram diretamente sobre as comemorações da Tomada da Bastilha. Ao final, muitos estudantes haviam sido multados e muitos outros processados, além de haver um expulso da Universidade de Coimbra, mais outros 15 dirigentes da Faculdade de Letras de Lisboa e mais 31 suspensos da Faculdade de Ciências de Lisboa.

O ano de 1973 iria trazer novos fatos quanto à crise do regime. O aumento das despesas militares através de modificações na Lei de Meios gerou uma repentina subida nos preços de alimentos, ampliando ainda mais a crise econômica, havendo pouco desenvolvimento e baixa produção. O movimento grevista nacional continuava forte, com ampla agitação de trabalhadores de empresas metalúrgicas, pesqueiras, conservas, tecidos e ban-

cários. Do ponto de vista internacional, a morte de Amílcar Cabral, em janeiro de 1973, aumentava ainda mais a desconfiança internacional sobre a guerra, especialmente da ONU, e dava maior força aos movimentos de libertação nacional ao isolar Portugal internacionalmente. A repressão e uso da violência policial iriam se manter e, já no início daquele ano, os acontecimentos da Capela do Rato, uma greve de fome de um grupo de católicos, brutalmente reprimidos, causava ainda mais atenção sobre os limites da violência.

O movimento estudantil continuava sua luta para a abertura das associações acadêmicas e para a possibilidade de representação estudantil. Em março, protestos nas Letras em Lisboa, entre os dias 08 e 09, reclamavam contra o encerramento das instalações da Comissão Pró-Associação, seguido por uma greve no Direito, também contra o encerramento das associações. Outro protesto ocorreu na Agronomia de Lisboa, por conta de afirmações racistas do professor Valente de Almeida contra seus alunos. Ainda na Agronomia, os estudantes se mobilizaram junto ao julgamento de um colega preso, José António Ribeiro Lopes, também distribuindo comunicados sobre a repressão. No dia 15 daquele mês, em Coimbra, mais de mil manifestaram-se contra uma provocação de estudantes simpatizantes ao regime e reivindicaram pela abertura da AAC e por eleições. No Porto, cerca de 400 estudantes exigiram o fim de castigos aplicados a colegas e também reivindicavam a abertura das associações, o mesmo ocorrendo na Medicina.

Novamente, o IST foi palco de outros ocorridos entre os meses de maio e dezembro daquele ano<sup>196</sup>. No dia 03 de maio, por conta da realização de uma reunião na cantina da Cidade Universitária, uma intervenção da polícia, com tiros e agressões, deixa pelo menos dois estudantes feridos e mais 16 são presos. Entre um dos presos, Carlos Costa, presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST), que ficou sujeito a tortura do sono, durante 18 dias, no presídio de Caxias. Ao final do mês, o IST é fechado, mas os exames são marcados para julho, mesmo com o instituto encerrado. A 05 de julho, através de uma reunião geral, uma greve é decidida em forma de protesto contra o fim das torturas, a libertação dos estudantes presos e a reabertura da AEIST. Ainda naquele mês, o Conselho Escolar anunciava a anulação do 2º semestre, a direção associativa é suspensa, Carlos Costa é libertado e iniciam-se os exames, com abstenção quase total. Mediante a marcação de novas datas aos exames a greve continua e, nova-

---

<sup>196</sup> O Determinante, Boletim da Faculdade de Ciências, nº 2, 1974.

mente, uma assembleia é marcada em 20 de setembro, que reitera os pontos anteriores e levanta a pauta pela recuperação do semestre. Três dias depois, a Ordem dos Engenheiros de Lisboa, em uma assembleia geral, solicita a abertura da AEIST, apoiando a luta associativa. Em outubro, dois plenários foram marcados (dia 01 e 12) e em ambos os estudantes são dispersos pela polícia, ainda que no dia 06 a greve tenha ocorrido normalmente. No mês seguinte, a situação de mobilização irá se intensificar, resultando em mais fechamentos do IST. Como as reivindicações anteriores não foram atendidas, no dia 14, outra assembleia reafirmou os pontos de pauta, solicitando também o adiamento da incorporação militar de estudantes presos e a revogação dos inquéritos instaurados pela direção do instituto. Em 17 de novembro, o instituto é novamente fechado, reabrindo somente em 03 de dezembro. Durante esse período, foi publicada, pelos diretores, a permissão de recusa de matrícula de estudantes e, em 29 de novembro, é publicada uma carta anunciando a expulsão de 70 estudantes e de aviso prévio para mais 100. Em dezembro, no dia seguinte à reabertura, uma câmera filmadora instalada pela PIDE foi destruída e, no dia 11, se realiza uma assembleia com mais de 600 estudantes, que se dispersam antes da entrada da polícia. O instituto permanece sitiado e cercado pela polícia até o dia 18 de dezembro. Devido a tais acontecimentos, o entendimento dos estudantes sobre os ocorridos é bastante negativo perante a repressão do governo e das autoridades universitárias, porém, bastante positivo em termos da ênfase nas lutas travadas.

Assim, o Técnico é, nesse momento, um exemplo perfeito do que é uma “escola-quartel”, com polícia de choque e vigilantes por todos os lados, com entradas controladas, com 70 estudantes expulsos, 80 suspensos, com todas as atividades associativas rigorosamente proibidas e com a Associação encerrada. Mas por outro lado, o Técnico é também um exemplo perfeito duma escola onde os estudantes se têm batido com uma firmeza e valentia exemplares (p. 8).

Nesse mesmo período, uma greve de três dias ocorreu nas Econômicas, contra cortes de subsídios nas cantinas da AE, contra a reforma universitária e em solidariedade ao IST. Em Medicina foi realizada outra manifestação contra a reforma universitária, que reduziria o número de médicos e contra o encerramento da Comissão Pró-Associação. Em outros institutos como em Letras, Ciências, Farmácia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e



Empresa (ISCTE) e Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) de Lisboa, além de liceus, também ocorrem outras paralisações e mobilizações.

Em Medicina no Porto, os estudantes ocuparam o bar da faculdade para uma reunião que deliberaria uma greve geral para 07 de dezembro. Em Belas Artes, há o boicote aos exames. Em Coimbra, novamente nas comemorações da Tomada da Bastilha, foi exigida a reabertura da AAC, também declarando apoio ao IST. Efetuando duas reuniões com mais de 1500 pessoas, a polícia intervém e aponta armas aos estudantes. Dias após o ocorrido, cerca de mil estudantes se manifestaram contra o doutoramento de Lopes Rodó, ligado ao regime fascista. A continuidade da tensão entre estudantes e governo/polícia não abala o regime e, mesmo assim, Marcello Caetano visita a Faculdade de Direito de Lisboa num domingo, com a Universidade cercada. Porém, Veiga Simão não faz o mesmo e suspende sua visita à Universidade de Coimbra.

No início de 1974, outros conflitos irão ocorrer na Faculdade de Medicina de Lisboa, que esteve praticamente sem funcionar desde o começo do ano letivo 73/74. Ainda em 05 de dezembro de 1973, uma reunião geral solicitava o princípio imediato das aulas e a organização dos cursos, denunciando a política antiestudantil dos governos não disposta a resolver os problemas do ensino superior, nem mesmo de libertar os estudantes Joaquim Judas e Maria José Campos, que continuavam presos<sup>197</sup>. Na madrugada do dia 02 de fevereiro, a polícia invadia a Faculdade de Medicina, sob o pretexto de verificar uma “denúncia da existência de explosivos nas instalações da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina”<sup>198</sup>. Os estudantes afirmavam que a denúncia era falsa e que o intuito da invasão era impedir os direitos de associação, fato que o governo não informava à população. Os discursos dos estudantes mencionam em muitos momentos a universidade como “universidade-quartel”, abarcada por uma grande atenção e militarização das autoridades governamentais e universitárias sobre as atividades estudantis. Mesmo diante de tal situação, os estudantes a afrontam solicitando uma imediata abertura da Associação e estabelecendo a abertura de eleições para os dias 13 a 15 de março.

---

<sup>197</sup> Comunicado da Direção, Comissão Pró-Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, nº 16, 04 de janeiro de 1974; Organizemo-nos na Luta, Comissão de Luta contra a Repressão de Medicina, 07 de Janeiro de 1974.

<sup>198</sup> À População, Comunicado dos Estudantes de Medicina ao Povo Português, s/d, 1974.

Através da apresentação desses fatos, a generalidade dos ocorridos revela que o movimento estudantil português havia avançado em relação a seu confronto com o Estado fascista, quando comparado com os momentos anteriores. Esse avanço se deu principalmente porque a ampla mobilização contra as contradições da Reforma Universitária se fazia presente no cotidiano estudantil, entre elas, a impossibilidade de exercício de atividades associativas. Além disso, pode-se afirmar que a reação das autoridades governamentais e universitárias procurou não medir forças para controlar o movimento, ocasionando inúmeras prisões, perseguições sistemáticas aos estudantes dirigentes e fechamento das faculdades e institutos. Essa tentativa de dominar o movimento estudantil ocorre em cursos tradicionais – Direito, Engenharia, Medicina<sup>199</sup> – tendo em vista que essas mesmas áreas seriam estratégicas para a consolidação dos planos tecnocráticos da reforma Veiga Simão de 1971, não apenas pela grande quantidade de matriculados nos cursos, mas porque as alterações produtivas do capitalismo global iriam reforçar os interesses de formação de mão de obra qualificada nessas áreas. Por serem cursos tradicionais, e considerando o caráter elitizado da universidade portuguesa, poderia se questionar em que medida essas reivindicações rompem de fato com o apoio das camadas elitistas ao governo. Fato é que, novamente, a própria experiência estudantil – ou mesmo o fato da massiva presença de estudantes ligados ao PCP ou às correntes marxista-leninistas – revigoram as ações estudantis, considerando, é claro, o amplo movimento oposicionista instalado desde 1958. O “legado” desse período histórico é, fundamentalmente, a necessidade de estabelecimento de uma representação ativa, mas também, a noção de que a construção diária da luta estudantil seria a “ordem do dia”.

No entanto, no período de 25 de abril de 1974 até a promulgação da Constituição de 1976, datada de abril, o movimento estudantil português se delineou através de conquistas internas, referentes à legitimidade das associações, o que fez com que diminuísse significativamente a intervenção política na sociedade, passando a “intervir muito mais no plano cultural e da formação cívica do que como espaço de interferência na ação política, a nível (sic) das instituições das relações formais de poder” (Bebiano e Estanque, 2007: 38). Tal espectro também se deu muito pela oscilação dos grupos políticos e dos dirigentes do

---

<sup>199</sup> Em 1968 na França, ou mesmo na Alemanha, parte dos cursos atingidos: Filosofia, Ciências Sociais e Humanidades, em geral.

poder, configurados entre um período mais espontâneo dos movimentos sociais (entre maio e agosto de 1974 até 28 de setembro), que derrotaram as tentativas restaurativas do General Spínola, passando pelo período de março de 1975 até 25 de abril de 1976, quando há desde um domínio político do PCP até a contenção – pelo próprio partido e pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) – dos movimentos revolucionários espontâneos, as nacionalizações, a reforma agrária, o controle obreiro, as eleições legislativas de 1975 (em que o Partido Socialista consegue sair vitorioso), e a elaboração da Assembleia Constituinte, momento em que se estabelece a democracia portuguesa, “uma democracia conquistada e não outorgada, fruto de uma ruptura revolucionária sobrevinda pela incapacidade histórica da iniciativa de auto reforma do regime, ou mesmo de qualquer espécie de transição pactuada” (Rosas, 2004:145-6).

Nas associações académicas de todo o país, se enfrentaram importantes embates para a expulsão de dirigentes estudantis ligados ao fascismo, bem como uma redefinição das lideranças políticas, divididas entre os grupos maoístas, comunistas e estudantes democratas, principalmente. A militância se fragmentou, muitos abandonaram o movimento estudantil e muitos preferiram outras formas de integração da luta estudantil com a luta popular, sobretudo, os grupos que partiram para ações de alfabetização. Uma forma mais ativa das lutas estudantis se delineou ainda entre 1976 e 1977, por ocasião do Decreto-Lei nº 781-A/76, de 28 de outubro, a chamada “lei Cardia”, que estabeleceu os princípios de gestão escolar numa base não democrática<sup>200</sup>.

O início de um domínio nas associações académicas das Juventudes partidárias – a Juventude Comunista (JC), a Juventude Socialista (JS) e a Juventude Social-democrata (JSD) – que dominará a política estudantil durante a década de 1980 se dará nesse momento, marcando sobretudo uma disputa entre os interesses da generalidade dos estudantes e os interesses político-partidários. Esse fato, que não estava de todo ausente do movimento desde a década de 1970, irá se delinear de forma mais abrupta na década seguinte, marcando um certo refluxo do movimento (Bebiano e Estanque, 2007). Porém, a efetividade das lutas estudantis somente será retomada na década de 1990, com as “lutas

---

<sup>200</sup> Dentre as alterações efetuadas pela "Lei Cardia", dá-se poder para o Conselho Científico que não é eleito, mas sim constituído vitaliciamente e ao Conselho Disciplinar, que também não pode ser destituído por nenhum órgão. (Considerações do Conselho Diretivo da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra sobre o Decreto de Gestão das Escolas do Ensino Superior, 8 de novembro de 1976).

antipropinas”, que enfatizavam novos modelos de lutas estudantis (Drago, 2004), sobretudo, levando em consideração as formas de implementação de mensalidades semestrais que restringiriam o acesso aos estudantes, mas que também preparariam a universidade portuguesa para sua integração ao Processo de Bolonha, nos anos 2000. Se hoje se aponta que as lutas sociais e estudantis do passado já praticamente não compõem as efetividades das lutas sociais – será ainda possível se falar em movimento estudantil, como no passado? – é preciso deixar claro que, em seu conjunto geral houve, inegavelmente, um esmorecimento das lutas políticas, sobretudo nas universidades, cujos princípios democráticos, ao serem estabelecidos pela democratização política das sociedades, parecem ter afastado o fantasma do fascismo e o próprio sentido de “fazer” movimento estudantil parece ter perdido sua importância. Na atualidade, conforme o movimento dialético e histórico do presente se revela incerto em termos das promessas de desenvolvimento econômico português, a AAC, grande palco das lutas estudantis do passado, enfrenta desafios significativos para que obtenha sucesso nesse quesito. Porém, questiona-se, evidentemente, se promover manifestações e lutas estudantis ainda seria “o” ou “algum dos” objetivos atuais da AAC e das outras associações estudantis. O aparelhamento de setores conservadores junto ao movimento, muitas vezes mais interessados no ganho imediato de influências ou cargos políticos, ou, pelo estreitamento de laços com políticas mercantis de uso do espaço associativo e de apelo recreativo, tem sido uma tônica dos problemas associativos presentes.

**PARTE IV**

**A ÁRVORE DE MAIO**

## CAPÍTULO 9

### A REPRESSÃO DO PASSADO E A (IR)REALIZAÇÃO DO PRESENTE

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [gegenständliche Wahrheit] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem deve provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [Diesseitigkeit] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica.

(Karl Marx, 2ª Tese sobre Feuerbach)

Tendo em vista a apresentação dos dois últimos capítulos, se faz necessário refletir conjuntamente os acontecimentos de Brasil e Portugal, bem como encontrar neles a imposição de alguns limites que subjazem os atuais desenvolvimentos das democracias nesses países. Não se trata meramente de elaborar um “quadro comparativo”, mas apresentar um entendimento mais amplo dos processos históricos e sociais que ressalte a lógica das contradições materiais desses processos, bem como a vigência de alguns deles. Naturalmente o resultado esperado não é “cometer o erro primário de confundir nossa semidemocracia com uma ditadura”, ao contrário, apenas de “lembrar de onde vem o que impede [a] experiência democrática [de] avançar” (Safatle & Teles, 2010: 11). O argumento a ser seguido diz respeito à questão: através da análise dos movimentos estudantis de Brasil e Portugal, pode-se considerar que há aspectos de continuidade dos períodos ditatoriais nas democracias contemporâneas? A hipótese a ser seguida é que há uma continuidade demarcada pelo exercício exacerbado da violência no Brasil e pelo déficit de mobilização política em Portugal e Brasil cujos efeitos se denotam claramente ao longo dos anos 1990 e 2000, e que ainda se encontram presentes ou se revelam conforme se dá a revitalização das lutas sociais com mobilizações políticas e de classe<sup>201</sup> (p. 11). Esse ponto será apresentado como uma crítica ao tempo presente, articulando as análises anteriores e em termos conclusivos.

---

<sup>201</sup> Sobre Portugal, me refiro mais especificamente às mobilizações contra a austeridade que se iniciaram por volta de 2008, que culminaram em 2009/10 com as manifestações dos Indignados, Geração à Rasca, greves sindicais e mobilizações estudantis, entre outros. No que concerne ao Brasil, as Manifestações de junho de 2013 se inserem nessa reflexão.

Sucintamente, objetiva-se responder à seguinte pergunta: *através da análise dos movimentos estudantis do período ditatorial de Brasil e Portugal, pode-se considerar que há aspectos de continuidade nas democracias contemporâneas?* Dito de outra forma: levando em conta os movimentos estudantis de finais da década de 1960 (e a continuidade de suas atividades de oposição ao regime ditatorial, pelo menos na primeira metade da década seguinte), quando compuseram – para além de um movimento que conduzisse apenas a reivindicação do antiautoritarismo – um movimento em que as *lutas de classe* estiveram claramente presentes, é possível afirmar que muitos dos problemas apontados naqueles momentos, nos dois contextos, ainda insistem em se prolongar nos dias atuais?

### **9.1 A crítica do movimento estudantil do passado e seu presente**

Como visto, a ênfase no *Maio de 1968* – de forma global e diferentemente de acontecimentos restritos aos países centrais – revelou que havia uma crítica social sendo colocada em prática: uma crítica que articulava o local e o global e que se delineava pelos aspectos econômicos e políticos. Entretanto, isso foi transposto para a teoria social como uma disputa “isolada” da prática – entre os novos sujeitos, as novas identidades, a necessidade de abandono político e perda da centralidade do trabalho –, o que em muito provou sua desconexão explicativa. Esses problemas podem ser encontrados quando se analisa a pertinência das lutas sociais compostas pelo movimento estudantil durante finais da década de 1960 e 1970 e os casos de Brasil e Portugal. Como principal eixo condutor dessa crítica está a necessidade de se colocar alguns dos problemas já desenvolvidos pelo marxismo, ao invés de ignorá-lo suprimindo o problema das lutas de classe e das transformações das estruturas produtivas e do “mundo do trabalho”. Consequentemente, e em um primeiro momento, as lutas conduzidas pelos estudantes foram lutas de classe reprimidas pelo autoritarismo ditatorial: elas revelavam que somente com alterações profundas nas estruturas econômicas e políticas desses países é que seria possível substituir o caráter violento utilizado pelo Estado, para lidar com esses movimentos, por um caráter mais democrático e democratizante.

No caso de Portugal, mesmo com o *25 de Abril* – uma real possibilidade de mudança social realizada pelas classes trabalhadoras contra o arcaico salazarismo e sua soturna face colonial – as mudanças sociais e políticas seguiram praticamente o mesmo

ritmo já ditado nos finais do Marcelismo, no sentido de estreitar laços com o liberalismo europeu, assegurando o projeto formal da democracia e ligeiramente distanciado da realidade econômica e política. É na educação que isso fica evidente, pelo projeto ideológico de tecnocratização, despolitização dos movimentos de classe, fragmentação das demandas e, naturalmente, um novo estatuto atribuído como novidade. Mas, sobretudo, esse projeto se completa conforme o ensino acaba sendo direcionado para uma qualificação que geraria diferenças classistas, as classes médias, que concretizariam a ilusão da entrada na fase "pós-industrial" do capitalismo europeu. Por isso, o projeto de reforma universitária, iniciado nos finais do período ditatorial continuou, em seu modo de ser, ainda presente, porque ele somente se completa com a ampliação da democracia formal. A luta estudantil que começou a se delinear pela "Crise de 1969" afirmava que eram necessárias alterações profundas na sociedade portuguesa – fato ocorrido entre 1974 e 1976 – mas que sucumbiu conforme se restabeleceu a Constituição de 1976 e os projetos educacionais impediram a efetivação da democracia, fato que ficou evidenciado conforme os novos governos do Partido Socialista continuaram a reprimir as manifestações estudantis no caso da Lei Cardia. Os estudantes, por sua vez, até o *25 de Abril*, trataram a crítica à (falta de) democracia na sociedade como a crítica da sociedade democrática. Encontraram e denunciaram elementos políticos que, mesmo com as alterações macroestruturais da política – suas instituições e efetividade nas coalizões políticas – continuariam vigentes. Tais elementos constituem a chave para a perpetuação do capitalismo autoritário e precarizante do presente. A crítica aos modelos de reforma universitária, de permanência do autoritarismo no interior das estruturas universitárias, ou de aceitação das regras e aceitação de modelos de ensino universitário economicamente rentáveis em detrimento dos interesses nacionais e das necessidades reais, continua mais atual do que nunca. O problema se dá justamente em relação às formas de mobilização estudantil que já não são mais como antigamente, encontrando um movimento estudantil associativo fraco, com interesses corporativos e mercadológicos, que não fornecem material para a defesa efetiva das demandas estudantis, se ausentando de muito dessas lutas.

Por outro lado, no caso brasileiro, as mudanças formais da Constituição Federal de 1988 também impediram uma vitória do projeto dos estudantes para as universidades: elas não foram democratizadas e o cerne de seu funcionamento priorizou a iniciativa privada, sem priorizar o ensino público e gratuito. Ou seja, com mudanças meramente for-



mais, as críticas estudantis daquele período continuam atuais, por conta de combaterem o *autoritarismo ditatorial* – que pode ocorrer na sociedade como um todo, mas também no interior das estruturas universitárias –, por preconizarem um modelo de ensino superior mais integrado com a sociedade em seus interesses públicos e contrários à apropriação pelos interesses privados; e por vislumbrarem lutas sociais edificadas pelo trabalho, ou seja, *lutas de classe* que se relacionam com os estudantes – não por esses serem classe média – mas porque, como já disse Marcuse, ainda que de forma insuficiente, estão na linha de frente de um processo de transformação social. Portanto, é nesse aspecto que as lutas estudantis do passado combateram o autoritarismo ditatorial, mas também deixaram explícito que os estudantes podem conseguir, em vários momentos, uma força política e contestatária que revitalize as lutas sociais.

Apresentando as perspectivas acima, questiona-se: quais seriam as possíveis marcas que a violência do passado deixou no presente dos dois países? Seguramente, há uma continuidade demarcada pelo exercício exacerbado de violência no estado brasileiro, que tem aparecido como um “fantasma” do passado que oprime o presente. No caso de Portugal, isso pode ser visto por um outro prisma, de que a violência do período ditatorial acabou deixando marcas nas lutas sociais do presente: seu acanhamento e dificuldade de organização são frutos, não de uma apatia generalizada dos estudantes, mas de uma internalização de pressupostos autoritários – que podem ser vistos no movimento estudantil “praxista” – e que tornaram as lutas sociais mais brandas conforme o pressuposto da queda da ditadura significaria modernização, europeização, democratização, etc. Se, por um lado (Brasil) a efetividade da repressão autoritária continua nos dias atuais quase que da mesma forma, de outro (Portugal), o fortalecimento institucional ofereceu garantias representativas, mas que não cumprem, de fato, as aspirações democráticas de jovens e estudantes. Nos dois casos, surge a necessidade e a tarefa de revitalizar as lutas sociais, e elas, conseqüentemente, passam por uma postura mais combativa do movimento estudantil, mas também, da compreensão de que as lutas sociais do passado continham a crítica de que democracia e capitalismo são incompatíveis e que, por isso, conforme surgem novos problemas sociais sentidos na vida cotidiana – como o aumento da precariedade do trabalho – é fundamental que os estudantes se posicionem combativamente. No momento atual, longe de criar certas expectativas de repetição do passado – fato que foi revitalizado no ano de 2014 em Portugal, por setores politicamente mais progressistas, quando ecoou a necessida-

de de um novo *25 de Abril*; ou mesmo no Brasil e também nesse ano, quando se debateu, principalmente, pela grande mídia, a atualidade do Golpe de 1964 e a importância do movimento “Diretas Já” – é preciso ter clareza sobre as impossibilidades colocadas, pelo passado ditatorial, nas atuais democracias. Mesmo assim, muitas das atuais manifestações nos dois países, em vários momentos, encontraram esses limites e procuraram superá-los.

Entre 2011 e 2014, a crise econômica e política de Portugal e do Sul da Europa, sobretudo de Espanha e Grécia, revelaram um cenário assolador, de falta de perspectivas nas vidas de muitos indivíduos, de forma que o apego ao passado, de um momento de revitalização das lutas sociais e de combate às forças políticas neoliberais e de austeridade, trouxeram a sensação de que novos ganhos sociais poderiam ser possíveis. Para muitos, estaria havendo a abertura de novas portas, como no *25 de Abril*. Mas o autoritarismo do presente necessita muito menos do Estado e das forças políticas do que outrora: trata-se da imposição de um jogo e não é perguntado aos participantes se lhes interessa vivenciar isso. São as regras colocadas pela Troika e pelo FMI. Não há uma utopia que possa ser revivenciada. As políticas de austeridade nada mais são do que a irrealização do presente. A reflexão sobre essa forma de violência jurídico-política ainda está (parcialmente) ausente de parte das agendas políticas dos partidos de esquerda, conforme estes ainda buscam os argumentos de legitimação no funcionamento representativo ou participativo do sistema político vigente. Se no *25 de Abril* os estudantes preferiram povoar as universidades para pensar e efetivar formas de luta, bem como conceber a prática de um ensino popular, hoje se perdem nos argumentos pragmáticos produzidos pelas políticas de austeridade – a “alternativa” de imigração aos jovens, debatida por políticos e pela mídia foi claramente um desses efeitos. Mas o ponto desse argumento, que une o passado e o presente, e que não pode ser esquecido é o de que o *25 de Abril* procurou colocar fim ao salazarismo e também resolver o conflito colonial. Um conflito de dependência assegurado pela violência colonial. Tal situação, com ciência de sua especificidade, tem alguma, mas nem tão longínqua semelhança com o momento atual. O colonialismo não era uma especificidade do regime salazarista, mas uma face do imperialismo, conduzido contra o Sul global, para o seu empobrecimento (não apenas econômico, mas...) social, e que continua, ainda que com algumas mudanças a partir dos seus eixos de poder, a vincular e a propagar a via única do capitalismo, mas agora com o domínio dos mercados financeiros. À semelhança do passado, algumas reivindicações atuais dos estudantes portugueses – como a questão da

redução das bolsas de Ação Social, irmã gêmea da oferta de financiamento e empréstimos bancários para o pagamento de cursos superiores – colocam em evidência a concretude contraditória de interesses escusos aos estudantes, mas simpáticos aos mercados financeiros e à banca. Coloca-se a violência e a dependência em uma nova roupagem, também vestida pelos estudantes. Tal formato de violência, que pode aparecer como algo abstrato é, na verdade, a explicitação de *conflitos de classe que aparecem mediados pela mercadoria educação*.

No caso brasileiro, por conta do desaniversário do Golpe de 1964 no Brasil, ficou claro o importante papel que a violência ditatorial exerceu para conter os setores de esquerda, estudantes e trabalhadores e como esse fenômeno é, ainda hoje, interpretado de várias formas: a violência teria sido necessária, já que havia um golpe de viés esquerdistante em curso; ou a violência teria sido proporcional ao que estava se planejando nos subterrâneos da sociedade, principalmente pelos grupos da esquerda armada; ou a violência teria sido desmedida e desproporcional à organização dos grupos contrários à ditadura militar; ou, nesse conflito, a ditadura escamoteou fatos, forjou acontecimentos, escondeu mortos e desaparecidos políticos em seu interior. Os dois últimos argumentos são cobertos por provas materiais, enquanto que os dois primeiros são muito mais referentes às disputas ideológicas que procuram justificar a violência exercida. De forma geral, essa polêmica elucida que a violência foi algo exacerbado. O final dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970 – portanto, ainda no começo da ditadura – foi marcada pela exacerbação da conflitualidade, um momento em que as forças políticas dominantes pretendiam sufocar o movimento social ainda crescente, direcionando o grosso da violência para as correntes políticas de esquerda, pois essas seriam o exemplo maior de desobediência da ordem social do regime, já que o afrontaram diretamente. O ápice da violência, na verdade, deixa por dizer que o “laboratório” dessas práticas foram os movimentos estudantis e operários – como no exemplo das greves de Contagem e de Osasco e nos conflitos estudantis de 1968. Em momentos anteriores (ver § 7.1 e § 7.2), com referência aos conflitos entre estudantes e as forças policiais, é bastante importante ressaltar que há uma disputa entre um *projeto social* mais geral – ou seja, que ultrapassa uma disputa no interior das universidades – defendido pelos estudantes (em sua generalidade e com diversas nuances interiores, principalmente dos grupos e correntes políticas) e um *projeto modernizante* pautado na repressão, defendido pelo regime militar. Os estudantes, em vários momentos, elucidaram as

contradições presentes no projeto modernizante, sobretudo, quando havia uma organização nacional, ainda que na clandestinidade, havendo um destaque para o ano de 1968. Foi a partir da morte do estudante Edson Luiz que o regime ditatorial, já assegurado pela “ilegalidade-legal” do AI-5, que começou a perseguição aos estudantes, resultando numa grande quantidade de presos, mortos e desaparecidos. As experiências políticas estudantis acabaram sendo de conflito, de lutas contra a polícia política e de fugas e clandestinidade. Essa situação colocou limites claros para a continuidade de um projeto político nacional, anti-imperialista e de defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Tal fato pode ser visto em meados da década de 1970, quando a reorganização da UNE torna-se uma pauta do movimento estudantil: uma pauta nacional, cujo intuito seria afirmar a necessidade de construção institucional *de base*, para além da institucionalidade *top-down* do regime ditatorial. O limite é que, na década seguinte, as lutas sociais conduzidas pelos estudantes irão decair. Porém, o próprio regime irá sofrer uma abertura “lenta e gradual”, a qual evidencia que os ocorridos em São Paulo, em 1977, são praticamente os últimos episódios de forte repressão. Mas, ao longo do que foi explicitado, o movimento estudantil aponta um importante caminho para a reorganização do ensino superior: não poderia haver cursos pagos, justamente, porque esses elitizariam a condução do ensino e isso implicaria em exclusão daqueles que não pudessem pagar. Perante o quadro generalizado de violência, a defesa democrática dos estudantes revela a necessidade de construção de uma sociedade democrática em termos de acesso e com sensibilidade aos problemas sociais. Ao ganhar corpo, essa proposta praticamente se torna um “projeto” de resistência às propostas privatizantes e de interesses mercadológicos sobre o ensino. Essa mesma forma de resistência se delineou na década de 1990, quando a ofensiva neoliberal deu maior supremacia para o ensino privado em detrimento do investimento do serviço público. O projeto de sociedade e de ensino proposto pelos estudantes acabou por ser enfrentado pelo Estado através da violência. Assim, na negociação política destacou-se a violência, quase que da mesma maneira que do regime ditatorial: alegando a ilegalidade dos estudantes, a *ilegalidade da resistência estudantil*. Isso passa a ser evidente pelas reivindicações estudantis, que num segundo momento passam a ser reivindicações contra a prisão de estudantes e contra a repressão. Ou seja: a *reivindicação pelo ensino está num primeiro momento*; depois, conforme os estudantes se confrontam com a polícia, essa reivindicação passa a ser *contra a repressão*.

Por sua vez, em Portugal (ver § 8.3 e § 8.4) houve grande quantidade de presos políticos, mas somente o estudante José Ribeiro dos Santos foi morto diretamente pela violência ditatorial. Isso significa que não é possível comparar quantitativamente a violência, e sim, encontrar outros aspectos qualitativos que se enquadrem ao contexto português. Há outro fator que começa a se delinear no período marcelista: o envio de militantes políticos para as “tropas”, como forma de punição para o cometimento de um crime político. Tal violência significava que o regime deliberadamente consideraria que essas pessoas deveriam defender, arbitrariamente, Portugal, operando uma relação de violência indireta ou não declarada, já que colocaria a individualidade e o patriotismo, obrigatoriamente, como algo a se provar e se demonstrar, independentemente se àqueles indivíduos tal fatalidade contrariasse sua ideologia. A partir dessa diferenciação, fica evidente porque houve, em vários momentos, um acuumento da política contestatária: o controle da oposição tanto poderia ser feita no território “metropolitano” como pelas ameaças de envio à guerra colonial. Mas tal violência não pode ser considerada apenas como “simbólica”, já que trata-se de um fator punitivo contra as mobilizações políticas que estavam ocorrendo. As diferenças em termos de violência se refletem também na relação política do movimento estudantil, já que, nas crises de 1962 e 1969 se faz notável que o fechamento das universidades, ou de seus espaços acadêmicos, ou ainda, o “sitiamento” dos campus universitários, que atemorizava os estudantes, ainda que não interrompesse por completo suas atividades. E, se, num primeiro momento isso serve como motivo para o fortalecimento das associações acadêmicas, de grupos políticos de oposição ao regime, das ações locais e das mobilizações nacionais estudantis, ao longo dos anos, acaba por enfraquecê-lo. Entretanto, o passado que aparece nos ápices de conflitos não é, meramente, a institucionalização da violência. Por mais que ela seja um aspecto impactante – tanto pelas guerras coloniais como pela repressão à esquerda armada – o Estado Novo não teve, em si, força suficiente para a repressão por se tratar de um regime que já dava há tempos poucos sinais de sobrevivência. O sinal de alerta é ligado por meio do conflito colonial, quando se evidencia que não haverá outra alternativa, impulsionada pelas autoridades políticas, senão através da via violenta. Ou seja, a violência é um meio, bastante “justificado” pelas autoridades políticas. A noção de “normalização” das universidades e da contestação social tinha interesses de enfraquecimento da política de resistência. E, finalmente, isso já traz um aspecto positivo para o processo de democratização que, até mesmo pela forma pacífica como foi realizado

no primeiro momento do *25 de Abril*, reflete quase que uma única alternativa para a sobrevivência, sem exagero, do Estado.

Mas quanto aos estudantes, os casos pontuais que analisei, refletem como há um conflito nas ruas e nas universidades – no caso português, esse conflito, especialmente em suas crises, fica mais restrito às universidades, mas com efeitos semelhantes. Porém, há de se visualizar que as chamadas “condições materiais” estão presentes nas duas sociedades, na degeneração do Estado Novo Salazarista e na edificação da Ditadura Militar brasileira. Por conta dos conflitos mais acirrados entre os estudantes e a polícia, sobretudo no ano de 1968, há uma forte pressão e controle político dos grupos estudantis. As atividades da UNE foram praticamente interrompidas naquele ano e somente voltam nacionalmente a partir de 1976, o que não impede que a organização estudantil ainda seja feita nos raros espaços onde a repressão não havia cercado totalmente. Em Portugal, os sucessivos fechamentos das Associações Estudantis, entre 1970 e 1974, por sua vez, revelavam que o regime de Marcello Caetano continuava a mesma política repressiva de seu antecessor, obrigando os estudantes, em muitos momentos, a se calar, a manter muito pouca atividade publicitada, apenas conhecida num meio estudantil muito restrito. No Brasil, com o controle centralizado do movimento, há a redução de sua força internamente às universidades, porém, também não há a interrupção das atividades estudantis, que acabam por se renovar e se inserir também no patamar das lutas sociais que começariam a acontecer no final da década de 1970. A abertura democrática consolidava a importância de lutas por representação estudantil, mas também as enfraquecia. No caso português, por não haver uma entidade centralizadora do movimento estudantil, coube às Associações um papel de maior efetividade e de organização política, mas, por outro lado, os sucessivos fechamentos também representaram a perda de unidade dos estudantes, que tiveram sempre que retomar a legitimidade de suas sedes e, conseqüentemente, de seus atos.

Esse panorama contrário às lutas sociais não impede, no todo, que o movimento estudantil continue tentando se organizar. No Brasil, apesar de uma marcada perseguição contra líderes estudantis que procuravam retomar a UNE – como o caso de Honestino Guimarães – é no interior das universidades que se iniciará o processo de reestruturação organizativa. Em Portugal, mesmo com a prontidão dos tribunais em julgar os estudantes presos, as ações e mobilizações estudantis permaneceram, ainda que em termos cíclicos. Com esse cenário de exceção, parece ficar claro que o “silenciamento” dos movimentos

estudantis nessa década não pode ser concebido como uma impossibilidade ou falha desses movimentos, mas sim, uma imposição autoritária por parte do Estado. A intensificação das repressões e das perseguições demarca o clima de tensão entre o Estado e as classes sociais (estudantes, classe média e classes de trabalhadores). Muito dessa repressão é sentida por estudantes e ex-estudantes, identificando a intolerância do regime ditatorial para com as oposições políticas.

## 9.2 O direcionamento da repressão e o processo de democratização

Nos dois contextos, o direcionamento da violência aos grupos políticos de extrema-esquerda, ou de cunho marxista-leninista/cubano-chinesa e trotiskista que resultaram nas ações armadas<sup>202</sup>. Ao se desenvolverem ao lado e em oposição aos respectivos partidos comunistas, o PCB e o PCP, e consideravelmente mais próximos de uma *new left* desalinhada de práticas políticas parlamentares, tais organizações tiveram uma importância significativa na consistência do movimento estudantil. Em ambos, a predominância de grupos maoístas ou marxistas-leninistas pode ser explicada pelos fatores globais e cisões do marxismo oficial soviético, como já bem apontou Althusser. Porém, essas rupturas se adequam à chamada nova esquerda, de forma pouco próxima àquela pensada por Marcuse, com a ressalva de recolocar a classe trabalhadora e o trabalho em seu escopo teórico, mas sem sua realização total na prática. A compreensão da repressão política sobre esses grupos evidencia que se estaria desautorizando uma forma de contestação social organizada politicamente e que se guiasse por uma ideologia necessária para a transformação social. Isso se relaciona diretamente com o aspecto que Habermas e Touraine enfatizaram, de que novos contornos políticos não aceitariam uma disputa ideológica mais intensa, e tais contornos se desenvolveriam num modelo político mais institucional. O movimento estudantil português parece seguir esse caminho de forma mais efetiva, conforme o âmbito

---

<sup>202</sup> No Brasil, um argumento que tem sido elucidado sobretudo no período de 50 anos de desaniversário do Golpe de 1964, por parte de setores políticos e sociais conservadores ou propensos ao apoio dos militares, tem se desenhado em torno do medo que se tinha que em 64 os comunistas tomassem o poder e que, portanto, a intervenção militar havia sido legítima. Tal argumento, quase sempre se fundamenta na ideia de que, no momento posterior, os grupos políticos armados insurgentes praticavam atos de “terrorismo” e que, portanto, a violência do Estado não havia sido desmedida ou desproporcional, fato até mesmo representado pela anistia “ampla e irrestrita”, que afirma que até mesmo os torturadores militares deveriam ser anistiados.

de mobilização estudantil é transferido para um sentido de fortalecimento das organizações estudantis. No Brasil, isso é sentido com a UNE, que passa a adotar uma postura menos combativa. Entretanto, o desafio colocado é o de que as negociações políticas não poderiam ser realizadas caso o grupo interessado em transformação não seguisse tais regras. A esquerda armada, em parte, foi descrente de que a despolitização resultaria em melhores ganhos políticos. Outra parte, contudo, assimilou a máxima de Dutschke.

Mas tal abandono ideológico não poderia de fato ocorrer num momento em que o contexto político global se fazia tão intenso e, principalmente, bastante favorável à esquerda e à nova esquerda. E isso marca, nos dois países, que a suspensão do movimento mais politizado somente foi conseguida pelo Estado pela perseguição, senão extermínio desses grupos. Por mais que se autorize a falar que a esquerda armada tenha rompido com os limites democráticos, a suspensão institucional já se fazia evidente eliminando a precisão desses limites. A própria violência do Estado autoriza, prévia e sucintamente, a resistência e organização armada. Ainda mais quando a organização armada, tomando como exemplos os locais de sua origem – China, Cuba, Argélia, Guiné, etc. –, entende que o sucesso das libertações coloniais poderiam ocorrer em termos bastante semelhantes em Portugal e Brasil. Por isso, a importância de entender a relação de como a esquerda armada se postulou politicamente, seus embates ideológicos internos e, principalmente, as teorias sobre o desenvolvimento interno econômico-político e sua relação internacional.

Mas, notadamente sobre o movimento estudantil, fica bastante evidente que com o enfraquecimento dos quadros políticos mais atuantes, muito das demandas do movimento se esvanecem. Isso começa a aparecer quando muitos estudantes entram para a clandestinidade, um dos problemas que mais enfraquece, de forma imediata, o movimento estudantil.

As lutas reivindicativas são o mote de reconstrução do movimento estudantil e, nelas, inscritas as possibilidades de retomar a democracia de base. Com isso, pode-se dizer que, centrados em questões como a democracia interna das universidades, os cursos pagos e a necessidade de organização estudantil passam a ser o foco principal das atenções, perdendo a ênfase na luta política do período imediatamente anterior. Naturalmente, isso incide numa tentativa de manter atividades nos setores estudantis, sem haver um conflito tão declarado com o regime político, praticamente numa estratégia de autossobrevivência.



No entanto, é em torno das reivindicações contra a violência institucionalizada e prisões que se retomará um fôlego mínimo das atividades políticas estudantis.

Entretanto, já ficava claro que os interesses das ditaduras em suas propostas democratizantes, fato que não consegue ser superado no *real* processo de democratização, se pautavam por uma assimilação de um molde político neoliberal, tecnocrático, bem representado pelas propostas de reforma universitária a partir de então. Na democratização, o Estado novamente seria autorizado à resolução de problemas políticos de forma política, mas em seu interior, a lógica de exceção ainda se apresentaria como possibilidade mais extremada, podendo ainda ser utilizada como mecanismo político. Esse problema foi bastante bem colocado pelos estudantes portugueses quando estes denunciavam, após a Reforma Veiga Simão, que os espaços de participação permitidos na universidade não eram dos anseios estudantis e, pelo contrário, retirariam a autonomia que uma organização exclusivamente estudantil teria. No caso brasileiro, a preocupação das autoridades militares em controlar o movimento estudantil, a partir da Lei Suplicy, deixou claro que poderia haver um movimento estudantil ligado ao governo militar e cuja representação se desse em espaços políticos também permitidos pelas autoridades do regime.

Outra determinidade está na consideração sobre a importância dos movimentos estudantis para o processo democrático. Essa contribuição, valorizada como o lado *happy end* dos anos de chumbo, acaba por desconsiderar as imbricações entre democracia liberal e neoliberalismo, principalmente a partir dos anos 1990. As sucessivas crises econômicas têm conduzido o aprofundamento de problemas da representatividade democrática, sejam eles na política nacional e internacional, como no interior das universidades, onde atualmente, a falta de democracia interna tem ampliado situações “desconfortáveis” para os estudantes: o autoritarismo de forças políticas universitárias ou policiais contra o movimento estudantil, a escassa participação estudantil nos órgãos colegiados, a aprovação de projetos de reforma universitária que enfatizam o caráter elitista e pouco democrático – ou mais recentemente, as expansões das universidades sem infraestrutura básica para as atividades de ensino, pesquisa e extensão – bem como a pouca preocupação com a permanência estudantil (alimentação, moradia, bolsas, etc.).

Esses problemas contrastam diretamente com as formas de mobilização política dos estudantes. Desde os anos 1970, ocorre um esvaziamento da política de esquerda e, com ela, o esvaziamento das ações políticas mais contundentes. Por outro lado, estudantes

que não eram propriamente de partido, hoje constituem a imensa maioria, muitos deles alheios às condições políticas nacionais, ou mesmo, com uma experiência de participação política muito pequena. Isso abre a perspectiva para a existência de um movimento estudantil independente<sup>203</sup>, organizado autonomamente. Nesse campo de independência, erroneamente identificado como um espaço de ausência de partidos e ideologias políticas, há uma recusa de métodos de organização burocratizados, com visão bastante crítica sobre as representações políticas, enfatizando o espontaneísmo auto-organizado, mas bastante dependente das organizações de base, pelos Centros Acadêmicos. Esse modelo organizativo pode ser identificado como uma *democracia de base*, negando sentidos representativos mais abstratos do que aqueles de presença coletiva, na manifestação de opiniões e perspectivas dos indivíduos. São esses interesses democráticos que são amplamente trabalhados, procurando a superação de limites de legitimidade perante o sistema político dominante de representatividade abrangente, o qual acaba por aumentar o “fosso” entre representante e representado. Por isso, é evidente que o caráter político estudantil esteja mudando, tanto no sentido positivo de procurar superar as contradições anteriores ou de propor métodos mais amplos ou visualizar reivindicações contemporâneas, mas também no sentido negativo, quando o esvaziamento da política estudantil se constitui como o principal entrave organizativo.

Essas constatações conduzem, portanto, para um questionamento pertinente: após os processos de democratização, porque o movimento estudantil reduziu sua atuação autônoma mas continuou a aparecer na organização de lutas mais gerais? Dito de outra forma, quais as diferenças entre a dimensão democrática falada no período ditatorial e a dimensão ditatorial atualmente existente nas democracias?

Contudo, não é por meio do conflito aberto que o movimento se enfraquece, mas por sua relação com a democracia, quando o “inimigo” político imediato passa a deixar de existir. Ou seja, a partir do momento em que as relações políticas estabelecidas são rompidas, revelam-se contradições mais amplas do processo produtivo e cuja expressão sócio-econômico-ideológica é dialeticamente alargada. Por isso, podem se confrontar posicionamentos entre a conquista otimista postulada pelo *25 de Abril*, refletida diretamente sobre a

---

<sup>203</sup> Como já foi percebido em Almada (2013) em relação ao caso das greves e manifestações da USP de 2007. Sobre esse caso, ver **Anexo II**.

“miséria” do presente, num tom de esperança para com determinadas e pretendidas intenções de mudança. Posicionando-se uma compreensão a partir dos anos 1990, ver-se-á que as reivindicações *especificamente* estudantis colocam em questão o pagamento ao ensino, sua mercantilização. De certa forma, as liberdades civis e políticas conquistadas anteriormente não conduziram diretamente a direitos sociais – educação, saúde, trabalho seguro e democracia – e isso retorna aos estudantes pelo debate e manifestação contra essa realidade<sup>204</sup>. Mas tal persistência não significa que após o *25 de Abril* não se tenha avançado em ganhos políticos educacionais e de segurança social, ou seja, no sentido institucional da política, mas que tal avanço não significa que as contradições sociais tenham sido resolvidas por completo. Evidentemente, a própria lógica do capital, combinada produtiva e reprodutivamente, se perpetua, perpetuando austeramente os conflitos de classe transpostos também nos avanços políticos e sociais do Estado de Bem Estar. Os sentidos de existência da Ditadura persistem conforme ideologicamente se quer rasurar a memória dos conflitos – e daqueles que deles participaram – por conta de escolhas promíscuas e de avassalador efeito sobre a classe trabalhadora e aos estudantes. A precariedade das formas de trabalho e da condição do trabalhador é aquilo que reduz, pujantemente, as expectativas sobre o futuro, reduzindo as mobilizações e manifestações políticas. No momento em que elas ressurgem, aparecem tanto como novidade, mas como realização do passado contestatário, que conduziu a vitoriosas transformações. A contradição *imediatamente política do passado*, a luta contra a ditadura, revela-se, ainda que dispersa sob o manto da democracia, a sua pertinência no presente, conforme os arranjos políticos institucionais incorporados nos “direitos”, não são suficientes para a resolução de problemas mais amplos. A realização das contradições econômico-políticas aprofundam-se para as várias dimensões da vida cotidiana, demarcando claramente os limites do presente, mas também, aqueles legados que não foram outrora supressumidos nos momentos de ruptura político-institucional.

A ditadura salazarista deixou para a posteridade uma mancha cuja capacidade de superação foi assumida pelo Estado, até mesmo pela continuidade de promoção das individualidades políticas e partidárias características do período anterior. A ênfase subjetivista e autopromotora que traz ao movimento estudantil a reprodução de determinadas práticas autoritárias, nada mais representa senão a incapacidade do autoritarismo individualista de

---

<sup>204</sup> Ana Drago, Entrevista, 29/11/2011.

se transfigurar em mediações sequer democráticas. Persiste a questão, de como tais práticas de conformismo social podem encontrar ainda terreno fértil como ameaça de não-democratização das universidades. As estruturas de representação estudantil também se diluem conforme as práticas autoritárias se associam cada vez mais com interesses capitalistas e mercadológicos bastante nítidos. Por conta dessas preferências, a desradicalização do movimento estudantil do presente perante o passado pode ser vista de forma que há ainda limites a serem explorados como negação das conquistas anteriores. A articulação entre o passado e o presente exige a superação do passado-presente que se relaciona com o autoritarismo precedente, à medida que as situações atuais revelam a exigência de mudanças. O movimento estudantil não poderá nem sequer se articular politicamente, ou o fará limitadamente conforme não houver clareza da realidade cotidiana. É por isso que em vários ápices – das crises de 62 e 69 ao movimento antipropina, à *Geração à Rasca* – se destaca a capacidade de exercício da crítica e da proposta de alternativas, de reivindicações sobre novos ou antigos problemas, expressos por aqueles que os vivenciam ou o partilham cotidianamente. Por isso, cabe aqui se pensar o grau da violência que a supressão do cotidiano resulta nas vidas individuais e coletivas.

Como se faz evidente, os 41 anos de Estado Novo impuseram uma relação de aceitação ao autoritarismo, evidenciado na cooptação dos movimentos operários e rurais pelo paternalismo salazarista. Isso trouxe certos déficits na ação política de uma forma geral e, especialmente, na ação política estudantil, refletidas nas dificuldades que os setores mais politizados estudantis tiveram em organizar mobilizações conjuntas, que se dão somente a partir de 1969. Por isso, o *25 de Abril* foi aceito numa espécie de otimismo: representava uma “evolução” perante o salazarismo. Mas, nesse sentido, também se imobilizou a contestação para as décadas seguintes e que, em momento de contestação emergente, esta logo se desfez. O motivo talvez possa ser visto como reflexos dos anos de ditadura: a colocação de problemas estritamente pontuais, que acabam por não conseguir fôlego para uma articulação mais ampla, ainda considerando que, a partir de 1986, o projeto econômico-político de democracia liberal tenha sido aceito como único caminho possível tendo em vista a negação de um retrocesso. Mesmo assim, faz-se necessário repensar as marcas que a violência do regime salazarista deixou sobre a política e as mobilizações sociais. A cooptação política e o domínio de setores da social-democracia trouxeram a aparência de normalidade. Tal normalidade conseguida não se diferencia muito da normalida-

de argumentada pelo regime: tratava-se de apaziguar as lutas de classe a todo custo. Mas, conforme toda a estrutura política já se apresenta configurada nesse sentido, seria menos custoso e menos repressivo efetivar tal política.

### 9.3. O precariado em luta

Desde 2006, quando a crise econômica da *zona euro*<sup>205</sup> dava os seus primeiros sinais, as dimensões da precariedade do trabalho começaram a se revelar mais nitidamente, alertando principalmente à responsabilidade de controle das políticas públicas do Estado. O resultado foi claro: o fechamento de fábricas, o aumento do desemprego estrutural e conjuntural; o déficit do sistema público e a necessidade do Estado em diminuir seus custos e serviços, opção imposta pelos organismos internacionais da TROIKA e do FMI; associados com o baixo crescimento econômico que Portugal apresentou nos últimos anos, baseado em uma produção industrial tradicional, de pouca competitividade internacional. A partir desses fatores “macroeconômicos”, inúmeros entraves internos acabaram sendo revelados. O período posterior ao *25 de Abril* não conseguiu desenvolver uma política econômica sólida que promovesse a continuidade das reformas sociais e institucionais que iniciaram naquele momento. O desenvolvimento econômico tão aguardado a partir da entrada do país na União Europeia em 1986, não se confirmou como previsto. As desigualdades sociais já existentes se mantiveram, acumulando a brusca transição de um modelo agrário (ainda persistente) para um modelo de sociedade informacional, sem resolver as profundas contradições internas, ampliando-as, sobretudo nos aspectos de diferenças entre interior-litoral, norte-sul. Em suma, tais projetos acabaram se transformando em meros discursos políticos. Por trás disso, uma força de trabalho de baixa qualificação se confronta com a expansão do ensino superior impulsionada pelo Processo de Bolonha, que oscila entre a “democrática” integração europeia e a mercantilização do ensino, que, em sua face mais radical se exime das garantias de segurança social, o trunfo político contra o autoritarismo precedente.

No nível mais abstrato, o que hoje é considerado como precário, não se inscreve apenas nas “situações de precariedade”, marcadas pela presença de trabalhadores nos cha-

---

<sup>205</sup> Ver Anexo IV.

mados “Recibos Verdes” ou nos falsos recibos verdes, mas também no estreitamento do mercado de trabalho, no aumento do desemprego, e na redução dos direitos em vários setores laborais<sup>206</sup>. Tais situações que se concretizam no imediato como simples relações do mercado de trabalho, ameaçam o modelo social-democrata dos sindicatos e de estruturas de representação, além de estreitar as possibilidades de que a qualificação seja a mediação diferenciadora da “mobilidade social” ascendente, ficticiamente construída pelo Estado Social. Essa situação torna-se cada vez mais condição única para os jovens, sobretudo àqueles que possuem qualificações acadêmicas, integrarem o mercado de trabalho. Por outro lado, também se impõe àquelas faixas etárias que já compunham o mercado laboral, com certa estabilidade, ameaçando a permanência futura, anunciando o desgaste das políticas sociais do Estado, uma máxima bastante contraditória: a garantia do trabalho se distancia da garantia de direitos, atribuída quase que intrinsecamente à cidadania das conquistas efetivadas pelas classes trabalhadoras nos anos 1970. O que poderia ser visto como um “conflito de gerações”, coloca lado a lado passado e presente, perante a mesma situação social: enquanto força de trabalho assalariada, produtiva e reprodutivamente – seja da classe trabalhadora fabril fordista, ou os assalariados mais estáveis das funções públicas, aos trabalhadores dos serviços e comércio, reformados/aposentados, a jovens e estudantes – não haveriam diferenças significativas *quanto à* sua situação de classe, compondo o *preariado*. Sua ação e organização política o conduz a reivindicações que soam como uma reinstalação de condições de vida “ideadas” do Estado de Bem Estar. Enquanto organização, diluem a forma centralizada, associada longinquamente com o passado organizativo centralizador de organizações políticas de luta, imprimindo uma espécie de espontaneísmo e com algum comprometimento, utilizam as redes sociais, blogs, divulgação de informação pela internet, compartilhando os interesses de debate, mobilização, causa, manifestações etc. As ações de mobilização social, mediante tamanhas derrotas no passado, hoje são fatos notadamente mais pontuais, mas difíceis de se organizar e com grandes incertezas sobre o que se pode de fato reivindicar, seja para ter ganhos essencialmente pragmáticos e com demandas concretas, seja objetivos mais amplos. As greves gerais

---

<sup>206</sup> Sobre essa condição de precariedade, em 2011, foi elaborado um documentário experimental pelo Prof. Dr. Giovanni Alves, *Precários Inflexíveis*, (Auxílio Técnico: Pablo Almada e Dora Fonseca), o qual procurou, a partir de relatos, abordar como os manifestantes, em sua maioria jovens ou ex-estudantes, se sentiam enquanto “ser precário”.

organizadas pelas centrais sindicais, as manifestações do movimento estudantil e, mais recentemente, as manifestações com novas plataformas de movimentos, como a dos *Indignados* e a 15O, colocam a precariedade como catalisador de suas reivindicações. Os grupos articulam-se em torno da capacidade de resistência política à crise atualmente vigente e o ensaio de novas perspectivas políticas e econômicas, sobretudo, alertando às questões da precarização subjetiva do trabalhador e da precariedade (estrutural) do mundo do trabalho, da redução dos direitos do trabalhador, da massificação do ensino e da recusa da democracia formal vigente.

Dentre várias mobilizações, a manifestação da “Geração à Rasca”, ocorrida em 12 de março de 2011 foi a mais significativa, a maior mobilização pública depois do *25 de Abril*. Não apenas porque contou com mais de 200.000 pessoas nas ruas em todo o país naquele dia, mas porque ela é uma nítida expressão de resistência à crise social que assola o país e o sul da Europa, de forma mais geral – reflexo também das outras manifestações que estão a ocorrer na Europa, como na Grécia, na Espanha (como o caso da “Democracia Real Ya” e das “Acampadas”). Trata-se de um registro único na história de um país que silenciou-se após o *25 de Abril* e a entrada para a União Europeia, incorporando desde o traço ideológico da ética salazarista como também os “sonhos” provenientes da concertação entre capital e trabalho, por parte do Estado Providência. Convocada por estudantes e utilizando as novas tecnologias do *Facebook*, a “Geração à Rasca” superou as expectativas dos próprios “organizadores”. E, por assim dizer, não foi organizada, mas sim, auto-organizada. Trouxe para os média e para setores conservadores ou ditos de esquerda uma nova possibilidade de governabilidade nacional: uma governabilidade que leve em conta os mais diversos setores do precariado e suas demandas antiausteridade. Assim, incentivou o debate político, criou novas dimensões do espaço público e traduziu as inquietações mais subjetivas: a dos jovens, por não conseguir emprego ou por serem precários; a dos pais desses jovens, por um lado, por saber que a condição inquietante da manutenção daqueles na “casa dos pais”, apenas revela que a sociedade portuguesa não deseja as alterações que vêm a ser encaminhadas para o mundo laboral; por outro lado, por saberem que as medidas de austeridade econômica afetarão em muito toda a disposição da sociedade portuguesa, reduzindo salários, aumentando o desemprego. A presença de estudantes e das Associações traz novamente a importância do movimento estudantil, em uma mobilização e politização desde as universidades e que seja direcionada tanto para setores da

*classe trabalhadora precariada* como para movimentos sociais ou mesmo se constituindo, a partir da experiência vivida no movimento estudantil, enquanto um grupo político organizado, ainda que informalmente<sup>207</sup>.

A profunda crise econômica nos países do sul da Europa resultou na Espanha, mas principalmente na Grécia, severos confrontos com a polícia. Em Portugal, se observou alguns casos isolados de intervenção violenta policial, mas algo pouco significativo perante os outros países. Isso não significa que muitas das manifestações contra a austeridade não tenham tido um temível clima de confronto ou coerção policial. A intervenção policial e o crescimento de frações da extrema-direita também colocam em alerta os manifestantes antiausteridade. A crise de expectativas para os jovens de hoje e para as futuras gerações não se designa pelas ideologias de “fim do trabalho” ou afins, mas sim, é em termos contrários à austeridade política que se manifesta, seja na precariedade do trabalho, seja nas “medidas de austeridade” e de cortes salariais, ou na luta contra propinas e contra cortes orçamentais nas universidades. Trata-se portanto, de colocar o trabalho no centro da pauta, alertando para os governos que a austeridade é contra o trabalho e que sem trabalho não pode haver economia. A “geração à rasca” é uma ampla metáfora da crise que atinge Portugal: é a crise do horizonte de expectativas, as quais só podem ser revitalizadas através da intensa mobilização e criação de novas experiências de luta e que, assim, podem gerar novos manifestos que abram, não mais capacidades reformistas do Estado, mas sim, *novos parâmetros de ofensiva contra o capital*.

O autoritarismo do passado transposto para a vida coletiva do presente se assenta na unidimensionalidade institucional que os regimes democráticos acabaram por adquirir, através de seu *modus operandi* de democracia liberal e neoliberal. A luta por direitos, por autonomia, contra a tecnocracia desumanizante e de sentido deslocado dos modelos políticos democráticos e representativos, colocam como alvo uma expressão anticapitalista das lutas sociais.

A dimensão anticapitalista se apresenta de forma até mesmo mais clara, pois pouco foram edificadas estruturas de mediação das lutas de classe como aquelas conseguidas pelo Estado de Bem Estar. Porém, é fato que o neoliberalismo iniciado nos anos

---

<sup>207</sup> Esse exemplo pode ser visto pelo movimento dos Precários Inflexíveis, em que muitos dos participantes tiveram alguma experiência de mobilização política a partir do movimento estudantil.



1990 decretou que os benefícios da segurança social estariam com seus dias contados. A estruturação econômico-política do Brasil, de matriz desenvolvimentista dos anos 1980 se assimilou ao neoliberalismo de Estado mínimo e privatizações da década seguinte, e ao *neodesenvolvimento precarizante* dos anos 2000. A preferência de criação de empregos flexíveis e de aposta na qualificação/escolarização das classes trabalhadoras assalariadas trouxe novos desafios, sobretudo em torno das políticas educativas. Com uma proposta de integração ao mercado, expansão de instituições privadas e de ensino pago, bem como de descentralização dos recursos universitários para as universidades públicas, ou mesmo, a continuidade na restrição ao acesso por motivos socioeconômicos, são fatores que encadeiam as premissas do Processo de Bolonha europeu e as Reformas Universitárias brasileiras atuais. O sucateamento das universidades trouxe para o centro da problemática a questão do acesso, da escassez de recursos financeiros, da formação massiva desprovida de qualidade, da precarização estrutural das universidades, do direcionamento produtivo para profissões técnicas ou para o setor de serviços, entre outros. Com vistas a manter índices de desenvolvimento aceitáveis por instituições internacionais, a autonomia universitária, formalizada constitucionalmente e combinada com a mercantilização da universidade, passa a estar em risco. Por conta disso, em muitos momentos a mobilização estudantil se refaz no interior das universidades, aceitando que a autonomia não é apenas um princípio de garantias de liberdades, mas também é o que garante que a estrutura universitária existente, ainda que consideradas suas inúmeras insuficiências, não seja, por completo, desestabilizada precariamente pela expansão do ensino. O modelo de gestão empresarial universitário, bem como o direcionamento do ensino e da pesquisa para o individualismo produtivo aprofunda a noção de ensino como mercadoria e de melhoria da produtividade empresarial, de forma semelhante à que ocorre com Processo de Bolonha na Europa. Ao identificar tais contradições, o movimento estudantil pode aprofundar sua resistência a elas, elaborando greves, mobilizações, manifestações e até mesmo a ocupação de espaços acadêmicos. Tais lutas criam novos desafios aos movimentos estudantis, no sentido de efetivar uma ação prática que não está completamente separada de elementos ou de demandas históricas, e que trazem, para o presente, parte do passado ainda não solucionado.

As revoltas estudantis no Brasil, pelo menos desde 2003, colaboram para o caráter de fazer política em termos mais abrangentes e sem tantos limites formais, atribuindo importância aos espaços de reuniões ou assembleias cujo impacto para a comunidade uni-

versitária pode ser bastante significativo. Mas o movimento estudantil, por estar restrito às universidades, que desde a utopia de 1968 pretendia ultrapassar as barreiras dos muros, acaba por se transformar em um (entre outros) “modelo” de mobilização social, que preconiza a organização de base, a descentralização ou a não cooptação político-partidária e, principalmente, a preferência por referência a questões econômico-políticas que tencionam para a ampliação democrática e para a resistência a políticas de violência cotidiana, muitas vezes, entendidas e espelhadas como face da violência do passado. Ainda que do ponto de vista institucionalista o caminho de fortalecimento democrático seja medido não apenas pelos pleitos eleitorais, mas por critérios de estabilidade política e de perda de disputas ideológicas, é na denúncia de que a democracia se restringe quando há interesses econômicos maiores em jogo, que o movimento estudantil permite que sua forma crítica ganhe maior abrangência. Ao se olhar atentamente para as expressões das Jornadas de Julho de 2013, parece ser importante assinalar que a luta pelo transporte público, gratuito e de qualidade, em muito se assemelha pela luta ao ensino público. Mas não se trata do caminho seguido pela representação estudantil da UNE, e sim, um caminho que identifica claramente as contradições sociais vigentes expressas no cotidiano das pessoas. No passado, essa dimensão havia se apresentado pela forma anticapitalista que as correntes políticas de esquerda acabavam por assumir e, na atualidade, combinam tanto na participação de partidos políticos mais independentes do governo e do jogo parlamentar, como de pessoas que têm pouca ou nenhuma participação política anterior. Os recursos do Estado para o direcionamento e “gestão” da violência trazem, quase que naturalmente, a lembrança do passado recente das lutas estudantis e suas vitórias perante os regimes ditatoriais. As reivindicações surgentes, em sua generalidade, aprofundam certas contradições de desigualdade social, domínio político, repressão, benefícios econômicos escusos à maioria da população e, mais recentemente, as questões de exploração de gênero e discriminação racial. Essas reivindicações entram em contradição com a via institucional de que parte do movimento estudantil do passado se firmou na democracia, com intuito de conseguir melhores benefícios para os estudantes.

Por outro lado, e mediante esse cenário, também restou uma franja de estudantes que se pauta por uma proposta política não institucional, no sentido de desenvolver ações políticas de forma mais direta e que, muitas vezes, é interpretada, seja por estudantes mais afastados do movimento estudantil, como por parte da mídia tradicional, como um radi-

calismo desnecessário, criminalizando as práticas de mobilização e de manifestação conforme essas ultrapassam os obscuros limites do Estado Democrático de Direito. Mas o que se poderia dizer quando se verifica que são estudantes e trabalhadores precários que conduziram as mobilizações políticas mais recentes, sem delas usufruir de um ganho político pessoal, ao contrário, sofrendo uma estigmatização em torno de palavras como “vandalismo”? Movimentos de ocupação no interior das universidades, assim como manifestações mais amplas, por transporte ou contrárias à Copa do Mundo acabam sendo regularmente enquadradas nesse sentido redutor, eliminando a referência à própria discussão política que esses movimentos propõem. Portanto, o Estado enfraquecido politicamente, ao enfrentar questões políticas mais complexas, acaba por utilizar da força policial como regra na exceção. A repressão que muitos estudantes por diversas universidades brasileiras – e latino-americanas, como no recente caso de 2009 no Chile – acaba por sofrer, diz respeito não apenas às tentativas de despolitização forçada desses movimentos, mas também à tentativa de garantir que, por mais reformistas que sejam as reivindicações, elas se opõem diretamente à forma mercadológica, privatista e alienante de como a política e o capitalismo vêm se manifestando. E nisso, a latente precariedade, especialmente de jovens, com poucos acessos e restrições socioeconômicas se ergue, desde as periferias das grandes cidades às classes trabalhadoras assalariadas com pouca ou regular qualificação (graduação ou ensino técnico).

A partir dessas reflexões sobre o presente é possível retomar um ponto sobre o passado e que 1968 deixa bastante claridade. Trata-se da questão da condução das lutas sociais. Ainda que naquele momento tenha ficado marcado o radicalismo das vanguardas políticas – e, subsequentemente, suas divergências, mas que convergem na crítica anti-stalinista e anticapitalista – havia uma conjuntura política que permitia que estudantes e a classe trabalhadora estivessem à frente. Deve-se considerar que o movimento operário, ao contrário dos países centrais, estava sob um regime corporativo, que impedia uma organização sindical mais ativa. Nesse sentido, os estudantes colaboram para a intensificação das atividades políticas, muitas vezes, até mesmo idealizando a ação conjunta revolucionária. A contradição entre os *modus operandi* das lutas sociais entre estudantes e trabalhadores é um fato que deve ser melhor compreendido, mas mesmo assim, ele se insere no interior de um problema político mais amplo, a saber, as reais condições materiais para essa realização. Como foi apontado, a própria bibliografia sobre o caso francês, diverge nesses

termos, porém, não nega que há uma relação de classe. Tal relação que pode não estar completamente evidente na construção de uma “classe para si”, revela que, do ponto de vista da experiência cotidiana, as mazelas políticas do governo militar são sentidas por trabalhadores e estudantes. Precisando melhor a questão, se faz necessário pensar que quando se fala de classe trabalhadora nos anos 1960, há uma referência quase que direta com os trabalhadores assalariados manuais e que, quando se fala de classe trabalhadora já nos anos 1980 e 1990, deve-se considerar o fato da qualificação acadêmica, a especialização, o conhecimento, o trabalho imaterial. Portanto, qual seria a “função” da universidade senão formar, pelo menos parte, da futura classe trabalhadora? Para além disso, pode-se dizer concretamente: o uso da violência policial desmedida dos anos de chumbo do Brasil atinge estudantes e trabalhadores que estivessem ligados à participação política. Ou seja, aqui fica evidente a proposta de Habermas e Touraine de que os movimentos políticos, no interior da nova sociedade comunicativa/programada, deveriam abandonar os debates ideológicos e as prerrogativas que identificavam o movimento estudantil com um movimento de uma sociedade industrial. Porém, apenas parte segue essa prerrogativa, os setores estudantis ligados à UNE. E, com isso, por mais que a entidade nacional estudantil esteja “integrada” ao governo, parte desse movimento não está, e continua trazendo as lutas sociais numa perspectiva de classe.

Em suma, a partir dessas considerações, se pode afirmar que o caráter ontológico do movimento estudantil se assenta sobre a determinação a partir das lutas de classe perante momentos de problemas estruturais. Porém, a forma de resposta do Estado é a da repressão policial, identificando muitas vezes a atividade política estudantil como uma atividade ilegal, uma continuidade do período ditatorial na democracia da atualidade.

#### **9.4 O horizonte de expectativas**

No Brasil e em Portugal, algumas manifestações de jovens e estudantes têm fomentado importantes questionamentos acerca de aspectos da precariedade, da democracia, da educação e da universidade, cada uma de sua forma. Mesmo com uma composição aparentemente híbrida, ressalta-se a composição de jovens e estudantes precários nessas manifestações. Desde as mobilizações de ocupação nas universidades brasileiras às mobilizações de junho de 2013, e as mobilizações de indignados e contra a auste-

ridade em Portugal, foram basicamente compostas por jovens precários: estudantes desempregados, trabalhadores-estudantes, estudantes trabalhadores, jovens desempregados (que tenham alguma qualificação mas que enfrentam dificuldade em ingressar no mercado de trabalho), e ainda, jovens que não são nem trabalhadores, nem estudantes, nem procuram emprego – ou que se utilizam de atividades de livre-comércio ou artesanato ou pedintes, etc.

Sobre esse cenário conflita-se imediatamente, trabalho e capital: não se trata simplesmente de uma luta por direitos, mas uma luta que *aparentemente* é pela conservação de alguns direitos sociais que estão sendo subtraídos. Como aparência, revela-se a noção de que há novidades nas práticas e de que tais lutas somente podem ser entendidas empiricamente, sem contextualizar os fenômenos sociais mais amplos. Na verdade, se evidenciam situações que, por mais distintas que pareçam, revelam-se similares em suas nuances: primeiro, como no caso do Sul da Europa, percebe-se que a geração de empregos e sua face de realização democrática, sobretudo em termos de pagamentos de dívidas geradas pela especulação do capital flexível, não estão consonantes aos interesses da maioria da população; em segundo, no Brasil, percebe-se que há uma precarização estrutural que prejudica ainda mais a morfologia do trabalho, seguida pela precarização da vida cotidiana e da redução dos direitos associados à isso, ou seja, trata-se de perguntar quais os modelos de educação, transporte, saúde, etc. que estão sendo seguidos, com quais interesses e contrapor aos interesses da maioria da população, ou, pelo menos, daqueles grupos e movimentos sociais que conseguem compor uma ação política mais eficaz. A utilização das redes sociais, na divulgação e organização dos eventos é algo importante quando se trata da articulação de diversas pautas e de classes sociais muitas vezes distintas.

Seria ilusório se pensar que no âmbito dos discursos dos movimentos há características similares – fato que pode ser muito mais perceptível se fizéssemos uma comparação sistemática entre os movimentos estudantis de Brasil e Argentina ou Chile, ou, entre os movimentos de indignados em Portugal e Espanha, ou Grécia. No entanto, entendo que se essa aproximação é, sim, cabível, e só pode ser possível se observarmos a relação entre o *espaço de experiências* e o *horizonte de expectativas*. Koselleck (2006, 308-310) entende que “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as

ações concretas no movimento social e político”. Isso quer dizer, que o encontro dos dois conceitos se dá, não apenas na “execução concreta da história”, mas também, através de “determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução”. Finalmente, o autor entende *experiência* como o “passado atual, daquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”; e, *expectativa*, como algo que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”.

Ou seja, no presente caso, quero aqui enfatizar: (i) como as experiências vividas através de acontecimentos recentes trouxeram à tona novos questionamentos sobre a crise estrutural do capital, sobre a precariedade, sobre a universidade e a educação; e (ii) como as expectativas presentes trazem concretamente novas formas de resistência e de ofensiva, que oscilam num quadro de esperanças positivas, surpresas e decepções. Por isso, considerarei como metáfora os dois conceitos, na tentativa de poder contemplar essa discussão: o *espaço de experiências* pode ser entendido como a *mobilização do dia a dia*, ou seja, como o momento em que um movimento social distribui panfletos, confecciona cartazes, faz suas reuniões e debate com seus membros, etc. Em síntese, quando faz a construção da luta cotidiana. O *horizonte de expectativas* seria, portanto, aquele momento em que na luta cotidiana é organizada uma *manifestação nas ruas ou em espaços públicos*, saindo de um lugar e chegando a outro, provavelmente um prédio do poder público, em que, no caminho, o movimento irá mostrar suas palavras de ordem, suas críticas ao que tem vindo a acontecer e/ou os desejos de melhorias.

Na Universidade de São Paulo<sup>208</sup>, os estudantes têm protagonizado sucessivas greves e mobilizações em prol de maior democracia na instituição; no entanto, não se faz apenas como uma crítica à instituição. Há algumas nuances nessas mobilizações que são imprescindíveis. Primeiro, a crítica à mercantilização do ensino e do conhecimento univer-

---

<sup>208</sup> Sobre a questão da mobilização recente da Universidade de São Paulo e da universidade do Estado de São Paulo, ver Almada, Pablo (2009), *Resistência, Ocupação e Criminalização...* onde foram exploradas, através das greves de 2007, muitas das tendências que ainda estão presentes também nos acontecimentos das greves mais recentes, sobretudo, o aspecto de criminalização das questões políticas do movimento e da forte repressão do aparato policial, a negligência das autoridades universitárias em reconhecer os estudantes em uma negociação, o caráter não institucionalizado do movimento.

sitário, presente na própria estrutura da universidade e no contato e tratamento com os estudantes. Concepções sobre o funcionamento devido do espaço público, sobre as proibições e permissões, sobre o que deve e o que não deve ser falado e pensado na universidade, entre outros aspectos, reforçam de que forma está sendo projetado o futuro profissional dos jovens e estudantes (da maior e mais importante universidade do país, o que faz com que esse “futuro profissional” seja considerado um “modelo” a seguir, o modelo que será incorporado com maior facilidade no mercado de trabalho e que nele irá se legitimar o discurso da ascensão social, do bom profissional, etc.).

Por isso, a mobilização dos estudantes tem se radicalizado, no uso de práticas de resistência, como a ocupação do espaço público, que é um ponto de extrema importância para se pensar o Estado, o capitalismo e o trabalho. Além disso, a criminalização que tem vindo a acontecer tem criado cisões de opinião entre os estudantes e a opinião pública, impondo visões estereotipadas, e utilizando cada vez mais a força policial para controlar problemas que poderiam ser resolvidos com negociação entre reitoria e estudantes. Esse conflito quase que direto, faz com que as expectativas sejam então pensadas através da insegurança – que podem ser desde a incapacidade do estudante conseguir meios para o sustento no futuro, ou até sofrer um processo de sindicância e ser impedido de conseguir terminar o seu curso – e por isso, inculca naturalmente que a negação da oportunidade democrática naquela instituição dita democrática será, futuramente, *a negação de seu espaço na sociedade*. Portanto, para se estender um pouco mais essa consideração, poder-se-ia afirmar que *a negação do espaço (do jovem) na sociedade é uma das condições fundamentais da precariedade*. Assim, não seria exagerado falar que a mobilização que os estudantes de inúmeras universidades brasileiras e portuguesas têm feito nos últimos anos envolve naturalmente os aspectos da resistência diária na universidade, mas pode-se ir além disso, afirmando-se que em seu horizonte de expectativas está colocada apenas duas opções: a *precariedade* (que aqui deixa de ser apenas a precariedade laboral para ser pensada em sinônimo mais amplo) como privação do futuro; ou, a *resistência* e a construção de uma ofensiva que inicie-se diariamente e que possa reverter esse quadro para horizontes mais positivos e otimistas.

## BIBLIOGRAFIA

- Abramo, P. As ocorrências na universidade de Brasília. In: F. Maués, & Z. Abramo, *Pela democracia contra o arbítrio: A oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas* (pp. 83-86). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Accornero, G. (2009). *Efervescência Estudantil: Estudantes, ação contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Universidade de Lisboa, Doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Adão, Áurea. (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Adorno, T., & Marcuse, H. (1999). Correspondence on the German Student Movement. *New Left Review* 1/233, January-February 1999, 1/233, 123-136.
- Agamben, G. (2005). *State of Exception*. Chicago: University of Chicago Press.
- Almada, P. (2013). *Catolicismo e Consciência de Classe: Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais da Terra e Novos Movimentos Sociais*. Lisboa: Bubok.
- Almada, P. (2013b). *Resistência, Ocupação e Criminalização: os movimentos estudantis nas greves das universidades paulistas de 2007*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Altbach, P., & Peterson, P. (1971). Before Berkeley: Historical Perspectives on American Student. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 395, 1-14.
- Althusser, L. (1971). *Lenin and Philosophy and other writings*. London: Gresham Press.
- \_\_\_\_\_, & Balibar, É. (1974). *Para Leer El Capital*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- \_\_\_\_\_, & Rebello, L. F. (1976). *Cartas Sobre a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Seara Nova.
- \_\_\_\_\_. (2003). *The Humanism Controversy and other writings*. (F. Matheron, Ed.) London: Verso.
- \_\_\_\_\_. (2005). A Corrente Subterrânea do Marxismo do Encontro (1982). *Crítica Marxista*, 20, 9-48.
- \_\_\_\_\_. (2005). *For Marx*. London: Verso.
- \_\_\_\_\_. (s/d). *Sobre o Trabalho Teórico*. Lisboa: Presença.



- Alves, G. (2000). *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho*. Baurú: Canal 6.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- Anderson, P. (1985). *A Crise da Crise do Marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_, & Alves, G. (2004). As Mutações do Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. *Educação e Sociedade*, 87, 335-351.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_, & Braga, R. (2009). *Inforproletários*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_, & Ridenti, M. (2008). 1968 au Brésil: ouvriers et étudiants contre la dictature. *Contretemps - 1968 un monde de révoltes*, 22, 40-48.
- Bachelard, G. (2006). *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70.
- Bambirra, V., & Santos, T. d. (1980). *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin* (Vol. Tomo I). México D.F.: Ediciones Era.
- Baudrillard, J. (1996). *A troca simbólica e a morte*. Lisboa : 70.
- Bebiano, R. (2002). A Esquerda e a Oposição à Guerra Colonial. In: R. d. Teixeira, *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção* (pp. 293-313). Lisboa: Notícias.
- \_\_\_\_\_. (2003). *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- Bensaïd, D. (1999). *Marx, o Intempestivo: Grandeza e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Berman, P. (2007). *O Poder e os Idealistas*. Lisboa: Aletheia.
- Bihr, A. (1998). *Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (1999). *Le Nouvelle Esprit du Capitalism*. Paris: Gallimard.
- Boren, M. E. (2001). *Student Resistance: A History of Unruly Subject*. London: Routledge.

- Bourdieu, P., & Mauger, G. (2001). La jeunesse n'est qu'un mot. A propos d'un entretien avec Pierre Bourdieu. *Agora débats/jeunesses*, 26, 137-142.
- \_\_\_\_\_. (2007). *A Distinção: Crítica social do Julgamento*. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_, & Mauger, G. (2001). La jeunesse n'est qu'un mot. A propos d'un entretien avec Pierre Bourdieu. *Agora débats/jeunesses*, 26, 137-142.
- \_\_\_\_\_, & Passeron, J.-C. (2008). *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Boutang, P.-A. (Diretor). (1989). *L'Abécédaire de Gilles Deleuze* [Filme Cinematográfico].
- Braga, R. (2012). *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_, & Bianchi, A. (2008). 1968 e depois: os estudantes e a condição proletária. *Outubro*, pp. 15-41.
- \_\_\_\_\_. (2009). A vingança de Braverman: o infortaylorismo como contratempo. In: Antunes, R., & Braga, R., *Inforproletariados*. São Paulo: Boitempo.
- Braudel, F. (1982). *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Braverman, H. (1980). *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brown, T. (2009). "1968" East and West: Divided Germany as a Case Study in Transnational History. *The American Historical Review*, 114, 69-96.
- Caiado, N. (1990). *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED.
- Callinicos, A. (2006). *The Resources of Critique*. London: Polity.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge: Polity.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Contra el Posmodernismo*. Buenos Aires: Ediciones RYR.
- Canotilho, G. (1987). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina.
- Capdevielle, J., & Ray, H. (2008). *Dictionnaire de Mai 68*. Paris: Larousse à present.
- Cardina, M. (2008). *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- \_\_\_\_\_. (2009). Guerra À Guerra: Violência e Anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo. *Oficina do Ces*, 334, 1-28.
- Cardina, M. (2011). *Margem de Certa Maneira: O maoismo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta da China.

- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (1976). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cardoso, I. (2001). *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34.
- Casanova, P. G. (1999). *La universidad necesaria en el Siglo XXI*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_, & Dörre, K. (2009). *Prekarität, Abstieg, Ausgrenzung - Die soziale Frage am Beginn des 21. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Campus.
- CFMDP, C. d. (2009). *Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Chasin, J. (1995). *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo.
- Chauvel, L. (2002). Classes e Gerações: A insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, 57-70.
- Cockburn, A., & Blackburn, R. (1969). *Student Power: Problems, Diagnosis, Action*. London: Penguin Books.
- Costa, J., Fazenda, L., Honório, C., Louçã, F., & Rosas, F. (2010). *Os donos do poder: Cem anos de poder econômico (1910-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coutinho, C. N., & Konder, L. (2008). Nota sobre Agnes Heller. In: A. Heller, *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cruzeiro, C. (1989). *Coimbra, 1969: A crise acadêmica, o debate das idéias e a prática, ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.
- Cunhal, Á. (1971). *Radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*. Lisboa: Avante!
- Cunningham, F. (2009). *Teorias da Democracia: uma introdução crítica*. Porto Alegre: Artmed.
- DeGroot, G. (1998). *Student Protest: The Sixties and after..* California: Pearson Educational Print.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. (Vol. III). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Della Porta, D., & Diani, M. (2006). *Social Movements, an Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Derrida, J. (2003). *A Universidade sem condição*. Coimbra: Angelus Novus.

- Dosse, F. (2007). *História do estruturalismo: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias* (Vol. II). Bauru: EDUSC.
- Drago, A. (2003). *Agitar Antes de Ousar: O movimento estudantil "antipropinas"*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dutschke, R. (1969). On Antiauthoritarianism. In: C. Oglesby, *The New Left Reader* (pp. 243-253). Michigan: Groove Press.
- Eagleton, T. (2011). *Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Eatwell, J. (1996). Desemprego em Escala Mundial. *Economia e Sociedade*, 6, 25-43.
- Eder, K. (1993). *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage Publications.
- Eley, G. (2000). *Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Elster, J. (1989). *Marx, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Engels, F., & Kautsky, K. (2012). *O Socialismo Jurídico*. São Paulo: Boitempo.
- Estanque, E. (2000). *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_, & Bebiano, R. (2007). *Do activismo à indiferença*. Lisboa.
- \_\_\_\_\_, & Aldeia, J. (2011). Os "Sujeitos que nunca foram históricos": Uma crítica ao marxismo eurocêntrico. *INTERThesis*, 1-23.
- \_\_\_\_\_. (2012). *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fausto, R. (1987). *Marx: Logica e Política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética* (Vol. Tomo II). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Fausto, R. (1987). *Marx: Lógica e Política - Investigações pra uma reconstituição do sentido da dialética* (Vol. Tomo II). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Fernandes, F. (1975). *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Ferreira, S. (2010). 1958-1962: Quatro anos que estremeceram o regime. In: M. Loff, & T. Siza, *Resistência: Da alternativa republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- Ferry, L., & Renaut, A. (1990). *French Philosophy of the Sixties: Essay on antihumanism*. Massachusetts: The University of Massachusetts Press.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fougier, E. (2008). The myth and the debate. *Overseas Information* , pp. 121-125.
- Fromm, E., Miller, K., & Marcuse, H. (1969). *Marcuse Polêmico*. Lisboa: Presença.
- Garrido, Á. (2008). A Universidade e o Estado Novo: de “corporação orgânica” do regime a território de dissidência social”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* , 81, 133-153.
- Gavião, F. (2007). *A "Esquerda Católica" e a Ação Popular (AP) na Luta pela Reformas Sociais (1960-65)*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História - Política, Memória e Cidade. Campinas: Dissertação de Mestrado.
- Glucksmann, A., & Glucksmann, R. (2008). *O Maio de 68 explicado a Nicolas Sarkozy*. Rio de Janeiro: Record.
- Gorender, J. (1987). *Combate nas Trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática.
- Gorz, A. (2007). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: AnnaBlume.
- Goshgarian, J. (2003). Introduction. In: L. Althusser, & F. Matheron (Ed.), *The Humanist Controversy and other writings* (pp. xi-lxiii). London: Verso.
- Gounet, T. (1999). *Fordismo e Taylorismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
- Gramsci, A. (1981). *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra.
- Guevara, E. C. (2000). “Mensagem aos povos do Mundo através da Tricontinental”. In: M. Lowy, *O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais* (pp. 285-288). São Paulo: Perseu Abramo.
- Habermas, J. (1971). *Toward a Rational Society: Student Protest, Science and Politics*. Boston: Beacon Press.
- \_\_\_\_\_. (1985). *The Theory of Communicative Action: Lifeworld and System: A critique of Functionalist Reason*. Boston: Beacon Press.

- \_\_\_\_\_. (1998). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Editora 70.
- Harman, C. (1998). *The Fire Last Time: 1968 and after*. London: Bookmarks.
- Harvey, D. (1989). *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Heller, A. (2011). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. (1995). *The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914–1991*. London: Abacus.
- Holloway, J. (2002). *Change the world without taking power: The meaning of revolution today*. London: Pluto Press.
- Huws, U. (2004). *The Making of a Cybertariat: Virtual Work in a Real World*. New York: New York University.
- Jameson, F. (1992). Periodizando os Anos 60. In: H. B. Hollanda, *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Jeanneney, J.-N. (2001). *L’histoire va-t-elle plus vite?* Paris: Gallimard.
- Judt, T. (2005). *Postwar: A history of Europe since 1945*. New York: Penguin Press.
- Katsiaficas, G. (1987). *The Imagination of the New Left: A Global Analysis of 1968*. Cambridge: South End Press.
- \_\_\_\_\_. (2006). *The Subversion of Politics: European autonomous social movements and the decolonization of everyday life*. Edinbourg: AK Press.
- Koselleck, R. (2011). *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.
- Löwy, M., & Sayre, R. (1992). *Rebelión y Melancolía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- \_\_\_\_\_. (2000). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Editora Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2002). *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Laloire, M. (1967). Que é o mínimo vital? *Análise Social*, 373-382.
- Lenin, V. I. (2011). *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: Navegando Publicações.
- Levine, A. (2003). *A Future for Marxism: Althusser, the analytical Turn and the revival of socialist theory*. London: Pluto Press.
- Linhart, R. (1978). *L’étabili*. Paris: Édition de Minuit.

- Lipset, S. M. (1972). *Rebellion in the University: A History of Student Activism in America*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Lukács, G. (1980). *The Ontology of Social Being - Labour* (Vol. 3). London: Merlin Press.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Marxismo e Teoria da Literatura*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (2012a). *História e Consciência de Classe*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2012b). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo.
- Marcuse, H. (1973). *A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem Unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1974). *Exigir o Impossível*. Lisboa: Teorema.
- \_\_\_\_\_. (1975). *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Contra-Revolução e Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Essay on Liberation*. Boston: Beacon Press.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2005). *The New Left and the 1960s*. (D. Kellner, Ed.) Abingdon: Routledge.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Maroni, A. (1982). *A Estratégia da Recusa (Análise das greves de Maio/78)*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Martins Filho, J. (1998). *1968 - Faz Tantos Anos*. São Carlos: Edufscar.
- Marwick, A. (1998). *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States (1958-1974)*. Oxford: Oxford University Press.
- Marx, K. (1974). O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: Os Pensadores, São Paulo: Abril.
- \_\_\_\_\_. (1984). *Capítulo Vi Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Editora Moraes.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico - Livro 4 de O Capital* (Vol. Vol. 1). Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- \_\_\_\_\_., & Engels, F. (1998). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo. (também consultada: (2008). *Manifst der Kommunistischen Partei*. Amsterdam: Metalibri.
- \_\_\_\_\_. (2002). *O Capital: Crítica da Economia Política - Livro Primeiro: O processo de Produção do Capital* (Vol. Vol. I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

- \_\_\_\_\_. (2005). *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro Editora.
- \_\_\_\_\_. E. (2008). *Manifst der Kommunistischen Partei*. Amsterdam: Metalibri.
- \_\_\_\_\_. (2010). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo.
- Mattick, P. (1972). *Critique of Marcuse: One-Dimensional Man in Class Society*. New York: Herder and Herder.
- Mayos, G. (2006). *Raó "de ferro" i neohumanisme. Una anàlisi macrofilosòfica*. Barcelona: Horsori.
- Meiksin-Wood, E. (1983). El concepto de clase en E.P. Thompson. *Cuadernos Políticos* , 36, 87-105.
- Meiksin-Wood, E. (1996). Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista* , 118-128.
- Merleau-Ponty, M. (1995). *As Aventuras da Dialética*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mészáros, I. (1970). *Marx's Theory of Alienation*. London: Merlin Press.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2004). *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2013). *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo.
- Mills, C. W. (1976). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Miranda, J. (1995). *Escritos Vários sobre a Universidade (1969-94)*. Lisboa: Cosmos.
- Negri, T. (2000). *Marx más allá de Marx (Nueve Lecciones sobre los Grundrisse)*. Buenos Aires: Mayo.
- Offe, C. (1986). *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of work and politics*. Oxford: Basil Blackwell.
- Ong, W. (1982). *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*. (a. e. Tradução para português em: <http://walterong.wikispaces.com/Actividade+I>.) London: Routledge.



- Parkin, F. (1967). *Middle-class Radicalism: The Social Bases of the British Campaign for Nuclear Disarmament*. Manchester: Manchester University Press.
- Paugan, S. (2000). *Le salaridé de la précarité Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: PUF.
- Pellicciotta, M. (2008). Mobilizações Estudantis nos anos 1970. In: L. Groppo, M. Filho, & O. Machado, *Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje* (pp. 179-213). Recife: Editora Universitária UFPE.
- Pereira, J. M. (1976). *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Pereira, J. M. (1979). *Pensar Portugal, hoje*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Poerner, J. (2008). *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Postone, M. (1993). *Time, Labor, and social domination: A reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press.
- Poulantzas, N. (1976). *A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2000). *State, Power and Socialism*. London: Verso.
- Rancière, J. (2011). *Althusser's Lesson*. London: Continuum.
- Ranieri, J. (2001). *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo.
- Resch, R. (1992). *Althusser and the Renewal of Marxist Social Theory*. Berkley: University of California Press.
- Reynolds, C. (10 de 2007). May 68: A Contested History. *Sens Public*, 2-18.
- Ridenti, M. (1994). *Classes Sociais e Representação*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2010). *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP.
- Robinson, P. (2002). Portugal 1974-1975: Popular power. In: C. Barker, *Revolutionary Rehearsals* (pp. 83-121). London: Bookmarks.
- Rodrigues, I. J. (1997). *Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta.
- Rosas, F. (2004). *Portugal Siglo XX (1890-1976): Pensamiento y acción política*. Mérida: Junta da Extremadura.
- Ross, K. (2002). *May '68 and its afterlives*. Chicago/London: University of Chicago Press.

- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas, lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Safatle, Vladimir; Teles, Edson. (2010). Introdução. In: V. Safatle, & E. Teles, *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. d. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamentos.
- \_\_\_\_\_. (2001). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (2003). Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 3-76.
- \_\_\_\_\_, & Avritzer, L. (2003). Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In: B. d. Santos, *Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa* (pp. 35-69). Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2006). *A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- Sassoon, D. (2010). *One Hundred Years of Socialism: The West European Left in the Twentieth Century*. London: I.B.Tauris.
- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Secco, L. (2004). *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: Economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda.
- Sedas Nunes, A. (1970). *O Problema Político da Universidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Silver, B. (2005). *Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e a globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo.

- Singer, A. (2006). A Conjuntura Política de 1977. In: F. Maués, & Z. W. Abramo, *Pela Democracia contra o Arbítrio: A oposição democrática de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, G. (2006). A eleição para o DCE da USP. In: F. Maués, & Z. W. Abramo, *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Standing, G. (2011). *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury.
- Stephens, J. (1998). *Anti-disciplinary Protest: Sixties radicalism and postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Teles, Edson; Safatle, Vladimir. (2010). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo.
- Thompson, E. P. (2004). *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade* (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra.
- Tonet, I. (2013). *Método Científico: Uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Touraine, A. (1971). *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa: Moraes.
- \_\_\_\_\_. (1985). *O Retorno do Actor*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vaisman, E. (2006). Althusser: Ideologias e Aparelhos de Estado - Velhas e novas questões. *Projeto História*, 33, 247-169.
- Valle, M. R. (2007). *1968: O Diálogo é a Violência*. Campinas: Unicamp.
- Varela, R. (2011). *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Weber, M. (1946). Class, Status, Party. In: H. Gerth, & C. W. MILLS, *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. (1986). A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. In: G. Cohn, *Max Weber - Sociologia* (pp. 79-127). São Paulo: Editora Ática.
- \_\_\_\_\_. (1993). Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: M. Weber, *Metodologia das Ciências Sociais* (Vol. 2, pp. 399-429). Campinas: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.
- Wright, E. O. (1983). O que é neo e o que é marxista na análise Neomarxista das classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 9-40.
- \_\_\_\_\_. (1989). Rethinking, once again, the concept of class structure. In: E. O. Wright, *The Debate on Classes*. London: Verso.

\_\_\_\_\_. (1994). Análise de Classes, História e Emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 3-35.

\_\_\_\_\_, Levine, A., & Sober, E. (1993). *Reconstruindo o Marxismo: Ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1998). *Classes*. London: Verso.

Zižek, S. (2009). *The Parallax View*. London: The MIT Press.

## REPORTAGENS

Ali, T. *Who will reshape the Arab world: its people, or the US?*. Acesso em 24 de Fevereiro de 2013, disponível em The Guardian: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/apr/29/arab-politics-democracy-intervention> [29 de abril de 2013].

Cardina, M. (2013), Crise, História e Memória, disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/crises-hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/27525> [23 de abril de 2013].

Cohn-Bendit, D.. *Maio de 68 foi "conquista da liberdade"*. Acesso em 2013 de Fevereiro de 2013, disponível em Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u396770.shtml> (30 de Abril de 2008)

\_\_\_\_\_. *Eu sou um mito*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2013, disponível em Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2508201016.htm>

Comunicado, [http://www.esquerda.net/sites/default/files/comunicado\\_porto2.jpg](http://www.esquerda.net/sites/default/files/comunicado_porto2.jpg) [02 de janeiro de 2013]. Sobre a história de tal comunicado de Renato Soeiro, ver: <http://www.esquerda.net/dossier/hist%C3%B3ria-de-um-comunicado/24990> [02 de janeiro de 2013].

Deleuze, G., & Guattari, F. (3 de Maio de 1984). *Mai 68 n'a pas eu lieu*. Acesso em 24 de 01 de 2013, disponível em Revue Chimeres: [http://www.revue-chimeres.fr/drupal\\_chimeres/?q=node/87](http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/?q=node/87)

Dubet, F. (05 de Janeiro de 2009). *Entrevista*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2013, disponível em Jornal Publico, 05-01-2009, acesso em 23/02/2013.: <http://www.micportugal.org/index.htm?no=10001176>

Histórico do meia-entrada, <http://www.une.org.br/2011/08/historico-da-meia-entrada/> [02 de março de 2014].

Honestino Guimarães, em <http://honestinoguimaraes.com.br/movimentos-estudantis/une/2>).

Mandato de Segurança Popular – Honestino Guimarães. <http://honestinoguimaraes.com.br/mandado-de-seguranca-popular> [20 de junho de 2013].

*Memória do Movimento Estudantil* ([www.mme.org.br](http://www.mme.org.br) [14 de julho de 2013]),

O Assassinato de Ribeiro dos Santos. <http://www.esquerda.net/dossier/o-assassinato-de-ribeiro-santos/24994> [21 de fevereiro de 2014].

Saldanha Sanches: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/morreu-saldanha-sanches-que-fez-da-coragem--um-projecto-de-vida-19406190#/0> [25 de fevereiro de 2014].

Toussaint, É. (05 de Julho de 2011). *Portugal deve repudiar de forma soberana a parte ilegítima da dívida*. Acesso em 24 de Fevereiro de 2013, disponível em iOnline: <http://www1.ionline.pt/conteudo/134492-eric-toussaint-portugal-deve-repudiar-forma-soberana-parte-ilegitima-da-divida>

## **JORNAIS, BOLETINS E PANFLETOS**

Vanguarda, Grémio Informa, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Última Hora, Jornal Universitário, O Pastus, Terra Roxa, Humanasoutras, Viramundo, Boletim Informativo – UNE, Boletim da UNE, Informativo da UNE, Nossa Voz, Universidade, Jornal da UNE, Avante!, Boletim de Informação da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito, *Diário de Lisboa*, O Badalo, Manifesto dos Estudantes Portugueses (1968), O Determinante, Comunicado da Direção, Comissão Pró-Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, Organizemo-nos na Luta, Caderno de Estudos, À População.

## **DOCUMENTOS OFICIAIS**

Ato Institucional N° 5 em [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s). [22 de julho de 2013].

Comunicação para Presidente do Conselho, 27 de fevereiro, 1964.

Considerações do Conselho Diretivo da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra sobre o Decreto de Gestão das Escolas do Ensino Superior, 8 de novembro de 1976).

Documento ao Conselho de Ministros em 6 de outubro de 1962.

Decreto-Lei nº 44.632", de 15 de outubro de 1962, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_55110](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_55110) (2014-1-18).

Lei nº 5.540/68 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm) [22 de julho de 2013].

Ofício nº 568/CA/GT Diligência ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 17 de dezembro, 2012).

## **ENTREVISTAS**

Projeto Memória do Movimento Estudantil, Vladimir Palmeira, entrevistado em 12/09/2005, por Ana Paula Goulart e Angélica Muller.

Projeto Memória do Movimento Estudantil, Entrevista a Jean Marc von der Weid, realizada por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart em 07/10/2004.

Depoimento de José Dirceu em Blog do Zé Dirceu, [http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2855&Itemid=106](http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2855&Itemid=106) [20 de julho de 2013].

Ronald Rocha,

Jean Marc e Vladimir Palmeira.

Ana Drago

Hugo Ferreira

Manuel Afonso

Fabian Figueiredo

Thomas Barcellos

## **DOCUMENTÁRIOS**

Documentário "Os Donos de Portugal", direção de Jorge da Costa, Produção Instituto de História Contemporânea - FSCHUNL, 2011, 48 minutos, colorido.

*Precários Inflexíveis*, (2011), Giovanni Alves.

## ANEXO I

### Protestos Estudantis pelo mundo em 1968, segundo o LeMonde

Tabela de incidentes de protestos estudantis pelo mundo, segundo o *Le Monde*  
 cf. Katsiaficas, G. The imagination of the new left (p. 44-45). Fonte: J. Jousellin. Les Revoltes Jeunes (Paris Editions Ouvrieres, 1968, pp. 13-15)

Pais/Continente	1967		1968				Total	Total Geral
	4 <sup>o</sup> Quatrimestre	1 <sup>o</sup> Quatrimestre	2 <sup>o</sup> Quatrimestre					
			01/04 a 02/05	03/05 a 18/06	18/06 a 30/06			
<b>EUROPA</b>								
França	30	79	41	971	193	1205	1314	
Austria	0	0	0	6	0	6	6	
Belgica	0	2	1	14	4	19	21	
Tchecoslováquia	4	16	7	4	1	12	32	
Dinamarca	0	0	0	1	0	1	1	
Alemanha Or.	0	1	0	0	1	1	2	
Grã-Bretanha	1	3	3	20	3	26	30	
Grécia	2	4	1	3	0	4	10	
Irlanda	0	0	0	1	0	1	1	
Itália	2	24	6	22	6	34	60	
Luxemburgo	0	0	0	3	0	3	3	
Holanda	1	1	0	5	2	7	9	
Polónia	0	33	12	4	1	17	50	
Portugal	1	1	0	1	0	1	3	
Espanha	18	49	13	19	2	34	101	
Suécia	1	1	0	4	0	4	6	
Suíça	0	0	0	9	2	11	11	
Turquia	1	0	1	5	4	10	11	
URSS	1	6	2	1	1	4	11	
Vaticano	1	0	0	0	1	1	2	
Alemanha Oc. (Berlín Oc.)	6	13	33	25	5	63	82	
Iugoslávia	0	0	6	14	3	23	23	
EUROPA (TOTAL-FRA)	39	154	85	173	38	296	489	
<b>TOTAL EUROPA</b>	<b>69</b>	<b>233</b>	<b>126</b>	<b>1144</b>	<b>231</b>	<b>1501</b>	<b>1803</b>	
<b>AFRICA</b>								
Argélia	2	21	1	4	0	5	28	
Camarões	0	3	0	0	0	0	3	
Congo	0	1	0	0	0	0	1	
Dahomey (Zambia)	1	0	0	0	0	0	0	
Egito	1	4	0	2	0	2	7	
Etiópia	0	0	2	0	0	2	2	
Marrocos	0	2	0	1	1	2	4	
Mauritânia	0	0	0	2	0	2	2	
Rep. Centro Africana	0	0	1	0	0	1	1	
Senegal	0	0	0	16	0	16	16	
Tunísia	0	8	6	3	3	12	20	
<b>TOTAL AFRICA</b>	<b>4</b>	<b>39</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>84</b>	
<b>AMÉRICAS</b>								
Argentina	0	2	2	10	9	21	23	
Bolívia	0	0	1	0	1	2	2	
Brasil	5	2	8	7	9	24	31	
Canadá	0	1	0	1	0	1	2	
Chile	0	0	0	6	0	6	6	
Colombia	0	1	1	1	1	3	4	
Cuba	1	0	0	0	0	0	1	
Ecuador	2	2	0	0	0	0	4	
Guadalupe	1	0	0	1	0	1	2	
Guiana	0	0	0	1	0	1	1	
Haiti	0	1	0	2	0	2	3	
México	0	0	1	0	0	1	1	
Nicarágua	0	0	1	0	1	2	2	
Perú	0	2	0	3	1	4	6	
Santo Domingo	0	3	0	0	2	2	5	
EUA	11	12	7	12	2	21	44	
Uruguai	0	0	0	4	7	11	11	
Venezuela	0	2	1	1	0	2	4	
<b>AMERICAS TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>49</b>	<b>33</b>	<b>104</b>	<b>152</b>	
<b>ASIA</b>								
Afganistão	-	-	0	1	0	1	1	
China	2	2	1	8	3	12	16	
Índia	6	-	0	1	0	1	7	
Indonésia	-	2	0	2	0	2	4	
Israel	-	3	1	2	0	3	6	
Japão	3	6	3	3	3	9	18	
Líbano	0	1	2	0	0	2	3	
Palestina	2	0	1	1	0	2	4	
Coréia do Sul	0	1	0	0	0	0	1	
Vietnam do Sul	1	1	0	0	0	0	2	
Síria	0	0	1	0	0	1	1	
Tailândia	0	0	0	0	1	1	1	
<b>ASIA TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>34</b>	<b>64</b>	
<b>OCEANIA</b>								
Australia	2	-	0	0	0	0	2	
Filipinas	0	1	0	0	0	0	1	
<b>OCEANIA TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	

## ANEXO II

### Os estudantes e a greve contra os decretos de 2007

Através de um estudo anteriormente realizado (Almada, 2013), se pode compreender um pouco mais as dinâmicas atuais dos movimentos estudantis, bem como as capacidades articuladoras para a resistência estudantil atual. Na USP, atualmente ainda contendo um dos movimentos estudantis mais bem organizados do Brasil, foram protagonizadas inúmeras greves durante os últimos 15 anos. Essas greves refletem a necessidade de democracia interna da universidade, através de um posicionamento político contrário aos modelos de reformas universitárias realizadas nos últimos anos. Em um desses momentos, a greve de 2007, com mais de 51 dias de ocupação de reitoria, foi bastante significativo pois tencionou significativamente as estruturas da universidade, sendo seguido por um período intenso de conflitos.

Naquele momento, a resistência aos “Decretos” circundava questões vitais da universidade, como a assistência estudantil, a infraestrutura universitária, relações trabalhistas de funcionários e relação pesquisa-extensão, que estariam em risco à medida que o interesse do Governo do Estado de São Paulo, através da criação da Secretaria de Ensino Superior (fato que não foi realizado), seria o de retirar a autonomia e trazer maior tutela para um órgão criado estranhamente à universidade. A ocupação foi entendida enquanto uma tática de mobilização do movimento grevista, ou seja, uma estratégia política que poderia forçar negociações entre estudantes e a reitoria e, conseqüentemente, entre estudantes e o governo estadual. Notadamente, o espaço da reitoria funcionaria como o alavanque do movimento: “não era um fato isolado da universidade, mas congregava nela, o centro de mobilizações estudantis do período, possibilitando a discussão a nível (*sic*) nacional [...] sobre os projetos de reforma e a autonomia universitária” (p. 143). O governo e a reitoria, por sua vez, viam o movimento como infringindo o Estado Democrático de Direito, no sentido de utilizar um método violento e, portanto, contrário aos interesses do Estado. Mas, nesse sentido, o uso da violência por parte das autoridades poderia se fazer necessário, caso os estudantes não se desmobilizassem. Se os estudantes entendiam que seria necessário demonstrar a força política através da ocupação do espaço público, as autoridades governamentais poderiam utilizar do aparato policial para intervir, no sentido



de solicitar as reintegrações de posse do prédio público. A criminalização, portanto, se daria nas ações de desocupação – resultando na prisão de estudantes – criando um Estado de Exceção nas universidades, marco profundo das experiências estudantis. A fim de abarcar um pouco melhor a noção da criminalização, pode-se observar que, nos últimos 4 anos, quando ocorreram pelo menos 3 greves mais significativas – em especial os ocorridos de 2011 e 2013 – elas terminaram com vários estudantes presos.

Tendo em vista essa análise inicial, se faz necessário compreender, ainda em relação a 2007, um pouco melhor dos posicionamentos políticos dos estudantes. Para o aprofundamento dessas conclusões e mesmo suscitando outras novas, analisamos através de um survey<sup>209</sup>, realizado pelo Prof. Dr. Elísio Estanque, na ocasião Professor Visitante da USP, em 2007, no período das ocupações (maio/junho). O survey teve um caráter experimental e procurou explorar a experiência do movimento estudantil na ocupação da reitoria. A amostra foi composta por 114 estudantes que estavam presentes junto à ocupação e, por isso, não se constitui uma amostra para a percepção dos posicionamentos políticos da universidade em geral, mas sim, apenas caracteriza o movimento de ocupação, o que é, portanto, bastante significativo. Para tanto, nessa análise foi utilizada apenas a estatística descritiva, sem haver preocupação em uma utilização mais aprofundada de uma metodologia estatística, já que o objetivo aqui não seria o de tirar conclusões por meio estatístico, mas simplesmente tomar um dado empírico que possa basear a análise.

Da amostra podemos verificar (Quadro 1) que a maioria dos ocupantes, 93,4%, eram das áreas de ciências humanas, especialmente, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e apenas 6,6% das áreas de biológicas, exatas e artes, tendo como predominância a presença de estudantes do curso de Ciências Sociais (53,2%), seguidos pelos cursos de história (13,5%) e letras (8,1%); também foi verificada a presença de estudantes secundaristas em uma quantidade muito pequena. Em termos de sexo, a amostra foi composta por 57% de homens e 43% de mulheres. Desses estudantes, 88,4% declarou morar na cidade de São Paulo, havendo predominância da Zona Oeste com 47,5%, seguida pela Zona Sul com 23,2% e a presença de 8,1% de estudantes que moraram no CRUSP. Quanto à questão da moradia, e levando em consideração que a universidade

---

<sup>209</sup> Para a apresentação do survey foi utilizado o Statistics Open for All (SOFA), um programa de software livre para a plataforma IOS.

se encontra na zona oeste da cidade de São Paulo, deve-se apontar que muitos desses estudantes podem ser de São Paulo ou de outras cidades e estados, mas que na condição de estudantes (ou seja, por necessitarem de ter um acesso mais rápido e/ou constante ao espaço universitário), optam por morar nessa zona, uma das mais caras da cidade<sup>210</sup>.

**Quadro 1: Características da amostragem**  
**Área de formação, curso, cidade, zona (frequência e porcentagem)**

		Sexo					
		Masculino			Feminino		
		Freq	Col %	Row %	Freq	Col %	Row %
<b>Área de Formação</b>	Artes	2	3.4%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Biológicas	1	1.7%	50.0%	1	2.1%	50.0%
	Exatas	3	5.1%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Humanas	53	89.8%	53.5%	46	97.9%	46.5%
	TOTAL	59	100.0%	55.7%	47	100.0%	44.3%
<b>Curso</b>	Administração	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Artes	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Biblioteco	2	3.2%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Ciências Sociais	28	45.2%	47.5%	31	63.3%	52.5%
	Economia	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Filosofia	2	3.2%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Fonoaudiologia	0	0.0%	0.0%	1	2.0%	100.0%
	Física	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Geografia	5	8.1%	83.3%	1	2.0%	16.7%
	História	10	16.1%	66.7%	5	10.2%	33.3%
	Letras	3	4.8%	33.3%	6	12.2%	66.7%
	Matemática	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Medicina	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Pedagogia	2	3.2%	66.7%	1	2.0%	33.3%
	Psicologia	0	0.0%	0.0%	1	2.0%	100.0%
	Pós	1	1.6%	100.0%	0	0.0%	0.0%
	Relações Internacionais	0	0.0%	0.0%	1	2.0%	100.0%
	Secundarista	3	4.8%	60.0%	2	4.1%	40.0%
	TOTAL	62	100.0%	55.9%	49	100.0%	44.1%
<b>Cidade em que Vive</b>	Outra	11	16.9%	84.6%	2	4.2%	15.4%
	São Paulo	54	83.1%	54.0%	46	95.8%	46.0%
	TOTAL	65	100.0%	57.5%	48	100.0%	42.5%
<b>Zona</b>	CRUSP	6	11.1%	75.0%	2	4.4%	25.0%
	Centro	2	3.7%	40.0%	3	6.7%	60.0%
	Zona Leste	4	7.4%	66.7%	2	4.4%	33.3%
	Zona Norte	7	13.0%	70.0%	3	6.7%	30.0%
	Zona Oeste	26	48.1%	55.3%	21	46.7%	44.7%
	Zona Sul	9	16.7%	39.1%	14	31.1%	60.9%
	TOTAL	54	100.0%	54.5%	45	100.0%	45.5%

<sup>210</sup> Do geral da amostra, não foi realizada uma análise da questão racial que, ainda que essencial, ainda não era totalmente considerada como política pública, fato que na USP somente passa a ganhar relevância no ano seguinte, com as cotas raciais e de critérios socioeconômicos.

A partir disso, pode-se verificar, através do grau de instrução dos pais por área de formação (Quadro 2), que a origem de qualificação escolar (trazendo para a mercantilização crescente do ensino) dos pais é de ensino superior (pelo menos graduação, desconsiderando outras qualificações superiores) em 56,5% da amostragem, seguido por ensino médio, com 30,6%. Dentre esses, proporção de casais em que ambos possuem ensino superior é a maior, sendo a situação de 48 dos estudantes, seguido pela proporção de casais em que ambos possuem ensino médio (N=16).

**Quadro 2: Grau de Instrução Mães e Pais**

		Grau Instrução Mãe									
		Analfabeto		Básico		Fundamental		Médio		Superior	
		Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %
Grau Instrução Pai	Técnico	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	1	100.0%
	Analfabeto	1	50.0%	0	0.0%	0	0.0%	1	50.0%	0	0.0%
	Básico	0	0.0%	2	40.0%	0	0.0%	3	60.0%	0	0.0%
	Fundamental	0	0.0%	1	6.7%	7	46.7%	4	26.7%	3	20.0%
	Médio	0	0.0%	0	0.0%	1	3.8%	16	61.5%	9	34.6%
	Superior	0	0.0%	0	0.0%	2	3.4%	9	15.3%	48	81.4%
	TOTAL	1	0.9%	3	2.8%	10	9.3%	33	30.6%	61	56.5%

A partir das duas caracterizações anteriores, foram perguntados sobre os motivos para a ocupação da reitoria (Quadro 3), a serem assinalados:

**Quadro 3: Motivos para a ocupação da reitoria**

	Freq
<b>8.1.Degradação/Reforma dos prédios da USP e das moradias estudantis</b>	43
<b>8.2.Prazo Jubilamento Estudantes</b>	3
<b>8.3.Decretos e efeito autonomia universitária</b>	102
<b>8.4.Influência/representação dos Estudantes na administração da universidade</b>	27
<b>8.5.Resistência Diálogo Reitoria</b>	63
<b>8.6.Necessidade de Dinamizar M.E</b>	14
<b>8.7.Lutar por Mais Qualidade de Ensino</b>	44
<b>8.8.Democratizar universidade setores mais pobres</b>	32
<b>8.9.Outro</b>	7

Nesse cenário, pode-se verificar que a questão dos decretos foi o ponto articulador da greve (N=102), ou seja, onde se concentrava maior atenção dos estudantes. A partir

dele, se articulam outros pontos, como o não diálogo da reitoria (N=63), ou seja, o que também identifica uma tensão entre os estudantes e a reitoria, constituindo o cenário mais imediato do cerne do problema. Logo, a qualidade do ensino (N=44), a infraestrutura da USP (N=43) e a democratização da universidade para setores mais pobres (N=32) aparecem como pontos subsequentes mais escolhidos. Trata-se então de questões que se articulam com a primeira, e se relacionam em termos de serem uma pauta histórica, uma pauta específico-local, e uma pauta geral escolhida. Isso demonstra que o movimento estudantil, em suas mobilizações atuais, também segue uma certa continuidade com aspectos do passado: tal estruturação também se deu no passado nos momentos de maior politização do movimento.

Em seguida, foi solicitada a classificação dos seguintes pontos responsáveis pelo fortalecimento do movimento estudantil e ocupação da reitoria (*Quadro 4*). Em relação aos sete primeiros pontos elencados na tabela acima, o *impacto político e a pressão sobre o governo estadual* foi o item que ganhou melhor avaliação, seguido pela *forma espontânea/informal do movimento*, o *funcionamento e organização das comissões de ocupação e a entrada em greve de outras categorias da USP*. Os fatores que ganharam menor avaliação, por conseguinte, foram a *estratégia do movimento perante a mídia*, a *visibilidade e divulgação do movimento pela mídia* e a *articulação da comissão de greve com os cursos/departamentos e faculdades*. Nesse sentido, se pode dizer que houve uma centralização da pauta de reivindicações de forte pressão sobre o governo – que em vários momentos se dividiu sobre a reitoria – que foi fortalecida pelas outras categorias, onde a base estava nas atividades da reitoria ocupada, nas assembleias, nas comissões, momentos de intensa politização e discussão do movimento. A autogestão do movimento no interior da reitoria – fato que após a desocupação se tornou um problema de baderna e vandalismo, assim como interpretado pelas autoridades políticas – permitiu que também se descentralizasse a liderança, fato que não faria sentido de ser perguntado, já que o objetivo seria mesmo o de haver uma organização espontânea e coletiva, rompendo com os individualismos.

All data in table included - no filtering

#### Quadro 4: Movimento estudantil e ocupação da reitoria

		Freq	Col %
<b>Entrada Em Greve De Outras Categorias Usp(Prof-Func)</b>	Excelente	49	43.8%
	Muito Bom	31	27.7%
	Ótimo	20	17.9%
	Bom	10	8.9%
	Regular	2	1.8%
<b>Articulação da Comissão de Greve com cursos/Deptos/Faculdades</b>	Bom	23	21.3%
	Regular	19	17.6%
	Muito Bom	18	16.7%
	Ótimo	16	14.8%
	Excelente	15	13.9%
	Mau	10	9.3%
	Muito Mau	7	6.5%
<b>Forma Espontânea/informal do movimento</b>	Excelente	26	23.9%
	Muito Bom	24	22.0%
	Bom	21	19.3%
	Ótimo	20	18.3%
	Regular	9	8.3%
	Muito Mau	5	4.6%
	Mau	4	3.7%
<b>9.9. Articulação com tendências ideológicas</b>	Bom	15	20.8%
	Muito Bom	15	20.8%
	Regular	10	13.9%
	Mau	9	12.5%
	Excelente	9	12.5%
	Ótimo	8	11.1%
	Muito Mau	6	8.3%
<b>9.122. Articulação com sindicatos de trabalhadores</b>	Excelente	33	29.5%
	Ótimo	28	25.0%
	Muito Bom	26	23.2%
	Bom	14	12.5%
	Regular	5	4.5%
	Muito Mau	4	3.6%
	Mau	2	1.8%
<b>9.14. Passeatas e atos públicos unificados</b>	Muito bom	27	24.1%
	Ótimo	27	24.1%
	Excelente	20	17.9%
	Bom	16	14.3%
	Regular	12	10.7%
	Muito Mau	6	5.4%
<b>Visibilidade e divulgação do movimento pela mídia</b>	Mau	4	3.6%
	Bom	21	18.8%
	Muito bom	21	18.8%
	Excelente	19	17.0%
	Ótimo	16	14.3%
	Muito Mau	13	11.6%

	Regular	12	10.7%
	Mau	10	8.9%
<b>Funcionamento E Organização Das Comissões Da Ocupação</b>	Muito Bom	31	27.7%
	Ótimo	27	24.1%
	Excelente	20	17.9%
	Bom	17	15.2%
	Regular	10	8.9%
	Muito Mau	4	3.6%
	Mau	3	2.7%
<b>Impacto Político e pressão sobre Governo Estadual</b>	Excelente	35	31.0%
	Muito Bom	28	24.8%
	Ótimo	24	21.2%
	Bom	18	15.9%
	Regular	4	3.5%
	Mau	3	2.7%
	Muito Mau	1	0.9%
<b>9.10. Divulgação/explicação/mobilização junto outros estudantes usp</b>	Muito Bom	26	23.2%
	Bom	21	18.8%
	Excelente	20	17.9%
	Ótimo	17	15.2%
	Regular	15	13.4%
	Mau	11	9.8%
	Muito Mau	2	1.8%
<b>9.16. Iniciativas culturais</b>	Excelente	62	55.4%
	Ótimo	20	17.9%
	Bom	13	11.6%
	Muito Bom	13	11.6%
	Mau	2	1.8%
	Regular	2	1.8%
<b>9.11. Paralisações e greves em outras universidades</b>	Excelente	34	30.1%
	Ótimo	27	23.9%
	Muito bom	21	18.6%
	Bom	18	15.9%
	Regular	10	8.8%
	Mau	2	1.8%
	Muito Mau	1	0.9%
<b>9.194. Papel no processo de negociação comissão estudantil</b>	Muito Bom	30	28.3%
	Bom	24	22.6%
	Regular	16	15.1%
	Excelente	15	14.2%
	Ótimo	10	9.4%
	Mau	9	8.5%
	Muito Mau	2	1.9%
<b>Estratégia do movimento perante mídia</b>	Bom	30	27.3%
	Muito bom	24	21.8%
	Regular	22	20.0%
	Excelente	13	11.8%
	Ótimo	10	9.1%
	Mau	6	5.5%
	Muito Mau	5	4.5%
	Muito Mau	34	31.5%

9.181.Posições públicas reitoria	Mau	20	18.5%
	Regular	16	14.8%
	Bom	14	13.0%
	Muito Bom	8	7.4%
	Ótimo	8	7.4%
9.13.Papel da estruturas representativas dos estudantes	Excelente	8	7.4%
	Muito Mau	25	23.8%
	Mau	25	23.8%
	Bom	16	15.2%
	Regular	15	14.3%
	Muito bom	15	14.3%
	Excelente	5	4.8%
9.182.Posições públicas governo	Ótimo	4	3.8%
	Muito Mau	41	38.3%
	Regular	15	14.0%
	Mau	13	12.1%
	Bom	12	11.2%
	Ótimo	10	9.3%
	Excelente	10	9.3%
9.121. Articulação com sindicatos de professores	Muito Bom	6	5.6%
	Muito Bom	22	19.6%
	Excelente	22	19.6%
	Regular	21	18.8%
	Bom	21	18.8%
	Mau	12	10.7%
	Muito Mau	8	7.1%
9.193.Papel no processo de negociação Governador	Ótimo	6	5.4%
	Muito Mau	36	34.6%
	Mal	16	15.4%
	Bom	13	12.5%
	Muito Bom	12	11.5%
	Excelente	10	9.6%
	Regular	9	8.7%
9.15.Meios eletrônicos/blogs/debates/divulgação	Ótimo	8	7.7%
	Excelente	42	37.5%
	Ótimo	28	25.0%
	Muito Bom	16	14.3%
	Bom	12	10.7%
	Regular	7	6.3%
	Mau	4	3.6%
9.17.Posicionamento Professores usp	Muito Mau	3	2.7%
	Bom	22	19.8%
	Mau	21	18.9%
	Regular	17	15.3%
	Muito Bom	17	15.3%
	Muito Mau	16	14.4%
	Excelente	10	9.0%
	Ótimo	8	7.2%
	Bom	21	20.8%
	Muito Bom	18	17.8%
	Mau	16	15.8%

9.192.Papel no processo de negociação CRUESP	Excelente	15	14.9%
	Regular	11	10.9%
	Ótimo	11	10.9%
	Muito Mau	9	8.9%
9.191.Papel no processo de negociação reitoria	Muito Mau	31	29.8%
	Mau	24	23.1%
	Bom	15	14.4%
	Ótimo	10	9.6%
	Excelente	9	8.7%
	Regular	8	7.7%
	Muito Bom	7	6.7%

**Quadro 5: Movimento estudantil e ocupação da reitoria trabalho e participação das estruturas representativas (CA/DCE/UNE/ANEL)**

		Freq	Col %
<b>9.81.Trabalho E Participação Ca'S</b>	Bom	19	18.3%
	Muito Bom	17	16.3%
	Muito Mau	16	15.4%
	Regular	16	15.4%
	Ótimo	15	14.4%
	Mau	13	12.5%
	Excelente	8	7.7%
<b>9.82.Trabalho E Participação Dce</b>	Muito Mau	65	63.7%
	Mau	14	13.7%
	Regular	13	12.7%
	Bom	3	2.9%
	Excelente	3	2.9%
	Muito Bom	2	2.0%
<b>9.83.Trabalho E Participação Une</b>	Muito Mau	75	75.0%
	Regular	12	12.0%
	Mau	5	5.0%
	Muito Bom	4	4.0%
	Bom	2	2.0%
	Excelente	2	2.0%
<b>9.84.Trabalho E Participação Conlute/Anel</b>	Muito Mau	36	37.1%
	Regular	19	19.6%
	Mau	15	15.5%
	Bom	11	11.3%
	Muito bom	10	10.3%
	Excelente	6	6.2%

Quando perguntado sobre o trabalho e a presença das estruturas representativas dos estudantes – CAs, DCE, UNE, ANEL – (Quadro 5), pode-se aferir que os CAs têm o trabalho e a participação na greve mais bem avaliada, com 56,7% e 43,3% de rejeição. A rejeição da atuação aumenta quando se avalia o DCE, que alcança 94,1%. A UNE alcança 92% de rejeição e a ANEL, 72,2%, mantendo uma aprovação de 27,8%, maior que da UNE e do DCE. Chama a atenção que tanto a UNE quanto o DCE tenham uma avaliação de pouca participação na greve, sendo que, disso, pode-se supor que ambas sejam estruturas mais burocratizadas e que o ponto de mobilização local seja mais deficiente por conta disso. No entanto, a aprovação da ANEL em muito tem a ver com a possibilidade de representação dos estudantes, o que pode refletir tanto uma preocupação de mobilização mais local, como uma oposição ao DCE, ou mesmo, sinônimo de ausência de bases e força da UNE naquela universidade.

Além disso, foi também questionado se os estudantes concordavam que o movimento estudantil, dos últimos tempos, era fraco, havendo ampla concordância de 86,7%. Para os que concordaram com a situação, foi solicitado a enumeração dos fatores:

**Quadro 6: Fraqueza do movimento estudantil e motivos**

		Freq
<b>Concorda que o m.e nos últimos tempos é fraco?</b>	Sim	98
	Não	15
<b>5.1.Passividade dos estudantes</b>	1.0	44
<b>5.2.Ausência de Causas</b>	1.0	2
<b>5.3.Métodos de organização</b>	1.0	63
<b>5.4.Partidos Políticos</b>	1.0	37
<b>5.5.Desinteresse professores</b>	1.0	13
<b>5.6.Individualismo da sociedade</b>	1.0	65
<b>5.7.Falta de debate e crítica na univ.</b>	1.0	50

Os fatores mais assinalados foram, portanto, o individualismo na sociedade (N=65), os métodos de organização do próprio movimento (N=63) e a falta de debate e de postura crítica na universidade (N=50). Os fatores menos assinalados foram, em ordem decrescente, a ausência de causas (N=2), o desinteresse dos professores com o movimento (N=13) e a presença dos partidos políticos (N=37). A partir disso, pode-se dizer que os pontos mais assinalados tanto refletem a postura atual do movimento estudantil brasileiro, como ampliam a tarefa para o próprio movimento, no sentido de fortalecer seus métodos e criar constantes debates críticos na universidade, que possam incluir os vários setores internos da universidade, bem como a sociedade como um todo. Por outro lado, também revela que um dos pontos mais polêmicos e difundidos pelos estudantes como negativo, a presença dos partidos políticos, não é algo que mereça unanimidade de não aceitação ou de desconfiança pelos estudantes. No geral, quanto à debilidade do movimento estudantil, há um consenso de sua fraqueza atual, diferentemente dos movimentos dos anos 1960 e tal fator, em muito, pode servir de contraponto para se pensar a relação do passado com o presente.

Na sequência (*Quadro 7*), quando perguntado sobre o grau de participação ou de envolvimento do estudante no momento específico da greve, observou-se que a participação mais assídua foi nas assembleias gerais, com 82,8% de envolvimento (muito ou regular). Em seguida, a participação na greve (no geral, como um todo) foi o item que conteve maior envolvimento (muito ou regular), com cerca de 75,6%. O espaço da reitoria



ocupada foi o terceiro em que houve maior envolvimento, de 71,8%. Quanto à presença nos atos públicos e passeatas, 55,8% avaliaram ter participado e; finalmente, o item assinalado com menor envolvimento foi a presença nas comissões de organização dos eventos e atividades de ocupação da reitoria. A partir do quadro, em suma, é possível aferir que o espaço ocupado da reitoria foi central para o desenrolar da greve, pois nele houve a concentração das atividades de mobilização de base do movimento.

**Quadro 7: Grau de envolvimento na greve**

		Freq	Col %
<b>6.1.Assembleias Gerais</b>	Muito	51	45.9%
	Regular	41	36.9%
	Pouco	17	15.3%
	Nada	2	1.8%
	TOTAL	111	100.0%
<b>6.2.Comissões</b>	Regular	36	32.4%
	Pouco	31	27.9%
	Nada	30	27.0%
	Muito	14	12.6%
	TOTAL	111	100.0%
<b>6.3.Reitoria ocupada</b>	Muito	44	40.0%
	Regular	35	31.8%
	Pouco	27	24.5%
	Nada	4	3.6%
	TOTAL	110	100.0%
<b>6.4.Atos/Passeatas</b>	Regular	34	30.6%
	Nada	29	26.1%
	Muito	28	25.2%
	Pouco	20	18.0%
	TOTAL	111	100.0%
<b>6.5.Greve</b>	Muito	45	40.5%
	Regular	39	35.1%
	Pouco	22	19.8%
	Nada	5	4.5%
	TOTAL	111	100.0%

A partir disso, foi solicitado identificar se os estudantes que respondiam ao inquérito eram filiados ou não a alguma estrutura partidária, bem como o posicionamento político (*Quadro 8*), compreendido entre extrema-esquerda e extrema-direita (opção que não foi assinalada por nenhum estudante).

**Quadro 8: Filiação partidária e posicionamento político**

		Posicionamento Político													
		Extrema-Esquerda		Esquerda		Centro-esquerda		Centro		Centro-direita		Direita		TOTAL	
		Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %
Membro/Filiado a Partido Político	Não	10	11.5%	26	29.9%	34	39.1%	9	10.3%	6	6.9%	2	2.3%	87	100.0%
	Sim	7	53.8%	3	23.1%	3	23.1%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	13	100.0%
	TOTAL	17	17.0%	29	29.0%	37	37.0%	9	9.0%	6	6.0%	2	2.0%	100	100.0%

Como se pode verificar, 87% dos estudantes se dizem não filiados a partido político. Enquanto isso, dentre os 13% restantes, há divisões entre partidos de centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda, identificando pouco mais da metade estudantes partidários de extrema-esquerda. No tocante ao posicionamento político em geral (*Quadro 9*), 37,3% dos estudantes se dizem de centro-esquerda, 28,4% de esquerda e 17% de extrema-esquerda, o que demonstra claramente uma predominância de estudantes com posicionamento político de esquerda naquela ocupação.

**Quadro 9: Posicionamento político**

		Freq	Col %
Posicionamento Político	Centro-esquerda	38	37.3%
	Esquerda	29	28.4%
	Extrema-Esquerda	17	16.7%
	Centro	10	9.8%
	Centro-direita	6	5.9%
	Direita	2	2.0%
TOTAL		102	100.0%

Finalmente, o último ponto a ser relacionado trata da importância que os estudantes atribuíam à reforma da estatuínte da universidade e a visibilidade dada, pelo movimento, aos decretos.

**Quadro 10: Importância da estatuínte e visibilidade dos decretos por posicionamento político**

		Posicionamento Político													
		Extrema-Esquerda		Esquerda		Centro-esquerda		Centro		Centro-direita		Direita		TOTAL	
		Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %
10. Decretos	Suficiente	10	14.3%	24	34.3%	28	40.0%	3	4.3%	4	5.7%	1	1.4%	70	100.0%
	Pouca	6	33.3%	3	16.7%	5	27.8%	4	22.2%	0	0.0%	0	0.0%	18	100.0%
	Excessiva	1	20.0%	0	0.0%	2	40.0%	0	0.0%	1	20.0%	1	20.0%	5	100.0%
	TOTAL	17	18.3%	27	29.0%	35	37.6%	7	7.5%	5	5.4%	2	2.2%	93	100.0%
11. Estatuínte	Fundamental	12	21.8%	20	36.4%	19	34.5%	1	1.8%	2	3.6%	1	1.8%	55	100.0%
	Muito Importante	5	20.0%	5	20.0%	9	36.0%	6	24.0%	0	0.0%	0	0.0%	25	100.0%
	Importante	0	0.0%	4	26.7%	5	33.3%	2	13.3%	3	20.0%	1	6.7%	15	100.0%
	Pouco Importante	0	0.0%	0	0.0%	1	33.3%	1	33.3%	1	33.3%	0	0.0%	3	100.0%
	Não Sabe	0	0.0%	0	0.0%	3	100.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	3	100.0%
TOTAL		17	16.8%	29	28.7%	37	36.6%	10	9.9%	6	5.9%	2	2.0%	101	100.0%

Analisando esse ponto em termos do posicionamento político dos estudantes, pode-se verificar que a importância dada aos decretos foi a mais assinalada, tendo sido também a preferência entre os estudantes que se dizem de esquerda e de centro-esquerda, com 34,3% e 40% respectivamente. Quanto à estatuinte, sua importância foi atribuída, predominantemente, como fundamental, e dela, estudantes de extrema-esquerda com 21,8%, de esquerda com 36,4% e de centro-esquerda com 34,5%.

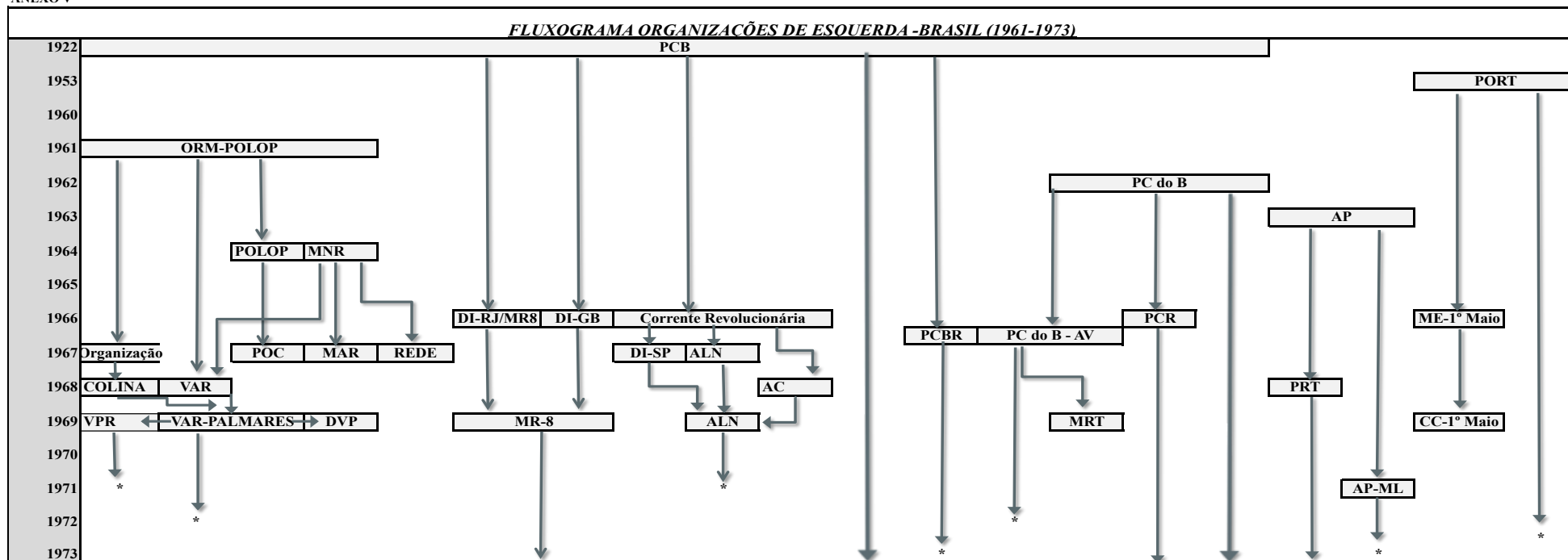
No geral, e tendo em vista os dados aqui presentes, é possível concluir que as posições dos estudantes que estiveram na greve e na ocupação eram dos cursos de *ciências humanas e sociais*; que consideram que o movimento tem sido fraco nos últimos anos, que suas posições políticas eram de *esquerda*; que a maioria era *favorável à continuidade da ocupação*; e que a importância dada aos decretos foi suficiente. Em uma primeira abordagem, é possível aproximar as considerações de que os projetos de reforma universitária afetam, em especial, os estudantes de humanidades e de Ciências Sociais, onde há menor investimento e onde a precarização da universidade, sobretudo de sua infraestrutura, é mais evidente. De outro modo, é também possível considerar que a debilidade dos movimentos estudantis na atualidade é devido ao fato de que as estruturas partidárias ou organizativas do movimento não estavam sendo suficientes, e assim, muitos dos estudantes que participavam da ocupação não tinham vínculos partidários – o que mostra, também, como se configura uma nova viragem dos movimentos, cada vez mais “sem-partidos” – ainda que as posições políticas sejam mais de esquerda, mas de uma esquerda não institucional. Ademais, a ocupação foi um instrumento de luta dos estudantes, que vislumbravam como uma representação dos interesses da universidade e não dos interesses dos governos. Por fim, a importância dos decretos foi o que reuniu os estudantes na greve, possibilitando uma maior discussão sobre a atual situação da universidade brasileira e as novas configurações propostas.

O projeto brasileiro de reforma universitária é fundamental para pensar o passado, o presente e o futuro das universidades, em particular com respeito aos modelos de transformação que serão seguidos. Na atualidade, o projeto de governo para a universidade brasileira se baseia em três pilares: *o acesso educacional superior diverso e estratificado*, com novas profissões sendo lecionadas pelas novas instituições; *a investigação universitária operacional*, que deveria contribuir à inovação produtiva, a capacitação e avaliação das políticas públicas, e a eficiência do Estado e do desenvolvimento do país; e por último, na

utilização de recursos, já que requiere uma abertura maior para o financiamento, que poderá ser público, privado ou misto. Em geral, caracteriza-se por ser um processo mais amplo de *mercantilização da educação*, que somente pode ser levado a cabo especificamente pelo debilitamento do modelo institucional vigente. Em 2007, as manifestações e as greves significaram a resistência ao modelo proposto e a necessidade de se repensar a autonomia e os parâmetros para a reforma universitária. Em ocorrência de duas propostas para a educação superior (estudantes/comunidade acadêmica e governo), o governo brasileiro deu ênfases aos mercados, às instituições internacionais e à lógica privada em perjúrio da lógica pública e da defesa da educação de qualidade. A ocupação de 2007 - entre outras tantas ocupações que ocorreram no Brasil nos últimos anos -, representa fato histórico para as lutas do movimento estudantil atual, já que através dela articulou-se uma organização eficaz de mobilização. Sua constituição permite o uso de um instrumento recorrente, a ocupação dos espaços universitários, a pensar, a questionar, a desafiar e a transgredir os limites da política universitária e da democracia legalmente estabelecida, promovendo a mobilização no interior da universidade, todos os dias, práticas de oposição, alternativas à ordem dominante. São as observações das perspectivas abertas para o futuro, sobre a base do movimento estudantil atual, local e global, relacionados com a história do movimento desde o ponto de vista das contínuas lutas dos estudantes e a participação crítica efetivamente política.

## ANEXO III Fluxograma Organizações de Esquerda – Brasil (1961-1973)

ANEXO V



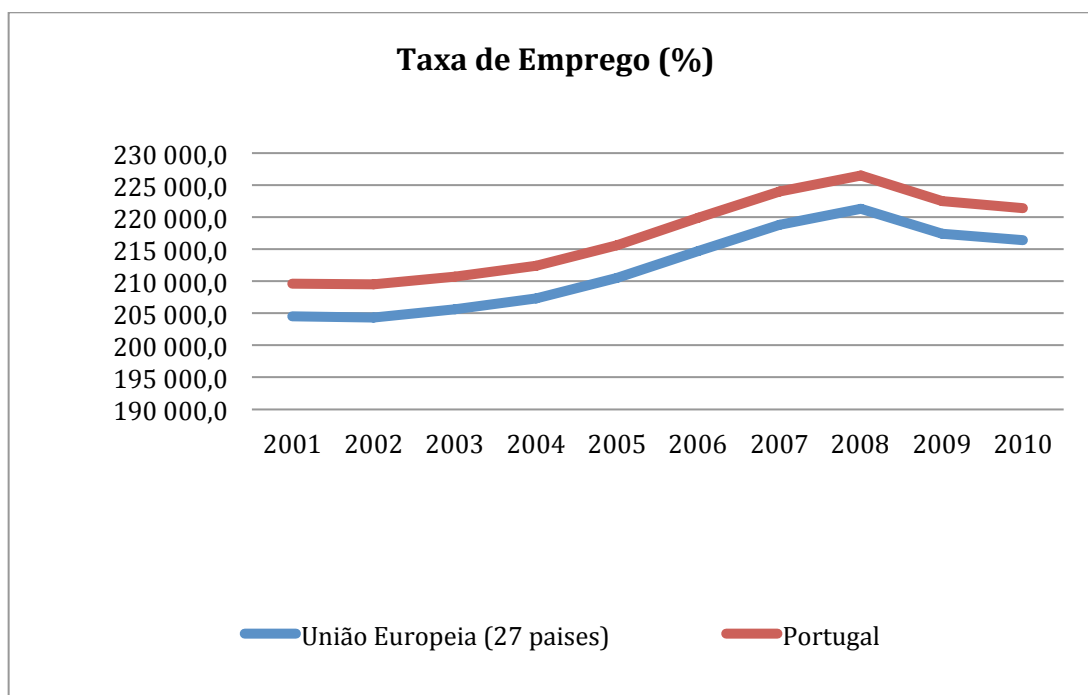
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil	<b>POC</b>	Partido Operário Comunista
<b>PORT</b>	Partido Operário Revolucionário Trotskista	<b>COLINA</b>	Comando de Libertação Nacional
<b>ORM</b>	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária	<b>PCR</b>	Partido Comunista Revolucionário
<b>POLOP</b>	Política Operária	<b>VPR</b>	Vanguarda Popular Revolucionária
<b>MNR</b>	Movimento Nacionalista Revolucionário	<b>VAR</b>	Vanguarda Armada Revolucionário - Palmares
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil	<b>DVP</b>	Dissidência VAR- Palmares
<b>AP</b>	Ação Popular	<b>MR8</b>	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
<b>PCR</b>	Partido Comunista Revolucionário	<b>ALN</b>	Aliança Libertadora Nacional
<b>DI-RJ</b>	Dissidência Rio de Janeiro	<b>AC</b>	Agrupamento Comunista
<b>DI-SP</b>	Dissidência São Paulo	<b>AP-ML</b>	Ação Popular Marxista Leninista
<b>DI-GB</b>	Dissidência Guanabara	<b>MRT</b>	Movimento Revolucionário Tira-dentes
<b>CR</b>	Corrente Revolucionária	<b>PRT</b>	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
<b>PCBR</b>	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	<b>CC-1º MAIO</b>	Comando Comunista 1º Maio
<b>PC do B - AV</b>	Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha	*	Fim
<b>MAR</b>	Movimento de Ação Revolucionária		

Fonte: Reis Filho & Sá (1985)

## ANEXO IV

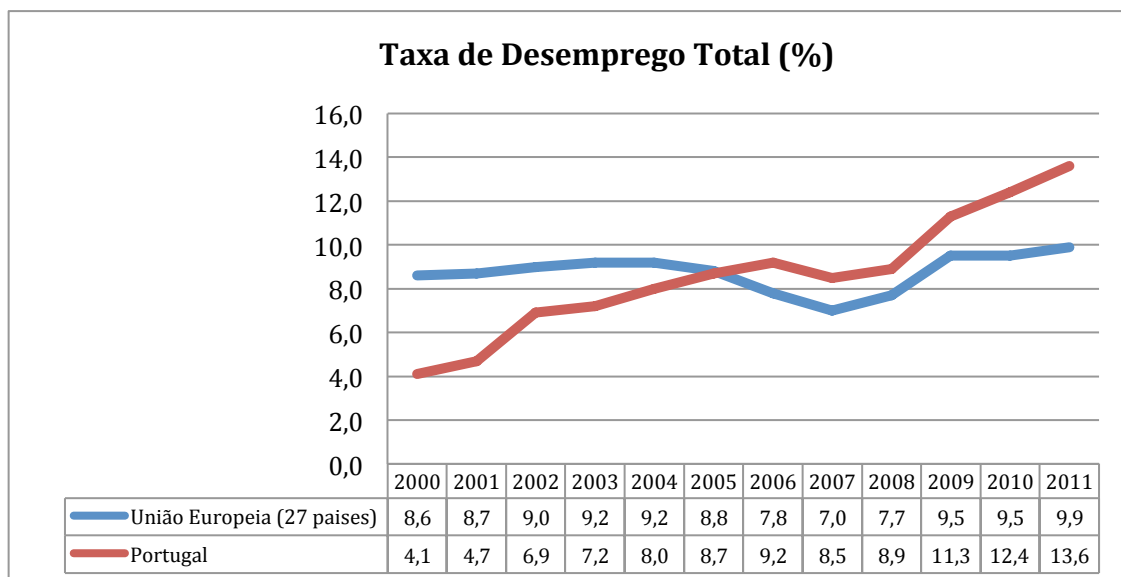
### Portugal: crise da zona euro (emprego e desemprego)

Os dados abaixo procuram apresentar elementos econômicos da crise da zona euro e seu reflexo em Portugal<sup>211</sup>. Dentre os anos 2000 a 2010, pode-se visualizar as taxas de emprego e desemprego, divisão da população economicamente ativa. Em termos de Taxa de Emprego, Portugal teve uma redução de sua população empregada, aumento do emprego em *Part-Time* e baixa inserção da população qualificada no mercado de trabalho. Esse cenário esteve de acordo com o da União Europeia, em geral:



No entanto, o aumento da taxa de emprego não conseguiu ser superior à Taxa de Desemprego Total, que em Portugal começou a crescer acima da média da UE a partir de 2005. Os acúmulos para o ano de 2011 revelou uma das maiores taxas de desemprego já vistas nos últimos anos:

<sup>211</sup> Fonte: EUROSTAT.



Deve-se apresentar que a população empregada em Portugal caiu de 68,4% para 65,6% (sendo que a taxa de empregados masculinos diminuiu em 6,4% enquanto que a taxa de empregados femininos aumentou em 0,6%). A relação de diferença entre gênero caiu de 16% para 9,0%. Também, o emprego em *Part-Time* aumentou, nesse período, em 0,7% (de 10,9 para 11,6%). O aumento foi de 1,8% para homens, enquanto que para as mulheres, houve uma redução de 0,9%. Quanto à divisão em setores da população economicamente ativa, grande parte está no setor de serviços (61,4%), seguido pelo setor industrial (27,7%) e agrícola (10,9%). No setor de serviços, essa parcela se distribui em 73% de mulheres e 61,4% de homens (nos outros setores, a maioria da população é masculina). Finalmente, um dado bastante relevante: a maioria da população empregada em Portugal tem nível de escolaridade baixo (*Pre-Primary, Primary and lower secondary education*), com 63%, em contraposição a 19% e 17% para a população empregada com nível intermédio (*Upper secondary and post-secondary, non-tertiary education*) e nível superior (*Tertiary education*) respectivamente.

Portugal tem uma população economicamente ativa com baixíssima escolaridade, com níveis muito maiores que o do conjunto dos países da União Europeia e na contagem individual dos países. Estima-se quase um milhão de trabalhadores precários, equivalendo a 23% da população ativa, perdendo apenas para a Polônia, com 27,1% e para a Espanha, com 24,9%, e esse é um número que tem crescido, já que no ano de 2010, a quantidade de trabalhadores a prazo cresceu em 56.300 em relação ao ano anterior, (de 688.800 para

745.100 trabalhadores). Não obstante, recentemente com a aposta dos governos nas medidas de austeridade e na sequência de empréstimos do FMI, Portugal aumentou para 13,6% em dezembro de 2011 suas taxas de desemprego. Com isso, as taxas de desemprego de jovens (compreendidos até 25 anos), aumentaram para 30,6% de desemprego. Para um país de economia incipiente, esses dados são bastante alarmantes, mas o período de crise econômica e democrática atual da Europa parece não oferecer outras alternativas que não estejam relacionadas à precariedade, ao desemprego e ao longo período de austeridade.